

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1914

VOLUME SEGUNDO

ANNEXOS B, C, D, E

№ 1931
4.10.63

liv. 7036

RELATORIO

APRESENTADO

AO



PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

18 de Maio de 1913 a 3 de Maio de 1914

VOLUME SEGUNDO

ANNEXOS B, C, D, E

SERE
BSB



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1914

7073

Relatorio Exteriores - 1914

Volume Segundo - Annexos B,C,D,E

ANEXO D

Pessoal da Secretaria de Estado,
Corpo diplomatico e Corpo consular brasileiros
e estrangeiros

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Ministro de Estado

Dr. Lauro Müller.

Gabinete do Ministro

Officiaes de Gabinete —.....

Auxiliares — Antonio Alves da Fonseca, 1º Official.

Sylvio Roméro (filho), 1º Official.

Helio Lobo Leite Pereira, 1º Official.

Lafayette de Carvalho e Silva, 2º Secretario de Legação.

Addidos — Antonio José de Paula Fonseca, Consul Geral de 1ª classe em Paris.

Arthur de Carvalho Moreira, 1º Secretario de Legação.

Sub-Secretario de Estado

Frederico Affonso de Carvalho.

Bacharel Luiz Martins de Souza Dantas (Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Republica Argentina), Encarregado do Expediente.

Gabinete do Sub-Secretario de Estado

Official de Gabinete — Manoel Coelho Rodrigues, 1º Official.

1º Consultor Juridico

Dr. Clovis Bevilacqua.

2º Consultor Juridico

Dr. Manuel Alvaro de Souza Sá Vianna.

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

DIRECTOR GERAL — Frederico Affonso de Carvalho (Serve de Sub-Secretario de Estado, em commissão).

Arthur Eduardo Raoux Briggs (Serve interinamente).

Auxiliar — Raphael de Mayrinck, 1º Official (Serve de Director da Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, Asia, Africa e Oceania).

Samuel de Souza Leão Gracie, 2º Official (Serve de Auxiliar do Director Geral).

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

DIRECTOR — Arthur Eduardo Raoux Briggs (Serve interinamente de Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos).

1º *Official* — Helio Lobo Leite Pereira (Serve no Gabinete do Ministro).

1º » — Manoel Coelho Rodrigues (Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado).

2º » — Matheus de Albuquerque (Serve de Director).

2º » — Samuel de Souza Leão Gracie (Serve de Auxiliar do Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos).

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, Asia, Africa e Oceania

DIRECTOR — Napoleão Reys (Em commissão junto á Legação na China e Japão).

1º *Official* — Raphael de Mayrinck (Serve de Director).

1º » — Antonio Alves da Fonseca (Serve no Gabinete do Ministro).

2º » — Fernando de Azevedo Milanez.

3º » — Gustavo de Souza Bandeira.

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares

DIRECTOR GERAL — Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.

Auxiliar — Henrique José de Saules, 1º *Official*.

Secção dos Negocios Economicos e Consulares da America

DIRECTOR — Arino Ferreira Pinto.

1º *Official* — Carlos Ferreira de Araujo.

1º » — Rodrigo Heraclito Ribeiro (Serve no Consulado em Cobija).

2º » — Henrique Pecegueiro do Amaral.

2º » — Rodolpho Gonçalves de Siqueira Fritz.

Secção dos Negocios Economicos e Consulares da Europa, Asia, Africa e Oceania

DIRECTOR — Gregorio Pecegueiro do Amaral.

1º *Official* — Henrique José de Saules (Auxiliar do Director Geral).

1º » — Arthur Guimarães de Araujo Jorge.

2º » — João Coelho Gomes Ribeiro.

3º » — Carlos Celso de Ouro Preto.

Praticante — Milton Weguelin Vieira.

Secção do Protocollo

DIRECTOR — Zacarias de Góes Carvalho.

1º *Official* — Sylvio Roméro (filho) (Serve no Gabinete do Ministro).

2º » — Ayres de Maya Monteiro.

2º » — Antonio de São Clemente (Serve no Gabinete do Sub-Secretario).

3º » — Carlos Alberto de Moniz Gordilho (idem).

3º » — Paulo Godoy.

3º » — Francisco Pessoa de Queiroz.

Praticante — Henrique Pinheiro de Vasconcellos.

Secção da Contabilidade

DIRECTOR — Raul Adalberto de Campos.

1º *Official* — Manoel Raymundo de Menezes.

2º » — Mario de Barros e Vasconcellos.

3º » — Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

3º » — Rodolpho Riegel Filho.

Praticante — Luiz Carlos de Andrade Filho.

Secção do Archivo

DIRECTOR — Raymundo Nonato Pecegueiro do Amaral (Está em commissão).

Antonio Jansen do Paço, Bibliothecario (Serve de Director).

2º *Official* — Adolpho Konder.

3º » — Labienno Salgado dos Santos.

3º » — Torquato da Rosa Moreira Junior.

Bibliothecario

Antonio Jansen do Paço (Serve de Director do Archivo).

Auxiliar — Gaspar de Araujo Monteverde.

Portaria

Porteiro — Antonio Pereira de Miranda.

Ajudante do Porteiro — Miguel José da Costa.

Continuos — Americo Ventura Rodrigues.

Salvador Gonzalez.

Braz José de Oliveira.

Carlos Salgado.

Oscar de Souza Azevedo.

Amphiloquio Teixeira Alves.

José Lucas Gomes da Silva.

1º Correio — Joaquim Fernandes de Sá.

2º » Carlos Pinto da Costa.

Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de Abril de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS,
Director.

N. 2

Quadro do Corpo diplomatico brasileiro

AMERICA

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA

Domicio da Gama, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Alberto Jorge de Ipanema Moreira, 2º Secretario.

João Leopoldo Modesto Leal, 2º Secretario.

REPÚBLICA ARGENTINA

Luiz Martins de Souza Dantas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

José de Paula Rodrigues Alves, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Luiz Villares Fragoso, 2º Secretario.

Lafayette de Carvalho e Silva, 2º Secretario (Serve no Gabinete do Ministro).

REPÚBLICA DA BOLIVIA

Antonio Augusto de Brienne Carneiro do Nascimento Feitosa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

REPÚBLICA DO CHILE

Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Abelardo Roças, 1º Secretario.

Luiz Avelino Gurgel do Amaral, 2º Secretario.

REPÚBLICA DA COLOMBIA

....., Ministro Residente.
Carlos Taylor, 2º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

CUBA E AMÉRICA CENTRAL

Raul Regis de Oliveira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em commissão.

Antonio José do Amaral Murtinho, 2º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios na America Central).

REPÚBLICA DO EQUADOR

Rinaldo de Lima e Silva, Ministro Residente.
Jarbas Loretti da Silva Lima, 2º Secretario.

ESTADOS-UNIDOS MEXICANOS

José Manoel Cardoso de Oliveira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Eduardo de Lima Ramos, 1º Secretario.

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Dr. Bruno Gonçalves Chaves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

José Joaquim Moniz de Aragão, 1º Secretario.

Eusebio de Queirós Coitinho Mattoso Camara, 2º Secretario (Serve no Gabinete do Presidente da Republica).

Carlos Elias de Latorre Lisboa, 2º Secretario.

REPÚBLICA DO PARAGUAY

Sylvino Gurgel do Amaral, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Alfredo Felipe da Luz, 2º Secretario.

REPÚBLICA DO PERU'

Augusto Cochrane de Alencar, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Frederico de Castello Branco Clark, 2º Secretario.

ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA

Dr. Dario Barreto Galvão, Ministro Residente.

Paulo Coelho de Almeida, 2º Secretario.

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

Oscar de Teffé von Hoonholtz, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Hippolyto Pacheco Alves de Araujo, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.

José Pinto da Fonseca Guimarães, 2º Secretario (Encarregado do Consulado em Berlim).

Lucillo Antonio da Cunha Bueno, 2º Secretario.

AUSTRIA-HUNGRIA

Cyro de Azevedo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Luiz de Lima e Silva, 1º Secretario e Conselheiro de Legação (Serve provisoriamente).

Godofredo de Bulhões, 2º Secretario.

Carlos Martins Pereira e Souza, 2º Secretario (Serve provisoriamente).

BELGICA E SUECIA

Alfredo de Barros Moreira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

José de Oliveira Murinelly, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, 2º Secretario.

Fernando de Lara Palmeiro, 2º Secretario.

REPUBLICA FRANCEZA

Dr. Olyntho Maximo de Magalhães, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Oduvaldo Pacheco e Silva, 1º Secretario.

José Pinto de Souza Dantas, 1º Secretario (Encarregado do Consulado Geral em Paris).

Pedro Leão Velloso Netto, 2º Secretario.

GRÃ-BRETANHA

Eduardo Felix Simões dos Santos Lisbôa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Adalberto Guerra-Duval, 1º Secretario e Conselheiro de Legação (Serve de Encarregado de Negocios).

Gustavo de Vianna Kelsch, 2º Secretario.

Adolpho da Silva Gordo Junior, 2º Secretario.

GRECIA (MISSÃO ESPECIAL)

Carlos Magalhães de Azeredo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, em commissão.

HESPAÑHA

Antonio da Fontoura Xavier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Alfredo de Almeida Brandão, 1º Secretario e Conselheiro de Legação.

HOLLANDA

José Pereira da Graça Aranha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Alfredo Carlos Alcoforado, 1º Secretario.

Arminio de Mello Franco, 2º Secretario.

ITALIA

Pedro de Toledo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

João Fausto de Aguiar, 1º Secretario e Conselheiro de Legação (Serve de Encarregado de Negocios).

Luiz de Lima e Silva, 1º Secretario (Mandado servir provisoriamente em Vienna).

Carlos Rostaing Lisboa, 2º Secretario.

Carlos Martins Pereira e Souza, 2º Secretario (Mandado servir provisoriamente em Vienna).

NORUEGA E DINAMARCA

Manoel Carlos Gonçalves Pereira, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Abilio Cesar Borges, 1º Secretario e Conselheiro de Legação (Serve de Encarregado de Negocios em Christiania).

PORTUGAL E MARROCOS

Dr. Francisco Regis de Oliveira, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Nomeado).

Annibal Velloso Rebello, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Mario de Belfort Ramos, 2º Secretario.

RUSSIA

Alcibiades Peçanha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Octavio Fialho, 2º Secretario.

SANTA SÉ

Gastão da Cunha, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Carlos Lemgruber Kropf, 1º Secretario.

Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 2º Secretario.

SUISSA

Raul Paranhos do Rio-Branco, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Luiz Guimarães Filho, 1º Secretario.

Fernando de Souza Dantas, 2º Secretario.

TURQUIA

Carlos Magalhães de Azeredo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em commissão (Serve na Grecia em Missão Especial).

ASIA

JAPÃO E CHINA

....., Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

José Francisco de Barros Pimentel, 1º Secretario (Serve de Encarregado de Negocios).

Secção do Protocollo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de Abril de 1914.

ZACARIAS DE GÓES CARVALHO,
Director.

N. 3

Quadro do Corpo diplomatico estrangeiro

ESTADOS-UNIDOS DA AMERICA

Edwin Vernon Morgan, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

J. Butler Wright, 1º Secretario de Embaixada.

Major Frederick E. Johnston, Addido Militar.

REPUBLICA ARGENTINA

Dr. Lucas Ayarragaray, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Baldomero F. Gayan, 1º Secretario de Legação.

Dr. Honorio Leguizamón Pondal, 2º Secretario de Legação.

Commandante Eduardo R. Tello, Addido Militar.

REPUBLICA DA BOLIVIA

Dr. Moisés Ascarrunz, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Armando Chirveches, 1º Secretario de Legação.

Angel Campuzano, Addido á Legação.

REPUBLICA DO CHILE

Alfredo Irarrazaval Zañartu, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Dr. Eduardo Ruiz, 1º Secretario de Legação (Encarregado de Negocios).

Federico Agacio, 2º Secretario de Legação.

Major Manuel E. Lazo, Addido Militar.

Dr. Guillermo Medina, Addido Commercial.

REPUBLICA DA COLOMBIA

José Maria Uricoechea, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Francisco Mariño-Herrera, Secretario de Legação, Encarregado de Negocios.

REPUBLICA DE CUBA

Benjamin Giberga, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. José Luiz Gomez Garriga, Secretario de Legação.

REPUBLICA DO EQUADOR

General Treviño, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Nomeado).

Carlos M. Tobar Borgoño, 1º Secretario de Legação (Ausente).

REPUBLICA DE GUATEMALA

Dr. Eduardo Poirier, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

ESTADOS-UNIDOS MEXICANOS

Dr. Victoriano Salado Alvarez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Dr. Rómulo Castañeda, 1º Secretario de Legação (Encarregado de Negocios).

REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY

Eduardo Acevedo Diaz, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Arturo Miranda, 1º Secretario de Legação.

Elmano R. Vieira, 2º Secretario de Legação.

REPÚBLICA DO PANAMÁ

Belisario Porras, Ministro Residente (Ausente).

Dr. Ramon M. Valdés, Secretario de Legação (Ausente).

REPÚBLICA DO PARAGUAY

Ramon Lara Castro, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Benjamin Aceval, Secretario de Legação.

REPÚBLICA DO PERU'

Dr. Hernán Velarde, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Enrique Carrillo, 1º Secretario de Legação (Ausente).

EUROPA

IMPERIO ALLEMÃO

A. Pauli, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Otto Weber, Secretario de Legação (Ausente).

Kuno Tiemann, Addido á Legação.

Tenente Hans Prieger, Addido Militar (Ausente).

Edwin Grunow, Chancellor.

AUSTRIA-HUNGRIA

Franz Kolossa, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Alphonse Ritter Knaffl-Lenz von Fohnsdorf, Addido.

C. Herzog, Secretario-Archivista.

BELGICA

Adhemar Delcoigne, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

REPÚBLICA FRANCEZA

Etienne Lanel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Capitão L. Salats, Addido Militar.

A. Droullion, Secretario-Archivista.

GRÃ-BRETANHA

....., Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Arnold Robertson, Encarregado de Negocios, interino.

John Henry Stopford Birch, 3º Secretario de Legação.

Tenente-Coronel Sir Edward I. B. Grogan, Baronet, Addido Militar (Ausente).

Capitão Heathcot Grant, Addido Naval (Nomeado).

L. A. H. Parish, Chancellor.

HESPANHA

Manuel Garcia Jove, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Alberto de Aguilar y Gómez Acebo, Secretario de Legação.

Commandante de infantaria Juan Garcia Gomez Caminero, Addido Militar.

ITALIA

Barão Camillo Romano Avezzana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Conde Leopoldo Corinaldi, 1º Secretario de Legação (Ausente).

NORUEGA

Erik Colban, Encarregado de Negocios (Ausente).

Alberto Gertsch, Encarregado dos Negocios da Legação.

PAIZES BAIXOS

....., Enviado Extraordinario e
Ministro Plenipotenciario.

H. F. Palm, Encarregado dos Negocios da Legação.

PORTUGAL

Dr. Bernardino Luiz Machado, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Ausente).

Dr. Amadeu Ferreira d'Almeida Carvalho, 1º Secretario de Embaixada (Encarregado de Negocios).

Eugenio Carlos Martinez Tavares, 2º Secretario de Embaixada (Nomeado).

Carlos Sampayo Garrido, Conselheiro Commercial (Addido á Embaixada).

Alfredo Barbosa dos Santos, Agente Financeiro (Addido á Embaixada).

RUSSIA

Pierre Maximow, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

SANTA SÉ

Monsenhor Giuseppe Aversa, Arcebispo de Sardes, Nuncio Apostolico.

Monsenhor Enrico Gasparri, Auditor da Nunciatura.

Abbade Nicola Rocco, Addido á Nunciatura.

SUECIA

Johan Theodor Paues, Encarregado de Negocios.

SUISSA

Alberto Gertsch, Encarregado de Negocios.

ASIA

IMPERIO DO JAPÃO

Riotaro Hata, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Sadao Matsumura, Secretario de Legação de 1ª classe.

Ryoji Noda, Secretario-Interprete da Legação, de 1ª classe.

Yashichi Otani, Chancellor.

Tetsujiro Yamaguchi, Chancellor.

Secção do Protocollo da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de Abril de 1914.

ZACARIAS DE GÓES CARVALHO,

Director.

N. 4

Quadro dos empregados desta Secretaria de Estado, comprehendendo todas as commissões de que têm sido incumbidos desde sua primeira nomeação até o presente (.)

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>Sub-Secretario de Estado</i>			
Frederico Affonso de Carvalho.....	Nomeado.....	Addido a esta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercicio de seu cargo a 15 de janeiro de 1867).	14 de jan. de 1867
	Idem.....	Praticante.....	16 de maio de 1868
	Promovido.....	Amanuense..... (Esteve em goso de licença de 7 de abril a 13 de novembro de 1871.)	28 de out. de 1869
	Idem.....	2º Official.....	5 de maio de 1873
	Idem.....	1º Official.....	11 de ag. de 1883
	Idem.....	Director de Secção..... (Esteve em goso de licença de 3 de novem- bro de 1896 a 1º de fevereiro de 1897 e de 4 de julho a 5 de agosto de 1899.) (Serviu de Director Geral de 6 a 20 de julho de 1904, de 10 de janeiro a 28 de fevereiro, de 15 de junho a 1º de setem- bro de 1906 e de 4 de outubro de 1906 a 9 de maio de 1910.)	28 de nov. de 1890
	Nomeado.....	Director Geral..... (Tomou posse na mesma data.)	10 de maio de 1910
	Idem.....	Director Geral da Directoria dos Nego- cios Politicos e Diplomaticos.....	17 de maio de 1913
	Idem.....	Sub-Secretario de Estado, em commissão. (Tomou posse a 16 de março de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 45 annos, 10 mezes e 5 dias.	14 de mar. de 1914
<i>Directores Geraes</i>		---	
Frederico Affonso de Carvalho.....		(Serve de Sub-Secretario. Vide acima.)	

Luiz Leopoldo Fernan- des Pinheiro.....	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado... (Entrou em exercicio do seu cargo a 26 de abril de 1875.) (Esteve em goso de licença de 1 a 31 de janeiro de 1879.)	21 de abril de 1875
	Promovido.....	Amanuense.....	5 de dez. de 1879

(*) Na organização deste quadro só foram attendidas as interinidades de 15 ou mais dias.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.....	Nomeado.....	2º Official.....	22 de março de 1884
		(Esteve em gozo de licença de 17 de janeiro a 16 de fevereiro de 1886.)	
	Idem.....	1º Official.....	26 de jan. de 1889
	Designado	Director interino da 3ª Secção.....	26 de nov. de 1891
	Dispensado.....	Idem.....	6 de julho de 1893
	Promovido.....	Director de Secção.....	31 de julho de 1893
<i>Directores de Secção</i> Arthur Eduardo Raoux Briggs.....		(Serviu de Director Geral de 3 a 20 de março de 1904.)	
		(Serviu de Director Geral de 6 a 31 de março de 1913.)	
	Nomeado.....	Director Geral da Directoria dos Negocios Economicos e Consulares.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.)	
		Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 38 annos, 3 mezes e 7 dias.	
		—	
Raymundo Nonato Pecegoiro do Amaral....	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado...	12 de julho de 1886
		(Entrou em exercicio de seu cargo a 14 julho de 1883.)	
	Promovido.....	Amanuense.....	24 de jan. de 1888
	Idem.....	2º Official.....	31 de dez. de 1894
	Idem.....	1º Official.....	14 de nov. de 1896
	Designado.....	Archivista interino.....	1 de abril de 1901
		(Serviu até 11 de fevereiro de 1904)	
		(Serviu de Director da 1ª Secção de 12 de fevereiro a 13 de abril, de 7 de junho a 8 de julho, de 19 de julho a 25 de agosto de 1904, de 30 de setembro de 1904 a 15 de abril de 1905 e de 19 de abril de 1905 a 30 de março de 1906.)	
	Promovido.....	Director de Secção.....	31 de mar. de 1906
		(Tomou posse na mesma data.)	
		(Serviu de Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos de 17 de janeiro a 13 de março de 1914.)	
	Designado.....	Director Geral da Directoria dos Negocios Politicos e Diplomaticos.....	14 de mar. de 1914
		Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 27 annos, 0 mezes e 6 dias.	
		—	
	Nomeado.....	Praticante da Contadoria da Marinha....	22 de ag. de 1885
	Promovido.....	4º Escriptuario.....	2 de out. de 1886

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Raymundo Nonato Peçgueiro do Amaral.....	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado... (Entrou em exercício do seu cargo a 14 de maio de 1889.)	11 de maio de 1889
	Exonerado.....	4º Escripturario da Contadoria da Marinha.....	15 de maio de 1889
	Promovido.....	Amanuense desta Secretaria de Estado... (Serviu no Gabinete de 12 de setembro a 3 de novembro de 1891.)	14 de jan. de 1890
	Designado.....	Official de Gabinete.....	4 de nov. de 1891
	Dispensado.....	Idem.....	23 de nov. de 1891
	Designado.....	Auxiliar da Directoria Geral..... (Serviu no Gabinete de 7 a 25 de outubro de 1893 e de 15 de novembro de 1894 a 31 de agosto de 1906.)	16 de jan. de 1892
	Promovido.....	2º Official..... (Esteve em gozo de licença de 21 de junho a 10 de novembro de 1899.)	2 de maio de 1895
	Idem.....	1º Official..... (Serviu no Gabinete desde 5 de julho de 1901 até 14 de novembro de 1902.)	27 de fev. de 1902
	Nomeado.....	Official de Gabinete.....	15 de nov. de 1902
	Dispensado.....	Auxiliar da Directoria Geral.....	20 de nov. de 1902
	Idem.....	Official de Gabinete.....	2 de dez. de 1902
	Nomeado.....	Idem.....	3 de dez. de 1902
	Promovido.....	Director de Secção.....	21 de nov. de 1907
	Exonerado a pedido.....	Official de Gabinete..... (Esteve em comissão na Europa de 23 de abril de 1912 a 4 de janeiro de 1914 e está em comissão desde 5 de janeiro de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : Na Secretaria : 24 annos, 5 mezes e 12 dias.	22 de abril de 1912
Arino Ferreira Pinto...	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado... (Entrou em exercício do seu cargo a 20 de fevereiro de 1888.)	18 de fev. de 1888
	Promovido.....	Amanuense..... (Serviu de Archivista de 4 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894 e de 2 de janeiro a 6 de abril de 1895.)	11 de maio de 1889
	Idem.....	2º Official..... (Serviu de Director da 4ª Secção de 15 a 31 de dezembro de 1896.) (Esteve em gozo de licença de 1 de abril a 30 de setembro de 1899.)	31 de dez. de 1895

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Arino Ferreira Pinto.....		(Serviu de Director da 1ª Secção de 10 de março a 19 de junho, de 18 de julho a 22 de agosto de 1901, de 2 a 27 de janeiro, de 19 de maio a 4 de agosto e de 20 de setembro a 20 de novembro de 1902.)	
	Promovido.....	1º Official..... (Esteve em gozo de licença de 14 de janeiro a 13 de maio de 1904.) (Serviu de Director da 3ª Secção de 27 de janeiro a 11 de abril de 1905; de Director da 1ª Secção de 19 de agosto a 30 de setembro de 1907; de Director de 5ª Secção de 19 a 30 de abril, de 4 a 29 de maio e de 2 de outubro a 6 de novembro de 1909 e de Director da 1ª Secção de 21 de novembro de 1909 a 9 de maio de 1910.)	23 de out. de 1903
	Idem.....	Director de secção..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 24 annos, 6 mezes e 14 dias.	10 de maio de 1910
Gregorio Pecegheiro do Amaral.....	Nomeado.....	Addido á Contadoria da Marinha.....	23 de maio de 1887.
	Idem.....	Praticante.....	30 de abril de 1889
	Promovido.....	4º escripturario.....	23 de junho de 1890
	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Entrou em exercicio do seu cargo a 21 de novembro de 1891.) (Serviu de Archivista de 21 de setembro a 7 de outubro de 1893, de 11 a 27 de março de 1897, de 8 a 28 de fevereiro e de 15 de dezembro de 1898 a 14 de janeiro de 1899, de 20 de janeiro a 4 de março, de 15 de maio a 20 de julho e de 23 de outubro a 4 de dezembro de 1899, de 20 de agosto a 8 de outubro e de 17 de novembro de 1900 a 31 de março de 1901.)	20 de nov. de 1891
	Promovido.....	2º Official..... (Esteve em gozo de licença de 18 de fevereiro a 17 de maio de 1904.)	6 de mar. de 1901
	Nomeado.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano.....	31 de maio de 1904
	Idem.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano.....	2 de jan. de 1906
	Promovido.....	1º Official..... (Serviu de Director da 3ª Secção de 11 de setembro a 14 de novembro de 1903; de 1 de janeiro a 10 de março e de 14 a 31 de agosto de 1908; de 6 de setembro a 5 de outubro de 1909; de 27 de dezembro desse anno a 31 de janeiro de 1910 e de 15 de fevereiro a 31 de março de 1911.)	31 de mar. de 1906
	Idem.....	Director de Secção..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 na Secretaria : 21 annos, 7 mezes e 15 dias.	31 de mar. de 1911

NOMES	NOMINAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Napoleão Reis.....	Assentou praça.	Escola Militar do Distrito Federal.....	1 de mar. de 1880
	Teve.....	Baixa do serviço militar.....	11 de maio de 1891
	Nomeado.....	Praticante suplente da Direcção Geral dos Correios.....	31 de jan. de 1894
	Idem.....	Praticante da Administração dos Correios do Distrito Federal.....	25 de maio de 1894
	Idem.....	Amanuense da dita Administração.....	29 de ag. de 1894
	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.....	31 de out. de 1894
	Exonerado.....	(Entrou em exercício do seu cargo a 1 de novembro de 1894.) Amanuense da Administração dos Cor- reios.....	11 de nov. de 1899
	Promovido.....	(Estive em gozo de licença de 18 novem- bro de 1901 a 17 de fevereiro de 1902 e de 18 de fevereiro a 22 de março de 1904.) 2º Oficial desta Secretaria de Estado.....	31 de mar. de 1906
	Idem.....	(Serviu de Director da 2ª Secção de 8 a 21 de dezembro de 1909; de 23 de ja- neiro a 7 de fevereiro e de 25 de feve- reiro a 30 de abril de 1910.) 1º Oficial.....	10 de maio de 1910
	Idem.....	(Serviu de Director da 2ª Secção de 14 de maio de 1910 a 31 de março de 1911, de 6 de novembro a 1 de dezembro do mesmo anno e de 5 de fevereiro a 17 de março de 1913.) Director de Secção.....	16 de maio de 1913
	Nomeado.....	Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 na Secretaria: 13 annos, 6 me- ses e 7 dias. Amanuense desta Secretaria de Estado.....	31 de out. de 1899
	Designado.....	Auxiliar da Direcção Geral.....	20 de nov. de 1902
	Promovido.....	2º Oficial.....	31 de março de 1906
	Nomeado.....	(Serviu de Director da 2ª Secção de 18 de fevereiro a 25 de maio de 1907.) Secretario da Delegação Brasileira na 3ª Conferencia Internacional Americana de outubro a 22 de novembro de 1907.)	19 de julho de 1906
	Promovido.....	1º Oficial.....	10 de maio de 1910
		(Serviu de Director da 1ª Secção de 19 de janeiro a 26 de maio de 1911; de Director da 2ª Secção de 8 a 31 de agosto e de Director da 1ª Secção de 9	10 de maio de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Zacarias de Góes Car- valho		de outubro a 31 de dezembro do mesmo anno ; de Director da 2ª Secção de 22 de fevereiro a 30 de abril e de Dire- ctor da 1ª Secção de 11 de maio a 15 de junho de 1912.)	
	Promovido.....	Director de Secção..... (Tomou posse na mesma data) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 14 annos, 1 mez e 22 dias.	16 de maio de 1913
Raul Adalberto de Cam- pos.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio a 17 de março de 1902.) (Serviu no Gabinete do Ministro de 3 de fevereiro a 15 de outubro de 1903.)	15 de março de 1902
	Promovido.....	2º Official.....	23 de nov. de 1907
	Idem.....	1º Official..... (Serviu de Director da 4ª Secção de 22 de setembro a 3 de novembro de 1908 e de 1º abril de 1910 a 15 de maio de 1913.)	31 de março de 1911
	Promovido.....	Director de Secção..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 12 annos, 0 mezes e 8 dias.	16 de maio de 1913
<i>Bibliothecario</i>			
Antonio Jansen do Paço	Nomeado.....	Official da Bibliotheca Nacional..... (Tomou posse no dia 8.)	6 de mar. de 1883
	Promovido.....	Chefe da Secção de manuscritos da mes- ma Bibliotheca (Tomou posse no dia 4.)	2 de agt. de 1890
	Exonerado	Idem..... (Exerceu o seu cargo até 9 de novembro de 1892.)	7 de nov. de 1892
	Reintegrado....	Idem..... (Reassumiu no dia 11.)	10 de out. de 1895
	Designado.....	Chefe da Comissão encarregada da reor- ganização do Archivo desta Secretaria do Estado..... (Serviu no Gabinete do Ministro desde 14 de agosto de 1903.)	17 de dez. de 1903
	Nomeado.....	Bibliothecario, Director da 1ª Secção da Bibliotheca Nacional..... (Tomou posse, mas não entrou em exer- cicio, no dia 18.)	11 de jun. de 1911
	Idem.....	Bibliothecario desta Secretaria de Estado. (Tomou posse na mesma data.)	16 de maio de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMRAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Antonio Jansen do Paço	Exonerado.....	Director de Secção da Bibliotheca Nacional..... (Serve de Director da Secção do Archivo desde 16 de maio de 1913.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: Na Secretaria 10 annos, 7 mezes e 18 dias.	de jun. de 1913
<i>10^s Officiaes</i>		—	
Manoel Raymundo de Menezes.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Entrou em exercicio do cargo a 17 de janeiro de 1899.) (Esteve em gozo de licença de 10 de fevereiro a 9 de junho de 1899 e de 13 de fevereiro a 11 de junho de 1902.)	16 de jan. de 1899
	Promovido.....	2º Official..... (Esteve em gozo de licença de 3 de novembro de 1905 a 18 de abril de 1906.) (Serviu de Director da 4ª Secção de 1 a 30 de novembro de 1906 e de 4 de fevereiro a 18 de março de 1908.) (Esteve em gozo de licença de 7 de novembro de 1910 a 6 de janeiro de 1911.)	25 de maio de 1905
	Idem.....	1º Official..... (Tomou posse a 1 de março.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 13 annos, 5 mezes e 21 dias.	28 de fev. de 1913
Raphael de Mayrinck...	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Tomou posse em 22 de fevereiro de 1900.)	31 de fev. de 1900
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse em 23 de outubro de 1903.)	22 de out. de 1903
	Nomeado.....	2º Secretario na Belgica.....	26 de mar. de 1906
	Exonerado.....	2º Official desta Secretaria de Estado.... (Serviu até 31 de março de 1906.) (Esteve em commissão de 1 de abril a 4 de setembro de 1906.)	31 de mar. de 1906
	Nomeado.....	Secretario da Delegação Brasileira na 3ª Conferencia Internacional Americana.. (Partiu para Bruxellas em 5 de setembro de 1906 e chegou em 1 de outubro seguinte.) (Serviu de Encarregado de Negocios de 17 outubro de 1906 a 15 de abril de 1907.)	19 de jul. de 1906
	Removido.....	2º Secretario na Venezuela..... (Partiu de Bruxellas em 3 de setembro e chegou a Caracas em 4 de outubro de 1907.)	19 de julho de 1907

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Raphael de Mayrink...		(Esteve em gozo de licença de 18 de fevereiro de 1909 a 17 de fevereiro de 1910.) (Esteve em comissão de 13 de fevereiro a 17 de junho de 1910.)	
	Removido.....	2º Secretario na Colombia..... (Serviu de Encarregado de Negocios desde 1 de agosto de 1910 a 12 de dezembro de 1912.) (Esteve em comissão de 13 de dezembro de 1912 a 15 de abril de 1913.)	11 de março de 1910
	Exonerado.....	2º Secretario de Legação.....	16 de abril de 1913
	Nomeado.....	2º Official desta Secretaria de Estado...	16 do abril de 1913
	Promovido.....	1º Official..... (Tomou posse na mesm data.)	16 de maio de 1913
	Designado.....	Auxiliar da Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos..... (Serve de Director da Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, Asia, Africa e Oceania desde 4 de fevereiro de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: Na Secretaria 6 annos, 8 mezes e 19 dias — no Corpo Diplomatico: 7 annos, 3 mezes e 15 dias — Total: 14 annos 0 mezes e 4 dias.	17 de maio de 1913
Henrique José de Sales.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado. (Entrou em exercicio a 18 de março de 1902.) (Serviu no Gabinete de 3 de fevereiro a 24 de março de 1903.) (Serviu de Auxiliar da Directoria Geral de 10 a 23 de março de 1904; de 18 de fevereiro a 25 de maio e de 11 de outubro a 22 de novembro de 1907.)	15 de mar. de 1902
	Promovido.....	2º Official.....	23 de jun. de 1903
	Idem.....	1º Official..... (Tomou posse na mesma data).	16 de maio de 1913
	Designado.....	Auxiliar da Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 11 annos, 11 mezes e 2 dias.	17 de maio de 1913
Carlos Ferreira de Araujo.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Entrou em exercicio na mesma data.)	23 de nov. de 1903
	Passou a.....	º Official.....	31 de agosto de 1909
	Promovido.....	2º Official..... Serviu de Director da 2ª Secção de 6 a 31 de março de 1913.)	10 de maio de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Carlos Ferreira de Araujo.....	Promovido.....	1º Official..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 10 annos, 2 mezes e 6 dias.	16 de maio de 1913
—			
Arthur Guimarães de Araujo Jorge.....	Nomeado.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro Boliviano.....	21 de junho de 1905
	Idem.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro- Peruano.....	2 de janeiro de 1903
	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado... (Entrou em exercicio na mesma data.)	2 de abril de 1906
	Idem.....	Secretario da Delegação Brasileira na 3ª Conferencia Internacional Americana	10 de julho de 1906
	Exonerado.....	Auxiliar dos Tribunaes Arbitraes Brasi- leiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano...	1 de agosto de 1907
	Passou a.....	3º Official.....	31 de agosto de 1909
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse na mesma data.) (Serviu no Gabinete do Ministro desde 5 de agosto de 1907 a 8 de fevereiro de 1913.)	31 de março de 1911
	Promovido.....	1º Official..... (Estove em commissão na Europa de 9 de fevereiro de 1913 a 25 de março de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 8 annos, 9 mezes e 4 dias.	16 de maio de 1913
—			
Antonio Alves da Fon- seca.....	Assentou praça.	Batalhão Academico.....	15 de ag. de 1892
		(Serviu na divisão em operações em Ni- cheroy durante a revolta em setembro de 1893, sendo elogiado pelo seu zelo, intelligencia, actividade e bravura.)	
	Teve honras de.	Alferes do Exercito por decreto de.....	15 de out. de 1894
	Excluido.....	das fileiras do Exercito por se ter matri- culado na Escola Militar.....	9 de mar. de 1895
	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Entrou em exercicio a 5 de abril de 1906.)	2 de abril de 1906
	Passou a.....	3º Official..... (Serviu de Auxiliar do Consultor Juridico deste Ministerio de 1 de julho de 1907 a 7 de fevereiro de 1912.) (Serviu no Gabinete do Sub-Secretario de Estado de 7 de fevereiro de 1912 a 19 de janeiro de 1913.)	31 de ag. de 1909

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Antonio Alves da Fonseca.....	Promovido.....	2º Oficial.....	28 de fev. de 1913
	Idem.....	1º Oficial.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.)	
		(Serve no Gabinete do Ministro desde 20 de janeiro de 1913.)	
		Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : Na Secretaria, 7 annos, 10 mezes e 14 dias.	

Rodrigo Heraclito Ribeiro.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 15 de maio de 1906 a 22 de junho de 1907.)	
	Nomeado.....	Amauense desta Secretaria de Estado... (Tomou posse na mesma data.)	23 de jun. de 1908
	Passou a.....	3º Oficial.....	31 de ag. de 1909
		(Serviu no Gabinete do Sub-Secretario de Estado desde 7 de fevereiro de 1912 a 19 de janeiro de 1913.)	
		(Serve no Gabinete do Ministro de Estado desde 20 de janeiro de 1913.)	
	Promovido.....	1º Oficial.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.)	
		(Esteve em gozo de licença de 11 de dezembro de 1913 a 28 de fevereiro de 1914.)	
	Designado.....	Para dirigir o Consulado em Cobija.....	14 de fev. de 1914
		Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 7 annos, 7 mezes e 16 dias.	

Sylvio Romero (filho).....		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 2 de janeiro a 28 de dezembro de 1908.)	
	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Tomou posse na mesma data.)	29 de dez. de 1908
	Passou a.....	3º Oficial.....	31 de ag. de 1909
	Nomeado.....	Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.....	3 de mar. de 1913
	Promovido.....	1º Oficial.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.)	
		(Serviu de Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado de 3 de março de 1913 a 13 de março de 1914, accumulando as funções de Official de Gabinete do Ministro interino Dr. Regis de Oliveira, de 17 de maio a 16 de agosto de 1913.)	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Sylvio Romero (filho).....		(Serve de addido ao Gabinete do Ministro desde 14 de março de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 5 annos, 11 mezes e 19 dias. —	
Helio Lobo Leite Pereira.....	Nomeado.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano.....	31 de dez. de 1907
	Idem.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano.....	3 de nov. de 1908
	Idem.....	Secretario da Delegação Brasileira na 4ª Conferencia Internacional Americana.....	23 de junho de 1910
	Exonerado.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano.....	1 de out. de 1910
	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse na mesma data.)	1 de out. de 1910
	Idem.....	Secretario da Comissão Internacional de Jurisconsultos, encarregada de codificar no Rio de Janeiro o Direito Internacional Americano.....	22 de jun. de 1912
	Idem.....	Secretario da Comissão Internacional de Jurisconsultos na sua Secretaria Geral no Rio de Janeiro.....	2 de jan. de 1913
	Idem.....	Addido á Legação em Buenos Aires.....	8 de abril de 1913
	Promovido.....	1º Official.....	16 de maio de 1913
	Nomeado.....	Secretario do Ministro de Estado na sua sua viagem official aos Estados Unidos da America..... (Serve no Gabinete do Ministro desde 5 de abril de 1913.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 5 annos, 11 mezes e 5 dias. —	16 de maio de 1913
2ºs Officiaes			
Henrique Pecegheiro do Amaral.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Entrou em exercicio a 27 de maio de 1905.)	25 de maio de 1905
	Passou a.....	3º Official..... (Serviu no Gabinete do Ministro desde 9 de abril de 1905 até 5 de julho de 1910.)	31 de agosto de 1909
	Promovido.....	2º Official..... (Esteve em gozo de licença de 15 de outubro de 1913 a 14 de janeiro de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 8 annos, 6 mezes e 25 dias. —	15 de maio de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Ayres de Maya Mon- teiro.....	Nomeado.....	3º Official..... (Tomou posse em 13 de novembro de 1910.)	14 de nov. de 1910
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 3 annos, 3 mezes e 24 dias.	16 de maio de 1913
Mario de Barros e Vas- concellos.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 29 de junho de 1903 a 28 de fevereiro de 1913.)	
	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado... (Tomou posse a 1º de março.)	23 de fev. de 1913
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 7 annos, 9 mezes e 11 dias.	16 de maio de 1913
Rodolpho de Siqueira Fritz.....	Nomeado.....	Addido á Legação do Brasil na Alle- manha..... Serviu addido a esta Secretaria de Es- tado de 24 de junho de 1909 a 5 de junho de 1911.)	25 de out. de 1906
	Idem.....	3º Official desta Secretaria de Estado... (Tomou posse em 6 de junho de 1911.) (Esteve em gozo de licença de 19 de feve- reiro a 18 de abril de 1912.)	31 de maio de 1911
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse na mesma data.) (Está em gozo de licença desde 8 de ja- neiro de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: Na Secretaria 2 annos, 7 mezes e 9 dias.	16 de maio de 1913
Matheus de Albuquer- que.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 22 de abril de 1911 a 10 de março de 1913.)	
	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 11 de março.)	28 de fev. de 1913
	Promovido.....	2º Official..... (Tomou posse na mesma data.)	16 de maio de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Mathews de Albuquerque.....		(Serve de Director da Secção dos Negocios Políticos e Diplomaticos da America desde 17 de janeiro de 1914.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 2 annos, 11 mezes e 9 dias. —	
Antonio de S. Clemente.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Es- tado de 2 ^a de janeiro de 1912 a 28 de fevereiro de 1913.) Nomeado..... 3 ^o Official desta Secretar.a de Estado....	28 de fev. de 1913
		(Tomou posse a 1 de março.) Promovido 2 ^o Official.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.) (Serve no Gabinete do Sub-Secretario de Estado desde 15 de março de 1913.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 2 annos, 2 mezes e 8 dias. —	
Fernando de Azevedo Milanez.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Es- tado de 13 de outubro de 1912 a 28 de fevereiro de 1913.) Nomeado..... 3 ^o Official desta Secretaria de Estado....	28 de fev. de 1913
		(Tomou posse a 1 de março.) Promovido 2 ^o Official.....	16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 1 anno, 5 mezes e 3 dias. —	
João Coelho Gomes Ri- beiro.....	Nomeado.....	2 ^o Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 9 de junho de 1913.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 9 mezes e 22 dias. —	16 de maio de 1913
Manoel Coelho Rodri- gues.....	Nomeado.....	Amanuense desta Secretaria de Estado.. (Esteve em gozo de licença de 14 de se- tembro a 23 de dezembro de 1897 e de 10 de junho a 9 de setembro de 1899.) Exonerado a pe- dido..... Idem.....	20 de jul. de 1893 28 de set. de 1899
	Nomeado.....	2 ^o Official..... (Tomou posse na mesma data.)	16 de maio de 1913

NOMES	NOMEAÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Manoel Coelho Rodrigues	Nomeado.....	Oficial de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.....	14 de março de 1914
3.ª Officias			
Samuel de Souza Leão	Nomeado.....	3.ª Official desta Secretaria de Estado.....	16 de maio de 1913
(Tomou posse na mesma data.)			
(Serviu addido ao Gabinete do Sub-Secretario de Estado de 1.º de abril de 1912 a 19 de janeiro de 1.º de maio de 1913.)			
(Serve de Auxiliar da Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos desde 4 de fevereiro de 1914.)			
Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 2 annos, 6 mezes e 6 dias.			
Carlos Alberto Moniz Gordilho	Nomeado.....	3.ª Official desta Secretaria de Estado.....	16 de maio de 1913
(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 14 de outubro de 1912 a 15 de maio de 1913.)			
(Tomou posse na mesma data.)			
(Serve no Gabinete do Sub-Secretario do Estado desde 7 de junho de 1913.)			
Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 1 anno, 5 mezes e 18 dias.			
Paulo Godoy	Nomeado.....	3.ª Official desta Secretaria de Estado.....	16 de maio de 1913
(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 5 de fevereiro a 15 de maio de 1913.)			
(Tomou posse na mesma data.)			
Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 1 anno, 1 mez e 11 dias.			
Carlos Celso de Oure Preto	Nomeado.....	3.ª Official desta Secretaria de Estado.....	16 de maio de 1913
(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 4 de março a 15 de maio de 1913.)			
(Tomou posse na mesma data.)			
Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 9 mezes e 29 dias.			

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Francisco Pessoa de Queiroz.....	Nomeado.....	(Serviu addido a esta Secretaria de Es- tado de 25 de março a 15 de maio de 1913.) 3º Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 11 mezes e 29 dias.	16 de maio de 1913
Gustavo de Souza Ban- deira.....	Nomeado.....	(Serviu addido a esta Secretaria de Es- tado de 19 de setembro a 20 de de- zembro de 1912 e de 3 de abril a 15 de maio de 1913.) 3º Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 1 anno, 2 mezes e 3 dias.	16 de maio de 1913
Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.....	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 10 mezes e 4 dias.	16 de maio de 1913
Torquato da Rosa Mo- reira Junior.....	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 9 mezes e 28 dias.	16 de maio de 1913
Labienco Salgado dos Santos.....	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 10 mezes e 4 dias.	16 de maio de 1913
Adolpho Konder.....	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 9 mezes e 28 dias.	16 de maio de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Rodolpho Riegel Filho..		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 12 de maio a 31 de agosto de 1913.)	
	Nomeado.....	3º Official desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 1 de setembro.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 10 mezes e 20 dias.	14 de agt. de 1913
<i>Praticantes</i>			
Henrique Pinheiro de Vasconcellos.....		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 12 de março a 31 de agosto de 1913.)	
	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 1 de setembro.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 1 anno, 0 mezes e 17 dias.	14 de agt. de 1913
<i>Milton Cesar Weguelin Vieira.....</i>			
		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 12 de março a 31 de agosto de 1913.)	
	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 1 de setembro.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 1 anno, 0 mezes e 19 dias.	14 de agt. de 1913
<i>Luiz Carlos de Andrade Filho.....</i>			
		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 17 de abril a 31 de agosto de 1913.)	
	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado.... (Tomou posse a 1 de setembro.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 11 mezes e 14 dias.	14 de agt. de 1913
<i>Auxiliar do Bibliothecario</i>			
Gaspar de Araujo Monteiro.....		(Foi servente desta Secretaria de Estado de 7 de maio de 1906 a 3) de setembro de 1913, tendo servido ultimamente de calligrapho).	
	Nomeado.....	Auxiliar do Bibliothecario desta Secretaria de Estado..... (Tomou posse na mesma data.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 7 annos, 10 mezes e 24 dias.	1 de out. de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CÂTEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
<i>Porteiro</i>			
Antonio Pereira de Mi- randa.....	Assentou praça.	Corpo Militar de Policia do Rio de Janeiro.....	1 de set. de 1874
	Promovido.....	Cabo de esquadra.....	2 de out. de 1879
	Teve baixa.....		8 de dez. de 1885
	Nomeado.....	Continuo desta Secretaria de Estado.... (Entrou em exercicio do seu cargo a 7 de dezembro de 1885.)	7 de dez. de 1885
	Designado.....	Ajudante do Porteiro.....	7 de dez. de 1885
	Promovido.....	Idem..... (Serviu de Porteiro de 17 de fevereiro a 31 de março de 1904 e de 13 de agosto a 1 de setembro de 1904; de 14 de agosto a 2 de dezembro de 1905 e de 11 de setembro a 10 de outubro de 1906.) (Esteve em gozo de licença de 23 de julho a 22 de agosto de 1907.) (Serviu de Porteiro de 11 de setembro a 18 de novembro de 1907; de 1 de agosto a 31 de outubro de 1908; de 7 de abril a 7 de maio de 1909; de 7 de maio a 12 de junho de 1910; de 8 de abril a 18 de maio de 1911; de 4 a 24 de julho de 1911 e de 29 de dezembro de 1911 a 20 de novembro de 1912.)	23 de abril de 1892
	Nomeado.....	Porteiro..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: na Secretaria; 27 annos, 11 mezes e 29 dias.	21 de nov. de 1912
<i>Ajudante do porteiro</i>			
Miguel José da Costa...	Nomeado.....	Continuo desta Secretaria de Estado.... (Entrou em exercicio do seu cargo na mesma data.) (Anteriormente a essa nomeação conta, em virtude do dec. n. 1380, de 22 de outubro de 1908, tempo de serviço como Servente desta Secretaria de Estado no periodo de 18 de maio de 1889 a 5 de maio de 1893.) (Esteve em gozo de licença de 16 de abril a 20 de setembro de 1900.)	6 de maio de 1893
	Idem.....	Continuo do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano.....	1 de jun. de 1901
	Idem.....	Continuo do Tribunal Arbitral Brasileiro-Paraguayo..... (Serviu de Ajudante do Porteiro desta Secretaria de Estado de 29 de dezembro de 1911 a 20 de novembro de 1912.)	2 de jan. de 1906
	Idem.....	Ajudante do Porteiro..... (Serviu de Porteiro de 29 de abril a 17 de maio e de 12 de julho a 6 de agosto de 1913.) Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914: 23 annos, 8 mezes e 12 dias.	21 de nov. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMINAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Continuos : Americo Ventura Rodri- gues.....		(Foi Servente desta Secretaria de Estado de 19 de fevereiro de 1891 a 26 de maio de 1905.)	25 de maio de 1905
	Nomeado.....	(Entrou em exercício do seu cargo a 27 de maio de 1905.) (Esteve em gozo de licença de 7 de ou- tubro de 1911 a 5 de janeiro de 1912.) (Serviu de Ajudante do Porteiro de 29 de abril a 17 de maio e de 12 de julho a 6 de agosto de 1913.) Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 : 22 annos, 10 mezes e 18 dias.	25 de maio de 1905
Salvador Gonzalez.....		(Foi Servente desta Secretaria de Estado de 6 de agosto de 1906 a 22 de fevereiro de 1912.)	23 de fev. de 1912
	Nomeado.....	(Entrou em exercício na mesma data.) Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 : 7 annos, 7 mezes e 24 dias.	23 de fev. de 1912
Braz José de Oliveira.....		(Foi servente desta Secretaria de Estado de 1 de abril de 1885 a 20 de novembro de 1912.)	21 de nov. de 1912
	Nomeado.....	Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 : 29 annos, 0 mezes, 0 dias.	21 de nov. de 1912
Carlos Salgado.....		(Foi servente desta Secretaria de Estado de 21 de maio de 1908 a 20 de novembro de 1912.)	21 de nov. de 1912
	Nomeado.....	Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 : 5 annos, 10 mezes e 11 dias.	21 de nov. de 1912
Oscar de Souza Azevedo.....		(Foi servente desta Secretaria de Estado de 16 de novembro de 1903 a 30 de se- tembro de 1913.)	14 de out. de 1913
	Nomeado.....	Tempo líquido de serviço até 31 de março de 1914 : 10 annos, 4 mezes e 15 dias.	14 de out. de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO N. 4

NOMES	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	DATAS DOS DECRETOS E PORTARIAS
Amphiloquio Teixeira Alves.....		(Foi servente desta Secretaria de Estado de 18 de setembro de 1904 a 30 de setem- bro de 1913.)	
	Nomeado.....	Continuo desta Secretaria de Estado..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 9 annos, 6 mezes e 13 dias.	1 de out. de 1913
José Lucas Gomes da Silva.....		(Foi Servente desta Secretaria de Estado de 10 de março de 1907 a 30 de setembro de 1913.)	
	Nomeado.....	Continuo desta Secretaria de Estado..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 7 annos, 0 mezes e 22 dias.	1 de out. de 1913
<i>1º Correio</i>			
Joaquim Fernandes de Sá.....	Assentou praça	Corpo Militar de Policia do Rio de Ja- neiro.....	20 de agosto de 1875
	Promovido.....	Cabo de esquadra.....	1 de dez. de 1878
	Teve baixa.....		15 de nov. de 1881
	Nomeado.....	Correio da Secretaria da Justiça.....	14 de nov. de 1881
	Idem.....	Idem desta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 12 de agosto de 1883.) (Esteve em gozo de licença de 16 de de- zembro de 1886 a 12 de março de 1887.)	4 de agosto de 1883
	Passou a.....	1º Correio..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : Na Secretaria: 30 annos, 0 mezes e 22 dias.	4 de jan. de 1912
<i>2º Correio</i>			
Carlos Pinto da Costa.	Nomeado.....	Correio desta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 1 de outubro de 1903.)	30 de set. de 1903
	Passou a.....	2º Correio..... Tempo liquido de serviço até 31 de março de 1914 : 10 annos, 3 mezes e 18 dias.	4 de jan. de 1912

Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 31 de março de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS
Director

N. 5

Quadro dos empregados diplomaticos e consulares brasileiros em effectividade e em disponibilidade (1)

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC,	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Cyro de Azevedo.	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Partiu a 16 de janeiro de 1890.)	Chile.....	11 de jan. de 1890
	Removido.....	Idem	Perú.....	6 de mar. de 1890
	Idem.....	Idem de 1ª classe.....	Hespanha	4 de dez. de 1890
	Idem.....	Idem.....	Republica Argentina.	7 de mar. de 1891
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 31 de dezembro de 1892 e de 10 de agosto a 9 de dezembro de 1895)	Mexico.....	2 de mar. de 1892
	Idem.....	Idem.....	Vienna.....	16 de dez. de 1895
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em gozo de licença de 23 de maio a 29 de agosto de 1900.)	Allemanha.....	10 de jan. de 1898
	Idem.....	Idem.....	Republica Argentina.	23 de jul. de 1900
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 18 de abril a 20 de setembro de 1905.)	Austria-Hungria.....	16 de jan. de 1905
		—		
Dr. Francisco Regis de Oliveira..	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Partiu a 22 de julho de 1871.)	Republica da Bolivia.	11 de jan. de 1871
	Removido.....	Idem.....	Austria-Hungria.....	10 de jun. de 1872
	Mandado servir.....		França	3 de jun. de 1874
	Promovido ...	Secretario.....	Republica do Perú....	11 de fev. de 1877
	Mandado servir.....		Republica Oriental do Uruguay.....	30 de out. de 1878
		(Serviu de encarregado de negocios de 20 de maio a 25 de junho de 1879.)		

(1) Em virtude de ordem de S. Ex. o Sr. Ministro, na organização deste quadro foram attendidas sómente as reclamações documentadas ou dependentes de verificação por este Ministerio e que interessam á promoção ou aposentadoria.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Reis de Oliveira.		(Esteve em gozo de licença de 12 de abril a 11 de agosto de 1880 e de 20 de abril a 19 de julho de 1881)		
	Removido....	Secretario.....	Allemanha.....	22 de jun. de 1881
		(Esteve em gozo de licença de 18 de janeiro de 1885 a 1 de janeiro de 1886.)		
	Promovido ...	Encarregado de negocios...	Republica do Paraguay.....	28 de nov. de 1885
		(Esteve em gozo de licença de 2 de novembro de 1887 a 31 de abril de 1888.)		
	Idem.....	Ministro residente.....	Hespanha.....	20 de agt. de 1888
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Austria-Hungria.....	2 de agt. de 1890
	Removido....	Idem de 1ª classe.....	Russia.....	18 de dez. de 1890
		(Esteve em gozo de licença de 15 de setembro a 14 de dezembro de 1892.)		
	Idem.....	Idem.....	Italia.....	31 de jul. de 1893
	Acreditado cumulativamente.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Austria-Hungria.....	7 de fev. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	7 de jan. de 1899
		(Esteve em comissão de 1 a 25 de agosto de 1900 e em gozo de licença de 27 do mesmo mez até 29 de fevereiro de 1901.)		
	Removido ...	Idem.....	Idem.....	23 de jun. de 1902
		(Esteve em gozo de licença de 11 de outubro a 10 de novembro de 1904.)		
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	10 de jan. de 1905
		(Esteve em gozo de licença de 23 de março a 22 de setembro de 1905.)		
	Nomeado cumulativamente.....	Idem.....	Noruega.....	16 de jan. de 1908
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	15 de jan. de 1910
	Nomeado em missão especial.....	Embaixador extraordinario para representar o Brasil nas solemnidades do cinquentenario da unificação da Italia.....	Italia.....	5 de mar. de 1911
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Missão Especial para representar o Brasil nas solemnidades da coroação de Sua Magestade Jorge V	Grã-Bretanha.....	10 de maio de 1911
	Nomeado....	Sub-Secretario de Estado, em comissão.....		1 de mar. de 1913

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Regis de Oliveira.	Exonerado....	Do cargo que exercia, por ter sido nomeado Sub-Secretario de Estado..... (Serviu de Ministro do Estado interino das Relações Exteriores de 17 de maio a 16 de agosto de 1913).	Grã-Bretanha.....	1 de mar. de 1913
	Nomeado....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario com a Commissao de Embaixador extraordinario e plenipotenciario.....	Portugal.....	14 de mar. de 1914
Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa	Nomeado....	Addido de 1ª classe..... (Partiu a 25 de dezembro de 1876.)	Chile.....	30 de agt. de 1876
	Removido....	Idem..... (Serviu de secretario de 11 de julho a 31 de outubro de 1881, de 27 de setembro de 1884 a 25 de março de 1885 e de 12 de dezembro de 1885 a 25 de abril de 1886.)	Portugal.....	26 de fev. de 1881
	Idem.....	Idem..... (Serviu de secretario de 1 de novembro de 1889 a 17 de junho de 1890 e de 3 de julho a 6 de novembro de 1890; serviu de encarregado de negocios de 6 de novembro a 2 de dezembro de 1890.)	Grã-Bretanha	12 de dez. de 1885
	Promovido....	Secretario..... (Serviu de secretario da Legação em Londres de 2 de dezembro de 1890 a 21 de maio de 1891.)	Suissa.....	10 de nov. de 1890
	Passou a....	1º secretario..... (Foi encarregado da direcção do Consulado Geral em Genebra de 5 de abril a 8 de julho de 1892.) (Serviu de encarregado de negocios de 4 de maio a 8 de julho de 1892.)	Suissa.....	12 de dez. de 1890
	Removido....	1º secretario.....	Grã-Bretanha.....	6 de abril de 1892
	Promovido...	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Bolivia.....	6 de jan. de 1897
	Removido....	Idem	Perú.....	11 de agt. de 1903
	Idem.....	Idem.....	Hollanda,.....	13 de dez. de 1906
	Nomeado....	Delegado do Brasil na Segunda Conferencia da Paz na Haya.....		1 de abril de 1907

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Eduardo Felix Si- mões dos Santos Lisboa.....	Nomeado cumulativa- mente.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario	Dinamarca.....	16 de jan. de 1903
	Exonerado...	Idem.....	Idem.....	15 de jan. de 1910
	Removido...	Idem.....	Portugal.....	30 de abril de 1912
	Idem.....	Idem.....	Santa Sé.....	18 de fev. de 1913.
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	16 de maio de 1913
		(Chegou a Londres a 19 de julho de 1913).		
Dr. Olyntho Ma- ximo de Maga- lhães.....	Nomeado....	2º secretario.....	Austria-Hungria....	15 de mar. de 1892
	Designado...	Servir na missão especial...	Estados Unidos da America.....	25 de agt. de 1892
	Promovido...	1º secretario.....	Mexico..	31 de out. de 1894
	Dispensado...	Do cargo que exercia na missão especial.....	Estados Unidos da America.....	11 de fev. de 1895
		(Seguiu para o seu posto no Mexico em 20 de abril de 1895.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 10 de agosto a 31 de dezembro de 1895.)		
	Removido....	1º secretario.....	França.....	2 de jan. de 1896
	Promovido...	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Russia.....	17 de abril de 1897
	Removido....	Idem.....	Suissa.....	5 de jan. de 1898
	Chamado....	A serviço publico no Brasil.		21 de agt. de 1898
	Exonerado...	E posto em disponibilidade.		11 de nov. de 1898
	Nomeado....	Ministro de Estado das Re- lações Exteriores.....		15 de nov. de 1898
		(Desempenhou esse cargo até 15 de novembro de 1902.)		
	Declarada sem effeito.	Sua exoneração e disponibi- lidade de 14 de novembro de 1898.....		14 de nov. de 1902
	Exonerado...	E posto em disponibilidade.		14 de nov. de 1902
	Mandado.....	Exercer o seu cargo.....	Suissa.....	30 de abril de 1903
		(Esteve em gozo de licença de 7 de março de 1906 a 28 de fevereiro de 1907; de 1 de dezembro de 1908 a 18 de outubro de 1909 e de 1 de março de 1911 a 30 de abril de 1912.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Olyntho Ma- ximo de Maga- lhães.....	Removido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Assumiu o exercicio em 1 de julho de 1912.)	França.....	30 de abril de 1912
Dr. Bruno Gon- çalves Chaves.	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	Mexico.....	10 de nov. de 1890
	Passou a....	2º secretario.....	Idem.....	12 de dez. de 1890
	Removido....	Idem..... (Partiu a 10 de abril de 1891.) (Dirigiu o Consulado Geral em Pariz de 24 de julho a 5 de novembro e serviu de 1º secretario de 8 de agosto a 7 de setembro de 1892.)	França.....	18 de fev. de 1891
	Promovido ...	1º secretario..... (Esteve em gozo de licença de 17 de abril a 16 de se- tembro de 1893.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho a 15 de outubro de 1893.)	Italia	31 de out. de 1894
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em gozo de licença de 1 de março a 16 de ou- tubro de 1901.)	Austria-Hungria.....	7 de jan. de 1899
	Removido....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 21 de março de 1903 a 16 de janeiro de 1907 e de 16 de abril a 15 de dezem- bro de 1911.)	Santa Sé.....	23 de jun. de 1902
	Idem.....	Idem..... (Chegou a Montevideo em 2 de setembro de 1913).	Uruguay.....	18 de fev. de 1913
Manoel Carlos Gonçalves Pe- reira	Nomeado....	Addido de 2ª classe.....	Republica Oriental do Uruguay	12 de dez. de 1885
	Mandado ser- vir		Republica Argentina.	16 de dez. de 1885
	Confirmado...	Addido de 2ª classe.....	Idem	19 de nov. de 1887
	Nomeado....	Idem de 1ª classe..... (Partiu a 9 de junho de 1888.)	Bolivia.....	18 de fev. de 1888

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Carlos Gonçalves Pe- reira.....	Mandado ser- vir	(Serviu de encarregado de negocios de 5 de agosto de 1888 a 23 de abril de 1890 e de secretario de 24 de abril de 1890 a 28 de fe- vereiro de 1890.)	Perú	28 de fev. de 1883
	Destacado....	Addido de 1ª classe.....	Chile	17 de jan. de 1890
	Passou a....	2º secretario.....	Perú	12 de dez. de 1890
		(Esteve em gozo de licença de 12 maio de de 1891 a 11 de maio de 1892.)		
	Destacado....	Idem.....	Grã-Bretanha	1 de jul. de 1891
	Removido....	Idem.....	Portugal	6 de abril de 1892
	Idem.....	Idem.....	Hespanha	3 de dez. de 1892
		(Serviu de encarregado de negocios de 4 de outubro de 1894 a 20 de março de 1895.)		
		(Esteve em gozo de licença de 11 de abril a 10 de se- tembre de 1895.)		
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha	31 de jul. de 1895
	Promovido...	1º secretario.....	Perú.....	2 de jan. de 1896
		(Serviu de encarregado de negocios de 25 de junho a 5 de agosto de 1896.)		
	Removido....	Idem.....	Japão	17 de abril de 1897
	Exonerado....	E posto em disponibilidade. (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 1 de outubro de 1899.)		24 de dez. de 1898
	Designado....	Exercer o seu cargo.....	Republica Argentina.	31 de jul. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 14 de junho a 21 de setembro de 1900.)		
	Idem.....	Para gerir o Consulado Ge- ral em Buenos-Aires.....		1 de abril de 1901
		(Dirigiu o Consulado Geral de 1 de abril a 9 de junho de 1901.)		
		(Esteve em gozo de licença de 27 de setembro de 1901 a 14 de janeiro de 1903.)		
	Promovido...	Encarregado de negocios... (Partiu em 15 de janeiro de 1903.)	Japão.....	14 de nev. de 1902
	Idem.....	Ministro residente.....	Idem.....	31 de dez. de 1904
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Bolivia.....	21 de mar. de 1906

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Carlos Gonçalves Pe- reira.....		(Esteve aguardando ordens de 30 de outubro de 1905 a 25 de agosto de 1908.)		
	Removido.....	Idem.....	Japão.....	3 de dez. de 1907
		(Esteve em gozo de licença de 23 de outubro de 1909 a 22 de outubro de 1910 e de 9 de setembro de 1911 a 8 de março de 1912.)		
		(Está em comissão desde 18 de março de 1912.).....		
Domicio da Gama	Idem.....	Idem.....	Noruega e Dinamarca	16 de maio de 1913
		(Entregou as credenciaes a 12 de agosto de 1913).		
		(Está em gozo de licença desde 1 de fevereiro de 1914.)		
	Nomeado.....	Auxiliar da Superintenden- cia Geral do s rvcio de emigração para o Brasil na Europa (Serviço do Mi- nisterio da Agricultura).	França.....	1 de out. de 1891
		(Serviu até 16 de março de 1893.)		
	Idem.....	Secretario da Missão Espe- cial, antiga denominação, tendo, portanto, a cate- goria de 1º secretario (Ar- bitramento da questão de limites com a Republica Argentina).....	Estados Unidos.....	18 de maio de 1893
		(Partiu em 11 de junho de 1893.)		
	Dispensado...	Idem.....	Idem.....	14 de fev. de 1895
		(Serviu até 20 de abril de 1895.)		
	Nomeado.....	Auxiliar do commissario Rio-Branco, encarregado de preparar a defeza do Brasil na questão de li- mites com a França.....	França.....	31 de dez. de 1895
		(Partiu em 10 de janeiro de 1895.)		
	Idem.....	Secretario da Missão Espe- cial (Arbitramento da questão de limites com a França).....	Suissa	22 de nov. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	15 de set. de 1900
	Nomeado.....	Secretario da Missão Espe- cial (Questão de limites com a Grã-Bretanha).....	Grã-Bretanha.....	15 de set. de 1900
	Nomeado.....	2º secretario de Legação....	Santa Sé	31 de dez. de 1900
	Mandado.....	Continuar a servir na Missão Especial em.....	Grã-Bretanha.....	11 de jan. de 1901

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, RTO.	CATEGORIAS	PAISES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Domicílio da Gama	Removido.....	2º Secretário.....	Belgica.....	8 de agt. de 1901
Promovido.....	(Serviço de encarregado de negócios de 7 de outubro de 1901 a 1 de fevereiro de 1903.)			21 de jan. de 1903
Chamado.....	(Conta a antiguidade de 1º secretario de Legação desde 22 de novembro de 1898, por applicação do ar- tigo 2º do Decreto Legis- lativo n. 751 de 31 de de- zembro de 1900.)			5 de fev. de 1903
Designado.....	(Esteve nessa commissão até 3 de março de 1907.)		Francia.....	11 de agt. de 1904
Promovido.....	Ministro residente.....		Colombia.....	16 de mar. de 1905
Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.		Peru.....	13 de dez. de 1906
Idem.....	(Partiu de Rio em 4 de março de 1907.)			
Idem.....	(Assumiu o exercicio em 2 de abril de 1907.)			
Idem.....	(Partiu de Lima em 4 de junho de 1908.)		Republica Argentina.....	12 de dez. de 1907
Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenário de.....		Idem.....	
Nomeado.....	Membro da Delegação Bra- sileira na 4ª Conferencia Internacional Americana e substituto do Presidente da Delegação.....			23 de jun. de 1910
Idem em mis- são especial	Embaixador extraordinario e plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenário do....		Chile.....	26 de agt. de 1910
Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario com a commissão de em- baixador extraordinario e plenipotenciario.....		Estados Unidos da America.....	25 de mar. de 1911

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Domicio da Gama		(Chegou a Washington em 11 de junho de 1911. (Esteve em gozo de licença de 5 de julho a 22 de se- tembro de 1911.) —		
Dr. Enéas Mar- tins	Nomeado.....	Ministro residente em missão especial.....	Colombia	31 de dez. de 1904
	Nomeado em comissão.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial.....	Idem.....	21 de fev. de 1907
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Paraguay.....	3 de dez. de 1907
	Declarada sem effeito esta nomea- ção.....			12 de dez. de 1907
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Perú.....	12 de dez. de 1907
	Removido....	Idem..... (Esteve em comissão nesta cidade desde dezembro de 1907 até 6 de fevereiro de 1912.)	Portugal.....	25 de maio de 1911
	Nomeado.....	Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores..... (Eleito Governador do Es- tado do Pará, partiu a 19 de janeiro de 1913.) —		7 de fev. de 1912
Dr. Gastão da Cunha.....	Nomeado.....	Promotor Publico em Rio Novo..... (Entrou em exercicio a 22 de dezembro de 1885.) (Serviu até 16 de setembro de 1886.)		13 de agt. de 1885
	Idem.....	Juiz Municipal de Ubá..... (Entrou em exercicio a 9 de fevereiro de 1887 e serviu até 7 de junho de 1890.)		16 de out. de 1886
	Idem.....	Juiz de Direito da comarca de Tiradentes..... (Esteve em exercicio desde 29 de julho de 1890 até 7 de março de 1892.)		18 de jun. de 1890

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOFENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Gastão da Cunha.....	Nomeado.....	Juiz de Direito da comarca do Rio Preto..... (Entrou em exercicio em 10 de março de 1892.) (Serviu até 15 de novembro de 1894.)		22 de fev. de 1892
	Idem.....	Director da Imprensa Offi- cial do Estado e Redactor do «Minas Geraes» (Entrou em exercicio a 17 de novembro de 1894 e serviu até 26 de agosto de 1895.)		30 de out. de 1894
	Idem.....	Su.-Procurador Geral do Es- tado de Minas Geraes..... (Entrou em exercicio a 27 de agosto e serviu até 6 de junho de 1899.)		24 de agt. de 1895
	Idem.....	Arbitro Brasileiro no Tri- bunal Arbitral Brasileiro e Boliviano.....		25 de set. de 1905
	Idem.....	Arbitro Brasileiro no Tri- bunal Arbitral Brasileiro Peruano		2 de jan. de 1906
	Idem.....	Membro da Delegação Bra- sileira na 3ª Conferencia Internacional Americana.		12 de jul. de 1906
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em comissão no Rio de Janeiro desde essa data até 27 de novembro de 1908 e de 30 de agosto de 1909 até 23 de agosto de 1911.)	Paraguay	12 de dez. de 1907
	Idem.....	Membro da Delegação Bra- sileira na 4ª Conferencia Internacional Americana.	Republica Argentina.	23 de jun. de 1910
	Removido	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Noruega e Dinamarca	25 de maio de 1911
	Idem.....	Idem..... (Aseumiu a direcção da Le- gação em 18 de outubro de 1913).	Santa Sé.....	16 de maio de 1913
	—			
José Manoel Car- doso de Oliveira	Nomeado.....	Promotor Publico.....	Comarca do Brejo Grande, Estado da Bahia.....	16 de abril de 1886
	Idem.....	Juiz Municipal e de Orphãos (Serviu de Juiz de Direio interino da comarca do rio S. Francisco, Estado da Bahia, de 8 de julho a 30 de setembro de 1887, de 24 de setembro a 7 de outubro de 1888, de 21 de outubro de 1889 a 8 de janeiro de 1890.)	Termo da Barra do Rio Grande, Estado da Bahia.....	18 de dez. de 1886

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Manoel Car- doso de Oliveira.	Exonerado....	Juiz Municipal	Termo da Barra do Rio Grande, Estado da Bahia.....	14 de abril de 1890
	Nomeado	Promotor Publico..... (Serviu de Curador Geral de Orphãos do termo de São Felix de 22 de abril a 27 de agosto de 1890; de Pro- motor de Capellas e Resi- duos do mesmo termo de 17 de julho a 27 de agosto do dito anno.)	Comarca de S. Felix, Estado da Bahia....	14 de abril de 1890
	Habilitado....	Ao cargo de Juiz de Direito		9 de set. de 1890
	Nomeado	Auxiliar da Delegacia Fis- cal do Ministerio da Fa- zenda.....	Rio Grande do Sul...	19 de dez. de 1890
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	17 de abril de 1891
	Nomeado	Consul..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 20 de dezembro de 1891.) (Esteve em gozo de licença de 25 de abril a 20 de ou- tubro de 1894.)	Nova-Orleans.....	13 de jun. de 1891
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	25 de fev. de 1895
	Posto em....	Disponibilidade activa.....		19 de agt. de 1895
	Nomeado	2º secretario..... (Serviu de 1º secretario de 16 de outubro a 24 de no- vembro de 1896 e de 4 de novembro de 1897 a 23 de fevereiro de 1898.)	Allemanha.....	16 de jan. de 1896
	Removido....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1898 a 27 de abril de 1901.)	Suissa.....	3 de jan. de 1898
	Promovido ...	1º secretario.....	Bolivia.....	17 de out. de 1899
	Mandado....	Continuar como encarregado de negocios.....	Suissa.....	21 de out. de 1899
	Removido....	1º secretario.....	França.....	31 de dez. de 1900
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de setembro a 1 de outubro de 1901, de 3 de abril de 1902 a 31 de agosto de 1904, de 18 de janeiro a 16 de fevereiro de 1905 e de 23 de março a 14 de dezembro de 1905.)	Grã-Bretanha.....	23 de jan. de 1901
	Nomeado	Conselheiro de legação....		21 de fev. de 1907
	Chamado....	A serviço publico no Rio de Janeiro..... (Esteve em serviço nesta ci- dade de 15 de julho de 1907 a 15 de julho de 1912.)		17 de maio de 1907

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Manoel Car- doso de Oliveira	Promovido ...	Ministro residente.....	Colombia.....	3 de dez. de 1907
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Bolivia.....	30 de jan. de 1909
	Removido....	Idem..... (Partiu a 16 de julho, assu- mindo o exercicio a 26 de agosto de 1912.)	Mexico.....	30 de abril de 1912
—				
Alcibiades Peça- nha.....	Nomeado	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Russia.....	7 de out. de 1910
—				
Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira	Nomeado	Addido de 1ª classe..... (Partiu a 6 de fevereiro de 1882.) (Esteve em gozo de licença de 23 de julho de 1885 a 22 de julho de 1886 e sem vencimentos de 23 de julho a 16 de agosto de 1886.)	Chile.....	26 de nov. de 1881
	Removido....	Addido de 1ª classe..... (Serviu de secretario de 21 de agosto a 23 de setem- bro de 1886 e de 3 de ju- nho a 11 de dezembro de 1887.)	Republ'ca Argentina.	8 de maio de 1886
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 1 de fevereiro a 31 de março e sem vencimen- tos de 1 a 15 de abril de 1888.)	Hespanha.....	26 de nov. de 1887
	Idem.....	Idem.....	Santa Sé.....	29 de fev. de 1888
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha	16 de mar. de 1889
	Promovido ...	Secretario.....	Mexico.....	10 de nov. de 1890
	Passou a	1º secretario..... (Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 31 de de- zembro de 1891.)	Idem.....	12 de dez. de 1890
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Imperio Allemão.....	23 de out. de 1891
	Removido	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 1 de julho de 1893 a 31 de maio de 1894 e sem ven- cimentos de 1 de agosto de 1894 a 30 de julho de 1895.)	Santa Sé.....	3 de dez. de 1892
	Idem.....	1º secretario.....	Imperio Allemão.....	27 de dez. de 1894
	Exonerado	E posto em disponibilidade inactiva.....		1 de jul. de 1895

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira	Considerado..	Disponibilidade activa.....		1 de jul. de 1898
	Idem.....	Disponibilidade inactiva.....		1 de jan. de 1903
	Designado....	Para exercer o seu cargo...	Peru.....	11 de ag. de 1904
	Mandado ser- vir.....		Venezuela.....	7 de out. de 1904
	Promovido....	Ministro residente.....	Japão.....	21 de mar. de 1906
		(Serviu de encarregado de negocios na Venezuela de 16 de junho de 1906 a 14 de janeiro de 1908.)		
	Removido....	Idem.....	Venezuela.....	3 de dez. de 1907
		(Tomou posse em 15 de ja- neiro de 1908.)		
	Nomeado em commissão..	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Idem.....	30 de abril de 1908
	Promovido....	Idem.....	Bolivia.....	9 de jan. de 1909
	Declara da sem effeito a promoção...	Idem.....	Idem.....	30 de jan. de 1909
		(Esteve em gozo de licença de 6 de julho a 5 de de- zembro de 1910.)		
	Nomeado em missão espe- cial.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenario da independencia da.....	Venezuela.....	14 de fev. de 1911
	Promovido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Paraguay.....	25 de maio de 1911
		(Está em commissão no Rio de Janeiro desde 20 de junho de 1912.)		
Antonio da Fon- toura Xavier...	Removido....	Idem.....	Chile.....	15 de maio de 1913
		(Chegou a Santiago em 4 de outubro de 1913).		
	Nomeado....	Consul privativo.....	Baltimore.....	18 de jul. de 1885
	Removido....	Consul.....	Porto.....	14 de nov. de 1891
	Promovido....	Idem geral de 2ª classe....	Genebra.....	9 de maio de 1893
	Idem.....	Idem de 1ª classe.....	Buenos-Aires.....	16 de dez. de 1892
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	25 de abril de 1894
		(Deixou o exercicio do seu cargo a 1 de julho de 1894.)		
	Nomeado....	Consul geral de 1ª classe...	Nova York.....	30 de nov. de 1894
		(Partiu a 17 de janeiro de 1895.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio da Fontoura Xavier...		(Esteve em gozo de licença de 16 de fevereiro a 15 de agosto de 1898.)		
	Declarado re-integrado...	Consul Geral de 1ª classe...	Nova York.....	8 de nov. de 1898
	Nomeado.....	1º secretario da missão especial.....	Mexico.....	14 de set. de 1901
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	20 de set. de 1901
		(Esteve em gozo de licença de 1 de dezembro de 1903 a 31 de janeiro de 1904.)		
	Nomeado.....	Membro da delegação brasileira no 3º Congresso Internacional Americano....		12 de jul. de 1906
		(Esteve em comissão nesta cidade de 5 de janeiro de 1906 a 4 de janeiro de 1907.)		
	Exonerado...	Consul geral de 1ª classe....	Nova-York.....	13 de dez. de 1906
	Nomeado.....	Ministro residente.....	Cuba, Nicaragua, Honduras, Salvador, Costa Rica e Panamá.....	13 de dez. de 1906
		(Partiu em 5 de janeiro de 1907.)		
	Idem cumulativamente...	Idem.....	Guatemala.....	16 de jan. de 1908
	Nomeado em missão especial.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para representar o Brasil nas festas do centenario da independencia do....	Mexico.....	15 de jul. de 1910
	Nomeado em comissão.	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Cuba.....	19 de jul. de 1910
	Promovido...	Idem.....	Mexico.....	25 de maio de 1911
		(Esteve em gozo de licença de 19 de agosto de 1911 a 18 de janeiro de 1912 e em comissão de 19 de janeiro a 23 de julho de 1912.)		
	Removido.....	Idem.....	Hespanha.....	30 de abril de 1912
		(Partiu a 24 de julho de 1912.)		

Augusto Cochrane de Alencar.....	Nomeado.....	Secretario.....	Republica do Chile....	14 de jan. de 1890
		(Partiu a 16 de janeiro de 1890.)		
	Passou a.....	1º secretario.....	Idem.....	12 de dez. de 1890
		(Serviu de encarregado de negocios de 12 de novembro de 1891 a 4 de março de 1892, de 20 de fevereiro a 16 de agosto de 1893.)		

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Augusto Cochrane de Alencar.....		(Esteve em gozo de licença de 25 de outubro de 1893 a 25 de julho de 1894.)		
	Removido.....	1º secretario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	22 de dez. de 1894
		(Serviu de encarregado de negocios de 28 de março a 22 de agosto de 1895.)		
	Idem.....	Idem.....	Allemanha.....	1 de jul. de 1895
		(Serviu de encarregado de negocios de 16 de outubro a 24 de novembro de 1896 e de 4 de novembro de 1897 a 23 de fevereiro de 1898.)		
	Idem.....	Idem.....	Hespanha.....	27 de jan. de 1898
		(Esteve em gozo de licença de 13 de agosto de 1898 a 9 de fevereiro de 1899.)		
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	21 de jan. de 1899
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 a 22 de março de 1899 e de 13 de setembro a 15 de outubro de 1900.)		
		(Esteve em gozo de licença de 16 de setembro de 1899 a 11 de março de 1900.)		
	Idem.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	8 de agt. de 1901
		(Serviu de encarregado de negocios de 20 a 25 de fe- vereiro de 1902.)		
		(Esteve em gozo de licença de 7 de fevereiro a 13 de março de 1903 e de 1 de maio de 1903 a 24 de junho de 1904.)		
		(Esteve aguardando ordens de 25 de junho de 1904 a 19 de março de 1905.)		
	Idem.....	Idem.....	Paraguay.....	23 de jul. de 1904
		(Partiu em 20 de março de 1905.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 18 de abril de 1905 a 31 de março de 1907.)		
	Nomeado.....	Conselheiro de legação.....		21 de fev. de 1907
	Designado.....	1º secretario.....	Equador.....	23 de fev. de 1907
		(Serviu de encarregado de negocios de 21 de outubro de 1907 a 31 de março de 1910.)		
	Promovido.....	Ministro residente.....	Colombia.....	22 de jan. de 1910

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Augusto Cochrane de Alencar.....		(Estevo em gozo de licença desde 1 de abril de 1910 a 31 de agosto de 1911.) Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. ----	Peru.....	25 de maio de 1911
Raul Paranhos do Rio-Branco.....	Serviu como..	Secretario particular do Chefe da Missão Especial nos Estados Unidos da America (Arbitramento da questão de limites com a Republica Argentina) desde 15 de janeiro até 20 de abril de 1895 e de 5 de julho a 31 de dezem- bro do mesmo anno como secretario particular, em Paris, do Commissario in- cumbido de preparar a de- feza do Brasil no arbi- tramento da questão de limites com a França.....	Estados Unidos da America e, depois, França	
	Nomeado....	Auxiliar do Commissario en- carregado de preparar a defeza do Brasil na questão de limites com a França... (Tomou posse em 2 de ja- neiro de 1895.)	França.....	31 de dez. de 1895
	Idem.....	Addido á Missão Especial na Suiça, antiga denomina- ção (Addido em Missão Especial), tendo, portanto, a categoria de 2º secreta- rio (Arbitramento da ques- tão de limites com a França).....	Suiça.....	16 de mar. de 1899
	Exonerado....	Addido á Missão Especial...	Idem.....	15 de set. de 1900
	Nomeado.....	Secretario de Missão Espe- cial, antiga denominação, tendo, portanto, provisoriamente, a categoria de 1º secretario.....	Idem.....	15 de set. de 1900
	Exonerado...	Secretario da mesma Mis- são.....	Idem.....	13 de dez. de 1900
		(Serviu nessa qualidade até 9 de julho de 1901, em Berna e depois como secre- tario particular em Ber- lim, até 31 de março de 1902, auxiliando o Minis- tro no registro da corres- pondencia e liquidação dos negocios da Missão Espe- cial.)		
	Nomeado.....	2º secretario da Missão Es- pecial junto a S. M. o Rei da Italia (Arbitramento da questão de limites com a Grã-Bretanha).....	Italia.....	30 de jan. de 1900

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES PARA QUE FORAM NOMADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Raul Paranhos do Rio-Branco.....				
Oscar de Teffs von Hoonholtz.....	Nomeado.....	2º secretário.....	Estados Unidos.....	19 de nov. de 1902
	Mandado.....	Continuar a servir na Mis- são Especial na.	Italia	27 de nov. de 1902
	Removido.....	2º secretário.....	Grã-Bretanha	11 de agr. de 1901
	Chamado.....	Serviço publico no Gabinete	Almanha.....	5 de jun. de 1905
	Promovido.....	1º secretário.....	Almanha.....	5 de jun. de 1905
	Nomeado.....	Official de Gabinete.....		30 de dez. de 1907
	Promovido.....	Ministro residente.....	Venezuela	30 de maio de 1911
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Suissa.....	30 de abril de 1912
	Removido.....	Idem.....	Colombia.....	2 de jan. de 1906
	Idem.....	Idem.....	Suissa.....	30 de jun. de 1896
Oscar de Teffs von Hoonholtz.....	Nomeado.....	2º secretário.....	Venezuela	27 de dez. de 1894
	Idem.....	Idem.....	Colombia.....	2 de jan. de 1906
	Idem.....	Idem.....	Suissa.....	30 de jun. de 1896
	Idem.....	Idem.....	Russia.....	23 de jan. de 1897
	Idem.....	Idem.....	Bolivia.....	3 de jan. de 1898
	Idem.....	Idem.....	Austria-Hungria.....	21 de jan. de 1899

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Oscar de Teffé von Hoonholtz.....		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de março a 15 de outubro de 1901.)		
	Promovido ...	1º secretario.....	Republica Argentina.	19 de nov. de 1902
	Removido.....	Idem.....	Estados Unidos.....	24 de jan. de 1903
		(Partiu de Vienna em 5 de março de 1903.)		
		(Esteve em gozo de licença de 26 de março de 1903 a 2 de dezembro de 1904 e de 21 de fevereiro a 20 de maio de 1905.)		
	Idem.....	Idem.....	Republica Argentina.	28 de abril de 1905
		(Serviu de encarregado de negocios de 11 de julho a 3 de novembro de 1906; de 15 de janeiro a 27 de maio e de 20 de setembro a 19 de outubro de 1907; e de 14 de janeiro a 10 de julho de 1908.)		
	Idem.....	Idem.....	Portugal.....	11 de agt. de 1908
		(Serviu de encarregado de negocios de 5 de outubro a 27 de novembro de 1908.)		
	Promovido ...	Ministro residente.....	Turquia	25 de maio de 1911
	Nomeado cumulativa- mente.....	Idem em missão especial...	Grecia	6 de jun de 1911
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em comissão.....	Idem... ..	6 de out. de 1911
	Promovido ...	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Está em comissão desde 2 de setembro de 1912.)	Bolivia.....	30 de abril de 1912
	Removido.....	Idem.....	Portugal	15 de maio de 1913
		(Esteve em comissão de 16 de novembro a 25 de de- zembro de 1913).		
	Idem.....	Idem.....	Allemanha	2 de dez. de 1913
—				
José Pereira da Graça Aranha..	Nomeado.....	Secretario da missão espe- cial.....	Grã-Bretanha	5 de abril de 1900
	Exonerado ...	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1900
	Nomeado.....	1º secretario da missão es- pecial.....	Italia	30 de jan. de 1912
	Idem.....	1º secretario do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boli- viano.....		31 de maio de 1904

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Pereira da Graça Aranha..	Nomeado.....	2º secretario de legação		15 de jan. de 1905
	Idem.....	1º secretario do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano.....		2 de jan. de 1906
	Promovido ...	1º secretario de legação.... (Serviu no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano até 23 de fevereiro de 1909.)		20 de nov. de 1906
	Designado....	1º secretario..... (Partiu do Rio em 24 de feve- reiro de 1909.) (Serviu de encarregado de negocios de 29 de março a 18 de outubro de 1909.)	Suissa.....	
	Removido ...	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios em Christiania em 1910.)	Noruega e Dinamarca	11 de mar. de 1910
	Promovido ...	Ministro residente.....	Cuba e America Cen- tral.....	25 de maio de 1911
	Nomeado em commissão.	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em commissão no Rio de Janeiro desde 13 de outubro de 1911 até 9 de abril de 1912.) (Partiu para o seu posto em 10 de abril de 1912)	Cuba e Guatemala....	4 de out. de 1911
	Promovido ...	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Hollanda	30 de abril de 1912
	—			
	—			
Dr. Alfredo de Barros Moreira.	Nomeado	Addido de 2ª classe.....	Belgica	1 de mar. de 1884
	Idem.....	Addido de 1ª classe..... (Partiu a 6 de agosto de 1885.)	Venezuela	18 de jul. de 1885
	Mandado ser- vir		Santa Sé.....	18 de agt. de 1885
	Removido ...	Idem.....	Perú.....	8 de maio de 1886
	Mandado ser- vir	 (Esteve em gozo de licença de 21 de maio a 20 de agosto de 1886.) (Serviu de secretario de 22 de janeiro a 23 de feve- reiro de 1887.)	Belgica	12 de maio de 1886
	Idem.....		Austria-Hungria.....	15 de dez. de 1886
	—			

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Alfredo de Barros Moreira.	Mandado ser- vir..... (Esteve em gozo de licença de 22 de abril a 21 de ou- tubro de 1883.)		Italia.....	29 de out. de 1883
	Passou a..... 2.º secretario..... (Serviu de 1.º secretario de vembro de 1891.) 29 de setembro a 1 de no- vembro de 1891.)		Pera.....	9 de abril de 1892
	Removido..... 2.º secretario..... (Esteve em gozo de licença de 25 de outubro de 1892 a 5 de maio de 1893 e de 26 de agosto de 1893 a 10 de janeiro de 1895.)		Franga.....	30 de nov. de 1894
	Promovido..... 1.º secretario..... (Serviu de 1.º secretario de 1 de maio a 2) de julho de 1895, de 4 de agosto de 1895 a 12 de fevereiro de 1896 e de 18 do mesmo mez a 16 de abril de 1897.)		Venezuela.....	23 de jan. de 1897
	Exonerado..... B posto em disponibilidade por supressão da Lega- ção..... (Esteve em disponibilidade inactiva de 2 de janeiro a 22 de fevereiro de 1893.)		Italia.....	21 de jan. de 1899
	Mandado exercer o seu cargo..... (Esteve em gozo de licença de 13 de maio a 21 de julho de 1900.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de agosto de 1900 a 20 de fevereiro de 1901, de 15 de setembro de 1901 a 31 de outubro de 1902 a 13 de dezembro de 1903, de 11 de dezembro de 1903 a 15 de maio de 1906 e de 21 de junho de 1907 a 10 de março de 1908.)		Belgica e Suecia.....	21 de fev. de 1907 11 de abril de 1908
	Nomeado..... Conselheiro de legação.....			
	Removido..... 1.º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios em Stockholmo).			

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Alfredo de Barros Moreira.	Promovido....	Ministro residente..... (Esteve em comissão no Rio de Janeiro desde 1 de abril de 1909 até 17 de julho de 1910, data em que partiu para assumir o seu posto.)	Equador.....	9 de jan. de 1909
	Nomeado em comissão..	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.	Idem.....	4 de out. de 1911
	Chamado....	Serviço publico nesta cidade		26 de mar. de 1912
	Promovido...	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario, ser- vindo provisoriamente no.	Equador.....	15 de nov. de 1912
	Removido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em comissão no gabinete do Ministro de 26 de março de 1912 a 22 de março de 1914).	Japão.....	16 de maio de 1913
	Idem.....	Idem..... (Partiu desta cidade a 23 de março de 1914).	Belgica e Suecia.....	27 de agt. de 1913
Sylvino Gurgel do Amaral.....	Nomeado.....	2º secretario..... (Partiu a 23 de janeiro de 1893.)	Russia.....	2 de jan. de 1896
	Mandado ser- vir.....		Hespanha.....	15 de out. de 1896
	Removido....	Idem.....	Idem.....	23 de jan. de 1897
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897
	Nomeado.....	Idem.....	Republica do Uruguay	4 de mar. de 1898
	Declara da sem effeito a nomeação...	2º secretario.....	Idem.....	1 de abril de 1898
	Nomeado.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	1 de abril de 1898
	Mandado ser- vir.....		Republica do Uruguay	4 de abril de 1898
	Mandado se- guir para o seu posto....	(Serviu de encarregado de negocios de 18 de junho a 5 de agosto de 1893.) (Serviu de 1º secretario de 15 de junho a 3 de setem- bro, de 15 de setembro a 30 de outubro, de 23 de de- zembro de 1899 a 10 de ja- neiro de 1900, de 23 de março de 1900 a 4 de feve- reiro de 1901 e de 23 de março a 2 de maio de 1901.) (Esteve em gozo de licença de 3 de agosto de 1901 a 2 de março de 1902.)	Grã-Bretanha.....	15 de dez. de 1898

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAISES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Sylvino Gurgel do Amaral		(Excedeu a licença de 3 a 22 de março de 1902.) (Serviu de 1º secretario de 3 de abril de 1902 a 9 de março de 1903.)		
	Promovido....	1º secretario..... (Partiu de Londres em 27 de março de 1903.) (Esteve em comissão de 5 de janeiro a 15 de julho de 1905.)	Republica Argentina.	24 de jan. de 1903
	Removido....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 15 de junho a 14 de novembro de 1906.)	Estados Unidos.....	28 de abril de 1905
	Nomeado....	Conselheiro de embaixada... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de junho a 1 de outubro de 1907.)		21 de fev. de 1907
	Removido....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 22 de março a 24 de abril de 1911.)	Grã-Bretanha.....	21 de jan. de 1909
	Mandado ser- vir.....		Hespanha.....	4 de maio de 1911
	Promovido....	Ministro residente.....	Colombia	25 de maio de 1911
	Nomeado em comissão..	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Serviu de encarregado de negocios na Hespanha de 4 de maio de 1911 a 29 de fevereiro de 1912.)	Idem.....	4 de out. de 1911
	Promovido....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Esteve em comissão de 1 de março de 1912 a 23 de março de 1913.) (Chegou a Assumpção a 10 de abril de 1913.)	Paraguay.....	18 de fev. de 1913
Luiz Martins de Souza Dantas..	Nomeado....	Addido.....	Suissa.....	23 de jan. de 1897
	Exonerado ...	Idem	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	2º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de dezembro de 1900 a 31 de maio de 1901.)	Russia.....	16 de mar. de 1900
	Removido. ...	Idem..... (Serviu de 1º secretario de 15 de setembro de 1902 a 31 de outubro de 1904 e de 11 de dezembro de 1905 a 15 de maio de 1906.)	Italia	1 de jan. de 1902

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz Martins de Souza Dantas...	Promovido...	1º secretario.....		2 de maio de 1908
	Designado...	Idem.....	Republica Argentina.	9 de maio de 1908
	Nomeado....	Conselheiro de legação.....		10 de out. de 1910
		(Serviu de encarregado de negocios de 19 de junho a 28 de julho de 1909, de 6 de abril a 20 de maio de 1910 e de 10 a 30 de setem- bro de 1910; de 3 de no- vembro de 1910 a 4 de fe- vereiro de 1911; de 28 de abril a 5 de outubro de 1911 e de 1 de março a 10 de abril e de 6 de julho de 1912 a 11 de março de 1913.)		
	Promovido...	Ministro residente.....	Turquia	11 de jun. de 1912
	Idem.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Tomou posse na mesma data.) (Está em commissão desde 2 de outubro de 1913).	Republica Argentina.	12 de mar. de 1913
Antonio Augusto de Brienne Car- neiro do Nasci- mento Feitosa..	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	França	16 de jul. de 1890
	Passou a....	2º secretario.....	Idem.....	12 de dez. de 1890
	Promovido...	1º secretario.....	Colombia e Ecuador..	17 de abril de 1897
	Declara da sem effeito sua promo- ção.....	Idem.....	Idem.....	28 de abril de 1897
	Posto	Em disponibilidade.....		28 de abril de 1897
	Demittido....	2º secretario.....		30 de jul. de 1897
	Posto	Em disponibilidade inactiva		30 de nov. de 1899
	Designado para exercer provisoria- mente o seu cargo.....	2º secretario..... (Partiu para o seu posto a 29 de janeiro de 1902.)	Bolivia	10 de jan. de 1902
	Removido....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay	30 de nov. de 1903
	Declara da sem effeito sua remoção	Idem.....	Idem.....	30 de mar. de 1904
	Promovido...	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios na Bolivia de 16 de junho de 1904 a 5 de maio de 1907.)	Perú	21 de mar. de 1905

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio Augusto de Brienne Car- neiro do Nasci- mento Feitosa...		(Partiu para o Perú em 6 de maio de 1907.)		
		(Regressou do Perú e con- tinuou a servir de encar- regado de negocios em La Paz desde 1 de junho de 1907 a 14 de maio de 1913.)		
	Promovido ...	Ministro residente.....	Venezuela.....	11 de jun. de 1912
	Removido	Idem.....	Equador.....	12 de mar. de 1913
	Promovido ...	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Tomou posse na mesma data.)	Bolivia.....	15 de maio de 1913
Dr. Pedro de To- ledo.....		---		
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. (Está em commissão desde 2) de novembro de 1913).	Italia.....	20 de nov. de 1913

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Magalhães de Azeredo.....	Nomeado....	2º secretario..... (Partiu a 16 de janeiro de 1895.) (Serviu de 1º secretario de 23 de março a 22 de agosto e de 4 de outubro a 17 de dezembro de 1899.)	Republica do Uruguay	30 de nov. de 1894
	Removido....	Idem..... (Partiu de Montevideo em 6 de junho de 1896.)	Santa Sé.....	2 de jan. de 1896
	Demittido....	Idem..... (Deixou o exercicio de seu cargo a 17 de março de 1897.)	Idem.....	16 de fev. de 1897
	Nomeado....	Idem..... (Entrou em exercicio de seu cargo a 23 de março de 1898.) (Serviu de encarregado de negocios de 10 de maio a 21 de setembro de 1898.)	Idem.....	3 de jan. de 1898
	Promovido....	1º secretario.....	Bolivia.....	31 de dez. de 1900
	Mandado servir.....		Santa Sé.....	11 de jan. de 1901
	Idem.....	 (Esteve em goso de licença de 10 de maio de 1902 a 23 de fevereiro de 1903.)	França.....	7 de jan. de 1902
	Idem.....	 (Serviu de encarregado de negocios de 1 a 24 de setembro de 1903 e de 21 de março de 1906 a 16 de janeiro de 1907.)	Santa Sé.....	26 de jan. de 1903
	Chamado....	Serviço publico nesta cidade (Partiu de Roma em 13 de março de 1907.) (Esteve em serviço no Rio até 8 de setembro de 1907.)		9 de fev. de 1907
	Nomeado....	Conselheiro de legação.... (Serviu de encarregado de negocios de 16 de abril a 15 de dezembro de 1911.)		25 de out. de 1911
	Promovido....	Ministro residente.....	Cuba e America Central.....	11 de jun. de 1912
	Removido....	Idem.....	Turquia.....	12 de mar. de 1913
	Nomeado cumulativamente.....	Ministro residente em missão especial.....	Grecia.....	12 de mar. de 1913

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Magalhães de Azeredo.....	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em comissão. (Chegou a Athenas a 20 de junho de 1913).	Grecia.....	12 de mar. de 1913
Raul Regis de Oliveira.....	Nomeado.....	Addido.....	Italia.....	31 de dez. de 1895
	Idem.....	2º secretario..... (Entrou em exercicio em 29 de maio de 1897.)	Idem.....	17 de abril de 1897
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897
	Nomeado.....	Idem..... (Partiu em 16 de abril de 1902 e assumiu o exercicio em 28 do mesmo mez) (Serviu de 1º secretario de 28 de abril de 1902 a 15 de março de 1903.)	Estados Unidos da America.....	10 de jan. de 1902
	Removido.....	2º secretario..... (Partiu de Washington em 17 de março e chegou a Vienna em 1 de abril de 1903.) (Serviu de encarregado de negocios de 11 de outubro a 10 de novembro de 1904 e de 14 de março a 11 de setembro de 1905.)	Austria-Hungria.....	19 de nov. de 1902
	Idem.....	Idem.....	Italia.....	11 de abril de 1903
	Promovido.....	1º secretario.....		9 de jan. de 1903
	Designado.....	Idem.....	Republica Oriental do Uruguay.....	14 de jan. de 1900
	Removido.....	Idem..... (Esteve em comissão no Rio de Janeiro até 5 de abril de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 6 abril a 30 de setembro de 1910.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1910 a 8 de outubro de 1911.) (Em comissão nesta cidade de 16 de abril de 1912 a 8 de maio de 1913.)	Perú.....	8 de fev. de 1900
	Promovido.....	Ministro residente.....	Cuba e na America Central.....	12 de mar. de 1913
	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em comissão.....	Idem.....	12 de mar. de 1913

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Dario Barreto Galvão.....	Nomeado ...	2º secretario da Missão Especial.....	China.....	6 de out. de 1893
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	23 de nov. de 1894
	Nomeado....	2º secretario.....	Santa Sé.....	18 de mar. de 1897
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897
	Considerado..	Em disponibilidade desde 8 de janeiro de 1898..... (Esteve em disponibilidade inactiva até 7 de novembro de 1899.)		14 de nov. de 1898
	Manda do exercer o seu cargo...	 (Partiu a 8 de novembro de 1899.) (Serviu de encarregado de negocios de 23 de abril a 23 de maio de 1901.)	Suissa.....	17 de out. de 1899
	Removido....	2º secretario..... (Esteve em gozo de licença de 11 de agosto de 1903 a 10 de agosto de 1904.)	Santa Sé.....	10 de jan. de 1902
	Promovido....	1º secretario..... (Esteve em comissão de 10 de fevereiro a 16 de março de 1903.) (Serviu de encarregado de negocios de 21 de abril a 21 de setembro de 1907.)	Republica do Uruguay	23 de jul. de 1904
	Chamado a serviço pu- blico.....	 (Esteve em comissão até 24 de janeiro de 1909.)		26 de set. de 1908
	Removido....	1º secretario.....	Mexico.....	17 de out. de 1908
	Idem.....	Idem..... (Partiu do Rio em 25 de janeiro de 1909.) (Esteve em gozo de licença de 9 de julho de 1910 a 31 de agosto de 1911.)	Chile.....	14 de jan. de 1909
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios desde 1 de setembro de 1911 a 21 de junho de 1912.)	França.....	21 de jun. de 1911
	Nomeado....	Conselheiro de Legação....		25 de out. de 1911
	Removido....	 (Serviu de encarregado de negocios em Stockholm de 6 de setembro de 1912 a 15 de julho de 1913.)	Belgica e Suecia.....	22 de jun. de 1912

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Dario Barreto Galvão.....	Promovido....	Ministro residente..... (Chegou a Caracas a 27 de dezembro de 1912).	Venezuela.....	12 de mar. de 1913
Rinaldo de Lima e Silva.....	Nomeado....	Addido sem vencimentos....	Austria-Hungria.....	31 de dez. de 1895
	Idem.....	2º secretario..... (Começou a receber ven- cimentos a partir de 25 de maio de 1893.)	Estados Unidos.....	25 de maio de 1893
	Mandado ser- vir.....	 (Serviu de 1º secretario de 20 de junho a 25 de no- vembro de 1893 e de 30 de janeiro a 25 de março de 1897.)	Republica Argentina	17 de jun. de 1896
	Removido....	Idem..... (Partiu de Buenos Aires em 28 de maio de 1897 e chegou a Tokio em 10 de setembro seguinte.) (Serviu de 1º secretario de 10 de setembro a 31 de dezembro de 1897.)	Japão.....	17 de abril de 1897
	Exonerado....	Idem..... (Deixou o exercicio na mes- ma data.)	Idem.....	31 de dez. de 1897
	Nomeado inte- rinamente..	Idem..... (Partiu em 17 de dezembro de 1902 e chegou a Washington em 8 de ja- neiro de 1903.) (Serviu de 1º secretario de 23 de março a 22 de abril de 1903; de encarregado de negocios de 23 de abril a 13 de maio de 1903 e de 1º secretario de 14 de maio de 1903 a 25 de de- zembro de 1904 e de 21 de fevereiro a 19 de maio de 1905.)	Estados Unidos.....	23 de nov. de 1902
	Removido....	2º secretario..... (Partiu de Washington em 25 de maio de 1905 e chegou a Londres em 25 de junho seguinte.) (Serviu de 1º secretario de 23 de junho a 14 de dezembro de 1905.)	Grã-Bretanha.....	31 de dez. de 1904
	Promovido....	1º secretario.....		3 de dez. de 1907

MINISTROS RESIDENTES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Rinaldo de Lima e Silva.....		(Tomou posse em 8 de dezembro de 1907.) (Serviu de encarregado de negócios de 15 de julho a 7 de setembro de 1908.) (Esteve em gozo de licença de 2 de outubro de 1908 até janeiro de 1909.)		
Removido....	Idem.....		Estados Unidos.....	21 de jan. de 1909
Nomeado....	Conselheiro de Embaixada..	(Esteve em gozo de licença de 5 de janeiro a 4 de fevereiro de 1910.) (Serviu de encarregado de negócios de 5 de fevereiro de 1910 a 19 de junho de 1911 e de 5 de julho a 22 de setembro de 1911.)		21 de jan. de 1909
Removido....			Noruega.....	14 de jun. de 1912
Idem.....	Idem.....	(Serviu de encarregado de negócios de 5 de agosto de 1912 a 1 de abril de 1913.)	Belgica.....	31 de dez. de 1912
Promovido....	Ministro residente.....	(Está servindo de Encarregado de Negócios desde 15 de abril de 1913.) (Chegou a Quito em 6 de setembro de 1913.)	Equador.....	13 de maio de 1913

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alfredo Carlos Al coforado.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe..... (Partiu a 24 de fevereiro de 1880.)	Austria-Hungria.....	26 de jan. de 1889
	Removido.....	Idem.....	Belgica.....	27 de ag. de 1889
	Passou a.....	2º secretario..... (Serviu de 1º secretario de 1 de janeiro a 11 de feve- reiro, de 23 de setembro a 18 de novembro de 1891 e de 1 de abril a 30 de maio de 1892.)	Idem.....	12 de nov. de 1890
	Removido.....	Idem.....	Suissa.....	1 de jul. de 1892
	Mandado.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 20 de abril de 1893 a 14 de abril de 1895)	Vienna.....	11 de out. de 1892.
	Idem.....	Para seu posto.....	Suissa.....	25 de jan. de 1893
	Promovido.....	1º secretario..... (Esteve em goso de licença de 23 de julho de 1897 a 22 de janeiro de 1898). (Serviu de encarregado de negocios de 30 de janeiro a 25 de março de 1898.)	Republica Argentina.	30 de jun. de 1896
	Removido.....	Idem.....	Hespanha.....	3 de jan. de 1898
	Idem.....	Idem.....	Allemanha.....	27 de jan. de 1898
	Idem.....	Idem.....	Bolivia.....	31 de jul. de 1899
	Mandado ser- vir.....		Portugal.....	23 de ag. de 1899
	Declarada sem efeito sua remoção.....		Bolivia.....	17 de out. de 1899
	Removido.....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 20 de abril a 30 de agosto de 1901.) (Esteve em goso de licença de 20 setembro de 1901 a 20 de março de 1902.)	Republica Oriental do Uruguay.....	17 de out. de 1899
	Removido.....	Idem.....	Perú.....	8 de ag. de 1901

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alfredo Carlos Alcoforado.....		(Serviu de encarregado de negocios de 25 de maio de 1902 a 9 de outubro de 1903.)		
	Exonerado...	E posto em disponibilidade inactiva, a pedido..... (Esteve em disponibilidade inactiva de 10 de outubro de 1903 a 31 de outubro de 1905.)		3 de set. de 1903
	Considerado..	Em disponibilidade activa.. (Esteve em disponibilidade activa de 1 de novembro de 1905 a 18 de abril de 1907).		22 de nov. de 1905
	Designado...	1º secretario..... (Partiu em 19 de abril de 1907.) (Serviu de encarregado de negocios de 5 de junho de 1907 a 20 de agosto de 1908.)	Russia.....	23 de fev. de 1907
	Removido....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 12 de março a 11 de agosto e em comissão de 12 de agosto a 14 de outu- bro de 1913).	Hollanda.....	29 de set. de 1908
João Fausto de Aguar.....	Nomeado....	2º secretario..... (Partiu a 1 de janeiro de 1891.) (Serviu de encarregado de negocios de 7 de agosto a 31 de dezembro de 1891 e de 1 de janeiro a 21 de agosto de 1892.)	Venezuela.....	12 de dez. de 1890
	Removido....	Idem.....	Republica Argentina.	6 de set. de 1892
	Idem.....	Idem.....	Republica do Uruguay	25 de nov. de 1892
	Idem.....	Idem..... (Serviu de 1º secretario de 25 de junho a 24 de se- tembre de 1893 e de 8 de fevereiro a 16 de maio de 1894.)	Portugal.....	3 de dez. de 1892
	Mandado ser- vir.....		Russia.....	30 de mar. de 1895

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
João Fausto de Aguiar.....		(Serviu de encarregado de negocios em Stockholm de 1 de maio de 1909 a dezembro de 1910.)		
	Removido.....	Idem.....	Paraguay.....	16 de nov. de 1910
		(Esteve em commissão no Rio, de 9 de março a 12 de outubro de 1911.)		
	Idem.....	Idem.....	Hespanha.....	25 de set. de 1911
		(Serviu de encarregado de negocios de 17 de abril a 26 de novembro de 1912.)		
	Idem.....	Idem.....	Perú.....	6 de fev. de 1913
		(Esteve em commissão de 1 de maio a 17 de junho.)		
	Idem.....	Idem.....	Chile.....	12 de maio de 1913
	Idem.....	Idem.....	Italia.....	31 de maio de 1913
		(Serve de encarregado de negocios desde 3 de novembro de 1913).		
Abilio Cesar Borges.....	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Allemanha.....	18 de jul. de 1885
		(Partiu a 9 de agosto de 1885).		
		(Serviu de secretario de 15 de novembro a 20 de janeiro de 1886.)		
		(Esteve em goso de licença de 15 de agosto de 1887 a 14 de fevereiro de 1888.)		
	Removido.....	Idem.....	Italia.....	25 de ag. de 1887
	Mandado servir.....		França.....	10 de jan. de 1888
	Removido.....	Idem.....	Santa Sé.....	10 de nov. de 1890
	Passou a.....	2º secretario.....		12 de dez. de 1890
		(Assumiu a direcção da Legação como encarregado de negocios em 10 de maio de 1890.)		
	Removido.....	Idem.....	Bolivia.....	12 de dez. de 1890
		(Esteve em goso de licença de 9 de abril a 8 de outubro de 1891.)		
		E posto em disponibilidade.		23 de maio de 1893
	Exonerado.....	(Esteve em disponibilidade inactiva de 23 de maio de 1893 a 10 de abril de 1895.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Abilio Cesar Bor- ges.....	Designado para exercer o seu cargo.	(Serviu de encarregado de negocios de 8 de junho de 1895 a 30 de abril de 1896.)	Russia.....	29 de mar. de 1895
	Removido.....	2º secretario..... (Esteve em gozo de licença de 12 de outubro de 1895 a 11 de fevereiro de 1897.)	Grã-Bretanha.....	2 de jan. de 1896
	Idem.....	Idem..... (Serviu de 1º secretario de 5 de julho a 21 de agosto de 1897, de 10 de agosto a 2 de setembro, de 23 de outubro a 18 de dezembro de 1899.) (Serviu de encarregado de negocios de 29 de setem- bro a 22 de outubro de 1899.)	França.....	23 de jan. de 1897
	Promovido.....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de julho de 1901 a 6 de junho de 1902.) (Esteve em gozo de licença de 8 de junho de 1902 a 7 de junho de 1903.)	Paraguay.....	27 de jan. de 1900
	Exonerado.....	E posto em disponibilidade inactiva, a pedido..... (Esteve em disponibilidade inactiva até 15 de março de 1907.)		31 de out. de 1903
	Designado.....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro a 30 de novembro de 1907; de 1 de setembro a 30 de novembro de 1909 e de 1 de agosto a 31 de outu- bro de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 1 de junho a 31 de agosto de 1908 e de 1 de maio a 30 de setembro de 1911.)	Hespanha.....	23 de fev. de 1907
	Removido.....	1º secretario.....	Russia.....	25 de set. de 1911
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1912 e em comissão de 1 de janeiro a 10 de março de 1913.)	Dinamarca e Noruega	8 de nov. de 1911

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Abilio Cesar Bor- ges.....	Nomeado.....	Conselheiro de Legação..... (Serve de Encarregado de Negocios em Christiania desde 12 de abril de 1913.) —		26 de mar. de 1913
Luiz de Lima e Silva.....	Nomeado.....	Addido.....	Russia.....	31 de dez. de 1895
	Idem.....	2º secretario.....	Portugal.....	17 de abril de 1897
	Removido.....	Idem..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de junho de 1897.)	França.....	22 de maio de 1897
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897
	Nomeado.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de junho de 1903 a 30 de abril de 1904.)	Hespanha.....	21 de jan. de 1900
	Promovido...	1º secretario..... (Chegou a Santiago em 12 de agosto de 1905.) (Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril a 4 de outubro de 1907.)	Chile.....	31 de dez. de 1904
	Chamado a serviço pu- blico.....			29 de abril de 1908
	Removido.....	Idem..... (Esteve em comissão no Rio até 3 de novembro de 1908.) Serviu de encarregado de negocios de 23 de julho de 1910 a 5 de maio de 1911.)	Italia.....	17 de out. de 1908
	Nomeado.....	Conselheiro de Legação.... (Esteve em comissão de 5 de março de 1913 a 21 de março de 1914.)		25 de out. de 1911
	Mandado se- vir.....	1º secretario.....	Austria-Hungria....	9 de mar. de 1914
Alfredo de Almei- da Brandão.....	Nomeado.....	Addido.....	Grã-Bretanha.....	31 de dez. de 1895
	Idem.....	2º secretario..... (Partiu a 3 de outubro de 1893.)	Republica da Colom- bia.....	30 de jun. de 1893

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMENCLATURAS, REMUNERAÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alfredo de Almeida da Brandão.....	Idem.....	Idem.....	Estados Unidos da America.....	17 de abril de 1897
Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897
Nomeado.....	Idem.....	Idem.....	Russia.....	21 de jan. de 1899
Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....	16 de mar. de 1900
Nomeado.....	Idem.....	Idem.....	Republica Argentina	10 de jan. de 1902
Removido.....	2º Secretario.....	Idem.....	Suissa.....	21 de jan. de 1902
Mandado ser- vir.....	(Serviu de encarregado de negocios em Berna de 3 a 14 de outubro de 1903.)	Idem.....	Belgica.....	30 de mar. de 1903
Removido.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....	30 de ag. de 1903
Mandado ser- vir.....	Idem.....	Idem.....	Gra-Bretanha.....	30 de mar. de 1905
Promovido.....	1º secretario.....	Idem.....	Mexico.....	26 de mar. de 1906
Removido.....	1º secretario.....	Idem.....	Austria-Hungria.....	17 de out. de 1908
Idem.....	Idem.....	Idem.....	Russia.....	17 de out. de 1908
Idem.....	Idem.....	Idem.....	Suissa.....	1 de jun. de 1910
Idem.....	Idem.....	Idem.....	Espanha.....	21 de mar. de 1913
Nomeado.....	Idem.....	Idem.....	Idem.....	25 de mar. de 1913

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Lemgruber Kropf.....	Nomeado.....	Addido.....	Grã-Bretanha.....	13 de out. de 1895
	Mandado.....	Servir na Secretaria de Es- tado das Relações Exte- riores.....		13 de out. de 1895
	Nomeado.....	2º secretario.....	Japão.....	17 de abril de 1897
		(Partiu em 27 de maio e che- gou a Tokio em 10 de se- tembro de 1897.)		
	Exonerado.....	2º Secretario.....	Japão.....	31 de dez. de 1897
		(Serviu até 23 de fevereiro de 1898.)		
	Nomeado.....	Promotor Publico.....	Comarca do Carmo, Estado do Rio de Janeiro.....	20 de out. de 1900
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	25 de fev. de 1901
	Nomeado.....	Promotor da Justiça.....	Comarca de Além Pa- rahyba, Estado de Minas Geraes.....	13 de abril de 1901
	Nomeado.....	Juiz Substituto.....	Idem.....	5 de junho de 1903
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	18 de set. de 1903
	Nomeado.....	2º secretario (servindo em comissão).....	Suissa.....	20 de ag. de 1903
		(Partiu em 23 de setembro de 1903)		
		(Chegou a Berna em 22 de outubro de 1903.)		
	Confirmada a nomeação.....	2º secretario.....	Idem.....	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Hespanha.....	24 de maio de 1905
		(Serviu de 7 de junho a 31 de dezembro de 1905.)		
	Mandato re- gressar.....		Suissa.....	18 de dez. de 1905
		(Serviu de encarregado de negocios de 7 de março de 1905 a 28 de fevereiro de 1907.)		
		(Serviu como 1º delegado à Conferencia Internacional de revisão da Convenção de Genebra (Cruz Verme- lha) que se reuniu naquella cidade de 11 de junho a 6 de julho de 1905.)		
	Designado.....	Idem.....	Hollanda.....	23 de fev. de 1907
		(Partiu de Berna em 4 de março de 1907 e chegou a Haya em 8 do mesmo mez.)		
		(Serviu como 1º secretario da Delegação brasileiro na 2ª Conferencia Internacional da Paz na Haya em 1907.)		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Lemgruber Kropf.....	Promovido.....	1º secretario.....		13 de abril de 1907
		(Serviu de encarregado de negocios de 8 de março a 18 de setembro de 1907.)		
		(Esteve em gozo de licença de 11 de agosto a 9 de ou- tubro de 1908.)		
	Removido.....	1º secretario.....	Uruguay.....	23 de set. de 1908
		(Partiu do Rio em 10 de ou- tubro de 1908.)		
	Nomeado.....	Conselheiro de Embaixada da missão especial enviada a Buenos Aires por oc- casão da posse do presi- dente Sans l'ena.....		25 de nov. de 1910
		(Serviu de encarregado de negocios de 31 de janeiro a 7 de abril de 1909.)		
	Removido.....	1º Secretario.....	Paraguay.....	14 de jan. de 1909
	Declarada sem efeito a re- moção.....	Idem.....	Idem.....	8 de fev. de 1909
		(Esteve em gozo de licença de 23 de março a 22 de abril de 1910.)		
Hippolyto Pacheco Alves de Araujo	Nomeado.....	Conselheiro de Legação.....		10 de out. de 1910
		(Serviu de encarregado de negocios de 9 de julho a 7 de setembro de 1911 e de 7 de julho de 1912 a 15 de abril de 1913.)		
	Removido.....		Santa-Sé.....	12 de maio de 1913
		(Serviu de encarregado de negocios de 3 de julho a 17 de outubro de 1913).		
	Nomeado.....	Addido.....	Grã-Bretanha.....	15 de out. de 1896
	Mandado ser- vir.....	Como auxiliar de commissa- rio encarregado de prepa- rar a defeza do Brasil no arbitramento da questão de limites com a.....	França.....	10 de mar. de 1898
	Nomeado.....	(Addido á Missão Especial na Suissa, antiga denomina- ção (addido em Missão Es- pecial), tendo, portanto, a categoria de 2º secretario (Arbitramento da questão de limites com a França)..	Suissa.....	16 de mar. de 1899
	Exonerado.....	Addido.....	Grã-Bretanha.....	23 de dez. de 1899
	Idem.....	Idem á missão especial.....	Suissa.....	27 de jan. de 1900
	Nomeado.....	2º secretario.....	França.....	27 de jan. de 1900

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Hippolyto Pacheco Alves de Araujo		(Conta antiguidade de 2º secretario de Legação desde 10 de março de 1898, por applicação do art. 2º, parágrafo unico, do Decreto Legislativo n. 754, de 31 de dezembro de 1900.) (Esteve em gozo de licença de 15 de julho a 16 de novembro de 1901 e de 22 de julho a 15 de setembro de 1904.) (Serviu de 1º secretario de 14 de dezembro de 1901 a 20 de maio de 1902 e de 6 de maio de 1904 a 5 de novembro de 1905.)		
	Designado....	2º Secretario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	23 de fev. de 1902
		(Esteve em gozo de licença de 11 de junho de 1907 a 10 de setembro de 1908, de 14 de dezembro de 1908 a 11 de março de 1909 e de 18 de março a 17 de agosto de 1911.)		
	Promovido ...	1º secretario.....		25 de maio de 1911
	Designado....	Idem.....	Allemanha.....	18 de ag. de 1911
	Nomeado....	Conselheiro de Legação.....		26 de mar. de 1913
		(Serviu de encarregado de negocios de 11 de agosto de 1913 a 10 de março de 1914.)		
		—		
Luiz Guimarães Filho.....	Nomeado....	Addido.....	Republica Argentina..	13 de set. de 1898
	Exonerado ...	Idem.....	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	2º secretario da missão especial (Conferencia Pan-Americana).....	Mexico.....	14 de set. de 1901
	Exonerado ...	Idem.....	Idem.....	20 de dez. de 1901
	Nomeado....	2º secretario.....	Republica Oriental do Uruguay.....	10 de jan. de 1902
		(Partiu a 28 de abril de 1902.)		
		(Serviu de 1º secretario de 7 de fevereiro a 14 de março e de 30 de abril de 1903 a 23 de setembro de 1904.)		
	Exonerado e mandado servir em comissão..	Idem.....	Bolivia.....	20 de nov. de 1903
	Declarada sem effeito sua exoneração.....	Idem.....		30 de abril de 1904

PRIMEIROS SECRETARIOS.

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz Guimarães Filho.....		(Esteve em gozo de licença de 15 de outubro de 1901 a 14 de abril de 1905.)		
	Removido.....	2º secretario..... (Partiu em 26 de abril de 1905.) (Chegou a Tokio em 8 de agosto de 1905.) (Serviu de encarregado de negocios no Japão de 9 de junho de 1905 a 29 de março de 1909 e no Japão e na China de 23 de outu- bro de 1909 a 4 de no- vembro de 1910.) (Serviu de secretario da missão especial para as- sistir aos funeraes do Im- perador da China de 21 de abril a 4 de maio de 1909.) (Esteve em gozo de licença de 5 de novembro de 1910 a 4 de outubro de 1911.)	Japão.....	31 de dez. de 1904
	Promovido.....	1º secretario.....		25 de maio de 1911
	Designado.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 11 de dezem- bro de 1911 a 31 de maio de 1913)	Cuba e America Central.	20 de set. de 1911
	Removido.....	Idem..... (Esteve em comissão de	Suissa.....	31 de dez. de 1912
		—		
	Nomeado.....	2º secretario.....	Republica Argentina.	7 de out. de 1895
	Mandado ser- vir.....	 (Partiu desta cidade em 4 de novembro de 1895.) Chegou a Assumpção em 30 do mesmo mez.) (Serviu de 1º secretario de 1 de janeiro a 23 de março de 1895.)	Paraguay.....	22 de out. de 1895
	Mandado re- gressar.....		Republica Argentina.	10 de fev. de 1896
		(Partiu de Assumpção em 5 de abril de 1896 e che- gou a Buenos Aires em 9 do mesmo mez.)		
Adalberto Guerra Duval.....				

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Adalberto Guerra Duval.....	Mandado ser- vir.....	Idem..... (Partiu de Buenos Aires em 20 de abril de 1896 e che- gou a Lisboa em 24 de julho seguinte.) (Esteve em gozo de licença de 29 de março a 31 de dezembro de 1897.)	Portugal.....	25 de mar. de 1896
	Removido....	Idem.....	Colombia e Equador..	17 de abril de 1897
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Estava em gozo de licença quando foi exonerado, não tendo nunca seguido para a Colombia.) (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro de 1898 a 31 de dezembro de 1902, deixando de per- tencer ao Corpo Diplo- matico em virtude do dis- posto no art. 14 da Con- solidação Diplomática.)		31 de dez. de 1897
	Nomeado.....	2º secretario..... (Partiu em 3 de maio de 1905 e chegou a São Pe- tersburgo em 15 de junho seguinte.)	Russia.....	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir.....	2º secretario.....	Perú.....	9 de fev. de 1906
	Declarada sem effeito a or- dem.....	 (Serviu de encarregado de negocios em S. Peters- burgo de 1º de setembro de 1906 a 5 de junho de 1907.)		11 de fev. de 1906
	Designado....	Idem..... Partiu de S. Petersburgo em 15 de junho e chegou a Buenos Aires em 14 de se- tembre de 1907.)	Republica Argentina.	23 de fev. de 1907
	Idem.....	Idem..... (Partiu de Buenos Aires a 23 e chegou a Asuncion a 29 de agosto de 1908.) (Serviu de encarregado de negocios de 30 de agosto de 1909 a 21 de novembro de 1911.)	Paraguay.....	11 de abril de 1908
	Promovido..	1º secretario.....		25 de maio de 1911
	Designado....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	21 de set. de 1911
	Nomeado.....	Conselheiro de Legação....		26 de mar. de 1913

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Adalberto Guerra Duval.....		(Serviu de encarregado de negocios de 14 de janeiro a 12 de agosto de 1913.)		
Annibal Velloso Rebello.....	Nomeado....	Amanuense do Ministerio da Instrução Publica, Cor- reios e Telegraphos.....		25 de jan. de 1892
	Exonerado....	Idem.....		27 de out. de 1892
	Nomeado....	Amanuense do Ministerio da Justiça e Negocios Inte- riores.....		27 de out. de 1892
		(Tomou posse no dia 3 do mesmo mez.)		
	Exonerado....	Idem.....		23 de mar. de 1894
	Nomeado....	Addido de Legação.....	Italia.....	7 de jan. de 1899
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	Addido á missão especial....	Idem.....	14 de nov. de 1902
	Idem.....	2º secretario.....	Colombia.....	31 de dez. de 1904
		(Não partiu.)		
	Mandado ser- vir.....		Estados Unidos.....	5 de abril de 1905
		(Partiu para Washington em 19 de abril e chegou em 19 de maio de 1905.)		
		(Serviu de 1º secretario de 15 de junho a 14 de no- vembro de 1905.)		
	Removido....	Idem.....	Belgica.....	17 de ag. de 1907
		(Serviu de encarregado de negocios de 17 de fevereiro a 4 de março de 1908 e de 15 de setembro a 20 de dezembro de 1908.)		
		(Esteve em gozo de licença de 15 de abril a 14 de se- tembro de 1911.)		
	Promovido....	1º secretario.....		31 de maio de 1911
	Designado....	Idem.....	Portugal.....	21 de set. de 1911
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de dezem- bro de 1911 a 27 de agosto de 1912 e de 16 de novem- bro a 25 de dezembro de 1913.)		
		(Está servindo actualmente desde		

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Oduvaldo Pacheco e Silva.....		(Partiu para Montevidéo a 8 e chegou a 13 de agosto de 1905.)		
		(Serviu de 1º secretario de 10 de fevereiro a 16 de março de 1903.)		
		(Esteve em gozo de licença de 14 de outubro de 1903 a 25 de março de 1907.)		
	Designado....	Idem.....	França.....	23 de fev. de 1907
		(Partiu em 26 de março de 1907 e chegou a Paris em 1º de abril seguinte.)		
		(Esteve em gozo de licença de 3 de outubro de 1911 a 11 de abril de 1912.)		
	Promovido....	1º secretario.....		11 de jun. de 1912

José Pinto de Souza Dantas.....	Nomeado....	2º secretario.....		1 de jul. de 1908
	Designado....	Idem.....	França.....	9 de jul. de 1908
		(Partiu desta cidade em 9 de agosto de 1908 e chegou a 1 de setembro.)		
	Promovido....	1º secretario.....		11 de jun. de 1912
		(Esteve encarregado do Consulado Geral em Paris de 15 de outubro de 1912 a		

Eduardo de Lima Ramos.....	Nomeado....	Addido sem vencimentos....	Russia.....	30 de jul. de 1897
	Mandado servir nesta Secretaria de Estado....			31 de jul. de 1897
		(Serviu de 3 agosto de 1897 a 23 de fevereiro de 1898 e de 25 de setembro de 1898 a 11 de fevereiro de 1899.)		
	Declarada sem efeito a nomeação....	Addido sem vencimentos....	Russia.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	2º secretario.....	Idem.....	10 de jan. de 1902
		(Partiu em 10 de fevereiro de 1902 e assumiu o exercicio em 11 de abril de 1902.)		
	Mandado servir.....		França.....	20 de set. de 1902

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Eduardo de Lima Ramos.....		(Partiu de S. Petersburgo em 1 e chegou a Paris em 6 de outubro de 1932.)		
	Exonerado....	Idem.....	Russia.....	24 de jan. de 1933
		(Recebeu vencimentos até 13 de março de 1933.)		
	Mandado ser- vir em com- missão.....	Idem.....	França.....	25 de jan. de 1933
		(Assumiu o exercicio em 14 de março de 1933.)		
	Nomeado em commissão..	Idem.....	Allemanha.....	14 de abril de 1935
		(Partiu de Paris em 6 e che- gou a Berlim em 9 de no- vembro de 1935.)		
		(Esteve em gozo de licença de 9 de abril de 1935 a 17 de janeiro de 1937.)		
	Confirmada a nomeação...	Idem.....		29 de nov. de 1936
	Designado....	Idem.....	Suissa.....	23 de fev. de 1937
José Francisco de Barros Pimentel		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de dezembro de 1938 a 28 de março de 1939.)		
	Promovido ...	1º secretario.....		16 de maio de 1913
	Designado....	Idem.....	Mexico.....	31 de maio de 1913
		(Chegou ao Mexico em 23 de agosto de 1913).		
		—		
	Nomeado.....	2º secretario.....	Santa Sé.....	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir nesta Se- cretaria de Estado.....			30 de mar. de 1905
		(Serviu de 1 de abril a 13 de julho de 1905.)		
	Removido....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	29 de jun. de 1905
		(Partiu em 19 de julho de 1905 e chegou a Londres em 25 de agosto seguinte.)		
Idem.....	Idem.....	Idem.....	Hollanda.....	11 de abr. de 1908
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 a 26 de ou- tubro de 1908.)		
	Idem.....	Idem.....	Venezuela.....	8 de fev. de 1909
		(Chegou a Caracas em 6 de abril de 1909.)		

PKIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Francisco de Barros Pimentel.	(Esteve em goso de licença de 29 de agosto de 1 09 a 28 de fevereiro de 1910 e em comissão de 1 de março a 5 de abril de 1910.)			
Idem.....	Idem..... (Partiu do Rio em 6 de abril de 1910.) (Esteve em goso de licença de 22 de novembro de 1910 a 15 de fevereiro de 1911.)		Estados-Unidos.....	17 de mar. de 1910
Promovido....	1º secretario.....			15 de maio de 1913
Designado....	Idem.....		Chile.....	31 de maio de 1913
Idem.....	Idem..... (Serve de Encarregado de Negocios desde 8 de de- zembro de 1913.)		Japão.....	25 de agt. de 1913

Abelardo Roças..	Nomeado.....	2º secretario.....		20 de nov. de 1906
	(Serviu nesta Secretaria de Estado de 7 de dezembro de 1 06 a 26 de março de 1907.)			
Designado....	Idem.....		Estados-Unidos.....	23 de fev. de 1907
Mandado ser- vir.....			Hollanda.....	
	(Partiu desta capital em 27 de março de 1907 e chegou a Haya a 22 de maio do mesmo anno.)			
Designado....	Idem.....		Grã-Bretanha.....	8 de jan. de 1908
	(Chegou a Londres a 13 de fevereiro de 1908.)			
Nomeado.....	2º secretario da Embaixada Brasileira ás festas com- memorativas do cincoente- nario da Unificação da...		Italia.....	5 de mar. de 1911
Promovido....	1º secretario.....			15 de maio de 1913
Designado ...	Idem.....		Perú.....	31 de maio de 1913
Idem.....	Idem.....		Chile.....	30 de agt. de 1913

José de Paula Ro- drigues Alves..	Nomeado.....	2º secretario.....		29 de nov. de 1903
	(Serviu nesta Secretaria de Estado de 18 de dezembro de 1906 a 7 de maio de 1907.)			

PRIMEIROS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José de Paula Ro- drigues Alves..	Designado....	2º Secretario..... (Partiu desta capital em 8 de maio de 1907 e chegou a Haya em 5 de junho do mesmo anno.)	Hollanda.....	23 de fev. de 1907
	Removido....	Idem..... (Chegou a Londres em 28 de março de 1908.)	Grã-Bretanha.....	26 de fev. de 1908
	Nomeado....	2º secretario da Embaixada Brasileira ás festas com- memorativas do cincoente- nario da Unificação da....	Italia.....	5 de mar. de 1911
	Promovido....	1º secretario.....		16 de maio de 1913
	Designado....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 2 a 16 de ou- tubro de 1913; esteve em comissão de 17 de ou- bro a 9 de dezembro de 1913 e serve novamente de encarregado de nego- cios desde 10 de dezem- bro de 1913).	Republica Argentina..	31 de maio de 1913
José Joaquim Mo- niz de Aragão..		(Serviu addido a esta Secre- taria de Estado de 30 de junho de 1908 a 9 de maio de 1910.)		
	Nomeado....	3º official desta Secretaria de Estado..... (Tomou posse na mesma data.)		10 de maio de 1910
	Nomeado....	2º secretario..... (Tomou posse em 1 de junho de 1911.)		25 de maio de 1911
	Exonerado...	3º official da Secretaria de Estado..... (Serviu no Gabinete do Mi- nistro até 13 de fevereiro de 1912.)		31 de maio de 1911
	Designado....	2º secretario..... (Partiu do Rio a 20 de março de 1912.)	Estados Unidos.....	20 de fev. de 1912
	Promovido....	1º secretario.....		16 de maio de 1913
	Designado....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 28 de junho a 1 de setembro de 1913).	Uruguay	31 de maio de 1913

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Gustavo de Vianna Kelsch..	Nomeado....	Addido sem vencimentos....	Allemanha.....	28 de jan. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	Addido á missão especial...	Italia.....	3 de abril de 1902
	Exonerado....	Idem.....	Idem	11 de abril de 1902
	Nomeado....	2º secretario.....	Portugal.....	14 de abril de 1902
		(Partiu em 14 de maio de 1902 e tomou posse em 2º do mesmo mez.)		
	Removido....	Idem.....	Allemanha.....	24 de jan. de 1903
		(Partiu de Lisboa em 23 de março de 1903 e chegou a Berlim em 27 de abril de 1903.)		
		(Serviu de 1º secretario de 27 de abril a 16 de agosto de 1903 e de 21 de setembro de 1903 a 20 de junho de 1904.)		
		(Dirigiu o Consulado em Berlim de 7 de julho a 7 de agosto de 1904.)		
		(Serviu de 1º secretario de 3 de novembro de 1905 a 27 de março de 1907.)		
	Exonerado....	Idem.....		27 de mar. de 1907
	Nomeado....	Idem.....		9 de maio de 1907
	Designado....	Idem.....	Estados Unidos.....	27 de jan. de 1908
	Removido....	Idem.....	Japão.....	26 de abril de 1911
	Declarada sem efeito essa remo- ção.....			7 de maio de 1911
	Posto em dis- ponibilidade			10 de maio de 1911
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 18 de maio a 11 de julho de 1911)		
	Feito reverter à effectivi- dade do car- go.....	2º secretario.....		30 de jun. de 1911
	Designado....	Idem.....	Japão.....	5 de jul. de 1911
		(Serviu de encarregado de negocios de 17 de setembro de 1911 a 7 de dezembro de 1913.)		
	Removido....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	3 de set. de 1913

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alberto Jorge de Ipanema Mo- reira.....	Nomeado....	Addido..... (Serviu de 7 de novembro de 1898 a 30 de janeiro de 1900.)	França.....	16 de set. de 1889
	Exonerado...	Addido.....	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado....	2º secretario..... (Partiu em 12 de fevereiro de 1903 e assumiu o exercicio em 23 de março de 1903.) (Serviu de 1º secretario de 31 de agosto de 1904 a 23 de abril de 1905 e de 4 de junho a 31 de agosto de 1906.) (Esteve em gozo de licença de 20 de setembro a 22 de outubro de 1906.)	Portugal.....	24 de jan. de 1903
	Designado....	Idem..... (Assumiu o exercicio em 1 de maio de 1907.) (Serviu de 1º secretario de 11 a 27 de maio e de 20 de setembro a 19 de outubro de 1907.) (Serviu de encarregado de negocios de 11 de julho a 20 de agosto de 1908.) (Esteve em gozo de licença de 5 de junho a 8 de julho de 1909.)	Republica Argentina.	23 de fev. de 1907
	Idem.....	2º secretario na Conferencia de Direto Maritimo de Bruxellas..... (Partiu do Rio em 9 de julho de 1909.) (Esteve no desempenho dessa comissão de 9 de julho a 30 de dezembro de 1909.)		1 de jul. de 1909
	Removido....	2º secretario..... (Chegou a Santiago a 23 de abril de 1910.)	Chile.....	23 de mar. de 1910
	Idem.....	Idem..... (Esteve em comissão de 31 de março a 31 de julho de 1911.) (Serve na Embaixada em em Washington desde 1 de agosto de 1913.)	Hespanha.....	31 de jul. de 1912

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Mario de Belfort Ramos.....	Nomeado.....	Addido sem vencimentos.... (Serviu nesta Secretaria de Estado até 31 de dezembro de 1899.)	Republica Argentina.	21 de jul. de 1897
	Declarada sem effeito a nomeação...	Idem.....	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado.....	2º secretario (servindo em commissão..... (Partiu em 25 de agosto de 1903.) (Serviu de encarregado de negocios de 10 de outubro de 1903 a 28 de dezembro de 1904.)	Perú.....	22 de jul. de 1903
	Removido.....	2º secretario..... (Partiu de Lima em 14 de abril de 1905) (Esteve em commissão de 9 de maio a 25 de setem- bro de 1906, interrom- pendo o transito)	Santa Sé.....	29 de jun. de 1905
	Mandado ser- vir.....	Idem..... (Partiu em 26 de setembro de 1906.) (Assumiu o exercicio em 15 de novembro de 1906.)	Suissa.....	29 de maio de 1906
	Designado....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 10 de setembro de 1909 a 19 de abril de 1910.)	Portugal.....	23 de fev. de 1907
		— —		
	Nomeado.....	Addido sem vencimentss.... (Tomou posse em 5 de se- tembro de 1898.)	Japão.....	30 de jun. de 1898
	Exonerado ...	Idem..... (Serviu até 31 de dezembro de 1898.)	Idem.....	2 de jan. de 1899
	Nomeado.....	2º secretario.....	Equador.....	31 de dez. de 1904
Carlos de Ros- taing Lisboa...	Mandado ser- vir.....	Idem..... (Já servia desde 1 de janeiro de 1905.)	Chile.....	24 de abril de 1905
	Mandado se- guir para o seu posto...	Idem..... (Não chegou a partir.)	Equador.....	18 de dez. de 1905
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Perú.....	11 de fev. de 1906

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos de Ros- taing Lisboa...		(Partiu de Santiago em 18 de fevereiro de 1906 e che- gou a Lima em 13 de março seguinte.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 23 de novem- bro a 25 de dezembro de 1907 e de 4 de junho de 1908 a 30 de setembro de 1910.)		
	Removido.....	Idem.....	Republica Argentina.	23 de abril de 1910
	Idem.....	Idem.....	Italia.....	25 de set. de 1911
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.....		(Esteve em gozo de licença de 23 de julho a 22 de dezembro de 1913.)		
		(Está em comissão desde 23 de dezembro de 1913.)		
		—		
	Nomeado.....	2º secretario.....	Venezuela.....	31 de dez. de 1904
	Mandado ser- vir.....	Idem..... (Serviu de 1 de abril a 20 de setembro de 1905.)	Secretaria de Estado.	30 de mar. de 1905
	Idem.....	Idem..... (Partiu em 21 de setembro de 1905 e chegou a Lon- dres em 18 de outubro seguinte.)	Grã-Bretanha.....	14 de set. de , 5
	Chamado a serviço.....			17 de maio de 1907
	Mandado ser- vir.....	2º secretario..... (Partiu do R'o em 28 de agosto e chegou ao Me- xico em 19 de outubro de 1907.) (Serviu de encarregado de negocios de 30 de janeiro de 1908 a 5 de junho de 1909 e de 12 de agosto de 1909 a 10 de outubro de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 12 de outubro a 9 de dezembro de 1910.)	Mexico.....	31 de jul. de 1907
	Removido.....	2º secretario..... (Chegou a Washington em 10 de dezembro de 1910.)	Estados Unidos.....	4 de nov. de 1910

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.....	Removido....	2º Secretario.....	Dinamarca.....	21 de set. de 1911
	Declara da sem effeito essa remo- ção	Idem.....		8 de nov. de 1911
		(Esteve em gozo de licença desde 10 de fevereiro a 2 de julho de 1912.)		
	Removido....	Idem.....	Belgica.....	31 de dez. de 1912
		(Assumiu o exercicio em Bruxellas em 18 de abril de 1913.)		

Godofredo de Bu- lhões.....	Nomeado em commissão..	2º secretario.....	Belgica.....	4 de dez. de 1905
		(Partiu em 2) de dezembro de 1905 e chegou a Bru- xellas em 12 de janeiro de 1906.)		
	Confirmada a nomeação...	2º secretario.....		29 de nov. de 1903
	Designado....	Idem.....	Perú.....	23 de fev. de 1906
		(Esteve em gozo de licença de 12 de novembro de 1907 a 11 de agosto de 1908.)		
	Removido....	Idem.....	Suissa.....	20 de jul. de 1908
	Idem.....	Idem.....	Austria Hungria....	17 de fev. de 1909
		(Está em gozo de licença desde 11 de dezembro de 1913.)		

Jarbas Loretta da Silva Lima.....	Nomeado em commissão..	2º secretario.....	Perú.....	4 de dez. de 1905
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Austria Hungria....	15 de fev. de 1903
		(Partiu em 21 de fevereiro de 1903 e chegou a Vienna em 23 de março seguinte.)		
	Confirmada a nomeação ..	Idem.....		29 de nov. de 1906
	Designado....	Idem.....	Equador.....	23 de fev. de 1907
		(Partiu de Vienna em 5 de março de 1907 e chegou a Quito em 13 de maio se- guinte.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Jarbas Loretti da Silva Lima.....		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril a 15 de julho de 1910 e 25 de março de 1912 a 10 de se- tembro de 1913.)		
	Removido....	Idem.....	Hespanha.....	12 de nov. de 1913
		(Esteve em comissão de 1 de outubro de 1913 a 11 de fevereiro de 1914 e está em gozo de licença desde 13 de fevereiro de 1914.)		
	Idem.....	Idem.....	Ecuador.....	16 de mar. de 1914
Arminio de Mello Franco.....	Nomeado.....	Addido sem vencimentos....	Belgica.....	25 de maio de 1897
		(Serviu nesta Secretaria de Estado até 23 de dezembro de 1899.)		
	Declarada sem effeito a nomeação.	Idem.....	Idem.....	28 de dez. de 1899
	Nomeado.....	2º secretario.....		29 de nov. de 1906
		(Serviu nesta Secretaria de Estado de 3 de dezembro de 1903 a 24 de março de 1907.)		
	Designado....	2º secretario.....	Chile.....	23 de fev. de 1907
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Bolivia.....	21 de mar. de 1907
		(Partiu em 25 de março e chegou a La Paz em 27 de abril de 1907.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 6 a 31 de maio de 1907.)		
		(Partiu de La Paz em 9 de setembro e chegou a San- tiago em 7 de outubro de 1907.)		
	Removido....	Idem.....	Noruega e Dinamarca	11 de mar. de 1910
		(Partiu de Santiago em 9 de abril de 1910 e chegou a Copenhague a 20 de junho de 1910.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 12 a 21 de ou- tubro de 1911.)		
		(Esteve em gozo de licença de 1 de janeiro a 31 de maio de 1912.)		
	Removido....	2º secretario.....	Belgica e Suecia.....	31 de jul. de 1912
		(Serviu de encarregado de negocios em Bruxellas de 14 de setembro de 1912 a 15 de abril de 1913.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Arminio de Mello Franco.....	Removido....	2º secretario.....	Hollanda.....	24 de mar. de 1913
—				
José Pinto da Fon- seca Guimarães	Nomeado....	2º secretario..... (Serviu nesta Secretaria de Estado de 6 de dezembro de 1903 a 23 de fevereiro de 1907.)		29 de nov. de 1905
	Designado....	Idem..... (Partiu em 4 de março de 1907 e chegou a Berlim em 4 de abril seguinte.) (Serviu de encarregado de negocios de 17 de outubro a 25 de novembro de 1908, de 9 a 23 de agosto de 1910 e de 17 de outubro a 30 de novembro de 1910.)	Allemanha.....	23 de fev. de 1907
—				
Carlos Martins Pereira e Souza	Nomeado....	2º secretario..... (Serviu nesta Secretaria de Estado de 6 de dezembro de 1903 a 23 de fevereiro de 1907.)		29 de nov. de 1905
	Designado....	Idem..... (Partiu desta cidade em 1 de março de 1907 e chegou em 27 do mesmo mez a Assumpção.)	Paraguay.....	21 de fev. de 1907
	Removido....	Idem.....	Austria Hungria.....	11 de abril de 1908
	Idem.....	Idem.....	Allemanha	9 de jul. de 1908
	Idem.....	Idem.....	Austria Hungria.....	15 de jan. de 1909
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 1 de outubro de 1909 a 30 de abril de 1911.) (Esteve em gozo de licença de 1 de setembro de 1911 a 31 de janeiro de 1912.) (Esteve em commissão no Rio de 1 de fevereiro de 1912 a 9 de janeiro de 1913.)	Russia.....	17 de set. de 1909
	Idem.....	Idem.....	Italia	12 de jun. de 1913

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Martins Pereira e Souza		(Partiu de S. Petersburgo a 1 de julho e chegou a Roma a 9 de julho de 1913)		
	Mand. do ser- vir provisoriamente...	2º secretario.....	Austria Hungria.....	20 de fev. de 1911
Antonio José do Amaral Mur- tinho.....	Nomeado.....	2º secretario.....		29 de nov. de 1906
		(Serviu nesta Secretaria de Estado de 10 de dezembro de 1906 a 23 de março de 1907.)		
	Designado....	Idem.....	Cuba e America Cen- tral.....	23 de fev. de 1907
		Partiu desta capital em 27 de março de 1907.)		
		(Assumiu o exercicio em Pa- namá em 3 de julho de 1907.)		
		(Serve de encarregado de negocios na America Cen- tral.)		
Jeronymo de Avel- lar Figueira de Mello.....	Nomeado.....	2º secretario.....		27 de mar. de 1907
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Secretaria de Estado	1 de abril de 1907
		(Serviu de 3 de abril de 1907 a 15 de março de 1908.)		
	Designado....	Idem.....	Bolivia.....	25 de jan. de 1908
		(Partiu para assumir o seu posto em 16 de março de 1908.)		
		(Chegou a La Paz a 27 de abril de 1908.)		
	Removido....	Idem.....	Perú.....	28 de set. de 1908
		(Chegou a Lima a 14 de ou- tubro de 1908.)		
		(Esteve em gozo de licença de 13 de dezembro de 1910 a 2 de maio de 1911.)		
	Idem.....	Idem.....	Austria Hungria.....	21 de mar. de 1911
		(Chegou a Vienna em 31 de maio de 1911.)		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Jeronymo de Avelar Figueira de Mello	Removido....	2º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 8 de junho a 2 de julho de 1913.) ----	Santa Sé.....	24 de mar. de 1913
Adolpho da Silva Gordo Junior....	Nomeado....	2º secretario..... (Serviu nesta Secretaria de Estado de 16 de maio a 30 de julho de 1907.)		18 de abril de 1907
	Designado....	Idem..... (Partiu a 31 de julho e chegou a Montevideo a 4 de agosto de 1907.)	Uruguay.....	17 de jul. de 1907
	Idem.....	Idem..... (Chegou a Buenos Aires a 21 de maio de 1908.)	Republica Argentina.	11 de abril de 1908
	Idem.....	Idem..... (Chegou a Berlim a 1 de março de 1911.)	Allemanha.....	31 de dez. de 1910
	Mandado servir.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	
Eusebio de Queirós Coitinho Matoso Camara....	Nomeado....	2º secretario.....		3 de dez. de 1907
	Mandado servir.....	Idem..... (Serviu de 16 de dezembro de 1907 a 1 de maio de 1910.)	Secretaria de Estado.	15 de dez. de 1907
	Designado....	Idem..... (Partiu desta cidade a 2 e chegou a Montevideo a 6 de maio de 1910.) (Esteve em gozo de licença de 9 de junho a 8 de julho de 1911.) (Serviu de encarregado de negocios de 17 de abril a 27 de junho de 1913.) (Está em commissão no Gabinete do Presidente da Republica desde 2 de julho de 1913.)	Uruguay.....	23 de mar. de 1910

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Lucillo Antonio da Cunha Bueno...	Nomeado....	Amanuense desta Secretaria de Estado..... (Tomou posse a 27 de maio de 1905.)		25 de maio de 1905
	Idem.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano...		2 de jan. de 1906
	Exonerado....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 20 de março de 1908 a 19 de março de 1909.)		1 de agt. de 1907
	Nomeado....	2º secretario.....		4 de nov. de 1909
	Designado....	Idem..... (Serviu nesta Secretaria até 19 de abr. l de 1910. Partiu para Caracas a 20 de abril de 1910 e chegou a 21 de junho.) (Serviu de encarregado de negocios de 6 de julho de 1910 a 21 de fevereiro de 1911 e 12 de agosto de 1911 a 28 de outubro de 1913.)	Venezuela.....	23 de mar. de 1910
	Removido....	Idem.....	Allemanha.....	12 de jun. de 1913

Pedro Leão Vel- loso Netto.....	Nomeado....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano...		10 de set. de 1907
	Idem.....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano..		3 de nov. de 1908
	Exonerado....	Auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano...		22 de jan. de 1910
		(Serviu nessas comissões de 10 de setembro de 1907 a 23 de janeiro de 1910.)		
	Nomeado....	2º secretario..... (Tomou posse e serviu nesta Secretaria de Estado de 25 de janeiro de 1911 a 17 de outubro de 1911.)		22 de jan. de 1910
	Designado....	Idem..... (Partiu a 18 de outubro e chegou a Roma em 25 de novembro de 1911.)	Italia	21 de set. de 1911
	Removido....	Idem.....	França.....	30 de abr. l de 1913

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Luiz Villares Fra- goso.....	Nomeado.....	2º secretario..... (Serviu nesta Secretaria de Estado de 7 de junho a 16 de outubro de 1911.)		25 de maio de 1911
	Designado.....	Idem..... (Partiu para Assumpção em 17 de outubro de 1911 e chegou a 31 do mesmo mez.) (Serviu de encarregado de negocios de 29 de junho de 1912 a 9 de abril de 1913.)	Paraguay.....	25 de set. de 1911
	Removido.....	Idem.....	Chile.....	11 de mar. de 1913
	Mandado ser- vir proviso- riamente.....	Idem.....	Argentina.....	23 de abril de 1913
	Removido.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 17 de outubro a 9 de dezembro de 1913.)	Idem.....	11 de jun. de 1913
		—		
Frederico de Ca- stello Branco Clark.....	Nomeado.....	Addido sem vencimentos....	Grã-Bretanha.....	11 de fev. de 1908
	Idem.....	Secretario da Delegação Bra- sileira na 4ª Conferencia Internacional Americana..		23 de jun. de 1910
	Idem.....	2º secretario.....		31 de maio de 1911
	Designado.....	Idem.....	Uruguay.....	2 de set. de 1911
	Removido.....	Idem.....	Argentina.....	25 de set. de 1911
		Partiu do Rio em 6 de no- vembro de 1911 e chegou a Buenos Aires em 12 do mesmo mez.)		
	Mandado ser- vir.....	Idem.....	Chile.....	15 de mar. de 1913
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 31 de março a 3 de outubro de 1913.)	Perú.....	8 de out. de 1913
		—		
Fernando de Souza Dantas.....	Nomeado.....	2º secretario..... (Serviu nesta Secretaria de Estado de 3 de novembro de 1911 a 3 de setembro de 1912.)		17 de out. de 1911

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Fernando de Souza Dantas.....	Designado....	2º secretario..... (Partiu do Rio a 4 de setem- bro e assumiu o exercicio em Berna a 1 de outubro de 1912.) —	Suissa.....	31 de jul. de 1912
Lafayette de Car- valho e Silva....	Nomeado....	(Serviu addido a esta Se- cretaria de Estado de 18 de fevereiro de 1908 a 5 de novembro de 1909.) 3º official da Secretaria de Estado..... (Tomou posse na mesma data.) (Serviu no Gabinete do Sub- Secretario de Estado de 7 de fevereiro de 1912 a 19 de janeiro de 1913 e serve no Gabinete do Ministro desde 20 de janeiro de 1913.)		6 de nov. de 1909
	Idem.....	2º secretario.....		4 de jul. de 1912
	Designado....	Idem.....	Republica Argentina.	2 de dez. de 1913
		—		
Carlos Elias La- torre Lisboa....	Idem.....	2º secretario..... (Tomou posse na mesma data tendo estado addido a esta Secretaria de Es- tado de 22 de abril de 1912 a 29 de março de 1913.)		16 de jul. de 1912
	Designado....	 (Partiu do Rio a 30 de março de 1913 e chegou a Asun- ción a 10 de abril de 1913.) (Esteve em commissão de 15 de junho a 4 de outubro de 1913.)	Paraguay.....	11 de mar. de 1913
	Removido....	Idem.....	Uruguay.....	11 de set. de 1913
		—		
Alfredo Felipe da Luz.....	Nomeado....	Addido sem vencimentos....	Grã-Bretanha.....	27 de jul. de 1910
	Idem.....	2º secretario.....		16 de jul. de 1912

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOEMLAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alfredo Felipe da Luz.....	Designado....	Idem..... (Assumiu o exercicio em Bruxellas a 24 de agosto de 1912.)	Belgica.....	31 de jul. de 1912
	Removido....	Idem..... —	Paraguay.....	11 de dez. de 1913
Luiz Avelino Gur- gel do Amaral..	Nomeado....	Amanuense da Secretaria de Estado..... (Entrou em exercicio a 27 de maio de 1905.)		25 de maio de 1905
	Promovido...	2º official..... (Serviu em commissão na Legação em Buenos Aires de 7 de abril a 10 de julho de 1912.)		10 de maio de 1910
	Nomeado....	2º secretario..... (Tomou posse na mesma data e esteve em commis- são até 14 de julho de 1913.)		16 de maio de 1913
	Exonerado....	2º official da Secretaria de Estado.....		17 de maio de 1913
	Designado....	2º secretario..... (Partiu do Rio a 15 de julho e chegou a Santiago a 1 de agosto de 1913.)	Chile.....	12 de jun. de 1913
		—		
				
Carlos Taylor....	Nomeado....	Addido sem vencimentos.... (Serviu addido a esta Secre- taria de Estado de 19 de julho de 1912 a 15 de maio de 1913.)	Belgica.....	5 de abril de 1908
	Idem.....	2º secretario..... (Tomou posse na mesma data e esteve em com- missão até 27 de outubro de 1913.)		16 de maio de 1913
	Designado....	2º secretario..... (Serve de encarregado de negocios desde 23 de ja- neiro de 1914.)	Colombia.....	12 de jun. de 1913
.....		—		

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Octavio Fialho...	(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 24 de janeiro a 9 de maio de 1910.)			
	Nomeado....	3º official da Secretaria de Estado.....		10 de maio de 1910
		(Tomou posse na mesma data.)		
	Idem.....	2º secretario.....		13 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data e esteve em comissão até 30 de junho de 1913.)		
	Exonerado....	3º official da Secretaria de Estado.....		17 de maio de 1913
	Designado....	2º secretario	Russia.....	12 de jun. de 1913
		— —		
Paulo Coelho de Almeida.....	Nomeado....	Addido sem vencimentos...	Allemanha.....	27 de jan. de 1912
		(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 27 de dezembro a 15 de maio de 1913.)		
	Idem.....	2º secretario.....		16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data e esteve em comissão até 8 de julho de 1913.)		
	Designado ...	2º secretario.....	Venezuela.....	12 de jun. de 1913
		(Serviu de encarregado de negocios de 29 de outubro a 23 de dezembro de 1913.)		
		— —		
João Leopoldo Mordesto Leal.....	(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 24 de julho de 1912 a 11 de fevereiro de 1913.)			
	Nomeado....	2º secretario.....		16 de maio de 1913
	Designado ...	Idem.....	Estados Unidos	12 de jun. de 1913
		(Tomou posse a 9 de junho de 1913.)		
		— —		
Mario Pimentel Brandão.....	(Serviu addido a esta Secretaria de Estado de 16 de agosto de 1912 a 14 de fevereiro de 1913.)			
		2º secretario.....		16 de maio de 1913

SEGUNDOS SECRETARIOS

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Mario Pimentel Brandão.....		(Tomou posse na mesma data.) (Serve de Official de Gabi- nete do Presidente da Re- publica desde 15 de feve- reiro de 1913.) —		
Fernando de Lara Palmeiro.....		(Serviu addido a esta Secre- taria de Estado de 2 de agosto a 4 de novembro de 1912 e ao Consulado Ge- ral em Montevideo d'ahi até 15 de maio de 1913.)		
	Nomeado.....	2o Secretario.....		16 de maio de 1913
		(Tomou posse na mesma data e esteve em commis- são até 2 de jan. de 1914.)		
	Designado...	Idem.....	Belgica.....	2 de jan. de 1914

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Arthur Teixeira de Macedo.....	Nomeado.....	Consul geral.....	Nova York.....	12 de abril de 1890
		(Partiu a 4 de maio de 1890.)		
	Considerado..	Consul geral de 1ª classe...	Idem.....	6 de jun. de 1891
	Removido....	Idem.....	Lisboa.....	9 de maio de 1892
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.			21 de set. de 1892
	Nomeado.....	Consul geral de 1ª classe...	Hamburgo.....	30 de nov. de 1894
		(Esteve em gozo de licença de 7 de junho a 15 de outubro de 1899.)		
	Removido....	Consul geral de 1ª classe...	Buenos Aires.....	31 de ag. de 1901
		(Esteve em gozo de licença de 1 de junho a 23 de outubro de 1903.)		
	Idem.....	Idem.....	Hamburgo.....	22 de jul. de 1903
João Carlos da Fonseca Pereira Pinto.....		(Esteve em gozo de licença de 23 de abril a 10 de outubro de 1903.)		
	Idem.....	Idem.....	Nova York.....	16 de maio de 1910
	Idem.....	Idem.....	Lisboa.....	22 de set. de 1910
		—		
	Nomeado.....	Consul geral.....	Buenos Aires.....	2 de ag. de 1890
		(Partiu a 17 de setembro de 1890.)		
	Considerado..	Consul geral de 1ª classe...	Idem.....	6 de jun. de 1891
	Removido....	Idem.....	Antuérpia.....	22 de nov. de 1892
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	9 de dez. de 1893
	Posto em dis- ponibilidade.			30 de nov. de 1894
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de dezembro de 1894 a 29 de julho de 1895.)		
	Designado....	Idem.....	Trieste.....	12 de jul. de 1895
	Removido....	Idem.....	Liverpool.....	30 de dez. de 1895
		(Esteve em gozo de licença de 13 de junho a 9 de dezembro de 1907.)		
	Idem.....	Idem.....	Hamburgo.....	22 de jan. de 1913

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Fortunato da Silveira Bulcão.	Nomeado....	Consul geral..... (Partiu a 25 de maio de 1890.)	Marselha.....	12 de abril de 1890
	Removido....	Consul geral.....	Porto.....	11 de out. de 1890
	Considerado..	Consul geral de 2ª classe...	Idem.....	6 de jun. de 1891
	Removido....	Idem.....	Marselha.....	31 de out. de 1891
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 25 de maio a 10 de se- tembro de 1895.)	Trieste.....	9 de maio de 1892
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe... (Esteve em gozo de licença de 15 de junho a 14 de dezembro de 1899 e de 10 de novembro de 1910 a 30 de abril de 1911.)	Antuerpia.....	12 de jul. de 1895
		—		
Manoel Jacintho Ferreira da Cunha.....	Nomeado....	Consul..... (Partiu a 1 de janeiro de 1892.)	Rosario de Santa Fé,	8 de ag. de 1891
	Exonerado ...	Idem.....	Idem.....	22 de mar. de 1892
	Posto em dis- ponibilidade.	 (Foi posto em disponibili- dade activa a contar de 17 de maio de 1892.)		23 de ag. de 1892
	Designado....	Consul.....	Vigo.....	6 de dez. de 1892
	Removido....	Idem.....	Vera Cruz.....	30 de dez. de 1895
	Idem.....	Idem.....	Kobe.....	5 de jan. de 1898
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 31 de julho de 1899.)		24 de dez. de 1898
	Considerado em disponi- bilidade activa.....			1 de ag. de 1899
	Nomeado....	Consul..... (Partiu no dia 4 de fevereiro de 1902.)	Napoles.....	16 de jan. de 1902
	Promovido ...	Consul geral de 2ª classe...	Idem.....	8 de ag. de 1903
	Idem.....	Consul geral de 1ª classe... (Esteve aguardando ordens nesta capital de 26 de junho a 6 de outubro de 1906)	Buenos Aires.....	30 de dez de 1905

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Jacintho Ferreira da Cunha.....	Removido....	Idem..... (Partiu desta capital em 7 de outubro de 1903.) (Esteve em comissão de 20 de janeiro a 20 de outubro de 1908.)	Genebra.....	25 de jul. de 1906
	Removido....	consul geral de 1ª classe...	Lisboa.....	24 de dez. de 1908
	Idem.....	Idem.....	Nova York.....	22 de set. de 1910
— — —				
Francisco Alves Vieira.....	Nomeado....	Praticante desta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercício do seu cargo a 3 de abril de 1884.)		31 de mar. de 1884
	Promovido....	Amanuense.....		28 de abril de 1885
	Idem.....	2º official..... (Esteve em gozo de licença de 22 de setembro a 30 de novembro de 1891 e de 14 de março a 13 de abril de 1892.)		23 de jan. de 1889
	Designado....	Director interino da 4ª secção.....		24 de maio de 1893
	Dispensado....	Idem.....		31 de ag. de 1893
	Designado....	Official de gabinete.....		5 de jul. de 1893
	Dispensado....	Idem.....		10 de out. de 1893
	Promovido....	1º official.....		31 de dez. de 1894
	Exonerado....	Idem..... (Deixou o exercício do seu cargo a 31 de dezembro de 1895.)		30 de dez. de 1895
	Nomeado....	Consul geral de 2ª classe, servindo provisoriamente no Vice-consulado..... (Partiu a 4 de abril de 1895.)	Francfort.....	30 de dez. de 1895
	Removido....	Consul geral de 2ª classe... (Esteve em gozo de licença de 14 de maio a 22 de junho de 1898 e de 15 a 24 de outubro de 1900.)	Londres.....	31 de jan. de 1898
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	 (Esteve em disponibilidade de 7 de maio de 1901 a 6 de março de 1903.)		24 de jan. de 1901
	M a n d a d o exercer o seu cargo.....		Londres.....	24 de jan. de 1903

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Francisco Alves Vieira.....	Promovido...	Consul geral de 1ª classe... (Esteve em comissão nesta capital de 1 de maio de 1907 a 7 de abril de 1908.)		28 de fev. de 1903
	Nomeado....	Consul geral de 1ª classe... (Está em comissão desde 8 de novembro de 1912.)	Londres.....	2 de maio de 1913
Antonio José de Paula Fonseca.	Nomeado....	Praticante desta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercício do seu cargo a 2 de maio de 1885.)		28 de abril de 1885
	Promovido...	Amanuense.....		12 de jun. de 1886
	Idem.....	2º official..... (Esteve em gozo de licença de 8 de março a 7 de abril de 1893.)		27 de abril de 1889
	Idem.....	1º official..... (Serviu de director da 3ª Sec- ção de 3 de setembro a 31 de dezembro de 1897, de 1 a 17 de fevereiro de 1898, de 15 de abril a 2 de junho e de 23 de setembro a 31 de dezem- bro de 1899 e de 25 de maio a 1 de setembro de 1900.) (Esteve em gozo de licença de 9 de fevereiro a 7 de maio de 1900.) (Serviu de director da 3ª Sec- ção de 23 de junho a 12 de julho e de 6 a 20 de agosto de 1902 e de 3 a 19 de janeiro, 1 a 23 de fevereiro e de 4 a 23 de maio de 1903.) (Serviu no Gabinete de 21 de setembro de 1903 a 23 de novembro de 1903).		1 de jun. de 1896
	Promovido...	Director de secção.....		25 de maio de 1905
	Nomeado....	Consul geral de 1ª classe...	Marselha.....	28 de fev. de 1906
	Exonerado....	Director de secção desta Secretaria de Estado..... (Partiu para Marselha em 24 de novembro de 1906.) (Está em comissão desde 13 de outubro de 1909.)		31 de mar. de 1906
	Nomeado....	Consul geral de 1ª classe...	Paris.....	3 de jul. de 1910

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio José de Paula Fonseca.		(Continúa em comissão nesta cidade, no Gabinete do Ministro.)		
Sully José de Souza.....	Nomeado.....	Consul privativo.....	Baltimore.....	3 de maio de 1876
	Promovido.....	Consul geral.....	Russia.....	23 de maio de 1885
	Posto em dis- ponibilidade.			20 de nov. de 1886
	M a n d a d o exercero o eu cargo.....	Cosul geral.....	Prussia e Saxonia....	21 de maio de 1887
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 26 de junho de 1887.)		
		(Esteve em gozo de licença de 16 de junho a 15 de outubro de 1889.)		
	Considerado..	Consul geral de 2ª classe...	Idem.....	6 de jun. de 1891
	Removido.....	Idem.....	Trieste.....	30 de dez. de 1895
	Idem.....	Idem.....	Bordéas.....	3 de jan. de 1898
		(Serviu na guerra do Para- guay de 3 de janeiro de 1835 até 1 de março de 1870.)		
		(Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 30 de setem- bro de 1904 e de 12 de maio a 11 de agosto de 1905.)		
	Promovido...	Consul geral de 1ª classe...		11 de out. de 1906
	Removido.....	Idem.....	Genebra.....	21 de dez. de 1908
	Nomeado.....	Idem.....	Hamburgo.....	29 de jul. de 1910
		(Esteve em gozo de licença de 7 de dezembro de 1910 a 8 de maio de 1912.)		
	Removido...	Idem.....	Liverpool	22 de jan. de 1913
		(Esteve em gozo de liccnça de 15 de maio a 31 de julho de 1913.)		
Dr. Alberto Baez Conrado.....	Nomeado.....	Consul.....	Salto.....	20 de nov. de 1892
		(Partiu a 12 de dezembro de 1892.)		
	Removido.....	Idem.....	Rosario.....	18 de mar. de 1894
		(Esteve em gozo de licença de 16 de outubro a 31 de dezembro de 1895.)		

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REM.ÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Alberto Baez Conrado.....	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	30 de dez. de 1895
	Nomeado....	Consul.....	Havre.....	14 de nov. de 1896
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			31 de dez. de 1897
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 12 de janeiro de 1898 a 17 de janeiro de 1899.)		
	M a n d a d o exercer o seu cargo.....	Consul.....	Marselha.....	11 de jan. de 1899
	Removido....	Idem.....	Porto.....	28 de fev. de 1901
		(Esteve em gozo de licença de 1 a 31 de agosto de 1905.)		
	Promevido....	Consul geral de 2ª classe...	Napoles.....	30 de dez. de 1905
	Removido....	Idem.....	Valparaiso.....	13 de dez. de 1906
		(Por despacho de 11 de maio de 1907, foi mandado aguardar ordens em Mon- tevidéo.)		
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe...	Buenos Aires.....	24 de dez. de 1908
	Removido....	Idem.....	Montevideó.....	5 de mar. de 1913
	Nomeado....	Addido, sem vencimento, á Legação Brasileira.....	Idem.....	14 de nov. de 1913
		—		
Antonio Araujo Silva.....	Nomeado....	Praticante da Thesouraria de Fazenda.....	Rio Grande do Sul...	15 de set. de 1876
	M a n d a d o addir.....	Thesouro Nacional.....		19 de set. de 1876
	Nomeado....	2º Escripturario da Alfandega.....	Rio Grande do Norte..	23 de dez. de 1876
	Designado....	Administrador em commis- são da Mesa de Rendas do porto de.....	Mossoró.....	3 de abril de 1877
	Nomeado....	2º escripturario da Alfandega.....	Aracajú.....	30 de jan. de 1880
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	14 de jul. de 1881
		(Chancellor do Consulado Geral em Buenos-Aires de 19 de abril a 2 de julho de 1883.)		
		(Consul em Gualeguaychú de 1 de setembro de 1883 a 12 de setembro de 1886.)		
		(Chancellor em Buenos Aires de 20 de setembro de 1886 a 3 de janeiro de 1893.)		

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Antonio Araujo Silva.....		(Dirigiu o Consulado Geral em Buenos Aires no caract- er de Vice-Consul de 3 de janeiro de 1893 a 2 de novembro de 1894.)		
		(Serviu no Ministerio das Re- lações Exteriores em Com- missão relativa á questão de limites com a Guyana Françesa de 17 de agosto a 31 de dezembro de 1895.)		
	Nomeado...	Vice-Consul.....	Rosario de Santa Fé	2 de jan. de 1896
		(Tomou posse a 21 do mesmo mez e serviu até o dia 31 de maio de 1898.)		
	Nomeado....	Consul sem vencimentos....	Idem.....	1 de jun. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	9 de mar. de 1899
	Nomeado....	Idem.....	New-Castle on Tyne..	28 de nov. de 1899
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	8 de maio de 1902
	Nomeado....	Vice-Consul.....	Rosario de Santa Fé..	30 de ag. de 1902
	Promovido...	Consul.....		8 de out. de 1905
	Removido....	Idem.....	Villa Bella.....	28 de fev. de 1906
	Promovido...	Consul geral de 2ª classe...	Assumpção.....	31 de ag. de 1906
	Removido....	Idem.....	Iquitos.....	3 de dez. de 1907
		(Esteve em gozo de licença de 1 de julho a 19 de no- vembro de 1909 e em com- missão de 20 de novembro de 1909 a 23 de março de 1910.)		
	Promovido...	Consul geral de 1ª classe...	Iquitos.....	2 de maio de 1910
Gervasio Pires Ferreira.....		(Esteve em gozo de licença de 14 de agosto de 1911 a 24 de janeiro de 1912.)		
		(Está em comissão desde 11 de agosto de 1912.)		
	Removido....	Idem.....	Havre.....	5 de mar. de 1913
	Nomeado....	Consul.....	Havre.....	16 de dez. de 1892
		(Partiu a 12 de janeiro de 1893.)		
	Removido....	Idem.....	Bordéus.....	14 de nov. de 1894
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.			31 de dez. de 1897
		(Esteve em disponibilidade inactiva desde 1 de feve- reiro de 1898 até 30 de junho de 1900.)		

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Gervasio Pires Ferreira.....	Considerado em disponibilidade activa.....			1 de jul. de 1900
	Nomeado.....	Consul.....	Cardiff.....	30 de abril de 1902
	Promovido....	Consul geral de 2ª classe...		29 de out. de 1903
	Removido....	Idem.....	Trieste.....	3 de nov. de 1903
		(Esteve em gozo de licença de 6 de abril a 5 de outubro de 1907, de 9 de novembro de 1908 a 7 de maio de 1909 e de 5 de janeiro a 12 de junho de 1911.)		
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe... (Está em commissão desde 9 de outubro de 1913).		21 de ag. de 1912
Francisco José da Silveira Lobo...	Nomeado.....	Consul geral de 1ª classe... (Partiu a 12 de junho de 1894.)	Antuerpia.....	18 de maio de 1894
	Declarado sem effeito.....	Idem.....	Idem.....	12 de jul. de 1895
	Nomeado.....	Consul.....	Baltimore.....	12 de jul. de 1895
	Removido.....	Idem.....	Posadas.....	20 de dez. de 1895
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	28 de maio de 1896
	Nomeado.....	Idem.....	S. Petersburgo.....	17 de abril de 1897
	Exonerado e posto em disponibilidade.....			31 de dez. de 1897
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 11 de janeiro de 1898 a 21 de janeiro de 1899.)		
	Mandado exercer o seu cargo.....	Consul.....	Trieste.....	6 de jan. de 1899
	Removido.....	Consul..... (Esteve em gozo de licença de 4 de junho a 30 de setembro de 1905.)	Marselha.....	28 de fev. de 1901
	Promovido....	Consul geral de 2ª classe..	Rotterdam.....	23 de fev. de 1906
	Exonerado e posto em disponibilidade.....			31 de ag. de 1906
		(Esteve em disponibilidade inactiva de 18 de setembro a 27 de outubro de 1903.)		

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Francisco José da Silveira Lobo...		(Esteve em disponibilidade activa de 23 de outubro de 1906 a 31 de maio de 1908.)		
	Mandado exer- cer seu car- go	Consul Geral de 2ª classe..	Rotterdam.....	2 de maio de 1903
	Promovido...	Consul geral de 1ª classe...	Havre.....	31 de ag. de 1912
	Removido...	Idem.....	Buenos Aires.....	5 de mar. de 1913
		(Esteve em comissão de 23 de junho de 1913 a 23 de fevereiro de 1914.)		
Dr. Raymundo de Sá Valle.....	Nomeado.....	Consul.....	Tosario de Santa Fé.	31 de maio de 1892
		(Partiu a 22 de julho de 1892).		
	Promovido...	Consul geral de 2ª classe...	Genebra.....	18 de maio de 1894
	Removido...	Idem.....	Valparaíso.....	27 de jun. de 1895
	Idem.....	Idem.....	Barcelona.....	30 de dez. de 1895
		(Esteve em gozo de licença de 27 de junho a 25 de outubro de 1901, de 28 de abril a 10 de outubro de 1906 e de 1 de julho a 31 de dezembro de 1911.)		
	Idem.....	Idem.....	Genebra.....	12 de jul. de 1906
	Declarado sem efeito.....	Idem.....	Idem.....	25 de jul. de 1906
	Promovido...	Consul geral de 1ª classe...	Genova	22 de jan. de 1913
Nicolão Pinto da Silva Valle.....	Nomeado.....	Praticante desta Secretaria de Estado.....		13 de ag. de 1883
		(Entrou em exercicio do seu cargo a 14 de agosto de 1883.)		
	Promovido...	Amanuense.....		17 de set. de 1884
		(Esteve em gozo de licença de 1 a 30 de maio de 1885 e de 6 de março a 31 de maio de 1883.)		
	Idem.....	2º official.....		16 de dez. de 1887
	Idem.....	1º official.....		31 de jul. de 1893
	Exonerado...	Idem.....		14 de nov. de 1893
	Nomeado.....	Consul geral de 2ª classe...	Montreal.....	11 de nov. de 1893
	Removido...	Idem.....	Cayena.....	3 de jan. de 1898

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Nicoláo Pinto da Silva Valle.....	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de janeiro a 2 de abril de 1899.)		21 de dez. de 1898
	Considerado em disponibi- lidade activa.	 (Esteve em disponibilidade activa de 3 de abril de 1899 a 31 de janeiro de 1901.)		3 de abril de 1899
	Mandado exer- cer o seu cargo.....	Consul geral de 2ª classe...	Assumpção.....	30 de nov. de 1903
	Removido.....	Idem.....	Rotterdam.....	31 de ag. de 1906
	Idem.....	Idem.....	Porto.....	15 de out. de 1906
	Idem.....	Idem.....	Rotterdam.....	21 de ag. de 1912
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe..	Assumpção.....	22 de jan. de 1913
		—		
	Nomeado.....	Praticante da Alfândega do Rio de Janeiro.....		15 de mar. de 1890
	Exonerado....	Idem.....		25 de maio de 1891
Filinto Elysio Ro- drigues Vianna de Abreu.....	Nomeado.....	Chanceller provisório do Consulado Geral em....	Hamburgo.....	5 de jan. de 1895
		(Partiu a 5 de março de 1895.)		
	Idem.....	Chanceller effectivo.....	Idem.....	28 de ag. de 1897
		(Esteve em gozo de licença de 1 de outubro de 1901 a 29 de fevereiro de 1902.)		
	Promovido....	Consul, servindo provisoria- mente em.....	La Plata.....	16 de jan. de 1904
		(Assumiu o exercicio a 1 de julho de 1904.)		
		(Esteve em gozo de licença de 1 de novembro de 1905 a 31 de janeiro de 1906.)		
	Removido....	Consul.....	Bremen.....	28 de fev. de 1906
	Idem.....	Idem.....	Rotterdam.....	27 de out. de 1906
	Promovido....	Consul geral de 2ª de classe	Idem.....	23 de abril de 1907
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de julho a 13 de agosto de 1908 e em disponibilidade activa de 14 de agosto de 1908 a 28 de julho de 1910.)		2 de maio de 1908
	Nomeado.....	Consul geral de 2ª classe..	Napoles.....	29 de jul. de 1910
		(Assumiu o exercicio a 1 de outubro de 1910.)		

CONSULES GERAES DE 1ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu.....	Removido.....	Idem..... (Assumiu o exercício a 23 de dezembro de 1911.)	Yokohama.....	17 de out. de 1911
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe.. (Chegou a Iquitos a 13 de setembro de 1913.) (Está em gozo de licença desde 1 de novembro de 1914.)	Iquitos.....	5 de mar. de 1913
		—		
Dario Freire.....	Nomeado.....	Amanuense da Secretaria de Estado dos Negocios do Interior.....		15 de maio de 1890
	Promovido....	2º official da mesma Secretaria.....		22 de maio de 1894
	Nomeado.....	Chanceller effectivo do Consulado em..... (Partiu a 14 de fevereiro de 1895.) (Em consequencia desta ultima nomeação foi exonerado do cargo de 2º official da Secretaria supra.)	Londres.....	5 de jan. de 1895
	Removido....	Idem.....	Lisboa.....	2 de jul. de 1895
	Idem.....	Idem.....	Genova.....	2 de dez. de 1902
	Promovido....	Consul, servindo provisoriamente no Vice-Consulado em.....	Bremen.....	22 de jul. de 1903
	Removido....	Consul..... (Chegou e assumiu a direcção do Consulado em 1 de agosto de 1903.)	Yokohama.....	28 de fev. de 1903
	Promovido....	Consul geral de 2ª classe.. (Chegou a 13 e assumiu o exercício no Consulado Geral em 20 de abril de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 8 de outubro de 1907 a 22 de março de 1908.)	Iquitos.....	11 de out. de 1903
	Removido....	Idem.....	Assumpção.....	3 de dez. de 1907
	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 16 de agosto a 5 de outubro de 1911. Está em gozo de licença desde 15 de maio de 1913.)	Cadiz.....	20 de jul. de 1910
	Promovido....	Consul geral de 1ª classe...	Valparaíso.....	19 de nov. de 1913

CONSULES GERAES DE 2ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Manoel Pinto de Souza Dantas...	Nomeado....	Consul..... (Partiu em 21 de abril de 1909.)	Bordéus.....	24 de dez. de 1908
	Promovido....	Consul geral de 2ª classe.. (Assumiu o exercicio a 2 de novembro de 1910.)	Genebra.....	30 de julho de 1910
Dr. José Marcel- lino de Moraes Barros.....	Nomeado....	Encarregado interino do Consulado Geral.....	Genebra.....	5 de jan. de 1892
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	3 de out. de 1892
	Idem.....	Idem.....	Bremen.....	2 de jan. de 1896
	Exonerado....	Vice-Consul.....	Bremen.....	3 de jan. de 1898
	Nomeado....	Consul sem vencimentos....	Marselha.....	31 de jan. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de jan. de 1898
	Nomeado....	Vice-Consul.....	Bremen.....	11 de jan. de 1899
	Promovido....	Consul.....	Southampton.....	22 de jul. de 1903
	Idem.....	Consul geral de 2ª classe.. (Esteve em goso de licença de 16 de março a 15 de dezembro de 1912.)	Idem.....	31 de dez. de 1910
	Nomeado....	Addido commercial.....	Argentina, Chile, Pa- raguay e Uruguay.	31 de dez. de 1910
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	23 de jul. de 1911
	Designado....	Consul geral de 2ª classe.. (Esteve em commissão de 16 de dezembro de 1912 a 15 de março de 1913.)	Assumpção.....	23 de jul. de 1911
	Removido....	Idem.....	Barcelona.....	22 de jan. de 1913
Dr. Francisco Emi- lio Eugenio Emery.....	Nomeado....	Vice-Consul.....	Buenos Aires.....	13 de jul. de 1897
	Idem.....	Idem..... (Esteve em goso de licença de 1 de setembro de 1908 a 30 de novembro de 1909.)	Rosario de Santa Fé..	24 de out. de 1907
	Promovido....	Consul.....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Idem.....	Consul geral de 2ª classe.. (Esteve em goso de licença de 1 de setembro de 1908 a 30 de novembro de 1909.)	Idem.....	31 de dez. de 1910
	Nomeado....	Addido commercial.....	França, Grã-Breta- nha, Belgica, Suissa e Italia.....	31 de dez. de 1910

CONSULES GERAES DE 2ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Emilio Eugenio Emery.....	Removido.....	Add do commercial. (Fstá em gozo de licença desde 11 de junho de 1913.)	Republica Argentina e Chile.....	28 de fev. de 1913
Henrique Carlos de Martins Pinheiro.....	Nomeado.....	Chanceller effectivo do Consulado geral em..... (Partiu a 14 de fevereiro de 1895.)	Liverpool.....	5 de jan. de 1895
	Promovido.....	Consul.....		28 de fev. de 1903
	Designado.....	Idem.....	Salto.....	12 de jul. de 1903
	Removido.....	Idem.....	Cardiff.....	13 de dez. de 1903
	Promovido.....	Consul Geral de 2ª classe... (Entrou em gozo de licença de 12 de junho a 13 de julho de 1913 e em comissão de 14 de julho de 1913 a 6 de janeiro de 1914.)	Rotterdam.....	22 de jan. de 1913
Dr. José Bazileu Neves Gonzaga Filho.....	Nomeado.....	Praticante interno do Hospital do Corpo Militar de Policia da Côte..... (Entrou em exercicio em 6 de janeiro de 1872.)		30 de dez. de 1871
	Exonerado.....	Idem.....		27 de jan. de 1874
	Nomeado.....	Lente substituto da Cadeira de Grego do Externato Pedro II..... (Entrou em exercicio em 7 de março de 1876.)		4 de mar. de 1876
	Exonerado.....	Idem.....		30 de ag. de 1876
	Nomeado.....	Consul sem vencimentos...	Montreal.....	23 de jan. de 1898
	Removido.....	Idem:..... (Partiu a 13 de abril de 1898.) (Esteve em gozo de licença de 10 de janeiro a 7 de maio de 1907.)	Glasgow.....	11 de mar. de 1898
	Nomeado.....	Consul..... (Esteve em gozo de licença de 1 de maio a 25 de agosto de 1912.)	Idem.....	30 de jan. de 1908
	Promovido.....	Consul Geral de 2ª classe.. (Partiu a 6 de abril e chegou a Yokohama a 24 de maio de 1913.)	Yokohama.....	15 de mar. de 1913

CONSULES GERAS DE 2ª CLASSE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
José Monteiro de Godoy.....	Nomeado....	Vice-Consul de carreira....	Vigo.....	17 de abril de 1897
	Idem.....	Consul sem vencimentos....	Idem.....	15 de ag. de 1898
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	2 de jan. de 1901
	Nomeado....	Vice-Consul de carreira....	Idem.....	2 de jan. de 1901
		(Esteve em gozo de licença de 3 de dezembro de 1903 a 1 de abril de 1907.)		
	Promovido....	Consul.....	Vigo.....	30 de jan. de 1908
	Removido....	Idem.....	Yokohama.....	23 de abril de 1909
	Idem.....	Idem.....	Cadiz.....	2 de maio de 1910
	Declarado sem efeito.....	Idem.....	Idem.....	29 de julho de 1910
	Removido....	Idem.....	Bordéas.....	29 de julho de 1910
		(Esteve em gozo de licença de 14 de julho a 30 de dezembro de 1911 e de 8 de fevereiro a 28 de março de 1913.)		
	Promovido....	Consul Geral de 2ª classe..	Cadiz.....	19 de nov. de 1913.
Dr. Bento Carva- lho do Paço....	Nomeado.....	Consul sem vencimentos....	Manchester.....	6 de dez. de 1900
	Idem.....	Vice-Consul de carreira....	Rosario.....	23 de fev. de 1903.
	Exonerado....	Consul sem vencimentos....	Manchester.....	2 de abril de 1903
	Removido....	Vice-Consul.....	Bremen.....	27 de out. de 1903.
		(Esteve em comissão de 1 de junho a 31 de dezem- bro de 1908.)		
	Promovido....	Consul.....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Idem.....	Consul Geral de 2ª classe..	Idem.....	11 de fev. de 1914.

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Joaquim Carneiro de Mendonça	Nomeado.....	Consul..... (Partiu a 12 de novembro de 1892.)	Londres.....	21 de set. de 1892
	Removido.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 4 de fevereiro a 3 de agosto e sem vencimentos de 4 de agosto a 29 de setembro de 1897.)	Georgetown.....	30 de dez. de 1895
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 30 de setembro de 1897 a 31 de agosto de 1900.)		30 de set. de 1897
	Considerado em disponibi- lidade activa			1 de set. de 1900
	Nomeado.....	Para reger o Consulado....	Porto Alonso.....	8 de ag. de 1901
	Dispensado...	Idem..... (Esteve em disponibilidade inactiva de 30 de abril de 1902 a 31 de outubro de 1905.)	Idem.....	27 de abril de 1902
	Designado...		Villa Bella.....	17 de nov. de 1905
	Removido.....	Consul..... (Esteve em commissão nesta cidade de 1 de novembro de 1905 a 23 de janeiro de 1911.)	Georgetown.....	23 de fev. de 1903
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Esteve em disponibilidade activa de 24 de janeiro de 1911 a 10 setembro de 1912.)		24 de jan. de 1911
	Nomeado.....	Consul.....	Porto.....	21 de ag. de 1912
Alcino dos Santos Silva.....		(Alumno da Escola Naval de 21 de novembro de 1890 a 13 de novembro de 1891.) (Addido á Secretaria de Estado da Guerra de 2 de junho de 1892 a 24 de junho de 1895.)		
	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Yokohama.....	17 de abril de 1897
	Idem.....	Chancellor.....	Idem.....	27 de abril de 1897
	Exonerado.....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1897

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alcino dos Santos Silva.....		(Serviu como Auxiliar dos Consulados em Yokohama e Kobe de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1898.)		
	Nomeado.....	Consul sem vencimentos...	La Pallice (Rochelle).	30 de set. de 1899
	Promovido....	Vice-Consul de carreira....		28 de fev. de 1903
	Idem.....	Consul.....	Yokohama.....	11 de out. de 1903
	Removido.....	(Assumiu a direcção do Consulado em 9 de maio de 1907.)		
		Idem.....	Vigo.....	23 de abril de 1909
		(Esteve em commissão de 10 de julho de 1909 a 4 de fevereiro de 1910.)		
		(Reassumiu o exercicio em 8 de março de 1910.)		
		(Esteve em goso de licença desde 11 de julho de 1912 a 28 de fevereiro de 1913.)		

Landulpho Borges da Fonseca....	Nomeado.....	Praticante interino dos Cor- reios.....	Pernambuco.....	11 de jan. de 1893
		(Tomou posse em 19 do mes- mo mez.)		
	Removido.....	Idem para a Directoria Ge- ral.....		23 de mar. de 1893
	Nomeado.....	Praticante effectivo.....		25 de maio de 1894
	Promovido....	Amanuense.....	Districto Federal.....	29 de ag. de 1894
	Exonerado a pedido.....	Idem.....	Idem.....	25 de set. de 1897
	Nomeado.....	Consul sem vencimentos....	Braga.....	8 de ag. de 1901
		(Esteve em goso de licença de 1 de fevereiro a 27 de julho de 1904.)		
	Idem.....	Vice-Consul de carreira....		11 de out. de 1903
	Idem.....	Vice-Consul.....	Rosario de Santa Fé.	27 de out. de 1903
	Promovido....	Consul.....	Saio Oriental.....	13 de dez. de 1903
		(Esteve em goso de licença de 17 de janeiro a 7 de julho de 1911.)		
	Removido.....	Idem.....	Cardiff.....	22 de jan. de 1913

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	HAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Augusto Sarmen- to Pereira Bran- dão.....	Nomeado.....	Chancellor effectivo..... (Tomou posse em 15 de fe- vereiro de 1904.)	Lisboa.....	16 de jan. de 1904.
	Promovido.....	Consul..... (Tomou posse em 11 de ou- tubro de 1900.) (Esteve em commissão no Rio de Janeiro de 1 de janeiro a 18 de março de 1913).	Villa Bella.....	24 de dez. de 1903.
	Removido.....	Idem.....	Glasgow.....	5 de mar. de 1913
Leonardo Olavo da Silva Castro.	Nomeado.....	Chancellor do Consulado Ge- ral.....	Lisboa.....	24 de dez. de 1900
	Promovido.....	Consul.....	Cayenna.....	2 de maio de 1910
Dr. Alfredo Va- rela.....	Nomeado.....	Consul sem vencimentos... (Esteve em gozo de licença de 3 de outubro de 1909 a 2 de maio de 1910.)	Cadiz.....	3 de out. de 1908
	Idem.....	Consul.....	Yokohama.....	2 de maio de 1910
	Removido.....	Idem.....	Napoles.....	17 de nov. de 1911
Dr. Manoel da Costa Barradas.	Nomeado.....	Vice-Consul..... (Assumiu o exercicio em 6 de agosto de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 16 de junho de 1908 a 15 de março de 1909.)	Paso de los Libres...	21 de fev. de 1907
	Promovido.....	Consul.....		31 de dez. de 1910
	Nomeado.....	Addido commercial..... (Está em gozo de licença desde 11 de julho de 1913.)	Estados Unidos da America e Mexico..	31 de dez. de 1910

OONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Philomeno Padula	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral em.....	Genova.....	1 de dez. de 1900
		(Assumiu o exercício em 3 de janeiro de 1911.)		
	Idem.....	Chancellor interino do mesmo Consulado Geral.....	Idem.....	9 de ag. de 1902
	Nomeado.....	Chancellor provisório do Consulado Geral em.....	Genova.....	22 de jul. de 1903
	Idem.....	Chancellor effectivo.....	Idem.....	24 de out. de 1903
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	31 de ag. de 1910
	Promovido....	Consul.....	Rosario de Santa Fé.	28 de jan. de 1911
Domingos de Oliveira Alves.....	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Havre.....	5 de dez. de 1903
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	18 de mar. de 1904
	Idem.....	Chancellor effectivo.....	Liverpool.....	17 de jul. de 1906
		(Tomou posse em 20 de out- ubro de 1906.)		
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	22 de out. de 1906
	Promovido....	Consul.....	Georgetown.....	28 de jan. de 1911
		(Tomou posse em 6 de junho de 1911.)		
Deoclecio de Cam- pos.....		(Esteve em gozo de licença de 16 de outubro de 1912 a 16 de março de 1913.)		
	Removido.....	Idem.....	Sa'to.....	22 de jan. de 1913
Deoclecio de Cam- pos.....	Nomeado.....	Consul.....	Southampton.....	22 de jan. de 1911
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	8 de mar. de 1911
	Nomeado.....	Addido commercial.....	Alemanha, Austria- Hungria, Dinamar- ca, Noruega e Gre- cia.....	8 de mar. de 1911
Fabio Ramos.....				
	Nomeado.....	Consul.....	Boulogne sur Mer....	3 de fev. de 1911

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Alvaro da Cunha.	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado.....	Marselha.....	19 de fev. de 1907
	Idem.....	Chancellor..... (Esteve em gozo de licença de 22 de novembro de 1910 a 21 de maio de 1911.)	Montevideo.....	2 de maio de 1910
	Promovido....	Consul..... (Dirigiu o Consulado Geral em Londres de 15 de março a 21 de julho de 1913.)	Beyruth.....	25 de fev. de 1911
—				
Hippolyto Hermes de Vasconcellos.	Nomeado.....	Consul.....	Southampton.....	8 de mar. de 1911
—				
Roberto de Mes- quita.....	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado.....	Paris.....	1 de out. de 1898
	Idem.....	Consul.....	Cayena.....	24 de dez. de 1908
	Exonerado ..	Idem.....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Nomeado.....	Chancellor.....	Londres.....	2 de maio de 1910
	Removido....	Idem..... (Esteve em comissão de fe- vereiro a 20 de setembro de 1912.)	Liverpool.....	11 de fev. de 1911
	Promovido ...	Consul.....	Marselha.....	1 de ag. de 1912
—				
Socrates Moglia..	Nomeado.....	Vice-Consul.....	S. Thomé.....	21 de jun. de 1896.
	Exonerado ..	Idem.....	Idem.....	3 de jan. de 1898.
	Nomeado.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 1 de janeiro a 31 de maio de 1907 e de 20 de novembro de 1911 a 10 de abril de 1912.)	Posadas.....	23 de jan. de 1901.
	Promovido....	Consul..... (Está em comissão desde 12 de maio de 1913.)	Villa Bella.....	28 de fev. de 1913.
—				
Americo Sant s..	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Lisboa.....	10 de fev. de 1898.
	Idem.....	Chancellor effectivo.....	Genova.....	14 de nov. de 1902.
	Removido....	Idem..... (Tomou posse em 11 de feve- reiro de 1903 e serviu até 14 de fevereiro de 1904.)	Lisboa.....	2 de dez. de 1902.

CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Americo Santos....	Removido...	Consu effectivo..... (Entrou em exercicio em 22 de abril de 1904.) (Regeu o Vice-Consulado em Bremen de 1 de junho a 31 de dezembro de 1908.)	Hamburgo.....	13 de jan. de 1904
	Promovido....	Vice-consul..... (Entrou em exercicio em 1 de dezembro de 1910.)	Corrientes.....	2 de maio de 1910
	Promovido....	Consul.....	Georgetown.....	5 março de 1913.
José Maria de Campos Para- deda.. ..	Nomeado....	Amanuense desta Secretaria de Estado..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 17 de novembro de 1893.)		17 de nov. de 1893
	Promovido....	2º official..... (Serviu de Director da 2ª Secção de 18 de janeiro a 17 de abril e de 6 a 20 de julho de 1904; de 9 a 25 de junho de 1905; de 13 de janeiro a 28 de fe- vereiro e de 5 de julho a 1 de setembro de 1906; e de 4 de outubro de 1903 a 19 de janeiro de 1907.)		15 de mar. de 1902
	Idem.....	1º official..... (Serviu de Director da 1ª Secção de 25 de novembro de 1907 a 20 de novembro de 1909 e de Director da 2ª Secção de 14 de feve- reiro a 15 de abril de 1911.) (Esteve em commissão no Consulado Geral em Paris de 25 de maio de 1911 a 30 de junho de 1913.)		23 de nov. de 1907
	Nomeado....	Consul.....	Bordéas.....	19 de nov. de 1913
	Exonerado....	1º official da Secretaria de Estado..... (Esteve em commissão de 21 de novembro de 1913 a 21 de março de 1914.)		19 de nov. de 1913
Lavoisier Escobar Bueno.....	Nomeado....	Vice-Consul.....	Corrientes	13 de mar. de 1913
	Nomeado....	Consul..... (Está em commissão desde 1 de janeiro de 1914.)	Cobija	23 de nov. de 1913

VICE-CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Narciso Peixoto de Magalhães.....	Nomeado.....	Vice-Consul provisório..... (Assumiu o exercício em 1 de maio de 1907.)	Alvear.....	21 de fev. de 1907.
Orestes dos Santos Corrêa	Nomeado.....	Vice-consul provisório..... (Assumiu o exercício em 15 de junho de 1907.) (Esteve em gozo de licença de 4 de outubro de 1909 a 30 janeiro de 1910.)	Rivera.....	21 de fev. de 1907.
Antonio de Azam- bujá Cidade. ...	Nomeado.....	Vice-consul provisório..... (Assumiu o exercício em 12 de julho de 1907.)	Melo.....	21 de fev. de 1907.
	Removido.....	Idem.....	Santa Rosa.....	22 de nov. de 1907.
Joaquim Maria Pe- dreira Junior...	Nomeado.....	Vice-consul provisório..... (Assumiu o exercício em 5 de fevereiro de 1908.)	Melo.....	22 de nov. de 1907.
Chrysantho de Mi- randa Freitas...	Nomeado.....	Consul sem vencimentos....	Funchal (Ilha da Ma- deira).....	4 de jun. de 1908
	Idem.....	Vice-Consul..... (Está afastado da direcção do Vice-Consulado desde 11 de outubro de 1912).	Idem.....	4 de maio de 1910
Frederico Poncia- no Lobato.....	Nomeado.....	Vice-Consul.....	San Eugenio.....	2 de maio de 1910
Dr. Joaquim Pe- reira da Costa..	Nomeado.....	Vice-Consul.....	Paysandú.....	2 de maio de 1910

VICE-CONSULES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Carlton Coelho Cintra..	Nomeado.....	Chancellor.....	Lisbôa.....	2 de maio de 1910
	Idem.....	Vice-Consul provisório.....	Artigas.....	2 de set. de 1910

Eduardo de Aguiar Vallim.....	Nomeado.....	Consul sem vencimentos....	Genebra.....	21 de mar. de 1898
	Exonerado	Idem.....	Idem.....	16 de jan. de 1907
	Nomeado.....	Vice-Consul sem vencimen- tos.....	Idem.....	13 de dez. de 1907
	Idem.....	Vice-Consul de carreira....	Paso de los Libres....	3 de fev. de 1911
	Removido.....	Idem.....	Milão	13 de mar. de 1913
(Esteve em gozo de licença de 12 de agosto a 15 de ou- tubro de 1913.)				

Dr. Protasio Ba- ptista Gonçalves	Nomeado.....	Vice-Consul provisório.....	Santo Tomé.....	21 de out. de 1911

Carlos de Carva- lho e Souza	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Genova.....	12 de nov. de 1912
	Idem.....	Vice-Consul provisório.....	Milão.....	20 de abril de 1912
	Removido	Idem.....	Paso de los Libres....	13 de mar. de 1913
(Está em comissão desde 8 de março de 1913).				

Antonio Pinheiro Machado.....	Nomeado.....	Vice-Consul.....	Posadas.....	23 de fev. de 1913
(Está em comissão desde 8 de março de 1913).				

Emilio de S. Felix Simonsen.....	Nomeado.....	Vice-Consul.....	Corrientes.....	2 de jan. de 1914.

CHANCELLERES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LUGARES PARA QUE FORAM VOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Francisco Garcia Pereira Leão...	Nomeado.....	Chancellor provisório do Consu- lado Geral em.....	Nova-York.....	5 de jan. de 1895
		(Entrou em exercício do seu cargo a 6 de março de 1895.)		
	Idem.....	Chancellor effectivo.....	Idem.....	28 de ag. de 1897
		(Esteve na gerencia do Consu- lado Geral de 12 de ou- tubro de 1901 a 15 de ja- neiro de 1902, de 1 de de- zembro de 1903 a 31 de ja- neiro de 1904.)		
		(Esteve gerindo o Consulado Geral de 4 de janeiro de 1903 a 30 de junho de 1907).		

Fernando Augusto Georlette.....	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Antuerpia.....	21 de nov. de 1887
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	8 de maio de 1900
	Idem.....	Chancellor.....	Idem.....	2 de maio de 1910

Mario de Azevedo	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado Geral	Montevideo.....	14 de abril de 1895
		(Serviu até 14 de abril de 1904.)		
	Idem.....	Idem.....	Buenos-Aires.....	15 de abril de 1904
		(Serviu até 2 de maio de 1910.)		
	Idem.....	Vice-Consul.....	Idem.....	2 de abril de 1900
	Idem.....	Chancellor.....	Idem.....	2 de maio de 1910
		(Esteve como Vice-Consul encarregado da direcção do Consulado Geral de 1 junho de 1913 a 27 de fevereiro de 1914).		
		(Está em commissão desde 18 de março de 1914).		

Heraclito Hermes de Vasconcellos.	Nomeado.....	Chancellor.....	Liverpool.....	28 de fev. de 1913

Luiz de Almeida Araujo Para- anhos Cavalcanti.	Nomeado.....	Auxiliar do Consulado.....	Paris.....	23 de set. de 1904
	Idem.....	Chancellor.....	Idem.....	2 de maio de 1910

CHANCELLERES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Oscar Paranhos da Silva.....	Nomeado.....	Chancellor..... (Esteve como Vice-Consul encarregado da direcção do Consulado Geral de 16 de julho de 1912 a 22 de abril de 1913).	Genova.....	11 de fev. de 1911.
Braz Calmon da Gama.....		(Serviu de auxiliar do Con- sulado Geral em Monte- vidéo de 1 de abril de 1907 a 16 de março de 1911.)		
	Nomeado.....	Chancellor	Montevideo.....	1 de mar. de 1911
Dr. Vicente Fer- rer de Barros Wanderley e Araujo.....	Nomeado.....	Chancellor (Esteve em gozo de licença de 15 de maio a 31 de agosto de 1913).	Lisbôa.....	8 de fev. de 1911.
Wencesláu de Sou- za Guimarães...	Nomeado.....	Chancellor.....	Hamburgo	2 de jan. de 1914.

ADDIDOS COMMERCIAES

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMBAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Francisco Eugenio Emilio Emery.....	Nomeado....	Addido Commercial.....	França, Grã-Bretanha, Belgica, Suissa e Italia.....	31 de dez. de 1910
	Removido....	Idem... (Vide o quadro dos «Consules Geraes de 2ª classe».)	Republica Argentina e Chile.....	23 de fev. de 1913
Dr. Manoel da Costa Barradas.	Nomeado....	Addido Commercial..... (Vide o quadro dos «Consules».)	Estados Unidos da America e Mexico..	31 de dez. de 1910
	Nomeado....	Addido Commercial..... (Vide o quadro dos «Consules».)	Alemanha, Austria-Hungria, Dinamarca, Noruega e Grecia	8 de mar. de 1911
Francisco Guimarães.....	Nomeado....	Vice-Consul.....	Buenos-Aires.....	19 de fev. de 1895
	Exonerado a pedido....	Idem..	Idem.....	22 de jun. de 1896
	Nomeado....	Fiscal do Governo Fiscal, junto á «Aachener und Munschener Feuer Versicherung Gesellschaft»....		7 de dez. de 1904
	Exonerado a pedido....	Idem.....		31 de out. de 1907
	Nomeado....	Agente de 1ª classe da Comissão de Pro. agenda e Exposição Economica do Brasil no estrangeiro.....		21 de out. de 1907
	Exonerado....	Idem.....		31 de mar. de 1907
	Nomeado....	Encarregado do Escritorio da Comissão do Brasil na Exposição de Turim e Roma.....	Paris	1 de maio de 1911
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de dez. de 1911
	Nomeado....	Auxiliar do Escritorio de Informações do Brasil....	Idem.....	1 de jan. de 1912
	Exonerado....	Idem.....	Idem.....	31 de mar. de 1913
	Nomeado....	Addido Commercial.....	França, Grã-Bretanha, Belgica, Suissa e Italia.....	28 de fev. de 1913

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Dr. Gabriel de Toledo Piza e Almeida.....	Nomeado.....	Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.. (Partiu a 1 de julho de 1890.)	Imperio Allemão.....	11 de jan. de 1890
	Removido.....	Idem.....	França.....	2 de ag. de 1890
	Considerado..	Idem de 1ª classe..... (Esteve em gozo de licença de 1 de maio a 19 de julho de 1895 e de 10 de agosto a 18 de dezembro de 1899, de 14 de janeiro a 12 de abril de 1903, de 1 de junho a 3 de agosto de 1908 e de 20 de setembro de 1910 a 28 de fevereiro de 1911.)	Idem.....	31 de dez. de 1890
	Posto em disponibilidade			25 de dez. de 1911
Graccho de Sá Valle.....	Nomeado	Secretario do Governo.....	Maranhão.....	23 de jul. de 1880
	Exonerado	Idem.....	Idem.....	10 de maio de 1884
	Nomeado.....	Addido de 1ª classe.....	Republica Oriental do Uruguay.....	10 de maio de 1884
	Mandado servir.....	Idem..... (Entrou em exercicio do seu cargo a 20 de novembro de 1884.)	França.....	13 de out. de 1884
	Idem.....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	16 de dez. de 1885
	Passou a.....	2º secretario.....	Idem.....	12 de dez. de 1890
	Mandado servir.....	Idem..... (Serviu de 1º secretario de 8 de setembro de 1891 a 31 de março de 1892.) (Esteve em gozo de licença de 21 de agosto a 30 de setembro de 1892.)	Austria-Hungria.....	11 de jun. de 1891
	Removido.....	Idem.....	Republica Argentina..	25 de nov. de 1892
	Promovido.....	1º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios na Republica Argentina de 1 de janeiro a 6 de junho de 1894.)	Mexico.....	23 de maio de 1893
	Removido.....	Idem.....	Chile.....	22 de dez. de 1894
	Idem.....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios na Republica do Uruguay de 9 de maio a 12 de dezembro de 1895 e de 9 de janeiro a 6 de abril de 1897.)	Republica Oriental do Uruguay.....	1 de jul. de 1895

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Graccho de Sá Valle.....	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Esteve em disponibilidade inactiva de 20 de março a 7 de abril de 1899.)		4 de mar. de 1898
	Considerado em disponibi- lidade activa	 (Esteve em disponibilidade activa até 30 de janeiro de 1900.)		8 de abril de 1899
	Mandado exer- cer o seu cargo.....	1.º secretario.....	Chile.....	16 de out. de 1899
	Designado....	Reger provisoriamente o Consulado..... (Geriu o Consulado de 20 de junho a 14 de outubro de 1902.) (Serviu de encarregado de negocios de 6 de janeiro a 12 de novembro de 1903.)	Valparaiso.....	13 de jun. de 1902
	Promovido....	Encarregado de negocios...	Equador e Colombia..	18 de abril de 1904
	Idem.....	Ministro residente.....	Equador.....	31 de dez. de 1904
	Nomeado em commissão..	Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario....	Idem.....	21 de fev. de 1907
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.	 (Esteve em gozo de licença de 21 de outubro de 1907 a 20 de março de 1909.)		21 de jan. de 1910
		 (Está em disponibilidade activa desde 21 de janeiro de 1910.)		
		—		
Epaminondas Leite Chermont.	Nomeado....	Consul.....	S. Francisco da Cali- fornia.....	13 de jun. de 1891
	Declarada sem efeito a no- meação....	Idem.....	Idem.....	14 de nov. de 1891
	Nomeado....	Idem.....	Baltimore.....	14 de nov. de 1891
		(Partiu a 1 de janeiro de 1892 e assumiu o exercicio em 24 de maio de 1892.) (Esteve em gozo de licença de 10 de fevereiro a 29 de agosto de 1895.)		
	Removido....	Idem.....	S. Petersburgo.....	12 de jul. de 1895

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	PAIZES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Epaminondas Leite Chermont.	Idem.....	Idem..... (Esteve em gozo de licença de 6 de novembro a 31 de dezembro de 1897.)	Londres.....	17 de abril de 1897
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade	 (Esteve em disponibilidade inactiva até 12 de fevereiro de 1901.)		31 de dez. de 1897
	Designado para exercer o seu cargo		Londres.....	24 de jan. de 1901
	Nomeado.....	2º secretario..... (Assumiu o exercício do cargo em 10 de março de 1903.) (Serviu de 1º secretario de 10 de março de 1903 a 31 de agosto de 1904; de 18 de janeiro a 16 de feve- reiro de 1905 e de 24 de março a 9 de maio de 1905.)	Grã-Bretanha.....	21 de jan. de 1903
	Removido....	Idem..... (Partiu de Londres em 10 e chegou a Washington em 19 de maio de 1905.) (Serviu de 1º secretario de 19 de maio a 18 de agosto de 1905.)	Estados Unidos.....	31 de dez. de 1904
	Chamado a serviço pu- blico.....			30 de maio de 1906
	Nomeado.....	Secretario da delegação bra- sileira no 3º Congresso Internacional Americano. (Esteve ausente do posto por esse motivo de 15 de junho a 14 de novembro de 1905.) (Esteve em gozo de licença de abril a 13 de setembro de 1909.) (Serviu de encarregado de negocios de 17 de janeiro a 4 de fevereiro de 1910.)		19 de jul. de 1906
	Promovido ...	1º Secretario.....		22 de jan. de 1910
	Designado....	Idem..... (Serviu de encarregado de negocios de 11 de outo- bro de 1910 a 25 de agosto de 1912.)	Mexico.....	30 de jul. de 1910
	Removido....	Idem.....	Estados Unidos.....	24 de mar. de 1913
	Nomeado.....	Conselheiro de Embaixada..		16 de abril de 1913

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOCÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Epaminondas Leite Chermont.	Promovido....	Ministro residente.....	Colombia.....	16 de maio de 1913
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade			30 de out. de 1913
Arthur de Carva- lho Moreira....	Nomeado....	Addido de 1ª classe.....	Allemanha.....	24 de mar. de 1876
	Removido....	Idem.....	Grã-Bretanha.....	9 de jun. de 1880
	Promovido....	Secretario.....	Italia.....	12 de dez. de 1885
		(Serviu de encarregado de negocios de 12 de maio a 18 de junho de 1888, de 1 de agosto a 30 de setembro de 1888, de 25 de agosto a 25 de outubro de 1889, de 8 de dezembro de 1889 a 21 de maio de 1900 e de 29 de setembro a 1 de novembro de 1891.)		
	Passou a....	1º secretario.....		12 de dez. de 1890
	Aposentado ..	Idem.....		3 de mar. de 1892
	Declarado sem effeito o de- creto que o aposentou e mandado re- admittir no quadro, na categoria de	1º secretario.....		20 de dez. de 1906
		Posto em disponibilidade a contar de 20 de dezembro de 1906.....		15 de abril de 1907
		(Está no quadro de disponi- bilidade activa desde essa data.)		
	Nomeado....	1º secretario da missão es- pecial.....	Hollanda.....	15 de abril de 1907
Benjamin Graça..		(Serviu de 20 de maio a 13 de dezembro de 1907.)		
		(Está novamente em dis- ponibilidade activa desde 14 de dezembro de 1907.)		
	Nomeado....	Consul geral.....	Iquitos.....	14 de jan. de 1890
		(Partiu a 30 de janeiro de 190.)		
	Considerado..	Consul geral de 2ª classe...	Idem.....	6 de jun. de 1891

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Benjamin Graça...	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.			30 de nov. de 1894
	Considerado em disponi- bilidade activa.....	(Esteve em disponibilidade inactiva de 1 de abril a 2 de outubro de 1895.)		3 de out. de 1895
Felix Bocayuva...	Nomeado.....	2º secretario.....	Republica Argentina.	11 de ag. de 1904
		(Tomou posse em 1 de no- vembro de 1904.)		
		(Serviu de 1º secretario de 5 de janeiro a 30 de março de 1905 e de 11 de ju- lho a 3 de novembro de 1906.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 31 de março a 30 de junho de 1905.)		
	Promovido....	1º secretario.....		29 de nov. de 1906
	Designado....	Idem.....	Paraguay.....	23 de fev. de 1907
		(Partiu de Buenos Aires em 17 e chegou a Assumpção em 22 de março de 1907.)		
		(Serviu de encarregado de negocios de 1 de abril de 1907 a 18 de dezembro de 1908.)		
	Removido.....	1º secretario.....	França	14 de jan. de 1909
		(Serviu de encarregado de negocios de 20 de setem- bro de 1910 a 28 de feverei- ro de 1911.)		
	Mandado ser- vir provisoriamente...	Idem.....	Allemanha.....	29 de maio de 1911
	Removido.....	Idem.....	Chile.....	21 de jun. de 1911
		(Esteve em gozo de licença de 6 de julho a 5 de de- zembro de 1912.)		
	Exonerado e posto em dis- ponibilidade.			25 de mar. de 1913
	Considerado..	Em disponibilidade activa...		19 de jul. de 1913

AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES QUE SE ACHAM EM DISPONIBILIDADE

NOMES DOS EMPREGADOS	NOMEAÇÕES, REMOÇÕES, ETC.	CATEGORIAS	LOGARES PARA QUE FORAM NOMEADOS	DATAS DOS DECRETOS OU RESOLUÇÕES
Carlos Gonçalves da Silva.....	Nomeado.....	Secretario da Missão Espe- cial..... (Partiu a 30 de agosto e che- gou a Bogotá a 25 de de- zembro de 1905.)	Colombia.....	2 de abril de 1905
	Nomeado.....	2º secretario..... (Serviu de encarregado de negocios de 23 junho de 1907 a 31 de julho de 1910.)		2 de maio de 1908
	Designado...	Idem..... (Esteve em comissão de 20 de agosto de 1910 a 13 de janeiro de 1912.) (Partiu para o seu posto em 17 de janeiro e chegou a Lima em 12 de fevereiro de 1912.) (Teve em gozo de licença de 10 de maio a 9 de outubro de 1912.) (Esteve em comissão de 10 de outubro de 1912 a 25 de março de 1913.)	Perú.....	11 de mar. de 1910
	Posto em dis- ponibilidade			21 de mar. de 1913

Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 31 de março de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS,

Director.

N. 6

Quadro do Corpo Consular brasileiro (*)

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Allemanha.....	Consul.....	Mathias Hechler.....	Altona.....	28 de jun. de 1911
	Vice-Consul.....	Franz Gartmann.....	Idem.....	30 de out. de 1912
	Encarregado do Consulado.....	José Pinto da Fonseca Guimarães.....	Berlim.....	7 de abril de 1913
	Vice-Consul.....	J. Carl Heins.....	Idem.....	30 de set. de 1910
	Idem.....	Johannes Theodor Muller...	Brake.....	11 de nov. de 1893
	Agente Commercial.	Wilhelme Clemens.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Consul Geral.....	Dr. Bento Carvalho do Paço.	Bremen.....	11 de fev. de 1914
	Vice-Consul.....	Carlos G. Weltmann.....	Idem.....	12 de jan. de 1911
	Idem.....	Fritz Ehrlich.....	Breslau.....	27 de jun. de 1911
	Agente Commercial.	Curt Werthen.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....	Carl Layh.....	Carlsruhe.....	25 de mar. de 1907
	Agente Commercial.	August Kölsche.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....	Robert Langen.....	Colonia.....	31 de mar. de 1904
	Agente Commercial.	Carl Gottlieb August Richter.....	Idem.....	28 de maio de 1912
	Consul.....	Eugen Biehn.....	Dresden.....	4 de jul. de 1907
	Vice-Consul.....	Dr. Ataliba Florence.....	Idem.....	17 de jun. de 1911
	Consul.....	Heinrich Hoelcke.....	Dusseldorf.....	5 de out. de 1905
	Vice-Consul.....	Johann Franz.....	Idem.....	26 de jul. de 1907
	Idem.....	Eduardo Schmidt.....	Elberfeld.....	29 de nov. de 1894
	Agente Commercial.	Willy Sachse.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Consul.....	Dr. Eduard Dettmann.....	Francfort S. M.	30 de abril de 1913
	Vice-Consul.....	Eduardo Simonis.....	Idem.....	17 de ag. de 1908
	Consul Geral de 1ª Classe.....	João Carlos da Fonseca Pereira Pinto.....	Hamburgo.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....			
	Chancellor.....	Wencesláu de Souza Guimarães.....	Idem.....	2 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	August Paul Schueller.....	Hannover.....	5 de dez. de 1908
	Agente Commercial.	Pindaro Tasso Jatahy.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....	Jacob Heinrich Willer.....	Kiel.....	21 de set. de 1909
	Agente Commercial.	Hugo Schröder.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....	Dr. Léo Laser.....	Königsberg.....	20 de set. de 1904

(*) Os cargos graphados são desempenhados por funcionarios de carreira.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Alemanha.....	Agente Commercial.	Leopoldo Less.....	Königsberg.....	27 de jul. de 1912
	Consul.....	Hermann Meyer.....	Leipzig.....	26 de fev. de 1907
	Vice-Consul.....	Dr. Hugo List.....	Idem.....	27 de fev. de 1909
	Idem.....	Carlos Scharff.....	Lubeck.....	8 de ag. de 1893
	Agente Commercial.	Arthur Scharff.....	Idem.....	17 de jun. de 1911
	Vice-Consul.....	Gerhard Heinrich Schiffmacher.....	Moguncia.....	21 de set. de 1913
	Agente Commercial.	Carl A. Ganns.....	Idem.....	30 de out. de 1912
	Consul.....	Siegfried Ballin.....	Munich.....	17 de set. de 1906
	Vice-Consul.....	Frederico Ballin.....	Idem.....	15 de abril de 1907
	Idem.....	Max Lehman.....	Nueremberg....	31 de dez. de 1907
	Agente Commercial.	Max Southeimer.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....		Reimscheid.....	
	Agente Commercial.	Diedrich Wieda.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
	Vice-Consul.....	Rodolpho Abel.....	Stettin.....	9 de ag. de 1883
	Agente Commercial.	Otto Sieber.....	Idem.....	8 de maio de 1907
	Vice-Consul.....	Johannes Adolpho Louis Hermann.....	Stuttgart.....	11 de nov. de 1893
	Agente Commercial	Frederico Guilherme Luiz José Maximiliano Huth....	Idem.....	21 de ag. de 1895
	Vice-Consul.....	Eugen Jacob Gradewitz....	Wiesbaden.....	13 de ag. de 1902
	Agente Commercial.	Emil Bander.....	Idem.....	27 de jul. de 1912
America (Estados Unidos da)....	Vice-Consul.....	Léonce Rabillon.....	Baltimore.....	30 de maio de 1908
	Agente Commercial.	James F. Fergusson.....	Idem.....	20 de jun. de 1908
	Vice-Consul.....	Jayne Mackay d'Almeida..	Boston.....	13 de fev. de 1901
	Agente Commercial.	Pedro Mackay d'Almeida..	Idem.....	30 de maio de 1901
	Vice-Consul.....	Walter B. Cook.....	Brunswick.....	25 de jun. de 1906
	Agente Commercial.	E. D. Walter.....	Idem.....	4 de jun. de 1901
	Vice-Consul.....	William A. Murchie.....	Calais.....	9 de jul. de 1877
	Idem.....	Carlos F. Huchet.....	Charleston.....	10 de jun. de 1879
	Agente Commercial.	Daniel O. Neill.....	Idem.....	28 de nov. de 1891
	Vice-Consul.....	Stuart E. Alexander.....	Chicago.....	1 de set. de 1892
	Agente Commercial.	Stuart E. Alexander Junior.	Idem.....	30 de jan. de 1914
	Idem.....		Darien.....	
	Vice-Consul.....	John Brown Gordon Hall..	Fernandina....	30 de jan. de 1914
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Vice-Consul.....	Gabriel Bruner Dantzier...	Gulfport.....	26 de mar. de 1909
	Agente Commercial.	William Ross.....	Idem.....	31 de maio de 1909
	Consul.....	J. M. Poizat.....	Manilla (Philippinas).....	15 de jan. de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
America (Estados Unidos da).....	Vice-Consul.....	Jorge Malcolm Bowden Harris.....	Milville.....	9 de jul. de 1913
	Vice-Consul.....	T. G. Mc. Gonigal.....	Mobile.....	9 de dez. de 1911
	Agente Commercial.	John Bethume Dortch.....	Idem.....	18 de dez. de 1913
	Vice-Consul.....	Charles Dittmann.....	New Orleans.....	27 de abril de 1898
	Agente Commercial.	Emmanuel Dittmann.....	Idem.....	4 de jun. de 1901
	Consul Geral de 1ª classe.....	Manoel Jacintho Ferreira da Cunha.....	New-York.....	22 de set. de 1910
	Vice-Consul.....	Francisco Garcia Pereira Leão.....	Idem.....	13 de mar. de 1899
	Chancellor.....	Idem.....	Idem.....	28 de ag. de 1897
	Vice-Consul.....	Barton Myers.....	Norfolk.....	12 de mar. de 1883
	Agente Commercial.	R. Baldwin Myers.....	Idem.....	10 de mar. de 1903
	Vice-Consul.....	Manoel Ros.....	Pascagoula.....	9 de jun. de 1905
	Agente Commercial.	Andrew Gray.....	Idem.....	4 de jun. de 1901
	Vice-Consul.....	Ignacio J. Diaz.....	Pensacola.....	9 de dez. de 1911
	Agente Commercial.	Vicent J. Vidal.....	Idem.....	22 de jul. de 1913
	Vice-Consul.....	Capote Bonaparte Kelly..	Philadelphia.....	14 de set. de 1901
	Agente Commercial.	Henry C. Shepard.....	Idem.....	14 de maio de 1904
	Vice-Consul.....	Christopher Stephen Flanagan.....	Port Arthur.....	31 de ag. de 1911
	Agente Commercial.	Richard Patrick Flanagan..	Idem.....	24 de set. de 1913
	Vice-Consul.....	Jorge A. Barksdale.....	Richmond.....	27 de nov. de 1890
	Agente Commercial.	R. S. Brooke.....	Idem.....	28 de nov. de 1891
	Vice-Consul.....	H. P. Adams.....	Savannah.....	30 de jul. de 1907
	Agente Commercial.	William Gordon Rossignol..	Idem.....	19 de dez. de 1913
	Vice-Consul.....	Archibald Barnard.....	S. Francisco da California.....	10 de out. de 1903
	Agente Commercial.	Eugenio Gesvret.....	Idem.....	29 de set. de 1910
	Vice-Consul.....	Waldemar E. Lee.....	S. João do Porto Rico.....	19 de dez. de 1904
	Agente Commercial.	Albert Eduard Lee.....	Idem.....	12 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	Afonso de Figueiredo.....	St. Louis.....	17 de maio de 1877
	Agente Commercial.	Jérôme Joseph Schott.....		
	Vice-Consul.....	William D. Parsley.....	Wilmington (Carolina do Norte).....	14 de mar. de 1883
	Agente Commercial.	Henry N. Parsley.....	Idem.....	28 de nov. de 1891
Argentina (Republica).....	Vice-Consul.....	Narciso Peixoto de Magalhães.....	Alvear.....	21 de fev. de 1907
	Agente Commercial.	Bernardo Antonio da Silva..	Idem.....	3 de fev. de 1908
	Vice-Consul.....	Augusto Guimarães.....	Bahía Blanca.....	17 de maio de 1902

CONTINUAÇÃO DO QJADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Argentina (República).....	Agente Commercial.	João B. Cavalló.....	Idem.....	21 de jan. de 1910
	<i>Consul Geral de 1ª Classe</i>	Francisco José da Silveira Lobo.....	Buenos Aires...	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Mario Augusto de Azevedo.	Idem.....	15 de jan. de 1909
	<i>Chancellor</i>	Idem.....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Vice-Consul.....	Dario Del Castillo.....	Conceição do Uruguay.....	20 de ag. de 1900
	<i>Vice-Consul</i>	Emilio de S. Felix Simonsen.	Corrientes.....	2 de jan. de 1914
	Agente Commercial.	Manuel Delfino.....	Idem.....	31 de jan. de 1912
	Vice-Consul.....	Arturo Costa Alvarez.....	La Plata.....	18 de dez. de 1902
	Agente Commercial.	Ab-lardo B. Parodi.....	Idem.....	13 de dez. de 1907
	<i>Vice-Consul</i>	Carlos de Carvalho e Souza.	Libres.....	13 de mar. de 1913
	Agente Commercial.	Florentino Corso.....	Idem.....	14 de out. de 1907
	Vice-Consul.....	Clotario Luiz Vianna.....	Monte Caseros..	5 de maio de 1909
	<i>Idem</i>	Antonio Pinheiro Machado..	Posadas.....	28 de fev. de 1913
	Agente Commercial.	Israel Rossi.....	Idem.....	14 de nov. de 1905
	<i>Consul</i>	Philomeno Padula.....	Rosario.....	28 de jan. de 1911
	Vice-Consul.....	Constantino Oreste Raffo...	Idem.....	20 de set. de 1910
	<i>Idem</i>	Dr. Protasio Baptista Gonçalves.....	S. Thomé.....	21 de out. de 1911
	Agente Commercial.	Benito Centeno.....	Idem.....	17 de out. de 1912
	Vice-Consul.....		Tucuman.....	
Austria-Hungria..	Consul Geral.....	Emilio Kuranda.....	Budapesth.....	20 de out. de 1904
	Vice-Consul.....	Joseph Kovács.....	Idem.....	10 de abril de 1903
	<i>Idem</i>	Veit Benedikt.....	Carlsbad.....	16 de jan. de 1873
	Consul.....	Hugo Eidlitz.....	Fiume.....	31 de maio de 1905
	Vice-Consul.....	Aroldo Zanata.....	Idem.....	10 de abril de 1906
	<i>Consul Geral de 1ª Classe</i>	Gervasio Pires Ferreira...	Trieste.....	21 de ag. de 1912
	Vice-Consul.....	André Luxich.....	Idem.....	17 de nov. de 1906
	Consul.....	Alfredo Freund.....	Vienna.....	24 de out. de 1891
	Vice-Consul.....	Carlos Jaeger.....	Idem.....	31 de jan. de 1912
Belgica.....	<i>Consul Geral de 1ª Classe</i>	José Fortunato da Silveira Bulcão.....	Antuerpia.....	12 de jul. de 1895
	Vice-Consul.....	Fernando Augusto Georlette	Idem.....	8 de maio de 1909
	<i>Chancellor</i>	Idem.....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Vice-Consul.....	Alberto Frayes.....	Bruges.....	25 de ag. de 1902
	<i>Idem</i>	Victor Thomas.....	Bruxellas.....	12 de fev. de 1910
	Agente Commercial.	Manoel J. de Macedo Filho..	Idem.....	20 de set. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Belgica.....	Vice-Consul.....	Charles Pety de Thozée..	Charleroi.....	11 de out. de 1890
	Agente Commercial.	Henrique Gobbe.....	Idem.....	13 de ag. de 1893
	Vice-Consul.....	Gustavo Moreels.....	Gand.....	10 de ag. de 1910
	Agente Commercial.	Julio De Bruyne Myri.....	Idem.....	29 de jul. de 1907
	Vice-Consul.....	Armand Gamain	Liège.....	23 de maio de 1891
	Agente Commercial.	Afonso Benekens.....	Idem.....	14 de jan. de 1901
	Vice-Consul.....	Ernest Piérard.....	Namur.....	14 de fev. de 1913
	Agente-Commercial.	Augusto Mersch.....	Idem.....	31 de jul. de 1895
	Vice-Consul.....	George Périet.....	Ostende.....	20 de abril de 1908
	Agente Commercial.	Raymundo Serruys.....	Idem.....	17 de ag. de 1887
	Vice-Consul.....	José Le Costy.....	Verviers.....	25 de ag. de 1902
Bolivia.....	Consul.....	Lavoisier Escobar Bueno...	Cobija.....	23 de nov. de 1913
	Encarregado do Consulado.....	Rodrigo Heraclito Ribeiro..	Idem.....	14 de fev. de 1914
	Consul.....	Dr. Benigno Lara.....	La Paz.....	11 de dez. de 1913
	Vice-Consul.....	Agustin Sujet.....	Manóa.....	13 de jun. de 1910
	Idem.....	Estanisláu Senseve.....	Pedra Branca..	8 de jul. de 1882
	Idem.....	José Cronembold.....	Santa Cruz de la Sierra.....	24 de jul. de 1902
	Idem.....	Carlos Burton.....	Santa Rosa de las Minas...	1 de fev. de 1888
	Idem.....	Pedro Ramirez.....	S. José.....	4 de jul. de 1889
	Idem.....	Arturo Urriolagoitia.....	Sucre.....	22 de nov. de 1887
	Idem.....	Ignacio Aguilera.....	Trinidad.....	9 de nov. de 1887
	Consul.....	Socrates Moglia.....	Villa-Bella.....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Oswaldo Vaca Díez.....	Idem.....	12 de jan. de 1911
Chile.....	Vice-Consul.....	Patricio R. Mulgrew.....	Concepción.....	8 de mar. de 1905
	Agente Commercial.	Dr. Carlos Ugalde Barrios..	Idem.....	31 de out. de 1911
	Vice-Consul.....	Arturo William Burrows..	Coronel.....	17 de maio de 1908
	Agente Commercial.	Eduardo Cooper.....	Idem.....	31 de out. de 1911
	Consul.....	Jorge Braithwaik.....	Iquique.....	4 de fev. de 1914
	Vice-Consul.....		Idem.....	
	Idem.....	Herbert Maguire.....	Lota.....	31 de ag. de 1893
	Agente Commercial.	Heriberto Henrique Maguire.....	Idem.....	31 de out. de 1911
	Vice-Consul.....	Alfonso Menendez Behety...	Punta Arenas..	de ag. de 1913
	Consul.....	Adolfo Schlegel.....	Santiago.....	12 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....		Idem.....	
	Idem.....	Guilherme T. Turner.....	Talcahuano.....	5 de jan. de 1903
	Agente Commercial.	Carlos Bennett Turner.....	Idem.....	31 de out. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Chile.....	Consul Geral de 1ª Classe.....	Dario Freire.....	Valparaíso.....	10 de nov. de 1913
	Vice-Consul.....	Eduardo Aguiar de Souza...	Idem.....	7 de mar. de 1907
China.....	Consul.....	Hugo Reiss.....	Shanghai.....	4 de mar. de 1911
	Idem.....	Louis Macgowan.....	Tientsin.....	4 de jun. de 1913
Colombia (Estados Unidos de).....	Consul.....	J. Henry Helm.....	Barranquilla.....	13 de dez. de 1907
	Consul Geral.....	Manuel Marulanda.....	Bogotá.....	13 de ag. de 1913
	Consul.....	Frank Basilearon.....	Cathagena.....	31 de jul. de 1906
Costa Rica.....	Consul.....	Emilio Challe.....	Costa Rica.....	14 de nov. de 1902
Cuba.....	Consul.....	Dr. Gonzalo de Arostegui.....	Havana.....	10 de mar. de 1908
	Vice-Consul.....	Juan Ramirez de Arellano y Gonzalez de Mendoza.....	Idem.....	17 de out. de 1912
	Idem.....	Dr. Felipe S. Veranes.....	Santiago.....	17 de out. de 1912
Dinamarca.....	Vice-Consul.....	Hans Bie.....	Aalborg.....	13 de jul. de 1912
	Consul.....	Dr. Francisco de Ipanema Langgaard.....	Copenhague.....	7 de mar. de 1898
	Vice-Consul.....	Peter Lauritz Fisher.....	Idem.....	8 de jul. de 1893
	Idem.....	Jorgen Christian Stanow.....	Elseneur.....	13 de fev. de 1911
	Agente Commercial.....	Carsten Jespersen.....	Idem.....	31 de jan. de 1912
	Consul.....	Prospero H. Moron.....	Ilha de S. Thomaz.....	25 de abril de 1910
Dominicana (Republica).....	Consul.....	Silvestre Aybar y Nuñez.....	Santo Domingo.....	10 de abril de 1911
Equador.....	Consul.....	Remigio Crespo Toral.....	Cuenca.....	21 de set. de 1904
	Idem.....	Francisco de Aguirre y Overweg.....	Guayaquil.....	23 de mar. de 1903
	Idem.....	Francisco de Paula Arias.....	Loja.....	21 de set. de 1904
	Consul Geral.....	Dr. Enrique Freile Zaldumbide.....	Quito.....	23 de fev. de 1910
Egypto.....	Consul Geral.....	José Nicoláo Debbané.....	Alexandria.....	31 de maio de 1884
	Vice-Consul interino.....	G. A. Eid.....	Cairo.....	29 de dez. de 1888
França.....	Vice-Consul.....	Charles von Leckwyck.....	Amiens.....	22 de jul. de 1903
	Agente Commercial.....	Joseph Rosen.....	Idem.....	10 de nov. de 1904
	Vice-Consul.....	C. Molinié.....	Bayonne.....	12 de jun. de 1874
	Agente Commercial.....	Ernest Soulez Lacaze.....	Idem.....	31 de maio de 1911
	Consul.....	José Maria de Campo Paradedá.....	Bordéus.....	19 de nov. de 1913
	Vice-Consul.....	André Piganeau.....	Idem.....	1 de out. de 1898
	Consul.....	Dr. Fabio Ramos.....	Boulogne S. M.....	3 de fev. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAÍSES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
França.....	Vice-Consul.....	Roger Lesage.....	Idem.....	20 de dez. de 1906
	Idem.....	Charles Bastit.....	Brest.....	10 de ag. de 1910
	Agente Commercial.	Raoul de la Menardière.....	Idem.....	3 de fev. de 1906
	Vice-Consul.....	Jacques Philippe Vendroux.	Calais.....	12 de jan. de 1894
	Agente Commercial.	Charles Marie Louis Vendroux.....	Idem.....	12 de nov. de 1895
	Consul.....	Gerard Blakemann Alkins..	Cannes.....	25 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Jacques Langasque.....	Cannes.....	14 de jun. de 1913
	Consul.....	Leonardo Olavo da Silva Castro.....	Cayenna.....	2 de maio de 1910
	Vice-Consul.....	Frederico Rambaud.....	Idem.....	9 de set. de 1912
	Idem.....	Ernest Conge.....	Cette.....	28 de maio de 1912
	Agente Commercial.	Auguste Cours.....	Idem.....	23 de nov. de 1907
	Consul.....	Armand Postel.....	Cheburgo.....	31 de out. de 1901
	Vice Consul.....	Auguste Hamelin.....	Idem.....	30 de jul. de 1902
	Consul.....	Paul Bancal.....	Dakar.....	15 de abril de 1911
	Vice-Consul.....	Edouard de Clebsattel.....	Dunkerque.....	30 de mar. de 1905
	Agente Commercial.	Albert Thily.....	Idem.....	18 de ag. de 1909
	Consul Geral de 1ª Classe.....	Antonio Araújo Silva.....	Havre.....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Léonce Marande.....	Idem.....	8 de out. de 1903
	Idem.....	Dr. Emile Léon Vidal.....	Hyères.....	30 de jul. de 1885
	Agente Commercial.	Joseph Vidal.....	Idem.....	5 de jan. de 1894
	Consul.....	João Baptista Borges Machado.....	La Rochelle-Pallice.....	23 de fev. de 1907
	Vice-Consul.....	Alfredo Ernesto Meyer.....	Idem.....	8 de ag. de 1893
	Idem.....	Auguste Adolphe Alphonse Paulier.....	Lille.....	8 de ag. de 1901
	Agente Commercial.	Gustavo Venot.....	Idem.....	20 de mar. de 1879
	Vice-Consul.....	Eduardo Payen.....	Lyon.....	1 de ag. de 1877
	Agente Commercial.	Gaetan Payen.....	Idem.....	30 de mar. de 1903
	Consul.....	Roberto de Mesquita.....	Marselha.....	1 de ag. de 1912
	Vice-Consul.....	Hugo Po to.....	Idem.....	30 de set. de 1908
	Idem.....	Maurice Lagottellerie.....	Nantes.....	29 de jul. de 1905
	Agente Commercial.	Xavier Obalski.....	Idem.....	1 de maio de 1903
	Consul.....	Dr. John Kent Monnet.....	Nice.....	15 de abril de 1911
	Vice-Consul.....	Francis Légé.....	Idem.....	20 de dez. de 1911
	Idem.....	Joseph Lasry.....	Oran.....	28 de mar. de 1908
	Agente Commercial.	Salamon Lasry.....	Idem.....	27 de jan. de 1914

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
França.....	<i>Consul Geral de 1ª Classe.....</i>	Antonio José de Paula Fonseca.....	Paris.....	3 de jul. de 1910
	Vice-Consul.....	Virgílio Ramos Gordilho....	Idem.....	3 de set. de 1909
	Encarregado do Consulado.....	José Pinto de Souza Dantas.	Idem.....	15 de out. de 1912
	<i>Chanceller.....</i>	Luiz de Almeida Araujo Paranhos Cavalcanti....	Idem.....	2 de maio de 1910
	Vice-Consul.....	Benjamin Ambroise Jouve..	Toulon.....	30 de dez. de 1899
	Agente Commercial.	Louis Jean Baptiste Victor Jouve.....	Idem.....	23 de mar. de 1905
	Vice-Consul.....	Dr. Francisco Deléage.....	Vichy.....	31 de jan. de 1910
	Agente Commercial.	Alphonse Robort.....	Idem.....	27 de jan. de 1914
Grã-Bretanha e suas possessões.	Vice-Consul.....	John Watson Canaway.....	Adelaide (Australia).....	31 de mar. de 1909
	Agente Commercial.	Henry Nicolas Robin.....	Idem.....	28 de fev. de 1903
	Consul.....	Waldemar Carl Hänschel...	Barbados.....	24 de set. de 1913
	Vice-Consul.....	John Mc. Caldin Loewenthal.....	Belfast.....	11 de maio de 1905
	Agente Commercial.	James More Loewenthal....	Idem.....	23 de jun. de 1908
	Vice-Consul.....	John Courtenay Lord	Birmingham....	16 de jun. de 1886
	Agente Commercial.	John Campbell Orr.....	Idem.....	21 de abril de 1887
	Vice-Consul.....	John Zuberbuhler.....	Bombaim.....	21 de nov. de 1902
	Agente Commercial.	H. T. C. Hummel.....	Idem.....	9 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Henry Hunter Duncan.....	Bradford.....	30 de abril de 1907
	Agente Commercial.	Stephen Jefferson Gordon...	Idem.....	15 de abril de 1912
	Vice-Consul.....	Benjamin Alfredo Baker....	Bristol.....	14 de maio de 1900
	Agente Commercial.	Francis Henry Cecil Barnard	Idem.....	25 de jun. de 1885
	Vice-Consul.....	John Thomas Moulton.....	Burgeo.....	16 de ag. de 1911
	Agente Commercial.	William Hubert Moulton....	Idem.....	15 de abril de 1912
	Consul.....	G. Phineas Supp.....	Cabo da Boa Esperança....	15 de jan. de 1913
	Idem.....	Joakim D. S. Nahapiet.....	Calcuttá.....	13 de mar. de 1912
	Vice-Consul.....	Thomas Augustus de Souza.	Idem.....	28 de nov. de 1913
	Consul.....	Landulpho Borges da Fonseca.....	Cardiff.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Thomas Brookes.....	Idem.....	31 de dez. de 1903
	Consul.....	Winfried Freudenberg.....	Colombo (Ilha de Ceylão)...	30 de mar. de 1909
	Vice-Consul.....			
	Agente Commercial.	James Charles Rohan.....	Cork.....	8 de fev. de 1897
	Vice-Consul.....	Thomas William Burnell Faulkner.....	Cowes.....	10 de set. de 1902

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã-Bretanha e suas possessões	Agente Commercial	William Thomas Mahy. ...	Idem.....	24 de ag. de 1905
	Consul.....	Francis William Prescott..	Dover.....	23 de fev. de 1907
	Vice-Consul.....	Percy Crundall.....	Idem.....	30 de out. de 1912
	Idem.....	Henry Charles Neilson Junior.....	Dublin.....	29 de maio de 1895
	Agente Commercial	Henry Charles Neilson.....	Idem.....	11 de set. de 1895
	Vice-Consul	David Small Junior.....	Dundee.....	20 de abril de 1893
	Agente Commercial	Stanley Bate Gowans.....	Idem.....	3 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....	Jorge Henrique Fox.....	Falmouth.....	2 de maio de 1873
	Agente Commercial	Howard Fox.....	Idem.....	4 de jul. de 1873
	Vice-Consul.....	Charles Sulton Le Boutilier.....	Gaspé (Canada).....	6 de maio de 1876
	Agente Commercial	Philip Edward Le Gros.....	Idem.....	18 de out. de 1899
	Consul.....	Americo Santos.....	Georgetown....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Jorge Camacho.....	Idem.....	28 de maio de 1912
	Consul.....	Aurelio Onetti.....	Gibraltar.....	4 de jul. de 1891
	Vice-Consul.....	Juan J. Onetti.....	Idem.....	30 de jun. de 1902
	Consul.....	Augusto Sarmiento Pereira Brandão.....	Glasgow	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	William Hobart Campbell.....	Idem.....	15 de abril de 1911
	Idem.....	William Henry Smith.....	Guernsey.....	30 de jun. de 1911
	Agente Commercial	Leonel Albert Spencer.....	Idem.....	31 de jan. de 1912
	Vice-Consul.....	George R. Hart.....	Halifax.....	4 de fev. de 1893
	Agente Commercial	Arthur Edmund Curren..	Idem.....	de jul. de 1913
	Vice-Consul.....	W. H. Thompson.....	Harbour Grace..	16 de ag. de 1911
	Agente Commercial	Eugen Bennett Thompson..	Idem.....	15 de abril de 1912
	Vice-Consul.....	John Hugh Germain Murdoch.....	Hobart (Tasmania).....	24 de out. de 1905
	Agente Commercial	Germain Murdoch.....	Idem.....	13 de dez. de 1909
	Consul.....	João Joaquim Leiria.....	Hong-Kong....	23 de abril de 1908
	Vice-Consul.....	Gordon Rheam Sanderson..	Hull.....	30 de jan. de 1886
	Agente Commercial	Edward Percy Hutchinson..	Idem.....	22 de maio de 1913
	Vice-Consul.....	John Jourdan Le Sueur....	Jersey.....	30 de jan. de 1901
	Agente Commercial	Percy Herbert Mollet.....	Idem.....	31 de dez. de 1903
	Consul.....	E. A. H. Haggart.....	Kingston (Jamaica).....	15 de out. de 1896
	Vice-Consul.....	Alfred Edward Evans	Leeds.....	26 de nov. de 1902
	Agente Commercial	William Smith.....	Idem.....	22 de jul. de 1903
	Vice-Consul.....	David W. Stevenson.....	Leith.....	30 de set. de 1901
	Agente Commercial	James Chalmers.....	idem.....	30 de nov. de 1901

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã-Bretanha e suas possessões	<i>Consul Geral de 1ª Classe</i>	Sully José de Souza.....	Liverpool.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Heracito Hermes de Vasconcellos.....	Idem.....	19 de set. de 1913
	Vice-Consul hono- rário.....	William Oliver Purshon...	Idem.....	
	<i>Chancellor</i>	Heracito Hermes de Vasconcellos.....	Idem.....	22 de jan. de 1913
	<i>Consul Geral de 1ª Classe</i>	Francisco Alves Vieira.....	Londres.....	29 de abril de 1910
	Vice-Consul.....		Idem.....	
	<i>Chancellor</i>		Idem.....	
	Consul.....	John Dunbar Vella.....	Malta.....	20 de nov. de 1912
	Consul.....	Alvaro de Magalhães.....	Manchester.....	3 de dez. de 1907
	Vice-Consul.....	Manoel Alexandre Fontes...	Idem.....	9 de dez. de 1911
	Idem.....	Wilfred Hine.....	Maryport.....	5 de abril de 1910
	Consul.....		Mauricia.....	
	Vice-Consul.....	Haliburton Arthur Sheppard	Melbourne.....	20 de set. de 1899
	Agente Commercial	Sherbourne Haliburton Sheppard.....	Idem.....	1 de jul. de 1913
	Vice-Consul.....	George Stuart Kelway.....	Milford-Haven..	23 de ag. de 1892
	Agente Commercial	Herbert Fishert Thomas...	Idem.....	11 de nov. de 1893
	Vice-Consul.....	George Bourgouin.....	Montreal.....	29 de nov. de 1911
	Agente Commercial	Rodolpho Napoleon Sevigny	Idem.....	20 de set. de 1910
	Vice-Consul.....	Herbert Gardiner Williams.	New-Castle....	27 de jun. de 1905
	Agente Commercial	Ravencroft Williams.....	Idem.....	17 de ag. de 1905
	Vice-Consul.....	Bonn Henry Jones.....	New-Port.....	21 de out. de 1901
	Agente Commercial	Alan Treverton Jones.....	Idem.....	13 de abril de 1912
	Vice-Consul.....	Walter Hamon.....	Paspebiac.....	4 de set. de 1882
	Agente Commercial	Eugenio A. A. Bouillon...	Idem.....	21 de ag. de 1899
	Vice-Consul.....	Thomas Were Fox.....	Plymouth.....	21 de jul. de 1883
	Agente Commercial	Walter Henry Jago.....	Idem.....	8 de jun. de 1913
	Consul.....		Port-of-Spain (I. de Trinidad)	
	Vice-Consul.....	John Main.....	Portsmouth.....	20 de abril de 1893
	Agente Commercial	Alfred Sidney German.....	Idem.....	21 de ag. de 1905
	Vice-Consul.....		Pretoria.....	
	Idem.....	Théophile Le Vasseur.....	Quebec.....	27 de out. de 1902
	Agente Commercial	Jean Baptiste Morissette...	Idem.....	5 de dez. de 1901
	Vice-Consul.....	John Renwick Halliday....	Rangoon.....	28 de mar. de 1908
	Agente Commercial	James Frederick Brown....	Idem.....	10 de jun. de 1908
	Consul.....	Gregor Mc. Gregor Peter...	Santa Lucia....	25 de abril de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Grã-Bretanha e suas possessões	Vice-Consul.....	Charles Edward Leonard Jarvis.....	S. John (New Brunswick)..	4 de dez. do 1895
	Agente Commercial.	Murray Maclean Jarvis....	Idem.....	5 de mar. de 1901
	Vice-Consul.....	William Frederick Smith...	Sheffield.....	23 de ag. de 1892
	Agente Commercial.	Thomas Pater Lockwood....	Idem.....	15 de abril de 1912
	Consul.....	Hans Becker.....	Singapura....	11 de abril de 1911
	Vice-Consul.....	Erwin Lehren Kraus.....	Idem.....	1 de jul. de 1913
	Consul.....	Hippolyto Hermes de Vasconcellos.....	Southampton...	8 de mar. de 1911
	Vice-Consul.....	John de Grouchy.....	Idem.....	29 de jul. de 1901
	Idem.....	Robert H. Brown.....	Swansen.....	14 de jan. de 1899
	Agente Commercial.	David H. Morgan.....	Idem.....	31 de maio de 1899
	Consul Geral.....	Ernesto William Thomas Dunn.....	Sydney.....	10 de set. de 1908
	Vice-Consul.....	Dr. Selim Nicolás Altí.....	Idem.....	13 de jun. de 1910
	Consul.....	Charles Blackburn.....	Terra Nova....	12 de abril de 1911
	Vice-Consul.....	John Fénelon.....	Idem.....	31 de out. de 1911
	Idem.....	George Musson.....	Toronto.....	17 de nov. de 1887
	Idem.....	Alfred Henry Miles.....	Wellington (Nova Zelândia).....	19 de jun. de 1902
Grecia.....	Agente Commercial.	James Webster.....	Idem.....	21 de jul. de 1904
	Consul.....	Dr. Nicolás S. Alivisatos...	Athenas.....	20 de out. de 1904
Guatemala (República de).....	Consul.....	D. José H. Muñoz.....	Guatemala....	22 de nov. de 1906
Haiti (Republica).....	Consul.....	Alfredo de Matteis.....	Port-au-Prince.	16 de ag. de 1911
	Vice-Consul interino	Arthur de Matteis.....	Idem.....	13 de maio de 1913
Hespanha.....	Vice-Consul.....	Guilherme Campos Carreras	Alicante.....	31 de mar. de 1900
	Agente Commercial.	Domingos Martinez Balboa.	Idem.....	28 de nov. de 1900
	Vice-Consul.....	José de Burgos y Tamarit...	Almeria.....	19 de maio de 1893
	Consul Geral de 2ª Classe.....	Dr. José Marcellino de Moraes Barros.....	Barcelona.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Antonio Torrejoncillo Col lazos.....	Idem.....	13 de nov. de 1913
	Idem.....	Ignacio de Abaitua.....	Bilbao.....	19 de maio de 1893
	Agente Commercial.	Juan Bautista de Omézaga..	Idem.....	17 de jun. de 1900
	Consul Geral de 2ª Classe.....	José Monteiro de Godoy....	Cadiz.....	19 de nov. de 1913
	Vice-Consul.....	Luiz Damazo da Costa de Moraes.....	Idem.....	18 de abril de 1902

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Hespanha.....	Vice-Consul.....	José Sanchez Domeneck y Manzanares.....	Cartagena.....	13 de jul. de 1893
	Agente Commercial.	Lucio Alcaraz y Cañavate..	Idem.....	13 de out. de 1899
	Vice-Consul.....	José de Viguera y Espejo...	Cordova.....	11 de jan. de 1879
	Idem.....	Augusto Abella Perez.....	Corunha.....	30 de mar. de 1839
	Agente Commercial.	Manoel Botana y Entrerios.	Idem.....	6 de ag. de 1890
	Vice-Consul.....	Mariano Piñeiro Picallo....	Ferrol.....	23 de maio de 1912
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Vice-Consul.....	José Salcedo y Fernandez...	Gijon.....	9 de set. de 1912
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Vice-Consul.....	José Maurell y Lopes.....	Granada.....	10 de dez. de 1833
	Idem.....	Fidencio Marco.....	Irun.....	20 de dez. de 1903
	Idem.....	José de Chávarri y Batres..	Madrid.....	22 de fev. de 1913
	Agente Commercial.	Luiz Chavarri y Abade....	Madrid.....	28 de nov. de 1913
	Vice-Consul.....	Francisco Crook y Heredia..	Málaga.....	23 de maio de 1901
	Agente Commercial.	Eugenio Campos Torreblanca.....	Idem.....	23 de out. de 1901
	Vice-Consul.....	José Acuña y Santos Fernandez.....	Marin.....	8 de jun. de 1893
	Agente Commercial.	João Manoel Martinez.....	Idem.....	23 de jan. de 1906
	Vice-Consul.....	Bartolomé Morey.....	Palma (Mallorca).....	30 de out. de 1912
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Consul.....	Alfredo de Sierra Valle....	Palmas (Grã-Canaria).....	9 de abril de 1913
	Vice-Consul.....	Leoncio de la Torre y Sarmiento.....	Idem.....	20 de set. de 1906
	Idem.....	Antonio Cabrera de Las Casas.....	Santa Cruz da Palma.....	12 de mar. de 1897
	Idem.....	Francisco de Egana y Arregui.....	S. Sebastião....	17 de fev. de 1905
	Idem.....	Francisco Garcia Fernandez.....	Santander.....	11 de abril de 1907
	Agente Commercial.	Fernando Garcia Castillo...	Idem.....	31 de dez. de 1910
	Vice-Consul.....	José Maria Benjumea y Pareja.....	Sevilha.....	17 de abril de 1906
	Agente Commercial.	Carlos Sanchez y Pineda...	Idem.....	16 de abril de 1895
	Vice-Consul.....	José Villar y Thomás.....	Tarragona.....	9 de mar. de 1901
	Consul.....	Angelo Crosa y Costa.....	Tenerife.....	20 de jun. de 1898
	Vice-Consul.....	Diego Crosa y Costa.....	Idem.....	23 de out. de 1901
	Idem.....	José Mora Martinez.....	Torre vieja.....	29 de fev. de 1912
	Agente Commercial.	Antonio Sanchez Pacheco...	Idem.....	21 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	Percival Bourgoyne y Stone	Valença.....	30 de out. de 1903

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Hespanha.....	Agente Commercial.	Pedro Valero y Almudever..	Idem.....	13 de nov. de 1913
	Consul.....	Alcino Santos Silva.....	Vigo.....	23 de abril de 1909
	Vice-Consul.....	Antonio Gonzalez de Castro	Idem.....	31 de jul. de 1912
	Idem.....	Eduardo Fernandez.....	Villagarcia.....	13 de fev. de 1893
	Agente Commercial.	Wenceslao Gonzalez.....	Idem.....	23 de nov. de 1893
	Vice-Consul.....	Pedro Nolasco Gonzalez	Xerez.....	18 de out. de 1873
	Agente Commercial.	Carlos Silg�.....	Idem.....	23 de dez. de 1893
Italia.....	Vice-Consul.....	Matteu Guillet.....	Alghero.....	6 de jul. de 1861
	Agente-Commercial.	Antonio Pes di San Vittorio	Idem.....	15 de abril de 1912
	Idem.....	Adolpho Schelmi.....	Ancona.....	1 de mar. de 1890
	Agente Commercial.	Alessandro Archibugi	Idem.....	25 de jan. de 1912
	Vice-Consul.....	Ottavio Spagnoletti.....	Bari.....	31 de mar. de 1911
	Vice-Consul.....	Frederico Balsamo.....	Brindisi.....	6 de abril de 1885
	Idem.....	Nicol� Carossino.....	Cagliari.....	21 de out. de 1880
	Agente Commercial.	Antonio Carossino.....	Idem.....	10 de fev. de 1882
	Vice-Consul.....	Francisco Spadaro Reitano.	Catania.....	4 de jun. de 1901
	Agente Commercial.	Lourenço Monaco	Idem.....	30 de abril de 1902
	Vice-Consul.....	Emilio Americo Podest�.....	Chiavari.....	22 de dez. de 1905
	Idem.....	Orsino Crispini.....	Civita-Vecchia..	15 de abril de 1912
	Consul.....	Commendador Alexandre Kraus Filho.....	Florença.....	12 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....	Amadeu Kraus.....	Idem.....	13 de nov. de 1913
	Consul G e r a l de 1� Classe.....	Dr. Raymundo de S� Valle.	Genova.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Oscar Paranhos da Silva...	Idem.....	31 de jul. de 1911
	Chancellor.....	Idem.....	Idem.....	11 de fev. de 1911
	Vice-Consul.....	Alberto Paoletti.....	Liorne.....	19 de ag. de 1897
	Agente Commercial.	Guglielmo Paoletti.....	Idem.....	15 de abril de 1907
	Vice-Consul.....	Conde Amedeo Cenami.....	Lucca.....	30 de nov. de 1910
	Agente Commercial.	Basilio Casentini.....	Idem.....	5 de abril de 1910
	Vice-Consul.....	Adolpho Loteta.....	Messina.....	28 de nov. de 1901
	Idem.....	Eduardo de Aguiar Vallim..	Mil�o.....	13 de mar. de 1913
	Idem.....	Tommaso Laquidara.....	Milazo.....	23 de nov. de 1901
	Consul.....	Dr. Alfredo Varela.....	Napoles.....	17 de out. de 1911
	Vice-Consul.....	Eugenio Oddino.....	Idem.....	12 de jan. de 1903
	Idem.....	Francisco Paolo Dichiar� Russo.....	Palermo.....	31 de mar. de 1904
	Agente Commercial.	Vincenzo Dichiar� Martines	Idem.....	4 de jul. de 1907
	Consul.....	Pietro Offredi.....	Piza.....	16 de jul. de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Italia.....	Vice-Consul.....	Professor Salvatore Puglisi.	Riposto.....	30 de dez. de 1901
	Consul.....	Ignacio Manari.....	Roma.....	21 de maio de 1913
	Vice-Consul.....	André Cestelli.....	Idem.....	14 de out. de 1913
	Idem.....	Hugo Kinsmann Brodie.....	San Remo.....	31 de ag. de 1907
	Agente Commercial.	Francisco Semeria.....	Idem.....	31 de dez. de 1909
	Vice-Consul.....	Ulisse Turi.....	Spezzia.....	12 de jun. de 1913
	Agente Commercial.	Carlo Paganini.....	Idem.....	15 de abril de 1912
	Consul.....	Marquez Enzo d'Armezano.	Tripoli.....	23 de jul. de 1913
	Consul.....	Maggiorino Capello.....	Turim.....	21 de ag. de 1912
	Agente Commercial.	Enrico Soppetti.....	Idem.....	7 de dez. de 1910
	Consul.....	Leopoldo Bizio.....	Veneza.....	30 de jul. de 1908
	Agente Commercial.	Andréa Bizio.....	Idem.....	10 de fev. de 1882
Japão.....	Vice-Consul.....	Frank Emil Popert.....	Kobé.....	15 de set. de 1908
	Agente Commercial.	Heinrich Hoffmann.....	Idem.....	11 de abril de 1910
	Consul Geral de 2ª Classe.....	Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho.....	Yokohama.....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Johann Andréas Harmssen.	Idem.....	13 de dez. de 1909
Marrocos.....	Vice-Consul.....	Lazaro Eljarrat.....	Mazagão.....	22 de jul. de 1898
	Idem.....	José Ratto.....	Mogador.....	25 de out. de 1893
	Idem.....	Jacob Raphael Benatar	Rabat.....	6 de set. de 1893
	Encarregado do Consulado.....	Salomão Marrache.....	Tanger.....	
Mexico.....	Consul.....	Carl Heynen.....	Mexico.....	25 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....	Wilhelm A. Matthiesen.....	Idem.....	27 de set. de 1913
	Idem.....	Friedrich W. Wolf.....	Tampico.....	27 de set. de 1913
	Idem.....	Armando Deschamps	Vera Cruz.....	5 de set. de 1896
	Agente Commercial.	Luiz E. Cazaurang.....	Idem.....	4 de dez. de 1911
Monaco.....	Consul.....	Henry Trub.....	Monte Carlo...	12 de abril de 1911
Nicaragua (República de).....	Consul.....		Managua.....	
Noruega.....	Vice-Consul.....	Johan Ameln Junior.....	Bergen.....	28 de mar. de 1903
	Agente Commercial.	Christian Ameln.....	Idem.....	13 de jun. de 1910
	Consul.....	Otto Berentzen.....	Christiania.....	20 de out. de 1906
	Vice-Consul.....	Thomas Botler Chalmer...	Idem.....	11 de out. de 1909
	Idem.....	Emil Silvins Werring.....	Christiansund...	27 de jan. de 1893
	Agente Commercial.	Edward Werring.....	Idem.....	31 de ag. de 1895
	Vice-Consul.....	Ingvar Klingenberg.....	Trondhjem.....	30 de set. de 1905

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Paizes-Baixos....	Vice-Consul.....	Mario Costa.....	Amsterdã.....	18 de nov. de 1909
	Agente Commercial.	Dr. Martinus Abraham van Booven.....	Idem.....	7 de dez. de 1910
	Consul Geral de 2ª Classe.....	Henrique Carlos de Martins Pinheiro.....	Rotterdam.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Gerard A. Elinck Schuurman Dunring.....	Idem.....	30 de ag. de 1907
	Consul.....	Julio E. Leyba.....	Willemstad (Ilha de Curaçao).....	22 de out. de 1908
Panamá.....	Consul.....	Ramon Arias Féraud.....	Panamá.....	21 de jul. de 1904
	Vice-Consul.....	Jorge Domingo Arias Féraud	Idem.....	13 de dez. de 1913
Paraguay (República do).....	Consul Geral de 1ª Classe.....	Nicoláo Pinto da Silva Valle	Assumpção.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Luiz Perasso.....	Idem.....	25 de ag. de 1913
	Vice-Consul.....	Abel Lima.....	Villa Concepción	30 de jun. de 1913
	Agente Commercial.	Juan Ramon Vera.....	Idem.....	7 de dez. de 1910
	Vice-Consul.....	Aristides Campos.....	Villa Encarnación.....	17 de nov. de 1905
	Agente Commercial.	Emilio Closs.....	Idem.....	13 de jan. de 1908
Perú.....	Vice-Consul.....	Lautaro Cantuarias.....	Arequipa.....	29 de dez. de 1891
	Idem.....	Alcibíades Alvarez da Silva Brazil.....	Caballo Cocha..	30 de jul. de 1910
	Consul Geral de 1ª Classe.....	Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu.....	Iquitos.....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Felippe de Mello.....	Idem.....	14 de out. de 1907
	Consul.....	Juan Garland.....	Lima.....	24 de set. de 1903
	Vice-Consul.....	Edgard Washbourne Pauson	Idem.....	9 de set. de 1912
	Idem.....	Guilherme Elias.....	Mollendo.....	26 de mar. de 1906
	Idem.....	Pio de Azevedo Veiga.....	Nazareth.....	30 de jul. de 1910
	Agente Commercial.	Luiz de Menezes Veiga.....	Idem.....	27 de jun. de 1911
	Vice-Consul.....	Elias J. Higginson.....	Paíta.....	9 de set. de 1912
Portugal e seus domínios.....	Idem.....	Manoel da Veiga Menezes.	Santa Rosa.....	6 de maio de 1911
	Consul.....	Rozo Lagoa.....	Braga.....	7 de nov. de 1906
	Vice-Consul.....	Agostinho Dias de Castro..	Idem.....	30 de abril de 1907
	Idem.....	João de Magalhães e Silva..	Caminha.....	31 de jan. de 1912
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Vice-Consul.....	Francisco José Pinto	Faro.....	27 de jan. de 1914
	Agente Commercial.	Paulo da Silva Pinto.....	Idem.....	3 de maio de 1885

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Portugal e seus domínios.....	Vice-Consul.....	Afonso Ernesto de Barros..	Figueira.....	20 de maio de 1835
	Agente Commercial.	Dr. José Carlos de Barros..	Idem.....	27 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	José Rodrigues.....	Ilha do Fayal (Horta).....	12 de nov. de 1890
	Agente-Commercial.	Jayme Antonio de Terra Mesquita.....	Idem.....	27 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	Chrysanto de Miranda Freitas.....	Ilha da Madeira	2 de maio de 1910
	Agente Commercial.	Carlos Ribeiro de Faria....	Idem.....	16 de ag. de 1913
	Idem.....	Raul Teivas.....	Idem.....	27 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	Julio Simas Vera Cruz.....	Ilha do Sal.....	12 de maio de 1895
	Agente Commercial.	Francisco José de Oliveira..	Idem.....	4 de set. de 1889
	Vice-Consul.....	Albano de Azevedo Oliveira..	Ilha de S. Miguel (Ponta Delgada).....	17 de out. de 1912
	Agente Commercial.	Dr. Verissimo Freitas da Silva.....	Idem.....	25 de ag. de 1914
	Consul.....	Augusto Vera Cruz.....	Ilha de S. Vicente.....	30 de dez. de 1903
	Vice-Consul.....	José Lacerda Guimarães....	Ilha de S. Vicente.....	13 de dez. de 1913
	Idem.....	João Carlos da Silva.....	Ilha Terceira (Angra).....	5 de mar. de 1886
	Agente Commercial.	Jacinto Carlos da Silva....	Ilha Terceira (Angra).....	14 de abril de 1899
	Vice-Consul.....	Joaquim Lobo de Miranda..	Lagos.....	6 de maio de 1870
	Agente Commercial.	Joaquim Lobo de Miranda Junior.....	Idem.....	27 de jan. de 1914
	Consul Geral de 1ª Classe.....	Arthur Teixeira de Macedo..	Lisboa.....	22 de set. de 1910
	Vice-Consul.....	Dr. Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araujo....	Idem.....	23 de mar. de 1912
	Chancellor.....	Idem.....	Idem.....	8 de fev de 1912
	Vice-Consul.....	Luiz da Camara Leme.....	Loanda.....	25 de fev. de 1897
	Agente Commercial.	Joaquim de Brito Pires....	Idem.....	25 de jun. de 1906
	Consul.....	Joaquim Carneiro de Mendonça.....	Porto.....	21 de ag. de 1912
	Vice-Consul.....	Antonio Tavares Bastos....	Idem.....	20 de mar. de 1901
	Consul.....	Rodolpho Huber.....	Quelimane.....	16 de nov. de 1911
	Vice-Consul.....	Idem.....	Idem.....	
	Idem.....	Antonio Joaquim Ribeiro....	S. Thiago.....	22 de dez. de 1906
	Idem.....	Manoel José do Nascimento e Oliveira.....	Setubal.....	15 de dez. de 1896
	Agente Commercial.	José Manoel do Nascimento e Oliveira.....	Idem.....	5 de abril de 1913
	Vice-Consul.....	Manoel Joaquim Gonçalves de Araujo.....	Vianna do Castello.....	30 de set. de 1907

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Portugal e seus domínios.....	Agente Commercial.	Alvaro Salema Garção de Araujo.....	Vianna do Castello.....	29 de jul. de 1908
	Vice-Consul.....	João Pereira Galvão.....	Villa do Conde.....	22 de jul. de 1910
	Agente Commercial.	Alfredo do Amaral Corrêa..	Idem.....	31 de jul. de 1914
	Vice-Consul.....	Albano E. da Costa Lobo Junior.....	Villa Real.....	4 de maio de 1904
	Agente Commercial.	José Maria Rodrigues de Carvalho.....	Idem.....	25 de abril de 1909
Russia.....	Vice-Consul.....	Henry Mac-Mahon Seth.....	Abo.....	
	Idem.....	Ingvald Thorsen.....	Cronstadt.....	22 de abril de 1908
	Agente Commercial.	Rodolpho Rademacker.....	Idem.....	8 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....	Victor Ek.....	Helsingfort.....	6 de abril de 1889
	Agente Commercial.	Oscar Sandström.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Georges Schmidt.....	Libau.....	11 de abril de 1907
	Agente Commercial.	Louis Rosencranz.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Gabriel Gericke.....	Moscow.....	23 de dez. de 1911
	Agente Commercial.	Eric Law Gisiks.....	Idem.....	8 de jun. de 1913
	Vice-Consul.....	Miguel Landau.....	Nicolayeff.....	21 de set. de 1900
	Agente Commercial.	Elixar Idelson.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Jacques Brodsky.....	Odessa.....	11 de abril de 1907
	Agente Commercial.	Wladimir Ivanowick Karpoff	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Eduardo Batge.....	Reval.....	14 de set. de 1875
	Agente Commercial.	Richard Grinnberg.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Carlos W. Lang.....	Riga.....	25 de jan. de 1902
	Agente Commercial.	Guillaume Glasow.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
	Vice-Consul.....	Carlos Eugenio Botta.....	Rostoff.....	31 de dez. de 1902
	Consul.....	Emile Tottien.....	S. Petersburgo.	9 de jun. de 1910
	Vice-Consul.....	Carlos Gericke.....	Idem.....	7 de abril de 1898
	Consul.....	Wladislas Rupniewsky.....	Varsovia.....	14 de jan. de 1914
	Agente Commercial.	Stanislas Wladkowsky.....	Idem.....	28 de jun. de 1912
Salvador (República do).....	Consul.....	Roman Mayorga Rivas....	S. Salvador....	7 de out. de 1909
Suecia.....	Vice-Consul.....	Victor Elfverson.....	Calmar.....	25 de jul. de 1898
	Agente Commercial.	Iven V. F. Elfverson.....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Vilhelm Meyer.....	Carlsham.....	18 de ag. de 1900
	Agente Commercial.	Oscar E. Lundström.....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Gustaf Lorentz Hjalmar Ljungberg.....	Gefle.....	10 de ag. de 1910
	Agente Commercial.	Carl Emil Bjork.....	Idem.....	26 de set. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Suecia.....	Vice-Consul.....	Wilhelm Frodi.....	Gothemburgo...	2 de set. de 1893
	Agente Commercial.	Roland Gustav Adolf Frodi.	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Carlos Gustavo Ringblom...	Hernösand.....	23 de fev. de 1893
	Agente Commercial.	Nils Frederick Isakson....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Johan Hug Hallgren.....	Hudiksvall.....	6 de out. de 1903
	Agente Commercial.	Erik Arndt.....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Ernesto Fräs.....	Malmö.....	26 de ag. de 1897
	Agente Commercial.	Edwin H. Thomée.....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Carl Gustaf Julius Johanson.....	Norrköping.....	27 de jun. de 1905
	Agente Commercial.	Erik Beckman.....	Idem.....	26 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	K. G. Hedberg.....	Ornskoldsvick...	19 de mar. de 1907
	Consul.....	Dr. Göran Björkman.....	Stockholmo.....	18 de dez. de 1909
	Vice-Consul.....	August Magnus Colliander.	Idem.....	21 de mar. de 1904
	Idem.....	Knut M. Wickberg.....	Sundsvall.....	17 de fev. de 1914
	Agente Commercial.		Idem.....	
	Vice-Consul.....	Carl E. Ekman.....	Visby.....	6 de mar. de 1897
	Agente Commercial.	Karl Axel Edmund Lundberg.....	Idem.....	11 de fev. de 1893
	Vice-Consul.....	Gustaf Albert Tryselius....	Westerwick....	30 de set. de 1906
	Agente Commercial.	Otto E. Mobäck.....	Idem.....	26 de set. de 1912
Suissa.....	Vice-Consul.....	Dr. Joachim de Giacomi....	Berna.....	22 de fev. de 1906
	Consul G e r a l de 2ª Classe.....	Manoel Pinto de Souza Dantas.....	Genebra.....	29 de jul. de 1910
	Vice-Consul.....	Mario Alves de Moraes....	Idem.....	31 de jul. de 1911
	Idem.....	Jacques Schwob.....	Lausanne.....	17 de set. de 1911
Turquia.....	Consul.....	Alvaro da Cunha.....	Beyruth.....	25 de fev. de 1911
	Idem.....	Ferdinand Philibert.....	Jaffa.....	29 de jul. de 1896
Uruguay (República Oriental do).....	Vice-Consul.....	Carlos Carlton Coelho Cintra	Artigas.....	2 de set. de 1910
	Agente Commercial.	Eugenio Augusto Villas-Boas.....	Idem.....	20 de maio de 1909
	Vice-Consul.....	Joaquim Maria Pedreira Junior.....	Cerro Largo..... (Melo)	22 de nov. de 1907
	Agente Commercial.	João Jover.....	Idem.....	31 de mar. de 1914
	Consul G e r a l de 1ª Classe.....	Dr. Alberto Baez Conrado..	Montevideo....	5 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Joaquim José de Souza Imenes.....	Idem.....	16 de set. de 1896

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DA NOMEAÇÃO
Uruguay (República Oriental do).....	Chancellor.....	Braz Calmon da Gama.....	Idem.....	1 de mar. de 1911
	Vice-Consul.....	Dr. Joaquim Pereira da Costa.....	Paysandú.....	2 de maio de 1910
	Idem.....	Orestes dos Santos Corrêa.....	Rivera.....	21 de fev. de 1907
	Agente Commercial.....	Antonio Bassedas Ballré.....	Idem.....	13 de set. de 1905
	Vice-Consul.....	Francisco Silva.....	Rocha.....	7 de jun. de 1897
	Agente Commercial.....	Faustino O. Brum.....	Idem.....	9 de jan. de 1907
	Consul.....	Domingos de Oliveira Alves.....	Salto.....	22 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	Carlos Bilbáo.....	Idem.....	13 de fev. de 1911
	Idem.....	Frederico Ponciano Lobato.....	San Eugenio.....	2 de maio de 1910
	Agente Commercial.....	Candido A. Nario.....	Idem.....	15 de jan. de 1909
	Vice-Consul.....	Antonio de Azambuja Cidade.....	Santa Rosa.....	22 de nov. de 1907
	Agente-Commercial.....	Sergio de Azambuja Cidade.....	Idem.....	31 de jan. de 1912
	Vice-Consul.....	Dr. José Adolpho R. Ferreira.....	Taquarembó.....	14 de set. de 1898
	Agente Commercial.....	José Cabas.....	Idem.....	8 de jun. de 1905
Venezuela.....	Vice-Consul.....	Dr. Antonio Maria Delgado.....	Bolivar.....	9 de dez. de 1903
	Consul Geral.....	Luiz Avino Castillo.....	Caracas.....	30 de set. de 1905
	Vice-Consul.....	Jerónimo Martinez Mendoza.....	Idem.....	12 de fev. de 1909
	Idem.....	Genaro de Legorburu.....	La Guaira.....	12 de fev. de 1909
	Idem.....	Miguel Rivas Sosa.....	Puerto Cabello.....	12 de fev. de 1909
	Agente Commercial.....	José Cabas.....	Idem.....	

ADDIDOS COMMERCIAES

DATAS DA NOMEAÇÃO

Manoel da Costa Barradas, Addido Commercial á Embaixada nos Estados Unidos da America e á Legação no Mexico.....	31 de dez. de 1910
Deoclecio de Campos, Addido Commercial ás Legações na Allemanha, Austria-Hungria, Dinamarca, Noruega e Suecia.....	3 de mar. de 1911
Dr. Francisco Emilio Eugenio Emery, Addido Commercial ás Legações na Argentina, Chile e outras que forem opportunamente designadas.....	28 de fev. de 1913
Francisco Guimarães, Addido Commercial ás Legações na França, Grã-Bretanha, Belgica, Suissa e Italia.....	23 de fev. de 1913

2a Secção da Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 31 de março de 1914.

O Director,

GREGORIO PECQUEGUEIRO DO AMARAL

N. 7

Quadro do Corpo Consular estrangeiro residente no Brasil

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Allemanha.....	Enc. do Consulado..	Ernst Broudmüller.....	Bahia.....	
	Consul.....	Franz Berringer.....	Idem.....	6 de mar. de 1912
	Idem.....	Gustavo Salinger.....	Blumenau.....	15 de maio de 1891
	Consul.....	August Feigel.....	Curitiba.....	21 de set. de 1913
	Vice-Consul hono- rario.....	Henry Hesslein.....	Cuyabá.....	30 de jan. de 1904
	Consul.....	Georg Gerincke.....	Florianópolis....	5 de nov. de 1909
	Consul honorario...	Karl Hoepcke.....	Idem.....	23 de nov. de 1885
	Idem.....	Ildefonso Albano.....	Fortaleza.....	24 de abril de 1912
	Idem.....	Alois Fleischmann.....	Itajahy.....	
	Idem.....	Ottomar Kaiser.....	Joinville.....	29 de dez. de 1910
	Vice-Consul hono- rario.....	G. F. Grande.....	Juiz de Fora....	11 de abril de 1906
	Agente Consular....	Anton Brandt.....	Laguna.....	6 de fev. de 1901
	Vice-Consul hono- rario.....	Oscar Gensen.....	Maceió.....	22 de abril de 1910
	Consul honorario...	Hugo Ohliger.....	Manáos.....	4 de fev. de 1914
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Mathias Bohn.....	Paranaguá.....	
	Consul.....	Felix von Stein.....	Porto Alegre....	25 de set. de 1912
	Consul honorario...	Albert Groschke.....	Recife.....	29 de dez. de 1910
	Enc. do Consulado..	G. Wittrock.....	Idem.....	
	Consul.....	Sigismund Rössler.....	Rio Grande.....	30 de jun. de 1909
	Enc. do Consulado..	Von Stein.....	Idem.....	
	Consul Geral.....	Wilhelm Muenzenthaller....	Rio de Janeiro..	14 de ag. de 1912
	Vice-Consul.....	Karl Pistor.....	Idem.....	
	Consul honorario...	Ernest Bormann.....	Santos.....	29 de dez. de 1904
	Idem.....	Carlos Ferreira Coelho.....	S. Luiz.....	15 de jul. de 1892
	Enc. do Consulado..	Eugen Vill.....	S. Paulo.....	
	Consul honorario...	Augusto Arens.....	Victoria.....	23 de ag. de 1900
America (Estados- Unidos da).....	Consul Geral sem ju- risdição fixa....	Charles C. Eberhardt.....		
	Consul.....	David R. Birch.....	Bahia.....	20 de nov. de 1912
	Vice-Consul.....	Omar E. Mueller.....	Idem.....	30 de jun. de 1910
	Consul.....	George H. Pickerell.....	Belém.....	20 de out. de 1906
	Vice-Consul.....	Eduard C. Holden.....	Idem.....	20 de jul. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXERQUATUR
America (Estados-Unidos da).....	Agente Consular...	Antonio Epaminondas da Frota.....	Fortaleza.....	30 de jul. de 1897
	Idem.....	Frederic H. Sanford.....	Manãos.....	31 de out. de 1912
	Idem.....	Henry J. Green.....	Natal.....	31 de maio de 1904
	Consul.....	P. Merrill Griffith.....	Recife.....	24 de mar. de 1910
	Vice-Consul.....	Enrique Bachilleres.....	Idem.....	7 de jul. de 1902
	Agente Consular...	Charles A. Pansen.....	Rio Grande.....	
	Consul Geral.....	Julius G. Lay.....	Rio de Janeiro..	30 de jun. de 1910
	Deputy Consul Geral	Richard P. Mousen.....	Idem.....	
	Idem.....	Samuel W. Honaker.....	Idem.....	
	Vice e Deputy Consul Geral.....	Albro L. Burnell.....	Idem.....	25 de mar. de 1912
	Consul.....	Maddim Summers.....	Santos.....	4 de fev. de 1914
	Vice e Deputy Consul.....	James W. Reeves.....	Idem.....	13 de jun. de 1910
	Agente Consular...	Joaquim M. A. dos Santos..	S. Luiz.....	30 de nov. de 1908
	Idem.....	William E. Lee.....	S. Paulo.....	7 de ag. de 1908
	Idem.....	João Zinzen.....	Victoria.....	5 de maio de 1890
Argentina (Republica).....	Vice-Consul honorario.....	Francisco A. Marçallo	Antonina.....	30 de nov. de 1910
	Idem.....	Francisco Gonzalez Montes de Oca.....	Bahia.....	11 de abril de 1906
	Idem.....	Joaquim Vieira Miranda....	Belém.....	3 de dez. de 1908
	Idem.....	Alberto Gomes Moreira.....	Corumbá.....	12 de set. de 1907
	Vice-Consul.....	Savas Nicolas Savas.....	Florianopolis...	31 de out. de 1907
	Idem.....	Manuel Marengo.....	Itaqui.....	29 de set. de 1911
	Idem honorario.....	Antonio de Miranda Araujo..	Manãos.....	11 de abril de 1903
	Consul.....	Eugenio C. del Busto.....	Paranaguá.....	17 de jul. de 1912
	Vice-Consul honorario.....	Giulio Bozano.....	Porto Alegre...	30 de abril de 1913
	Idem.....	A. V. da Cunha Porto.....	Recife.....	30 de set. de 1907
	Consul.....	Francisco Antonio Susini...	Rio Grande.....	16 de jun. de 1893
	Consul Geral.....	Carlos Lix Klett.....	Rio de Janeiro..	25 de nov. de 1904
	Enc. do Consulado Geral.....	Carlos Lix Klett hijo.....	Idem.....	
	Consul.....	Diego Gonzalez Victorica...	Santos.....	23 de ag. de 1911
	Vice-Consul.....	Cipriano de la Peña.....	S. Francisco do Sul.....	20 de abril de 1909
	Idem.....	Baldomero Barbará.....	Uruguayana....	11 de abril de 1906
Austria-Hungria..	Consul honorario...	Manoel José Machado.....	Bahia.....	29 de jan. de 1903

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Austria-Hungria.	Vice-Consul honorario.....	Peter Steiner.....	Belém.....	9 de jun. de 1910
	Consul honorario....	Friedrick De Jaegher.....	Bello Horizonte.	6 de jun. de 1907
	Agente Consular....	Leopoldo Hoeschl.....	Blumenau.....	23 de ag. de 1909
	Enc. do Consulado..	Johann Potucek.....	Curityba.....	
	Consul honorario....	Ernst Vahl.....	Florianopolis...	6 de jun. de 1907
	Vice-Consul honorario.....	Joaquim Barroso.....	Fortaleza.....	30 de mar. de 1909
	Agente Consular....	Giovanni Franchetti.....	Garibaldi.....	3 de ag. de 1908
	Idem.....	Peter Mayerle.....	Joinville.....	17 de nov. de 1909
	Vice-Consul honorario.....	João Tavares da Costa.....	Maceió.....	27 de ag. de 1909
	Idem.....	Waldemar Scholz.....	Manãos.....	30 de abril de 1909
	Agente Consular....	Ceciliano da Silva Corrêa...	Paranaguá.....	27 de dez. de 1910
	Enc. do Consulado..	Anton Retschek.....	Porto Alegre...	
	Consul honorario....	Constantino Barza.....	Recife.....	20 de set. de 1897
	Vice-Consul.....	Christian Meissner.....	Rio Grande.....	28 de dez. de 1911
	Consul.....	Oscar Prochaska.....	Rio de Janeiro..	30 de abril de 1913
	Idem.....	Louis Karl Janckens.....	Santos.....	21 de fev. de 1912
	Vice-Consul.....	Adolf Fridheim.....	S. Luiz.....	9 de jun. de 1910
	Enc. do Consulado..	Artur von Ocelkiewicz von Julienhort.....	S. Paulo.....	
	Consul honorario....	Anton Hegner.....	Victoria.....	26 de maio de 1905
	Agente Consular....	Carlos Bertoldi.....	Alfredo Chaves (E. Santo)...	19 de mar. de 1913
Belgica.....	Consul honorario....	Antonio Peterson.....	Bahia.....	17 de jan. de 1912
	Idem.....	A. Balaguer.....	Belém.....	24 de dez. de 1908
	Idem.....	J. M. Verdussen.....	Bello Horizonte.	7 de jan. de 1909
	Idem.....	M. P. de Thier David.....	Corumbá.....	13 de jun. de 1907
	Idem.....	P. P. Vanherweck.....	Curityba.....	16 de jul. de 1904
	Idem.....	Carlos Wendhausen.....	Florianopolis...	24 de dez. de 1908
	Idem.....	Eduardo Studart.....	Fortaleza.....	10 de out. de 1901
	Enc. do Consulado..	Hermínio Barrego.....	Idem.....	
	Consul honorario....	Theodoro Oeckinghaus.....	Goyaz.....	17 de set. de 1906
	Vice-Consul honorario.....	J. Rippol.....	Maceió.....	17 de jul. de 1902
	Consul honorario....	E. J. Reuter.....	Manãos.....	22 de abril de 1910
	Idem.....	João Ludewitz.....	Porto Alegre...	21 de fev. de 1912
	Consul honorario....	J. M. de Andrade.....	Recife.....	30 de dez. de 1903
	Consul honorario....	Antonio Chaves Campello..	Rio Grande.....	26 de nov. de 1898
	Idem.....	Dr. Luiz Raphael Vieira Souto.....	Rio de Janeiro..	4 de fev. de 1914

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Belgica.....	Consul honorario...	Albert Lion.....	Santos.....	5 de jun. de 1906
	Idem.....	Alfredo José Tavares.....	S. Luiz.....	31 de maio de 1905
	Consul Geral.....	Charles Les Viennois.....	S. Paulo.....	4 de mar. de 1914
	Consul honorario...	J. Zinzen.....	Victoria.....	18 de jul. de 1898
Bolivia.....	Consul Geral.....	Adolfo Dias Romero.....	Belém.....	19 de fev. de 1913
	Vice-Consul.....	Arturo F. Seligmann.....	Idem.....	7 de ag. de 1912
	Consul.....	Benjamin Mujia Fernandez	Corumbá.....	11 de dez. de 1913
	Vice-Consul hono- rario.....	Aurelio Jantsch.....	Idem.....	25 de jun. de 1913
	Consul.....	Maximiniano Leite Barbosa.	Fortaleza.....	10 de nov. de 1902
	Vice-Consul.....	Fernando Roig Solé.....	Manáos.....	24 de dez. de 1913
	Idem.....	Bento Albino da Costa.....	Pelotas.....	11 de set. de 1886
	Consul.....	Eduardo Secco.....	Porto Alegre..	27 de jan. de 1888
	Idem.....	João Eustachio Pereira.....	Recife.....	5 de jun. de 1908
	Idem.....	Alfredo José de Freitas....	Rio de Janeiro..	31 de jul. de 1905
	Idem.....	José Manoel Gutierrez.....	Santo Antonio do Rio Ma- deira.....	29 de jan. de 1913
Chile.....	Consul honorario...	Manoel José Machado.....	Bahia.....	25 de set. de 1912
	Idem.....	Gil Augusto de Novaes Ro- drigues.....	Belém.....	31 de maio de 1906
	Idem.....	José Gentil Alves de Car- valho.....	Fortaleza.....	30 de mar. de 1909
	Vice-Consul hono- rario.....	Agustin Olivet.....	Joinville.....	23 de fev. de 1907
	Consul honorario...	Raul de Azevedo.....	Manáos.....	24 de jul. de 1902
	Idem.....	Octacilio Barbedo.....	Porto Alegre..	23 de dez. de 1911
	Vice-Consul hono- rario.....	Antonio Loyo d'Amorim....	Recife.....	27 de ag. de 1908
	Consul honorario...	Alfredo Soares do Nasci- mento.....	Rio Grande.....	28 de dez. de 1911
	Consul Geral hono- rario.....	Samuel Gracie.....	Rio de Janeiro..	29 de dez. de 1906
	Consul honorario...	Alfredo Pedro dos Santos...	Idem.....	7 de maio de 1908
	Vice-Consul hono- rario.....	João Pedro da Cruz Ri- beiro.....	S. Luiz.....	30 de mar. de 1909
Colombia.....	Consul.....	Gustavo Arboleda.....	Belém.....	23 de jul. de 1913
	Consul Geral.....	Dr. José Torralbo.....	Manáos.....	16 de nov. de 1911
	Agente Consular...	Dr. Jorge Gómez Posada....	Marim (Baixo Japurá).....	
	Idem.....	Dr. A. R. Navarro.....	Porto Velho.....	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Colombia.....	Consul Geral hono- rario.....	Luiz Tosta da Silva Nunes..	Rio de Janeiro..	5 de jun. de 1893
	Vice-Consul interino	Luciano Ruffier.....	Idem.....	25 de ag. de 1913
	Vice-Consul hono- rario.....	Manoel José Francisco Jorge	S. Luiz.....	
	Consul honorario...	Cesar Hoffmann.....	S. Paulo.....	10 de set. de 1913
Costa Rica.....	Consul.....	Dr. Martinho Garcez Caldas Barreto.....	Recife.....	31 de maio de 1909
	Consul Geral.....	Joaquim F. Fonseca Pena- forte.....	Rio de Janeiro..	5 de maio de 1903
Cuba.....	Vice-Consul.....	Juan Iruretagoyena y Lanz.	Rio de Janeiro..	27 de ag. de 1910
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Julio Fabre y Gonzalez.....	Idem.....	
Dinamarca.....	Consul.....	Theodoro Teixeira Gomes...	Bahia.....	3 de ag. de 1897
	Enc. do Consulado..	A. Pertersen.....	Idem.....	
	Vice-Consul.....	Sidney Fall.....	Belém.....	31 de out. de 1910
	Idem.....	Carlos Hoepeke Junior.....	Florianopolis...	11 de mar. de 1899
	Consul.....	Oscar Christiano Paelzen..	Porto Alegre..	5 de abril de 1913
	Idem.....	Aarnaldo Loyo.....	Recife.....	17 de jul. de 1913
	Enc. do Consulado..	Sinclair Robinson.....	Rio Grande.....	
	Consul Geral.....	Germano Boettcher.....	Rio de Janeiro..	31 de out. de 1910
	Vice-Consul.....	Fredrik Wilhelm Nicolay En- gelhart.....	Idem.....	26 de nov. de 1913
	Idem.....	Louis Jauckens.....	Santos.....	15 de maio de 1902
	Idem.....	Julius D. Jacobsen.....	S. Luiz.....	29 de abril de 1911
	Idem.....	A. von Bulow.....	S. Paulo.....	15 de maio de 1902
Ecuador.....	Consul.....	Hannibal Porto.....	Belém.....	16 de fev. de 1905
	Idem.....	Joaquim Nunes Lima.....	Manáos.....	28 de fev. de 1905
	Consul Geral.....	Carlos Faller.....	Rio de Janeiro..	10 de set. de 1913
Estados U. Mexi- canos.....	Consul.....	Ignacio Hasselmann.....	Bahia.....	28 de nov. de 1903
	Idem.....	Manuel Ignacio Pereira da Motta.....	Belém.....	21 de fev. de 1913
	Idem.....	Ernesto Pereira Carneiro...	Recife.....	30 de nov. de 1904
	Consul Geral.....	Felippe Simões dos Santos..	Rio de Janeiro..	23 de ag. de 1891
	Vice-Consul.....	J. G. Cramer.....	Santos.....	31 de mar. de 1910
	Idem.....	João Alves Santos.....	S. Luiz.....	12 de fev. de 1908
França.....	Consul.....	Henry Josep Orlandi.....	Bahia.....	31 de jul. de 1913
	Idem.....	M. C. Ludovic de Francque- ville.....	Belém.....	22 de fev. de 1911

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
França.....	Agente Consular....	Joseph De Jaegher	Bello Horizonte.	19 de jan. de 1907
	Enc. da Agencia Consular.....	George Mognin.....	Idem	
	Idem.....	Pierre Jules Sellier.....	Campos.....	1 de maio de 1905
	Idem.....	Maurice Louis Francfort....	Curitiba.....	3 de ag. de 1908
	Enc. da Agencia Consular.....	Louis Reynier.....	Cuyabá.....	
	Agente Consular....	Achilles Boris.....	Fortaleza.....	11 de jul. de 1898
	Enc. da Agencia Consular.....	Albert Weil.....	Fortaleza.....	
	Agente Consular....	Dominique Sabaté.....	Florianopolis...	13 de dez. de 1903
	Idem.....	Felix Vandesmet.....	Maceió.....	20 de jan. de 1891
	Idem.....	Pierre Rouaix.....	Manáos.....	31 de out. de 1912
	Idem.....	Elias Alfred Cerf.....	Parahyba.....	18 de nov. de 1903
	Idem.....	Joaquim Soares Gomes.....	Paranaguá.....	4 de nov. de 1873
	Idem.....	Moise Marc Désiré Jacob....	Parnahyba.....	11 de jul. de 1893
	Enc. da Agencia Consular.....	Lazare Aimé Jacob.....	Idem.....	
	Agente Consular....	Paul Alphonse Meyselle....	Pelotas.....	30 de dez. de 1911
	Agente Consular interino.....	Courteilh.....	Porto Alegre....	
	Agente Consular....	Georges Béraud.....	Recife.....	19 de set. de 1911
	Consul.....	James Alexandre Dupas....	Rio de Janeiro..	14 de ag. de 1912
	Agente Consular....	Louis Antoine Marie Joseph Henry de Court.....	Santos.....	25 de jul. de 1912
	Idem.....	Manoel Jansen Ferreira....	S. Luiz.....	15 de jun. de 1903
	Consul.....	Ernest Charles Birlé.....	S. Paulo.....	14 de ag. de 1912
	Agente Consular....	Jean Zacontegnny.....	Uruguayana....	17 de set. de 1901
	Idem.....	Hyacinthe Gatine.....	Victoria.....	30 de dez. de 1911
Grã-Bretanha....	Vice-Consul.....	Thales Ferraz.....	Aracajá.....	10 de jul. de 1902
	Consul.....	Edward Mewyn de Garston..	Bahia.....	26 de nov. de 1913
	Idem.....	George Rabington Mitchell..	Belém.....	21 de maio de 1913
	Vice-Consul.....	James Bremner.....	Idem.....	nov. de 1913
	Idem.....	Harry H. Gomm.....	Curitiba.....	23 de fev. de 1905
	Idem.....	John Leslie Hart Atkinson..	Cuyabá.....	17 de ag. de 1909
	Idem.....	Roland O'Neill Addison....	Florianopolis...	29 de fev. de 1912
	Idem.....	Dr. William Studart.....	Fortaleza.....	23 de ag. de 1879
	Enc. do Vice-Consulado.....	Albert Rogers.....	Idem.....	
	Vice-Consul.....	Kenneth Courage Macray....	Maceió.....	13 de ag. de 1913
	Idem.....	Wyndham Robilliard.....	Manáos.....	12 de mar. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Grã-Bretanha.....	Vice-Consul.....	Dr. John Spear.....	Morro Velho...	31 de mar. de 1900
	Idem.....	Charles Herbert Howe.....	Parahyba	19 de maio de 1913
	Pro-Consul.....	Marius P. Lauritzen.....	Parahyba.....	
	Vice-Consul.....	Joaquim Soares Gomes.....	Paranaguá.....	7 de maio de 1872
	Consul.....	Thomas Cantrell Ditton.....	Porto Alegre...	31 de jul. de 1913
	Idem.....	Henry Elford Dicki.....	Recife.....	21 de maio de 1913
	Vice-Consul.....	James Stuart Wilde.....	Idem.....	29 de nov. de 1911
	Consul.....	Edward James Wigg.....	Rio Grande....	21 de ag. de 1912
	Consul Geral.....	Daniel Robert O' Sullivan Beare.....	Rio de Janeiro..	23 de nov. de 1913
	Vice-Consul.....	George Herbert Edmeston Paar.....	Idem.....	1 de abril de 1914
	Idem.....	R. A. Sandall.....	Santos.....	12 de mar. de 1910
	Pro-Consul.....	Arthur Richards.....	Idem.....	
	Vice-Consul.....	Charles Causer.....	S. João d'El Rey.....	23 de set. de 1908
	Pro-Consul.....	Octavio Duguet Coelho.....	Idem.....	15 de maio de 1911
	Vice-Consul.....	Charles Ernest Clissold.....	S. Luiz.....	12 de mar. de 1910
	Consul.....	George Gordon Falconer Attie.....	S. Paulo.....	14 de jan. de 1914
	Vice-Consul.....	Charles W. Miller.....	Idem.....	20 de dez. de 1910
	Idem.....	Arthur Frederick Lockwood-Thompson.....	Uruguayana....	15 de maio de 1911
	Idem.....	Brian Barry.....	Victoria.....	28 de fev. de 1910
Grecia *	Vice-Consul.....	José Marques Braga.....	Belém.....	11 de mar. de 1892
	Idem.....	Candido Gomes dos Reis....	Fortaleza.....	23 de maio de 1888
	Idem interino.....	Urbano Martins Garcia.....	Rio Grande....	15 de dez. de 1883
	Consul Geral.....	Othon Leonardos.....	Rio de Janeiro..	25 de nov. de 1882
	Vice-Consul interino	Carlos Ferreira Coelho.....	S. Luiz.....	29 de nov. de 1883
Guatemala.....	Consul.....	João Manoel Alfaya Rodrigues.....	Santos.....	13 de jun. de 1907
	Idem.....	Dr. Leopoldo de Freitas.....	S. Paulo.....	21 de abril de 1907
Hespanha.....	Vice-Consul hono- rario.....	Manuel Sobrino.....	Bahia.....	8 de abril de 1911
	Agente Consular...	Manuel Fraguas Ozando...	Bebedouro.....	27 de nov. de 1909
	Vice-Consul hono- rario.....	Frederico Pastor y Olivet...	Belém.....	27 de jun. de 1908

* Os funcionarios consulares de Hespanha estão encarregados da protecção dos interesses hellenicos onde não houver Consulado da Grecia.

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Hespanha.....	Vice-Consul hono- rario.....	Leonardo Alvarez Gutierrez	Bello Horizonte.	1 de jun. de 1898
	Idem.....	José Maria Morgade.....	Campos.....	30 de set. de 1907
	Idem.....	José Mateo Gambús.....	Curityba.....	25 de abril de 1912
	Idem.....	Wencesláo Freyesleben....	Florianopolis...	24 de dez. de 1913
	Idem.....	Manuel Villanova y Cer- vino.....	Fortaleza.....	20 de mar. de 1901
	Idem.....	José Garcia Fernandez.....	Jahú.....	25 de jan. de 1912
	Consul.....	Rafael Secco y Fabres.....	Manãos.....	12 de nov. de 1908
	Enc. do Consulado.	Manoel Ocaña y Lavin.....	Idem.....	
	Consul honorario...	Carlos Castro de Alba.....	Nictheroy.....	10 de mar. de 1909
	Idem.....	Joaquim Pardo Vieira.....	Parahyba.....	25 de nov. de 1901
	Idem.....	Rafael Bassols y Pascual...	Pelotas.....	31 de maio de 1900
	Idem.....	Agustín Fernandez de la Peña.....	Porto Alegre....	25 de fev. de 1901
	Idem.....	Francisco Affonso de Car- valho.....	Recife.....	25 de jan. de 1912
	Idem.....	Andrés Legeren y Villar....	Rio Grande....	26 de mar. de 1909
	Enc. do Consulado.	Alberto Aguilar y Gomez Acebo.....	Rio de Janeiro..	
	Vice-Consul hono- rario.....	Eloy San Juan.....	Sant'Anna do Livramento...	6 de out. de 1893
	Idem.....	Secundino Troncoso.....	Santos.....	15 de fev. de 1907
	Idem.....	Antonio Rodrigues Martins.	S. Luiz.....	
	Consul.....	Juan N. Solorzano y Costa..	S. Paulo.....	23 de dez. de 1912
	Vice-Consul hono- rario.....	José de Asprer.....	Idem.....	23 de out. de 1911
	Idem.....	José Carballido.....	Uruguayana....	14 de abril de 1882
	Idem.....	Gabriel Amorós.....	Victoria.....	31 de dez. de 1907
	Agente Consular...	Juan Sanchez y Haro.....	Itapira.....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Angel Fontaina y Garcia...	Botucatu.....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Fernando Vicent y de Silva.	Araraquára....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Juan Bobadilla y Marin....	Atibaia.....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Raimond Gramero y Moya...	Espirito Santo do Pinhal.....	18 de maio de 1912
	Idem.....	José Troncoso y Gonzalez...	Ribeirão Preto..	18 de maio de 1912
	Idem.....	Elicio Miguel Fernandez....	S. Carlos.....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Dionisio Rodriguez y Vas- ques.....	Descalvado....	18 de maio de 1912
	Idem.....	Felipe Dias y Rubia.....	Piracicaba.....	18 de maio de 1912
Honduras (Repu- blica de).....	Consul.....	Roberto J. Kinsman Ben- jamín.....	Rio de Janeiro..	16 de fev. de 1895

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Italia.....	Agente Consular...	Andréa Orlandi.....	Amparo.....	30 de abril de 1904
	Idem.....	Nicola Cironi.....	Bagé.....	31 de maio de 1900
	Vice-Consul.....	Rafaele Boscarelli.....	Bahia.....	28 de jun. de 1913
	Consul.....	Conde Luigi Provana del Rabbione.....	Belém.....	18 de out. de 1911
	Idem.....	Luigi Provana del Sab-bione.....	Bello Horizonte.....	26 de dez. de 1912
	Agente Consular...	Constante Gino Balocchio...	Bento Gonçalves.....	
	Idem.....	Olivo Andolfato.....	Botucatu.....	10 de nov. de 1911
	Vice-Consul.....	Alberto Tuozzi.....	Campinas.....	30 de abril de 1913
	Agente Consular...	Carlo Fasani.....	Campes.....	26 de maio de 1905
	Idem.....	Giovanni Della Ragione.....	Caxias.....	21 de set. de 1909
	Consul.....	Carlo Umiltá.....	Curityba.....	30 de abril de 1913
	Agente Consular...	Giuseppe Orlando.....	Cuyabá.....	27 de mar. de 1901
	Consul.....	Cav. Emilio Eles.....	Florianopolis...	15 de mar. de 1911
	Agente Consular...	Gaetano Petraglia.....	Franca.....	30 de ag. de 1902
	Idem.....	Giuseppe Caruso Mac Do-nald.....	Itapetininga....	31 de ag. de 1911
	Idem.....	Pasquale Martini.....	Itú.....	13 de jun. de 1910
	Idem.....	Dr. Filippo Di Filippo.....	Jaboticabal....	13 de jun. de 1910
	Idem.....	Giuseppe de Mori.....	Jahú.....	30 de set. de 1911
	Vice-Consul.....	Massimo Goffredo.....	Juiz de Fóra....	
	Agente Consular...	Giacinto Tasso.....	Laguna.....	11 de abril de 1910
	Idem.....	Giovanni Battista Lauria...	Maceió.....	14 de dez. de 1901
	Consul.....	Felippo Gioacchino dei Mar-chese Da Passano.....	Manáos.....	30 de maio de 1912
	Agente Consular...	Giovanni Battista Petrocelli	Mococa.....	8 de set. de 1910
	Idem.....	Giovanni della Valle.....	Nova Friburgo..	de mar. de 1914
	Idem.....	Vittorio Migliora.....	Nitheroy.....	26 de dez. de 1903
	Idem.....	Giovanni Battista Gerva-soni.....	Ourinho.....	20 de dez. de 1910
	Idem.....	Luigi Morganti.....	Ouro Fino.....	30 de nov. de 1907
	Idem.....	Giovanni Battista Borio....	Paranaguá.....	31 de out. de 1912
	Idem.....	Frederico Alberto Trebbi...	Pelotas.....	30 de maio de 1894
	Idem.....	Fellipo Gelli.....	Petropolis.....	27 de abril de 1912
	Idem.....	Ruggero Pentagna.....	Piracicaba.....	4 de fev. de 1908
	Consul.....	Giovanni Battista Beverini.	Porto Alegre....	5 de nov. de 1908
	Idem.....	Pietro Spano.....	Recife.....	21 de maio de 1913
	Vice-Consul.....	Mario Zanotti Bianco.....	Ribeirão Preto..	21 de nov. de 1913
	Agente Consular...	Ricardo Giovannini.....	Rio Grande.....	10 de jun. de 1902
	Consul.....	Giulio Ricciarde	Rio de Janeiro..	26 de dez. de 1912

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Italia.....	Vice-Consul hono- rario.....	Jorgen Engelhardt.....	Rio de Janeiro..	16 de ag. de 1912
	Agente Consular...	Dr. Gennaro Lanzara.....	Sant'Anna do Livramento...	21 de jun. de 1900
	Idem.....	Agostino Chiarelli.....	Santa Cruz das Palmeiras....	29 de set. de 1906
	Idem.....	Luigi Brundi.....	Santa Victoria do Palmar....	14 de abril de 1903
	Vice-Consul.....	Guglielmo Vivaldi.....	Santos.....	14 de maio de 1906
	Agente Consular...	Francisco Serpa.....	S. Carlos do Pi nhai.....	4 de fev. de 1914
	Idem.....	Angelo Lacreta.....	S. José do Rio Pardo.....	14 de maio de 1904
	Idem.....	Roberto Mojoli.....	S. Luiz.....	6 de set. de 1897
	Idem.....	Raffaele Sanseverino.....	S. Manoel.....	12 de dez. de 1903
	Idem.....	Umberto Ancarani.....	Santa Maria da Bocca do Monte.....	18 de maio de 1912
	Consul Geral.....	Pietro Baroli.....	S. Paulo.....	30 de maio de 1907
	Agente Consular...	Cav. Rosalbino Santoro.....	Taubaté.....	19 de jun. de 1900
	Idem.....	Giovanni Valente.....	Uruguayana...	19 de nov. de 1900
	Consul.....	Onorato Gaetani d'Aragona di Castelmola.....	Victoria.....	20 de nov. de 1912
	Agente Consular...	Francesco Tesla.....	Uberaba.....	31 de out. de 1912
Japão.....	Consul Geral.....	Sadas Matsumura	Rio de Janeiro..	4 de fev. de 1914
	Vice-Consul.....	Ryoji Noda.....	Idem.....	24 de dez. de 1909
Montenegro.....	Consul Geral.....	Antonio Januzzi.....	Rio de Janeiro..	17 de out. de 1907
Nicaragua.....	Consul Geral.....	R. J. Kinsman Benjamin...	Rio de Janeiro..	31 de out. de 1899
Noruega.....	Vice-Consul.....	Manoel José do Conde.....	Bahia.....	15 de out. de 1906
	Idem.....	Augustine Beverly Wilson..	Belém.....	22 de nov. de 1910
	Idem.....	Adrien Seligmann.....	Fortaleza.....	6 de fev. de 1907
	Idem.....	Carl Josias Cornils Leisner.	Florianopolis...	22 de abril de 1911
	Idem.....	Oscar Jensen.....	Maceió.....	6 de fev. de 1907
	Idem.....	Marius Petersen Lauritzen..	Parahyba.....	31 de ag. de 1911
	Idem.....	Manuel Hermogenes Vidal..	Paranaguá....	30 de set. de 1912
	Idem.....	Waldemar Bromberg.....	Porto Alegre...	6 de fev. de 1907
	Idem.....	Anton Richard Ludvig Om- mundsen.....	Recife.....	15 de out. de 1906
	Idem.....	Wilhelm Theodor Gottfried. Heidtmann.....	Rio Grande.....	6 de fev. de 1907
	Consul Geral.....	Erik Colban.....	Rio de Janeiro..	3 de nov. de 1911
	Consul.....	Erik Arentz.....	Idem.....	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Noruega.....	Vice-Consul.....	João Gustavo Cramer.....	Santos.....	31 de maio de 1912
	Idem.....	José Pedro Ribeiro.....	S. Luiz.....	6 de fev. de 1907
Paizes-Baixos...	Consul honorario...	Manoel José do Conde Junior.....	Bahia.....	20 de jun. de 1891
	Idem.....	Franz Berringer.....	Belém.....	25 de maio de 1911
	Idem.....	W. Schack.....	Curitiba.....	18 de mar. de 1909
	Idem.....	Carlos Hoepeke Junior.....	Florianopolis...	18 de mar. de 1899
	Idem.....	Joaquim Costa e Souza.....	Fortaleza.....	28 de mar. de 1901
	Idem.....	H. F. Söhsten.....	Maceió.....	6 de set. de 1899
	Idem.....	L. Nelson.....	Natal.....	20 de jun. de 1891
	Idem.....	W. Krönke.....	Parahyba.....	14 de maio de 1903
	Enc. do Consulado.	Gustav Möllmann.....	Idem.....	
	Consul honorario...	Emil Petersen.....	Porto Alegre...	22 de jan. de 1906
	Idem.....	J. von Söhsten.....	Recife.....	19 de jan. de 1901
	Vice-Consul.....	J. J. G. t' Sas.....	Idem.....	13 de nov. de 1912
	Consul.....	Henrique Frederico Palm...	Rio de Janeiro..	29 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	W. H. T. Theunisse.....	Idem.....	14 de fev. de 1913
	Vice-Consul hono- rario.....	Luiz Jauckens.....	Santos.....	5 de ag. de 1899
	Consul honorario...	João Pedro Collares Moreira	S. Luiz.....	20 de nov. de 1909
	Idem.....	J. C. A. F. Zerrenner.....	S. Paulo.....	29 de jun. de 1891
	Idem.....	J. Zinzen.....	Victoria.....	25 de jul. de 1894
Panamá.....	Consul.....	Theodoro de Langgaard Me- nezes.....	Rio de Janeiro..	18 de mar. de 1909
	Idem.....	Samuel Augusto das Neves.	S. Paulo.....	18 de mar. de 1909
Paraguay.....	Consul Geral.....	Juan Portam Martinez.....	Corumbá.....	28 de dez. de 1912
	Vice-Consul.....	Benigno R. Rojas.....	Corumbá.....	20 de nov. de 1911
	Consul.....	Clemente Castello Branco...	Rio de Janeiro..	20 de set. de 1900
	Consul Geral.....	Daniel Monteiro d'Abreu...	S. Paulo.....	28 de ag. de 1912
	Vice-Consul.....	Jorge Thompson.....	Ponta Porã, Matto Grosso.	26 de dez. de 1912
Persia.....	Consul Geral.....	Carl Heins.....	Rio de Janeiro..	7 de dez. de 1903
	Vice-Consul, Enc. do Consulado Geral..	Peter Trinks.....	Idem.....	11 de mar. de 1905
Perú.....	Consul interino....	D. Roberto Caverio.....	Belém.....	31 de jul. de 1913
	Consul.....	Minervino Abreu.....	Fortaleza.....	14 de nov. de 1910
	Consul Geral.....	Enrique Zagarra.....	Manáos.....	23 de dez. de 1912
	Vice-Consul.....	Luiz Pinto Guimarães.....	Porto Alegre...	5 de jun. de 1902

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUE
Perú.....	Consul.....	Joaquim Rodrigues da Costa Magalhães.....	Recife.....	14 de nov. de 1910
	Consul Geral.....	Othon Leonardos Junior....	Rio de Janeiro..	5 de nov. de 1906
	Enc. do Consulado Geral.....	Thomas Francis Leonardos.	Idem.....	
	Consul.....	Cunegundes Machado.....	Teffé.....	13 de mar. de 1912
Portugal.....	Vice-Consul hono- rario.....	Manoel José Gomes.....	Amparo.....	30 de set. de 1902
	Idem.....	Antonio José da Silva Car- doso.....	Aracajú.....	11 de fev. de 1887
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Joaquim Rodrigues de Al- meida.....	Araraquara.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	Antonio Nunes Ribeiro Ma- galhães.....	Bagé.....	11 de fev. de 1889
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Antonio Augusto Ferreira Moraes.....	Idem.....	
	Consul.....	Carlos d'Almeida Affonsecca de Sampaio Garrido.....	Bahia.....	14 de ag. de 1912
	Vice-Consul hono- rario.....	Antonio José Lomba de Abreu.....	Bananal.....	8 de nov. de 1905
	Idem.....	José Augusto da Costa Fer- reira.....	Barbacena.....	18 de mar. de 1911
	Consul.....	Carlos Augusto Alves Cotelo	Belém.....	23 de nov. de 1913
	Vice-Consul hono- rario.....	Alvaro José dos Santos....	Bello Horizonte.	25 de abril de 1912
	Idem.....	Daniel C. M. Jordão da Ro- cha Peixoto.....	Botucatu.....	14 de out. de 1905
	Idem.....	Joaquim da Silva Gallo.....	Cabo Frio.....	21 de out. de 1905
	Idem.....	José Pereira de Andrada....	Campinas.....	23 de nov. de 1890
	Idem.....	Eustachio Adolpho Caval- leiro.....	Campos.....	28 de fev. de 1912
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Abilio dos Santos Mattos...	Casa Branca...	
	Vice-Consul hono- rario.....	Antonio Joaquim Ferreira Guimarães.....	Caxias.....	12 de out. de 1886
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Gençalo Christovão.....	Corumbá.....	
	Agente Consular in- terino.....	José Gaspar Rodrigues Pi- canço.....	Cururupú.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	Manoel Rodrigues Palma...	Cuyabá.....	13 de dez. de 1906
	Vice-Consul.....	Eduardo Otto Horn.....	Florianopolis..	23 de jun. de 1912
	Vice-Consul hono- rario.....	João de Pontes Medeiros...	Fortaleza.....	21 de jan. de 1910
	Vice-Consul.....	Agripino Lopes Cardoso....	Franca.....	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Portugal.....	Vice-Consul hono- rario.....	Antonio Gouvêa da Silva...	Granja.....	24 de jul. de 1906
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Zacharias Augusto Teixeira	Iguape.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	José Joaquim Affonso An- tunes.....	Itacoatiara.....	17 de ag. de 1909
	Vice-Consul interino	Julio Augusto Pereira Car- doso.....	Jaboticabal.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	Gabriel Tavares Leite.....	Jaguarão.....	2 de set. de 1899
	Idem.....	José de Campos Serafino...	Juiz de Fóra...	11 de jul. de 1912
	Idem.....	Francisco de Assis Pinheiro Junior.....	Leopoldina.....	
	Idem.....	Antonio da Costa Motta...	Macahé.....	31 de jan. de 1912
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Manoel Affonso Vianna.....	Maceió.....	
	Consul.....	José Jorge Rodrigues dos Santos.....	Manãos.....	25 de set. de 1912
	Vice-Consul.....	Antonio de Oliveira Mendes Cavaleiro.....	Idem.....	25 de set. de 1912
	Vice-Consul hono- rario.....	Francisco Gomes Valle Mi- randa.....	Natal.....	4 de jan. de 1903
	Idem.....	Francisco Rodrigues da Cruz.....	Nictheroy.....	30 de set. de 1904
	Idem.....	Victorino Antonio Dias.....	Ouro Preto.....	21 de jun. de 1906
	Agente Consular in- terino.....	Joaquim José Tinoco.....	Parahyba do Sul	
	Vice-Consul hono- rario.....	Alfredo dos Santos Corrêa..	Paranaguá.....	31 de out. de 1912
	Idem.....	Joaquim Antonio dos San- tos.....	Parnahyba.....	10 de ag. de 1905
	Idem.....	Joaquim Eleuterio de Al- meida Peres.....	Pelotas.....	6 de mar. de 1903
	Enc. do Vice-Consu- lado.....	Antonio Maria Ferreira...	Idem.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	Galdino Ferreira da Costa..	Petropolis.....	16 de jan. de 1903
	Enc. do Vice-Con- sulado.....	Geraldo Lopes dos Santos...	Piracicaba.....	
	Vice-Consul hono- rario.....	Domingos José Martins.....	Pirassinunga...	14 de out. de 1905
	Consul.....	Manuel d'Arriaga Brum da Silveira.....	Porto Alegre...	14 de ag. de 1912
	Idem.....	José Augusto Ribeiro de Mello.....	Recife.....	18 de out. de 1911
	Vice-Consul.....	Francisco Pinto.....	Idem.....	5 de nov. de 1913
	Chancellor.....	Agripino Rodrigues No- gueira Lima.....	Idem.....	

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Portugal.....	Vice-Consul.....	Lucrecio de Oliveira Leite..	Rio Grande.....	
	Consul Geral.....	Fernão Botto Machado....	Rio de Janeiro..	10 de abril de 1912
	Enc. do Consulado Geral.....	Carlos Sampaio Garrido....	Idem.....	
	Agente Consular interino.....	José Augusto de Albuquerque.....	Santa Luzia de Carangola....	
	Idem.....	Manoel Amorim Brenha....	Santa Rita do Paraizo.....	
	Vice-Consul honorario.....	Gregorio Teixeira de Araujo	Santa Victoria do Palmar....	6 de jul. de 1901
	Idem.....	Vasco Martins Morgado....	Santos.....	19 de abril de 1911
	Idem.....	Manoel Gomes de Mattos....	S. Carlos do Pinhal.....	10 de abril de 1935
	Idem.....	Joaquim José Gonçalves Maia.....	S. Fidelis.....	11 de jul. de 1903
	Agente Consular interino.....	Silvestre Pinto Caldeira....	S. João d'El-Rey	
	Consul honorario....	Manoel Fran Pacheco.....	S. Luiz.....	30 de set. de 1911
	Vice-Consul honorario.....	Francisco Martins de Freitas	Idem.....	31 de out. de 1912
	Consul.....	Francisco Pau'ino d'Oliveira	S. Paulo.....	31 de jul. de 1911
	Vice-Consul honorario.....	José Rodrigues Moreira....	S. Paulo de Muriahé.....	5 de fev. de 1906
	Agente Consular interino.....	Alfredo de Castro.....	Sorocaba.....	
	Vice-Consul honorario.....	Luiz Moreira da Silva.....	Taubaté.....	10 de out. de 1902
	Idem.....	Ricardo José Teixeira.....	Therezina.....	21 de jun. de 1881
	Idem.....	Manoel Evaristo Pessoa....	Victoria.....	14 de abril de 1896
Russia.....	Vice-Consul.....	Hans Carl Stoltenberg....	Bahia.....	13 de jan. de 1913
	Idem.....	José de Miranda Pombo....	Belém.....	25 de jan. de 1912
	Idem.....	Arthur Hass.....	Bello Horizonte..	24 de dez. de 1908
	Idem.....	Luiz Lara da Fontoura Palmeira.....	Porto Alegre....	23 de ag. de 1889
	Enc. do Vice-Consulado.....	Pedro Benjamin de Oliveira.	Idem.....	
	Vice-Consul.....	W. Gildemeister.....	Recife.....	15 de fev. de 1901
	Consul Geral.....	Conselheiro Sergio Golubinov.....	Rio de Janeiro..	13 de mar. de 1914
	Vice-Consul.....	Carlos Engelhardt.....	Rio Grande.....	19 de abril de 1911
	Vice-Consul honorario.....	Guilherme Santos.....	Santos.....	16 de jan. de 1913
	Vice-Consul.....	José Francisco Jorge.....	S. Luiz.....	27 de dez. de 1910

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Salvador.....	Consul Geral.....	Dr. Sixto A. Padilha.....	Rio de Janeiro..	19 de abril de 1911
	Enc. do Consulado Geral.....	Dr. Felix Locarni.....	Idem.....	
Suecia.....	Vice-Consul.....	John Diedrick Brussell.....	Bahia.....	25 de mar. de 1908
	Idem.....	Hermann Schiele.....	Belém.....	28 de mar. de 1908
	Idem.....	João Paetzel.....	Porto Alegre..	4 de jan. de 1908
	Vice-Consul interino	Klaus Pöschmann.....	Recife.....	
	Enc. do Vice-Consulado.....	Heidtmann.....	Rio Grande.....	
	Consul Geral.....	Johan Theodor Paues.....	Rio de Janeiro..	18 de mar. de 1914
	Vice-Consul.....	Roberto A. Sandall.....	Santos.....	11 de jan. de 1908
	Idem.....	Emilio José Lisboa.....	S. Luiz.....	3 de fev. de 1908
	Idem.....	Alberto Löfgren.....	S. Paulo.....	30 de jun. de 1911
Suissa.....	Consul.....	Emil Wilberger.....	Bahia.....	15 de fev. de 1906
	Idem.....	Frédéric Hartje.....	Belém.....	27 de maio de 1906
	Enc. do Consulado..	Carl Schumann.....	Manáos.....	27 de maio de 1913
	Consul.....	René Louis Hausheer.....	Recife.....	16 de nov. de 1911
	Idem.....	Fritz Luchsinger.....	Rio Grande.....	20 de mar. de 1913
	Vice-Consul.....	Rodolfo Dietiker.....	Idem.....	21 de ag. de 1902
	Consul Geral.....	Alberto Gertsch.....	Rio de Janeiro..	16 de jan. de 1908
	Enc. do Consulado..	Carl Schumann.....	S. Luiz.....	27 de maio de 1913
	Consul.....	Achilles Isella.....	S. Paulo.....	20 de mar. de 1913
	Enc. do Consulado..	Theophile Roh.....	Idem.....	
Turquia.....	Consul provisório..	Rinz Oullah Haddad Effendi.	Rio de Janeiro..	
	Consul Geral.....	Munir Sureya Bey.....	S. Paulo.....	30 de out. de 1910
	Enc. do Consulado Geral.....	George Bassila.....	Idem.....	
Uruguay.....	Vice-Consul.....	Erasmus Ribeiro Vianna....	Antonina.....	25 de jan. de 1905
	Consul.....	José de Barros Pimentel Filho.....	Aracajú.....	6 de abril de 1877
	Idem.....	Cassido Carrión.....	Bagé.....	26 de abril de 1884
	Vice-Consul.....	Augustin J. Fernandez.....	Idem.....	
	Consul.....	Antonio Petersen.....	Bahia.....	31 de jul. de 1913
	Idem.....	Antonio Leite Chemont.....	Belém.....	
	Vice-Consul.....	Fortunato Alves de Souza Junior.....	Idem.....	23 de out. de 1908
	Idem.....	Teobaldo Carámbula.....	D. Pedrito.....	9 de maio de 1907
	Consul.....	Juan M. Vallejo, hijo.....	Corumbá.....	31 de mar. de 1910
	Idem.....	D. Francisco Tezanos.....	Curityba.....	5 de nov. de 1913

CONTINUAÇÃO DO QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

PAIZES	EMPREGOS	NOMES	LOGARES ONDE RESIDEM	DATAS DO EXEQUATUR
Uruguay.....	Consul.....	Martinho José Callado e Silva.....	Florianopolis....	20 de nov. de 1912
	Consul.....	João Antonio Coelho.....	Fortaleza.....	31 de out. de 1876
	Enc. do Vice-Consulado.....	Hugo von Frankenberg Ludwigsdorff.....	Imbituba.....	
	Vice-Consul.....	Marcos Kondor.....	Itajahy.....	7 de ag. de 1912
	Consul.....	Rafael Alvarez.....	Jaguarão.....	14 de maio de 1904
	Consul.....	José Joaquim Rodrigues Martins.....	Manãos.....	28 de maio de 1913
	Consul.....	Federico Torres.....	Pelotas.....	21 de fev. de 1912
	Idem.....	Francisco Tezanos.....	Paranaguá.....	5 de nov. de 1913
	Consul Geral.....	Vicente M. Carrió.....	Porto Alegre.....	
	Vice-Consul.....	Carlos M. Schmitz.....	Porto Murinho.....	28 de jun. de 1911
	Idem.....	Antonio Serrano, hijo.....	Quarahy.....	29 de jul. de 1909
	Consul.....	Caetano Moscarelli.....	Recife.....	23 de out. de 1912
	Idem.....	Simon Alcina y Alvarez.....	Rio Grande.....	13 de jun. de 1898
	Enc. do Consulado.....	Edmundo P. da Silva.....	Idem.....	
	Consul Geral.....	Manuel Bernardez.....	Rio de Janeiro.....	17 de mar. de 1910
	Consul.....	D. Fernando Pareja.....	Idem.....	15 de out. de 1913
	Idem.....	Florencio Rivas.....	Sant'Anna do Livramento.....	
	Consul.....	Aurelio Susini y Nunes.....	Santa Victoria do Palmar.....	31 de maio de 1896
	Idem.....	José Rodrigues Milhomens, hijo.....	Santos.....	6 de maio de 1907
	Vice-Consul.....	José Antonio de Oliveira.....	São Francisco do Sul.....	20 de fev. de 1904
	Consul.....	Julio Nicolas Herrera.....	S. Gabriel.....	23 de ag. de 1911
	Consul interino.....	Joaquim Francisco Vinhas Junior.....	S. Luiz.....	
	Consul.....	José Rodrigues Milhomens.....	S. Paulo.....	13 de mar. de 1893
	Idem.....	Augustin Bergallo.....	Uruguayana.....	11 de abril de 1904
	Consul Geral.....	Fernando Roig Sole.....	Manãos.....	13 de nov. de 1912
Venezuela.....	Consul.....	Benedicto A. Bueno.....	Rio de Janeiro.....	7 de maio de 1913
	Idem.....	Prudente Xavier.....	Santos.....	25 de set. de 1912

2ª Secção da Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 31 de março de 1914.

O Director,

GREGORIO PECEGUEIRO DO AMARAL.

ANNEXO C

Leis, Decretos e Circulares

N. 1

LEIS

DECRETO N. 2.799 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1913

Approva os textos das convenções sobre abalroação e assistência marítima assignadas em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Artigo unico. São approvados os textos das convenções sobre abalroação e assistência marítima assignadas em Bruxellas a 23 de Setembro de 1910; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.812 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1913

Approva a Convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada nesta Capital a 7 de Maio de 1913, modificando, no arroio de S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo Tratado de 15 de Maio de 1852, e Accôrdo de 22 de Abril de 1853.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica approvada a Convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignada nesta Capital a 7 de Maio de 1913, modificando, no arroio S. Miguel, a fronteira estabelecida pelo Tratado de 15 de Maio de 1852, e Accôrdo de 22 de Abril de 1853; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.817 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1913

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª «Ajudas de custo», do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica autorizado o Presidente da Republica, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, a abrir um credito supplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª, «Ajudas de custo», do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de Janeiro de 1913; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1913, 92ª da Independencia e 25ª da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.827 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1913

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$ destinados á aquisição da bibliotheca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao Barão do Rio-Branco, e 150:000\$ para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$ destinados á aquisição da bibliotheca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao Barão do Rio-Branco, e 150:000\$ para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de Dezembro de 1913, 92ª da Independencia e 25ª da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.834 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1913

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito de 650:000\$, suplementar á verba 4ª — Comissões de limites — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito de 650:000\$, suplementar á verba 4ª — Comissões de limites — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de Janeiro de 1913; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de Dezembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.838 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1913

Approva o Convenio Especial assignado, em 15 de Maio de 1913, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Republica Oriental do Uruguay, estabelecendo o trafego mutuo internacional das linhas ferreas, entre a cidade de Sant'Anna do Livramento, em territorio brasileiro, e a de Rivera, em territorio uruguayo, bem como das linhas accessorias que partam daquellas cidades

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo 1.º São approvados os textos do Convenio Especial assignado, em 15 de Maio de 1913, entre os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Republica Oriental do Uruguay, estabelecendo o trafego mutuo internacional das linhas ferreas, entre a cidade de Sant'Anna do Livramento, em territorio brasileiro, e a de Rivera, em territorio uruguayo, bem como das linhas accessorias que partam daquellas cidades.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de Dezembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 2.843 — DE 7 DE JANEIRO DE 1914

Autoriza a elevar á categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a elevar á categoria de Embaixada a Legação de Portugal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

N. 2

DECRETOS

DECRETO N. 10.231 — DE 28 DE MAIO DE 1913

Publica a adhesão do Principado de Monaco ao Accôrdo assignado em Roma em 9 de Dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Principado de Monaco ao Accôrdo assignado em Roma em 9 de Dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, conforme communicou á Legação de Italia ao Ministerio das Relações Exteriores em nota de 12 de Março ultimo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

Traducção — Real Legação de Italia no Brasil — N. 424|20. Petropolis, 12 de Março de 1913.

Senhor Ministro — Em additamento ás minhas precedentes communicações sobre o assumpto, tenho a honra de participar

a V. Ex. que a Legação de Monaco em Roma, em nota de 27 de Janeiro ultimo, notificou a adhesão do Principado ao Accôrdo Internacional assignado em Roma a 9 de Dezembro de 1907 para a criação de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica e a sua inscripção na sexta categoria.

Aproveito o ensejo para lhe renovar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.— *Romano Avezzano*.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 10.244 — DE 28 DE MAIO DE 1913

Promulga a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Dominicana, assignada em Washington a 29 de Abril de 1910.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.399, de 31 de Dezembro de 1910, a Resolução do Congresso Nacional, da mesma data, que approvou a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Dominicana, assignada em Washington, aos vinte e nove dias do mez de Abril de mil novecentos e dez, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na mesma cidade aos trinta e um dias do mez de Margo de mil novecentos e treze,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA.

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica Dominicana, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Washington, aos vinte e nove dias do

mez de Abril de mil novecentos e dez, a Convenção de Arbitramento do teôr seguinte:

**Convenção de Arbitramento
entre os Estados Unidos do
Brasil e a Republica Domi-
nicana.**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica Dominicana, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento de accôrdo com os principios enunciados nos artigos XV a XIX e XXI da Convenção para o concerto pacifico dos conflictos internacionaes ajustada na Haya, aos 29 de Julho de 1899, e nos artigos XXXVII a XL e XLII da que, com o mesmo objecto, foi tambem assignada na Haya, aos 18 de Outubro de 1907, nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Rinaldo de Lima e Silva, Encarregado de Negocios nos Estados Unidos da America; e

O Presidente da Republica Dominicana, o Senhor Emilio C. Joubert, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos da America;

Os quaes, devidamente autorisados, convieram nos seguintes artigos:

**Convenio de Arbitraje entre
la Republica Dominicana y
los Estados Unidos del
Brasil.**

El Presidente de la República Dominicana y el Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, deseando concluir un Convenio de Arbitraje en conformidad con los principios enunciados en los artículos XV á XIX y XXI del Convenio para el arreglo pacifico de los conflictos internacionales ajustado en la Haya el 29 de Julio de 1899, y en los artículos XXXVII á XL y XLII del que, con el mismo objeto, fué tambien firmado en la Haya el 18 de Octubre de 1907, han nombrado por sus Plenipotenciarios, á saber:

El Presidente de la República Dominicana, al Señor Emilio C. Joubert, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos de América; y

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil, al Señor Rinaldo de Lima e Silva, Encargado de Negocios en los Estados Unidos de América;

Los cuales, debidamente autorisados, han convenido en los artículos siguientes:

ARTIGO I.

Os desaccôrdos que occorrerem entre as duas Altas

ARTICULO

Las diferencias que occurrerem entre las dos Altas

Partes Contractantes sobre questões de caracter juridico ou relativas á interpretação de tratados em vigor, existentes ou que venham a existir entre ellas, e que não tenham podido resolver-se por via diplomatica, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento instituido na Haya em virtude da Convenção de 29 de Julho de 1899, comtanto, porém, que as referidas questões não entendam com os interesses vitaes, a independencia ou a honra de um ou outro dos Estados Contractantes e não collidam com interêsses de outro Estado; ficando, além disso, assentado que, se uma das duas Partes o preferir, qualquer arbitramento motivado pelas questões a que se refere a presente Convenção se realizará perante um Chefe de Estado ou um Governo amigo, ou perante um ou mais Arbitros sem limitação aos que fazem parte das listas do precitado Tribunal Permanente da Haya.

ARTIGO II.

Em cada caso particular, antes de recorrerem a algum Arbitro singular, ao Tribunal Permanente da Haya ou a outros Arbitros, as duas Altas Partes Contractantes assignarão um compromisso especial que claramente determine a materia do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou Ar-

Partes Contractantes sobre cuestiones de carácter juridico ó relativas á la interpretación de tratados en vigor, existentes ó que puedan existir entre ambas y que no haya sido posible arreglar por la via diplomática, serán sometidas al Tribunal Permanente de Arbitraje establecido en la Haya en virtud del Convenio de 29 de Julio de 1899, siempre que y con tal que dichas cuestiones no afecten á los intereses vitales, la independencia ó la honra de los Estados Contratantes y que no atañen á los intereses de otro Estado; quedando, además, entendido que, si una de las dos Partes lo prefiere, el arbitraje motivado por las cuestiones á que se refiere el presente Convenio se realizará ante um Jefe de Estado ó un Gobierno amigo ó ante uno ó más Arbitros sin limitación á los que forman parte de las listas del precitado Tribunal Permanente de la Haya.

ARTICULO II.

En cada caso particular, antes de apelar á algum Arbitro singular, al Tribunal Permanente de la Haya ó á otros Arbitros, las dos Altas Partes Contratantes firmarán un compromiso especial que determine claramente la materia del litigio, el alcance de los poderes del Arbitro ó Ar-

bitros e as condições que hãjam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do Tribunal ou a escolha do Arbitro ou Arbitros, assim como aos tramites do processo arbitral.

Os ditos compromissos espeziaes ficarão submettidos, nos dous paizes, ás formalidades exigidas pelas leis constitucionaes de cada um.

ARTIGO III.

A presente Convenção é concluida para um periodo de cinco annos contados do dia da troca das ratificações. Se não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento desse prazo, continuará em vigor durante um novo periodo de cinco annos, e assim successivamente.

ARTIGO IV.

Preenchidas as formalidades exigidas pelas leis constitucionaes em cada um dos dous paizes, será esta Convenção ratificada e as ratificações trocadas na cidade de Washington no mais breve prazo possivel.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dous exemplares, cada um em lingua portugueza e hespanhola, appondo nelles os nossos sellos,

bitros y las condiciones que hayan de ser observadas en lo tocante á los plazos para la constitución del Tribunal, á la elección del Arbitro ó Arbitros, así como á los trámites del procedimiento arbitral.

Dichos compromisos espeziales quedarán sometidos, en los dos paises, á las formalidades requeridas por las leyes constitucionales de cada uno.

ARTICULO III.

Se concluye el presente Convenio por un periodo de cinco años a contar desde el dia del canje de las ratificaciones. Si no fuere denunciado seis mezes antes de la terminación de ese plazo, continuará en vigor por un nuevo periodo de cinco años, y así sucesivamente.

ARTICULO IV.

Cumplidas las formalidades exigidas por las leyes constitucionales en cada uno de los dos paises, el presente Convenio será ratificado, y las ratificaciones se canjearán en la ciudad de Washington tan pronto como sea posible.

En fé de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente instrumento, por duplicado, en lengua española y portugueza, estampando en cada ejemplar nuestros sellos,

em Washington, aos vinte e en Washington, el dia veinte
nove dias do mez de Abril de y nueve del mes de Abril de
mil novecentos e dez. mil novecientos diez.

(L. S.) R. DE LIMA E SILVA.

(L. S.) EMILIO C. JOUBERT.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos tres dias do mez de Fevereiro de 1911, 90° da Independencia e 23° da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 10.245 — DE 28 DE MAIO DE 1913

Promulga a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e Republica do Haiti, assignada em Washington a 25 de Abril de 1910

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo sancionado pelo Decreto n. 2.399, de 31 de Dezembro de 1910, a Resolução do Congresso Nacional, da mesma data, que approvou a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Haiti, assignada em Washington aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil novecentos e dez, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na mesma cidade aos vinte e um dias do mez de Novembro de mil novecentos e doze,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA.

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica de Haïti, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de Washington, aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil novecentos e dez, a Convenção de Arbitramento do teor seguinte:

Convenção de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica de Haiti.	Convention d'Arbitrage entre la République d'Haiti et les Etats Unis du Brésil.
--	--

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica de Haiti, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento, em conformidade com os principios enunciados nos artigos XV a XIX e XXI da Convenção para o concerto pacifico dos conflictos internacionais assignada na Haya, aos 29 de Julho de 1899, e nos artigos XXXVII a XL e XLII da que, com o mesmo objecto, foi tambem assignada na Haya aos 18 de Outubro de 1907, nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Rinaldo de Lima e Silva, Encarregado de Negocios em Washington; e

O Presidente da Republica de Haiti, o Senhor H. Pauléus Sannon, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Washington;

Os quaes, devidamente autorisados, convieram nos artigos seguintes:

Le Président de la République d'Haiti et le Président de la République des Etats Unis du Brésil, désirant conclure une Convention d'Arbitrage en application des principes énoncés dans les articles XV à XIX et XXI de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, signée à la Haye, le 29 Juillet 1899, et des articles XXXVII à XL et XLII de la Convention signée à la même ville de la Haye, le 18 Octobre 1907, ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Le Président de la République d'Haiti, Monsieur H. Pauléus Sannon, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Washington;

Le Président des Etats Unis du Brésil, Monsieur Rinaldo de Lima e Silva, Chargé d'Affaires à Washington;

Lesquels, dûment autorisés, sont convenus des articles suivants:

ARTIGO I.

ARTICLE I.

Os desacórdos de ordem jurídica ou relativos á interpretação de tratados existentes entre as duas Altas Partes Contractantes, que occurram entre ellas e não tenham podido resolver-se por via diplomática, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento instituido na Haya em virtude da Convenção de 29 de Julho de 1899, comtanto, porém, que não entendam com os interesses vitaes, a independencia ou a honra dos Estados Contractantes e não collidam com interesses de outra Potencia ; e ficando, além disso, assentado que, si uma das duas Partes o preferir, qualquer arbitramento resultante da presente Convenção será deferido a um Chefe de Estado, a um Governo amigo ou a um ou mais Arbitros escolhidos fóra das listas do Tribunal da Haya.

Les différends d'ordre juridique ou relatifs à l'interprétation des traités existant entre les deux Hautes Parties Contractantes qui viendraient à se produire entre elles, et qui n'auraient pu être réglées par la voie diplomatique, seront soumis à la Cour Permanente d'Arbitrage établie par la Convention du 29 Juillet 1899, à La Haye, à la condition, toutefois, qu'ils ne mettent en cause ni les intérêts vitaux, ni l'indépendance ou l'honneur des Etats Contractants et qu'ils ne touchent pas aux intérêts de tierces Puissances, étant, en outre, entendu que, si l'une des deux Parties Contractantes le préfère, tout arbitrage résultant de la présente Convention sera soumis à un Chef d'Etat, à un Gouvernement ami, ou à un ou plusieurs Arbitres choisis en dehors des listes du Tribunal de La Haye.

ARTIGO II.

ARTICLE II.

Em cada caso particular, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente da Haya, a outros Arbitros ou a um só Arbitro, as Altas Partes Contractantes firmarão um compromisso especial determinando claramente o objecto do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou Arbitros e as condições que hajam de ser observadas no tocante aos prazos para a constituição do

Dans chaque cas particulier, les Hautes Parties Contractantes avant de s'adresser à la Cour Permanente de La Haye, à d'autres Arbitres ou à un seul Arbitre, signeront un compromis spécial déterminant nettement l'objet du litige, l'étendue des pouvoirs de l'Arbitre ou des Arbitres, et les conditions à observer en ce qui concerne les délais pour la constitution du Tribunal

Tribunal Arbitral ou para a escolha do Arbitro ou Arbitros, assim como aos tramites do processo.

Esses compromissos especiais ficarão sujeitos, nos dois paizes, ás formalidades exigidas pelas leis constitucionaes.

Arbitral ou le choix de l'Arbitre ou des Arbitres, ainsi que les règles de la procédure.

Ces compromis spéciaux seront soumis, dans les deux pays, aux formalités requises par les lois constitutionnelles.

ARTIGO III.

A presente Convenção vigorará por espaço de cinco annos contados do dia da troca das ratificações. Si não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento, continuará em vigor durante um novo periodo de cinco annos e assim successivamente.

ARTICLE III.

La présente Convention est conclue pour une durée de cinq années à partir du jour de l'échange des ratifications. Si elle n'est pas dénoncée six mois avant l'expiration de ce terme, elle continuera à rester en vigueur pendant une nouvelle période de cinq années, et il en sera de même successivement.

ARTIGO IV.

Preenchidas as formalidades legais nos dois paizes, será a presente Convenção ratificada e as ratificações trocadas em Washington no mais breve prazo possível.

ARTICLE IV.

La présente Convention sera ratifiée après l'accomplissement des formalités légales dans les deux pays, et les ratifications en seront échangées à Washington aussitôt que faire se pourra.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e franceza, appondo nelles os nossos sellos, em Washington, aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil novecentos e dez.

En foi de quoi, nous, les Plénipotentiaires ci-dessus nommés, nous signons le présent instrument en deux exemplaires, chacun en langues française et portugaise, et y apposons nos cachets à Washington, le vingt-cinq du mois d'Avril mil neuf cent dix.

(L. S.) R. DE LIMA E SILVA.

(L. S.) H. PAULÉUS SANNON.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e

ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos quinze dias do mez de Março de 1911, 90º da Independencia e 23º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 10.263 — DE 12 DE JUNHO DE 1913

Crêa um Consulado em Florença

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de Novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Florença, com jurisdicção na respectiva provincia.

Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira,

DECRETO N. 10.333 — DE 16 DE JULHO DE 1913

Crêa um Consulado em Pisa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de Novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Pisa, no Reino da Italia.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

DECRETO N. 10.354 — DE 23 DE JULHO DE 1913

Crêa um Consulado em Tripoli

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Usando da autorização concedida pelo art. 3º da lei
n. 322, de 8 de Novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Tripoli, com
jurisdição na Tripolitania e Cyrenaica.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1913, 92º da Independencia
e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

DECRETO N. 10.355 — DE 23 DE JULHO DE 1913

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos, assignado no Rio
de Janeiro entre o Brasil e os Estados Unidos da America em 14 de Maio
de 1897 e os Protocollos a elle annexos, de 28 de Maio de 1898 e 29 de
Maio de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
faz publico que deixam de vigorar, a partir de hoje, o Tratado
de Extradicação de criminosos, assignado no Rio de Janeiro entre
o Brasil e os Estados Unidos da America em 14 de Maio de
1897 e os Protocollos a elle annexos, de 28 de Maio de 1898 e 29
de Maio de 1901.

Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1913, 92º da Independencia
e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

DECRETO N. 10.370 — DE 30 DE JULHO DE 1913

Manda adoptar uniformes especiaes para o Corpo Consular

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado das Rela-
ções Exteriores, sobre a conveniencia de se dotar o Corpo Con-
sular de uniformes especiaes, substituindo os da Marinha de
Guerra, actualmente em uso, resolve:

Art. 1.º Ficam adoptados os modelos annexos para os
uniformes do Corpo Consular.

Art. 2.º Esses uniformes serão de panno verde escuro e bordados a prata, devendo ser usados abotoados, com luvas de pellica branca e botinas de verniz.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

DECRETO N. 10.371 — DE 30 DE JULHO DE 1913

Promulga o Tratado de Arbitramento Geral entre o Brasil e a Bolivia assignado em Petropolis a 25 de Junho de 1909

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.396 de 31 de Dezembro de 1910 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data, que approvou o Tratado de Arbitramento Geral entre o Brasil e a Bolivia concluido e assignado na cidade de Petropolis aos vinte e cinco dias do mez de Junho de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade de La Paz no dia dez de Maio de mil novecentos e doze,

Decreta que o mesmo Tratado seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA,

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Fago saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica de Bolivia, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluido e assignado na cidade de Petropolis, aos vinte e cinco dias do mez de Junho de mil novecentos e nove, o Tratado de Arbitramento do teor seguinte:

Tratado de Arbitramento en- Tratado de Arbitraje entre
tre os Estados Unidos do Bolivia y los Estados Unidos
Brasil e a Bolivia del Brasil

O Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Republica de Bolivia, querendo firmar sobre El Gobierno de la República de Bolivia y el Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil, que-

bases permanentes as relações de antiga amizade e boa vizinhança que felizmente existem entre os dois paizes, deliberaram celebrar um Tratado de Arbitramento Geral, e, para esse fim, nomearam Plenipotenciarios, a saber:

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado das Relações Exteriores da mesma Republica; e

O Governo da Republica de Bolivia, o Senhor Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Brasil;

Os quaes, devidamente autorizados, concordaram nos artigos seguintes:

ARTIGO I

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a submeter a arbitramento os desacordos que surjam entre ellas e que não tenham podido ser resolvido por negociações directas ou por algum dos outros meios de resolver amigavelmente litigios internacionaes, comtanto que taes desacordos não versem sobre questões que entendam com os interesses vitaes, a integridade territorial, a independencia ou a soberania e a honra de um dos dois Estados.

ARTICULO II

Não serão renovadas, em virtude deste Tratado, as

riendo afirmar sobre bases permanentes, las relaciones de antigua amistad y buena vecindad, que felizmente existen entre los dos países, resolvieron celebrar un Tratado de Arbitraje General, y, para ese fin, nombraron Plenipotenciarios, á saber:

El Gobierno de la Republica de Bolivia, al Señor Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil; y

El Gobierno de los Estados Unidos del Brasil, al Señor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, Ministro de Estado de las Relaciones Exteriores de la misma Republica.

Los cuales, debidamente autorizados, concordaron en los articulos siguientes:

ARTICULO I

Las Altas Partes Contratantes se obligan á someter á arbitraje, las diferencias que surjan entre ellas y que no hayan podido ser resueltas por negociaciones directas ó por alguno de los otros medios de resolver amigablemente litigios internacionales, con tal que dichas diferencias no versen sobre cuestiones que afecten los intereses vitales, la integridad territorial, la independencia ó la soberania y la honra de uno de los dos Estados.

ARTICULO II

No serán renovadas, en virtud de este Tratado, las

questões findas que hajam sido objecto de accordos definitivos entre as duas Partes, só podendo ser submettidas a arbitramento as questões sobre a intelligencia e execução dos mesmos.

ARTIGO III

Em cada caso occorrente, as Altas Partes Contractantes assignarão um Compromisso especial.

Fica entendido que os ditos Compromissos especiaes serão, em cada uma das duas Republicas, ratificados pelo Presidente, mediante a approvação dos mesmos pelo Congresso Nacional.

ARTICULO IV

Os pontos compromettidos serão fixados com a devida clareza pelas Altas Partes Contractantes, que deverão tambem determinar a amplitude dos poderes do Arbitro ou Arbitros e as formalidades do processo.

ARTIGO V

Na falta de estipulações especiaes entre as Partes, pertencerá ao Arbitro ou Arbitros designar a época e o lugar das sessões, escolher o idioma que se deverá empregar, determinar os methodos de instracção, as formalidades e prazos a que as Partes se devam sujeitar, o processo a seguir, e, em geral, tomar todas as medidas necessarias para exercer as suas funções e resolver todas as difficulda-

cuestiones terminadas que hayan sido objeto de acuerdos definitivos entre las Partes, pudiendo solo ser sometidas á arbitraje las cuestiones sobre inteligencia ó ejecución de los mismos.

ARTICULO IV

Em cada caso occorrente, las Altas Partes Contratantes firmarán un Compromiso especial.

Queda entendido que dichos Compromisos especiales serán, en cada una de las dos Republicas, ratificados por el Presidente, prévia la aprobación de los mismos por el Congreso Nacional.

ARTIGO IV

Los puntos compromettidos serán fijados con la debida claridad por las Altas Partes Contratantes, que deberán, tambien, determinar la amplitud de los poderes del Arbitro ó Arbitros, y las formalidades del procedimiento.

ARTICULO V

A falta de estipulación especial entre las Partes pertenecerá al Arbitro ó Arbitros, designar la época y el lugar de las sesiones, elegir el idioma que se deberá emplear, determinar los métodos de instrucción, las formalidades y plazos á que las Partes se deban sujetar, el procedimiento á seguir y, en general, tomar todas las medidas necessarias para ejercer sus funciones y resolver to-

des que possam surgir no decurso da discussão.

Os dois Governos se obrigam a pôr à disposição do Arbitro ou Arbitros todos os meios de informação que de si dependam.

ARTIGO VI

A designação do Arbitro ou Arbitros será feita no Compromisso especial ou em instrumento separado, depois que o eleito ou eleitos declarem aceitar a missão.

ARTIGO VII

Se ficar assentado que a questão seja submettida a um Tribunal Arbitral, cada uma das Altas Partes Contractantes proporá um Arbitro, cuja nomeação só será definitiva com a annuência da outra, e as duas tratarão de se entender sobre a eleição do terceiro, que será, de direito, Presidente do Tribunal.

No caso de desacordo sobre a eleição do Terceiro Arbitro, os dois Governos pedirão ao Presidente da Confederação Suíça que faça a nomeação do Presidente do Tribunal.

ARTIGO VIII

Cada uma das Partes poderá constituir um ou mais representantes que defendam a sua causa perante o Arbitro ou o Tribunal Arbitral.

das las dificultades que pueden surgir en el correr de la discusión.

Los dos Gobiernos se obligan a poner à disposición del Arbitro ó Arbitros todos los medios de información que de si dependan.

ARTICULO VI

La designación del Arbitro ó Arbitros será hecha en el Compromiso especial ó en instrumento separado, después que el electo ó los electos declaren aceptar la misión.

ARTICULO VII

Si quedara establecido que la cuestión sea sometida á un Tribunal Arbitral, cada una de las Altas Partes Contratantes propondrá un Arbitro cuyo nombramiento solo será definitivo con la anuencia de la otra, y los dos tratarán de entenderse sobre la elección de un tercero, que será, de derecho, Presidente del Tribunal.

En el caso de desacuerdo sobre la elección del Tercero Arbitro, los dos Gobiernos pedirán al Presidente de la Confederación Suíza que haga el nombramiento del Presidente del Tribunal.

ARTICULO VIII

Cada una de las Partes podrá constituir uno ó más representantes que defiendan su causa ante el Arbitro ó el Tribunal Arbitral.

ARTIGO IX

O Arbitro, ou o Tribunal Arbitral, é competente para decidir sobre a validade do Compromisso e a interpretação do mesmo. Consequentemente, também o é para resolver as controversias entre os Compromittentes sobre se certas questões que se suscitam constituem ou não matéria submettida á jurisdição arbitral nos termos do Compromisso.

O Tribunal Arbitral tem competência para resolver sobre a regularidade da sua própria constituição.

ARTIGO X

O Arbitro ou o Tribunal Arbitral deverá decidir segundo os principios do Direito Internacional, segundo as regras especiaes que as duas Partes tenham estabelecido, ou *ex aequo et bono*, conforme os poderes que lhe tenham sido conferidos no Compromisso.

ARTIGO XI

As deliberações em Tribunal serão tomadas com a presença dos tres arbitros e por unanimidade ou maioria de votos.

O voto concorde dos dois arbitros primeiramente escolhidos resolverá a questão ou as questões submettidas ao Tribunal. Havendo divergencia entre os dois, o Presidente, ou Terceiro Arbitro, adoptará

ARTICULO IX

El Arbitro ó el Tribunal Arbitral es competente para decidir sobre la validez del Compromiso y la interpretación del mismo. Consiguientemente, tambien lo es para resolver las controversias entre los Contratantes, sobre si ciertas cuestiones que se susciten constituyen ó no materia sometida á la jurisdicción arbitral en los términos del Compromiso.

El Tribunal Arbitral tiene competencia para resolver sobre la regularidad de su propia constitución.

ARTICULO X

El Arbitro ó Tribunal Arbitral deberá decidir según los principios del Derecho Internacional, según las reglas especiales que las dos Partes hayan establecido, ó *ex aequo et bono*, conforme à los poderes que le hayan sido conferidos en el Compromiso.

ARTICULO XI

Las deliberaciones en el Tribunal serán tomadas con la presencia de los tres Arbitros y por unanimidad ó mayoría de votos.

El voto concorde de los dos Arbitros primeramente elegidos resolverá la cuestión ó las cuestiones sometidas al Tribunal. Habiendo divergencia entre los dos, el Presidente, ó Arbitro tercero, adoptará uno

um dos votos ou dará o seu proprio, que será o decisivo.

Faltando um dos Arbitros, será a sessão adiada até que possa comparecer o que por justo motivo estiver ausente. Se, porém, depois de devidamente citado, o ausente, sem justo motivo, não quizer tomar parte nas deliberações ou em outros actos do processo, poderá o Tribunal funcionar com os dois presentes, fazendo-se constar na acta a ausencia voluntaria e injustificada do outro.

ARTIGO XII

A sentença deverá decidir definitivamente todos os pontos em litigio e será lavrada em dois exemplares, assignados pelo Arbitro unico ou pelos tres membros do Tribunal Arbitral. Se algum destes recusar subscrevel-a, os outros dois farão constar isso em acta especial por elles firmada.

As sentenças serão ou não fundamentadas conforme ficar estabelecido em cada Compromisso especial.

ARTIGO XIII

A sentença deverá ser notificada pelo Arbitro ou pelo Tribunal Arbitral ao representante de cada uma das duas Partes.

ARTIGO XIV

A sentença legalmente proferida decide, nos limites do

de los dos votos, ó dará el suyo proprio, que será el decisivo.

Faltando uno de los Arbitros, será la sesión suspendida hasta que pueda comparecer él que por justo motivo estuviera ausente. Si, sin embargo, después de debidamente citado, el ausente, sin justo motivo, no quisiera tomar parte en las deliberaciones, ó en otros actos del procedimiento, podrá el Tribunal funcionar con los dos presentes, haciéndose constar en acta la ausencia voluntaria y injustificada del otro.

ARTICULO XII

La sentencia deberá decidir definitivamente todos los puntos en litigio, y será labrada en dos ejemplares firmados por el Arbitro único, ó por los tres miembros del Tribunal Arbitral. Si alguno de estos rehusara suscribirla, los otros dos lo harán constar asi en acta especial, firmada por ellos.

Las sentencias serán ó no fundadas conforme quedare establecido en cada Compromiso especial.

ARTICULO XIII

La sentencia deberá ser notificada por el Arbitro ó por el Tribunal Arbitral al representante da cada una de las dos Partes.

ARTICULO XIV

La sentença legalmente pronunciada decide, en los

seu alcance, o litigio entre as Partes. Ella indicará o prazo dentro do qual deva ser executada.

ARTIGO XV

Cada um dos Estados Contractantes obriga-se a observar e cumprir lealmente a sentença arbitral.

ARTIGO XVI

As questões que se suscitarem sobre a execução da sentença serão resolvidas por arbitramento e, sempre que seja possível, pelo mesmo Arbitro que a houver proferido.

ARTIGO XVII

Se, antes de terminada a execução da sentença, alguma das duas Partes interessadas tiver conhecimento da falsidade ou adulteração de qualquer documento que tenha servido de base á sentença, ou verificar que está, no todo ou em parte, foi motivada por um erro de facto, poderá interpor recurso de revisão perante o mesmo Arbitro ou Tribunal.

ARTIGO XVIII

Cada uma das Partes supportará as despesas que fizer com a sua representação e defesa e pagará a metade das despesas geraes do arbitramento.

ARTIGO XIX

Fica entendido que as excepções estabelecidas na se-

lmites de su alcance, el litigio entre las Partes. Ella indicará el plazo dentro del cual deba ser ejecutada.

ARTICULO XV

Cada uno de los Estados Contratantes se obliga á observar y cumplir lealmente la sentencia arbitral.

ARTICULO XVI

Las cuestiones que se susciten sobre la ejecución de la sentencia serán resueltas por arbitraje y, siempre que sea possible, por el mismo Arbitro que la hubiere pronunciado.

ARTICULO XVII

Si, antes de terminada la ejecución de la sentencia, alguna de las dos Partes interesadas tuviera conocimiento de la falsedad ó adulteración de cualquier documento que haya servido de base á la sentencia, ó verificara que está, en el todo ó en una parte, fué motivada por un error de hecho, podrá interponer recurso de revisión para ante el mismo Arbitro ó Tribunal.

ARTICULO XVIII

Cada una de las Partes soportará los gastos que hiciera con su representación y defensa, y pagará la mitad de los gastos generales del arbitraje.

ARTICULO XIX

Queda entendido que las excepciones establecidas en la

gunda parte do artigo I do presente Tratado em nada attingem o disposto no segundo paragrapho do artigo IV do Tratado de Petropolis, de 17 de novembro de 1903, e no artigo IX do mesmo Tratado, estipulações essas que continuarão em inteiro vigor.

ARTIGO XX

Depois de approvado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Republicas, será este Tratado ratificado pelos respectivos Governos e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de La Paz no mais breve prazo possivel.

ARTIGO XXI

O presente Tratado vigorará por dez annos, contados do dia em que forem trocadas as ratificações. Se não fôr denunciado seis mezes antes do vencimento do prazo, será renovado por outro periodo de dez annos e assim successivamente.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, cada um nas linguas portugueza e castelhana, appondo nelles os nossos sellos.

Feito na cidade de Petropolis, aos vinte e cinco dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e nove.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) CLAUDIO PINILLA.

segunda parte del articulo I del presente Tratado no tienen atingencia alguna con lo dispuesto en el segundo inciso del articulo IV del Tratado de Petropolis, de 17 de noviembre de 1903 y con el articulo IX del mismo Tratado, estipulaciones que continuarán en entero vigor.

ARTICULO XX

Después de aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será este Tratado ratificado por los respectivos Gobiernos, y las ratificaciones seran canjeadas en la ciudad de La Paz ó en la de Rio de Janeiro, en el más breve plazo posible.

ARTICULO XXI

El presente Tratado regirá por diez años, contados desde el dia en que fueren canjeadas las ratificaciones. Si no fuera denunciado seis mezes antes del vencimiento del plazo, será renovado por otro periodo de diez años, y así sucesivamente.

En fé de lo cual, nosotros, los Plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente instrumento en dos ejemplares, cada uno en las lenguas castellana y portuguesa, sellándolos con nuestros sellos.

Hecho en la ciudad de Petropolis, á los veinte cinco dias del mes de Junio del año mil novecientos nueve.

(L. S.) CLAUDIO PINILLA.

(L. S.) RIO-BRANCO.

E tendo sido o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos trez dias do mez de Fevereiro de 1914, 90° da Independencia e 23° da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 10.372 — DE 30 DE JULHO DE 1913

Promulga a Convenção de Arbitramento Geral entre o Brasil e a Italia assignada no Rio de Janeiro a 22 de Setembro de 1911

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.581, de 17 de Junho de 1912, a Resolução do Congresso Nacional de 7 do mesmo mez e anno, que approvou a Convenção de Arbitramento Geral entre o Brasil e a Italia, assignada na cidade do Rio de Janeiro aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na mesma cidade do Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do corrente mez de Julho,

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contem.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA.

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre o Brasil e a Italia, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade do Rio de Janeiro,

aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, a Convenção de Arbitramento do teor seguinte:

**Convenção de arbitramento
geral entre a Italia e os Es-
tados Unidos do Brasil**

**Convenzione de Arbitrato ge-
nerale fra l'Italia e gli Stati
Uniti del Brasile**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e Sua Majestade o Rei de Italia, desejando que tenham sempre solução amigavel os desacordos que possam surgir entre os dois paizes, resolveram concluir uma Convenção de Arbitramento geral, e para esse fim nomearam os seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Maestá il Re d'Italia e il Presidente della Republica degli Stati Uniti del Brasile, desiderando che abbiano sempre una soluzione amichevole le controversie che potranno sorgere fra i due paesi, hanno stabilito di concludere a questo fine una Convenzione di Arbitrato generale, ed hanno perciò nominato a loro Plenipotenziari:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, seu Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Sua Maestá il Re d'Italia, il Signor Barone Camillo Romano Avezana, suo Inviato Straordinario e Ministro Plenipotenziario presso gli Stati Uniti del Brasile;

Sua Majestade o Rei de Italia, o Senhor Barão Camillo Romano Avezana, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos do Brasil;

Il Presidente degli Stati Uniti del Brasile, il Signor José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco, suo Ministro di Stato per le Relazioni Esteri;

Os quaes, devidamente autorizados convieram nos artigos seguintes:

I quali, debitamente autorizzati, hanno convenuto negli articoli seguenti:

ARTIGO I

ARTICOLO I

Os desacordos de qualquer natureza que vierem a surgir entre as Altas Partes Contratantes e que não tenham podido resolver-se por via diplomática, serão submettidos a um Governo amigo, á Corte permanente de arbitramento instituida na Haya pela Convenção de 27 de Julho de

Le controversie di qualunque nature che potessero sorgere fra le Alte Parti Contraenti, e che non abbiano potuto essere risolte per le vie diplomatiche, saranno sottoposte ad un Governo amico, alla Corte permanente di arbitrato instituita all'Aja dalla Convenzione del 27 Luglio

1899, ou a um ou mais arbitros, escolhidos de commun accordo, pelas Altas Partes Contractantes, fóra das listas dos membros da citada Côte permanente, contanto, porém, que taes questões não entendam com a independencia, os preceitos constitucionaes de um ou outro dos Estados, e não collidam com os interesses de outra Potencia.

ARTIGO II

A cada uma das Altas Partes Contractantes cabe decidir se o desaccordo entende ou não com a sua independencia, ou os preceitos da sua Constituição.

Entretanto, apreciando as vantagens do arbitramento internacional, as Altas Partes Contractantes concordam em não se prevalecer desse direito de apreciação para restringir o alcance das disposições do artigo precedente, e affirmam o proposito em que se acham de dar ao dito artigo a interpretação mais larga possível.

Em qualquer caso, serão submettidas a juizo arbitral as seguintes controversias:

1.º As relativas á interpretação e á applicação de um venções concluidas ou das que se concluirem entre as Partes Contractantes.

2.º As relativas á interpretação e á applicação de um principio de direito internacional.

A questão de saber se a controversia constitue ou não

1899, o ad uno o piú arbitri scelti di comune accordo dalle Alte Parti Contraenti fuori della lista dei membri della predetta Corte permanente, fatta eccezione però per le questioni attinenti alla indipendenza o alle disposizioni costituzionali dall'uno e dell'altro Stato, o che collidano con gli interessi di un'altra Potenza.

ARTICOLO II

A ciascuna delle Alte Parti Contraenti spetta di decidere se la controversia involga o no la sua indipendenza, o le disposizioni della propria Costituzione.

Le Alte Parti Contraenti però apprezzando i vantaggi dell'arbitrato internazionale, convengono di non prevalersi di questo diritto di apprezzamento per restringere la portata delle disposizioni dell'articolo precedente ed affermano il loro proposito di dare al predetto articolo la piú larga possibile interpretazione.

Saranno in ogni caso sottoposte al giudizio arbitrale le controversie seguenti:

1.º Quelle relative alla interpretazione ed alla applicazione delle convenzioni concluse o da conchiudere tra le Parti Contraenti.

2.º Quelle relative alla interpretazione ed alla applicazione di un principio di diritto internazionale.

La questione se una data controversia costituisca o no

uma das previstas nos precedentes numeros 1º e 2º, ficará igualmente sujeita a arbitramento.

una di quelle prevedute nei precedenti numeri 1º e 2º, sarà, del pari, sottoposta all'arbitrato.

ARTIGO III

A presente Convenção poderá também ser applicada ás contestações que se levantarem oriundas de factos anteriores á sua conclusão, mas não poderão ser renovadas as questões findas que hajam sido objecto de accordo definitivo entre as Partes.

ARTICOLO III

La presente Convenzione potrà essere applicata anche alle contestazioni che avessero origine da fatti anteriori alla sua conclusione, ma non potranno essere rinnovate le questioni risolte che siano state oggetto di accordo definitivo fra le Parti.

ARTIGO IV

Em cada caso particular, as Altas Partes Contractantes assignarão um compromisso especial determinando o objecto do litigio, a extensão dos poderes do Arbitro ou do Tribunal Arbitral, o modo da sua designação, a sua séde, o idioma que deva ser empregado, a quantia que a cada uma das Partes Contractantes incumba depositar para adiantamento de despezas, assim como as regras a observar no tocante ás formalidades e aos prazos do processo, e, geralmente, todas as condições que tenham ajustado.

O compromisso especial será submettido em cada um dos dois paizes ás formalidades exigidas pela sua respectiva lei constitucional.

ARTIGO V

O Arbitro ou os Arbitros escolhidos serão competentes para estabelecer o compromisso,

ARTICOLO IV

Per ciascuno caso particolare le Alte Parti contraenti firmeranno un compromesso speciale che determinerà l'oggetto della contesa, l'estensione dei poteri dell'Arbitro o del Tribunale arbitrale, il modo della sua costituzione, la sua sede, la lingua di cui dovrà servirsi, la somma che ciascuna delle Parti Contraenti dovrà depositare come anticipazione di spese, così come le regole da osservare relativamente alle forme ed ai termini del processo, ed, generale, tutte le condizioni che saranno fra di loro concordate.

Il compromesso speciale sarà sottomesso in ciascuno dei due paesi alle formalità richieste dalle rispettive leggi costituzionali.

ARTICOLO V

L'Arbitro o gli Arbitri prescelti saranno competenti a formulare il compromes-

se, passado um anno da notificação de um projecto de compromisso por uma das Partes á outra, ellas não tiverem conseguido entender-se sobre todas as clausulas desse projecto, e se ambas já tiverem admittido que a questão entra na categoria das que devem ser submittidas obrigatoriamente a arbitramento, isto é, que a questão não está comprehendida nas excepções indicadas na parte final do artigo primeiro.

ARTIGO VI

No caso do artigo precedente, o processo arbitral, utilizadas pelo Arbitro as clausulas sobre que as duas Partes estejam de accordo, poderá ser por elle estabelecido sobre as bases constantes dos capitulos III e IV do Titulo I da Convenção concluida em Haya aos 17 de Outubro de 1907 para o concerto pacifico dos conflictos internacionaes, Convenção essa ratificada pelas duas Partes Contractantes, exceptuados os alineas segundo, terceiro e quarto do seu artigo 53 e os artigos 54 e 58, que não foram acceitos pelo Brasil, de conformidade com a reserva por elle feita na Segunda Conferencia da Paz.

ARTIGO VII

A presente Convenção é concluida para um periodo de dez annos contado do dia da troca das ratificações.

so, se, passato un anno dalla notifica di un progetto di compromesso da una delle Parti all'altra, esse non sieno riescite ad intendersi su tutte le clausole di tale progetto, e se entrambe abbiano già ammesso che la questione entri nella categoria di quelle che devono essere sottomesse obbligatoriamente all'arbitrato, e cioè non sia compresa nelle eccezioni indicate nell'ultima parte dell'articolo primo.

ARTICOLO VI

Nel caso dell'articolo precedente, il procedimento arbitrale, dopo che l'Arbitro avrà utilizzato le clausole su cui le due Parti sono d'accordo, potrà da lui essere stabilito sulle basi fisse dei capitoli III e IV Titolo I della Convenzione conclusa all'Aja ai 17 Ottobre 1907 per la soluzione pacifica dei conflitti internazionali, Convenzione ratificata dalle due Parti Contraenti, eccettuate le alinee seconda, terza e quarta dell'articolo 53 e gli articoli 54 e 58 che non furono accettati dal Brasile, conformemente alla riserva da esso formulata alla Seconda Conferenza della Pace.

ARTICOLO VII

La presente Convenzione è conclusa per un periodo di dieci anni che decorreranno dal giorno dello scambio delle ratifiche.

Se não fôr denunciada seis mezes antes do vencimento d'esse prazo, continuará obrigatoria até que, havendo denuncia, finde um anno depois do dia do recebimento dessa denuncia.

Se non denunciata sei mesi prima della scadenza di questo termine, continuerà ad essere obbligatoria, fino a che, avvenendo la denuncia, cesserà di aver vigore un anno dopo il giorno della ricevuta della denuncia stessa.

ARTIGO VIII

Preenchidas as formalidades exigidas pelas leis constitucionaes em cada um dos dois paizes, será a presente Convenção ratificada e as ratificações trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Roma, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, cada um em lingua portugueza e italiana, aos vinte e dois dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, no Rio de Janeiro.

(L. S.) RIO-BRANCO.

(L. S.) ROMANO AVEZZANA.

ARTICOLO VIII

Dopo aver procedute alle formalità richieste dalle leggi costituzionali di ciascuno dei due paesi, la presente Convenzione sarà ratificata, e le ratifiche saranno scambiate a Roma o Rio de Janeiro nel più breve tempo possibile.

In fede di che, noi, Plenipotenziari, sopra nominati, firmiamo il presente istrumento in doppio esemplare, ciascuno in lingua italiana e portoghese, ai ventidue del mese di Settembre del mille novecento e undici, in Rio de Janeiro.

(L. S.) ROMANO AVEZZANA.

(L. S.) RIO-BRANCO.

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teôr fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos sete dias do mez de Agosto de 1912, 91° da Independencia e 24° da Republica.

(L. S.) HERMES RODRIGUES DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.383 — DE 6 DE AGOSTO DE 1913

Approva a Nova Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que expoz o Ministro das Relações Exteriores sobre a conveniencia de se reunir toda a legislação relativa ao Corpo Diplomático Brasileiro, que tem soffrido grande numero de modificações depois do decreto n. 3.263, de 20 de Abril de 1899, que approvou a Consolidação em vigor, decreta:

Art. 1.º E' approvada a Nova Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Diplomático Brasileiro mandada elaborar pelo Ministro interino das Relações Exteriores, que a subscreve.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1913, 92.º da Independencia e 25.º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

Nova consolidação das leis, decretos e decisões relativas ao Corpo Diplomático Brasileiro, a que se refere o decreto n. 10.383, desta data

CAPITULO I

DO NUMERO DAS LEGAÇÕES E RESPECTIVO PESSOAL

Art. 1.º A Republica dos Estados Unidos do Brasil tem uma Embaixada nos Estados Unidos da America do Norte e Legações nos seguintes paizes:

Europa: Allemanha, Austria-Hungria, Belgica e Suecia, França, Grã-Bretanha, Hespanha, Hollanda, Italia, Noruega e Dinamarca, Portugal, Russia, junto á Santa Sé, Suissa e Turquia.

America: Republica Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Cuba e America Central, Equador, Mexico, Paraguay, Perú, Uruguay e Venezuela.

Asia: Japão e China.

(Decreto n. 140, de 16 de abril de 1891, arts. 1.º e 2.º — Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 2.º — Decreto n. 2.495, de 14 de abril de 1897 — Decreto n. 2.188, de 22 de dezembro de 1909 — Decreto n. 1.321, de 31 de dezembro de 1904, arts. 1.º e 2.º — Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, arts. 3.º, 4.º e 7.º — Decreto n. 2.363, de 31 de dezembro de 1910.)

Art. 2.º Todas essas Legações, com excepção das no Equador, Colombia, Venezuela, Cuba e America Central e Turquia, que serão chefiadas por Ministros Residentes, serão regidas por Enviados Extraordinarios. (Decreto n. 1.321, de 31 de dezembro de 1904, art. 2.º — Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 4.º — Decreto n. 2.363, de 31 de dezembro de 1910, art. 3.º.)

Art. 3.º O Governo está autorizado a acreditar cumulativamente no Reino da Grecia o Ministro na Italia, e nos Reinos da Bulgaria, Roumania e Servia, o Ministro na Austria-Hungria. (Decreto n. 2.263, de 31 de dezembro de 1910, art. 4.º.)

Art. 4.º Sómente por decreto poderão ser creadas novas missões ou extintas as que por alguma razão não devam subsistir. O Governo, porém, terá a faculdade de não preencher alguma missão por motivo transitorio sem supprimil-a. (Decreto n. 997 A, art. 2.º.)

Art. 5.º Em casos extraordinarios poderá o Governo nomear Embaixador ou Enviado Extraordinario em missão especial, arbitrando-lhes o que fôr necessario para as respectivas despesas e dando-lhes o pessoal preciso. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 17.)

Art. 6.º Quando julgar conveniente, poderá o Presidente da Republica commissionar no posto de Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios os Ministros Residentes, conservando-os, porém, no quadro com esta ultima graduacão; poderá tambem dar aos Primeiros Secretarios a commissão temporaria de Conselheiro de Embaixada ou de Legações.

Em ambos os casos, a commissão será puramente honoraria e sem augmento de despeza. (Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1.º, § 6.º.)

Art. 7.º No serviço diplomatico haverá 18 Primeiros e 30 Segundos Secretarios, cuja distribuicão pelas differentes missões permanentes será feita pelo Governo, conforme as necessidades do mesmo serviço. (Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1.º, § 2.º.)

CAPITULO II

DOS EMPREGADOS DO CORPO DIPLOMATICO

Art. 8.º O pessoal do Corpo Diplomatico será dividido em tres classes:

- a) dos empregados em effectividade;
- b) dos empregados em disponibilidade;
- c) dos empregados aposentados. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 11.)

a) Dos empregados em effectividade

Art. 9.º A classe dos empregados em effectividade comprehenderá os do Corpo Diplomatico em missão ordinaria e os que se acharem em missões especiaes ou embaixadas. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 12.)

Art. 10. O Corpo Diplomatico das missões ordinarias se comporá de Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios de uma só classe, de Ministros Residentes e de Primeiros e Segundos Secretarios.

§ 1.º O Secretario que substituir o Ministro assumirá o titulo de Encarregado de Negocios sem o qualificativo de interino.

§ 2.º Os Ministros serão coadjuvados pelos Primeiros e Segundos Secretarios e por addidos sem vencimentos, os quaes não terão preferencia para as nomeações de segundos secretarios. (Decreto n. 997 A, de 1890, art. 1.º; Lei n. 322, de 1895, art. 1.º, § 4.º; e Decreto n. 1.324, de 31 de dezembro de 1904, art. 3.º)

Art. 11. Os Ministros poderão ser chamados ao paiz pelo Governo a serviço publico, sem prejuizo dos seus logares nas Legações. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.º, § 3.º.)

Art. 12. Os Secretarios poderão ser chamados de tres em tres annos, sem prejuizo de seus logares nas Legações, a servir durante um periodo que não excederá de um anno, na Secretaria de Estado, como auxiliares dos directores de secção, ficando equiparados aos demais empregados, quanto á frequencia e disciplina. (Lei n. 322, art. 1.º, § 7.º.)

b) Dos empregados em disponibilidade

Art. 13. A classe dos empregados em disponibilidade comprehenderá aquelles cuja missão o Governo der por acabada, mandando-os retirar para o Rio de Janeiro, sem comtudo demittir-os do serviço.

§ 1.º Esta disponibilidade será considerada activa ou inactiva, conforme o empregado fór ou não admittido ao serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou de qualquer outra repartição, ou exercer algum cargo administrativo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 13 e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1.º, § 2.º)

§ 2.º A disponibilidade inactiva sómente poderá ser concedida depois de cinco annos de serviço; a activa depois de 10. (Decreto n. 644, de 16 de novembro de 1899, art. 4.º.)

Art. 14. Os empregados diplomaticos postos em disponibilidade deverão retirar-se para o Rio de Janeiro e apresen-

tar-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a respectiva comunicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Esse prazo poderá ser prorogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores por motivos de força maior, devidamente comprovados. Os empregados, que excederem o referido prazo, ou a prorrogação, ficarão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 2.638, de 14 de outubro de 1897.)

Art. 15. Os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactiva deixarão de pertencer ao Corpo Diplomatico, ficando, por consequencia, privados do ordenado e das honras. Serão, porém, aposentados, si já tiverem tempo para isso, não se lhes contando o daquella disponibilidade. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 16. Os agentes diplomaticos postos em disponibilidade só poderão servir fóra do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 17. Os empregados que se acharem em disponibilidade conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo que serviram no Corpo Diplomatico. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 17.)

Art. 18. Os empregados em disponibilidade podem voltar á effectividade na mesma ou em superior categoria. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1850, art. 52; Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895.)

c) Dos empregados aposentados

Art. 19. Os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios que tiverem 20 annos de serviço, poderão ser aposentados com o ordenado de 24:000\$, papel.

Paraphographo unico. Os que tiverem mais de 15 annos e menos de 20 se aposentarão com o ordenado de 12:000\$, papel. (Decreto n. 2.292, de 20 de dezembro de 1910, art. 1º, §§ 1º e 2º.)

Art. 20. Os demais funcionarios diplomaticos poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro si tiverem 30 annos de effectivo exercicio e com o correspondente os que contarem 10 ou mais e menos de 30, quando provada a sua invalidez em inspecção de saude. Com menos de 10 nenhum funcionario diplomatico será aposentado. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 14; decreto n. 117, de 4 de

novembro de 1892, arts. 2º, 3º e 4º, e lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 21. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo logar, si o empregado o tiver servido pelo menos dous annos, e, no caso contrario, o do immediatamente inferior.

Paragrapho unico. Os vencimentos accrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para as aposentadorias, decorrido o mesmo periodo de dous annos após a sua decretação. (Decreto n. 117, de 1892, art. 4º, §§ 2º e 3º.)

Art. 22. Os empregados diplomaticos referidos no art. 20, que se aposentarem, contando mais de 30 annos de effectivo serviço, teem direito ao respectivo ordenado e mais 5 % da gratificação, por anno que exceder daquelle tempo. (Decreto legislativo n. 117, de 1892, art. 5º.)

Paragrapho unico. Os empregados aposentados conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme correspondente ao ultimo cargo em que serviram no Corpo Diplomatico. (Decreto n. 940, art. 17.)

CAPITULO III

NOMEAÇÃO, PROMOÇÃO, DEMISSÃO, INCOMPATIBILIDADE E RESPONSABILIDADE

Art. 23. Os Ministros Diplomaticos são nomeados pelo Presidente da Republica que sujeitará a nomeação á aprovação do Senado.

§ 1.º Na ausencia do Congresso designal-os-á em commissão até que o Senado se pronuncie. (Const. da Republica, art. 48 § 12.)

§ 2.º Si a aprovação fôr negada, o funcionario proposto poderá ser conservado na categoria que tiver, ou aposentado, conforme o motivo da recusa.

Art. 24. Os Enviados Extraordinarios serão tirados da classe dos Ministros Residentes, estes da dos Primeiros Secretarios e estes da dos Segundos.

Art. 25. Para os logares de Segundos Secretarios ninguem será nomeado sem exame ou sem exhibir diploma de faculdade de direito brasileira.

O exame versará sobre as seguintes materias:

1º, conhecimento da lingua portugueza e de duas linguas estrangeiras e modernas, especialmente da franceza, que o candidato deverá traduzir, escrever e fallar correctamente;

2º, arithmetica;

3º, historia geral e geographia politica, historia nacional e noticia dos tratados feitos entre o Brasil e as potencias estrangeiras;

4º, principios geraes do direito das gentes e do direito publico nacional e das principaes nações estrangeiras;

5º, principios geraes de economia politica e da producção, industria, importações e exportações do Brazil;

6º, a parte do direito civil relativa ás pessoas e principios fundamentaes em materia de successão;

7º, estylo diplomatico, redacção de despachos, notas, relatorios e outros documentos officiaes.

Paragrapho unico. O candidato poderá, além disso, apresentar á commissão de exame quaesquer diplomas ou certificados de estudo que possuir. (Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890; Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895 art. 1º, § 6º, e Decreto n. 5.039, de 16 de novembro de 1903, art. 3º.)

Art. 26. Os empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores poderão ser nomeados para cargos diplomaticos sem dependencia de tirocinio e mais habilitações exigidas, excepção feita dos terceiros officiaes, que para tal fim devem ser formados em direito ou prestar exame para 2º secretario, si tiverem tres annos de effectivo serviço. (Decreto n. 940 cit., art. 7º; lei n. 322 cit., art. 1º, § 6º.)

Art. 27. Qualquer dos empregados da dita Secretaria de Estado que, na conformidade do artigo antecedente, fôr nomeado para um cargo diplomatico, salvo o caso de missão especial, deixará vago o respectivo logar na mesma Secretaria. (Decreto n. 940, já cit., art. 8º.)

Art. 28. A disposição da 1ª parte do art. 23 não veda a nomeação, autorizada pela lei n. 2.685, de 22 de outubro de 1875, de qualquer cidadão habilitado para o cargo de enviado extraordinario, e ministro plenipotenciario.

Paragrapho unico. Pertencem ao quadro diplomatico e, portanto, com direito áquellas garantias, os que foram nomeados pelo Governo Provisorio para qualquer das categorias então existentes. (Decreto n. 997 A, já citado, art. 4º.)

Art. 29. Os chefes de missão diplomatica que nesse posto tiverem a primeira nomeação terão direito á licença e disponibilidade nos termos da legislação vigente.

Paragrapho unico. A interpretação dada pela lei n. 2.685, de 22 de outubro de 1875, á lei n. 614, de 22 de agosto de 1851, abrange os logares de Ministros Residentes, ficando os nomeados com igual direito á disponibilidade e aposentadoria. (Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1º.)

Art. 30. A antiguidade sómente dará direito á promoção, no caso de igualdade de merecimento e serviços. (Decreto n. 940, art. 5º.)

Art. 31. O Governo pode demittir livremente sem lhes dar outro destino e sem os pôr em disponibilidade, qualquer que seja o tempo de serviço que tiverem:

1º, os empregados nas missões especiaes ou embaixadas, contanto que não tenham sido tirados das missões ordinarias;

2º, os empregados em missões ordinarias que ainda não tiverem servido por 10 annos os logares de chefe e secretario de Legação;

3º, os addidos. (Decreto citado n. 940, art. 18; decreto citado n. 997 A, art. 4º.)

Art. 32. Os funcionarios que tiverem servido 10 annos os logares de chefe ou secretario de Legação sómente poderão ser demittidos por sentença do Tribunal competente. (Lei n. 614, de 22 de agosto de 1851, art. 4º e decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890.)

Art. 33. Os empregados ordinarios que tiverem servido 10 annos os logares de chefe ou secretario de Legação e que, sendo nomeados ou removidos para uma missão de igual ou superior categoria, se recusarem a ir, poderão ser postos em disponibilidade. Sómente serão aposentados si, tendo 10 ou mais annos de serviço, provarem impossibilidade physica de continuarem nelle. (Decretos citados ns. 614, art. 4º, e 940, art. 19; decretos citados ns. 997 A, 117, art. 2º, e 644, art. 4º; lei citada n. 322, art. 1º, § 2º.)

Art. 34. Os empregados diplomaticos brasileiros são incompativeis com a função de agente ou delegado de qualquer sociedade no Brasil ou fóra delle. Na prohibição comprehendem-se as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas não as litterarias, sem fim commercial. (Circulares n. 5, de 17 de agosto de 1885; e n. 5, de 30 de abril de 1888, 2ª secção.)

Art. 35. Os Ministros Diplomaticos serão processados e julgados originaria e privativamente pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs e de responsabilidade. (Constituição da Republica, art. 59, I, letra b.)

CAPITULO IV

DAS FÉRIAS E LICENÇAS

Art. 36. Os funcionarios do Corpo Diplomatico poderão se ausentar annualmente, em férias durante trinta e cinco dias uteis.

Art. 37. Essas férias deverão ser gosadas sempre de accordo com o Chefe da Missão e por ordem de precedencia, at-

tendendo-se ás conveniências do serviço e devendo os funcionarios que dellas se servirem dar disso conhecimento a esta Secretaria de Estado.

Art. 38. Fica entendido que a nenhuma gratificação especial terá direito o Secretario que, durante as férias do respectivo Chefe, ficar encarregado do expediente da Legação.

Art. 39. Fóra desses casos, porém, nenhum funcionario se poderá retirar da séde do seu posto, a não ser em virtude de licença.

Art. 40. Para virem ao Brasil terão os funcionarios diplomaticos direito a uma licença de cinco mezes, de quatro em quatro annos, com todos os seus vencimentos em ouro, ficando addidos á Secretaria. (Decretos citados ns. 644, art. 3.º, e 1.561, art. 9.º.)

Art. 41. Salvo o disposto no art. 40 as licenças concedidas aos membros do Corpo Diplomatico em hypothese alguma darão direito á percepção das gratificações de exercicio e só poderão ser concedidas:

1.º, quando por molestia comprovada, com o ordenado até seis mezes e com a metade do ordenado por mais seis, em prorrogação;

2.º, quando por qualquer outro motivo justo e attendivel, sem vencimento algum e até um anno.

§ 1.º Em todas as concessões de licenças marcar-se-ha o prazo dentro do qual o funcionario deverá entrar no goso dellas, prazo que não poderá exceder de 60 dias.

§ 2.º E' licito ao funcionario diplomatico renunciar, em qualquer tempo, á licença que lhe foi concedida ou em cujo goso se acha, reasumindo o exercicio do respectivo cargo.

§ 3.º Não serão concedidas licenças aos funcionarios interinos e bem assim aos que, nomeados, promovidos ou removidos, não houverem assumido o exercicio do respectivo cargo.

§ 4.º Nenhum funcionario poderá gosar de uma licença, uma vez esgotado qualquer dos prazos a que se referem os §§ 1.º e 2.º deste artigo, antes de decorrido um anno da ultima que lhe foi concedida.

Art. 42. Os pedidos de licença devem ser feitos por intermedio do chefe da Legação e informados por este. (Circular de 21 de abril de 1876.)

Art. 43. As portarias de licença serão remettidas á Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres, afim de que seja pago o devido imposto de sello antes do funcionario licenciado receber seus vencimentos. (Circular n. 6, 4.ª Secção, de 22 de dezembro de 1900.)

CAPITULO VI

DOS VENCIMENTOS E DAS QUANTIAS PARA REPRESENTAÇÃO, EXPEDIENTE, ETC.

Art. 44. Os Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios vencerão annualmente 10:000\$, os Ministros Residentes 6:000\$, os Primeiros Secretarios 8:000\$ e os Segundos 6:000\$000.

Paragrapho unico. Os Primeiros Secretarios, que tiverem mais de cinco e menos de dez annos de serviço effectivo desse posto, terão os vencimentos de 10:000\$; e os que, do mesmo modo, tiverem mais de dez annos de serviço effectivo, terão os de 12:000\$000.

(Decreto n. 997 A, de 11 de novembro de 1890, art. 7º; Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º e Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1º § 3º.)

Art. 45. Os chefes de missão que servirem na America do Sul, Mexico, Panamá, Antilhas e Asia, terão, depois de dous annos de residencia, a gratificação adicional annua de 2:000\$ e depois de cinco annos a de 4:000\$; perdendo-as quando removidos para a Europa.

§ 1.º Para os chefes das legações na Bolivia, Equador e Colombia a gratificação adicional será de 4:000\$ no fim de dous annos e de 6:000\$ no fim de cinco annos.

§ 2.º Os Primeiros e Segundos Secretarios de Legação que servirem na America e Asia terão no primeiro anno de residencia a gratificação adicional de 1:000\$, no fim de dous annos de residencia a de 2:000\$ e depois de cinco annos a de 3:000\$, perdendo-as quando removidos para a Europa.

(Decreto n. 2.363, de 31 de dezembro de 1910, art. 1º e seus paragraphos.)

Art. 46. As gratificações adicionais, mencionadas no artigo anterior, só poderão ser sacadas, depois da Secretaria de Estado ter feito e communicado a apuração do tempo de serviço dos funcionarios a que ellas aproveitem. (Circular n. 5, 4ª Secção, de 15 de abril de 1911.)

Art. 47. As referidas gratificações adicionais não serão devidas aos funcionarios que a ella tiverem feito jús, durante o tempo em que se acharem licenciados, ou em commissão, no Brasil ou na Europa. (Decreto n. 2.363, acima citado, art. 5º.)

Art. 48. Os vencimentos dos membros do Corpo Diplomatico serão divididos, para todos os effectos, em dous terços de ordenado e um terço de gratificação.

(Decreto n. 1.561 A, já citado, art. 1º § 4º.)

Art. 49. Para os efeitos de licença, ou disponibilidade, os vencimentos dos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios serão calculados do seguinte modo: 12:000\$ de ordenado e 6:000\$ de gratificação.

Art. 50. Para os mesmos fins e mais o de aposentadoria, os dos Ministros Residentes serão calculados do seguinte modo: 8:000\$ de ordenado e 4:000\$ de gratificação.

(Decreto n. 1.561 A, já citado, art. 2º.)

Art. 51. Aos Ministros, além dos vencimentos, abonar-se-ha, para representação, uma quantia fixada annualmente pelo Congresso Nacional.

Art. 52. Os Primeiros Secretarios encarregados de reger interinamente legações vagas, isto é, sem Ministros para ellas nomeados, perceberão, além dos seus vencimentos, a gratificação annual de 8:000\$000. (Lei n. 322, art. 1º, §§ 5º e 6º.)

Art. 53. Aos Secretarios serão concedidas por serviço interino como chefes de missão as seguintes gratificações:
aos Primeiros, além dos seus vencimentos, 6:000\$ annuaes;
aos Segundos, além dos seus vencimentos, 3:000\$ annuaes.

(Decreto n. 997 A, art. 11 e Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895.)

Art. 54. Os empregados diplomaticos em disponibilidade activa receberão todo o ordenado; os em disponibilidade inactiva, dous terços, e os que forem aposentados, o que lhes competir, segundo o tempo de serviço. (Decreto n. 997 A, art. 8º.)

Art. 55. Os empregados, que, estando em disponibilidade activa, forem admittidos a serviço publico estranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto citado n. 997 A, art. 12º.)

Art. 56. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para a aposentadoria. (Decreto citado n. 997A, art. 10º.)

Art. 57. Os Ministros e Secretarios, chamados ao paiz pelo Governo a serviço publico, perceberão seus vencimentos integraes em moeda corrente do paiz. (Lei citada n. 322, art. 1º, §§ 3º e 7º, Decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 2º.)

Art. 58. Na mesma especie de moeda receberão os vencimentos que lhes competirem os empregados diplomaticos, que vierem ao Brasil com licença, ou aqui permanecerem no desempenho de qualquer commissão. (Decreto n. 2.146, citado, art. 2º.)

Art. 59. Os empregados diplomaticos devem declarar no pedido de licença onde pretendem gosar-a, afim de se providenciar como fôr de direito.

§ 1.º Quando os mesmos empregados quizerem gosar parte da licença no Brasil e parte no estrangeiro, deverão dizel-o opportunamente para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade.

§ 2.º Os que vierem ao Brasil e resolverem depois passar parte do tempo no estrangeiro, ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior do dia que especificar para o seu começo em deante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 60. Os vencimentos dos empregados do Corpo Diplomático serão pagos no estrangeiro ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ e por mezes vencidos. (Decreto n. 954, de 6 de abril de 1852 e Decreto n. 2.146, art. 1.º.)

Art. 61. Os ordenados dos empregados em disponibilidade bem como os dos aposentados, serão pagos mensalmente e depois de vencidos, em moeda corrente do paiz e pelas respectivas folhas. (Decreto citado n. 940, art. 29.)

Art. 62. Os empregados diplomaticos soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes fôr marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior devidamente justificado; e emquanto não chegarem á séde da Legação, receberão sómente o ordenado que lhes será abonado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade do serviço. Essa effectividade deve ser contada do dia em que os ditos empregados chegarem á referida séde. (Decreto n. 2.146, já citado, art. 3º e Circular n. 6, de 4 de outubro de 1897.)

Art. 63. Os empregados diplomaticos nomeados e removidos partirão para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos, no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a communicação official, cujo recebimento será logo accusado; salvo os casos em que, por conveniencia do serviço, o Governo entender que devam fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 802, de 28 de abril de 1892, art. 1.º.)

Art. 64. O ordenado fixo dos empregados em effectividade, bem como as quantias que lhes são concedidas a titulo de despesas de representação e de gratificação, deixarão de ser percebidos da data em que receberem communicação official da sua demissão ou retirada, salvo si o Governo marcar a época de sua partida, porque então sómente deixarão de perceber o dito ordenado e quantias dessa época em deante. (Decreto citado n. 940, art. 36 e Lei n. 322, art. 1.º.)

Art. 65. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que **percebiam** em effectividade. (Decreto n. 940, art. 39.)

Art. 66. O ordenado dos empregados, que forem aposentados, estando em effectividade, começará a correr do dia em que tiverem cessado os vencimentos que antes percebiam. E o dos que forem aposentados, achando-se em disponibilidade, da data do decreto da aposentadoria. (Decreto n. 940, art. 40.)

Art. 67. O empregado removido tem direito apenas ao ordenado desde que deixe o exercicio do seu cargo; e, no caso de promoção, só perceberá o novo ordenado do dia em que partir para o seu destino. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores — 4ª Secção — n. 5, de 10 de julho de 1889 e Decreto n. 2.146, citado, art. 3º, paragrapho unico.)

Art. 68. O que estiver no goso de licença só poderá continuar a receber seus vencimentos integraes do dia em que voltar ao exercicio, salvo si, antes do termo della, partir para um novo destino, em virtude de remoção, com ou sem promoção. (Despachos ao Delegado do Thesouro em Londres, ns. 20, de 23 de maio de 1870, e 24, de 31 de outubro de 1895.)

Art. 69. Os Agentes Diplomaticos só podem sacar pelos seus vencimentos depois de terem chegado ao paiz em que devem residir. (Circular de 3 de fevereiro de 1864, e Despacho ao Delegado n. 1, de 23 de setembro de 1867.)

Art. 70. Os funcionarios do Corpo Diplomatico em exercicio fóra do paiz só devem sacar sobre a Delegacia ao Thesouro Brasileiro em Londres, depois de receberem aviso della os que residirem na Europa, e depois de autorizados pela Secretaria de Estado os que residirem na America. (Circular n. 8, de 3 de dezembro de 1897.)

Paragrapho unico. Exceptuam-se as importancias das despesas eventuaes da rubrica — Extraordinarias no Exterior — que poderão sacar, independentemente de ordem do respectivo Ministerio, remettendo porém á referida Delegacia os documentos comprobatorios das mesmas despesas e fornecendo á Secretaria de Estado todas as informações indispensaveis para a sua approvação. (Circular n. 2, de 10 de junho de 1898.)

Art. 71. Os pedidos de pagamento de qualquer despesa serão directamente feitos á Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo as suas importancias ser reclamadas em moeda ingleza. (Circular de 13 de abril de 1893.)

Art. 72. Os Secretarios de Legação, quando servirem de Encarregados de Negocios, poderão sacar as respectivas gratificações sobre a Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres, independentemente de qualquer autorização ou pro-

videncia do Ministerio das Relações Exteriores. (Circular n. 5, de 28 de novembro de 1897.)

Art. 73. Para a execução do disposto nos precedentes artigos, deverão os chefes de missão em effectividade dar conhecimento, pela Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, da data em que sahirem para seus destinos, daquella em que começarem ou deixarem o exercicio, daquella em que receberem communicação de demissão ou retirada, e daquella em que começar e terminar o goso das licenças que lhes forem concedidas. O mesmo praticarão a respeito dos seus subordinados, cumprindo a estes fazel-o quanto á data de suas partidas. (Decreto n. 940, art. 38. Circular n. 8, de 18 de outubro de 1895.)

Art. 74. Quando effectuarem os seus saques devem os empregados diplomaticos, não só avisar a Delegacia do Thesouro em Londres, como discriminar no documento que lhe remetter as quantias que tenha de abater, quer do sello de nomeação, quer do imposto sobre vencimentos, quer do montepio, afim de que ella possa fazer a necessaria escripturação. São isentas de quaesquer impostos sobre vencimentos as verbas de representação.

O recibo deve ser, porém, da quantia integral a que tiverem direito. (Despacho á Delegacia n. 40, de 16 de junho de 1885. Decreto n. 2.775, de 29 de dezembro de 1897, arts. 4, 5 e 8 e Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906.)

Art. 75. Em vez de effectuarem saques, podem os mesmos funcionarios ter procuradores em Londres ou enviar os seus recibos a negociantes daquella praça para apresental-os á Delegacia do Thesouro no devido tempo, afim de receberem seus vencimentos.

Procederão, porém, a respeito dos respectivos recibos como em relação aos saques. (Despacho ao Delegado n. 33, de 12 de julho de 1872 e Circular n. 1, de 12 de janeiro de 1912.)

Art. 76. Todos os recibos de saques serão feitos sobre a Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres e redigidos em tres vias, das quaes as duas primeiras serão remettidas á referida Delegacia e a terceira será enviada á Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado. (Circular n. 1, de 12 de janeiro de 1912.)

Art. 77. A remessa de que fala o artigo antecedente será feita por meio de officios pelos Chefes das Legações, que enviarão os seus recibos conjunctamente com os dos funcionarios sob sua jurisdicção e por esses ultimos directamente, quando ausentes por qualquer motivo dos seus postos.

Paragrapho unico. Nenhum saque poderá ser acceito, portanto, pelo Delegado do Thesouro, sem a declaração no recibo

de que elle foi feito em tres vias, tendo sido a terceira remet-tida á Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Circular n. 1, de 12 de janeiro de 1912.)

Art. 78. Os vencimentos, outras quantias sacadas e todos os descontos, inclusive a contribuição mensal de montepio, deverão ser discriminados em moeda nacional nos recibos de saques, e mencionada a somma liquida em moeda nacional e ingleza. (Circulares ns. 5 e 8, de 4 de abril e de 8 de outubro de 1895 e Circular n. 17, de 18 de agosto de 1911.)

Art. 79. A Secretaria de Estado não providenciará sobre o pagamento dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brasil e tiverem de ser pagos pelo Thesouro Nacional, sem que provem com documento da Delegacia em Londres, qual a data do seu ultimo saque alli satisfeito; e todos os que trouxerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição, sem que provem com outro documento do dito Thesouro que não os receberam nelle, ou, no caso contrario, até quando os receberam. (Circulares ns. 5 e 10, de 1 de abril e de 31 de outubro de 1895.)

Art. 80. Além dos seus vencimentos e da quantia destinada ás despesas de representação, os Chefes de Legação receberão, por mezes vencidos, a quantia annual, votada pelo Congresso Federal para as despesas de expediente. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 1º, paragrapho unico.)

Art. 81. O aluguel da Chancellaria das Legações é regulado pela seguinte fórma:

a) a despesa comprehende o aluguel da Chancellaria propriamente dito, e bem assim o salario do porteiro e do creado, limpeza, illuminação, aquecimento, etc.;

b) o pagamento de que se trata não abrange o aluguel da casa do respectivo Ministro;

c) no caso de serem taes despesas feitas por adiantamento, não deverá cada entrega exceder á quarta parte do credito votado para todo o exercicio, e não será feito novo adiantamento sem que a Delegacia em Londres tome contas do anterior e seja recolhido aos seus cofres o saldo apurado. A prestação de taes contas não poderá ultrapassar o prazo de quatro mezes. (Circular n. 33, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 82. As Legações devem ser installadas em edificios que disponham de accomodações apropriadas a esse fim e que tenham apparencia condigna ao bom nome da representação do Brazil no exterior, convindo para isso que os Chefes de Missão residam na mesma casa em que funcionarem as chancellarias. (Circular n. 19, de 13 de junho de 1913.)

CAPITULO VI

DAS AJUDAS DE CUSTO

Art. 83. As ajudas de custo serão reguladas da seguinte maneira:

a) Primeira nomeação, para viagem e estabelecimento, tres quartéis dos vencimentos de um anno;

b) Nova nomeação, depois de disponibilidade não solicitada, tres quartéis, e solicitada, dous;

c) Remoção na mesma categoria, dous ou tres quartéis, conforme as circumstancias;

d) Remoção com promoção, dous ou tres quartéis, conforme as circumstancias;

e) Exoneração por qualquer motivo, não sendo pedida, um quartel para voltar ao Brasil;

f) A familia do empregado que fallecer no exercicio do emprego serão abonados para regressar ao Brasil um ou dous quartéis, conforme as circumstancias. (Circular n. 5, 4ª Secção, de 13 de outubro de 1912.)

Art. 84. O empregado diplomatico que tiver de ausentar-se do seu posto por motivo de serviço publico será indemnizado da despeza que fizer com a sua viagem. (Decreto n. 600, de 17 de outubro de 1891.)

Art. 85. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo Ministerio logo que forem expedidos os decretos de demissão ou remoção. (Decreto n. 940, art. 32.)

Art. 86. Aos empregados nomeados em missão especial para diversos paizes serão abonadas tantas ajudas de custo quantas forem as viagens que forem obrigados a fazer de uns para outros paizes, deixando aquelles orde houverem terminado a sua missão. (Decreto n. 940, art. 34.)

Art. 87. Os funcionarios diplomaticos acreditados cumulativamente em dous ou mais paizes, sempre que tiverem de ir por motivo de serviço de um para outro, receberão para primeira viagem um quartel de seus vencimentos annuaes.

Para as outras viagens terão direito a uma quantia correspondente ao duplo do preço das passagens, tanto na ida como na volta, repetindo-se essa quantia tantas vezes quantas forem as pessoas da familia. Nesse caso terão, tambem, quando fóra da capital que servir de séde de respectiva Legação, uma gratificação diaria de 75 francos. (Desp. n. 6 — á Leg. na Haya — de 5 de junho de 1908.)

Art. 88. Sendo as quantias concedidas por este Ministerio a titulo de ajudas de custo destinadas a despezas de viagem e

de estabelecimento, deverão ser sacadas da seguinte maneira: metade antes do funcionario partir para o posto para onde foi nomeado, designado, removido ou promovido, e a outra metade depois que alli chegar.

Isso não impede que o funcionario saque toda a importancia da ajuda de custo de uma só vez, desde que o faça depois da chegada ao seu novo posto.

Art. 89. Só em casos excepcionaes, devidamente justificados, e com autorização prévia deste Ministerio, poderá o Delegado do Thesouro em Londres acceitar os saques integralmente antes da partida do funcionario para o novo posto.

Art. 90. Exceptuam-se das disposições acima as quantias concedidas apenas a titulo de despesas de viagem, as quaes poderão ser sacadas indifferentemente. (Circular n. 27, de 22 de agosto de 1912.)

Art. 91. As remoções solicitadas directa ou indirectamente, em officio, carta ou verbalmente, privam do direito á ajuda de custo. (Circular n. 3, 4^a Secção, de 31 de março de 1903.)

CAPITULO VII

DO MODO DE CONTAR O TEMPO DE SERVIÇO

Art. 92. Os annos de serviço exigidos para os effeitos de demissão, aposentadoria e disponibilidade serão contados da data da partida para o primeiro posto, comprehendendo tanto o serviço em effectividade, como o tempo de disponibilidade activa. (Decreto n. 940, arts. 41 e 42. Lei n. 614, art. 4º. Lei n. 322, art. 1º, § 2º.)

§ 1.º As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade activa serão descontadas para os referidos effeitos. (Decreto n. 940, art. 44.)

§ 2.º Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que teem logar entre um e outro despacho, para preparar-se o empregado, receber instrucções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 940, art. 45.)

Art. 93. Os funcionarios que forem postos em disponibilidade, mesmo inactiva, em consequencia da suppressão do respectivo cargo, contarão tempo de serviço durante essa disponibilidade. (Decreto n. 644, de 16 de novembro de 1899, art. 4º, paragrapho unico.)

Art. 94. Não se considera tempo de exercicio o de licença e enfermidades que se prolonguem por mais de seis mezes, nem o desempenho de emprego que não dê direito á aposentadoria. (Decreto legislativo n. 117, de 4 de novembro de 1892.)

Art. 95. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que fazem actualmente ou passarem a fazer parte do Corpo Diplomatico, será contado o tempo de serviço que tiverem naquella repartição para a aposentadoria como membros do mesmo corpo. (Decreto n. 940, art. 47.)

Paragrapho unico. Na contagem do tempo para a aposentadoria deverá igualmente ser incluído o do exercício de emprego de character federal. (Aviso n. 82, de 1 de julho de 1896, do Ministerio da Fazenda. Decreto n. 117, de 1892.)

Art. 96. Haverá na Secretaria de Estado um livro de matricula dos empregados do Corpo Diplomatico, no qual serão apontados os decretos de suas nomeações, remoções, retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os logares e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido, com todas as indicações e esclarecimentos necessarios, para que se possa logo e facilmente conhecer o seu tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem. Para esse effeito, as communicações de posse dos funcionarios devem ser feitas com urgencia pelo telegrapho e confirmadas por officio. (Decreto n. 940, art. 48 e Circ. n. 2, 4ª Secção, de 13 de Outubro de 1902.)

Art. 97. Para os funcionarios diplomaticos que servirem na America, o tempo de serviço será augmentado de um terço. (Decreto n. 2.363, de 31 de dezembro de 1910, art. 2º.)

Art. 98. Em casos de molestias, os empregados, desde que não tenham obtido licença, são considerados em exercicio. (Despacho ao Delegado n. 6, de 7 de agosto de 1891.)

CAPITULO VIII

DO MONTEPIO

Art. 99. Os empregados do Corpo Diplomatico são obrigados a concorrer para o montepio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e executado de accordo com os decretos ns. 1.092, de 28 de novembro do mesmo anno, n. 139, de 16 de abril de 1891, n. 1.985, de 11 de março de 1895 e n. 8.904, de 16 de agosto de 1911.

Art. 100. As quantias deduzidas para o montepio serão escripturadas no Thesouro Nacional sob o mesmo titulo estabelecido pelo art. 13 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e constituirão com os fundos de que trata o art. 2º do citado decreto, uma só verba. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 4º.)

Art. 101. Todas as attribuições mencionadas nos arts. 8º, §§ 1º, 3º, 4º e 5º, e 47 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro

de 1890, competem ao Director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo todo o expediente relativo ao montepio creado por este decreto ficar a cargo da mesma Secção (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 5º).

Art. 102. Das decisões proferidas pelo Director da Contabilidade haverá recurso para o Ministro das Relações Exteriores no que disser respeito á admissão ou recusa de contribuintes, e nos outros casos para o Ministro da Fazenda, a quem compete a suprema fiscalização da instituição. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 6º).

Art. 103. A declaração a que se refere o art. 27 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, no seu começo, será entregue no decurso do primeiro mez da contribuição, na Secretaria de Estado, pelos funcionarios que residirem ou estiverem no paiz, e nas Legações, Consulados Geraes ou Consulados Brasileiros pelos que residirem no estrangeiro. Esse documento será lavrado com todas as formalidades estabelecidas no citado artigo e assignado em presença do Director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado ou do respectivo agente diplomatico ou consular, que o deverá remetter logo á mesma Secretaria.

Paragrapho unico. Aquella declaração será rubricada pelo supradito Director da Secção de Contabilidade, quando feita nesta Capital, e legalizada pelos Chefes das Legações, Consules Geraes ou Consules conforme fôr opportuno, quando lavrada em paiz estrangeiro. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 7º.)

Art. 104. As declarações de que trata o art. 27 do mencionado decreto n. 942 A, deverão ser feitas perante as Legações e Consulados e serão testemunhadas por dous empregados da mesma categoria do declarante; e no caso de não os haver no logar, poderão sel-o por duas pessoas idoneas.

Essas declarações, depois de legalizadas e registradas, serão remittidas á Secretaria das Relações Exteriores, que as arquivará. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 4º.)

Art. 105. Nas Legações haverá um livro destinado ás inscripções de conformidade com o art. 26 do precitado decreto n. 942 A.

Art. 106. Os titulos dos pensionistas serão assignados pelo Director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 8º e n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 5º.)

Art. 107. Até o dia 15 de janeiro de cada anno as Legações que tiverem a seu cargo o expediente do montepio, remetterão á Secretaria das Relações Exteriores um relatorio

sobre todas as occurencias que se tiverem dado durante o annô. (Decreto n. 1.092, de 16 de abril de 1891, art. 6º e Regimento das Legações, art. 67.)

Art. 108. O prazo para concorrer com a joia adeantadamente na fôrma do § 1º do art. 14 do decreto n. 942 A, para os empregados diplomaticos expirará na occasião em que sacarem os primeiros vencimentos. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, arts. 1º e 2º, e decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 1º.)

Art. 109. Os empregados diplomaticos privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo perderão todos os direitos relativos ao montepio a que se referem os decretos ns. 942 A e 1.092, si deixarem de contribuir com a respectiva quota, até seis mezes depois da perda do emprego ou demissão ou durante dous mezes em qualquer época posterior. (Decreto n. 1.985, de 11 de março de 1895, artigo unico, lettra b.)

CAPITULO IX

DO ESTABELECIMENTO DAS LEGAÇÕES

Organização e policia da Secretaria e do seu archivo

Art. 110. O Chefe da Legação, logo que chegar ao logar do seu destino, mandará proceder á organização do respectivo archivo, que constará dos livros designados mais adiante (art. 118); á aquisição dos sellos das Armas da Republica e da mobilia indispensavel para a Secretaria da Legação, não tendo menos em vista a decencia que cumpre manter do que a restricta economia que deverá regular todas quantas despesas estiver autorizado para fazer. (Regimento das Legações promulgado pelo Decreto n. 3.248, de 7 de abril de 1899, artigo 1º)

Art. 111. Organizado o Archivo e depois de rubricados pelo Ministro todos os livros que o compuzerem, ficarão sob a immediata inspecção e responsabilidade do Primeiro Secretario ou do Segundo quando não houver Primeiro. (Regimento das Legações, art. 2º.)

Art. 112. Logo que se achar installada qualquer Legação do Brasil, deverá o respectivo chefe assim communicar-o á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a todas as outras Legações brasileiras e, na falta destas, aos Consules brasileiros. Identica communicação deverá ser feita aos Consules brasileiros que residirem no paiz onde estiver acreditado. (Regimento das Legações, art. 3º.)

Art. 113. Farão parte do Archivo todos os documentos recebidos pela Legação e as minutas dos que por ella forem expedidos. (Circular n. 34, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 114. Toda a correspondencia das Legações de qualquer caracter — ostensivo, reservado, confidencial — trocada entre o Ministerio das Relações Exteriores e os seus agentes, as memorias, relatorios ou quaesquer outros documentos officiaes por ellas expedidos ou recebidos, assim como tratados e convenções entre o Brasil e as demais Potencias, constituem propriedade do Estado. (Regimento das Legações, art. 501.)

Art. 115. É inteiramente vedado tirar-se cópia de qualquer desses documentos sem prévia autorização do Governo, quando não fôr para uso official. (Regimento das Legações, art. 5º.)

Art. 116. A policia da Secretaria da Legação e a sua regular conservação, ficam particularmente a cargo do Primeiro Secretario e, na falta deste do Segundo, que vigiará incessantemente sobre a boa ordem e decencia que devem alli ser constantemente mantidas. (Regimento das Legações, artigo 8º.)

Art. 117. Para os sellos e sinetes da Republica, servirá de symbolo a esphera celeste qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras — Republica dos Estados Unidos do Brasil—, ás quaes se accrescentam (sempre em portuguez) na parte inferior estas — Legação em... (nome do paiz) — de modo que se destaque das outras, mas completando o circulo. Os sellos serão circulares e terão 3 centímetros de diametro. (Regimento das Legações, art. 9º.)

Art. 118. Devem existir em cada Legação os seguintes livros:

N. 1, Entrada; n. 2, Sahida; n. 3, Despachos; n. 4, Officios; n. 5, Ordens; n. 6, Telegrammas; n. 7, Notas; n. 8, Legações; n. 9, Consulados; n. 10, Conferencias; n. 11, Secreto; n. 12, Declarações; n. 13, Inventario; n. 14, Contabilidade; n. 15, Passaporte; n. 16, Informações; n. 17, Registro Civil; n. 18, Montepio; n. 19, Termos; n. 20, Diversos. (Circular n. 34, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 119. Esses livros servirão:

N. 1, para a numeração de todos os documentos recebidos durante o anno pela Legação, de accôrdo com o art. 120;

N. 2, para a numeração de todos os documentos expedidos durante o anno, pela Legação, de accôrdo com os arts. 121 e 141;

N. 3, despachos que a Legação receber do Ministerio durante o anno, de accôrdo com o art. 122;

N. 4, minutas dos officios dirigidos ao Ministerio das Relações Exteriores, de accôrdo com o art. 122;

N. 5, registro das ordens expedidas pelo Ministerio, de accôrdo com os arts. 123 e 186;

N. 6, para a numeração e registro dos telegrammas recebidos do Ministerio pela Legação e vice-versa, de accôrdo com o art. 163;

N. 7, communicações ao Governo junto ao qual está a Legação acreditada e vice-versa, de accôrdo com o art. 122;

N. 8, registro da correspondencia com o Corpo Diplomatico Brasileiro (vide arts. 137 e 190);

N. 9, registro da correspondencia com o Corpo Consular Brasileiro (vide art. 137);

N. 10, registro das conferencias sobre os negocios a cargo da Legação, de accôrdo com os arts. 125 e 187;

N. 11, communicações secretas de que trata o art. 208;

N. 12, para o registro de documentos de que trata o artigo 207;

N. 13, para o inventario dos objectos existentes na Legação e pertencentes ao Governo;

N. 14, para a escripturação de todas as despesas feitas por conta do Governo;

N. 15, registro dos passaportes concedidos ou legalizados pela Legação, de accôrdo com o art. 202;

N. 16, registro do historico dos assumptos de mais importancia tratados na Legação, de accôrdo com o art. 184;

N. 17, assentamento dos actos do Registro Civil relativos a nascimentos, casamentos e obitos que forem de competencia da Legação (vide art. 206);

N. 18, inscrições e outros actos relativos ao montepio de accôrdo com o decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890 de accôrdo com o capitulo VIII desta Consolidação;

N. 19, para o averbamento dos termos de posse dos funcionarios da Legação;

N. 20, communicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fóra do Brasil. (Circular n. 34, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 120. No livro n. 1 devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a série do documento (ostensiva, reservada, confidencial), a secção, o numero e a data do mesmo documento, e o seu assumpto, conforme o modelo seguinte:

Data do recebimento		PROCEDENCIA	ASSUMPTO
Numero de ordem de entrada			
Logar de origem		DATA	ASSUMPTO
Assignatura do autor			
Série do documento (ostensivo, reservado, confidencial.)			
Secção a que pertence o assumpto			
Numero do documento		DATA	ASSUMPTO
Dia			
Mez		DATA	ASSUMPTO
Anno			

(Circular n. n. 34, de 4 de agosto de 1913).

Art. 121. No livro n. 2 deve constar, de accôrdo com o art. 141, e conforme a secção a que se destinar o documento, a data do mesmo, que será a da expedição, o seu numero de ordem (sendo que cada série — ostensiva, reservada ou confidencial — terá a sua numeração) e o seu assumpto, segundo o modelo seguinte :

Anno (ao alto desta columna)		Indice ou assumpto
Mez		
Dia		Indice ou assumpto
Ostensivo		
Reservado		Indice ou assumpto
Confidencial		

Art. 122. O livro n. 3 será formado pelos despachos recebidos, pela Legação, do Ministerio das Relações Exteriores; o n. 4, pelas minutas dos officios por ella dirigidos ao mesmo

Ministerio; o n. 7, pelas minutas das communicações feitas pela Legação ao Governo junto ao qual estiver acreditada e pelas notas por ella recebidas do mesmo Governo; documentos todos esses que deverão ser encadernados no fim de cada anno. (Circular n. 34, citada.)

Art. 123. O livro n. 5 servirá para o registro das ordens mencionadas nos arts. 123 e 186. (Circular n. 34, citada.)

Art. 124. Esse registro terá á direita margem sufficiente para notar-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente. (Circular n. 34, citada.)

Art. 125. O livro n. 10 servirá para o registro do teor das conferencias, de accôrdo com os arts. 125 e 187. (Circular n. 34, citada.)

Art. 126. Esse registro será feito assim:

1º, dia, mez e anno;

2º, especificação do assumpto;

3º, exposição do que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-á ao lado direito margem sufficiente para a data da conferencia immediatamente anterior e da subsequente, relativa ao mesmo assumpto. (Circular n. 34, citada.)

Art. 127. O livro n. 11 que, como quaesquer cifras e codigos telegraphicos, as instrucções especiaes, as informações do Primeiro Secretario sobre a capacidade dos Segundos, dos Addidos e dos empregados subalternos da Legação, deverá estar sob a guarda do proprio Ministro, é destinado ao registro de informações que lhe forem ordenadas sobre a idoneidade de todos os empregados (art. 208) e capacidade dos cidadãos brasileiros sujeitos á Legação, assim como para quaesquer outras communicações secretas. (Circular n. 34, citada.)

CAPITULO X

DOS UNIFORMES E USO DE CONDECORAÇÕES

Art. 128. Os membros do Corpo Diplomatico regular-se-ão em seus uniformes pelos modelos annexos a esta Consolidação. Os botões da farda e os zopos do espadim terão as Armas da Republica e o chapéo um laço sem ornatos.

§ 1.º Todos os bordados marcados com as lettras A—B—C pertencem ao pequeno uniforme e os marcados com as lettras subseqüentes ao grande.

§ 2.º Com o pequeno uniforme poderá usar-se de calça do mesmo panno da farda (verde escuro) com galão de ouro e colete de casemira branca com botões pequenos de padrão igual ao que vae marcado. Chapéo com plumas pretas.

§ 3.º Com o grande uniforme poderá usar-se de calça de casemira branca com galão de ouro. Chapéo com plumas brancas. (Regimento das Legações, art. 12.)

Art. 129. Os membros do Corpo Diplomatico deverão ter em vista o art. 72, § 2º, da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas brasileiras, sendo-lhes vedado, pois, o uso de titulos nobiliarchicos na correspondencia official e de condecorações daquellas ordens a que tiverem pertencido, e bem assim o mesmo art. 72, § 29, em virtude do qual perderão todos os direitos politicos os cidadãos brasileiros que acceitarem condecorações ou titulos nobiliarchicos estrangeiros. (Regimento das Legações, art. 13.)

CAPITULO XI

DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DO MINISTRO

Art. 130. O Chefe da Legação brasileira, notificando ao Ministro dos Negocios Estrangeiros do Estado onde deve residir a sua chegada, pedirá particularmente informações sobre a apresentação que lhe possa competir, entendendo-se com a pessoa que lhe fôr designada, caso seja este o estylo.

§ 1.º Os Ministros brasileiros reclamarão todas aquellas honras que lhes constar terem sido feitas aos de igual categoria de outras Potencias, e bem assim a perfeita reciprocidade do que se praticar no Brasil relativamente aos Ministros desse Estado revestidos do mesmo character.

§ 2.º Serão acompanhados no acto da sua apresentação pelos Secretarios e Addidos, quando isso não fôr contrario ao ceremonial do paiz onde tiverem de residir.

§ 3.º Quanto ás visitas de etiqueta que deverão fazer aos Ministros de Estado, Corpo Diplomatico e mais personagens de distincção, regular-se-hão tambem pela pratica seguida nos paizes de suas residencias. (Regimento das Legações, art. 14.)

Art. 131. Os Chefes de Legação conformar-se-hão com as disposições do artigo antecedente quando tiverem de retirar-se dos paizes onde se acharem acreditados. (Regimento das Legações, art. 15.)

Art. 132. Na eventualidade de se julgarem os Chefes de Legação inhibidos de continuar a manter relações amigaveis com os Governos junto aos quaes estejam acreditados, cumpre-lhes dar, pelo meio mais prompto, conhecimento disso ao Governo Federal, que, pela mesma fórma, lhes indicará o procedimento que devem ter. (Regimento das Legações, art. 16.)

Art. 133. No caso de ruptura de relações diplomaticas os Chefes de Legação só procederão de accôrdo com as instrucções que lhes expedir o Governo Federal. (Regimento das Legações, art. 17.)

Art. 134. Os Chefes de Legação, dado o caso do artigo anterior, antes de se retirarem, confiarão aos Consules brasileiros e, na falta destes, a qualquer Legação de paiz amigo, a guarda do respectivo archivo. (Regimento das Legações, art. 18.)

CAPITULO XII

DA ENTREGA DA LEGAÇÃO

Art. 135. Ausentando-se da Legação com licença ou por ordem do Governo, o Ministro acreditará, na qualidade de Encarregado de Negocios, o 1º Secretario e, na falta deste, o 2º, quando houver, munindo-os das precisas instrucções para que prosigam no andamento das negociações pendentes e no cumprimento das ordens do Governo.

§ 1.º Os funcionarios diplomaticos quando forem removidos ou exonerados, entregarão ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir provisoriamente o posto, todos os documentos pertencentes ao archivo confiados á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas numeradas por ordem de datas por elles redigidas.

§ 2.º Essa entrega será feita por uma declaração escripta em triplicata, conforme o modelo seguinte :

MODELO

Nesta data, de accôrdo com o art. 135, § 2º, da Consolidação das Leis, decretos e decisões referentes ao Corpo diplomatico brasileiro, procedeu-se á verificação dos papeis e registros, que compõem o archivo da Legação do Brasil em... entre o Sr. (nome do funcionario que estiver) e o Sr. (nome do funcionario titular ou substituto interino).

Desta verificação resultou:

a) que o dito archivo contém os papeis, registro, correspondencias, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição, de accôrdo com o inventario procedido em... (data) ;

b) (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr... (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papeis que recebeu em seu caracter official.

§ 3.º Daquella triplicata um exemplar ficará na respectiva Chancellaria, outro será remettido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retira.

§ 4.º Além da referida entrega, deverá o Ministro fornecer ao seu successor as necessarias informações sobre o esta-

do e andamento dos negocios a seu cargo, capacidade dos empregados da Legação e finalmente todos aquelles esclarecimentos que o possam habilitar para dignamente preencher o lugar de que o empossa. (Regimento das Legações, art. 19.)

Art. 136. As pessoas encarregadas de missões especiaes e de outras quaesquer commissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no mesmo Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papeis relativos aos serviços temporarios que lhes foram confiados. (Regimento das Legações, art. 20.)

CAPITULO XIII

DA CORRESPONDENCIA

Art. 137. As Legações brasileiras se corresponderão directamente com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com as demais Legações brasileiras e com os consules estabelecidos no paiz de sua residencia, e, em officios abertos, com os demais Ministerios, por intermedio da Secretaria.

Art. 138. Nos termos do art. 49 da Constituição Federal, o funcionario que preside o Ministerio das Relações Exteriores é o — *Ministro de Estado das Relações Exteriores* — e assim deve ser designado na correspondencia official.

Art. 139. O Sub-Secretario de Estado é o chefe e director permanente de todos os serviços administrativos da competencia do Ministro e auxiliar politico deste, a quem representará por delegação ou substituirá em todos os impedimentos e faltas temporarias. (Decreto n. 9.363, de 7 de fevereiro de 1912).

Art. 140. Em caso de gravidade ou urgencia, deverão os Ministros brasileiros transmittir directamente aos Governadores ou Presidentes dos Estados quaesquer communicações que interessem á segurança ou á saude publica e os habilitem a tomar com oportunidade convenientes medidas preventivas e outras. (Regimento das Legações, art. 22.)

Art. 141. Os officios terão numeração especial para cada uma das secções da Secretaria de Estado e para cada uma das series — ostensiva, reservada, confidencial; essa numeração começará e se encerrará dentro de cada anno civil sendo vedado tratar em cada officio de mais de um assumpto, ainda que pertencente a uma mesma Secção. (Regimento das Legações, art. 23 e Circular n. 21, 2ª Secção, de 30 de agosto de 1909.)

Art. 142. De todos os indices, lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um delles, será remettida á Secretaria de Estado no mez de janeiro uma cópia

para servir de indice geral do volume respectivo, formando-se um indice para cada secção e para cada rubrica — ostensivos, reservados e confidentiaes.

Art. 143. Esses indices serão assim organizados:

Declaração da secção, rubrica e anno;

Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez ;

No centro o indice;

Ao lado direito tres columnas, destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao objecto.

Cada uma das rubricas se designará pela sua letra inicial
O. — R. — C.

Art. 144. As cópias, do mesmo formato dos officios, indicarão no alto o numero, data, secção e rubrica daquelle a que vierem annexas.

Art. 145. Os officios sobre o objecto das conferencias entre o Chefe da Missão e o Governo junto ao qual estiver acreditado serão acompanhados de cópias textuaes dellas. (Regimento das Legações, art. 80.)

Art. 146. A' margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior ao mesmo objecto.

Art. 147. O texto deve referir-se ás cópias ou documentos annexos, numerados successivamente, repetindo-se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos.

Art. 148. Devem ser absolutamente excluidas quaesquer abreviaturas.

Art. 149. A' excepção da 1ª pagina onde a designação da Legação, a data, etc., exigem alguns espaços em claro, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando sómente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos.

Art. 150. Na remessa dos officios deve-se evitar o augmento desnecessario do peso das malas, cumprindo separar unicamente os reservados e confidentiaes dos ostensivos, sem distinguil-os por secções e fazendo-se sómente tres maços, além do dos officios.

Art. 151. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados; e em confidentiaes, sómente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente comunicação mais intima entre o Agente diplomatico e o Ministro.

Art. 152. A comunicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não isenta o Agente do dever de tratar delle officialmente.

Art. 153. Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos em duplicata (indicados os titulos e datas), collados por sua ordem sobre folhas de papel do formato identico aos dos mesmos officios. (Circular n. 7, de 22 de setembro de 1903.).

Art. 154. As folhas de officios e documentos que contiverem mais de quatro paginas e os annexos aos mesmos officios devem ser sempre ligados por um cordão ou fita. (Cires. ns. 27 de 7 de dezembro de 1904 e 27 de novembro de 1906).

Art. 155. Quando aos despachos do Ministerio, circulares ou não, forem appensos documentos impressos ou manuscriptos em um só exemplar, em caso algum deverão ser elles destacados e serão encadernados com os mesmos despachos. (Circular n. 10, de 12 de maio de 1906.).

Art. 156. Sempre que os officios se computarem de mais de duas paginas, os documentos que aos mesmos vierem annexos deverão ser ligados depois da ultima folha. (Circ. de 26 de novembro de 1908).

Art. 157. A correspondencia postal dirigida ao Ministerio deve trazer o endereço: «Ao Ministerio das Relações Exteriores», deixando de se declarar na sobrecarta o nome e titulo do Ministro de Estado; a correspondencia telegraphica deve trazer o endereço: «Exteriores — Rio», e como assignatura apenas o sobrenome do remettente. Sómente quando se tratar de correspondencia sobre assumptos particulares ou de interesse privado, será ella dirigida nominalmente ao Ministro de Estado. (Cires. n. 2, de 9 de março de 1903, n. 30, de 17 de outubro de 1908 e n. 6 de 20 de março de 1913).

Art. 158. Os funcionarios do Corpo Diplomatico usarão das seguintes fórmulas de cortezia no fecho da correspondencia:

I) dirigindo-se a funcionarios de categoria superior á sua, dirão:

— *Tenho a honra de apresentar (1ª communicação) ou reiterar (communicações posteriores) a V. Ex. ou V. S. os protestos da minha respeitosa consideração.*

II) Dirigindo-se a funcionarios da sua categoria ou de categoria inferior:

a) Aos Embaixadores da Republica:

— *Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.*

b) Aos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios da Republica effectivos, em missão especial ou em commissão; aos Generaes do Exercito ou da Armada; aos Membros da Côrte de Appellação do Districto Federal e dos Tribunaes Superiores dos Estados; aos Directores Geraes da Secre-

taria de Estado das Relações Exteriores; ao Presidente do Tribunal de Contas; ao Prefeito e ao Chefe de Policia do Districto Federal; ao Consultor Geral da Republica e aos Consultores Juridicos do Ministerio das Relações Exteriores; aos Directores do Thesouro e Directores Geraes das outras Secretarias de Estado; ao Delegado do Thesouro Brasileiro em Londres; aos Juizes de Direito Federaes; aos Ministros ou Secretarios de Estado dos Estados da União:

— *Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.*

c) Aos Ministros Residentes; aos Directores de Secção das Secretarias de Estado; aos Directores de Repartições subordinadas aos outros Ministerios e aos Consules Geraes de Primeira Classe:

— *Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha perfeita estima e consideração.*

d) Aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores assim como a quesquer outros funcionarios ou autoridades civis ou militares não declarados acima, federaes ou estaduais:

— *Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.*

e) Aos particulares:

— *Apresento ou reitero a V. S. os protestos da minha consideração.*

(Circular n. 18, de 13 de junho de 1913).

Art. 159. Na correspondencia com autoridades estrangeiras, as Legações brasileiras empregarão as fórmulas de cortezia usadas no estylo official do paiz em que estiverem.

(Circulares de 4 de dezembro de 1908 e n. 18, de 13 de junho de 1913).

Art. 160. Quando forem dadas ou transmittidas ordens e instrucções, não será necessario ordenar ou recomendar sempre a sua execução; bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as tenha presentes ou que as execute, devendo este entender que o pedido do seu superior hierarchico ou de qualquer autoridade competente é necessariamente uma ordem. (Circulares de 4 de dezembro de 1902 e n. 18, de 13 de junho de 1913.)

Art. 161. Nas communicações de maior importancia e segredo se usará das cifras adoptadas.

Art. 162. As communicações de maior urgencia devem ser feitas pelo telegrapho.

Art. 163. Os telegrammas serão redigidos com o maior laconismo possivel, numerados devidamente, registrados em livro especial e escriptos em cifra unicamente quando a materia

fôr muito reservada e supprimindo-se as palavras e particulas, cuja omissão não prejudique a sua intelligencia, ficando responsaveis pelo custo dos telegrammas ou das palavras inuteis os funcionarios que transgredirem esta disposição.

Art. 164. Não serão indemnizados nem respondidos os telegrammas officiaes sobre objecto alheio ás attribuições legaes. Só serão respondidos os de interesse particular, quando trouxerem resposta paga. (Regimento das Legações, art. 28 e Circular n. 28, de 22 de agosto de 1912.)

Art. 165. Quando na correspondencia forem feitas transcripções de tentos, as aspas devem ser empregadas de accôrdo com as seguintes regras:

1ª, Sempre que o trecho transcripto conste apenas de um paragrapho, as aspas de abrir deverão ser collocadas no começo do paragrapho e as de fechar no fim de ultima linha;

2ª, Si o trecho transcripto contiver diversos paragraphos, as aspas de abrir deverão estar antes da primeira palavra de cada paragrapho, e as de fechar sómente depois da derradeira palavra do ultimo paragrapho;

3ª, Si o trecho transcripto contiver, por sua vez, alguma citação, deverá esta trazer aspas de abrir no começo de cada linha, e aspas de fechar unicamente no fim da derradeira palavra da ultima linha. (Circular n. 32, de 12 de dezembro de 1904.)

Art. 166. As informações sobre os assumptos constantes dos arts. 175, 177, 178 e 179 serão annualmente publicadas com o titule — Informações Diplomaticas e Consulares do Brasil —; os documentos estrangeiros, que figurarem naquella collecção, deverão ser traduzidos ou delles darão noticia ou extracto, segundo a sua extensão e natureza; não conterão noticias e observações de character reservado, devendo estas ser communicadas separadamente em officios dessa série. (Regimento das Legações, art. 29.)

Art. 167. Os relatorios, de que trata o art. 188, serão em fórma de artigo ou correspondencia, deixando sempre o verso branco, de modo que, apenas recebidos, possam ser mandados para o *Diario Official*, e serão dirigidos á Secretaria de Estado onde serão examinados antes da publicação (Regimento das Legações, art. 30).

Art. 168. Os relatorios de noticias, a que se refere o art. 186, tendo de ser reunidos no fim do anno, terão numeração especial e um indice que facilite a sua busca. (Regimento das Legações, art. 31.)

Art. 169. A's missões especiaes e a quaesquer outras com-missões são necessariamente extensivas as regras estabelecidas quanto á correspondencia. (Regimento das Legações, art. 26.)

CAPITULO XIV

DEVERES DOS CHEFES DE LEGAÇÃO

Art. 170. Os principaes deveres dos chefes de Legação são:

1º, procurar manter inalteravel a mais perfeita harmonia e a boa intelligencia entre o Brasil e a Potencia junto á qual se acham acreditados;

2º, zelar constantemente a dignidade do Chefe do Estado e da Nação que representam;

3º, pugnar incessantemente pelos direitos e interesses dos seus concidadãos. (Regimento das Legações, art. 32.)

Art. 171. Para os mencionados effeitos vigiarão sollicitamente sobre a fiel observancia dos tratados com o Brasil e re- clamarão contra qualquer infracção que occorrer. (Regimento das Legações, art. 33.)

Art. 172. Exigirão ainda aquellas regalias geraes que se lhes possam negar e forem aliás consagradas pelo Direito das Gentes, favor do Governo, titulo de posse ou direito consuetudinario; preferindo, sempre que seja praticavel, tratar verbalmente destes assumptos. (Regimento das Legações, artigo 34.)

Art. 173. Terão a maior circumspecção em todas essas reclamações, que deverão sempre ser feitas com a mais cordeal urbanidade,conciliando-se o decôro da Republica com a respeitosa consideração devida ás nações amigas e alliadas. (Regimento das Legações, art. 35.)

Art. 174. Procurarão inteirar cabalmente o Governo do estado das relações politicas entre o paiz de sua residencia e as outras Potencias, e darão tambem circunstanciada conta do que colligirem a respeito da natureza e andamento das pretensões destas. (Regimento das Legações, art. 36.)

Art. 175. Darão parte da conclusão de quaesquer tratados, convenções ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas e consequencias. (Regimento das Legações, art. 37.)

Art. 176. Jamais deverão omittir na sua correspondencia ordinaria a participação das noticias conceituadas que houver sobre a conservação do socego interno e externo do paiz, mencionando os preparativos e armamentos que indicarem alguma ruptura e outros quaesquer movimentos que causem sensação no publico. (Regimento das Legações, art. 38.)

Art. 177. Communicarão as leis e regulamentos promulgados; as discussões importantes e que derem logar no Parlamento ou Camaras Legislativas, e as difficuldades praticas, que entorpecerem a sua litteral execução. (Regimento das Legações, art. 39.)

Art. 178. Participarão as invenções de qualquer natureza; os progressos das sciencias e artes; as medidas adoptadas para promovel-as e premial-as, bem como os meios por que se poderiam estender os seus beneficios aos cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 40.)

Art. 179. Não só darão noticia do estado de saude publica como tambem communicarão os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste. (Regimento das Legações, art. 41.)

Art. 180. Transmittirão cópia das notas que passarem e receberem sobre negocios de maior importancia e bem assim os protocollos das conferencias que a respeito dos mesmos tiverem. (Regimento das Legações, art. 42.)

Art. 181. Annunciarão as alterações que sobrevierem no pessoal e systema da administração publica. (Regimento das Legações, art. 43.)

Art. 182. Remetterão os principaes e mais conceituados jornaes que se publicarem, tanto a favor do Governo do Brasil, como da opposição, e nelles farão discretamente inserir a refutação dos ataques que se possam dirigir contra o mesmo Governo. (Regimento das Legações, art. 44.)

Art. 183. Remetterão um relatorio annual dos negocios tratados na respectiva Legação. (Regimento das Legações, art. 45.)

Art. 184. Farão, além disso, o historico, que remetterão á Secretaria, de cada um dos negocios de mais vulto que pela mesma Legação tenha passado desde a sua creação.

Paragrapho unico. Esse historico deverá ser registrado em livro especial e continuado pelo mesmo systema, sendo a continuação remettida á Secretaria de Estado todos os annos pelo primeiro paquete de março impreterivelmente. (Regimento das Legações, arts. 46 e 76.)

Art. 185. Se acontecer que antes daquelle mez seja mudado o Chefe da Legação, entregará elle ao seu successor ou ao Secretario incumbido da Legação, o alludido relatorio, comprehendendo o tempo até a sua retirada. (Regimento das Legações, art. 77.)

Art. 186. Para que no caso de mudança do Chefe da Legação ou do Secretario seus successores tenham prompto conhecimento das ordens expedidas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devem ser registradas chronologicamente em livro especial todas aquellas que por sua natureza tiverem execução permanente, procedendo-se para esse fim a um exame minucioso, quanto ao passado. (Regimento das Legações, art. 80.)

Art. 187. As conferencias sobre negocios a cargo da Legação serão registradas por extenso em livro especial, de modo

a poder ser consultado quando convier e, sobretudo, nos casos em que, retirado o Chefe da Legação, careça o seu successor ter conhecimento perfeito de todos os incidentes de taes conferencias. (Circular n. 34, citada.)

Art. 188. Remetterão, para serem publicados no *Diario Official*, relatorios de noticias politicas, economicas e financeiras. (Regimento das Legações, art. 47.)

Art. 189. Enviarão á Secretaria um relatorio de noticias mais desenvolvido e que abranja todas as grandes questões que possam estabelecer precedentes, citando as fontes mais autorizadas e em que se encontre a exposição circunstanciada de todos os incidentes. (Regimento das Legações, art. 48.)

Art. 190. Corresponder-se-ão directamente com as demais Legações brasileiras, afim de que se coadjuvem e mutuamente promovam e facilitem o cabal desempenho das suas respectivas incumbencias. (Regimento das Legações, art. 49.)

Art. 191. Enviarão no fim do anno uma fiel recapitulação da correspondencia a que se refere o artigo precedente, trocada sobre objecto do serviço publico. (Regimento das Legações, art. 50.)

Art. 192. Do mesmo modo communicarão ás demais Legações todas aquellas noticias que alcançarem no paiz de sua residencia, relativamente aos negocios dos outros, onde existam igualmente missões brasileiras, uma vez que taes negocios affectem de qualquer modo os interesses do Brasil. (Regimento das Legações, art. 51.)

Art. 193. Prestarão aos agentes consulares, que lhes são subordinados, a mais franca e cordial cooperação, apoiando quando fôr preciso as reclamações que fizerem, em virtude do Regulamento Consular. (Regimento das Legações, art. 52.)

Art. 194. Julgando conveniente a creação de Consulados brasileiros no Estado onde residirem e proventura os não haja, deverão assim significar-o ao Governo. (Regimento das Legações, art. 53.)

Art. 195. Interporão parecer sobre a creação de Vice-Consulados e as nomeações de Vice-Consules e Agentes Commercias propostas pelos Consules, afim de serem confirmadas pelo Governo, ao qual as encaminharão, podendo assentir no provimento interino dos logares já creados antes da approvação do Governo. (Regimento das Legações, art. 54.)

Art. 196. Compete-lhes o beneplacito ás demissões de Vice-Consules não confirmadas pelo Governo, dadas pelos Consules, quando aquelles não correspondam á confiança destes. (Regimento das Legações, art. 55.)

Art. 197. Promoverão a obtenção do *exequatur* para as cartas patentes que os Consules são obrigados a entregar-lhes, ou remetter-lhes, afim de entrarem no exercicio das suas funções. (Regimento das Legações, art. 56.)

Art. 198. Observarão a mais perfeita urbanidade com as Legações dos outros Estados, jámais se negando aos bons officios que ellas lhes requeiram, comtanto que nem de leve compromettam o decôro e a dignidade do Governo do Brasil, em cujo nome nunca deverão igualmente contrahir quaesquer ajustes para que se não acharem devidamente autorizados, limitando-se, nesse caso, a acceitar *ad referendum* as propostas que se lhes possam fazer. (Regimento das Legações, art. 57.)

Art. 199. Prestarão aos cidadãos brasileiros todos os auxilios necessarios para a manutenção dos seus direitos, promovendo por todos os meios a seu alcance a creação, prosperidade e consolidação dos seus estabelecimentos. (Regimento das Legações, art. 58.)

Art. 200. Aos desvalidos, que justificarem ser cidadãos brasileiros, mandarão soccorrer pelos Consules, fazendo observar, na falta destes, o que a semelhante respeito se acha estabelecido na respectiva Consolidação. (Regimento das Legações, art. 59.)

Art. 201. Na prestação de taes soccorros cumpre que haja toda a circumspecção, devendo unicamente considerar-se como *desvalidos*, além dos prisioneiros de guerra e naufragos nacionaes, aquelles brasileiros que satisfactoriamente provarem que a sua honra nada soffre com o estado de penuria a que se acham reduzidos, sendo esta occasionada por acontecimentos inteiramente independentes da sua regular conducta. (Regimento das Legações, art. 60.)

Art. 202. Darão passaportes aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores ou commissionados do Governo, e, nos casos urgentes e especiaes, aos demais cidadãos brasileiros. (Regimento das Legações, art. 61.)

Art. 203. Poderão exigir dos empregados consulares todas as informações relativas aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regimento das Legações, art. 62.)

Art. 204. Solicitarão o cumprimento das rogatorias logo que as recebam não fazendo para isso despesas sem ordem do Governo, salvo quando as mesmas forem expedidas *ex-officio*. (Regimento das Legações, art. 63.)

Art. 205. Só poderão receber aquellas rogatorias por intermedio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Regimento das Legações, art. 64.)

Art. 206. Compete-lhe o exercicio de attribuições sobre o casamento civil, registrando em livro especial os editaes e proclamas, conforme o determinam a Lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, e o Decreto, que a regula, n. 233, de 27 de fevereiro do mesmo anno, e bem assim das que lhes confere o Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888, sobre o registro civil. (Regimento das Legações, art. 65.)

Art. 207. Não havendo inconveniente mandarão passar certidão dos documentos constantes dos livros da Legação e farão registrar em livro especial os documentos que os cidadãos brasileiros lhes apresentarem ou requererem. (Regimento das Legações, art. 68.)

Art. 208. Incumbe-lhes a maior vigilancia a respeito da Secretaria da Legação e dos empregados que lhes estão sujeitos e prestarão, em janeiro e julho de cada anno, em officio reservado, sem numero, informações francas e positivas sobre o procedimento official e particular, não só daquelles empregados, como também dos Consules Geraes e dos Agentes Consulares. Essas informações só serão vistas pelo Governo e guardadas com a maior segurança. (Regimento das Legações, art. 69.)

Art. 209. Iniciarão devidamente nos negocios da Legação os respectivos secretarios, que os devem substituir nos seus impedimentos, bem entendido, emquanto a circumspecção destes justificar a confiança do Governo e o conceito que anteriormente lhes merecessem; e, no caso contrario, darão immediata conta ao Governo para providenciar como convier. (Regimento das Legações, art. 70.)

Art. 210. Afim de habilitar os Secretarios de sua Legação para superiores cargos da carreira diplomatica, propôr-lhes-ão memorias sobre qualquer objecto proprio para desenvolver o seu entendimento e mostrar a intelligencia e talentos de que forem dotados, communicando os trabalhos mais importantes de uns e outros. (Regimento das Legações, art. 71.)

Art. 211. Marcarão as horas do trabalho durante as quaes os empregados da Legação nella devem permanecer. Além desse tempo marcado, poderão estes ser convocados todas as vezes que o serviço assim o exigir. (Regimento das Legações, art. 72.)

CAPITULO XV

DEVERES DOS PRIMEIROS E SEGUNDOS SECRETARIOS E DOS ADDIDOS

Art. 212. Incumbe aos Primeiros Secretarios ou aos Segundos das legações onde não houver primeiros:

I—Substituir os Ministros nos casos já marcados ou no do seu fallecimento e assumir então o caracter de Encarregado

de Negocios, ficando ligados a todas as obrigações prescriptas pela presente Consolidação aos Chefes de Legação;

II—Lembrar aos Ministros tudo quanto lhes parecer conveniente e util e representar-lhes mesmo, com o respeito que lhes devem sempre tributar, sobre aquellas decisões que julgarem menos acertadas, as quaes aliás cumprirão, insistindo os Ministros;

III—A inspecção da Secretaria que regem e a guarda do respectivo archivo e sello das Armas;

IV—Os trabalhos de segredo e seu registro que exclusivamente lhes pertence;

V—A redacção das memorias, informações e relatorios que exigirem os Chefes de legação ;

VI—A redacção do expediente principal e sua distribuição pelos segundos Secretarios e Addidos;

VII—A formação dos mappas, contas e outros documentos para o Ministerio;

VIII—Requerer aos Ministros, os livros, papel e outros artigos precisos para o expediente e satisfazer essas despesas e outras, á vista da competente ordem dos Ministros para esse offeito;

IX—Formalizar, sob responsabilidade propria, uma fiel informação semestral sobre a capacidade, applicação, discrição e conducta dos segundos Secretarios e Addidos e sobre o modo por que os empregados subalternos desempenham as suas funcções;

X—Passar certidões requeridas, precedendo despacho dos Ministros. (Regimento das Legações, art. 73.).

Art. 213. Incumbe aos Segundos Secretarios das legações que tiverem primeiros, e aos Addidos, debaixo da inspecção dos Secretarios:

I—A escrituração e registro da Legação;

II—Pôr a limpo o expediente, tirar as segundas vias, cópias e mais trabalhos de que os encarregarem os primeiros Secretarios;

III—Fazer os exercicios de que trata o art. 153 pelos quaes se habilitarão e mostrarão a sua idoneidade para superiores empregos;

IV—Classificar os jornaes e mais impressos para o Governo e os que a Legação receber. (Regimento das Legações art. 74.).

Art. 214. Os Addidos coadjuvarão os Secretarios naquillo que lhes fôr determinado pelos Ministros ou Chefes de Legação. (Regimento das Legações, art. 75.).

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1913. — *Regis de Oliveira.*

INDICE ALPHABETICO

A

- Acreditados cumulativamente — Ministros. — Art. 20.
Addidos sem vencimentos — demissão. — Art. 31.
» » » — deveres. — Art. 314.
» » » — nomeação. — Art. 10, § 2º.
Agentes commerciaes — nomeação. — Art. 195.
» consulares — correspondencia. — Art. 193.
» de sociedade. — Art. 34.
Ajudas de custo — concessão. — Arts. 83 a 91.
» » » — de estabelecimento. — Arts. 83 a 88.
» » » — das missões especiaes. — Art. 86.
» » » — pagamento. — Art. 85.
» » » — saques. — Arts. 88 a 90.
Aluguel da chancellaria. — Art. 81.
America — Legações na. — Art. 1º.
Aposentadoria — contagem de tempo. — Arts. 19 e 20.
» — dos empregados em disponibilidade. — Art. 15.
» — gratificação de. — Art. 22.
» — tratamento. — Art. 22, paragrapho unico.
» — uniforme. — Art. 22, paragrapho unico.
» — vencimentos de. — Arts. 19 a 21, 54, 61 e 66.
Apresentação dos empregados em disponibilidade. — Art. 14.
» » chefes de Legação. — Art. 130.
Archivo das Legações. — Arts. 11 e 113.
Artigos de jornaes. — Arts. 153 e 182.
Asia — Legação na. — Art. 1º.
Aspas — emprego das. — Art. 165.
Ataques de jornaes — refutação. — Art. 182.
Ausencia dos empregados diplomaticos. — Arts. 36, 37 e 39.
Autoridades estrangeiras — correspondencia com as. — Artigo 159.
» nacionaes — correspondencia com as demais Legações. — Arts. 190 e 192.
Autoridades nacionaes — correspondencia com os agentes consulares. — Art. 193.
Auxilio aos brasileiros. — Arts. 199 a 201.
Avisos de saques. — Art. 74.

B

- Brasileiros — auxilio a. — Arts. 199 a 201.
» — celebração de casamento. — Art. 206.
» — passaporte a. — Art. 202.

C

- Casamento civil. — Art. 206.
Certidão de documentos. — Art. 207.

- Chamados a serviço — Ministros. — Arts. 11 e 57.
» » » — Secretarios. — Arts. 12 e 57.
Chancellaria — aluguel. — Art. 81.
» — despeza de expediente. — Art. 80.
» — livros. — Arts. 118 a 127.
Chefes de Legação — apresentação. — Art. 130.
» » » — deveres dos. — Arts. 170 e 171.
» » » — direitos. — Art. 29.
» » » — retirada. — Art. 131.
» » » — relações. — Art. 132.
» » » — ruptura de relações diplomaticas. — Artigos 133 e 134.
Cifras — seu uso — Art. 161.
Classificação das Legações. — Arts. 1º e 2º.
Concessão de ajudas de custo. — Arts. 83 a 91.
Condecorações — seu uso. — Art. 129.
Conferencias — correspondencia sobre. — Art. 145.
» — registro das. — Art. 147.
Consulados — criação de. — Art. 194.
Consules — *exequatur*. — Art. 197.
Contagem de tempo para aposentadoria. — Arts. 92 a 98.
» » » dos empregados em disponibilidade por supressão do cargo. — Art. 93.
Contagem de tempo dos empregados da Secretaria de Estado. — Art. 95.
Contagem de tempo de licença ou enfermidade por mais de seis mezes. — Art. 94.
Contribuição para o montepio. — Arts. 99 e 109.
Correspondencia — expedição. — Arts. 137 a 161.
» — com as autoridades brasileiras. — Art. 140.
» — » » estrangeiras. — Art. 159.
» — com a Secretaria de Estado. — Arts. 114 e 115.
Correspondencia — formulas de cortezia. — Art. 158.
» — indices. — Arts. 142 e 143.
» — das missões especiaes. — Art. 169.
» — com os agentes consulares. — Art. 193.
» — sobre conferencias. — Art. 145.
» — telegraphica. — Arts. 157, 162 a 164.
Criação de Consulados. — Art. 194.
» » Legações. — Art. 3º.
» » Vice-Consulados. — Art. 195.
Cumprimento de cartas rogatorias. — Arts. 204 e 205.

D

- Declaração de entrega da Legação. — Art. 135, § 2º.
» para o montepio. — Arts. 103 e 104.
Delegacia em Londres — aluguel da chancellaria. — Art. 81
» » » — avisos de saques. — Art. 74.

- Delegacia em Londres — recibo de vencimentos. — Arts. 74 a 76
» » » — saques de ajudas de custo. — Arts. 88 a 90.
Demissão dos empregados diplomaticos. — Arts. 31 e 32.
Desconto para o montepio. — Art. 100.
Despesas — aluguel da chancellaria. — Art. 81.
» — expediente. — Art. 80.
» — pedido de pagamento. — Art. 71.
Desvalidos — auxilio. — Art. 199 a 201.
Deveres dos addidos. — Art. 214.
» dos chefes de Legação. — Arts. 170 e 171.
» » secretarios. — Arts. 212 e 213.
Direitos dos chefes de missão. — Art. 29.
Dispensa de exame. — Arts. 25 e 26.
Disponibilidade — activa. — Art. 13, § 1º.
» — aposentação dos empregados em. — Art. 15.
» — inactiva. — Art. 15.
» — licença para servir no estrangeiro. — Art. 16.
» — pedida. — Art. 56.
» — prazo para apresentação. — Art. 14.
» — tratamento. — Art. 17.
» — uniforme. — Art. 17.
» — vencimento de. — Arts. 54 a 56 e 65.
» — volta á effectividade. — Art. 18.
Documentos — certidão de. — Art. 207.
» — registro de. — Art. 207.

E

- Effectividade — de serviço. — Arts. 9 a 13.
» — vencimentos de. — Arts. 44 a 53, 60 a 62.
Embaixada — estabelecimento. — Art. 1º.
Embaixador — nomeação. — Art. 5º.
Empregados diplomaticos — ajudas de custo. — Arts. 83 a 91.
» » — aposentadoria. — Arts. 19 a 22.
» » — ausencia dos. — Arts. 36, 37 e 39.
» » — chamados. — Arts. 11, 12 e 57.
» » — demissão. — Arts. 31 e 32.
» » — em disponibilidade. — Arts. 13 a 18.
» » — exame. — Arts. 25 e 26.
» » — em effectividade. — Arts. 9 a 12.
» » — » férias. — Arts. 36 e 37.
» » — informação sobre os. — Art. 208.
» » — licenças. — Arts. 40 a 43, 58 e 59.
» » — prazo para partida. — Art. 63.
» » — passaporte. — Art. 202.
» » — perda de vencimentos. — Arts. 62 e 64.
» » — promoção. — Arts. 30 e 33.

- Empregados diplomaticos — remoção. — Art. 33.
» » — saques. — Arts. 69, 70, 72 a 79,
88 a 90.
Empregados da Secretaria de Estado — nomeação. — Arts. 26
e 27.
Emprego das aspás. — Art. 165.
Encarregado de Negocios. — Art. 10, § 1º e 135.
Entrega da Legação. — Art. 135.
» dos papeis das missões especiaes. — Art. 136.
Enviados extraordinarios. — Art. 2º.
» » — direitos. — Art. 29.
» » — em missão especial. — Art. 5º.
» » — nomeação. — Arts. 23, 24, 28 e 29.
» » — processo. — Art. 35.
Estabelecimento das Legações. — Arts. 110 a 127.
» ajudas de custo. — Arts. 83 e 88.
Estado sanitario — informações. — Art. 179.
Europa — Legações na. — Art. 1º.
Exame. — Arts. 25 e 26.
Exequatur dos Consules. — Art. 197.
Expedição da correspondencia. — Arts. 137 a 161.
» de telegrammas. — Arts. 157, 162 a 164.
Expediente — despesas de — Art. 80.
» — de montepio. — Arts. 101 a 103, 106 e 107.
Extinção das Legações. — Art. 3º.

F

- Fallecimento — ajuda de custo. — Art. 83.
Fecho dos officios. — Art. 158.
Férias dos empregados diplomaticos. — Arts. 36 e 37.
Formulas de cortezia. — Art. 158.

G

- Gratificação adicional. — Arts. 45 e 47.
» de aposentadoria. — Art. 22.
» — saques de — Arts. 46, 72 e 73.

H

- Historico dos negocios de maior vulto. — Arts. 184 e 185.
Horas de trabalho. — Art. 211.

I

- Imprensa — publicações da. — Arts. 153 e 182.
Incompatibilidade para exercer função de agente de sociedade.
— Art. 34.
Indices da correspondencia. — Arts. 142 e 143.
Informações. — Arts. 166, 175, 177 a 179.
» sobre os empregados. — Art. 208.

Informações sobre o estado sanitario. — Art. 179.

» » guerra. — Art. 176.

» » politica. — Art. 174, 175 e 181.

Iniciação dos secretarios. — Arts. 209 e 210.

Inscrição para o montepio. — Art. 105.

Installação das Legações. — Art. 82.

J

Joia do montepio. — Art. 108.

Jornaes — remessa de. — Arts. 153 e 182.

» — refutação de ataques de. — Art. 182.

L

Legações — archivo. — Arts. 111 e 113.

» — creação. — Art. 3º.

» — entrega. — Art. 135.

» — estabelecimento. — Arts. 110 a 127.

» — extinctão. — Art. 3º.

» — installação. — Art. 82.

» — livros. — Arts. 118 a 127.

» — não preenchimento. — Art. 3º.

» — numero. — Art. 1º.

» — organização. — Art. 110.

» — policia. — Arts. 110 e 116.

» — registro de ordens. — Arts. 123 e 124.

» — sellos. — Art. 117.

Licença — ausencia sem. — Art. 39.

» — para gozar no Brazil. — Arts. 40 e 59.

» — » » estrangeiro. — Art. 59.

» — pedidos de. — Art. 42.

» — portarias de. — Art. 43.

» — prazo para entrar no gozo. — Art. 41, § 1º.

» — prorogação. — Arts. 41, §§ 1º e 4º.

» — vencimentos. — Arts. 58 e 68.

Livros que deve haver nas Legações. — Arts. 118 a 127.

M

Ministros — acreditados cumulativamente. — Art. 2º.

» — apresentação. — Art. 130.

» — direitos. — Art. 29.

» — em commissão de Enviados Extraordinarios. —
Art. 6º.

Ministros — chamados a serviços. — Art. 11 e 57.

» — nomeação. — Arts. 23, 24, 28 e 29.

» — processo. — Art. 35.

» — representação. — Art. 51.

Missões especiaes — ajudas de custo. — Art. 86.

» » — correspondencia das — Art. 169.

» » — entrega dos papeis. — Art. 160.

- Montepio — contribuição. — Arts. 99 e 109.
» — declarações. — Arts. 103 e 104.
» — descontos. — Art. 100.
» — expediente. — Arts. 101 a 103, 106 e 107.
» — inscrição. — Art. 105.
» — joia. — Art. 108.

N

- Não preenchimento das Legações. — Art. 3º.
Nomeação — de addidos sem vencimentos. — Art. 10, § 2º.
» — » Agentes Commerciaes. — Art. 195.
» — » Embaixador ou Enviado Extraordinario em missão especial. — Art. 5º.
Nomeação — de empregados da Secretaria de Estado. — Arts. 26 e 27.
Nomeação — dos Ministros. — Arts. 23, 24, 28 e 29.
» — dos secretarios. — Arts. 24 e 25.
» — de Vice-Consules. — Art. 195.
Numero das Legações. — Art. 1º.

O

- Officios — fecho dos. — Art. 158.
Ordens honorificas. — Art. 129.
» do Ministerio. — Art. 186.
» — registros de. — Arts. 123 e 124.
Organização das Legações. — Art. 110.

P

- Pagamento de ajudas de custo. — Art. 85.
» » contribuição para o montepio. — Arts. 99 e 109.
» » joia do montepio. — Art. 108.
» pedido á Secretaria. — Art. 71.
Passaporte a brasileiros. — Art. 202.
Pedidos de licença. — Art. 42.
Perda do cargo. — Art. 63.
» de vencimento. — Arts. 62 e 64.
Polícia das Legações. — Arts. 110 a 116.
Portaria de licença. — Art. 43.
Posto — ausencia do. — Arts. 36, 37 e 39.
Prazo para o regresso dos empregados. — Art. 14.
» » a demissão. — Art. 31.
» » partir para o posto. — Art. 63.
Processo dos Ministros. — Art. 35.
Promoção. — Arts. 30 e 33.
» — vencimentos de. — Arts. 67 e 68.
Prorrogação de licença. — Art. 41, §§ 1º e 4º.
Publicações pela imprensa. — Art. 182.

R

- Recebimento e entrega da Legação. — Art. 135.
Recibos de vencimentos. — Arts. 74 a 76.
Refutação de artigos. — Art. 182.
Registro das conferencias. — Art. 187.
» de documentos. — Art. 207.
» » ordens. — Arts. 123 e 124.
Relações politicas. — Art. 174.
» com as Legações de outros Estados. — Art. 198.
Relatorios. — Arts. 167 a 189.
Remessa de jornaes. — Art. 182.
» da recapitulação da correspondencia com as Legações.
— Art. 191.
Remessa de recibos de saques. — Arts. 76 e 77.
Remoção. — Art. 33.
» —solicitada. — Art. 91.
» —vencimentos de. — Arts. 67 e 68.
Representação dos Ministros. — Art. 51.
Retirada dos chefes de Legação. — Art. 131.
Rogatorias. — Arts. 204 e 205.
Ruptura das relações diplomaticas. — Arts. 133 e 134.

S

- Saques de ajudas de custo. — Arts. 88 a 90.
» » gratificações. — Arts. 46, 72 e 73.
» dos vencimentos. — Arts. 69, 70, 72 a 79.
Saude publica — noticias. — Art. 179.
Secretaria de Estado — comunicação de installação da Legação. — Art. 112.
Secretaria de Estado — comunicação de partida ou chegada.
— Art. 73.
Secretaria de Estado — comunicação de começo ou terminação de exercicio. — Art. 73.
Secretaria de Estado — correspondencia. — Arts. 114 e 115.
» » » — pedidos de pagamento. — Art. 71.
» » » — remessa dos recibos de saques. — Artigos 76 e 77.
Secretarios — em commissão de conselheiros. — Art. 6º.
» — ausencia. — Arts. 36 a 40.
» — categorias. — Art. 7º.
» — chamados a servir na Secretaria de Estado. — Arts. 12 e 57.
Secretarios — deveres. — Arts. 212 e 213.
» — distribuição. — Art. 7º.
» — exame. — Arts. 25 e 26.
» — iniciação dos. — Arts. 209 e 210.
» — licenças. — Arts. 40 a 43, 58 e 59.
» — nomeação. — Arts. 24 e 25.

Secretarios — numero. — Art. 7°.

» — substituição dos Ministros. — Art. 10, § 1°.

Sellos das Legações. — Art. 117.

Sub-Secretario de Estado. — Art. 139.

T

Telegrammas. — Arts. 157, 162 a 164.

Trabalho — horas de. — Art. 241.

Transcrição de textos. — Art. 165.

Tratados. — Art. 175.

Tratamento dos empregados aposentados. — Art. 22.

» » » em disponibilidade. — Art. 17.

U

Uniforme. — Art. 128. — Modelos annexos.

Uso das aspas. — Art. 165.

» » cifras. — Art. 161.

» de condecorações, ordens honorificas e titulos nobiliarchicos. — Art. 129.

Uso de uniformes. — Arts. 17, 22 e 128.

V

Vencimentos — divisão dos. — Art. 48.

» — de effectividade de serviço. — Arts. 44 a 53, 60 a 62.

Vencimentos — dos empregados aposentados. — Arts. 19 a 21, 54, 61 e 66.

Vencimentos — dos empregados chamados a serviço. — Art. 57.

» — » » em commissão. — Art. 58.

» — » » » disponibilidade. — Arts. 54 a 56 e 65.

Vencimentos — dos empregados licenciados. — Arts. 58 e 68.

» — gratificação adicional. — Arts. 45 e 47.

» — perda dos. — Arts. 62 e 64.

» — de promoção. — Arts. 67 e 68.

» — » remoção. — Arts. 67 e 68.

» — recibos. — Arts. 74 a 76.

» — saques. — Arts. 69 e 70, 72 a 79.

Vice-Consulados — criação de. — Art. 195.

» Consules — nomeação de. — Art. 195.

DECRETO N. 10.384 — DE 6 DE AGOSTO DE 1913

Approva a Nova Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que expoz o Ministro interino das Relações Exteriores sobre a conveniencia de se reunir toda a legislação relativa ao Corpo Consular Brasileiro, que tem soffrido grande numero de modificações depois do decreto n. 3.259, de 11 de abril de 1899, que approvou a Consolidação em vigor, decreta:

Art. 1.º E' approvada a Nova Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro, mandada elaborar pelo mesmo Ministro interino das Relações Exteriores, que a subscreve.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

Nova Consolidação das leis, decretos e decisões relativas ao Corpo Consular Brasileiro, a que se refere o decreto nº 10.384, desta data.

TITULO I

Da organização do corpo consular

CAPITULO I

DOS EMPREGADOS CONSULARES, SUAS JURISDIÇÕES, NOMEAÇÕES,
CLASSES E PREROGATIVAS

Art. 1.º Aos Consules incumbe nos seus districtos e logares de residencia promover o commercio e navegação, bem como proteger as pessoas e interesses dos cidadãos brasileiros. (Regulamento Consular, art. 1º.).

Art. 2.º Os districtos comprehendem todo o territorio em que os Consules Geraes e Consules exercem sua autoridade directamente, ou por meio de Vice-Consules.

Logares de residencia comprehendem o territorio em que os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules ou Agentes Commerciaes exercem por si, sem outro intermedio, sua autoridade. (Regulamento Consular, art. 2º.)

Art. 3.º O Corpo Consular compõe-se de Consules Geraes de 1ª e 2ª classe, Consules, Vice-Consules, Chancelleres e Agentes Commerciaes. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1º.)

Art. 4.º Haverá em cada paiz, excepto na França e na Grã-Bretanha, um só Consulado Geral, e, quando fôr necessario, além do Consul Geral um ou mais Consules. (Decretos ns. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1º, § 1º; 5.574, de 27 de junho de 1905; e 2.250, de 29 de abril de 1910.)

Art. 5.º Não obstante a disposição do artigo antecedente, nas colonias e dominios importantes, poderá o Governo estabelecer Consulados Geraes ou Consulados. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 1º § 2º.)

Art. 6.º Poderá o Governo crear Consulados sem remuneração fixa e igualmente estabelecer novos Vice-Consulados não remunerados, estes mediante propostas dos Consules, que devem ser acompanhadas de informações das respectivas Legações, acerca da necessidade que d'elles ha pela frequencia dos navios brasileiros, importancia de suas relações commerciaes com o Brazil, e por outras circumstancias attendiveis. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º e Regulamento Consular, art. 14.)

Art. 7.º O Consul Geral poderá servir em mais de um paiz si, por sua pequena extensão e limitadas relações commerciaes com o Brazil, assim convier. (Regulamento Consular, art. 3º.)

Art. 8.º Cada Consul Geral ou Consul terá no logar da sua residencia um Vice-Consul que o substitua nos seus impedimentos; e, para o mesmo fim, cada Vice-Consul dos outros portos do paiz, um Agente Commercial. Estes empregados terão, sendo possivel, as habilitações dos Consules Geraes e Consules.

Si o serviço o exigir, será o Consul Geral ou Consul auxiliado por um Chanceller, cujas attribuições serão as que determinam os arts. 78 e 180. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 3º e Regulamento Consular, art. 16.)

Art. 9.º Sempre que o Vice-Consul da séde do Consulado adoeecer ou ausentar-se, peça ou não licença, o Consul Geral

ou Consul deve nomear logo um Vice-Consul interino para ficar em seu logar.

Do mesmo modo, desde que o Vice-Consul assuma as funções de Consul Geral ou Consul, deve logo nomear um Vice-Consul interino para substituí-lo no exercício d'essas funções nos casos de doença, ausencia ou morte.

Assim também se procederá nos Vice-Consulados quando o Vice-Consul ou o Agente Commercial deixar o exercício por qualquer motivo, sendo nomeado um Agente Commercial interino.

Essas nomeações interinas ficam sujeitas ao disposto nos arts. 24 e 26 d'esta Consolidação. (Circulares ns. 20, de 14 de junho, e 32, de 4 de agosto de 1913.).

Art. 10. Os Consulados remunerados pelo Thesouro Nacional são os seguintes:

Consulados Geraes de 1ª classe: Hamburgo, Nova York, Buenos Aires, Antuerpia, Genova, Liverpool, Lisboa, Montevideo, Havre, Iquitos, Londres, Paris, Trieste, Assumpção e Valparaizo.

Consulados Geraes de 2ª classe: Barcelona, Rotterdam, Genebra, Cadiz e Yokohama.

Consulados: Salto, Cayenna, Bordéos, Marselha, Napoles, Porto, Georgetown, Cardiff, Vigo, Glasgow, Southampton, Villabella, Rosario de Santa Fé, Bremen, Boulogne-sur-Mer, Cobija e Beyruth.

Vice-Consulados: Santo Tomé, Paso de los Libres, Posadas, Rivera, Melo, Alvear, Artigas, San Eugenio, Santa Rosa, Paysandú, Corrientes, Funchal e Milão. (Decreto n. 375, de 5 de junho de 1891; Lei n. 26, de 30 de dezembro de 1891; Decreto n. 279, de 27 de julho de 1895; Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895; Decretos ns. 2.495, de 14 de abril de 1897; 2.786, de 5 de janeiro de 1898; Lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898; Decretos ns. 1.404, de 4 de novembro de 1905; 1.636, de 3 de janeiro e 1.760, de 30 de outubro de 1907; 5.839 e 6.840, de 30 de janeiro de 1908; 2.250, de 29 de abril de 1910; 2.339, de 28 de dezembro de 1910 e 2.364, de 31 de dezembro de 1910.)

Ha Chancelleres remunerados pelo Thesouro Nacional nos Consulados Geraes seguintes: Hamburgo, Nova-York, Liverpool, Genova, Lisboa, Antuerpia, Londres, Paris, Buenos Aires e Montevideo. (Lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, e Decreto 2.250, de 29 de abril de 1910.)

Art. 11. Serão nomeados:

Os Consules Geraes e Consules por decreto do Governo, á vista dos quaes se lavrarão as respectivas cartas-patentes,

sujeitas aos direitos marcados por lei. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º, e Regulamento Consular, art. 13.)

Os Vice-Consules remunerados em virtude de lei, por portaria do Ministro das Relações Exteriores. (Decreto n. 2.194, de 16 de dezembro de 1895, art. 3º.)

Os Chancelleres por portaria do Ministro das Relações Exteriores, espontaneamente ou á vista de propostas dos Consules. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º).

Art. 12. Para os logares de Consul Geral e Consul poderão ser preferidos, sem exame, os empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, respectivamente desde a classe dos Directores de Secção até a dos Segundos Officiaes inclusive. Fóra d'esses casos, ninguém será admittido ao serviço consular sinão pela classe dos Consules ou dos Chancelleres.

Poderão ser nomeados sem exame os doutores ou bachareis em direito pelas faculdades do Brazil e os habilitados em outros estabelecimentos.

Nos outros casos, a nomeação dependerá de exame na fórma dos arts. 14 a 20. Fica, porém, d'elle dispensado o brasileiro de reconhecida aptidão que residir fóra do Brazil. (Decretos ns. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 6º, e 2.194, de 16 de dezembro de 1895, art. 5º.)

Art. 13. Os cargos de Consules Geraes de 1ª e 2ª classes, assim como os de Consules remunerados pelo Thesouro, só serão confiados a brasileiros. Os de Consules não remunerados poderão ser preenchidos por estrangeiros quando circumstancias especiaes tornem difficil o seu preenchimento por brasileiros. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 7º.)

Art. 14. O Governo nomeará no principio de cada anno uma commissão composta de tres membros para proceder ao exame dos candidatos aos logares de Consules e Chancelleres. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 2º.)

Art. 15. Os candidatos aos logares de Consules e de Chancelleres que não estiverem dispensados de exame de habilitação, nos termos do art. 12, deverão inscrever-se mediante requerimento instruido com certidão de idade. (Decreto n. 1.921, de 22 de dezembro de 1894, art. 1º.)

Art. 16. Os candidatos deverão, além d'isso, apresentar á commissão de exame quaesquer diplomas ou certificados de estudos que hajam obtido. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 4º.)

Art. 17. O exame terá logar publicamente em uma das salas da Secretaria de Estado e durará duas horas, sendo 20 minutos para cada uma das materias. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 5º.)

Art. 18. O exame de habilitação versará sobre as seguintes materias:

a) conhecimento pratico das linguas modernas, especialmente da ingleza e franceza, devendo o candidato traduzir, escrever e fallar correntemente esta ultima;

b) geographia commercial em geral e chorographia do Brazil;

c) principios de direitos das gentes, noticias dos tratados e noções de direito publico brasileiro;

d) legislação consular, aduaneira e fiscal;

e) direito commercial, maritimo e cambial;

f) noções dos direitos de familia e successões, registro civil;

g) noções de jurisprudencia eurematica ou notarial;

h) redacção official.

(Decreto n. 1.921, de 22 de dezembro de 1894, art. 2º.)

Art. 19. A commissão deliberará depois do exame acerca do merito do candidato, declarando-o habilitado ou não. Em caso de empate, considerar-se-ha inhabilitado.

No primeiro caso se lhe dará cópia authentica do termo do exame; no segundo, não poderá apresentar-se a novo exame sem que haja decorrido pelo menos um anno.

A presidencia do acto compete ao Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, que terá voto. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 6º, e Decretos n. 1.921, de 22 de dezembro de 1894, art. 3º e n. 9.363, de 7 de fevereiro de 1912.)

Art. 20. As duvidas que occorrerem acerca das demais formalidades necessarias para o exame serão resolvidas pela commissão e sujeitas á approvação do Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Instrucções para exame de candidatos, de 17 de novembro de 1893, art. 7º.)

Art. 21. Considerar-se-hão interinas ou provisorias as nomeações de Chancelleres que recahirem em pessoas não habilitadas na fórmula dos arts. 14 a 20. (Decreto n. 1.921, de 22 de dezembro de 1894, art. 5º.)

Art. 22. Os nomeados que tiverem as condições exigidas para Consul e Chanceller ficarão pertencendo ao Corpo Consular e terão direito á promoção. (Decreto n. 2.194, de 16 de dezembro de 1895, art. 4º.)

Art. 23. Os cargos de Consul sem remuneração são considerados de simples commissão e exercidos de preferencia

por brasileiros com as habilitações legais para Consul e Chanceller. (Decreto n. 2.194, de 16 de dezembro de 1895, art. 5º.)

Art. 24. Os Vice-Consules não remunerados pelo Thesouro Nacional serão nomeados, preferidos igualmente os cidadãos brasileiros, pelo Consul Geral ou Consul, que remetterá a portaria de nomeação, submettendo-a á confirmação do Governo por intermedio da Legação, que informará sobre a idoneidade do nomeado, afim do Governo resolver sobre a sua confirmação.

No caso, porém, de ser este immediatamente necessario, poderá ter logar o provimento interino com prévio assentimento da Legação. (Regulamento Consular, art. 17, Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º, e Circulares ns. 7, de 30 de agosto de 1895, e 20, de 6 de outubro de 1911.)

Art. 25. As nomeações dos Vice-Consules propostas pelos Consules Geraes ou Consules serão feitas por portarias (modelo n. 1). (Regulamento Consular, art. 18.)

Art. 26. Os Vice-Consules poderão nomear Agentes Commerciaes para substituil-os em seus impedimentos (modelo n. 2); mas deverão préviamente propôr taes nomeações ao respectivo Consul para sua approvação. Essas nomeações tambem serão submettidas á approvação do Governo por intermedio das Legações. Não fica, porém, inhibido o Consul de nomear por si o Agente, não estando pela proposta do Vice-Consul. (Regulamento Consular, art. 19, Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 5º e Circulares ns. 7, de 30 de agosto de 1895, e 20, de 6 de outubro de 1911.)

Art. 27. Quando tiver de submeter á approvação do Governo a nomeação de Vice-Consules para seu districto, deverá o Consul Geral ou Consul indicar nos respectivos titulos si elles teem de funcionar em um ou mais territorios do paiz e os denominar exactamente de modo que, bem conhecidos os limites dos districtos Vice-Consulares, não se suscitem duvidas quanto á concessão do *exequatur*, nem difficuldades no exercicio do cargo. (Circular n. 3, de 25 de abril de 1879.)

Art. 28. O Governo não approvará as nomeações dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes, embora para exercicio interino, sinão depois de ter recebido os autographos das suas assignaturas, sem prejuizo do disposto no art. 61, pois nesse caso deverão esses autographos ser acompanhados dos sellos respectivos. (Circulares ns. 4, de 31 de maio de 1892, e 20, de 6 de outubro de 1911.)

Art. 29. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules deverão nomear sempre seus substitutos legais, Vice-Consules e Agentes Commerciaes, afim de não delegarem poderes

em pessoas não designadas por lei. (Circulares de 27 de junho de 1879, e 20, de 6 de outubro de 1911).

Art. 30. Quando circumstancias especiaes o exigirem, poderão ser empregados consulares os cidadãos de outras nações, obtida prévia licença de seus respectivos governos. (Regulamento Consular, art. 10.)

Art. 31. Para os Consulados de carreira não poderão ser nomeados auxiliares sem prévia consulta ao Ministerio. (Circular n. 23, de 19 de outubro de 1911.)

Art. 32. Os uniformes do Corpo Consular serão os constantes dos modelos juntos. Serão usados abotoados, com luvas de pellica branca e botinas de verniz. (Decreto n. 10.370, de 30 de julho e Circular n. 31, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 33. Os empregados consulares usarão os uniformes nas solemnidades officiaes a que comparecerem. (Decr. cit. n. 10.370, art. 1°).

Art. 34. O Governo é autorizado a supprimir os postos de Consules, Vice-Consules e Chancelleres que a experiencia provar serem desnecessarios, á proporção que forem os mesmos vagando por aposentação, disponibilidade, demissão ou morte dos respectivos funcionarios. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 10.)

Art. 35. O Governo poderá nomear para os paizes onde as conveniencias o aconselharem até dous addidos commerciaes na Europa e até dous na America. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 14.)

Art. 36. Os empregados consulares farão a primeira visita aos navios da armada brasileira surtos nos portos do seu districto, que formem divisão ou esquadra, aguardando, porém, a primeira visita dos commandantes das outras embarcações de guerra, que entrarem nos portos de suas residencias. (Regulamento Consular, art. 35.)

Art. 37. Quando os empregados consulares fizerem sua primeira visita aos navios da armada brasileira, surtos nos portos do seu districto, terão — uma salva de onze tiros de peça o Consul Geral, de sete o Consul, de cinco o Vice-Consul.

O Consul Geral será recebido pelo commandante, e a tropa estará em armas.

Nos navios mercantes que não teem peça, será içada a bandeira nacional á chegada do empregado consular, e, si este for Consul Geral, a equipagem se formará. (Regulamento Consular, art. 36, e art. 128 do Decreto n. 8.290, de 11 de outubro de 1910.)

Art. 38. Nos actos do seu officio serão respeitados e obediçados pelos brasileiros que estiverem no seu districto, ou residencia. (Regulamento Consular, art. 32.)

Art. 39. Os empregados consulares gozarão, em seus districtos, das honras outorgadas pelos tratados, ou d'aquellas a que as leis e usos do paiz lhes derem direito. (Regulamento Consular, art. 37.)

Art. 40. Os Consules de carreira teem direito, pelo principio de reciprocidade, á livre introdução dos moveis e mais objectos destinados ao seu primeiro estabelecimento, em virtude de igual e antiga concessão feita aos Consules de carreira estrangeiros pelo Governo da Republica e constante dos §§ 5º e 6º do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa Aduaneira. Esse direito deve ser extensivo, pelo mesmo principio e por equidade, como o tem entendido e praticado o Governo Brasileiro em favor dos Consulados estrangeiros, á entrada de bandeiras, escudos, livros etc., etc., importados para uso official dos Consulados, mediante, porém, requisição especificativa das respectivas Legações, até seis mezes depois da chegada d'aquelles funcionarios aos seus postos. (Circulares ns. 2, de 17 de fevereiro de 1906, e 7, de 23 de março de 1909.)

Art. 41. Quando por qualquer occorrença não houver Legação no districto, o Consul só praticará os actos diplomaticos que em casos taes costume permittir o Governo junto do qual estiver acreditado. (Regulamento Consular, art. 29.)

Art. 42. No exercicio das incumbencias extraordinarias do Governo Brasileiro, e nos das do art. 41, os Consules não poderão pretender privilegios, isenções, ou immunidades diplomaticas. (Regulamento Consular, art. 31.)

Art. 43. Os Consules deverão conformar-se com as leis e estylo do paiz em que residirem, ainda que contrarios ou differentes das disposições d'esta Consolidação, mas cumprelhes dar parte circumstanciada ao Ministerio das Relações Exteriores, do que a tal respeito observarem. (Regulamento Circular, art. 232.)

Art. 44. Não poderão exigir precedencias, nem qualquer etiqueta nas festas sollemnes, si não estiverem reguladas em tratados, nem distincção alguma que lhes não seja incontestavelmente devida por posse, consentimento ou jerarchia. (Regulamento Consular, art. 38.)

Art. 45. Os Consules são sujeitos á jurisdicção das autoridades civis e criminaes do paiz em que residirem, salvo as modificações estabelecidas em ajustes internacionaes. (Regulamento Consular, art. 231.)

Art. 46. Os Vice-Consules confirmados pelo Governo ou ainda mesmo nomeados interinamente pelos Consules, com approvação do Ministro Diplomatico, sendo reconhecidos pelas

autoridades locais, terão nos logares de sua residência os mesmos direitos e deveres que aos ditos Consules competem por esta Consolidação, desde os arts. 326 a 347, 377 a 384 e 387, bem como todas as outras faculdades que pelos mesmos Consules, sob sua responsabilidade, lhes forem concedidas.

Paragrapho unico. Os mesmos direitos e deveres competem aos Agentes Commerciaes, uma vez que tenham obtido o *exequatur* do Governo, e sejam reconhecidos pelas autoridades locais. (Regulamento Consular, art. 30.)

Art. 47. Os Consules não poderão exercer a profissão do commercio em seus districtos.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os não remunerados, de potencias de pequena importancia commercial com o Brazil, uma vez que se não encontrem nellas pessoas igualmente habilitadas que não sejam negociantes. (Regulamento Consular, art. 11.)

Art. 48. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão acceitar nomeação de agente ou delegado de sociedade no Brazil ou fóra, seja qual fór o objecto da nomeação; aquelles que não forem brasileiros não devem acceitar nomeações que não sejam propriamente commerciaes sem consultar o Ministerio das Relações Exteriores, directamente ou por intermedio de seus chefes. (Circular n. 5, de 17 de agosto de 1885.)

Art. 49. E' igualmente prohibido aos Consules acceitar a presidencia, embora honoraria, de assembléas geraes de bancos. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, n. 13, de 5 de agosto de 1891.)

Art. 50. Na prohibição do art. 48 estão comprehendidas as associações de propaganda, permanentes ou temporarias, mas não as litterarias sem fim commercial. (Circular n. 5, de 30 de abril de 1888.)

Art. 51. As disposições do art. 72, § 2º da Constituição da Republica, que extinguiu as ordens honorificas, deverão ser respeitadas pelos empregados consulares. (Circular de 18 de Agosto de 1897, 1ª Secção.)

Art. 52. Os Consules poderão fazer comparecer os brasileiros na respectiva secretaria para negocio, que será declarado na intimação, sob pena de perderem todo o direito á protecção do Governo os que não obedecerem.

Os Consules informarão ao Ministerio das Relações Exteriores quaes são os brasileiros incursos na disposição d'este artigo. (Regulamento Consular, art. 199.)

Art. 53. Todas as vezes que entenderem ser necessario ou conveniente, poderão os Consules convocar os negociantes na-

cionaes estabelecidos no porto de sua residencia, e bem assim os capitães de navios, tambem nacionaes alli surtos, afim de se deliberar sobre algum interesse commercial do Brazil, ou a beneficio dos seus concidadãos.

Serão os presidentes d'estas reuniões ou assembléas, e, da resolução nellas tomada, mandarão lavrar termo. (Regulamento Consular, art. 229.)

CAPITULO II

DO EXERCICIO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO EMPREGO CONSULAR

Art. 54. Os funcionarios consulares obrigar-se-hão, por compromisso formal, no acto da posse, ao desempenho de seus deveres legaes. (Disposição do art. 61, paragrapho unico da Constituição da Republica, em virtude da qual ficaram prejudicados os arts. 40 e 41 do Regulamento Consular.)

Art. 55. Os empregados consulares, nomeados ou removidos, partirão para seus destinos, sob pena de perderem os respectivos cargos, no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a communicação official, cujo recebimento será logo accusado, salvo os casos em que o Governo entender que devem fazel-o em prazo mais curto. (Decreto n. 302, de 28 de abril de 1892.)

Art. 56. Nenhum empregado consular principiará a exercer o seu officio antes de obter *exequatur* da autoridade do paiz em que residir. (Regulamento Consular, art. 42.)

Art. 57. Os Consules Geraes e Consules entregarão ou remetterão suas cartas-patentes ao chefe da Legação Brasileira, para que este obtenha o *exequatur* da autoridade competente.

Quando não houver Legação Brasileira no paiz em que os Consules deverem exercer suas funcções, a estes incumbirá sollicitar-o directamente da sobredita autoridade. (Regulamento Consular, art. 43.)

Art. 58. Os Consules Geraes e Consules apresentarão o *exequatur* ás autoridades locaes da sua residencia, afim de serem como taes reconhecidos, quando não fôr estylo ser feita esta communicação pelo mesmo Governo que o conceder. (Regulamento Consular, art. 44.)

Art. 59. Immediatamente depois deverão fazer publico que estão no exercicio de suas funcções, para que chegue ao conhecimento dos cidadãos brasileiros residentes no paiz, e dos capitães e mestres dos navios que se acharem nos portos respectivos, para effeito de os reconhecerem, e a elles se dirigirem em todas as suas dependencias. (Regulamento Consular, art. 45.)

Art. 60. Os Vice-Consules procederão da mesma maneira, com a differença de ser o respectivo Consul Geral quem solicitará o *exequatur* para elles; os Agentes Commerciaes serão apresentados pelos Vice-Consules ás autoridades do districto de sua jurisdição depois de obtido pelos canaes competentes o *exequatur*. (Regulamento Consular, art. 46 e Despacho á Legação em Buenos Aires, n. 20, de 8 de junho de 1888.)

Art. 61. Logo que os Consules Geraes ou Consules principiarem a exercer as suas funcções, remetterão a sua assignatura ou firma, com o sello de que se tiverem de servir nos actos de seu officio, aos Ministerios das Relações Exteriores e da Fazenda e, directamente, ás Alfandegas de Manáos, Belém, S. Luiz, Parnahyba, Fortaleza, Natal, Parahyba, Recife, Macaió, Aracajú, Bahia, Victoria, Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Florianopolis, S. Francisco, Porto Alegre, Rio Grande, Uruguayana, Pelotas, Sant'Anna do Livramento e Corumbá e ás Delegacias Fiscaes nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goyaz e Matto-Grosso, afim de que seja, quando necessario, conferida com a assignatura dos documentos exhibidos nas referidas Alfandegas e Delegacias Fiscaes, para serem legalizados afim de produzirem effeito nos respectivos territorios. Incumbe-lhes igualmente remetter a assignatura ou firma dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes de seus districtos. (Regulamento Consular, art. 52, Decreto n. 2.320, de 30 de julho de 1896 e Circular n. 14, de 17 de maio de 1910.)

§ 1.º Sempre que os Consules Geraes ou Consules remetterem os autographos de sua assignatura, deverão guardar um terceiro exemplar do mesmo autographo, igual aos remettidos, afim de que, cotejando-a, possam conservá-a inalteravel todas as vezes que d'ella fizerem uso por dever do seu cargo. (Circular n. 17, de 6 de junho de 1905.)

§ 2.º Os documentos assignados pelos empregados consulares devem sel-o de proprio punho, ficando-lhes absolutamente vedada a assignatura de chancellá. (Circular n. 17, de 6 de junho de 1905.)

Art. 62. Modificando-se com o tempo as assignaturas dos agentes consulares, devem ser remettidos novos autographos dos empregados mais antigos, com a data. (Circular n. 2, de 21 de outubro de 1881.)

Art. 63. Não serão reconhecidas as firmas dos agentes consulares cuja nomeação e autographo não forem remettidos nos termos do art. 28. (Despacho ao Consulado Geral em Lisboa, de 8 de janeiro de 1891.)

Art. 64. É inteiramente vedado tirar cópia de quaesquer documentos pertencentes aos Consulados, sem prévia autorização do Governo, quando não fôr para uso official, por serem elles propriedade do Estado. (Decreto n. 3.210, de 9 de fevereiro de 1899, art. 1º.)

Art. 65. Os empregados consulares porão sobre a porta principal de sua residencia official as armas da Republica com a legenda — Consulado Geral — Consulado — ou — Vice-Consulado do Brazil — e arvorarão a bandeira nacional.

Exceptuam-se os paizes em que o Governo local prohibe expressamente esses actos, salvo si os tratados os autorizarem.

Por casa de residencia para os fins d'este artigo e do seguinte deve entender-se o edificio onde o funcionario consular tem permanencia official, isto é, o da Chancellaria; e esta, quando o seu aluguel fôr pago pelo Governo Federal, não deve funcionar nas casas de residencia dos Consules. (Regulamento Consular, art. 50, e Circular n. 3, de 8 de março de 1899.)

Art. 66. As armas e a bandeira nacional são destinadas sómente a indicar a Chancellaria Consular aos marinheiros e a outros compatriotas; não significam, porém, que a Chancellaria Consular dá asylo a quaesquer criminosos, ainda que cidadãos brasileiros, nem impedem as diligencias de citações, prisões e execução da justiça do paiz. (Regulamento Consular, art. 51.)

Art. 67. Os empregados consulares, depois de reconhecidos, tomarão conta dos archivos e moveis do Consulado, por inventario escripto no livro respectivo, que tambem servirá de recibo. (Regulamento Consular, art. 47.)

Art. 68. Os empregados consulares quando forem removidos ou exonerados entregarão ao seu successor ou á pessoa encarregada de gerir o posto provisoriamente, todos os documentos pertencentes ao archivo e confiados á sua guarda e por elle recebidos durante o exercicio do cargo, assim como as minutas por elle redigidas, numeradas por ordem de datas. Essa entrega será feita por uma declaração escripta, em triplicata (modelo n. 3). D'estes exemplares, um ficará na respectiva Chancellaria, outro será remetido ao Ministerio das Relações Exteriores e o terceiro pertencerá ao funcionario que se retirar. (Decreto n. 3.210, de 9 de fevereiro de 1899.)

Art. 69. Si os archivos e moveis de que se fizer entrega forem exactamente os mesmos descriptos no inventario, o empregado consular o assignará, com o seu predecessor ou a autoridade, ou individuo de quem os receber. (Regulamento Consular, art. 48.)

Art. 70. Si houver falta nos archivos ou nos moveis e quem os entregar não se comprometter a apresentar os objectos que faltarem nem mostrar que ficaram inutilizados, o empregado consular os especificará no recibo, e participará á autoridade competente. (Regulamento Consular, art. 49.)

Art. 71. As pessoas encarregadas de quaesquer commissões do Ministerio das Relações Exteriores ficam obrigadas a depositar no Ministerio, uma vez terminados os respectivos trabalhos, todos os papeis referentes aos serviços temporarios que lhes foram confiados. (Decreto n. 3.210, de 9 de fevereiro de 1899, art. 7º.)

Art. 72. Os Consules exercerão a mais activa e minuciosa inspecção nos actos e procedimentos dos Vice-Consules e Agentes Commerciaes de seus districtos. (Regulamento Consular, art. 53.)

Art. 73. Os Consules serão responsaveis por todos os actos consulares praticados no seu districto, ainda que por Vice-Consules ou Agentes Commerciaes, si não tiverem o cuidado de os reprehender ou de os suspender immediatamente, segundo a gravidade d'esses actos. (Regulamento Consular, art. 54.)

Art. 74. Os Consules visitarão, quando o julgarem a proposito e o Governo préviamente autorizar as despesas necessarias, os portos da potencia ou potencias nos quaes não residirem habitualmente, dando d'isso parte á Legação, e em um ou outro caso serão substituidos pelos Vice-Consules. (Regulamento Consular, art. 64.)

Art. 75. Não estando qualquer Vice-Consul confirmado pelo Governo, e não correspondendo á confiança do respectivo Consul, este o póde demittir, precedendo beneplacito do Ministro Diplomatico. Mas si sua nomeação estiver revestida da approvação do Governo, limitar-se-ha o Consul a suspender-o, dando immediatamente parte, para final decisão. (Regulamento Consular, art. 59.)

Art. 76. No caso de demissão o Consul ou Vice-Consul continuará a exercer as suas funcções até que seu successor obtenha o *exequatur*, si não houver ordem em contrario. (Regulamento Consular, art. 60.)

Art. 77. Si circumstancias imprevistas constrangerem os Consules a abandonar seu posto, deverão entregar o archivo ao Vice-Consul, si houver, ou á Legação da Republica, ou, selando-o com o sello do Consulado, ao Consul de uma nação amiga. Podem confial-o tambem da mesma maneira, perante testemunhas, a dous negociantes brasileiros, honrados, ou emfim, na falta d'estes, a dous dos mais respeitaveis negociantes estrangeiros.

As formalidades da entrega são as mesmas em todos os casos. (Regulamento Consular, art. 206.)

Art. 78. No caso de morte de um empregado consular qualquer ou do Consul, si não houver Vice-Consul, Agente Commercial ou Chanceller, seus herdeiros ou testamenteiros convocarão dous negociantes brasileiros, ou, na falta d'estes, dous dos estrangeiros mais respeitaveis, na presença do agente consular de uma nação amiga. Este agente tomará posse dos sellos, com os quaes sellará os archivos e todos os papeis, sem abrir ou examinar nenhum.

Os negociantes receberão immediatamente em deposito o archivo assim sellado, e o agente da nação amiga continuará a expedição dos negocios consulares, até que o Governo resolva como julgar conveniente.

A disposição d'este artigo tem vigor si não houver Legação Brasileira no districto, ou si, prevenida esta, não houver outra cousa. (Regulamento Consular, art. 207.)

CAPITULO III

DOS VENCIMENTOS DE EFFECTIVIDADE, LICENÇAS, DISPONIBILIDADE E APOSENTADORIA, AJUDAS DE CUSTO E MONTEPIO

Secção I

Dos vencimentos de effectividade

Art. 79. Os vencimentos dos empregados do Corpo Consular serão pagos ao cambio de 27 dinheiros por 1\$ e por mezes vencidos, sendo esses vencimentos divididos, para todos os effeitos, em dous terços de ordenado e um terço de gratificação. (Decretos ns. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 1º, e 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1º, § 4º.)

Art. 80. Os Consules Geraes de 1ª classe vencerão annualmente 12:000\$; os de 2ª classe 10:000\$; os Consules 8:000\$, e os Chancelleres 4:000\$000. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 9º.)

Art. 81. Exceptuam-se da disposição do artigo precedente os Consules Geraes de 1ª classe em Buenos Aires, Montevideo, Assumpção, Valparaizo, Iquitos, Nova York, Hamburgo, Liverpool, Londres, Paris, Havre, Antuerpia, Lisboa, Genova e Trieste que vencerão annualmente 14:000\$; os Consules Geraes de 2ª classe em Barcelona, Cadiz, Rotterdam, e Yokohama que vencerão 12:000\$ e os Consules no Porto, Marselha, Rosario de Santa Fé, Salto, Villa-Bella, Cobija e Cayenna que vencerão 10:000\$000.

Art. 82. O Consul Geral em Iquitos e os Consules em Villa-Bella, Cobija e Cayenna, terão a gratificação supple-

mentar de exercicio no posto, á razão de 4:000\$ por anno. (Decretos ns. 2.250, de 29 de abril, art. 1º, § 5º, e 2.364, de 31 de dezembro de 1910, arts. 1º, 2º, 3º e 4º.)

Art. 83. Os Vice-Consules em Artigas, Melo, Rivera, San Eugenio, Santa Rosa, Paysandú, Paso de los Libres, Santo Tomé, Alvear e Corrientes terão, além da consignação de 1:200\$, para o aluguel da casa ou Chancellaria, os vencimentos de 5:000\$000. Os Chancelleres em Buenos Aires, Montevideo, Nova York e Genova, terão tambem os vencimentos de 5:000\$ annuaes. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, arts. 5º e 6º e art. 14, n. 7, da lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.)

Art. 84. Os Consules Geraes de 1ª e 2ª classe e os Consules que servirem na America do Sul e no Japão terão, no fim de dous annos de residencia, a gratificação adicional de 1:000\$ e, no fim de cinco annos, a de 2:000\$, cessando essas gratificações quando removidos para a Europa.

Art. 85. Os Consules e Vice-Consules que servirem na America terão, no fim de dous annos de residencia, a contar de 31 de dezembro de 1910, a gratificação annual adicional de 800\$ e, no fim de cinco annos, a de 1:000\$000.

Art. 86. Os Chancelleres dos Consulados na America terão, no fim de dous annos de residencia, a gratificação annual adicional de 800\$ e, depois de cinco annos, a de 2:000\$. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 7º, §§ 1º e 2º.)

Art. 87. Os addidos commerciaes de que fala o art. 35, perceberão os vencimentos de 12:000\$, distribuidos na fórma da lei. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 11.)

Art. 88. Os empregados consulares quando removidos ou promovidos, logo que deixarem a effectividade do serviço, receberão apenas o ordenado que será o do antigo posto até o dia da partida para seu destino. (Decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 3º, paragrapho unico, Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 6, de 17 de fevereiro de 1896, e Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1º, § 4º.)

Art. 89. A effectividade de serviço a que se refere o artigo antecedente deve ser contada do dia em que os empregados consulares chegarem á séde do Consulado para onde foram nomeados ou removidos. (Circular n. 6, de 4 de outubro de 1897.)

Art. 90. Os empregados consulares soffrerão perda de vencimentos quando excederem o prazo que lhes fôr marcado para chegar ao seu destino, salvo motivo de força maior, devidamente justificado, e emquanto não chegarem á séde do

Consulado receberão sómente o ordenado, que lhes será abonado desde o dia da partida, dependendo as outras vantagens da effectividade do serviço. (Decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 3º.)

Art. 91. Os agentes consulares só poderão sacar pelos respectivos vencimentos depois de terem chegado ao lugar de sua residencia (séde do Consulado). (Circular de 3 de fevereiro de 1864 e Aviso do Ministerio das Relações Exteriores n. 14, de 28 de março de 1896.)

Art. 92. Não serão admittidos os saques de empregados consulares em transito senão por circumstancias de força maior e com ordem expressa do Ministerio das Relações Exteriores. (Aviso do Ministerio das Relações Exteriores n. 14, de 28 de março de 1896.)

Art. 93. Quando effectuarem os seus saques deverão os empregados consulares não só avisar á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, como discriminar no documento que a ella tiverem de remetter as quantias a serem abatidas, quer do sello da nomeação, quer dos impostos (sobre vencimentos), quer do montepio, afim de que a referida Delegacia possa fazer a necessaria escripturação. O recibo deve ser, porém, da quantia integral a que tiverem direito. (Aviso n. 1, de 7 de janeiro de 1868, ao Ministerio da Fazenda, Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 40, de 16 de junho de 1885, e Decreto n. 2.775, de 29 de dezembro de 1897, arts. 4º, 5º e 8º.)

Paragrapho unico. O imposto sobre vencimentos de que trata o artigo supra é de 2 %¹, calculado sobre o excedente de 3:000\$ annuaes ou 250\$ mensaes. Os vencimentos que não attingirem ás quantias mencionadas não pagarão imposto algum. (Circular n. 1, de 9 de janeiro de 1909.)

Art. 94. Em vez de effectuarem saques, poderão os funcionarios consulares ter procuradores ou enviar seus recibos a negociantes em Londres para apresental-os á Delegacia no devido tempo, afim de receberem seus vencimentos. Procederão, porém, a respeito das communicações, como em relação aos saques. (Despacho do Ministerio das Relações Exteriores ao Delegado do Thesouro em Londres, n. 33, de 12 de julho de 1872.)

Art. 95. Os Consules deverão communicar á Secretaria das Relações Exteriores, pela Secção de Contabilidade, os saques que o pessoal do respectivo Consulado effectuar por conta do mesmo Ministerio, expressando as quantias sacadas em moeda nacional com a indispensavel discriminação, quando tratar-se de mais de uma importancia e com a especificação

dos vencimentos e de todos os descontos. (Circulares ns. 5 e 8, de 1 de abril e 18 de outubro de 1895.)

Art. 96. Os saques feitos pelos funcionarios consulares sobre a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres deverão ser redigidos em tres vias, das quaes as duas primeiras serão remettidas á referida Delegacia e a terceira enviada á Secção de Contabilidade.

§ 1.º Essa remessa será feita por meio de officios pelos chefes dos Consulados que enviarão os seus recibos conjunctamente com os dos funcionarios sob sua jurisdicção e por esses ultimos directamente, quando ausentes por qualquer motivo dos seus postos.

§ 2.º Nenhum saque poderá ser aceito, portanto, pelo Delegado do Thesouro sem a declaração no recibo de que elle foi feito em tres vias, tendo sido a terceira remettida á Secretaria de Estado das Relações Exteriores. (Circular n. 1, de 12 de janeiro de 1912.)

Art. 97. Além de seus vencimentos, os funcionarios que regerem Consulados que tenham verba no orçamento da Republica para as despesas de expediente receberão por mezes vencidos a referida quantia. (Decretos ns. 940, de 20 de março de 1852, e 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 1.º, paragrapho unico.)

Art. 98. Os funcionarios consulares só devem sacar sobre a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, depois de receberem aviso d'ella os que residirem na Europa e depois de autorizados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores os que residirem na America. (Circular n. 8, de 3 de dezembro de 1897.)

Art. 99. Os Consules e Vice-Consules sem vencimentos teem direito apenas á metade dos emolumentos que perceberem, não podendo, porém, a sua remuneração exceder de 4:000\$ por anno. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3.º, e Circular n. 4, de 10 de agosto de 1908.)

Art. 100. Os Consules sem vencimentos e os Vice-Consules encarregados da gestão dos Consulados só teem direito á metade dos emolumentos arrecadados nas sédes dos Consulados até á quantia de que trata o artigo anterior.

Art. 101. A metade dos emolumentos a que se refere o artigo antecedente deve ser retirada mensalmente por todos os agentes consulares até a quantia de 333\$333 no maximo. Quando, porém, em alguns mezes a dita metade fôr inferior a essa quantia e em outros superior, os mesmos funcionarios poderão indemnizar-se, retirando do excesso de outros mezes o que deixaram de retirar em tempo, ou sacando sobre a Delegacia do Thesouro em Londres a devida importancia no fim

do anno, por conta do excesso dos mezes cujos saldos já lhe tenham sido remettidos. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e Circular n. 4, de 10 de agosto de 1898.)

Art. 102. Os Consules e Vice-Consules que não exercerem os seus cargos todo o anno só deverão proceder por essa fôrma em relação ao tempo em que estiverem em exercicio; e aquelles que funcționarem apenas alguns dias terão direito unicamente á metade dos emolumentos que arrecadarem, proporcionalmente á quantia de 333\$333 mensaes. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e Circular n. 4, de 10 de agosto de 1898.)

Art. 103. Os Vice-Consules e os Chancelleres, quando substituirem os Consules Geraes de carreira, exceptuado o caso de licença, previsto no art. 117, (Decreto n. 10.100, de 26 de fevereiro de 1913, art. 3º), terão a gratificação de 500\$ mensaes, sem prejuizo dos vencimentos de Chancelleres e da gratificação que compete aos Vice-Consules. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 9º)

Art. 104. Os Vice-Consules encarregados de Consulados com verba no orçamento, quando sacarem sobre a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres a sua remuneração correspondente á metade dos emolumentos, deverão declarar-lhe qual a renda mensal dos respectivos Consulados. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 3º, e Circular n. 4, de 10 de agosto de 1898.)

Art. 105. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores não providenciará sobre o pagamento no Thesouro Nacional dos vencimentos dos empregados que se acharem no Brazil sem que provem com documento da Delegacia em Londres qual a data do seu ultimo saque alli satisfeito; e todos os que trouxerem esse documento não poderão mais receber vencimentos naquella repartição sem que provem com outro do Thesouro Nacional que não os receberam nelle, ou, no caso contrario, até quando receberam. (Circulares ns. 5 e 10, de 1 de abril e 31 de outubro de 1895.)

Art. 106. A gratificação dos Consules Geraes e Consules está sujeita a desconto integral nas faltas de exercicio. (Circular n. 3, de 10 de maio de 1894.)

Art. 107. Para execução do disposto nos precedentes artigos deverão os Consules em effectividade dar conhecimento pela Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das datas em que sahirem para seus destinos, d'aquella em que começarem ou deixarem o exercicio, d'aquella em que receberem communicação de demissão ou retirada e d'aquella em que começou ou terminou o gozo das licenças que lhes foram concedidas. O mesmo praticarão a respeito de seus subordinados remunerados pelo Thesouro Nacional, cumprindo, porém, a estes fazel-o sobre as datas de suas partidas. (De-

creto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 38, e Circular n. 9, de 18 de outubro de 1895.)

Art. 108. A comunicação constante do artigo anterior deve ser feita pelo telegrapho e confirmada por officio. (Circular n. 2, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 109. Quanto aos Vice-Consules e auxiliares remunerados por conta dos emolumentos, devem ser comunicadas as datas do começo e terminação de seu exercício, em vez das datas em que sahirem para seus destinos. (Circular n. 9, de 18 de outubro de 1895.)

Secção II

Das licenças

Art. 110. Para vir ao Brazil terá o empregado direito a uma licença de seis mezes, de quatro em quatro annos, com dous terços dos vencimentos em ouro. Essa licença poderá ser prorogada até seis mezes, com um terço dos vencimentos em papel. (Decretos ns. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 16, e 1.561 A, de 22 de novembro de 1906, art. 1.º, § 4.º).

Art. 111. Salvo o disposto no artigo anterior as licenças aos funcionarios consulares, em hypothese alguma, darão direito á percepção das gratificações de exercício e deverão ser concedidas:

§ 1.º Quando por motivo de molestia comprovada, com o ordenado, até seis mezes, e com metade do ordenado por mais seis, em prorrogação;

§ 2.º Quando por qualquer outro motivo justo e attendivel, sem vencimento algum e até um anno.

Art. 112. Em todas as concessões de licenças marcar-se-ha o prazo dentro do qual o funcionario deverá entrar no gozo d'ellas, prazo que não poderá exceder de 60 dias.

Art. 113. E' licito ao funcionario consular renunciar, em qualquer tempo, á licença que lhe foi concedida ou em cujo gozo se acha, reassumindo o exercício do seu cargo.

Art. 114. Não serão concedidas licenças aos funcionarios interinos e bem assim aos que, nomeados, promovidos ou removidos, não houverem assumido o exercício do respectivo cargo.

Art. 115. Nenhum funcionario poderá gozar de uma licença uma vez esgotado qualquer dos prazos a que se referem os §§ 1.º e 2.º do art. 111, antes de decorrido um anno da ultima que lhe foi concedida.

Art. 116. Qualquer pedido de licença dirigido ao Congresso Nacional deverá ser encaminhado pelo Ministerio das

Relações Exteriores, e o respectivo Ministro não lhe dará andamento sem que o requerente junte prova de ter obtido das autoridades competentes as licenças que estas lhe podiam conceder, nos termos do art. 111, §§ 1º e 2º.

Sem o preenchimento d'estas exigencias nenhum pedido de licença poderá ser tomado em consideração.

Art. 117. Os funcionarios que substituirem os licenciados perceberão apenas, além do seu ordenado, a gratificação do substituido.

Paragrapho unico. Esta disposição será observada em todos os casos de substituição, de maneira que o substituto, em hypothese alguma, venha a perceber mais do que o substituido. (Decretos ns. 2.756, de 10 de janeiro de 1913, art. 1º, ns. 1 e 2, §§ 1º a 4º, e art. 4º; e 10.100, de 26 de fevereiro de 1913, art. 3º.)

Art. 118. Nenhum Consul Geral ou Consul se ausentará do respectivo Consulado sem licença do Governo e quando o faça por imperiosas circumstancias, que deverá perfeitamente justificar, dará immediatamente parte da sua resolução á respectiva Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, ficando responsavel por qualquer prejuizo que da sua ausencia resulte ao Governo ou aos particulares. (Regulamento Consular, art. 55.)

Art. 119. Os empregados consulares que se retirarem dos seus empregos sem licença ou que estiverem sem os exercer por mais tempo do que o da licença, serão demittidos, salva a disposição excepcional do artigo anterior, a que o Consul só recorrerá em caso extremo, e sempre dependente de ulterior approvação do Governo. (Regulamento Consular, art. 58.)

Art. 120. Os Consules poderão, sem prejuizo do serviço, dar licença aos outros empregados consulares de seu districto para sahirem dos logares de sua residencia; mas só ao Ministro das Relações Exteriores compete concedel-as, quando o prazo exceda a seis mezes. (Regulamento Consular, art. 57.)

Art. 121. O empregado que sem licença expressa do Governo estiver por mais de oito dias ausente do respectivo posto não será pago de seus vencimentos integraes durante o que exceder d'esse prazo. Bastará para esse fim comunicação do Consul a respeito do tempo excedido, ainda quando a ausencia seja d'elle proprio. (Circular de 30 de abril de 1860, e Despachos á Delegacia em Londres de 2 de junho de 1870 e 10 de agosto de 1889.)

§ 1.º A comunicação a que se refere este artigo deverá também ser feita á Delegacia do Thesouro Nacional em

Londres, para que se effectue logo o desconto alli determinado. (Circular n. 8, de 31 de dezembro de 1901.)

§ 2.º Ainda mesmo não excedendo de oito dias a ausencia do funcionario consular, se tornará effectivo o desconto do mesmo artigo, si ao Governo não parecerem aceitaveis os motivos allegados para justificar-a, nos termos do art. 105., (Circular n. 8, de 31 de dezembro de 1901.)

Art. 122. O que estiver no gozo de licença só poderá continuar a receber seus vencimentos integraes do dia em que voltar ao exercicio, salvo si antes do termo d'ella partir para um novo destino, em virtude de remoção com ou sem promoção. (Despachos á Delegacia em Londres, n. 20, de 23 de maio de 1870, e n. 24, de 31 de outubro de 1895.)

Art. 123. O tempo das licenças reformadas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto ao das antecedentes para o fim de fazer-se nos vencimentos os devidos descontos. (Disposição do Regulamento da Secretaria applicada ao Corpo Consular e Decreto n. 4.153, de 6 de abril de 1868, art. 19.)

Art. 124. Quando requererem licença deverão os empregados consulares declarar onde pretendem gozar-a, afim de se providenciar como fôr de direito. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 125. Os empregados que quizerem gozar parte da licença no Brazil, parte no estrangeiro, deverão dizel-o opportunamente, para que a respectiva portaria seja lavrada nessa conformidade. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 126. Os que vierem ao Brazil e resolverem depois passar parte do tempo no estrangeiro ou vice-versa, deverão solicitar para esse fim nova licença, que annullará a anterior do dia que especificar para seu começo em deante. (Circular n. 3, de 31 de maio de 1897.)

Art. 127. Os empregados consulares que vierem ao Brazil com licença ou ahi permanecerem no desempenho de qualquer commissão receberão em moeda corrente do paiz os vencimentos que lhes competirem. (Decreto n. 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 2.º)

Art. 128. As portarias de licença serão remettidas á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres ou á Recebedoria do mesmo Thesouro no Rio de Janeiro, conforme fôr a licença concedida para ser gozada no exterior ou no Brazil, afim de que os interessados paguem, em uma ou outra repartição, o devido imposto do sello, antes de receberem os vencimentos que lhes competirem como licenciados. (Circular n. 6, de 22 de dezembro de 1900.)

SECÇÃO III

I — Da disponibilidade

Art. 129. Os empregados consulares postos em disponibilidade deverão retirar-se para a Capital Federal e apresenter-se na Secretaria de Estado das Relações Exteriores no prazo de dous mezes, contados da data em que tiverem a respectiva comunicação official, cujo recebimento lhes cumpre logo accusar.

Art. 130. Esse prazo poderá ser prorogado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores por motivos de força maior, devidamente comprovados.

Art. 131. Os empregados que excederem o referido prazo ou a sua prorrogação ficarão desde logo privados de qualquer vencimento. (Decreto n. 2.638, de 14 de outubro de 1897, arts. 1º e 2º.)

Art. 132. A disponibilidade será considerada activa ou inactiva, conforme o empregado for ou não admittido ao serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou de qualquer outra repartição, ou exercer qualquer cargo administrativo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 13, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 133. A disponibilidade inactiva sómente poderá ser concedida depois de cinco annos de serviço; a activa, depois de dez. (Lei n. 644, de 16 de novembro de 1899.)

Art. 134. Os funcionarios que forem postos em disponibilidade, mesmo inactiva em consequencia de suppressão do respectivo cargo, contarão tempo de serviço durante essa disponibilidade. (Lei n. 644, de 16 de novembro de 1899, art. 4º.)

Art. 135. O Governo poderá pôr em disponibilidade, sem vencimentos, até o prazo maximo de dous annos, o funcionario que, depois de cinco annos de serviço, a contar da primeira nomeação, haja commettido falta de ordem a aconselhar, como medida disciplinar, seu afastamento temporario de suas funções. (Decreto n. 644, de 16 de novembro de 1899, art. 5º)

Art. 136. Os empregados que o Governo conservar cinco annos em disponibilidade inactiva deixarão de pertencer ao Corpo Consular, ficando por consequencia privados do ordenado e das honras. Serão, porém, aposentados si já tiverem tempo para isso, não se lhes contando o d'aquella disponibilidade. (Decreto n. 997 B, de 1890, art. 14.)

Art. 137. Os agentes consulares postos em disponibilidade só poderão servir fóra do paiz com autorização do Governo. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 138. O ordenado dos empregados em disponibilidade começará a correr do dia em que cessarem os vencimentos que percebiam em effectividade. Em disponibilidade activa receberão elles do Thesouro todo o ordenado; em disponibilidade inactiva, dous terços. Esses empregados conservarão o tratamento e poderão usar do uniforme do ultimo cargo que serviram no Corpo Consular. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, arts. 17 e 39, Regulamento Consular, art. 12, e Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 10.)

Art. 139. Os funcionarios consulares que, estando em disponibilidade activa, forem admittidos a serviço publico estranho ao Ministerio das Relações Exteriores, não receberão por elle vencimento algum e serão pagos pela repartição que se utilizar dos seus serviços. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 13.)

Art. 140. A disponibilidade pedida priva do ordenado. O seu tempo não será contado para a aposentadoria e o empregado que ao pedil-a não tiver 10 annos de serviço, no fim de cinco de tal disponibilidade, deixará de pertencer ao Corpo Consular. (Decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 12, e Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

II — Da aposentadoria

Art. 141. Poderão ser aposentados com o ordenado por inteiro os empregados que tiverem 30 annos de serviço effectivo e com o correspondente os que contarem 10 ou mais e menos de 30, quando provada a sua invalidez em inspecção de saude. Com menos de 10 nenhum será aposentado. (Decretos ns. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 15, e 117, de 4 de novembro de 1892, arts. 2º, 3º e 4º, e Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 142. Para os funcionarios consulares que servirem na America do Sul se contará o tempo de serviço augmentado de um terço, salvo para os Consules Geraes em Buenos Aires, Montevideo e Valparaizo. (Decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 7º.)

Art. 143. Os Consules, Vice-Consules e Chancelleres contarão para os effectos da aposentadoria o tempo que tiverem servido como auxiliares nos Consulados de carreira. (Decreto n. 2.250, de 29 de abril de 1910.)

Art. 144. O ordenado da aposentadoria será o do ultimo lugar si o empregado ali tiver servido um anno, e no caso contrario o do immediatamente inferior. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4º, § 2º, e art. 95, da Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.)

Art. 145. O vencimento dos empregados que forem aposentados, começará a correr tres dias depois da publicação do decreto de aposentadoria. (Decretos ns. 940, de 20 de março de 1852, art. 40, e 572, de 12 de junho de 1890).

Art. 146. Os empregados que forem aposentados conservarão o tratamento e poderão usar o uniforme correspondente ao ultimo cargo que servirem no Corpo Consular. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 17 e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 147. Os vencimentos accrescidos em tabellas novas só poderão vigorar para os aposentados decorrido o periodo de um anno após a sua decretação. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 4º, § 3º, e art. 95, da Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.)

Art. 148. O empregado consular que contar mais de 30 annos de effectivo serviço terá direito ao respectivo ordenado e mais 5 o/o da gratificação por anno que exceder d'aquelle tempo. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 5º.)

Art. 149. Os annos de serviço exigidos para aposentadoria serão contados da data da partida para o primeiro posto consular e comprehenderão tanto o tempo de effectividade como o da disponibilidade activa. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 43, e Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 150. As interrupções de serviço em effectividade e disponibilidade inactiva serão descontadas para a aposentadoria. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 44, e Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 1º, § 2º.)

Art. 151. Não serão, porém, descontadas as pequenas interrupções que terão logar entre um e outro despacho para preparar-se o empregado, receber instrucções e dispor-se para seguir para seu destino. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 45, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 152. Não se considera tempo de exercicio o de licenças e de enfermidades que se prolonguem por mais de seis mezes, nem o desempenho de emprego que não dê direito á aposentadoria. (Decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892, art. 6º.)

Art. 153. Aos empregados da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que fazem actualmente ou em conformidade com o art. 12 passarem a fazer parte do Corpo Consular, será contado o tempo de serviço que tiverem naquella repartição para a aposentadoria como membros do mesmo Corpo. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 47, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 154. Na contagem do tempo para a aposentadoria deverá igualmente ser incluído o de exercício de emprego de caracter federal ou geral, local, provincial ou estadual, indistinctamente. (Lei n. 117, de 4 de novembro de 1892, Aviso n. 82, de 10 de julho de 1896, do Ministerio da Fazenda, e art. 95 da Lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910.)

Art. 155. Haverá na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a cargo immediato do funcionario determinado pelo Regulamento da mesma Secretaria, um livro de matricula dos empregados do Corpo Consular, no qual serão apontados os decretos de suas nomeações, remoções, retiradas e demissões, o tempo pelo qual tiverem servido os logares e estiverem em disponibilidade, as licenças que tiverem tido com todas as indicações e esclarecimentos necessarios, para que se possa logo e facilmente conhecer o tempo de serviço e o direito que em virtude do mesmo tiverem.

No principio de cada anno será remettida a cada um dos ditos empregados uma cópia da sua matricula ou do que nella houver accrescido no anno antecedente, afim de que possam fazer as reclamações competentes e sejam logo liquidadas e decididas, sendo a decisão lançada no livro respectivo e assignada pelo Ministro de Estado. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 48, e Regulamento Consular, art. 12.)

Secção IV

Das ajudas de custo

Art. 156. As ajudas de custo serão reguladas da seguinte maneira:

a) primeira nomeação: para viagem e estabelecimento, tres quartos dos vencimentos de um anno;

b) nova nomeação, depois de disponibilidade não solicitada: tres quartos; sendo a disponibilidade solicitada: dous quartos;

c) remoção na mesma categoria: dous ou tres quartos, conforme as circumstancias;

d) remoção com promoção: dous ou tres quartos, conforme as circumstancias;

e) exoneração, por qualquer motivo, não sendo pedida: um quartel para voltar ao Brazil;

f) á familia do funcionario que fallecer no exercício do emprego, serão abonados, para voltar ao Brazil, um ou dous quartos, conforme as circumstancias.

Art. 157. Quando o funcionario consular se ausentar do seu posto por motivo de serviço publico, sem nova nomeação, sem remoção ou exoneração, não receberá ajuda de custo, mas será indemnizado das despesas que fizer com sua viagem. (Decretos ns. 997 B, de 11 de novembro de 1890, art. 11 e 600, de 17 de outubro de 1891, art. 1º e Circular n. 5, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 158. As remoções solicitadas, directa ou indirectamente, por officio, carta ou verbalmente, privam do direito á ajuda de custo para viagem ou estabelecimento. (Circular n. 3, de 31 de março de 1903.)

Art. 159. As quantias concedidas a titulo de ajudas de custo destinadas a despesas de viagem e de estabelecimento, devem ser sacadas da seguinte maneira: metade antes do funcionario partir para o posto para onde foi nomeado, designado, removido ou promovido, e a outra metade, depois que alli chegar.

Art. 160. Isso não impede que o funcionario saque toda a importancia da ajuda de custo de uma só vez, desde que o faça depois da chegada ao seu novo posto.

Art. 161. Só em casos excepcionaes, devidamente justificados, e com autorização prévia do Ministerio das Relações Exteriores, poderá o Delegado do Thesouro em Londres aceitar os saques integralmente antes da partida do funcionario para o novo posto.

Art. 162. Exceptuam-se as quantias concedidas apenas a titulo de despesas de viagem, as quaes poderão ser sacadas indifferentemente, como até agora. (Circular n. 27, de 22 de agosto de 1912.)

Art. 163. As ajudas de custo serão pagas sempre em ouro ao cambio de 27 d. por 1\$000. (Lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, art. 4º.)

Art. 164. O pagamento das ajudas de custo para viagem e primeiro estabelecimento será autorizado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, logo que o empregado mostre que está prompto a seguir para o seu destino, salvo o caso que se ache em paiz estrangeiro ou distante da Capital Federal, porque então será expedida a ordem competente logo que assim convenha. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 30, e Regulamento Consular, art. 12.)

Art. 165. O pagamento das ajudas de custo será autorizado pelo mesmo Ministro, logo que forem expedidos os decretos de demissão, retirada ou remoção. (Decreto n. 940, de 20 de março de 1852, art. 32, e Regulamento Consular, art. 12.)

Secção V

Do montepio

Art. 166. Os empregados do Corpo Consular são obrigados a concorrer para o montepio creado pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e executado de accôrdo com os decretos n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, n. 139, de 16 de abril de 1891, n. 1.985, de 11 de março de 1895 e n. 8.904, de 16 de agosto de 1911.

Art. 167. As quantias deduzidas para o montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores serão escripturadas no Thesouro Nacional sob o mesmo titulo estabelecido pelo art. 13 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, e constituirão com os fundos de que trata o art. 2º do citado decreto, uma só verba. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 4º).

Art. 168. Todas as attribuições mencionadas nos arts. 8º, §§ 1º, 3º, 4º e 5º, e 47, do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, competem ao Director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, devendo todo o expediente relativo ao montepio creado por este decreto ficar a cargo da mesma Secção. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 5º).

Art. 169. Das decisões proferidas pelo Director da Secção de Contabilidade haverá recurso para o Ministro das Relações Exteriores no que disser respeito á admissão ou recusa de contribuintes, e nos outros casos para o Ministro da Fazenda, a quem compete a suprema fiscalização da instituição. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 6º).

Art. 170. A declaração a que se refere o art. 27 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, no seu começo, será entregue no decurso do primeiro mez da contribuição, na Secretaria de Estado, pelos funcionarios que residirem ou estiverem no paiz, e nas Legações, Consulados Geraes ou Consulados Brasileiros pelos que residirem no estrangeiro. Esse documento será lavrado com todas as formalidades estabelecidas no citado artigo e assignado em presença do director da Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado ou do respectivo agente diplomatico ou consular, que o deverá remetter logo á mesma Secretaria.

Paragrapho unico. Aquella declaração será rubricada pelo supradito Director da Secção de Contabilidade quando feita nesta Capital, e legalizada pelos Chefes das Legações, Consules Geraes ou Consules, conforme fôr opportuno, quando lavrada em paiz estrangeiro. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 7º).

Art. 171. As declarações de que trata o art. 27 do mencionado decreto n. 942 A, deverão ser feitas perante as Legações ou Consulados e serão testemunhados por dous empregados diplomaticos ou consulares da mesma categoria do declarante; e no caso de não os haver no lugar, poderão sel-o por duas pessoas idoneas; preferidas as que estiverem nas condições de ser-lhes confiada a guarda dos archivos, segundo as disposições do art. 77, d'esta Consolidação.

Essas declarações, depois de legalizadas e registradas, serão remettidas á Secretaria das Relações Exteriores, que as archivará. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 4°).

Art. 172. Nas Legações e nos Consulados Geraes e Consulados em cuja séde não existir Legação, haverá um livro destinado ás inscripções de conformidade com o art. 26, do precitado Decreto n. 942 A.

Nos Vice-Consulados não haverá registro algum. (Decreto n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 3°).

Art. 173. Os titulos dos pensionarios serão assignados pelo Director da Secção de Contabilidade da Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n. 1.092, de 28 de novembro de 1890, art. 8° e n. 139, de 16 de abril de 1891, art. 5°).

Art. 174. Até o dia 15 de janeiro de cada anno, os Consulados que tiverem a seu cargo o expediente do montepio, remetterão á Secretaria das Relações Exteriores um relatorio sobre todas as occurrencias que se tiverem dado durante o anno. (Decreto n. 1.092, de 16 de abril de 1891, art. 6°).

Art. 175. O prazo para concorrer com a joia adeantadamente na fórmula do § 1°, do art. 14, do Decreto n. 942 A, para os empregados consulares, expirará na occasião em que sacarem os primeiros vencimentos. (Decretos ns. 139, de 16 de abril de 1891, arts. 1° e 2°, e 2.146, de 28 de outubro de 1895, art. 1°.)

Art. 176. Os empregados consulares, privados do emprego por sentença ou demittidos a arbitrio do Governo, não perderão os direitos relativos ao montepio a que se referem os Decretos ns. 942 A e 1.092, si continuarem, em qualquer tempo, a contribuir com a respectiva quota. (Decreto n. 3.840, de 3 de dezembro de 1900).

CAPITULO IV

DAS RELAÇÕES DOS EMPREGADOS CONSULARES COM SEUS SUPERIORES, ENTRE SI, E DA SUA CORRESPONDENCIA

Art. 177. Os empregados consulares são subordinados ás Legações, para o effeito de lhes ministrarem todas as informações que por ellas forem exigidas relativamente aos assumptos a cargo dos mesmos empregados. (Regulamento Consular, art. 61.).

Art. 178. Aos chefes das Legações cabe inspecionar o procedimento dos Consules e mais empregados consulares, para o fim de informar o Governo, que providenciará como fôr conveniente, e bem assim dar-lhes, quando necessitarem, intrucções para o desempenho de seus deveres. (Regulamento Consular, art. 63.)

Art. 179. Os Consules deverão consultar o Ministro Diplomático brasileiro nos negocios que forem connexos com interesses politicos, salvo sempre os casos urgentes. (Regulamento Consular, art. 74.)

Art. 180. Si não houver Legação brasileira, os Consules não tendo obtido das autoridades locaes a reparação que tiverem solicitado, se dirigirão ao governo do paiz; e si em qualquer caso de importancia não fôr attendida a sua reclamação, darão d'isso conta circumstanciada ao Governo da Republica. (Regulamento Consular, art. 75.)

Art. 181. As reclamações ou representações dos Consules ás autoridades locaes e aos governos de seus districtos devem ser feitas com circumspecção e prudencia, evitando-se nellas pretensões exageradas, que possam dar motivo a queixas e dissensões entre os respectivos governos, e procurando conciliar effectivamente a dignidade do Governo da Republica com o respeito e veneração devidos a seus amigos e alliados. (Regulamento Consular, art. 76.)

Art. 182. Ao Consul respectivo são subordinados todos os outros empregados consulares; d'elle, como centro commun, devem dimanar as intrucções e as providencias, e com elle os mesmos Vice-Consules unicamente se corresponderão no exercicio de suas funcções, salvo quando satisfizerem a informações que lhes forem exigidas pelos Ministros Diplomaticos, ou quando circumstancias urgentes exigirem prompta participação ao Governo, ou a qualquer autoridade da Republica, mas de toda esta correspondencia extraordinaria remetterão cópia ao respectivo Consul. (Regulamento Consular, art. 62.)

Art. 183. Os Consules Geraes e Consules devem remetter á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e com a possível brevidade, copias de todos os officios que dirigirem ás autoridades locaes, e de todas as communicações que d'ellas receberem, acompanhando-as das explicações que forem necessarias para o esclarecimento dos assumptos de que tratarem. Igual procedimento observarão a respeito da correspondencia que tiverem os Vice-Consules de seu districto com as autoridades locaes, nos casos em que essa correspondencia versar sobre algum incidente que mereça attenção do Governo. (Circular n. 26, de 7 de dezembro de 1904.)

Art. 184. Ficam sujeitos á jurisdicção dos Consulados Geraes de carreira, nos paizes onde os houver, os Consulados

não remunerados que tiverem a respectiva séde no territorio d'esses paizes, menos nas capitaes e em colonias ou dominios situados em continente diverso.

Art. 185. Os Consules não remunerados que, na conformidade do artigo precedente, ficam subordinados aos Consules Geraes de carreira, só com estes se corresponderão no exercicio das suas funcções, salvo quando satisfizerem informações que lhe forem requisitadas pelas Legações, ou quando circunstancias urgentes exigirem prompta participação ao Governo ou a qualquer autoridade da Republica; mas de toda essa correspondencia extraordinaria remetterão cópia ao respectivo Consul Geral. (Decreto n. 5.574, de 27 de julho de 1905, arts. 1º e 2º, e Circular n. 21, de 18 de julho de 1905.)

Art. 186. Todos os Vice-Consules remunerados pelo Theouro Nacional serão sujeitos á jurisdicção dos Consules Geraes existentes nos paizes em que estiverem estabelecidos e só com elles se corresponderão para todos os effeitos, inclusive para a communicação dos saques dos seus vencimentos, que farão directamente sobre a Delegacia do referido Theouro, em Londres. (Decreto n. 6.462, de 25 de abril de 1907.)

Art. 187. Os Consules entregarão a cada um de seus subordinados, com o seu titulo de nomeação, um exemplar d'esta Consolidação, acompanhado das instrucções complementares, que exigir o exacto cumprimento de seus deveres. (Regulamento Consular, art. 79.)

Art. 188. Os empregados consulares empregarão a lingua do paiz onde residirem, ou a franceza e ingleza na correspondencia com as autoridades ou subditos estrangeiros, que não entenderem a portugueza. (Regulamento Consular, art. 78.)

Art. 189. O Chanceller póde ser autorizado pelo Consul a escrever os termos consulares, a guardar os sellos e sellar, a dirigir ou executar os trabalhos da Secretaria, a acompanhar os capitães de navios ás alfandegas ou administrações competentes, a fazer traducções legaes, a proceder a citações e substituir o Consul por morte d'elle, quando não haja Vice-Consul no lugar de sua residencia e o Consul não tiver designado quem o deva substituir. (Regulamento Consular, art. 208.)

Art. 190. Os Consules são responsaveis pelos actos e omissões praticados pelo Chanceller. (Regulamento Consular, art. 209.)

Art. 191. Os Consules Geraes, Consules e Vice-Consules não poderão delegar poderes aos respectivos Chancelleres ou auxiliares para attribuições de sua exclusiva competencia,

visto como, devendo existir no logar da residencia d'aquelles empregados, Vice-Consules ou Agentes Commerciaes, sómente nos casos do art. 78 poderão elles substituil-os. (Circular n. 5, de 13 de setembro de 1875).

Art. 192. Os Vice-Consules e Agentes Commerciaes darão parte aos Consules, nos oito primeiros dias de cada trimestre, de tudo quanto tenha occorrido que interesse ao commercio e navegação brasileira, ou ás pessoas dos cidadãos brasileiros.

Quando haja alguma occurrencia extraordinaria, a comunicarão em officio especial. (Regulamento Consular, art. 68.)

Art. 193. Na correspondencia de que trata o art. 192, os Vice-Consules e Agentes Commerciaes apresentarão um quadro ou mappa de todas as ordens do Governo da Republica, que o respectivo Consul lhes tiver enviado, e das instruções e observações de que elle as acompanhar, declarando as que foram executadas, as que ainda o não tiverem sido, e as que se estiverem executando. (Modelo n. 4.)

Farão parte do quadro de qualquer trimestre as ordens que ainda não estejam executadas, ou cuja execução estiver pendente. (Regulamento Consular, art. 71.)

Art. 194. No quadro do artigo antecedente, que deve acompanhar o officio do art. 196, incluirão os Consules identicas communicações, que lhes cumpre fazer, das ordens que tiverem recebido, declarando as executadas, e as que ainda o não foram, ou se estejam executando. (Regulamento Consular, art. 72.)

Art. 195. Os Vice-Consules e Agentes Commerciaes comunicarão immediatamente aos Consules todos os acontecimentos, que não entrarem no circulo ordinario de suas attribuições, para que elles tomem ou reclamem as medidas necessarias. (Regulamento Consular, art. 73.)

Art. 196. Nos oito primeiros dias do mez seguinte, ao em que os Consules receberem as participações do art. 192, remetterão um succinto resumo d'ellas, e do que tiver occorrido no logar de sua residencia, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. (Regulamento Consular, art. 69.)

Art. 197. Quando não se tiver dado qualquer occurrencia das que tratam os arts. 192 e 196 isso mesmo declararão, na época marcada, os Consules, Vice-Consules e Agentes Commerciaes. (Regulamento Consular, art. 70.)

Art. 198. Os Consules deverão corresponder-se com os outros Ministerios, quando a correspondencia respeitar ás suas repartições.

Essa correspondencia será transmittida aberta por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores. (Regulamento Consular, art. 66.)

Art. 199. Em negocios de seu Consulado corresponder-se-hão directamente os Consules com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a Legação, e bem assim com as autoridades locais, com os Vice-Consules e Agentes Commercias de sua dependencia. (Regulamento Consular, art. 65.)

Art. 200. Os Consules não devem entreter com outro Ministerio correspondencia concernente ao das Relações Exteriores; e a este, exclusivamente, se dirigirão quando tiverem que consultar sobre assumptos que se relacionem com o exercicio das attribuições consulares, ainda que por sua natureza affectem a competencia de outro Ministerio. (Despacho á Legação em Lisboa n. 10, de 18 de setembro de 1867, e Circular n. 12, de 20 de junho de 1904.)

Art. 201. Em caso de desintelligencia dos funcionarios consulares com o Delegado do Thesouro Nacional em Londres, deverão aquelles dirigir-se em consulta ao Ministerio das Relações Exteriores, pelo telegrapho ou pelo correio, conforme a urgencia, afim de que este providencie como fôr de direito. (Circular n. 1, de 22 de fevereiro de 1902.)

Art. 202. Só é permittido o uso do papel official dos Consulados aos respectivos chefes, effectivos ou interinos. (Circular n. 6, de 12 de novembro de 1902.)

Art. 203. A correspondencia consular com a Secretaria das Relações Exteriores, pelo que respeita á numeração dos officios, formato e qualidade do papel para estes, e mais condições tendentes á regularidade e uniformidade da mesma correspondencia, será feita de conformidade com os artigos seguintes. (Regulamento Consular, art. 67.)

Art. 204. Os officios, notas e absolutamente qualquer correspondencia devem ser escriptos, com tinta preta e indelevel e boa calligraphia, sem excepção alguma em papel leve mas forte, de 33 centimetros de comprimento e 22 de largura, pautado, de modo que offereça em todos os quatro lados, margens iguaes; as paginas serão numeradas no centro designando a primeira, no alto á direita o Consulado respectivo e a data, á esquerda a Secção e o numero, e na parte inferior a autoridade ou pessoa a quem forem dirigidos e na ultima pagina o indice.

A' excepção da primeira pagina onde a designação do Consulado, a data, etc., exigem alguns espaços em claro, todas as restantes serão escriptas de alto a baixo, ficando só-

mente as quatro margens e os espaços indispensaveis para destacar os paragraphos.

Art. 205. Quando os empregados dos Consulados não tiverem lettra clara e intelligivel, devem usar de machinas de escrever que adquirirão á sua custa. (Circular n. 5, de 17 de abril de 1907.)

Art. 206. Os officios que alludirem a artigos de jornaes ou a quaesquer impressos serão acompanhados dos respectivos retalhos (indicados os titulos e datas), collados por sua ordem sobre folhas de papel do formato marcado, devendo vir esses impressos em dois exemplares. (Circulares de 7 de junho de 1867 e 7, de 22 de setembro de 1903.)

Art. 207. As cópias do mesmo formato e com as quatro margens iguaes ás dos officios indicarão no alto o numero, data, Secção e rubrica d'aquelle a que vierem annexos.

O texto deve referir-se ás cópias ou documentos annexos numerados successivamente, repetindo-se esses numeros á margem dos paragraphos respectivos, devendo excluir-se absolutamente quaesquer abreviaturas. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 208. A' margem dos officios concernentes a assumptos já tratados em outros, mencionar-se-ha o numero, rubrica e data do immediatamente anterior relativo ao mesmo objecto. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 209. Sempre que aos despachos deste Ministerio forem appensos documentos impressos ou manuscritos em um só exemplar, devem elles ficar annexos a esses despachos, para serem em tempo encadernados com os mesmos. Em caso algum deverão ser destacados. (Circular n. 10, de 12 de maio de 1906.)

Art. 210. A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados, e em confidenciaes sómente por excepção, quando a natureza do assumpto exigir absolutamente communicação mais intima entre o agente consular e o Ministro de Estado. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 211. A numeração dos officios será especial para cada uma das Secções da Secretaria de Estado e para cada uma das séries — ostensiva, reservada ou confidencial. — Essa numeração começará e será encerrada dentro de cada anno civil sendo vedado tratar em cada officio de mais de um assumpto ainda que pertencente a uma mesma Secção. (Circulares n. 1, de 22 de novembro de 1895 e n. 21, 2ª Secção, de 30 de agosto de 1909.)

Art. 212. Os officios devem ser rematados com as expressões recommendadas no apontamento constante do Anexo A. (Circular n. 18, de 13 de junho de 1913.)

Art. 213. O emprego de aspas ou vírgulas dobradas, na transcrição de textos estranhos aos officios, deve obedecer ás regras indicadas no Annexo B. (Circular n. 32, de 12 de dezembro de 1904.)

Art. 214. As folhas de officios e documentos que contiverem mais de quatro paginas, e os annexos aos mesmos officios, serão sempre ligados por um cordão ou fita, devendo os annexos ser collocados depois da ultima folha do officio quando este constar de mais de duas paginas, e não dentro d'elle. (Circulares ns. 27, de 7 de dezembro de 1904; 27, de 27 de novembro de 1906 e s/n., de 26 de novembro de 1908.)

Art. 215. Quando forem dadas ou transmittidas ordens ou instrucções não será necessario ordenar ou recommendar a sua execução; bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as execute ou tenha presentes, devendo este entender que o pedido do seu superior hierarchico ou de qualquer autoridade competente é necessariamente uma ordem. (Circular de 4 de dezembro de 1902.)

Art. 216. Tendo sido extinctos pelo art. 72, § 2º da Constituição da Republica, os titulos nobiliarchicos, fica vedado, mesmo entre parenthesis, o seu uso na correspondencia. (Circular de 13 de julho de 1893.)

Art. 217. A designação do funcionario que preside ao Ministerio das Relações Exteriores é, nos termos do art. 49, da Constituição da Republica: — *Ministro de Estado das Relações Exteriores* — e assim deve figurar na correspondencia official. (Circular n. 1, de 29 de janeiro de 1896.)

Art. 218. O Sub-Secretario de Estado é o chefe e director permanente de todos os serviços administrativos da competencia do Ministro e auxiliar politico d'este, a quem representará por delegação ou substituirá em todos os impedimentos e faltas temporarias. (Decreto n. 9.363, de 7 de fevereiro de 1912.)

Art. 219. A correspondencia postal dirigida ao Ministerio deve trazer o endereço :«Ministerio das Relações Exteriores», sem se declarar na sobrecarta nem o nome, nem quaesquer titulos do Ministro; a correspondencia telegraphica deverá trazer o endereço «Exteriores—Rio» e como assignatura apenas o nome do remittente. Sómente quando se tratar de correspondencia sobre assumptos particulares ou de interesse privado, será ella dirigida nominalmente ao Ministro. (Circulares ns. 30, de 13 de outubro de 1908, e 6, de 20 de março de 1913.)

Art. 220. A communicação por cartas particulares sobre objecto de serviço publico não isenta o empregado consular

do dever de tratar d'elle tambem officialmente. (Circular de 7 de julho de 1867.)

Art. 221. Toda a correspondencia, inclusive a confidencial, expedida e recebida pelo Consulado, relativamente a serviço publico, deve ser encadernada no fim de cada anno. (Circular n. 35, de 4 de agosto de 1913.)

Art. 222. Afim de não augmentar sem necessidade o peso das malas, não se deve fechar cada officio sobre si; cumpre separar unicamente os reservados e confidenciaes dos ostensivos, sem distinguil-os por Secções, fazendo sómente tres maços além dos officios urgentes. (Circular de 7 de junho de 1867.)

Art. 223. De todos os indices lançados nas minutas dos officios e no principio do registro de cada um d'elles, será remettida no mez de janeiro uma cópia para servir de indice geral do volume respectivo, formulando-se um indice para cada Secção e para cada rubrica, ostensivos, reservados e confidenciaes. Ellas serão assim organizadas: Declaração da Secção, rubrica e anno. Ao lado esquerdo tres columnas, contendo o numero do officio, dia e mez. No centro o resumo com referencia aos paragraphos que tratam do assumpto. Ao lado direito tres columnas destinadas á rubrica, numero e anno do officio anterior concernente ao objecto. Cada uma das rubricas se designará pela sua inicial: O. R. C. (Circular de 7 de junho de 1867.) (Modelo n. 5.)

Art. 224. Logo que um officio ou carta fôr recebida, os Consules marcarão no intervallo mais conveniente o nome e o emprego de quem a tiver escripto, o lugar onde o foi, o seu objecto e o dia da resposta. (Regulamento Consular, art. 210.)

Art. 225. Em cada Consulado deverá igualmente existir um protocollo de entrada de todos os documentos alli recebidos. Nesse protocollo devem constar a data do recebimento, o numero de entrada, a procedencia, a série do documento (ostensivo, reservado ou confidencial), a data do mesmo documento e o seu assumpto, conforme o seguinte modelo:

Data do recebimento		PROCEDENCIA	ASSUMPTO
Numero de ordem da entrada			
Logar de origem			
Assignatura do autor		Série do documento (ostensivo, reservado, confidencial.)	
Secção a que pertence o assumpto			
Numero do documento			
Dia		DATA	
Mez			
Anno			

(Circular cit. n. 35, de 4 de agosto de 1913)

Art. 226. Todos os telegrammas officiaes passados da Europa deverão conter a seguinte designação — Tenerife No-ronha — visto occasionar prejuizo aos cofres publicos a expedição por outra via. (Circular n. 7, de 17 de setembro de 1895.)

Art. 227. Serão gratuitos os telegrammas officiaes entre o Governo do Brazil e os seus agentes no exterior, passados pela *Brazilian Submarine Telegraph Company*, e que se limitem a annunciar o apparecimento de alguma epidemia no Brazil ou nos outros paizes, não excedendo de dez palavras, ou pagarão sómente pelo que excederem desse limite.

Deverá ser declarado em officio ao Governo qual a companhia por cujo intermedio tiverem sido transmitidos os telegrammas. (Circular n. 1, de 29 de janeiro de 1894, e Decreto n. 5.058, de 11 de agosto de 1893, clausula XIV.)

Art. 228. As vantagens offerecidas pela referida companhia só poderão ser exigidas nos logares servidos pelo seu cabo, cujo ponto de immersão é a capital da Republica Portuguesa. (Circular n. 5, de 14 de agosto de 1894.)

Art. 229. As companhias *South American Cable, Brazilian Submarine Telegraph* e *Western and Brazilian Telegraph*, em virtude de seus contractos, dão uniformemente um desconto de 50 % nas taxas dos telegrammas officiaes, calculado o desconto sobre as taxas proprias das companhias. Quanto á *Société Française des Télégraphes Sousmarins*, com aterramento em Vizeu e destino aos Estados Unidos da America, nenhuma vantagem faz para os telegrammas officiaes, além da prioridade na transmissão. (Circular n. 2, de 27 de março de 1894.)

Art. 230. Esses telegrammas deverão ser pagos integralmente quando forem expedidos, visto como a redução de 50 % supracitada e concedida pelas companhias em favor do Governo Brasileiro será arrecadada pela Repartição Geral dos Telegraphos na occasião dos ajustes de contas com as mesmas companhias. (Circular n. 8, de 28 de setembro de 1894.)

Art. 231. As communicacões officiaes de maior urgencia deverão ser feitas pelo telegrapho.

Os telegrammas serão redigidos com o maior laconismo possivel supprimindo-se todas as palavras e particulas cuja omissão não prejudique a sua intelligencia, ficando responsaveis pelo custo dos telegrammas ou das palavras inuteis os funcionarios que transgredirem esta disposiçào. Não serão indemnizados nem respondidos os telegrammas officiaes alheios ás attribuições legaes de quem o expedir e menos ainda os de interesse particular. Estes só poderão ser respondidos, quando trouxerem resposta paga. (Circulares ns. 3, de 24 de janeiro de 1895, 4, de 23 de junho de 1897 e 28, de 22 de agosto de 1912.)

Art. 232. Os Consules só devem servir-se da cifra telegraphica que lhes fôr designada, nos casos em que convém manter reserva por assim o exigir a gravidade do assumpto; pois, a pratica contraria, além de acarretar despesas extraordinarias, implica desnecessario augmento de serviço. (Circular n. 35, de 25 de novembro de 1908.)

CAPITULO V

DA CHANCELLARIA E EXPEDIENTE CONSULAR

Art. 233. A Secretaria Consular deverá estar no sitio mais central e mais commodo para os negociantes, e homens maritimos, e achar-se aberta em todos os dias uteis, sem que, todavia, deixe o Consul de fazer, como lhe cumpre, em qualquer hora do dia e sem remuneração, o que exigirem os interesses

de seus compatriotas. (Regulamento Consular, art. 200 e Circular n. 3, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 234. Haverá na Secretaria Consular, em logar seguro, uma caixa destinada á recepção de papeis, que o Consul legalizará, ao mais tardar, dentro de 24 horas, depois que lhe fôr requerido, si o dia seguinte não fôr feriado. (Regulamento Consular, art. 201.)

Art. 235. Os Consules que exercerem qualquer genero de industria terão sempre a escripturação a ella relativa, distincta e separada, e fóra da sala do archivo, de maneira que nunca se possa confundir a d'este com aquella. (Regulamento Consular, art. 202.)

Art. 236. Devem ter, pelo menos, dous sellos, um para o lacre, e outro directamente para o papel.

Para esses sellos servirá de symbolo a esphera celeste que se debuxa no centro da bandeira nacional, tendo em volta as palavras «Republica dos Estados Unidos do Brazil», accrescentando-se (sempre em portuguez) as palavras «Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado em...» (o nome do paiz ou cidade), na parte inferior, de modo que se destaquem dos outros, mas completando o circulo.

Estes sellos serão circulares e terão três centímetros de diametro. (Regulamento Consular, art. 203, Decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 e Circular de 24 de dezembro de 1889.)

Art. 237. Os sellos de que trata o artigo antecedente serão cuidadosamente guardados, de maneira que só os Consules ou seu Chanceller, ou Vice-Consules e Agentes Commercias possam servir-se d'elles. (Regulamento Consular, art. 204.)

Art. 238. Além dos objectos mencionados e de outros que formam o archivo, haverá os moveis e utensis necessarios ao prompto expediente consular. (Regulamento Consular, art. 205.)

Art. 239. Além do mencionado no art. 225, devem existir nos Consulados os seguintes livros:

Um para a numeração, de accôrdo com o modelo seguinte, de todos os documentos expedidos durante o anno pela numeração que deve ser especial para cada uma das secções da Secretaria e para cada uma das séries — ostensiva, reservada confidencial e ser encerrada dentro de cada anno civil:

Anno (ao alto desta columna)
Mez
Dia
Ostensivo
Reservado
Confidencial
Indice ou assumpto

Um dos despachos que o Consulado receber do Ministerio das Relações Exteriores, despachos que, no fim de cada anno, deverão ser encadernados com todos os documentos impressos ou manuscritos, no fim de cada anno.

Um para registros das patentes dos consules e dos vice-consules de seus districtos.

Um das minutas dos officios que o Consulado dirigir ao Ministerio das Relações Exteriores, e que, no fim de cada anno, devem ser encadernadas como os despachos.

Um das correspondencias que os consules mantiverem com os ministros diplomaticos a que são subordinados, e com os vice-consules de suas dependencias.

Um das communicações que os consules dirigirem ás autoridades locais e vice-versa.

Um das minutas das communicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fóra do Brazil.

Um para registros das portarias de ordens de serviço e licenças, suspensões, etc., dos empregados dos Consulados.

Um para registros das entradas e saídas das embarcações, manifestos de suas cargas e cartas de saúde.

Um para registro dos mappas que remetterem á Secretaria das Relações Exteriores.

Um dos contractos mercantis, protestos de arribadas e avarias.

Um para registro de passaportes e vistos.

Um para as declarações.

Anexo C

Um para a escripturação das multas.
Um para escripturas.
Um para termos de posse.
Um para registro de testamentos e inventarios.
Um para assentamento das quantias arrecadadas do producto das vendas das propriedades publicas e particulares.
Um para inventarios do archivo.
Um para actos de nascimento.
Um para actos de casamento.
Um para actos de obito.
Um para a matricula dos cidadãos brasileiros.
Um para registrar procurações feitas no Consulado.
Um para idem, idem, feitas pelos interessados.
Um para escripturação de receita e despeza.
Um para escripturação de estampilhas.
Um para o montepio.
Um para escripturação, em conta corrente, das quantias depositadas no cofre do Consulado, pertencentes a outros Ministerios ou a particulares.

Um para registro das assignaturas de funcionarios e agentes publicos ou commerciaes, etc., etc., para effeito do respectivo reconhecimento.

Um para a numeração e registro dos telegrammas que o Consulado receber do Ministerio das Relações Exteriores e vice-versa.

(Circular cit. n. 35, de 4 de agosto de 1913).

Art. 240. Os Consules só expedirão os papeis e documentos que lhes tiverem sido requeridos em fórmula, ou de ordem superior, exigidos ou determinados por lei. (Regulamento Consular, art. 211.)

Art. 241. Darão certidões dos documentos e dos termos que fizerem, quando forem requeridos pelos interessados.. (Regulamento Consular, arts. 216 e 217.)

Art. 242. Só são valiosos os actos praticados pelos Consules nos limites de seus districtos ou residencia, e revestidos de todas as formalidades legais. (Regulamento Consular, art. 215.)

Art. 243. Em taes actos deverão ser declarados os nomes, estado, profissão, nação e domicilio das pessoas que forem nelles mencionadas; bem como a hora, dia, mez, anno e lugar, em que taes actos forem feitos.

As datas e algarismos devem ser escriptos por extenso. (Regulamento Consular, art. 230.)

Art. 244. Todos os actos que os Consules fizerem serão redigidos e lidos em presença de duas testemunhas, maiores de 21 annos, e assignados por elles, como pelos interessados. (Regulamento Consular, art. 218.)

Art. 245. O auto authenticico e original constitue prova plena, assim tambem a certidão, traslado ou publica-fôrma convenientemente legalizados, devendo o Consul declarar sempre que o original fica depositado em seu archivo. (Regulamento Consular art. 219.)

Art. 246. Perdido o primeiro auto, pôde ser dado outro, comtanto que a perda seja verificada, em falta de outras provas, por declaração, ou pelo testemunho de pessoas fidedignas, declarando-se nelle ser segundo, e por motivo de perda justificada. (Regulamento Consular, art. 220.)

Art. 247. As cópias devem ser feitas em sua integridade, não por extractos.

Os Consules terão todo o cuidado em não darem cópias sem as conferir attentamente com os originaes. (Regulamento Consular, art. 221.)

Art. 248. Si um documento se compuzer de muitas folhas, devem ser estas unidas por um fio ou fita, cujas extremidades serão lacradas e selladas com as armas da Republica. (Regulamento Consular, art. 214.)

Art. 249. Todo o documento destinado a ser produzido em juizo, ou exhibido para qualquer fim legal, deve ser necessariamente assignado pelo Consul, e sellado com o sello do Consulado, sem o que não fará fé. (Regulamento Consular, art. 213.)

Art. 250. Em nenhum caso, e sob nenhum pretexto, os Consules confiarão os papeis pertencentes aos archivos consulares a quaesquer pessoas ou autoridades estrangeiras. (Regulamento Consular, art. 222.)

Art. 251. Quando um commandante de navio ou outra pessoa, brasileiro ou estrangeiro, recusar receber papeis determinados por lei, os Consules, depois de os advertirem das penas, em que por sua recusa incorrerem, lhes entregarão somente os que elles quizerem receber e, immediatamente, communicarão esta infracção ás autoridades competentes pelo meio mais rapido. (Regulamento Consular, art. 212.)

Art. 252. Os modelos ns. 31 a 39, 43 e 44, que acompanham esta Consolidação, devem servir de regra em geral aos Consules, que os adoptarão quando fôr possivel, aos casos respectivos; todavia, são autorizados a fazer mudanças, quando o acto reclamar, por sua natureza, declarações ou for-

malidades não especificadas no modelo. (Regulamento Consular, art. 224.)

Art. 253. No intuito de uniformizar o serviço das Chancellarias Consulares, nellas só continuarão a manter-se aquellas praxes que forem claramente autorizadas, por disposições legaes, cumprindo aos empregados consulares em casos de duvida consultar o Ministerio das Relações Exteriores, afim de serem resolvidos por meio de circular. (Circular n. 5, de 1 de setembro de 1898.)

TITULO II

Da receita e despesa

CAPITULO I

DOS EMOLUMENTOS CONSULARES E SUA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 254. A cobrança dos emolumentos nos Consulados brasileiros é regulada pela tabella annexa a esta Consolidação. (Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910.—Anexo C.)

Essa cobrança nos Consulados remunerados pelo Thesouro Nacional e nos não remunerados que o Governo determinar, será feita por meio de estampilhas, de accôrdo com o art. 17 do decreto n. 997 B, de 11 de novembro de 1890.

Nos outros será realizada por verba e escripturada para conhecimento do Governo. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 2º.)

Art. 255. Os emolumentos serão cobrados ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$ brasileiros, em moeda ingleza ou outra equivalente, feita neste caso a devida redução pela cotação official, ou, na falta d'esta, pela mais fidedigna, estabelecida no primeiro dia util de cada mez, na propria praça ou na mais proxima com que aquella tiver transacções. D'essa cotação será enviado trimensalmente um documento comprobatorio á Secretaria das Relações Exteriores. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 3º.)

Art. 256. Em todas as Chancellarias Consulares e Vice-Consulados estarão sempre expostos um exemplar da tabella dos emolumentos e outro das instrucções para a sua cobrança, em portuguez e na lingua do paiz, de modo que possam ser consultados pelos interessados. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 4º. Anexo B.)

Art. 257. Além do disposto no artigo anterior será mensalmente organizada e exposta nas Chancellarias uma tabella

comparativa de quantias em moeda local e moeda ingleza, a qual será remettida trimensalmente, por cópia, com os mappas da receita e despeza. (Circular n. 3, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 258. Haverá em todos os Consulados e Vice-Consulados, sem excepção, um livro (modelo n. 6), destinado á escripturação dos emolumentos cobrados e das despezas que correrem por conta do cofre dos mesmos Consulados e Vice-Consulados. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 15.)

Art. 259. Esse livro deverá ter todas as folhas rubricadas pelo Consul do districto, que lavrará tambem os termos de abertura e encerramento, e d'elle extrahirá o funcionario consular trimestralmente um mappa da receita e despeza (modelo n. 7). (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 16.)

Art. 260. Os mappas dos Vice-Consulados serão remetidos em duplicata ao respectivo Consul nos dez primeiros dias depois de findo o trimestre de que elles tratarem; e os dos Consulados á Secretaria das Relações Exteriores, em uma só via dentro do primeiro mez.

Estes ultimos serão acompanhados de um exemplar dos primeiros, dos quaes só mencionarão a somma da receita e da despeza. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 17.)

Art. 261. Si no prazo fixado no artigo antecedente não estiverem no Consulado as contas de todos os Vice-Consulados d'elle dependentes, o Consul remetterá as que tiver recebido e justificará a falta das outras, que enviará depois, mas sempre antes do fim do trimestre, acompanhada de outra sua, em additamento á primeira, da qual só mencionará as sommas da receita e despeza já apuradas. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 18.)

Art. 262. Esses mappas devem ser resumidos, contendo a somma dos actos da mesma natureza, bem como a dos respectivos emolumentos, durante cada mez. Serão, porém, acompanhados de relações dos navios despachados com a declaração das respectivas tonelagens e do primeiro porto de partida, o numero de manifestos apresentados por cada um e a especificação dos portos, bem como as quantias cobradas. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 19, e Circular n. 4, de 14 de março de 1899.)

Art. 263. Nos mappas da receita e despeza dos Consulados devem ser especificadas as sommas da despeza e as da receita de cada Vice-Consulado.

Art. 264. Todos os documentos annexos a esses mappas devem ser ligados de modo que não se possam extraviar. (Circular n. 3, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 265. Nos oito primeiros dias de cada mez, todos os Consules, inclusive os não remunerados pelo Thesouro Nacional, remetterão á Delegacia do mesmo Thesouro em Londres o saldo da renda dos emolumentos na séde do Consulado, no mez anterior. No mesmo prazo os Vice-Consules remetterão aos respectivos Consules os saldos dos emolumentos por elles cobrados. (Decreto n. 7.329, de 11 de fevereiro de 1909 e Circular n. 4, de 15 de março de 1909.)

Art. 266. Estes ultimos saldos serão remettidos pelos Consules á referida Delegacia no principio do mez seguinte, conjunctamente com o seu ultimo mez. (Decreto n. 7.329, de 11 de fevereiro de 1909.)

Art. 267. Si em algum mez não houver renda, deve isso ser communicado á Secretaria de Estado das Relações Exteriores nos oito primeiros dias do mez seguinte. (Circular n. 4, de 15 de março de 1909.)

Art. 268. Os recibos dos saldos dos emolumentos passados pelo Delegado do Thesouro Nacional em Londres devem ser enviados á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, logo que cheguem ao poder dos Consules. Esta remessa será feita por meio de officio especial, ao qual virão presos os recibos. (Circular n. 4, de 15 de março de 1909.)

Art. 269. Os lucros e perdas da remessa dos saldos dos emolumentos para a supradita Delegacia serão escripturados na receita ou despeza dos Consulados. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 29.)

Art. 270. Os funcionarios consulares que retiverem em seu poder os saldos mensaes dos emolumentos além do prazo de oito dias fixados pelo art. 265 desta Consolidação terão de pagar o juro annual de 9 o/o sobre a importancia dos referidos saldos desde o 9º dia de cada mez até o da remessa, exclusive, de conformidade com o art. 43 da lei n. 514, de 28 de outubro de 1848. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 30, e decreto n. 7.329, de 11 de fevereiro de 1909.)

Art. 271. Competindo ao Delegado do Thesouro Nacional em Londres a cobrança dos juros de que trata o artigo antecedente, devem os Consules, ou seus substitutos, communicar-lhe sempre, quando lhe fizerem a remessa dos saldos dos Vice-Consulados, as datas em que os respectivos Vice-Consules os enviarem e aquellas em que forem elles recebidos nos Consulados. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 31.)

Paragrapho unico. Esta cobrança só deverá ser effectuada pelo Delegado, depois que o Ministerio das Relações

Exteriores a tiver autorizado, em vista de reclamação daquelle funcionario. (Decreto n. 5.509, de 14 de abril de 1905, art. 1º.)

Art. 272. Os funcionarios consulares são depositarios das quantias que arrecadarem e como taes unicos responsaveis por ellas. Si as recolherem em estabelecimentos bancarios, a Fazenda Nacional em caso algum figurará como credora de taes estabelecimentos. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 32.)

Art. 273. Os Consules e Vice-Consules só retirarão dos emolumentos, além da metade dos mesmos, quando a isso tiverem direito, as quantias préviamente determinadas pelo Ministerio das Relações Exteriores, devendo os pedidos de pagamento de qualquer despeza ser feitos directamente, e as quantias reclamadas, em moeda ingleza. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 21 e Circular n. 7, de 25 de setembro de 1894.)

Art. 274. Serão documentadas todas as despesas dos Consulados e Vice-Consulados que excederem ás quantias fixadas para o expediente e asseio dos mesmos. Essas quantias serão fixadas á vista de propostas dos Consules. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 32.)

Art. 275. Os pagamentos realizados pelos Consules e Vice-Consules por conta dos emolumentos não devem ser relativos a despesas feitas em prazos que excedam o anno em que estes forem cobrados. Não poderão, portanto, os ditos funcionarios despender com o expediente de cada anno, quantia superior á metade dos emolumentos nelle arrecadados, a nada tendo direito, si os respectivos Consulados e Vice-Consulados no mesmo prazo não tiverem renda alguma. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 23.)

Art. 276. As reposições de quantias indevidamente gastas devem ser escripturadas, sempre que fôr possível, na receita do trimestre em que forem feitas. (Circular n. 3, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 277. Antes de findo o 1º trimestre de cada anno, os Consules remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido da receita e despeza do seu Consulado e dos Vice-Consulados d'elle dependentes durante o anno anterior. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 24.)

Art. 278. Os mappas relativos aos emolumentos devem ter 33 centimetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 25.)

Art. 279. É prohibido aos Consules ou Vice-Consules encarregados de Consulados deduzirem dos saldos dos emolumentos a importancia dos seus vencimentos ou qualquer outra que a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres esteja autorizada a pagar-lhes. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 33.)

Art. 280. Os Consules e Vice-Consules que não prestarem contas dos emolumentos nos prazos determinados incorrerão em falta considerada grave. (Decreto n. 2.487, de 21 de março de 1898, art. 20.)

Art. 281. Os funcionarios consulares deverão observar, ao effectuar saques contra a Delegacia do Thesouro Nacional em Londres, as seguintes disposições:

§ 1.º Só sacarão por conta do Ministerio das Relações Exteriores a importancia de despesas a elle relativas. As despesas ordenadas por conta de outros Ministerios serão indemnizadas, mediante autorização dos mesmos e por sua conta. (Circular n. 4, de 6 de maio de 1903.)

§ 2.º Poderão sacar sobre aquella Delegacia, independentemente de ordem do Ministerio das Relações Exteriores, a importancia de soccorros a brazileiros desvalidos e naufragos em paizes estrangeiros, telegrammas e outras despesas eventuaes, remettendo, porém, áquella repartição os documentos comprobatorios da despesa e fornecendo a esta todas as informações indispensaveis para a sua approvação.

§ 3.º Não deverão mais retirar provisoriamente dos emolumentos as quantias necessarias para os referidos fins. (Circulares ns. 2, de 10 de junho de 1898, e 4, de 4 de maio de 1904.)

§ 4.º Poderão, em casos especiaes, sacar independentemente da apresentação de documentos quantias referentes a despesas de character reservado. Esses saques serão honrados por aquella Delegacia, desde que levem a declaração: «Para despesas de character reservado.» (Circular n. 8, de 21 de outubro de 1903.)

§ 5.º Farão os saques a tres dias de vista, dirigindo as respectivas communicações exclusivamente á Secção de Contabilidade. (Circular n. 1, de 28 de março de 1904 e n. 4, de 12 de abril de 1907.)

§ 6.º Quando sacarem quantias pela verba «Extraordinarias no Exterior», deverão remetter á dita Delegacia, como documento comprobatorio da despesa, aquelle que servir para provar a indemnização effectuada. (Circular n. 4, de 4 de maio de 1904.)

CAPITULO II

DAS ESTAMPILHAS CONSULARES E SUA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 282. As estampilhas serão colladas nos documentos que derem origem á sua cobrança e mutilizadas com a data e a assignatura do funcionario consular, postas no fim do acto que elle praticar, ou com o carimbo do Consulado.

Art. 283. Quanto aos conhecimentos de carga, as estampilhas deverão ser collocadas por junto no fim de uma declaração do numero d'elles, que o dito funcionario fará e ligará aos mesmos por meio de uma fita presa com o sello de lacre do Consulado ou Vice-Consulado. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 5º.)

Art. 284. Os Consules e Vice-Consules mencionarão em todos os documentos a quantia que receberem na moeda do paiz. Fica estabelecida a seguinte formula: Recebi.... F. (só a rubrica). (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 6º.)

Art. 285. Nos documentos expedidos ou legalizados gratuitamente será feita declaração expressa e justificada dessa circumstancia, a qual os isentará de estampilhas. Si o funcionario consular deixar indevidamente de cobrar emolumentos, será obrigado a indemnizar o prejuizo. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 7º.)

Art. 286. A fórmula do sello de verba continuará a ser a seguinte, que poderá ser gravada em carimbo:

N.

Rs. ...

Pg. ...réis de emolumentos.

Consulado... do Brazil em... de... de 19...

F.

Consul.

(Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 8º.)

Art. 287. As estampilhas terão os valores que o Governo julgar convenientes e serão fornecidas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, mediante requisição dos Consules (modelo n. 8), os quaes enviarão recibos logo que as receberem. Esses documentos devem ser encaminhados á Secção de Contabilidade da dita Secretaria, por meio de officios especiaes. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 9º.)

§ 1.º Os Consules farão as requisições de estampilhas ao fim de cada anno, por intermedio da Secção de Contabilidade,

calculando o numero que lhes parecer necessario para attender ao serviço durante o anno seguinte, no maximo consumo provavel. (Circular n. 4, de 13 de outubro de 1902.)

§ 2.º No alto do papel em que forem feitas as requisições deve ficar sempre um espaço sufficiente para o despacho do Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, autorizando o fornecimento pedido. (Circular n. 4, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 288. Nos Consulados e Vice-Consulados em que se deve fazer uso de estampilhas não é permittida a cobrança de emolumentos por verba. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 11.)

Art. 289. Sómente quando se tenham imprevistamente esgotado as estampilhas existentes nos cofres dos Consulados, se permittirá a cobrança de emolumentos por meio de verba autorizada no art. 11, do Regulamento das Facturas Consulares. (Circular n. 2, de 30 de janeiro de 1901.)

Art. 290. A distribuição das estampilhas aos Vice-Consulados será feita pelos Consules, mediante o mesmo processo. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 10.)

Art. 291. Não é lícito aos Consules e Vice-Consules emprestarem estampilhas uns aos outros e por isso cumpre-lhes sollicitar-as sempre com a devida antecedencia, de modo que nunca falem nas respectivas Chancellarias. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 12.)

Art. 292. Haverá em todos os Consulados que tiverem estampilhas um livro destinado á escripturação da sua entrada e sahida, com especificação das utilizadas pelos ditos Consulados e das por elles fornecidas aos Vice-Consulados (modelo n. 9). Estes terão tambem livro identico para o mesmo fim. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 13.)

Art. 293. Nos primeiros dez dias de cada trimestre, os Consules remetterão á Secretaria das Relações Exteriores, com officio especial, um mappa resumido do movimento das estampilhas no trimestre anterior e do respectivo saldo com a especificação do numero de cada valor (modelo n. 10). Igual procedimento terão os Vice-Consules para com os Consules, enviando, porém, duplicata d'esse mappa para ser transmitida á supradita Secretaria nos primeiros dez dias do trimestre seguinte. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 14.)

Art. 294. Os Consules e Vice-Consules que não prestarem contas das estampilhas nos prazos determinados, incorrerão em falta considerada grave. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 20.)

Art. 295. Antes de findo o primeiro trimestre de cada anno os Consules remetterão á Secretaria de Estado das Relações Exteriores um balancete geral resumido do movimento das estampilhas do seu Consulado e, especialmente, de cada um dos Vice-Consulados d'elle dependentes, durante o anno anterior; mencionando, por anno, e não por trimestres, as sommas das estampilhas utilizadas. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 24, e Circular n. 4, de 13 de outubro de 1902.)

Art. 296. Os mappas relativos ás estampilhas devem ter 33 centímetros de altura e 44 de largura. (Decreto n. 2.847, de 21 de março de 1898, art. 25.)

CAPITULO III

DA EXECUÇÃO DA TABELLA DE EMOLUMENTOS

Art. 297. Os navios deverão trazer tantos manifestos de carga quantos forem os portos do Brazil para que conduzam carga ou tantos certificados consulares de que não levam carga quantos forem os portos brasileiros em que tenham de tocar sem nelles descarregar. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 1.º)

Art. 298. A embarcação que receber carga em diversos portos estrangeiros para os do Brazil deverá legalizar os manifestos em cada um d'esses portos. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 2.º)

Art. 299. A base para a cobrança da legalização de manifestos é a tonelagem total da arqueação do navio. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 3.º)

Art. 300. Tratando-se de vapores, a tonelagem total deve ser entendida como a liquida e não a bruta. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 4.º)

Art. 301. A lotação de cada navio para a cobrança dos emolumentos pela legalização dos manifestos de carga é a que constar da respectiva carta de registro, passaporte ou documento equivalente; e no caso de serem os navios arqueados em outra medida que não a tonelada, essa medida será reduzida á tonelada brasileira de metros cubicos 2,83, nos termos do art. 573 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, de 13 de abril de 1894. (Instrucções para a

execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 5.º)

Art. 302. Para que se torne effectiva a redução dos emolumentos devidos pela legalização dos manifestos de carga de um navio, nacional ou estrangeiro, nos portos de escala, o primeiro Consulado brasileiro que tiver legalizado esses manifestos de carga dará gratuitamente ao capitão do navio um certificado dos emolumentos alli pagos. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 6.º)

Art. 303. Os certificados processados do mesmo modo que os manifestos, de não ter qualquer embarcação recebido carga ou descarregado volume, mercadoria ou objecto algum, ou, si o houver feito, da quantidade ou numero de volumes ou mercadorias descarregadas, devem pagar, cada um, a taxa de 5\$ (n. 3, da tabella). (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 7.º)

Art. 304. Os navios que só conduzirem passageiros e suas bagagens e os que só os tomarem nos portos de escala, além do carvão, apenas pagarão a taxa d'esses certificados no primeiro porto consular e nos de escala, além do visto na carta de saude passado pela autoridade local. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 8.º)

Art. 305. Só deverão ser expeditas cartas de saude de accôrdo com o n. 5 da tabella de emolumentos, isto é, nos logares em que não haja repartição que as confira. (Circular n. 15, de 29 de fevereiro de 1912.)

Art. 306. Os conhecimentos de mercadorias em transitó para portos estrangeiros não devem ser visados e não estão sujeitos a emolumento algum. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 9.º)

Art. 307. Os navios em lastro pagarão no primeiro Consulado do Brazil em que se despacharem as taxas do n. 14 da tabella tantas vezes quantos forem os portos do Brazil a que se destinem; e nos demais Consulados brasileiros, em portos de escala, pagarão o certificado de que não receberam carga, si a não tiverem recebido, isto é, tantos certificados quantos forem os portos do Brazil em que tenham de fazer escala (n. 3 da tabella). (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 10.)

Art. 308. Os emolumentos pelos vistos nos conhecimentos de carga deverão ser cobrados dos capitães de navios ou ar-

madores pela série de conhecimentos annexa ao manifesto, collando-se as estampilhas na declaração consular que os acompanha. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 11.)

Art. 309. Os conhecimentos de carga só devem ser legalizados nos portos de embarque das mercadorias onde forem authenticados os manifestos a que são annexos. (Circular n. 15, de 29 de fevereiro de 1912.)

Art. 310. Não devem ser cobrados emolumentos consulares pela legalização de conhecimentos de cargas embarcadas por conta do Governo Britannico, em reciprocidade de não se exigir pagamento algum nos respectivos Consulados em casos analogos. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 12.)

Art. 311. Os passaportes expedidos a diplomatas, agentes consulares, funcionarios publicos em commissão do Governo, desvalidos brasileiros e emigrantes são isentos de emolumentos e, portanto, de estampilhas. No mesmo caso estão os vistos lançados em documentos de emigrantes. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 13.)

Art. 312. Pelas procurações que a pedido dos interessados forem registradas nos Consulados deverão ser cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento (n. 51 da tabella), e pelo reconhecimento de assignaturas as taxas do n. 48 da tabella. Os estrangeiros deverão sempre passar as suas procurações perante os notarios do paiz, ou fazel-as legalizar por um notario do paiz, sendo depois a assignatura do notario reconhecida pelo Consul brasileiro.

Art. 313. Exceptuam-se as procurações dos capitães de navios estrangeiros a corretores ou despachantes de navios para terem effeito no Consulado, as quaes poderão ser passadas no proprio Consulado si os capitães o preferirem. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 14.)

Art. 314. Nas procurações, havendo mais de um outorgante, cada um d'elles pagará as taxas do n. 47 da tabella. Exceptuam-se, porém, as procurações de marido e mulher, irmãos e coherdeiros para o inventário e herança commum, uni-versidade, cabido, conselho, irmandade, confraria, sociedade commercial, seientifica, litteraria ou artistica, que pagarão

como um só outorgante. (Instruções para a execução da tabella de emolumentos, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 15.)

Art. 315. Para melhor intelligencia do n. 66 da tabella annexa a esta Consolidação, figure-se a hypothese de um contracto no valor de 150:000\$, cuja porcentagem deverá ser cobrada do seguinte modo: 1 % sobre 5:000\$; 1/2 % sobre o excedente de 5:000\$ até 100:000\$, isto é, sobre 95:000\$ e 1/4 % sobre os restantes 50:000\$. (Circular n. 32, de 30 de dezembro de 1911.)

Art. 316. Os emolumentos do n. 73 da tabella, pela legalização do manifesto ou manifestos, e outros papeis de um navio, feita a pedido do despachante, fóra das horas do expediente, pertencerão repartidamente ao auxiliar ou auxiliares (inclusive o Chanceller) que forem designados pelo Consul para fazer o serviço da conferencia dos documentos, só tendo parte nesses emolumentos o Consul si pessoalmente fizer o serviço.

Art. 317. Os emolumentos de que tratam o artigo precedente e o n. 73 da tabella serão escripturados á parte, em livro especial, e o serviço só será feito mediante pedido por escripto do despachante do navio.

Art. 318. Si o manifesto e os conhecimentos de carga forem apresentados uma hora antes da fixada para o encerramento do expediente consular e o numero de conhecimentos não exceder de cincoenta, não serão cobrados os emolumentos extraordinarios, embora o trabalho se estenda um pouco além da hora, e desde que o pessoal não esteja occupado com o despacho dos papeis de outro navio, apresentados anteriormente.

Art. 319. Si o Consul fizer pessoalmente o serviço, por não ter auxiliares, os emolumentos extraordinarios lhe pertencerão integralmente.

Si fizer o serviço com um auxiliar, os emolumentos caberão em partes iguaes a elle e ao auxiliar.

Si o fizer com dois auxiliares ou mais, serão tambem repartidos em partes iguaes.

Si fôr feito sómente pelos auxiliares, ainda que com a assignatura do Consul, pertencerão unicamente aos auxiliares.

Art. 320. O despachante deixará no Consulado, em duas vias, a declaração da quantia paga.

Uma das vias será remettida á Secretaria de Estado, no fim de cada trimestre, annexa aos mappas de receita e despesa.

Art. 321. Não serão empregadas estampilhas pela cobrança dos emolumentos extraordinarios. (Instruções para a

execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 16 e Circular n. 16, de 28 de julho de 1911.)

Art. 322. E' formalmente prohibida aos Consules a cobrança de qualquer taxa ou emolumento não estabelecido na tabella. (Instrucções para a execução da tabella de emolumentos consulares, approvada pelo Decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, art. 17.)

Art. 323. Continuam em vigor o art. 8º e seu paragrapho unico da Lei n. 2.210, de 28 de dezembro de 1909, que isentaram do pagamento de emolumentos e sellos, nos Consulados, todos os documentos relativos a despachos de navios e vapores brasileiros que explorem o serviço de navegação entre portos estrangeiros ou entre portos estrangeiros e nacionaes.

Art. 324. Gozarão da isenção acima referida tambem os despachos das mercadorias a transportar pelos mesmos navios ou vapores, mercadorias que, no emtanto, continuam sujeitas aos emolumentos e sellos das facturas consulares. (Art. 95 da Lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912, e Circular numero 25, de 17 de julho de 1913.)

Art. 325. Será gratuita nos Consulados a celebração do casamento civil, de accordo com o art. 72 da Constituição da Republica, mas quaesquer actos de registro, certidão ou busca a elle relativos estão sujeitos ás taxas da mesma tabella, bem como os referentes aos nascimentos e obitos. (Circular n. 1, de 23 de abril de 1898.)

TITULO III

Das attribuições dos empregados consulares em relação ao commercio e á navegação

CAPITULO I

**DAS INFORMAÇÕES COMMERCIAES, CONTRACTOS, ESCRIPTURAS
E PROTESTOS DE LETRAS**

Art. 326. Os Consules deverão prestar ao Governo em relatorios annuaes e trimensaes, acompanhados dos precisos mappas, informações relativas aos assumptos de sua competencia.

Esses relatorios devem ser concisos e claros, e fundar-se em dados colhidos em documentos officiaes e em qualquer outra fonte digna de confiança, comprehendidos nesta classe os elementos que resultem da propria observação e registro dos Consulados; cumprindo em todo o caso declarar a origem

de uns e outros dados e o gráo de exactidão que possam oferecer.

Art. 327. Os relatorios trimensaes apresentarão uma apreciação geral das operações commerciaes e outra especial das que respeitam ao Brazil; acompanhada esta de observações sobre os preços correntes dos generos brasileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas de descontos, fretes, seguros, commissões e effeitos ordinarios da concorrência dos productos similares aos nossos, assim como sobre trabalhos relativos ao commercio, artes, industrias, navegação, colonização e lavoura; devendo servir os modelos para os respectivos mappas os que acompanham esta Consolidação sob ns. 11 a 14. (Regulamento Consular, arts. 80 e 81, e Circular n. 6, de 6 de fevereiro de 1900.)

Art. 328. Os mappas de importação e exportação appensos aos relatorios trimensaes devem apresentar, tanto em moeda brasileira, como na do paiz de origem, os preços das mercadorias, em confronto com os que vigorarem nos tres mezes anteriores. (Circular n. 16, de 18 de novembro de 1901.)

Art. 329. Os relatorios annuaes serão a synthese dos trimensaes, comprehendendo, sempre que fôr possível, uma comparação dos seus resultados com os dos tres annos anteriores e mais proximos; e além d'isso informação circumstanciada sobre quaes os ramos da producção brasileira que mais sahida tiveram no anno anterior; qual a competencia em que se acham com as producções da mesma especie, mas de origem differente; quaes os meios que devem ser empregados para que se vantagem na competencia; quaes os artigos novos de commercio que, segundo sua opinião, pôdem ter consumo alli; e, finalmente, quaes as machinas de nova invenção e melhoramentos do processo industrial admittidos nos outros paizes, que convenha se applicuem na Republica; declarando neste caso seu custo e meios de aquisição; e, sob o titulo de «Informações Geraes», noticia sobre a demographia, a immigração, a colonização, o melhoramento da navegação e dos portos. Para os mappas que os devem acompanhar servirão de modelos os appensos a esta Consolidação sob ns. 15 a 18. (Regulamento Consular, art. 82 e Circulares ns. 16, de 9 de junho de 1900, e 1, de 19 de fevereiro de 1902.)

Art. 330. Além dos quadros usualmente organizados, deverão os Consules remetter com os relatorios annuaes mappas geraes da importação e exportação do anno, comparadas com as dos dous annos anteriores e abrangendo o movimento geral do commercio de cada paiz. (Circulares ns. 16, de 9 de ju-

nho de 1900, e 12, de 7 de novembro de 1901.) (Modelos ns. 19 e 20.)

Art. 331. Igualmente deverá acompanhar o relatório anual um quadro especial da importação do Brasil na sede de cada Consulado Geral, comparada com a dos productos similares de origem diversa, com discriminação de qualidade, quantidade e valor, em moeda nacional e na do paiz de origem. (Circular n. 20, de 29 de novembro de 1901.)

Art. 332. Os Consules devem remetter á Directoria de Estatística Commercial cópias dos mappas geraes a que se refere o art. 330; e, regularmente, listas de preços correntes das principaes mercadorias de exportação para o Brasil no seu districto. (Circulares ns. 14, de 13 de novembro de 1901, e 22, de 7 de dezembro do mesmo anno.)

Art. 333. Os relatórios, tanto annuaes como trimensaes, serão destacados dos officios de remessa, e escriptos manual ou mechanicamente, em meias folhas, de que occuparão sómente um lado. (Circular n. 1, de 19 de fevereiro de 1902.)

Art. 334. Em caso de ausencia do Consul, ao funcionario que o substitua caberá a organização do relatório, seja trimensal ou annual, ou a sua conclusão, si já tiver sido iniciado pelo Consul. (Circular n. 1, de 19 de fevereiro de 1902.)

Art. 335. As observações concernentes ás tarifas de direitos de consumo e exportação e aos tratados de commercio, navegação e correspondencia postal farão objecto de officios ou relatórios especiaes, sempre que sua exposição exija maior desenvolvimento. (Regulamento Consular, art. 83.)

Art. 336. As tarifas e suas necessarias alterações, na parte que interessar ao commercio do Brazil, devem ser analysadas, comparando-se os direitos antigos com os modernos, e mostrando-se a influencia que possa exercer sobre os productos brasileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou producção de outros paizes; não devendo nesta parte os Consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, mas cumprindo-lhes procurar prevel-os, tendo em attenção os trabalhos preliminares, as manifestações da imprensa e as declarações officiaes que de ordinario precedem taes medidas. (Regulamento Consular, art. 84.)

Art. 337. As modificações das tarifas a que se refere o artigo anterior devem ser communicadas immediatamente ao Ministerio das Relações Exteriores, em officio especial, sem prejuizo de serem apreciadas novamente nos relatórios annuaes. (Circulares ns. 21, de 4 de dezembro de 1901 e 1, de 19 de fevereiro de 1902.)

Art. 338. Os tratados de commercio e navegação e as convenções postaes ou de quaesquer outras espécies serão

apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que d'ahi possam provir á Republica. (Regulamento Consular, art. 85 e Circular n. 6, de 6 de fevereiro de 1900.)

Art. 339. Nos mappas sobre o preço corrente e quantidade de generos importados e exportados cujos modelos teem os ns. 13, 14 e 18 a 21, deverá ser observada a ordem alphabetica. (Circular n. 3, de 11 de abril de 1896.)

Art. 340. Os relatorios annuaes serão organizados dentro do anno civil, que se conta de janeiro a dezembro, e os documentos que a elles vierem annexos serão traduzidos.

Paragrapho unico. Estes relatorios terão numeração especial e sua remessa deverá ser feita até 31 de maio do anno seguinte á Secretaria de Estado, sinão antes, salvo motivo de força maior, cujo fundamento o Governo apreciará; os trimesaes o mais brevemente possivel e nunca depois do segundo mez do trimestre seguinte. (Regulamento Consular, art. 86 e Circulares n. 6, de 24 de abril de 1895 e n. 1, de 19 de fevereiro de 1902.)

Art. 341. Os relatorios commerciaes e mappas annexos apresentados trimensalmente pelos agentes consulares serão immediatamente publicados no *Diario Official*. (Decreto n. 4.402, de 8 de maio de 1902, art. 2.º)

Art. 342. Os relatorios annuaes, bem como os quadros estatisticos que os acompanhem, serão impressos em fasciculos sob o titulo de *Relatorios Consulares*, e distribuidos ao Congresso Nacional, Governos dos Estados, Repartições Publicas, Legações e Consulados brasileiros, Bibliothecas, Imprensa, Associações interessadas e, em geral, a todas as pessoas que os solicitarem.

Art. 343. Pelo Ministerio das Relações Exteriores serão reguladas as condições technicas da publicação dos fasciculos de que trata o artigo anterior.

Art. 344. O Ministro de Estado das Relações Exteriores providenciará sobre a permuta dos Relatorios Consulares com as publicações congeneres estrangeiras. (Decreto n. 4.402, de 8 de maio de 1902, arts. 3.º a 5.º)

Art. 345. Os empregados consulares deverão, quando forem requeridos:

§ 1.º Dar certificados da origem das mercadorias. (Modelo n. 21.)

§ 2.º Passar certidões do preço dos generos e mercadorias vendidas em leilão. (Modelo n. 22.)

§ 3.º Nomear louvados, presidir ao exame de todos os moveis ou immoveis pertencentes a nacionaes, si as leis do paiz o permittirem. (Modelos ns. 23 e 24.)

§ 4.º Fazer o protesto de letras de cambio, redigir escripturas de contracto de juros. (Modelos ns. 25 e 26.)

§ 5.º Redigir contractos de fretamento. (Modelo n. 27.)

§ 6.º Fazer escripturas de formação, dissolução ou prorrogação de sociedades. (Modelo n. 28.)

§ 7.º Passar escripturas de hypothecas. (Modelo n. 29.)

§ 8.º Legalizar toda a transacção commercial destinada a fazer fé em juizo.

§ 9.º Regular as avarias, quando os unicos interessados nellas forem brasileiros e fôr reclamado seu serviço. (Regulamento Consular, art. 96.)

Art. 346. Cumpre ao Consules prestar a mais séria attenção ás leis e regulamentos concernentes á emigração e aos meios que mais convenha empregar da parte do Governo para favorecer a no interesse da Republica; dando de tudo conta circumstanciada ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. (Regulamento Consular, art. 87.)

Art. 347. Cumpre igualmente aos Consules informar ao mesmo Ministerio sobre o movimento da emigração e immigração em seus respectivos districtos, declarando: o numero de emigrantes, para onde se dirigem e de onde procedem; em que portos embarcaram; quanto custa o seu transporte até esses portos e até o seu destino definitivo; em que condições pecuniaries emigram; porque preferem tal paiz a tal outro; quaes as profissões, religião, costume e moralidade da gente propensa á emigração, como são recebidos e auxiliados nos paizes a que se destinam. (Regulamento Consular, art. 88.)

CAPITULO II

DAS EMBARCAÇÕES, SEU DESPACHO, LEGALIZAÇÃO DE MANIFESTOS, CONHECIMENTOS E FACTURAS DE MERCADORIAS, CARTAS DE SAUDE, MATRICULA DE EQUIPAGEM E FACTURAS CONSULARES

Art. 348. Os Consules participarão á Superintendencia de Navegação, do Ministerio da Marinha, o estabelecimento ou suppressão dos pharóes, balisas e boias, e de todas as mudanças mais notaveis que occorrerem nos bancos e correntes do seu districto; assim como remetterão mappas, planos, avisos e outros documentos hydrographicos que se publicarem a este respeito. (Regulamento Consular, art. 97 e Circular n. 22, de 22 outubro de 1910.)

Art. 349. Os hiates de recreio procedentes dos paizes amigos e viajando sob o pavilhão da marinha de guerra d'esses paizes devem ser tratados nas Alfandegas da União com a mesma distincção e régalias de que gosam os navios de guerra.

Igualmente serão tratados os hiates que, não transportando carga para fim commercial, trouxeram a bordo, em viagem de recreio, os seus proprietarios, uma vez reconhecida a sua qualidade á vista da apresentação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelas respectivas Legações ou, na falta d'estas, pelos agentes consulares. Eguaes privilegios serão dados aos navios que se destinam a explorações scientificas. (Circular n. 29, de 31 de dezembro de 1910 e Aviso da Fazenda n. 56, de 12 de julho de 1913.)

Art. 350. Os Consules prestarão todo o auxilio para que os capitães das embarcações brazileiras preencham aquellas praças de suas tripolações que por algum motivo ou accidente lhes faltarem e farão na matricula as observações necessarias. (Regulamento Consular, art. 100.)

Art. 351. O capitão de qualquer embarcação que estiver de partida, tendo com antecipação participado aos Consules o dia em que pretende effectual-a, o porto a que se destina, e aquelle ou aquelles por onde intenta fazer escala, comparecerá no Consulado na vespera da salida e apresentará os despachos da Alfandega e os conhecimentos numerados progressivamente, o manifesto da carga, na fórmula das leis commerciaes e da Alfandega, e os passaportes dos passageiros. (Regulamento Consular, art. 101.)

Art. 352. Os Consules examinarão si a embarcação está desembarçada pelas autoridades do paiz para sahir do porto; e das faltas que encontrarem advertirão o capitão. (Regulamento Consular, art. 102.)

Art. 353. Os Consules verificarão pela matricula da equipagem si a embarcação leva as mesmas pessoas comprehendidas nella; e si com sua autoridade, ou sem ella, tiverem desembarcado algumas, ou embarcado diversas, declararão essas outras alterações na mesma matricula. (Regulamento Consular, art. 103.)

Art. 354. No serviço de verificação de manifestos, os Consules observarão as seguintes disposições:

§ 1.º Procederão com todo zelo á sua verificação e á dos conhecimentos que os acompanharem, evitando, ou quando isso não fôr possivel, resalvando devidamente as razuras, emendas, entrelinhas ou contradicções que possam conter. (Art. 345. da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas e Circulares ns. 12, de 12 de setembro de 1896, o 1, de 3 de março de 1896.)

§ 2.º Examinarão cuidadosamente si o manifesto é a relação fiel de todos os conhecimentos com seus respectivos dizeres, não admittindo, em caso algum, que se fundem em um

só conhecimento todos ou mais de um dos que forem primitivamente assignados pelos carregadores. (Circular n. 24, de 27 de novembro de 1900.)

§ 3.º Recusarão qualquer manifesto escripto com tinta roxa, prohibida por lei, ou por mais de um collaborador; e o que não contiver os requisitos do art. 341 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. (Circulares n. 3, de 6 de setembro de 1883, n. 21, de 27 de novembro de 1900, e Despacho da 3ª Secção, de 27 de março de 1895 ao Consulado em Bordéos.)

§ 4.º Riscados todos os brancos e resalvadas todas as emendas que contiver o manifesto, numerarão e rubricarão todas as suas folhas, que ligarão com um sello de lacre, e farão o capitão assignar nelle o termo de declaração constante do modelo n. 30 desta Consolidação; depois do que o legalizarão e o remetterão, em officio fechado, por mão do capitão, ao Inspector da Alfandega do destino. Identico procedimento se seguirá quando o navio sahir em lastro. (Regulamento Consular, art. 104, e Circulares ns. 12, de 12 de setembro de 1896, e 21, de 27 de novembro de 1900. Modelo n. 31.)

§ 5.º O officio de remessa do manifesto conterá o nome do navio e do capitão e declarará si o manifesto é de lastro ou de carga. (Regulamento Consular, art. 104.)

§ 6.º Si o manifesto contiver generos cuja entrada seja prohibida no Brazil, os Consules farão no mesmo a declaração d'aquelles generos, e, bem assim, a de que esclareceram o capitão a tal respeito. (Regulamento Consular, art. 108.)

§ 7.º Si houver a menor suspeita de fraude, os Consules a communicarão por officio ao Inspector da Alfandega do destino, com todos os esclarecimentos que contribúam para apurar a verdade. (Regulamento Consular, art. 104.)

§ 8.º Os Consules informarão aos capitães dos deveres que teem de preencher á sua chegada a porto brazileiro e especialmente da entrega das cartas e outras obrigações determinadas por lei, exigindo-lhes declaração de estarem instruidos d'esses deveres. (Regulamento Consular, art. 109, e Circular n. 3, de 13 de outubro de 1902.)

§ 9.º A declaração do § 8º não estará sujeita a emolumentos, devendo ser considerada como complemento do manifesto. (Circulares n. 3, de 13 de outubro de 1902, e n. 9, de 6 de junho de 1904.)

Art. 355. Quando legalizarem manifestos relativos á remessa de artigos de caça, munições e espingardas para qualquer dos Estados da União, darão a esse respeito aviso em

tempo aos respectivos Governos, indicando-lhes os nomes dos carregadores e recebedores, as marcas, os numeros e as mercadorias. (Circular n. 15, de 20 de novembro de 1894.)

Art. 356. Exercerão igualmente a maior vigilancia e communicarão immediatamente ao Ministerio da Fazenda todo e qualquer embarque, tanto para esta Republica como para os paizes limitrophes, de armamento, artigos bellicos e dynamite, enviando-lhes posteriormente participação circumstanciada. (Circular n. 7, de 13 de outubro de 1897.)

Art. 357. Afim de evitar que cheguem tardiamente aos portos de destino as communicações de remessa de armas e munigiões de guerra, deverão essas communicações ser enviadas directamente ás autoridades fiscaes, podendo o Ministerio da Fazenda ter conhecimento d'ellas por meio de officios (Circular n. 4, de 11 de novembro de 1898.)

Art. 358. Na exportação de artigos de produção nacional para portos brasileiros, em transito por territorio estrangeiro deve ser observado o Regulamento mandado executar pelo Decreto n. 8.547, de 1 de fevereiro de 1911. (Circular s/n, de 8 de fevereiro de 1911.)

Art. 359. Não poderão ser despachadas nas Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica as mercadorias que houverem soffrido transbordo em portos estrangeiros, sem que sejam acompanhadas de certificado de transito passado pelo respectivo agente consular, o qual deverá conferir com a primeira via do certificado de que trata o Decreto n. 8.547, de 1 de fevereiro de 1911. (Art. 54 da lei n. 2.719, de 31 de dezembro de 1912, e Aviso da Fazenda n. 24, de 7 de abril de 1913.)

Art. 360. Quando legalizarem papeis relativos a navios adquiridos no estrangeiro e despachados para o Brazil, devem os Consules remetter á Directoria do Serviço de Estatistica Commercial os dados referentes ao casco, tonelagem e valor das mesmas embarcações. (Circular n. 11, de 19 de maio de 1908.)

Art. 361. Os Consules informarão aos interessados de que os certificados que lhes são pedidos com o fim de comprovar o não embarque ou a diminuição de volumes já consignados nos manifestos, só são acceitos para o effeito de relevação da multa determinada no art. 363 da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, quando acompanharem os respectivos manifestos ou forem passados em data anterior á descoberta da falta naquellas repartições. (Circular n. 10, de 24 de abril de 1908.)

Paragrapho unico. Não devem, entretanto, os Consules recusar em nenhum caso a expedição de taes certificados. (Circular n. 34, de 24 de novembro de 1908.)

Art. 362. Ao legalizar documentos pertencentes a navios estrangeiros, se absterão os Consules de fazel-o de modo a obliterar qualquer parte escripta dos ditos documentos, devendo adicionar-lhes, quando não houver nelles espaço livre para a legalização, uma folha suplementar. (Circular n. 18, de 30 de julho de 1908.)

Art. 363. Quando os manifestos legalizados pelos Consules contiverem irregularidades ou defeitos que os referidos funcionarios deveriam impedir ou corrigir antes da legalização, são elles os unicos responsaveis pelas multas ou penas que por semelhantes omissões puderem ser impostas aos navios ou ás cargas. (Regulamento Consular, art. 105.)

Art. 364. E' exigivel a legalização de manifestos, seja qual fôr a importancia do commercio a que se refiram. (Despacho ao Consulado Geral em Copenhague, de 18 de setembro de 1895, 3ª Secção.)

Art. 365. As agencias das companhias, principalmente das que gosam no Brazil de privilegios de paquetes e teem datas fixas de sahida para os seus vapores deverão dar rigoroso cumprimento ás disposições das arts. 341, 342, 347 e 356, da Consolidação das Leis das Alfandegas. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 366. Quanto aos portos de procedencia e séde das companhias de paquetes ou embarcações de linhas regulares e de partidas fixas não tem applicação o art. 351 da mesma Consolidação. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 367. Os conhecimentos de embarque feito á ultima hora, levados aos Consulados, serão acompanhados de manifesto suplementar distincto do primeiro com todos os predicaos do art. 342 da referida Consolidação, salvo a unica excepção do § 1º do art. 344, cobrando-se os respectivos emolumentos. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 368. E' livre ao Governo retirar o privilegio de paquetes ás embarcações de linhas regulares, desde que as suas directorias e agencias não observem fielmente os preceitos fiscaes do Brazil e não attendam ás exigencias legais dos Consulados sobre esse serviço. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 369. Os Consulados communicarão ao Ministerio da Fazenda as transgressões praticadas pelas companhias, bem como, em officio reservado, avisarão aos inspectores das Al-

fandegas dos carregamentos de ultima hora. (Circular n. 4, de 11 de junho de 1897.)

Art. 370. As mercadorias destinadas a Porto Alegre, com baldeação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevideo não deverão vir como additamento aos manifestos levantados em paizes estrangeiros, visto resultar d'essa pratica grave prejuizo para as rendas publicas. Para ellas devem ser levantados manifestos em separado, em observancia ao disposto nos arts. 342, 345, 347, 348, 357 e 358 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas. (Circular n. 1, de 8 de fevereiro de 1898.)

Art. 371. Os capitães dos navios estrangeiros que carregarem generos para os portos do Brazil são obrigados igualmente a apresentar aos Consules o manifesto para o legalizar, como está prescripto nos arts. 351 e 354, a matricula da equipagem e a carta de saude. (Regulamento Consular, art. 107.)

Art. 372. Os Consules poderão aceitar, em vez do original da matricula dos navios estrangeiros, a cópia autentica expedida pela respectiva Legação ou Consulado. (Circulares ns. 2, de 23 de fevereiro de 1898, e 12, de 14 de maio de 1909.) (Modelos ns. 32 e 33.)

Art. 373. As terceiras vias dos manifestos legalizados pelos Consules serão archivadas sómente até os ultimos cinco annos, sendo destruidas as dos de maior antiguidade. (Circular n. 23, de 14 de outubro de 1909.)

Art. 374. Entrando algum vaso de guerra da Republica no porto de sua residencia, ou em qualquer outro do seu districto, os Consules se offerecerão ao commandante para lhe fornecer os provimentos de que possa necessitar, e procurarão prestar-lhe todos os serviços que couberem nas suas forças, afim de promover e facilitar o bom exito da expedição. (Regulamento Consular, art. 115.)

Art. 375. Si o commandante de um vaso de guerra fôr por qualquer accidente obrigado a cortar as amarras ou a deixar em terra algumas munições, ou efeitos das embarcações do seu commando, os empregados consulares cuidarão logo em fazer rocegar os ferros, arrendar as referidas munições e efeitos, e remetterão pela primeira occasião opportuna esses artigos para o porto do armamento.

Art. 376. Achando-se, porém, elles muito avariados e incapazes de conservação e uso, ou si a despeza da remessa absorver a importancia de seu valor, ficam os Consules autorizados a vendel-os, dando conta ao Governo. (Regulamento Consular, art. 116.)

Art. 377. Si acontecer que uma embarcação, vindo com destino para algum porto do Brazil, largue em porto estrangeiro parte do carregamento comprehendido no seu manifesto, o Consul brasileiro legalizará as certidões das mercadorias descarregadas, com referencia ás declarações constantes dos manifestos em que elles estiverem incluidos. (Regulamento Consular, art. 112.)

Art. 378. Os Consules dos portos em que tocarem por arribada as embarcações que de outros portos se dirigirem ao Brazil examinarão si os papeis de bordo estão em conformidade com os artigos antecedentes; neste caso porão o visto sómente na carta de saude, accrescentando nella a noticia do estado sanitario do porto e dos seus arredores, e nenhum outro emolumento perceberão. (Regulamento Consular, art. 110.)

Art. 379. Pelos livros e documentos do art. 351 examinarão si faz parte da carga algum artigo que não tenha pago os direitos a que estava sujeito. E reconhecendo a existencia de contrabando, o communicarão ao Ministerio da Fazenda, especificando o nome, nacionalidade e classe da embarcação, sua lotação e equipagem; o dia, mez e anno em que sahiu do Brazil, e o em que chegou ao porto de sua residencia; o nome do capitão ou mestre, e a carga que conduziu a embarcação; o porto d'onde partiu, e o seu destino, si d'elle tiver conhecimento. (Regulamento Consular, art. 89.)

Art. 380. Requererão certidões das Alfandegas, para verificar si vieram generos ou effeitos do artigo antecedente não mencionados no manifesto. (Regulamento Consular, art. 90.)

Art. 381. A communicação do art. 379 será sempre reservada, feita na fórma do art. 198. (Regulamento Consular, art. 91.)

Art. 382. Os empregados consulares fornecerão aos capitães brasileiros que pela primeira vez entrarem nos portos dos respectivos Consulados, ou que não tiverem pratica sufficiente do paiz, uma instrucção ou nota impressa, em que os informarão de todos os regulamentos locais que lhes fôr necessario conhecer, especialmente dos que respeitam á policia e á prohibição dos generos e effeitos de importação e exportação. (Regulamento Consular, art. 92.)

Art. 383. No caso de faltarem ou estarem impedidos o consignatario, o sobrecarga e o capitão do navio, e não haverem os donos ou o sobrecarga providenciado a respeito d'esta falta ou impedimento, os Consules, de accôrdo com quem fizer as vezes do capitão, passarão a vender em leilão publico os artigos e effeitos periveis e procurarão conservar os outros,

solicitando immediatamente as ordens dos ditos donos. (Regulamento Consular, art. 94.)

Art. 384. Avisarão, quando se der o caso, da sahida de consarios, e da existencia de piratas nos mares adjacentes, assim como de preparativos nos portos de seu Consulado, que indiquem proxima guerra. (Regulamento Consular, art. 95.)

Art. 385. Informarão, com a possivel brevidade e exactidão, do estado da saude publica no seu districto, e, havendo molestia contagiosa, dos regulamentos destinados a prevenir o contagio, ou obstar ao seu progresso. (Regulamento Consular, art. 93.)

Art. 386. Os Consules não deverão dar carta de saude antes da chegada de qualquer embarcação, ainda mesmo quando alleguem os agentes ou commandantes a curta demora no porto; limitar-se-hão a vizar a carta de saude do navio. (Circular n. 8, de 21 de julho de 1894.)

Art. 387. A legalização dos conhecimentos de carga de mercadorias destinadas ao Brazil, com transbordo em portos intermediarios, deve ser effectuada no Consulado do porto de embarque definitivo das mercadorias, afim de evitar duplicata de cobrança de emolumentos consulares. (Aviso da Fazenda n. 7, de 21 de janeiro de 1913).

Art. 388. No serviço de legalização de facturas consulares os Consules terão em vista as seguintes disposições:

§ 1.º Observarão rigorosamente a nomenclatura official annexa ao respectivo Regulamento. (Circular n. 9, de 7 de outubro de 1901).

§ 2.º Terão em vista que, para os effeitos da lei, e nos termos da ordem do Ministerio da Fazenda n. 1, de 23 de abril de 1902, os vocabulos *amostra* e *encommenda* devem ser tomados como synonymos; observando, entretanto, a distincção existente a respeito nos arts. 424, § 1.º da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas e 3.º, letra *b*, do Decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903. (Circulares ns. 16, de 27 de outubro de 1902, e 33, de 31 de agosto de 1905.)

§ 3.º Os Consules só deverão fornecer ao exportador e ao carregador, gratuitamente, modelos das facturas impressas em portuguez e não a quantidade de facturas que um ou outro precise para seu uso. (Circular n. 3, de 1 de fevereiro de 1901.)

§ 4.º Os Consules devem conservar nos Consulados as terceiras vias das facturas consulares dos tres ultimos annos,

destruindo as que tiverem maior antiguidade. (Circular n. 5, de 30 de janeiro de 1908.)

Art. 389. Os funcionarios consulares não se deverão recusar a legalizar facturas consulares por lhes serem apresentadas contendo razuras e traços annullatorios dos seus dizeres. Devem legalizar-as de modo que não soffram demora, quaesquer que sejam as faltas nellas contidas, resalvando, porém, as razuras. (Decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, art. 18, e aviso do Ministerio da Fazenda n. 36, de 28 de maio de 1912.)

Art. 390. Tratando-se de transporte de cadaveres, é dispensavel a expedição de facturas consulares, por não lhes serem applicaveis as disposições do Decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, visto não estarem sujeitos a direitos aduaneiros, nem figurarem em estatisticas. (Circular n. 25, de 28 de junho de 1912.)

Art. 391. A falta de estampilhas nas facturas consulares não as invalida; convém, entretanto, que os Consules, no caso de não possuirem estampilhas, observem o disposto no art. 11 da Lei n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, que manda que o sello seja cobrado por meio de verba lançada no documento competente. (Circular n. 4, de 31 de janeiro de 1912.)

Art. 392. Os emolumentos das facturas consulares são dispensados apenas em relação aos artigos importados directamente para o serviço da União, sendo que por tal serviço só se entende o que é subsidiado pelos cofres do Thesouro Nacional. Não deve, portanto, essa dispensa tornar-se extensiva aos objectos importados pelos Governos dos Estados e Municipalidades. (Circular n. 31, de 26 de agosto de 1905.)

Art. 393. Para encomendas e amostras de valor inferior a £10-0-0, ou ao equivalente em moeda de outro typo, está dispensada a apresentação de factura consular, mas para que não haja embaração na sua fiscalização, os Consules deverão declarar sempre nos conhecimentos respectivos o valor das mesmas encomendas ou amostras, além das demais formalidades exigidas pela legislação.

Art. 394. Em relação ás amostras de tecidos de seda e outra qualquer materia, sómente se deverão considerar sem valor mercantil, para poderem ser despachadas livres de direitos, as importadas em um só exemplar, de minimas dimensões, que bastem para dar idéa da mercadoria que representam, como exige o § 1º do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa das Alfandegas, e não possam ser utilizadas no fabrico de gravatas e outros artefactos. (Decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, art. 3º letra b; Circulares ns. 33, de 24 de setembro de 1912, e 8, de 5 de maio de 1913.)

Art. 395. Quando diversas partidas de mercadorias são despachadas, consignadas a uma mesma pessoa, a cada conhecimento de carga deve corresponder uma factura consular, nada importando a pluralidade de marcas contidas no conhecimento, salvo si se verificar a hypothese de um conhecimento para mais de um interessado, caso em que deverão ser expedidas tantas facturas, quantos forem os interessados incluídos no conhecimento. (Aviso da Fazenda n. 8, de 27 de janeiro de 1913 e Circular n. 26, de 17 de julho do mesmo anno.)

Art. 396. As encomendas postaes não são acompanhadas de facturas consulares. (Circular n. 5, de 17 de fevereiro de 1900.)

CAPITULO III

DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM, COMPRA E VENDA DE EMBARCAÇÕES

Art. 397. A mudança do capitão, ou commandante de qualquer embarcação, só póde realizar-se exhibindo o consignatario que tem de a fazer, os poderes que lhe foram conferidos pelo proprietario, no caso de ter este feito ajuste com o capitão para deixar o navio naquella porto; concordando na mudança o mesmo capitão e o consignatario, ou apresentando este ponderosos e justificados motivos para tirar áquelle o commando do navio.

A' vista de taes documentos e circumstancias o Consul reconhecerá si o que vae ser nomeado é cidadão brasileiro, e, verificado que seja, mandará lavrar em sua presença o termo de nomeação, e o mencionará no endosso do passaporte especial de viagem, e na matricula da equipagem. (Regulamento Consular, art. 139. (Modelo n. 34.)

Art. 398. Terão tambem inspecção sobre a venda de qualquer embarcação brasileira, que haja de ter effeitos nos portos dos seus districtos. Neste caso exigirão do capitão procuração bastante ou outro documento legitimo que o outorize para effectuar a venda, e, achando este documento em termos, consentirão nella, si estiverem convencidos de que o preço dado pela embarcação é *bona fide* seu valor. (Regulamento Consular, art. 140.)

Art. 399. Sem procuração do proprietario, os Consules não consentirão na venda de embarcação alguma, salvo no caso de innavegabilidade. (Regulamento Consular, art. 141.)

Art. 400. A innavegabilidade sómente se haverá por justificada quando se provar alguns d'estes casos:

1º, de ter havido naufragio;

2º, de precisar a embarcação de concerto, cuja despeza exceda a tres quartos do seu valor;

3º, de não ter o capitão ou mestre fundos nem credito sufficiente para fazer o necessario reparo, ainda mesmo que a sua importancia seja inferior á do segundo caso. (Regulamento Consular, art. 141.)

Art. 401. Não sendo o comprador brasileiro, os Consules recolherão todos os documentos que provem a nacionalidade da embarcação, remettendo-os ao Ministerio dos Negocios da Marinha, na primeira oportunidade. A mesma pratica se observará a respeito dos navios naufragados, condemnados por innavegaveis ou abandonados. (Regulamento Consular art. 142.)

Art. 402. Si a venda, de que tratam os artigos antecedentes, for feita onde não houver agente consular, os Consules, tendo d'ella noticia, se dirigirão ás autoridades locaes, pedindo que signifiquem em todos os logares de sua alçada aos notarios publicos, corretores e mais pessoas que possam envolver-se na venda da embarcação, para que só procedam a ella depois de ter o capitão ministrado provas do seu direito para aquelle fim, e si o comprador não fôr cidadão brasileiro, recolham todos os documentos que nacionalizem a embarcação. (Regulamento Consular, art. 143.)

Art. 403. Quando em qualquer dos casos dos artigos anteriores o empregado consular julgar necessarios mais esclarecimentos do que os que lhe tiverem sido apresentados, poderá ir a bordo da embarcação e fazer nella as precisas perguntas ao capitão, officiaes, e tripolação e até aos passageiros, sobre os factos e circumstancias expostas, assim como sobre a carga, seu destino ou outro objecto relativo á viagem. (Regulamento Consular, art. 144.)

Art. 404. Comprando qualquer cidadão brasileiro algum navio em porto estrangeiro, deve apresentar ao Consul a respectiva escriptura de compra, para proceder-se ao exame de validade da mesma compra, da matricula, ajuste das soldadas dos officiaes e tripolação, descripção e arqueação do mencionado navio, bem como para pagar quaesquer direitos estabelecidos por lei. (Regulamento Consular, art. 145.)

Art. 405. Ficam isentas do respectivo imposto as transmissões de embarcações estrangeiras quando adquiridas por nacionaes, de conformidade com o disposto no art. 35 da Lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896; porém tal isenção não comprehende o imposto do sello, nos termos do n. 4, do art. 30 do Regulamento promulgado pelo Decreto n. 3.564, de 22 de janeiro de 1900, calculada a importancia do sello de conformidade com o § 1º, *in fine* da Tabella A, annexa ao mesmo Regulamento. (Circular n. 11, de 8 de maio de 1905.)

Art. 406. O imposto, qualquer que seja a sua natureza, deve ser satisfeito no lugar onde fôr effectuada a transmissão ou o contracto para a construcção do navio e, neste ultimo caso, o referido contracto substitue a escriptura publica de compra e venda, e d'elle deve, portanto, constar o pagamento do respectivo imposto. (Circular n. 3, de 28 de maio de 1897.)

Art. 407. Sendo o sello a que se refere o artigo anterior, renda pertencente ao Ministerio da Fazenda, devem as respectivas importancias ser recolhidas á Delegacia do Thesouro Nacional em Londres e a communicação feita directamente ao mesmo Ministerio. (Circular n. 22, de 31 de agosto de 1909).

Art. 408. O Consul, feito o exame do art. 404, si o achar exacto, fará lavar e passar os documentos necessarios ou os legalizará. (Regulamento Consular, art. 146.)

Art. 409. Aos Consules compete dar o passaporte extraordinario que autorize a sahida com a bandeira nacional ás embarcações que estiverem nas circumstancias dos artigos antecedentes, afim de se dirigirem com elles aos portos da Republica para ahi se habilitarem competentemente. (Circular n. 6, de 13 de dezembro de 1898 e Regulamento Consular, art. 146. Modelo 35.)

Art. 410. A mudança de bandeira estrangeira para brasileira está isenta de pagamento de imposto de siza, mas não do imposto de sello, nem dos emolumentos consulares respectivos. (Circular n. 24, de 28 de junho de 1912.)

Art. 411. A mudança de bandeira de uma embarcação sem a do dono da mesma não está sujeita ao imposto de 5 %. (Decreto de 31 de março de 1874, art. 14, n. 3 e Despacho ao Consulado Geral em Iquitos, de 24 de setembro de 1892. 3ª Secção.)

Art. 412. Os Consules cumprirão fielmente as disposições do Decreto n. 2.304, de 2 de julho de 1896, que regula a navegação de cabotagem, especialmente na parte que lhes diz respeito. (Circular n. 10, de 8 de agosto de 1896.)

CAPITULO IV

DOS ACCIDENTES, PERIGOS E MAIS CIRCUMSTANCIAS OCCORRIDAS EM VIAGEM

Art. 413. Si nascer durante a viagem alguma criança procede-se a termo escripto pelo escrivão nos navios de guerra, ou pelo capitão ou mestre nos mercantes nas 24 horas seguintes ao nascimento, em presença do pae, si estiver a bordo, e de duas testemunhas, contendo o nome e sexo do recém-nascido, a hora, dia, mez e anno, em que altura nasceu

e todas as circumstancias do nascimento, assim como dos nomes, estado, profissão e patria dos paes e avós, sendo conhecidos. (Regulamento Consular, art. 117.)

Nestes termos serão igualmente observadas as disposições do Regulamento approved pelo decreto n. 9.986, de 7 de março de 1888.

Art. 414. Os Consules exigirão cópia authentica do termo de que trata o artigo antecedente, transmittirão cópia ao Ministerio das Relações Exteriores e guardarão o original no archivo. (Regulamento Consular, art. 118, e Circular n. 1, de 11 de janeiro de 1908.)

Art. 415. O Ministro das Relações Exteriores mandará a cópia do termo, que lhe tiver sido remettida em observancia do artigo antecedente, á autoridade competente, para fazel-a registrar no cartorio do domicilio dos paes da criança mencionada, ou para o Archivo Publico, não se sabendo do domicilio. (Regulamento Consular, art. 119.)

Art. 416. No primeiro porto estrangeiro a que chegar o navio, a cópia do termo dos artigos antecedentes será entregue ao Consul nelle residente, e, não o havendo ahi, remettida pelo Correio ao mais visinho Consulado Geral. (Regulamento Consular, art. 120.)

Art. 417. A disposição do artigo antecedente é tambem applicada ao caso de morte de qualquer individuo, que se tenha verificado durante a viagem. (Regulamento Consular, art. 121.)

Art. 418. Fallecendo algum passageiro ou individuo da tripulação, durante a viagem, o capitão procederá a inventario de todos os bens que o fallecido deixar, com assistencia dos officiaes da embarcação e de duas testemunhas, que devem ser de preferencia passageiros, pondo tudo em boa arrecadação; e logo que chegar ao porto do seu destino, em que haja Consul brasileiro, fará entrega a este do inventario e bens, para serem remettidos á autoridade competente da Republica. (Regulamento Consular, art. 122.)

Art. 419. Os Consules receberão, na fórmula das leis commerciaes e com as cautelas precisas, as declarações dos capitães ou mestres das embarcações, e os protestos de arribadas e avarias qualquer que seja sua natureza e as que forem requeridas por elles ou pelos sobrecargas, passageiros e pessoas da tripulação, não só a bem de seus direitos e dos interessados no casco e carga, como sobre máo tratamento a bordo. A requerimento das partes, darão traslados das ditas declarações e protestos. (Regulamento Consular, art. 123. Modos ns. 37 e 38.)

Art. 420. Nos casos do artigo antecedente, quando fôr presente aos Consules representação conjuntamente produzida pelo capitão, officiaes e tripolação, póde elle exigir declaração sobre seu conteúdo. (Regulamento Consular, art. 124.)

Art. 421. Os Consules podem resilir o contracto dos officiaes ou gente da equipagem si lh'o requererem e provarem que foram ou são maltratados pelo capitão ou privados por elle do devido sustento, no porto ou durante a viagem. (Regulamento Consular, art. 125.)

Art. 422. Si durante a viagem houver necessidade de concerto da embarcação ou de compra de virtualhas, e si as circumstancias ou distancia do domicilio dos donos do navio ou do sobrecarga impedirem ao capitão de autorizar-se com as suas ordens, os Consules, tendo presente o acto assignado pela maioria da equipagem, o podem mandar fazer. (Regulamento Consular, art. 126.)

Art. 423. Tambem poderão os Consules, na ausencia do dono do navio ou do sobrecarga, nos termos do artigo antecedente, autorizar a descarga de um navio na fórma das leis commerciaes, comtanto que seja ella indispensavel para os concertos que se tiver de fazer, ou por causa de avaria na carga. (Regulamento Consular, art. 127.)

Art. 424. Naufragando qualquer embarcação brasileira, os Consules do districto deverão providenciar sobre o seu salvamento, recorrendo ás autoridades locaes para o soccorro necessario, sem comtudo obstar as diligencias dos capitães, donos e consignatarios.

Na ausencia d'estes, farão elles os requerimentos e protestos convenientes para o auxilio opportuno e prevenção de roubos e descaminhos; procederão a inventario do que se achar, e á sua boa arrecadação, a beneficio de quem direito tiver; pagando as despesas de salvamento, segundo o estylo do paiz, por conta dos interessados, conformando-se em tudo mais com o disposto no artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 128.)

Art. 425. No caso em que as embarcações naufragadas levarem carga para outro porto, dirigirão o inventario ao respectivo empregado consular brasileiro para lhe dar publicidade.

Art. 426. E' entendido que em todos os casos de naufragio, apparecendo socios, correspondentes ou quaesquer pessoas propostas para esta arrecadação pelos proprietarios, carregadores, consignatarios ou seguradores, devem estas preferir para a mesma arrecadação e disposição dos objectos salvados, conforme as ordens e expressa vontade dos donos.

Nesta circumstancia os Consules não poderão pretender mais do que os emolumentos correspondentes aos documentos que na occasião fizeram ou que perante elles forem feitos na conformidade d'esta Consolidação. (Regulamento Consular, art. 129.)

Art. 427. Sendo alguma embarcação condemnada por innavegavel pela autoridade competente, ou abandonada por qualquer motivo pelo capitão ou consignatario, os Consules, não existindo no logar procurador bastante do dono, proverão a que se ponha em boa arrecadação o seu casco e carga, até que os respectivos proprietarios transmittam as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 130.)

Art. 428. Deverão empregar toda a intelligencia e zelo para haver cabos, ancoras, boias ou outros pertences dos navios de guerra ou mercantes, quando estes objectos tenham sido achados no mar ou no porto, si seu valor exceder ás despesas ou direitos de salvamento. (Regulamento Consular, art. 131.)

Art. 429. Si quaesquer marinheiros, ou outras pessoas embarcadas em uma embarcação brasileira mercante, commetterem no mar levantamento, morte, ferimento ou outros quaesquer crimes, quer o capitão os tenha presos, ou não, os Consules tomarão conhecimento do caso sómente para o effeito de reter os réos a bordo, e de os remetter com os autos de informação da culpa, pela primeira embarcação que sahir para o Brazil, afim de serem entregues ás justicas competentes.

No caso em que a embarcação onde se achar o preso ou presos queira partir para outro destino, e não haja a esse tempo no porto embarcação que os conduza para o Brazil, os empregados consulares requisitarão ás autoridades do paiz que os detenham em custodia, até haver occasião de os fazer partir como fica dito. (Regulamento Consular, art. 132.)

Art. 430. Os Consules procederão a um summario de formação da culpa, ou crime commettido, quando o capitão o não tenha feito no caso do artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 133.)

Art. 431. Si os delictos do art. 429 forem commettidos a bordo depois da entrada do navio no porto estrangeiro, entre pessoas da equipagem do mesmo navio ou de outros navios brasileiros, os Consules procederão á formação da culpa e remetterão os culpados para o porto da Republica a que pertencer o navio, afim de serem ali julgados. (Regulamento Consular, art. 134.)

Art. 432. Si as leis do paiz em que estiver o navio não permittirem aos Consules estrangeiros este direito, ou as au-

toridades locais reclamarem os criminosos, por correr perigo a tranquillidade publica, devem estes ser-lhes entregues. (Regulamento Consular, art. 135.)

Art. 433. No caso de naufragio de embarcação de guerra nacional, os Consules procederão com zelo ás diligencias necessarias para a salvação, de accôrdo com o commandante e officiaes respectivos, pondo em boa arrecadação os salvados pela maneira determinada a respeito de semelhantes infortúnios dos navios mercantes, salvo sempre a preferencia devida aos referidos commandantes e officiaes.

Si os aprestos, apparelhos e outros effeitos salvados, bem que avariados, forem ainda capazes de espera e serviço, assim o participarão ao Governo que lhes dará as suas ordens. (Regulamento Consular, art. 136.)

Art. 434. Desertando algum ou alguns dos marinheiros de bordo de qualquer embarcação mercante brasileira, os Consules darão parte ás autoridades locais, requerendo-lhes a sua assistencia e auxilio para se descobrirem e apprehenderem os mesmos desertores, que deverão ser remettidos para bordo da embarcação a que pertencerem.

O mesmo praticarão com os marinheiros ou outras quaesquer pessoas que desertarem dos vasos da marinha nacional. (Regulamento Consular, art. 137.)

Art. 435. Si o desertor fôr estrangeiro, procurarão obrigá-lo ao cumprimento do seu dever, ou por intermedio do Consul da sua nação, ou, segundo as circumstancias, pelo das autoridades locais. (Regulamento Consular, art. 138.)

TITULO IV

Das attribuições dos empregados consulares com relação aos
brazileiros

CAPITULO I

DA MATRICULA DOS CIDADÃOS BRAZILEIROS, PROTECÇÃO E SOCCORROS

Art. 436. Os Consules supprirão aos brazileiros a ignorancia da lingua e das leis do paiz em que residem, servindo-lhes de interpretes nos requerimentos e mais dependencias que tiverem perante as diversas autoridades, e procurarão facilitar-lhes a expedição de seus negocios. (Regulamento Consular, art. 150.)

Art. 437. Teem direito á protecção dos empregados consulares os cidadãos brazileiros:

§ 1.º Pertencentes aos navios abandonados por innavegaveis e os que por qualquer modo ou accidente forem deixados em terra.

§ 2.º Os desvalidos naufragos, e os prisioneiros que por qualquer accidente apportarem aos districtos consulares. (Regulamento Consular, art. 151.)

Art. 438. Os cidadãos brasileiros que por molestia ficarem em terra, ou não puderem fazer viagem, receberão pelo navio em que tiverem ido uma quantia indispensavel para sua subsistencia, arbitrada pelos Consules, que solicitarão das autoridades competentes sua admissão nos hospitaes. (Regulamento Consular, art. 152.)

Art. 439. Não poderão reclamar a protecção dos artigos antecedentes os cidadãos brasileiros nos casos:

§ 1.º De perpetração de algum crime ou desordem grave, que perturbe a ordem da embarcação, insubordinação, falta de disciplina ou de cumprimento de deveres.

§ 2.º De embriaguez habitual. (Regulamento Consular, art. 153.)

Art. 440. As disposições do artigo precedente só se verificarão quando, em virtude d'elle, tiverem sido despedidos dos navios os que reclamarem o auxilio. (Regulamento Consular, art. 153.)

Art. 441. Tambem não terão direito á protecção do art. 437 os marinheiros que fizerem parte da tripolação de navios estrangeiros, salvo si provarem que foram constrangidos a empregar-se no serviço d'elles. (Regulamento Consular, art. 154.)

Art. 442. Nas vendas de navios brasileiros em portos estrangeiros, e em quaesquer outros actos em que intervierem os Consules, devem estes providenciar sobre as pessoas da equipagem d'elles, e de quaesquer outros navios que não voltarem ao Brazil, ou aos portos de onde sahiram, afim de não sobre-carregarem o Thesouro Nacional com as despesas da sua passagem, e com as que fizerem antes de sahirem dos portos em que se acharem. (Regulamento Consular, art. 155.)

Art. 443. Os Consules arbitrarão aos mencionados nos artigos antecedentes uma quantia indispensavel para sua subsistencia. (Regulamento Consular, art. 156.)

Art. 444. Promoverão a brevidade do regresso dos individuos que tiverem reclamado sua protecção:

§ 1.º Fazendo-os embarcar com praça nos navios nacionais, cujas tripolações não estiverem preenchidas, vencendo a respectiva soldada e ração, e tendo entrada na matricula e livro dos ajustes.

§ 2.º Ordenando aos capitães das embarcações brasileiras que estiverem a largar para algum porto do Brazil que transportem os que lhes competirem, na fórmula do artigo seguinte,

quando nellas não achem praça com vencimento, ou os protegidos não estejam nas circumstancias de fazer parte da tripolação. (Regulamento Consular, art. 157.)

Art. 445. O capitão da embarcação de 100 a 200 toneladas é encarregado de receber e conduzir ao porto do seu destino quatro marinheiros, e d'ahi para cima um por tantas quantas 50 toneladas de arqueação accrescerem.

Estes marinheiros irão fazendo o serviço e teem a ração do estylo, que se satisfará ao proprietario, assim como as despesas do transporte dos que não puderem effectivamente trabalhar. (Regulamento Consular, art. 158.)

Art. 446. As despesas feitas com as rações e transportes dos brasileiros desvalidos, e das equipagens de navios nacionaes naufragados ou abandonados, serão pagas á custa do Estado.

As que forem feitas com individuos da tripolação dos navios condemnados por innavegaveis, ou vendidos, e bem assim com os marinheiros e outras pessoas de bordo, que sem culpa sua não regressarem ao Brazil no mesmo navio, serão satisfeitas pelos respectivos proprietarios. (Regulamento Consular, art. 159.)

Art. 447. As despesas referidas no artigo precedente serão reguladas pelos Consules conforme as distancias da viagem, e pagas aos donos das respectivas embarcações, mostrando estes por attestação do Consul o numero e identidade das pessoas que transportaram. (Regulamento Consular, art. 160.)

Art. 448. Nenhum marinheiro brasileiro da marinha mercante terá direito a ser repatriado á custa dos cofres publicos, visto como no termo de contracto de embarque, lavrado nas Capitancias dos Portos, deve constar a clausula da repatriação a expensas do capitão ou mestre da embarcação. Só no caso de existir esta clausula e não quererem estes ultimos dar-lhe cumprimento, poderá o marinheiro apresentar a matricula pessoal ao Consul do porto onde se effectuar o desembarque, para que intervenha em seu favor. (Circular n. 14, de 13 de novembro de 1894.)

Art. 449. Quando os individuos soccorridos e repatriados forem praças do exercito ou marinheiros e praças desertadas dos navios de guerra ou que por qualquer motivo tenham ficado em terra, o importe das despesas feitas com elles deve ser sacado por conta do Ministerio das Relações Exteriores, sendo remettida ao mesmo uma duplicata das contas justificativas d'aquellas despesas, afim de que possa elle reclamar do Ministerio respectivo a devida indemnização. (Circulares ns. 6, de 28 de fevereiro de 1893, e 14, de 31 de maio de 1906.)

Art. 450. Os Consules poderão autorizar qualquer capitão ou mestre brasileiro a transportar o marinheiro que não tenha direito á sua protecção, uma vez que não seja criminoso; e d'isto farão menção na matricula da equipagem. (Regulamento Consular, art. 164.)

Art. 451. Havendo no porto embarcação da Armada Nacional, os Consules requererão praças ou passagens nella ao commandante respectivo, que acceitará as que forem compatíveis com o porte da mencionada embarcação. (Regulamento Consular, art. 165.)

Art. 452. Na falta de embarcação nacional, poderão diligenciar o referido transporte em navios estrangeiros que se dirigirem aos portos do Brazil, com a maior economia possível para os cofres publicos. (Regulamento Consular, art. 166.)

Art. 453. Os Consules terão o maior cuidado em não proteger os cidadãos brasileiros que não provarem sua nacionalidade, profissão, e que não são criminosos.

Quando neste exame chegarem ao conhecimento de que taes cidadãos são criminosos no Brazil, apressar-se-hão a communicar-o directamente á Legação e ao Ministerio das Relações Exteriores, com todas as informações que houverem collido. (Regulamento Consular, art. 163.)

Art. 454. Os agentes consulares deverão, quando se lhes apresentar algum individuo requerendo soccorros, verificar primeiro sua nacionalidade, e si fôr brasileiro o desvalido, depois de bem conhecerem os motivos que o levaram áquelle estado, sua moralidade e profissão, prestarão os soccorros ordenados nesta Consolidação. (Circular de 28 de fevereiro de 1893.)

Art. 455. Cumpre aos agentes consulares da Republica na prestação dos soccorros terem sempre em vista que a condição de desvalidos lhes impõe o dever de limitarem-se ao que fôr estritamente indispensavel para sua subsistencia e transporte para o Brazil, quando este transporte se não possa verificar sem dispendio para o Thesouro Publico.

Si o individuo que se apresentar reclamando soccorros tiver meios de indemnizar a Fazenda Publica, quando regressar ao Brazil, das quantias de que necessitar para sua manutenção e transporte, deverá essa indemnização ser acautelada como permittirem as circumstancias. (Circular de 28 de fevereiro de 1893.)

Art. 456. Succedendo apresentarem-se nos Consulados brasileiros pedindo repatriação individuos que vão voluntariamente para paizes estrangeiros e alli se acham em difficuldades pela sua imprevidencia ou desregramento, fica estabe-

lecido que os agentes consulares só auxiliarão e repatriarão os brasileiros que se acharem em condições precarias por qualquer accidente ou circumstancias de força maior. (Circular n. 7, de 17 de novembro de 1897.)

Art. 457. Os Consules só devem fazer seguir de um a outro Consulado os brasileiros desvalidos que pedirem repatriação, quando em absoluto não os puderem repatriar directamente; cabendo, em todo caso, a responsabilidade da repatriação ao Consul que primeiro attender ao desvalido. (Circular n. 8, de 4 de maio de 1906.)

Art. 458. Os Consules porão a maior diligencia e cuidado em conciliar os brasileiros desavindos, sem apparato de processo, por meio de composição ou de arbitros escolhidos pelas partes. (Regulamento Consular, art. 233.)

Art. 459. Os Consules porão desvelo em que as autoridades locais não procedam contra os brasileiros sinão com as formalidades e nos casos prescriptos nos tratados e leis, representando contra quaesquer vexames, injustiças ou violencias, que se lhes possam suscitar no decurso de suas transacções; e quando as referidas autoridades os não attenderem, recorrerão ao Governo, em cujo territorio residirem, directamente, ou pelo Ministro Diplomatico brasileiro, si houver. (Regulamento Consular, art. 167.)

Art. 460. Os Consules não poderão ser em juizo procuradores de qualquer outra pessoa; mas, sendo o caso de cidadãos brasileiros ausentes, sem procuradores bastantes, tanto em demandas civeis, como em accusações criminaes, que correrem á revelia dos mesmos, poderão ser defensores officiosos e apresentar nos juizos e tribunaes os documentos favoraveis aos réos, salvo os direitos d'estes. (Regulamento Consular, art. 168.)

Art. 461. Quando se tratar de ajustes entre brasileiros, cabem aos Consules as attribuições de tabelliães de notas, á vista do disposto nos arts. 325 e 345, principalmente quando o contracto fôr complemento de acto ou ajuste entre partes. (Circular n. 26, de 28 de junho de 1912.)

Art. 462. Incumbe aos Consules a matricula dos brasileiros que residirem no seu districto, e bem assim o registro dos nascimentos e obitos de seus compatriotas e a celebração de casamento, quando ambos os contrahentes forem brasileiros, e a legislação local reconhecer effeitos civis aos casamentos assim celebrados. (Regulamento Consular, art. 169, Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890 e Circular n. 21, de 5 de outubro de 1904.)

Art. 463. A matricula será feita em um livro especial. Este livro será aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo Consul, e deverá ser escripturado, como os demais livros mencionados na presente Consolidação, sem emenda, rasura, entrelinha ou abreviatura e intervallos, salvo os que forem necessários para as assignaturas. (Regulamento Consular, art. 170.)

Art. 464. O auto da matricula deverá conter o nome, prenome, idade, naturalidade, estado, profissão, ultimo domicilio do matriculado no Brazil, ou o dos ascendentes; nome, prenomes, idade e sexo dos filhos, fazendo-se menção dos documentos justificativos da nacionalidade.

O auto será assignado pelo matriculado e duas testemunhas. (Regulamento Consular, art. 171.)

Art. 465. Os documentos de que trata o artigo antecedente serão archivados no Consulado, lançando-se nelles um numero de ordem, que será communicado ao matriculado. (Regulamento Consular, art. 171.)

Art. 466. São documentos comprobatorios da nacionalidade: passaporte dado por autoridade brasileira, certidão de idade ou de casamento, diploma conferido pelas faculdades do Brazil, nomeação para cargos de eleição ou para empregos federaes, estaduais ou municipaes, certificado de matricula em outro Consulado brasileiro, ou qualquer documento authenticado passado pelas autoridades da Republica. (Regulamento Consular, art. 172.)

Art. 467. Os Consules não poderão excluir da matricula, por qualquer motivo que seja, as pessoas que já estiverem matriculadas, sem que primeiro justifiquem perante o Governo as razões que ha para a exclusão, e esta seja approvada. (Regulamento Consular, art. 173.)

Art. 468. Os Consules remetterão no fim de cada anno um mappa dos cidadãos brasileiros residentes no seu districto e matriculados no Consulado ou Vice-Consulados de sua dependencia, contendo todas as circumstancias que constarem do respectivo livro de matricula. (Regulamento Consular, art. 174.)

Art. 469. Os Consules antes de procederem á matricula deverão verificar si os requerentes são criminosos no Brazil e, si a criminalidade fôr notoria, recusar-lhes-hão o certificado ainda que apresentem os documentos de que trata o art. 466. (Regulamento Consular, art. 175.)

Art. 470. Quando apenas houver simples suspeita de criminalidade, concederão o dito certificado uma vez que os requerentes exhibam algum dos documentos acima indicados;

mas exigirão a apresentação, dentro de um prazo razoavel, de documento comprovativo de sua moralidade; pedirão, outrossim, informações ás autoridades brasileiras do logar em que os requerentes tiveram seu ultimo domicilio. (Regulamento Consular, art. 175.)

Art. 471. Fica entendido que os certificados de nacionalidade, concedidos nesta ultima hypothese, serão cassados logo que os Consules, melhor informados, cheguem ao conhecimento de que seus portadores são criminosos no Brazil. (Regulamento Consular, art. 175.)

Art. 472. Os Consules não deverão recusar certificados de nacionalidade aos individuos que, não possuindo os documentos mencionados no art. 466, justificarem a condição de brasileiros por meio de testemunhas dignas de fé. (Regulamento Consular, art. 176.)

Art. 473. Para a justificação, bem como para os demais actos de que trata esta Consolidação, não serão admittidas pessoas que não se acharem devidamente matriculadas, salvo o caso de não haver na localidade cidadãos brasileiros nestas condições. (Regulamento Consular, art. 177.)

Art. 474. Os Consules não poderão recusar protecção aos brasileiros isentos no Brazil de culpa e pena que ainda não se tiverem matriculado, mas os incluirão immediatamente na matricula. (Regulamento Consular, art. 178.)

Art. 475. Nos casos em que os interessados devam comparecer e o não possam realizar, poderão dar procuração, a qual será feita por tabellião ou do proprio punho, e deverá conter poderes especiaes para o acto para que foi outorgada, fazendo-se no lançamento d'elle sómente as declarações que forem expressas nas procurações. (Regulamento Consular, art. 179 e Decreto n. 79, de 26 de agosto de 1892.)

Art. 476. Logo que as procurações forem apresentadas, serão numeradas pelo Consul e rubricadas por elle e pelos procuradores que as apresentarem; registradas no competente livro e emmaçadas segundo o numero de ordem. A' margem do acto se escreverá o numero de ordem das procurações de que nelle se fizerem menção. (Regulamento Consular, art. 180.)

Art. 477. Todos os actos de que trata a 2ª parte do art. 462, relativos a brasileiros ou estrangeiros, feitos em paizes estrangeiros, serão valiosos, tendo-o sido na fórma das leis d'esses paizes, e legalizados pelos respectivos agentes consulares ou diplomaticos nelles residentes. (Regulamento Consular, art. 181.)

Art. 478. O registro será encerrado e fechado por um termo que os Consules farão lavrar no ultimo dia de dezembro de cada anno. (Regulamento Consular, art. 182.)

CAPITULO II

DOS TESTAMENTOS E INVENTARIOS

Art. 479. Na factura, approvação e abertura dos testamentos, os Consules se conformarão com os modelos ns. 39, 40 e 41 (Regulamento Consular, art. 188.)

Art. 480. Fallecendo qualquer cidadão brasileiro, sem herdeiro nem testamenteiro, ou com herdeiros menores, que sejam brasileiros, o Consul procederá como estiver estipulado em tratados, ou as leis do paiz o permittirem, promovendo por todos os meios a seu alcance o interesse dos cidadãos brasileiros ausentes e dos herdeiros menores que sejam ou possam vir a ser cidadãos brasileiros, conforme o art. 69 da Constituição da Republica. (Regulamento Consular, art. 189.)

Art. 481. Quando as leis do paiz o permittirem, procederão a inventario de todos os bens, effeitos, acções, livros e mais papeis do fallecido, pondo tudo em boa e segura arrecadação para ser entregue a todo o tempo a quem de direito pertencer. (Regulamento Consular, art. 190.)

Art. 482. Aos Consules devem ser entregues os bens da herança, uma vez que estejam munidos da procuração em fórmula legal dos herdeiros regularmente habilitados. Exceptuam-se os casos:

§ 1.º De não terem sido ainda pagos os direitos da herança.

§ 2.º De embargo de algum credor nacional ou estrangeiro. (Regulamento Consular, art. 191.)

Art. 483. Os Consules requererão a venda, em leilão, dos bens periveis, e de todos cuja conservação seja mui dispendiosa. (Regulamento Consular, art. 192.)

Art. 484. Os Consules requererão que se affixem editaes convidando a comparecerem os que se entenderem com direito á herança, e que seja fixado um prazo além do qual só poderrão ser ouvidos no paiz a que pertencerem os fallecidos. (Regulamento Consular, art. 193.)

Art. 485. Farão publicar os editaes nas gazetas dos seus districtos e os transmittirão ao Ministerio das Relações Exteriores, ao qual remetterão tambem, logo que lhes seja possível, cópias dos referidos inventarios. (Regulamento Consular, art. 194.)

Art. 486. Si no prazo marcado nas leis não apparecerem herdeiros do fallecido, dar-se-ha d'isso conhecimento ao Governo. (Regulamento Consular, art. 195.)

Art. 487. No caso de fallecimento de um brasileiro que não deixe valor algum no paiz, os Consules communicarão ao Ministerio das Relações Exteriores todas as particularidades sobre a posição do defunto e as circumstancias de sua morte. (Regulamento Consular, art. 196.)

Art. 488. Em todos os casos em que os empregados consulares são autorizados a dar administrações e ordenar a arrecadação de bens pertencentes a cidadãos brasileiros, procederão a inventario com a assistencia de dous negociantes nacionaes, e, na falta d'elles, de quaesquer outros de sua escolha, que assignarão o auto do mesmo inventario e entrega.

Art. 489. Sendo alguns artigos de natureza perivel, os empregados consulares poderão vendel-os em leilão publico, ccm assistencia dos mesmos negociantes, fazendo, nos autos do inventario, termo de necessidade da venda, com especificação da quantidade, da avaliação por peritos, dos seus preços, do ultimo lance, dos nomes dos arrematantes ou compradores; o que tudo se roborará com a assignatura dos Consules e dos ditos adjuntos. (Regulamento Consular, art. 197.)

Art. 490. Quando os Consules procederem á venda dos artigos da fazenda publica ou por entenderem absolutamente necessaria e não admittirem demora, ou porque para isso receberam ordem, o farão com as formalidades prescriptas no artigo antecedente. (Regulamento Consular, art. 198.)

CAPITULO III

DO REGISTRO CIVIL E CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO CIVIL

Art. 491. Os assentamentos de nascimentos devem ser feitos de conformidade com o disposto no regulamento approved pelo Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888.

Art. 492. Os actos do casamento civil devem ser realizados conforme determinam os decretos n. 181, de 24 de janeiro de 1890, n. 233, de 27 de fevereiro de 1890, e n. 733, de 20 de setembro de 1891.

Art. 493. Os assentamentos de obito devem, como os de nascimento, ser feitos de conformidade com o disposto do Regulamento approved pelo Decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888.

Art. 494. Os termos de nascimento e obito occorridos em paiz estrangeiro devem ficar archivados nos Consulados,

sendo apenas remettida uma cópia á Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para os fins de direito. (Circular n. 37, de 31 de dezembro de 1908.)

TITULO V

Das attribuições dos empregados consulares com relação aos passaportes, procurações e demais documentos

CAPITULO UNICO

DA EXPEDIÇÃO DE PASSAPORTES, PROCURAÇÕES, RECONHECIMENTO DE FIRMAS E LEGALIZAÇÃO DOS DEMAIS DOCUMENTOS

Art. 495. A expedição dos passaportes fica pertencendo aos Consules, sem prejuizo da attribuição que cabe ás Legações, e mediante comprovação da nacionalidade. (Modelo n. 42.)

Art. 496. Os Consules não deverão conceder passaportes aos menores e ás mulheres casadas, sem autorização expressa do pae, tutor ou marido. Esta restricção não comprehende os estrangeiros, cujos passaportes não teem de ser passados, mas tão sómente visados pelo Consules. (Regulamento Consular, art. 148.)

Art. 497. Os Consules ficam inhibidos de pôr o visto em passaportes e em quaesquer outros actos expedidos pelos Ministros Diplomaticos brasileiros. (Regulamento Consular, art. 149.)

Art. 498. Afim de que o serviço relativo ás procurações nos Consulados esteja de accôrdo com a legislação actual da Republica, além do livro destinado a registrar procurações, deverá haver outro em que serão lavradas aquellas que, por não quererem ou não poderem os interessados fazer de seu proprio punho, forem os empregados consulares incumbidos de lavrar. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 499. Nas procurações de proprio punho apresentadas para a respectiva legalização, devem os Consules attestar, não sómente a firma, como a identidade da pessoa do outorgante nos termos do alinea 1º do § 2º do art. 1º do Decreto n. 79, de 23 de agosto de 1892. (Circular n. 17, de 27 de junho de 1906.)

Art. 500. As procurações de proprio punho, destinadas a produzir effeito na Caixa de Amortização, devem ser assignadas por duas testemunhas, cujas firmas serão igualmente reconhecidas pelos Consules. (Circular n. 18, de 19 de agosto de 1909.)

Art. 501. Nas repartições dependentes do Ministerio da Fazenda não são acceitas publicas-fórmulas extrahidas de procurações de proprio punho, qualquer que seja o fim para o qual forem apresentadas ás mesmas repartições. (Circular da Fazenda, n. 14, de 14 de maio de 1907.)

Art. 502. No primeiro dos livros de que trata o artigo 498 só serão registradas procurações a pedido dos interessados visto não ser esse acto obrigatorio, em virtude do Decreto n. 79, de 23 de agosto de 1892; e por ellas sómente serão cobrados os emolumentos determinados para o registro de qualquer documento e o reconhecimento das firmas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 503. No segundo dos livros de que trata o art. 498, em que poderá ser impressa a parte invariavel, serão lavradas as procurações que devem conter nome e residencia do constituinte, data e declaração, si foi lavrada no Consulado ou fóra d'elle; nome dos procuradores, causa ou negocios para que se constituem; poderes que conferem; fecho pelo Consul; a assignatura do constituinte ou de alguém a seu rogo com a especificação do motivo por que não assigna elle proprio e as de duas testemunhas conhecidas. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 504. Nos casos do artigo antecedente serão dados traslados devidamente legalizados e escriptos em meia folha de papel cujas dimensões não excedam de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, devendo cada um ser considerado como uma procuração para a cobrança dos emolumentos. A parte invariavel d'elles poderá também ser impressa. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 505. As mesmas regras deverão ser observadas tanto nos Consulados Geraes e Consulados como nos Vice-Consulados. (Circular n. 11, de 15 de maio de 1893.)

Art. 506. As procurações passadas pelos empregados consulares em que derem poderes para tratar de seus negocios particulares, depois de assignadas pelos referidos empregados, deverão receber o visto e o sello d'elles mesmos, logo em seguida á assignatura, para serem legalizadas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou Repartições Fiscaes. (Circular n. 4, de 21 de junho de 1886; Decreto n. 2.320, de 30 de julho de 1896, e Circular n. 3, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 507. As procurações dos empregados diplomaticos serão authenticadas pelos empregados consulares brasileiros, cuja firma será por seu turno legalizada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou pelas Repartições Fiscaes. (Circular n. 1, de 11 de janeiro de 1883; Decreto n. 2.320, de

30 de julho de 1896, e Circular n. 3, de 17 de setembro de 1898.)

Art. 508. Em todos os documentos passados nas Chancellarias Consulares será deixado o espaço em branco de 12 centímetros de largura e sete de altura para reconhecimento das firmas dos empregados consulares. (Circular n. 5, de 6 de junho de 1892.)

Art. 509. Aos documentos que forem apresentados para serem authenticados, si não tiverem espaço para que figurem nelles juntos os actos de legalização consular e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou das Repartições Fiscaes, deverá ser annexada meia folha de papel devidamente presa e sellada. (Circular n. 5, de 6 de junho de 1892, e Decreto n. 2.320, de 30 de julho de 1896.)

Art. 510. Nos instrumentos de reconhecimento declararão os empregados consulares que para produzirem effeito no Brazil devem suas firmas ser por seu turno legalizadas e que essa legalização é facultada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores e nas Repartições Fiscaes. (Circulares ns. 6, de 16 de outubro de 1886, e 9, de 1 de agosto de 1896.)

Art. 511. No acto do reconhecimento declarar-se-ha a categoria do signatario, o numero de documentos que acompanharão o que fôr legalizado, devendo ser todos numerados, rubricados e ligados a estes por fio ou fita com o sello consular. (Modelo n. 43.) (Circular n. 6, de 16 de outubro de 1886.)

Art. 512. Os Consules poderão fazer legalizar e visar todos os autos e escripturas publicas que tiverem de ser produzidos perante as justicas e mais autoridades do Brazil, conformando-se com as leis da Republica. (Regulamento Consular, art. 225.)

TITULO VI

Disposições geraes

CAPITULO UNICO

Art. 513. Os Consules velarão em que sejam pontualmente observados os privilegios, isenções e direitos accordados pelos tratados de commercio, convenções e ajustes, por leis ou ainda por direito consuetudinario, favor do Governo ou titulo de posse. (Regulamento Consular, art. 226.)

Art. 514. Publicarão pela imprensa, e por quaesquer outros meios, as ordens do Governo tendentes a promover as vantagens do commercio entre o Brazil e a potencia ou po-

tencias que constituem o seu districto. (Regulamento Consular, art. 227.)

Art. 515. Os Consules devem ter presentes as seguintes disposições, afim de as indicar aos interessados, sempre que forem consultados:

§ 1.º Só não pagam direitos de consumo, ou importação, a roupa ou fato usado dos passageiros, os instrumentos, objectos ou artigos do seu serviço diario ou profissão, e os bahús, malas e saccoes de viagem usados, pertencentes ás suas bagagens e necessarios para uso pessoal e diario, durante a viagem. (Disposições Preliminares das Tarifas das Alfandegas.) Estão sujeitos a direitos *ad valorem* os objectos meudos, os moveis e outros utensilios usados, e os artigos de pouco valor, embora tenham taxa fixa na Tarifa, quando por sua multiplicidade, difficultarem o processo ordinario do despacho. (Circular n. 29, de 30 de novembro de 1906.)

§ 2.º O Regulamento approved pelo Decreto n. 6.455, de 19 de abril de 1907, que estabeleceu as bases para o serviço do Povoamento do solo nacional. (Circular n. 14, de 26 de julho de 1907.)

§ 3.º As informações do Ministerio da Fazenda sobre as substancias condemnadas pela legislação brasileira na conservação de productos animaes e preparação de vinhos e outras bebidas. (Circular n. 19, de 25 de setembro de 1907.)

Art. 516. Providenciarão de maneira que esta Consolidação e as disposições que lhe hajam de servir de complemento estejam em todo tempo ao alcance dos que d'elles se quizerem informar, no districto do seu Consulado. (Regulamento Consular, art. 228.)

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1913. — *Regis de Oliveira.*

MODELO N. 4

(Tit. I, cap. I, art. 25)

DIPLOMA DOS VICE-CONSULES

(Armas da Republica e a indicação do Consulado Geral ou Consulado.)

(Nome do Consul Geral ou Consul, seus titulos e empregos.)

Em virtude da autoridade que o Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil me conferiu pelo art. 25 do tit. 1º cap. 1º da Nova Consolidação das Leis Consulares da Republica, bem como pela minha carta patente de...: Nomeio o Sr....., Vice-Consul da nação brasileira em.... (a indicação positiva do districto do Vice-Consulado), incumbindo-o de preencher aquellas funcções segundo o que está determinado na supracitada Consolidação. Em nome do Sr. Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, rogo as autoridades, a quem possa caber o conhecimento d'esta e ordeno aos cidadãos brasileiros residentes naquelle Districto Vice-Consular ou que a elle aportarem, o reconheçam nesse caracter, concedendo-lhe as mencionadas autoridades todas as isenções e immunidades, que lhe devam competir, e o favor e auxilio de que necessitar para o cabal desempenho de suas funcções.

Em fé do que o muni do presente diploma por mim assignado, sellado com o sello d'este Consulado Geral ou Consulado, devendo desde hoje começar o effeito interino d'esta nomeação, que só terá o character de definitiva depois de obtida a confirmação do Governo da Republica pela respectiva Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Consulado Geral ou Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

(Assignatura do Consul Geral ou Consul.)

(L. S.)

MODELO N. 2

(Tit. I, cap. I, art. 26)

NOMEAÇÃO DE UM AGENTE COMMERCIAL

(Armas da Republica)

F..... Vice-Consul da Republica dos Estados Unidos do Brazil
em....

Em virtude dos poderes de que me acho munido, nomeio o
Sr. N.... Agente Commercial da nação brasileira neste porto de...-
e seu Districto, para substituir-me na minha ausencia ou impedimen-
tos : e, em nome do Sr. Presidente da Republica, rogo a todas a
autoridades de Sua Magestade.... (ou da Republica....), que o reco-
nheçam naquelle character, lhe concedam todas as immunidades que
lhe devam competir, e lhe prestem todo o favor e auxilio de que ne-
cessitar, para o cabal desempenho de suas funcções.

Em fé do que passei a presente nomeação por mim assignada o
sellada com o sello d'este Vice-Consulado.

Feita em... aos... de... de...

(L. S.)

F.

Vice-Consul.

MODELO N. 3

(Tit. I, cap. II, art. 68)

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DO ARCHIVO

Nesta data, de accordo com o disposto no art. 68 da Nova Consolidação das Leis Consulares, procedeu-se á verificação dos papeis e registro que compõem o archivo do Consulado ... do Brazil em... entre o Sr... (nome do funcionario que se retira) e o Sr... (nome do funcionario titular ou substituto interino).

D'esta verificação resultou:

1º, que o dito archivo contém os papeis, registros, correspondencias, documentos e mais collecções pertencentes a esta repartição, de accordo com o inventario procedido em ... (data) ;

2º, (outras declarações podem ser incluídas nesta parte).

O Sr. (nome do funcionario) declara ainda que não guarda em seu poder nenhum original ou cópia dos papeis que recebeu em seu caracter official.

MODELO N. 4

(Tit. I, cap. IV, art. 193)

DO QUADRO QUE OS VICE-CONSULES E AGENTES COMMERCIAES DEVEM NOS OITO PRIMEIROS DIAS DE CADA TRIMESTRE, APRESENTAR AO CONSUL, DE TODAS AS ORDENS DO GOVERNO QUE O RESPECTIVO CONSUL LHES TEM ENVIADO E DAS INSTRUÇÕES E OBSERVAÇÕES DE QUE ELLE AS TIVER ACOMPANHADO, DECLARANDO AS EXECUTADAS, AS QUE O NÃO TENHAM SIDO E AS QUE ESTIVEREM EM EXECUÇÃO

Autoridades de onde partem as ordens	Numeros e datas por ordem chronologica dos officios ou despachos que conteem taes ordens				Extracto das ordens contidas nos officios marcados na columna antecedente e das instrucções de que foram acompanhadas	Designação por ordem chronologica das ordens											
	N. do officio	Dia	Mez	Anno		Executadas				Não executadas				Em execução			
						N.	Dia	Mez	Anno	N.	Dia	Mez	Anno	N.	Dia	Mez	Anno
					N. B. Quando acontecer que os extractos das ordens e instrucções, a respeito d'ellas dadas pelo Consul, bem como o das reflexões do Vice-Consul, por demasiadamente longas não caibam nesta columna, serão aqui simplesmente indicados por numeros de remissão, que correspondam aos que semelhantemente deverão ser lançados no alto das cópias das ordens e instrucções, que em tal caso hão de seguir este quadro.	Dos officios em que o Vice-Consul communica a execução das ordens.				Dos officios em que o Vice-Consul communica as razões por que não executou as ordens ou são inexecutaveis.				Dos officios em que o Vice-Consul communica que as ordens estão em execução e as observações que sobre isso faz.			

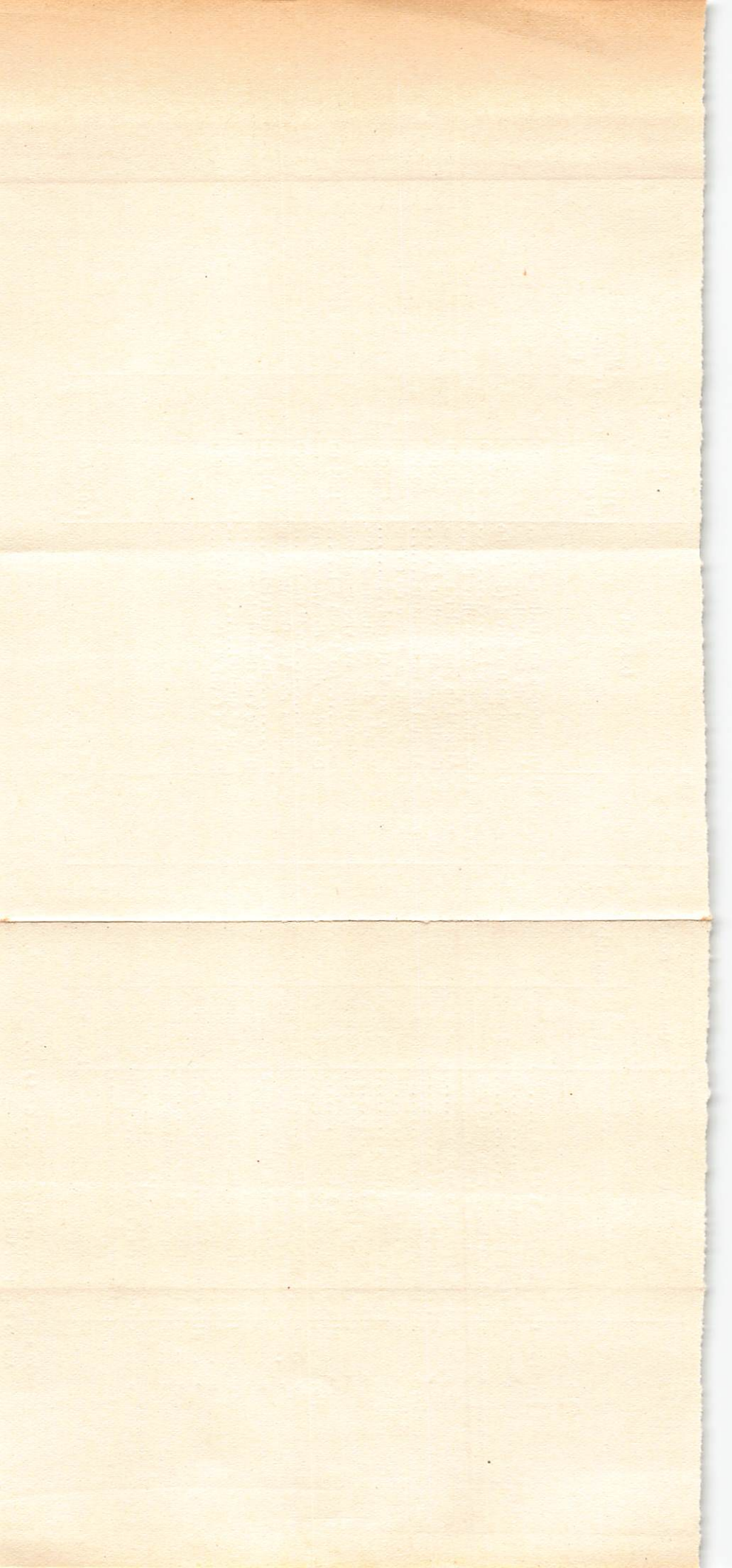
Mezes		Quantias pagas		
		Moeda brazileira	Cambio	Moeda do paiz
Janeiro	1 5 p...	50\$000		
"	" Mar...	30\$000		
"	" Idei...	20\$000		
"	" 2 e...	50\$000		
"	" 3 p...	30\$000		
"	" 1 tr...	50\$000		
"	" 3 l t...	30\$000		
"	" Mar su-			
"	" 4 i...	125\$000		
"	" 2 tr per-			
"	" 4 3 c em			
"	" 31 4 p...	150\$000		
Fever..	1 2 tr sul			
" ..	" 5 p...	65\$000		
" ..	" 2 c em			
" .. 28	5 r ...	10\$000		
"	" 5 i...			
Março..	1 9 p...	5\$000		
" ..	5 2 c...	425\$000		
" .. 31	4 c			
" ..	" 3 p			
" ..	" Ren			
" ..	" Ditc			
" ..	4'			
		1:040\$000		

Consulado.

Annexo C —

Mezes	Receita	Quantias cobradas			Mezes	Despeza	Quantias pagas		
		Moeda brazileira	Cambio	Moeda do paiz			Moeda brazileira	Cambio	Moeda do paiz
Janeiro	1 5 procurações a 10\$000	50\$000			Janeiro	31 Gratificação ao auxiliar F.....	50\$000		
"	" Manifesto de vapor de				"	" Aluguel da Chancellaria.....	30\$000		
	500 toneladas	50\$000			"	" Compra de um movel (despacho			
"	" Idem do dito..... de 400 ditas.	40\$000				n... de...)	20\$000		
"	" 2 escripturas a 10\$000.....	20\$000			Fever..	28 Gratificação ao auxiliar F.....	50\$000		
"	" 2 3 procurações a 10\$000	30\$000			"	" Aluguel da Chancellaria.....	30\$000		
"	" 1 traducção.....	10\$000			Março..	31 Gratificação ao auxiliar F.....	50\$000		
"	" 3 1 testamento.....	20\$000			"	" Aluguel da Chancellaria.....	30\$000		
"	" Manifesto do vapor.....de				"	" Expediente e asseio do consu-			
	450 toneladas	45\$000				lado no 1º quartel.....	125\$000		
"	" 2 traducções a 5\$000	10\$000				Metade dos emolumentos per-			
"	" 4 3 cartas de saude a 10\$000....	30\$000				tinentes ao vice-consul em			
"	" 31 4 procurações a 10\$000	40\$000				 no 1º quartel.....	150\$000		
Fever..	1 2 traducções a 5\$000	10\$000				Dita dos ditos do vice-consul			
"	" .. 5 procurações a 10\$000	50\$000				em no 1º quartel...	65\$000		
"	" .. 2 cartas de saude a 10\$000....	20\$000				Despeza do Vice-Consulado em			
"	" .. 28 5 reconhecimentos de firmas a					 no 1º quartel.....	10\$000		
	5\$000.....	25\$000				Dita do Vice-Consulado em			
Março..	1 9 procurações a 10\$000	90\$000				no 1º quartel.....	5\$000		
"	" .. 5 2 cartas de saude a 10\$000....	20\$000				Saldo a favor do Consulado....	425\$000		
"	" .. 31 4 certidões de vida a 5\$000....	20\$000							
"	" .. 3 procurações a 10\$000	30\$000							
"	" .. Renda do Vice-Consulado em								
	no 1º quartel.....	300\$000							
"	" .. Dito do dito em no								
	1º quartel.....	130\$000							
		1:040\$000					1:040\$000		

Consulado.....em.....de 19....—O consul....F.



MODELO N. 7

(Tit. II, cap. I, art. 259)

Mappa da receita e despesa do Consulado.....em.....no....quartel de 19....

Mezes	Receita	Quantias cobradas			Mezes	Despeza	Quantias pagas		
		Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz			Moeda brasileira	Cambio	Moeda do paiz
Janeiro 31	12 procurações a 10\$000.....	120\$000			Março.. 31	Gratificação ao auxiliar F.....	150\$000		
" "	" 3 manifestos.....	135\$000			" .. "	Aluguel da Chancellaria.....	90\$000		
" "	" 2 escripturas a 10\$000.....	20\$000			" .. "	Compra de um movel (despacho n.....de.....)	20\$000		
" "	" 3 traducções diversas.....	20\$000			" .. "	Expediente de asseio do Consulado.....	125\$000		
" "	" 1 testamento.....	20\$000			" .. "	Metade dos emolumentos pertencentes aos Vice-Consules..	215\$000		
" "	" 3 cartas de saude a 10\$000...	30\$000			" .. "	Despeza do Vice-Consulados....	15\$000		
Fever.. 28	2 traducções a 5\$000.....	10\$000			" .. "	Saldo a favor do Consulado.....	425\$000		
" .. "	5 procurações a 10\$000.....	50\$000							
" .. "	2 cartas de saude a 10\$000...	20\$000							
" .. "	5 reconhecimentos de firmas a 5\$000.....	25\$000							
Março.. 31	12 procurações a 10\$000.....	120\$000							
" .. "	" 2 cartas de saude a 10\$000...	20\$000							
" .. "	" 4 certidões de vida a 5\$000..	20\$000							
" .. "	Renda dos Vice-Consulados no 1º quartel:								
	Vice-Consulado em..... 200\$								
	Vice-Consulado em..... 230\$	430\$000							
		1:040\$000					1:040\$000		

Consulado.....em....de.....de 19....— O consul, F.

MODELO N. 8

(Tit. II, cap. II, art. 287)

Consulado..... em.....

Requisição n....

A' Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores requisito as seguintes estampilhas, destinadas á cobrança da receita de emolumentos que se realizar neste Consulado..... a meu cargo.

Quantidade	Valores	Importancia
	\$010	\$
	\$020	\$
	\$030	\$
	\$040	\$
	\$050	\$
	\$100	\$
	\$200	\$
	\$300	\$
	\$400	\$
	1\$000	\$
	2\$000	\$
	5\$000	\$
	10\$000	\$
	20\$000	\$
	50\$000	\$
		\$

Importam as..... estampilhas na quantia de.....

Consulado..... em..... de..... de 19.....

F.....

Consul....

ESCRITURAÇÃO DE ESTAMPILHAS

O Consulado.....em.....em c/c com o Ministerio das Relações Exteriores

DEVE

HAYER

19.... Janeiro	1	Pelo saldo em estampilhas existentes neste Consulado..... a saber:				19.... Janeiro.....,	15	Pela importancia de estampilhas dos seguintes valores, remetidas ao Vice-Consulado em: 100 do valor de 1\$000 50 " " " 5\$000 50 " " " 2\$000 200 " " " 10\$000	100\$000 250\$000 100\$000 2:000\$000	2:450\$000
		1.000 do valor de 1\$000 500 " " " 2\$000 500 " " " 5\$000 200 " " " 10\$000	1:000\$000 1:000\$000 2:500\$000 2:000\$000	6: 100\$00		"	31	Idem idem utilizadas no corrente mez por este Consulado: 400 do valor de 1\$000 100 " " " 10\$000	400\$000 1:000\$000	1:400\$000
Março	15	Pela importancia das estampilhas dos seguintes valores, recebidas da Secretaria, em virtude da requisição n...de...de... de 19....				Fevereiro.....	28	Idem idem idem: 300 do valor de 1\$000.. 100 " " " 2\$000.. 300 " " " 5\$000..	300\$000 200\$000 1:500\$000	2:000\$000
						Março	31	Idem idem idem : 500 do valor de 1\$000.. 550 " " " 2\$000.. 250 " " " 5\$000.. 130 " " " 1\$000..	500\$000 1:100\$000 1:350\$000 1:300\$000	4:250\$000
						"	31	Pelo saldo que existe no Consulado... em estampilhas dos seguintes valores: 200 do valor de 1\$000.. 200 " " " 2\$000.. 280 " " " 5\$000.. 70 " " " 10\$000..	200\$000 400\$000 1:400\$000 700\$000	2:700\$000
		500 do valor de 1\$000 400 " " " 2\$000 400 " " " 5\$000 300 " " " 10\$000	500\$000 800\$000 2:000\$000 3:000\$000	6:300\$000	12.800\$000					12:800\$000

Consulado..... em... de..... de 19... — O consul..... F.

MODELO N. 11

(Tit. III, cap. I, art. 327)

*Mappa do movimento da navegação entre o Brazil e.... no....
trimestre de 19...*

Entradas				
Embarcações	Numero	Toneladas	Equipagem	Valor importado
Brazileiras.....				
Estrangeiras...				,.....
Total.....				
Sahidas				
Embarcações	Numero	Toneladas	Equipagem	Valor exportado
Brazileiras .				
Estrangeiras				
Total				

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

MODELO N. 12

(Tit. III, cap. I, art. 327)

*Preço corrente e quantidade dos generos importados do Brasil na
Praça de..... durante o... trimestre de 19...*

Generos	Peso ou medida	Direitos da Alfandega	Quantidade importada	Preços		
				Janeiro	Fevereiro	Março
Aguardente.....						
Assucar						
Café.....						
Fumo.....						
.....						
.....						

Generos	Peso ou medida	Direitos de Alfandega	Quantidade ex- portada	Preços		
				Janeiro	Fevereiro	Março
.....						
.....						
.....						

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

MODELO N. 14

(Tit. III, cap. I, art. 327)

Quadro da cotação do cambio, taxa de descontos e fretamento das embarcações no mercado de... correspondente ao ... trimestre de 19...

CAMBIO			
Destinos	Janeiro	Fev.	Março
Sobre o Brazil			
» a França			
» a Inglaterra			
»			

TAXA DE DESCONTOS			
Origem	Janeiro	Fev.	Março
Banco do Estado			
» de			
Em praça			
.....			

PREÇO DO FRETE			
Destinos	Janeiro	Fev.	Março
.....			
.....			
.....			
.....			

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

MODELO N. 15

(Tit. III, cap. I, art. 329)

*Mappa das embarcações que entraram no porto deste Consulado
...., vindas do Brazil no anno de 19...*

Numero	Embarcações	Portos		Numero		Valor da expedi- ção de cada porto
		De onde procedem	Onde entraram	Toneladas	Equipagem	
4	Brazileiras.....	Bahia...	Buenos-Aires	600	48 £.	1.400
8	Estrangeiras...	»		1.300	112 £.	1.600
12	Somma.....			1.900	160 £.	3.000
..	Brazileiras.....	Santos..	Rosario			
..	Estrangeiras...					
..	Somma					
						

MODELO N. 46

(Tit. III, cap. I, art. 329)

*Mapa das embarcações que sahiram dos portos deste Consulado...
para os do Brazil no anno de 49...*

Numero	Embarcações	Portos		Numero		Valor da expedição de cada porto
		De onde procedem	Para onde foram	Tonelladas	Equipagem	
5	Brazileiras....	Buenos-Aires...	Bahia...	900	80	£. 400
7	Estrangeiras...	"	" ...	1.400	105	£. 1.600
12	Somma.....			2.300	185	£. 2.000
..	Brazileiras....	Rosario.....	Santos..			
..	Estrangeiras...	"	"			
..	Somma.....					

Numeros	Embarcações	Portos		Numeros		Valor da expedição de cada porto
		De onde procedem	Para onde foram	Tone-ladas	Equi-pagem	
	Transporte.....					
	.. Brasileiras.....					
	.. Estrangeiras.....					
	.. Somma.....					
	.. Brasileiras.....					
	.. Estrangeiras ..					
	.. Somma					

Consulado Geral ou Consulado do Brazil em...

MODELO N. 19

(Tit. III, cap. I, art. 330)

Mappa geral n. 1 — Importação de generos brasileiros no anno de..... comparada com a dos annos de..... e de.....

Mercadorias	Unidades	Quantidades			Moeda do paiz de origem			Moeda nacional		
		1901	1902	1903	1901	1902	1903	1901	1902	1903
Total		—	—	—	—	—	—	—	—	—

Consulado em.....aos.....de.....191...

MODELO N. 20

(Título III, cap. I, art. 330)

Mapa geral n. 2 — Exportação de generos estrangeiros no anno de..... comparada com a dos annos de..... e de....

Mercadorias	Unidades	Quantidades			Moeda do paiz de origem			Moeda nacional		
		1901	1902	1903	1901	1902	1903	1901	1902	1903
Total.										

Consulado em....aos.....de.....19...

MODELO N. 21

(Título III, cap. I, art. 345, § 4º)

DO CERTIFICADO DE ORIGEM DE MERCADORIAS

(Armas da Republica e indicação do Consulado Geral, Consulado ou
Vice-Consulado)

(Nome do Consul Geral, Consul ou Vice-Consul, seus titulos, etc.)

Certifico que a assignatura supra é a propria de que usa F...
o qual declara neste documento que as caixas (segue-se a especifica-
ção das caixas ou fardos, seus numeros, conteudo), embarcadas a
bordo do navio (o nome, pavilhão e capitão do navio), e ás quaes se
referem os conhecimentos ns..... são realmente de producção
manufatura, origem, fabricação, producto, industria, construcção,
etc., etc.) de.... (o logar de producção).

Em fé do que passo o presente certificado, que vae sellado com o
sello d'este Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado.

Data, sello e assignatura do Consul Geral, Consul ou Vice-Consul.

MODELO N. 22

(Tit. III, cap. I, art. 345, § 2º)

(Armas da Republica)

F..... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos
Estados Unidos do Brasil em....

Lotes	Marcas	Numero	Caixas, etc.		Conteúdo	Preço	Total	Comprador	Despezas

Certiifico que em... (dia, mez e anno, em que se procedeu a
leilão) a requerimento de F..., assisti á venda publica das merca-
dorias depositadas em... (logar do deposito), que constam de uma
parte (ou de todo) do carregamento do navio... (nome, pavilhão,
capitão, porto de partida, da entrada, data de uma e outra), as
quaes mercadorias, havendo sido postas em lotes, marcados e nume-
rados como se vê no quadro acima, foram vendidas pelo mais alto
preço que foi possivel obter, tendo sido feitos todos os esforços em
beneficio dos proprietarios.

Em fé do que, por me ser pedida, passei a presente por mim as-
signada e sellada com o sello deste Consulado Geral (Consulado ou
Vice-Consulado em... (dia, mez e anno, em que é passada a cer-
tidão).

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 23

(Tit. III, Cap. I, art. 345, § 3º)

DA NOMEAÇÃO DE LOUVADOS

(Armas da Republica)

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em....

Havendo sido informado que o navio... (nome do navio, (capitão), vindo de... (porto de partida), chegou ao porto de... porto da chegada), tendo na viagem, tanto elle como as mercadorias que compõem seu carregamento, soffrido avarias,— nomeci, para verificar a existencia, natureza, origem e extensão das ditas avarias, a F... e F... os quaes, havendo comparecido perante mim e acceitado aquelle encargo, prestaram compromisso de preencher-o cionforme as leis e usos do commercio.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica do Estados Unidos do Brazil em... aos... dias do mez... de... do anno de...

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 24

(Tit. III, cap. I, art. 345, § 3º)

DO EXAME A QUE DEVEM PRESIDIR OS EMPREGADOS CONSULARES, QUANDO FOREM REQUERIDOS, NOS BENS MOVEIS E IMMOVEIS PERTENCENTES A NACIO-NAES, SI AS LEIS DO PAIZ O PERMITTIREM

(Armas da Republica)

Aos... dias... do mez de... do anno de... havendo eu, na qualidade de Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em..., sido requerido por F... (especifique-se si este requer por si ou como delegado de outrem) para que houvesse de proceder e presidir a exame em (designação do objecto sobre que recahe o exame); não se opondo as leis do paiz ao exame requerido, compareci na rua... armazem... n..., e sendo ali presentes os louvados F... e F... lhes deferi compromisso, para conscienciosamente examinarem... (o objecto que deve ser examinado) *(si forem mercadorias avariadas deve accrescentar-se — e declarar a avaria que soffreram, sua causa, qual a diminuição por ella produzida no valor primitivo das mercadorias, e si tal perda poderia ter sido evitada pelo capitão)*. E havendo elles assim jurado e procedido ao exame requerido, pela maneira a mais minuciosa, declararam : (segue-se o resultado do exame).

E tendo assegurado que nada mais tinham que accrescentar, sendo-lhes lido este termo o assignaram com F..., que requereu o exame, com as testemunhas F... e F... e commigo Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Em fé do que lavrei o presente, que vae sellado com o sello deste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

Assignatura dos louvados.

» de quem requereu o exame .

» das testemunhas.

» do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 25

(Tit. III, cap. I, art. 343, § 4º)

DO PROTESTO DAS LETRAS DE CAMBIO

(Armas da Republica)

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Saibam todos quantos este termo de protesto de letras virem que aos... dias do mez de... do anno de... compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F... e me apresentou a letra do teor seguinte: (copie-se toda a letra); e, requerendo-me o protesto d'ella, dirigi-me á casa n... da rua... (ou, escrevi a F... uma carta que lhe foi entregue) intimando-lhe que houvesse de acceitar (ou pagar quando seja letra já acceita) a mencionada letra, e por elle me foi respondido que... (transcreva-se a resposta dada em carta ou verbalmente, declarando a falta d'ella, quando a não haja por uma e outra fórma), do occorrido dei parte ao apresentante, o qual declarou que pela maneira a mais solemne protestava haver do sacador, (acceitante, ou endossante) ou de quem mais de direito fôr, toda a importancia do saque, custas, perdas e damnos, como de mercador a mercador, na fórma do costume; e me pediu lavrasse o presente instrumento.

Em fô do que, etc. etc.

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em... (dia, mez e anno).

Assignatura do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 26

(Tit. III, cap. I, art. 345, § 4º)

DAS ESCRIPTURAS DE CONTRACTO DE JUROS

(Armas da Republica)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Aos... dias do mez de... do anno de... perante mim F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... e na minha Chancellaria compareceram justos e contractados F... e F... ambos residentes em... e de mim reconhecidos pelos proprios, e das testemunhas abaixo assignadas, e por F... (e nome de quem empresta o dinheiro) me foi dito que a F... (o nome da pessoa a quem é emprestado) emprestava nesta data (ou havia emprestado em...) a quantia de..., mediante o juro annual de... com as condições seguintes (transcrevam-se as condições). E logo por F... (o nome de quem recebe o dinheiro) me foi declarado que recebia (ou recebera em...) a mencionada quantia de... com as condições acima propostas, e que, para garantia d'esta sua divida, hypothecava todos os seus bens e especialmente os... (designem-se os bens da hypotheca especial), dando, além d'isso, por seus fiadores F.. e F..., os quaes, achando-se presentes e sendo de mim e pelas testemunhas reconhecidos pelos proprios, declararam que espontaneamente, sobre si, em commum, e cada um em separado, tomavam toda a obrigação e responsabilidade de devedores, consentindo em ser como taes tratados e demandados, renunciando de seu *motu proprio* direito do seu fôro. E havendo eu perante todos os interessados lido a presente escriptura de contracto de juros e hypotheca, que por todos foi achada conforme suas vontades, a assignaram com as testemunhas já mencionadas e commigo, do que dou fé.

Assignatura de quem empresta o dinheiro.

» » o recebe.

» dos fiadores.

» das testemunhas.

» do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 27

(Tit. III, cap. I, art. 345, § 5º)

(Armas da Republica)

Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Carta de fretamento do

Capitão

fretado pelo Sr.

com destino para

ENTRE OS ABAIXO ASSIGNADOS,

de uma parte e da outra

do

do lote de

está hoje contractado e concluido, por nossa intervenção a seguinte:

ARTIGO 0 freta o dito navio, estanque de quilha á bordo bem acondicionado e provido de todo o necessario, á satisfação do fretador, para

ARTIGO O capitão se reserva a camara e ante-camara do navio e os logares necessarios e usados para recolher a sua equipagem e para guardar seu apparelho, velas, amarras, aguas e mantimentos.

ARTIGO Finalizada que seja a descarga o fretador pagará ao quantia de

ARTIGO Isentam-se em todo o caso os perigos e riscos dos mares e da navegação e o tolhimento de principes e governadores.

ARTIGO Concedem-se ao dias corridos para effectuarem o carregamento do

ARTIGO Excedendo os dias referidos no artigo antecedente, o fretador pagará ao a quantia de por cada um dia de demora.

ARTIGO Qualquer das partes contractantes que faltar aos artigos acima (não sendo por força maior), pagará a outra uma multa de

Em fé do que lavrei este contracto em vias que ambas as partes assignaram commigo em... aos dias de do anno de 19...

Seguem-se as assignaturas.

F.

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

(Logar do sello.)

MODELO N. 28

(Título III, cap. I, art. 345, § 6º)

DAS ESCRIPTURAS DE FORMAÇÃO DE SOCIEDADE

Consul Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em...

Aos... dias do mez de... do anno de.... perante mim F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... e na minha Chancellaria, compareceram justos e contractados F... e F..., ambos residentes em... e de mim conhecidos e das testemunhas ao deante assignadas, e por ambos elles me foi dito que haviam (ou teem) formado entre si uma sociedade commercial (declaração da natureza da sociedade), sob as condições e clausulas seguintes (cópia da integra do contracto apresentado). E havendo ou lavrado o presente acto, que lhes foi lido, declararam que mutuamente empenhavam sua palavra, suas pessoas e bens para o exacto e completo cumprimento do presente contracto, cujo original fica archivado na Chancellaria d'este Consulado Geral; e em presença das testemunhas entreguei a cada um dos interessados uma cópia autentica d'este mesmo instrumento. Em fé do que nelle imprimo o sello consular.

Seguem-se as assignaturas.

1.º Dos interessados.

2.º Das testemunhas.

3.º Do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 29

(Titulo III, cap. I, art. 345, § 7º)

ESCRITURA DE HYPOTHECA

F....., Consul dos E. U. do Brazil em.....

Saibam quantos este Publico Instrumento de Escripura de hypothea virem, que aos.... de..... de..... compareceram perante mim, Consul, de uma parte: como outorgante credor, F....., residente em..... e da outra parte, como outorgado devedor, F....., residente em....., de mim conhecidos e das testemunhas abaixo assignadas; e pelo outorgante credor me foi dito perante as citadas testemunhas que, devendo-lhe o outorgante a quantia de..... (declarar em que moeda, si tem juros a divida ou premios, e quaesquer outras circumstancias necessarias), acha-se contractado com o mesmo outorgado, para hypothecar-lhe este, em garantia d'essa divida, capital e juros, (ou premios se forem estipulados) especialmente o seu immovel (declarar a natureza, situação e mais circumstancias do immovel) em conformidade com o Decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890 e do seu regulamento approved por Decreto n. 370, de 2 de maio de 1890. Então pelo outorgado devedor me foi dito perante as mesmas testemunhas que na verdade se acha contractado com o outorgante seu credor, sobre a mencionada hypotheca; e que acceita a presente escriptura para produzir todos os effeitos legaes, obrigando se como devedor hypothecario a pagar a sobredita divida; e ficando effectivamente hypothecado o sobredito seu immovel tal, por bem d'esta escriptura e na melhor fórma de direito, em accôrdo com a citada lei e seu regulamento, de que dou fé. E por estar assim contractado, me pediram que lhes fizesse a presente escriptura, que lhes li e, achada conforme, a assignaram, commigo Consul..... e as testemunhas nesta Chancellaria do Consulado dos Estados Unidos do Brazil em....., a.....
Era ut supra.

F..... Consul.
Outorgante.
Outorgado.
Testemunhas.

MODELO N. 30

(Tit. III, cap. II, art. 354, § 4º)

MANIFESTO DE CARGA E DECLARAÇÃO DO CAPITÃO

Manifesto de carga que d'este porto de..... conduz para o de.....o..... (armação, nacionalidade e nome do navio), de..... toneladas e..... e homens de tripolação, inclusive seu Capitão F.....

Marcas	Numeros	Numeros dos conhecimentos	Numero de volumes	Envase e conteudo	Carragadores	Consignatarios	Observações

Eu, F..... capitão da embarcação..... prompta a seguir viagem para o porto de..... declaro ser este manifesto cópia exacta e verdadeira d'aquelle com que a mesma embarcação foi despachada na Alfandega d'esta cidade de....., aos..... de..... de..... F....., capitão.

Legalização do Consul

Certifico que o presente manifesto se acha em devida fórma, sem emendas nem razuras, ou cousa que duvida faça (ou resalvadas se as houver), sendo informado o commandante das obrigações constantes dos arts. 341 a 352 da Consolidação das Leis das Alfandegas de 1894 como consta da declaração assignada pelo mesmo, que vae annexa a este manifesto ao qual acompanham..... conhecimentos de carga. E, para constar onde convier, fiz o presente, que assigno e vae sellado com o sello deste Consulado & & aos.... de..... de 19...

F.....
Consul.

MODELO N. 31

(Tit. III, cap. II, art. 354 § 4º)

CERTIFICADO DO MANIFESTO DA CARGA

F.... Consul Geral, (Consul ou Vice-Consul) etc.

Certifico que, tendo o capitão F.... feito perante mim o depoimento e juramento, que assignou ao pé do manifesto annexo da embarcação...., consta ser este manifesto cópia exacta e verdadeira d'aquelle com que se despachou a referida embarcação na alfandega d'esta cidade; e o qual, junto por mim aos despachos originaes, deverá o mencionado capitão, na sua chegada, entregar na alfandega do porto de....

Em fé do que, etc.

MODELO N. 32

(Tit. III, cap. II, art. 372)

CERTIFICADO DE MATRICULA

Certifico ser o documento anexo a verdadeira matricula da embarcação... constante de... pessoas de tripulação, inclusive o respectivo capitão F... que seguem viagem d'este para o porto de... não levando a seu bordo (segundo declarar) mais pessoa alguma.

Em fé do que, etc.

MODELO N. 33

(Tit. III, cap. II, art. 372)

CARTA DE SAUDE

(Armas da Republica)

F.... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) etc.

Faço saber a todas as autoridades da Republica que esta minha certidão virem que a cidade de.... está livre do mal de peste e de qualquer outro contagio: e para que nos portos do Brazil se não ponha impedimento algum á entrada do navio.... capitão F.... que d'aqui segue viagem para.... levando.... pessoas de tripulação passageiros, o muni da presente, que vae por mim assignada e sellada, etc.

MODELO N. 34

(Titulo III, capitulo IV, art. 397)

TERMO DE MUDANÇA DE CAPITÃO

F... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) etc.

Perante mim pessoalmente compareceu neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) aos... dias do mez de... F... como dono, ou consignatario do navio... surto neste porto, e pelos poderes que me apresentou de F... residente em... cidadão brasileiro, e dono do referido navio, me disse que pretendia fazer a mudança do capitão F... (por assim estarem convencionados ou por apresentar o consignatario poderosos e justificados motivos para tirar áquelle o commando do navio ou por ter fallecido o que existia) e para, isso recorria a esse Consulado Geral, afim de eu lhe approvar tal nomeação, o que achando conforme com as leis da Republica lh'a approvei; e sendo neste acto F... novo capitão nomeado, disse que acceitava a sobredita nomeação, sujeitando-se em tudo ás mesmas leis; e para constar mandei lavrar o presente termo, que ambos commigo assignaram.

Em fé do que, etc.

MODELO N. 35

(Tit. III, cap. IV, art. 409)

PASSAPORTE EXTRAORDINARIO DE EMBARCAÇÃO

(Armas da Republica)

F..., Consul dos Estados Unidos do Brazil em...

Faço saber aos que este passaporte extraordinario virem que a embarcação denominada..., armada a..., de que é proprietario o cidadão brasileiro..., residente em..., e de porte de...toneladas de registro, acha-se habilitada, nos termos dos arts. 416 n. 4 e 418 da Consolidação das Leis das Alfandegas de 1894, para navegar d'este porto para o de..., onde solicitará da respectiva alfandega, caso tenha de viajar para fóra da Republica, o passaporte que, em virtude do art. 419 da citada Consolidação, áquella repartição incumbe expedir em substituição do presente, que lhe é dado sómente para esta viagem.

Pelo que peço ás autoridades dos portos em que tocar que não lhe ponham impedimento algum e antes lhe prestem o auxilio que necessitar para seguir ao porto de seu destino.

Dado no Consulado dos Estados Unidos do Brazil, em...aos...do
...de 191...

F...
Consul.

MODELO N.º 36

ENDOSSO DO PASSAPORTE DE UM NAVIO

F..... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Certifico que F....., capitão do navio.... de que trata este passaporte, chegou a este porto em vindo do.... com a carga mencionada em seu manifesto registrado a fl. do livro das entradas e saídas: e agora faz viagem para.... com a carga constante do manifesto, que fica registrado a fl... do livro competente.

Em fé do que, etc.

N. B. Havendo mudança de capitão, cumpre declarar-a.

MODELO N. 37

(Tit. III, cap. IV, art. 419)

TERMO DE PROTESTO DE ARRIBADA

F.... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), etc.

Por este publico instrumento de protesto se faz saber a todos os que o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F...., capitão do navio denominado...., de.... toneladas, do porto de.... F...., 1º piloto do dito navio e FF...., marinheiros, os quaes, cada um por si declararam que o dito navio foi carregado com.... fazendas, e que achando-se prompto deapparelhos, estanque de quilhas e com todo, os mantimentos precisos, e de tudo completamente preparado para seguir viagem, se fez á vela do porto de.... com destino para.... e que o dito navio no decurso da sua viagem no dia.... do mez.... achando-se em latitude.... e longitude.... soffreu uma violenta tempestade (o que occorreu, se deve extrahir do termo de mar, e do livro de derrota); depois do que acalmando mais o vento, e fazendo o navio.... pollegadas de agua, vendo-se, enfim na necessidade de arribar ao porto mais perto, fizeram rumo para este porto, onde chegaram e fundearam ás.... horas do dia.... d'este presente mez; que durante a sua viagem, elle capitão, officiaes e marinheiros fizeram todos os esforços possiveis para preservar o dito navio e sua carga de qualquer avaria. Pelo que elle capitão me pediu lhe tomasse este solemne protesto contra mar e vento, ou contra quem de direito fôr, declarando que todos os damnos, avarias e perdas que tenham havido no dito navio e sua carga, devem ser por conta dos interessados do dito navio e carga, ou seguradores (por via de rateio ou de outra qualquer forma), tendo acontecido os ditos transtornos, como acima fica mencionado, e não por que o navio se achasse em máo estado quando sahiu do porto de.... ou negligencia d'elle capitão e tripulação. Em consequencia dos ditos acontecimentos os comparecentes me requereram um auto, que servisse para elle e todos os interessados, onde e quando lhes fôr necessario; e, por isso, em virtude do dito seu requerimento lhes ratifiquei o presente protesto, que elle capitão e todos os mais commigo assignaram.

Em fé do que, etc.

(L. S.) F.

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul)

F. capitão

F. piloto.

FF. marinheiros.

MODELO N. 38

(Tit. III, Cap. IV, art. 419)

TERMO DE PROTESTO CONTRA DEMORAS

F..... Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) etc.

Por este publico instrumento de protesto saibam quantos o presente virem, que perante mim pessoalmente compareceram neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) F.... capitão do navio denominado.... do porte de.... e F.... 1º piloto, os quaes, cada um de per si, declararam que, achando-se o dito navio fretado pelos Srs. FF.... de tal praça, para conduzir tal e tal carga a este porto, onde chegou em o dia... do mez... tendo pela mesma carta de fretamento... dias correntes para a descarga do sobredito navio. Que por um dos conhecimentos datado em.... aos.... do mez.... os dito, FF. consignaram aos Srs. FF. taes volumes com a marca á margems e que elle capitão lhes pediu houvessem de mandar a bordo buscar para pagarem o frete competente, o que elles têm recusado fazer demorando assim o dito navio com grande damno dos seus proprietarios ; e, portanto, elle capitão me requereu que queria protestar, como com effeito protesta, contra os ditos FF., ou contra quem de direito fôr, pela falta de cumprimento do sobredito fretamento, por todas as perdas e despezas que tenham, ou hajam de correr, e por não terem pago, como deveram o dito frete.

Em fé do que, etc.

MODELO N. 39

(Tit. IV, cap. II, art. 479)

DO TESTAMENTO

Aos... dias do mez de... do anno de... ás... horas da... havendo eu sido convidado na qualidade de Consul Geral (Consul ou Vice-Consul) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em... pelo Sr. F... dirigi-me á sua casa, rua d... n... e ali encontrei o sobredito F... no gozo do todas as suas faculdades mentaes, segundo pude colligir de suas palavras e gestos; e havendo-me elle requerido que houvesse eu de recolher por escripto as suas ultimas vontades,— dictando-as elle perante A. B. C. D. e E., que como testemunhas escohididas pelo testador estavam presentes ao acto, foram ellas escriptas por mim e são as seguintes: (aqui as disposições testamentarias). E havendo o Sr. F... declarado que tal era a sua ultima vontade, que desejava fosse considerada como testamento (ou codicillo), importando a annullação de qualquer outro anteriormente feito; em minha presença e das testemunhas acima nomeadas, rubriquei todas as folhas e o testador assignou a ultima no dia, mez e anno acima indicados. Em fé do que o subcrevo, e assignam as testemunhas.

Seguem-se as assignaturas:

1º, do testador;

2º, das testemunhas;

3º, do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

N. B. Si porventura o testador não puder assignar, fal-o-ha em seu logar o Consul Geral (Consul ou Vice-Consul), fazendo-se d'isso a necessaria declaração no logar proprio.

MODELO N. 40

(Título IV, cap. II, art. 479)

APPROVAÇÃO DE UM TESTAMENTO

Saibam quantos este publico instrumento de approvação de testamento virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil.....aos..... dias do mez de.....nesta cidade, neste Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) ou em casa de F.....) á rua..... perante mim e as cinco testemunhas ao adeante nomeadas e assignadas, compareceu F..... solteiro (casado ou viuvo) maior, domiciliado..... que reconheço como o proprio e egualmente reconhecido pelas testemunhas que tambem conheço e dou fé; perante estas, especialmente convocadas para este acto pelo dito F., que se achava em seu perfeito juizo e entendimento, segundo o meu parecer e das testemunhas, me foi entregue este papel, dizendo ser o seu testamento, feito do seu proprio punho (ou que lh'o fizera a seu rogo M.....) e queria que eu lh'o approvasse, o qual papel, tomando-o de suas mãos, achei ser o testamento d'elle testador, escripto aquelle em..... laudas de papel, o qual vi e não li, verificando se achar sem borrões, entrelinhas ou coisa que duvida faça, pelo que fiz ao testador as perguntas da Lei, respondendo-me em voz alta, perante as mesmas testemunhas, que por certo era este o seu testamento e o havia por bom, firme e valioso, e que eu o approvasse, o que ora faço, e hei por approvado solemnemente, começando este instrumento logo abaixo da assignatura do testador (ou de M... que o mesmo assignou a rogo), numerando-o e rubricando-o, com a rubrica de que uso ".....", cosendo-o e lacrando-o, na fórma da Lei e estylo. E para constar de, como assim o disse, de que dou fé, lavrei este instrumento, que assigna elle testador, com as testemunhas A. B. C. D. e E. (profissões, domicilios e edades) depois de lhes ser lido, perante mim H....., Consul Geral, (Cousul ou Vice-Consul) que escrevi e assigno, em publico e raso.

MODELO N. 41

(Tit. IV cap. II, art. 479)

DO TERMO DE ABERTURA DE TESTAMENTO

Consulado Geral, Consulado ou Vice-Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brazil em ...

Aos ... dias do mez de ... do anno de ... neste Consulado Geral, (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em ... compareceu F... (nome do apresentante do testamento) e declarou que me vinha apresentar, para ser aberto (si o apresentante compareceu a mando de outrem, declare-se quem este seja e as relações de ambos com o testador) o testamento com que em (dia, mez, anno e logar do fallecimento) havia fallecido F... (declara, ção do nome, estado, naturalidade, filiação e residencia do morto). E assim requerido perante as testemunhas F... e F ..., que certificaram a morte do testador e a competencia do apresentante do testamento para proceder a esse acto, examinei minuciosamente aquelle documento e reconheci que elle estava intacto, cosido e lacrado, sem emenda, rasura ou outro qualquer vicio de escripta, e era do teor seguinte: (transcreva-se todo o testamento). Em fé do que lavrei o presente termo, que fica registrado no archivo d'este Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) a fls ... do Liv ...; e o assignei com o apresentante do testamento e as testemunhas acima mencionadas no mesmo dia, mez e anno acima referidos.

Seguem-se as assignaturas;

1º, do apresentante;

2º, das testemunhas;

3º, do Consul Geral (Consul ou Vice-Consul).

Sello do Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado).

MODELO N. 42

(Tit. V, cap. unico, art. 495)

PASSAPORTES A INDIVIDUOS

N.....

(Valido por um anno)

Signaes :

Idade
Estatura
Olhos
Testa
Nariz
Bocca
Queixo
Signaes particulares.

F....., Consul Geral (Consul ou Vice-Consul)

Faço saber que d'este..... (porto ou cidade) segue com destino a.....de..... o cidadão brasileiro (nato ou naturalizado) F....., de profissão....., levando em sua companhia..... Peço, portanto, ás autoridades civis ou militares a quem este passaporte fôr apresentado, que prestem ao portador o auxilio que possa necessitar para seguir ao seu destino.

Dado no Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) dos Estados Unidos do Brasil em.....aos..... de.....de.....

Assignatura do portador.

F.....

Consul Geral (Consul ou Vice-Consul)

N. B. — Os passaportes não passados pelo Consulado serão simplesmente visados.

MODELO N. 43

(Tit. V, cap. unico, art. 511)

LEGALIZAÇÕES

(Reconhecimento de firmas)

Reconheço verdadeira a assignatura supra (retro) de F.... de tal occupação; e, para constar onde convier, a pedido de...., passo a presente, a qual, para os fins de direito, deve ser legalizada no Ministerio das Relações Exteriores (ou nas Repartições Fiscaes do Brazil), a assigno e faço sellar com o sello das armas d'este Consulado Geral (Consulado ou Vice-Consulado) da Republica dos Estados Unidos do Brazil em....., aos...de.....de....

(Outro reconhecimento)

Certifico que o documento supra (retro) está revestido de todas as formalidades exigidas pelas leis d'este paiz; e, para constar onde convier, etc....

Nas procurações de proprio punho os Consules deverão attestar, não sómente a firma, como a identidade da pessoa do outorgante (Arts. 499 e 500).

ANNEXO A

(Tit. I, cap. IV, art. 212)

APONTAMENTO A QUE SE REFERE O ARTIGO 212 D'ESTA CONSOLIDAÇÃO

I — O Ministro de Estado das Relações Exteriores quando se dirigir:

a) Ao Presidente da Republica:

Tenho a honra de apresentar (1ª comunicação) ou de reiterar (comunicações posteriores) a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito.

b) Ao Vice-Presidente da Republica; aos Presidentes das duas Camaras do Congresso Nacional e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. es protestos do meu profundo respeito.

c) Aos Ministros de Estado; aos membros do Supremo Tribunal Federal; aos Governadores ou Presidentes dos Estados da União Brasileira; aos membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

d) Ao Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores; ao Secretario da Presidencia da Republica; aos Embaixadores da Republica:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

e) Aos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios da Republica effectivos, em missão especial ou em commissão; aos Generaes do Exercito ou da Armada; aos Membros da Côrte de Appellação do Districto Federal e dos Tribunaes Superiores dos Estados; aos Directores Geraes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores; ao Presidente do Tribunal de Contas; ao Prefeito e ao Chefe de Polícia do Districto Federal; ao Consultor Geral da Republica e aos Consultores Juridicos do Ministerio das Relações Exteriores; aos Directores do Thesouro e Directores Geraes das outras Secretarias de Estado; ao Delegado do Thesouro Brasileiro em Londres; aos Juizes de Direito Federaes; aos Ministros ou Secretarios de Estado dos Estados da União:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

f) Aos Ministros Residentes; aos Directores de Secção das Secretarias de Estado; aos Directores de Repartições subordinadas aos outros Ministerios e aos Consules Geraes de Primeira Classe:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha perfeita estima e consideração.

g) Aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores assim como a quaesquer outros funcionarios ou autoridades civis ou militares não declarados acima, federaes ou estadoaes:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

h) Aos Ministros dos Negocios Estrangeiros ou das Relações Exteriores dos outros paizes:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

i) Ao Nuncio Apostolico e aos Embaixadores acreditados junto ao Governo do Brasil:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mui alta consideração.

j) Aos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios acreditados junto ao Governo Brasileiro:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

k) Aos Ministros Residentes Estrangeiros:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha mais distincta consideração.

l) Aos Encarregados de Negocios e Consules Geraes Estrangeiros;

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

m) A quaesquer outros funcionarios estrangeiros não discriminados acima e com os quaes se corresponda.

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha distincta consideração.

n) Aos particulares:

Apresento ou reitero a V. S. os protestos da minha consideração.

II — O Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, ou quem suas vezes fizer, empregará as mesmas fórmulas acima indicadas.

III — Os funcionarios da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, os do Corpo Diplomatico e os do Corpo Consular só empregarão as fórmulas indicadas no n. I quando se dirigirem a funcionarios da sua categoria ou de categoria inferior.

Dirigindo-se a funcionarios de categoria superior á sua rematarão os seus officios dizendo:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. (ou V. S.) os protestos da minha respeitosa consideração.

ANNEXO B

(Tit. I, cap. IV, art. 213)

Regras para o emprego de aspas ou vírgulas dobradas nas transcrições:

1) Sempre que o trecho transcripto conste apenas de um paragrapho, as aspas de abrir deverão ser collocadas no começo do paragrapho e as de fechar no fim da ultima linha.

2) Se o trecho transcripto contiver diversos paragraphos, as aspas de abrir deverão estar antes da primeira palavra de cada paragrapho, e as de fechar sómente depois da derradeira palavra do ultimo paragrapho.

3) Se o trecho transcripto contiver, por sua vez, alguma citação, deverá esta trazer aspas de abrir no começo de cada linha, e aspas de fechar unicamente no fim da derradeira palavra da ultima linha.

ANNEXO C

(Tit. II, cap. III)

Tabella de emolumentos consulares que se devem cobrar nos Consulados e Vice Consulados Brasileiros, em virtude do decreto n. 8.492 A, de 30 de Dezembro de 1910.

	Moeda brasileira	Equivalen- te em moe- da ingleza	Porcenta- gem
		£. s. d.	
1. Legalização do manifesto da carga de um navio, nacional ou estrangeiro:			
a) No primeiro consulado brasileiro em que o navio fôr despachado :			
Manifesto de carga dirigida a um só porto ou ao primeiro porto no Brazil :			
Sendo o navio de 500 toneladas ou menos : Por tonelada	\$100	0. 0. 2 ³ / ₄	
Sendo de mais de 500 toneladas : Pelas que accrescerem a esse numero.....	\$010	0. 0. 0 ¹ / ₄	
Manifesto de carga dirigida a outro porto ou outros portos no Brazil: Para cada porto :			
Sendo o navio de 500 toneladas ou menos: Por tonelada	\$050	0. 0. 1 ¹ / ₄	
Sendo de mais de 500 toneladas : Pelas que excederem a esse numero.....	\$005	0. 0. 0 ¹ / ₈	
b) No segundo e nos seguintes consulados brasileiros em que o navio tomar carga :			
Pela legalização de cada manifesto, a metade dos emolumentos pagos no consulado brasileiro do primeiro despacho.			
2. Manifesto suplementar, feito no mesmo porto, depois de encerrado o primeiro....	20\$000	2. 5. 0	
3. Certificado do Consul, á vista da declaração do capitão, de que o navio não tomou carga nesse porto para os do Brazil.....	5\$000	0. 11. 3	
4. Visto em cada conhecimento de carga.....	2\$000	0. 4. 6	
5. Carta de saude de cada navio nos logares em que não haja repartição que as confira.....	10\$000	1. 2. 6	

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
		£. s. d.	
6. Visto em carta de saude.....	5\$000	0.11.3	
7. Visto na matricula da tripolação.....	3\$000	0.11.3	
8. Matricula da tripolação, ou rol da equipagem.....	10\$000	1. 2.6	
9. Mudança na matricula da tripolação: por cada homem desembarcado ou embarcado.....	1\$000	0. 2.3	
10. Passaportes a embarcações de mais de 200 toneladas...	20\$000	2. 5.0	
11. Passaportes a embarcações de menos de 200 toneladas..	5\$000	0.11.3	
12. Endosso no passaporte de uma embarcação de mais de 200 toneladas.....	3\$000	0. 6.9	
13. Endosso no passaporte de uma embarcação de menos de 200 toneladas.....	1\$000	0. 2.3	
14. Certificado de seguir em lastro uma embarcação, ou manifesto de lastro:			
a) Nos portos estrangeiros situados nos rios Uruguay, Paraná, Paraguay, Jaguarão e na lagôa Mirim, assim como nos afluentes d'essa lagôa e dos citados rios, e nos portos estrangeiros da bacia do Amazonas, cada certificado ou manifesto de lastro:			
Sendo a embarcação de menos de 100 toneladas.....	4\$000	0. 9.0	
Sendo de mais de 100 toneladas.....	6\$000	0.13.6	
b) Nos demais portos estrangeiros, marítimos ou fluviaes, cada certificado ou manifesto de lastro:			
Sendo a embarcação de menos de 100 toneladas.....	8\$000	0.18.0	
Sendo de mais de 100 toneladas.....	12\$000	1. 7.0	
15. Inventario de uma embarcação:			
a) De mais de 200 toneladas..	24\$000	2.14.0	
b) De menos de 200 toneladas.....	12\$000	1. 7.0	
16. Vistoria em uma embarcação:			
a) De mais de 200 toneladas..	30\$000	3. 7.6	
b) De menos de 200 toneladas	24\$000	2.14.0	
Vistoria de mercadorias a bordo	24\$000	2.14.0	

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
18. Vistoria de mercadorias em terra.....	15\$000	£ s. d. 4.13.9	
19. Autorizar um novo diario de navegação e rubricar todas as suas folhas: por cada folha.....	\$200	0. 0.5 1/2	
20. Mudança de bandeira nacional para estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis da embarcação, no caso de venda: além da siza.....	40\$000	4.10.0	
21. Pela mesma operação do n.20, mas de bandeira estrangeira para a nacional: além da siza.....	20\$000	2. 5.0	
22. Mudança de bandeira nacional para estrangeira, incluindo o registro e a recepção em deposito dos papeis do navio, no caso de arrendamento: sobre o preço do arrendamento annual.....	—	—	2 %
23. Pela mesma operação do n.22, mas de bandeira estrangeira para a nacional: sobre o preço do arrendamento annual.....	—	—	4 %
24. Nomeação ou approvação da nomeação de um capitão e registro desse acto.....	10\$000	1. 2.6	
25. Carta de fretamento.....	10\$000	1. 2.6	
26. Visto em um diario nautico..	2\$000	0. 4.6	
27. Venda publica de mercadorias avariadas ou outras pertencentes á carga de uma embarcação:			
Até 1:000\$000.....	—	—	1 1/2 %
Pelo que exceder a 1:000\$.	—	—	1 %
28. Arrecadação de objectos pertencentes á carga e casco de um navio naufragado, sobre o valor ou somma.....	—	—	2 1/2 %
29. Registro de um brasileiro na matricula do Consulado e expedição do competente titulo de nacionalidade.....	2\$000	0. 4.6	
Pela expedição de novo titulo de nacionalidade.....	2\$000	0. 4.6	
30. Visto em certidão de nacionalidade.....	2\$000	0. 4.6	
31. Visto annual em certidão de matricula.....	1\$000	0. 2.3	
32. Pela celebração de um casamento no Consulado.....	gratis		
33. Registro de nascimento.....	gratis		

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
		£. s. d.	
34. Registro de casamento não ce- lebrado no Consulado.....	4\$000	0. 9. 0	
35. Registro de obito.....	gratis		
36. Certificado de nascimento	1\$000	0. 2. 3	
37. Certificado de casamento.....	2\$000	0. 4. 6	
38. Certificado de obito.....	1\$000	0. 2. 3	
39. Certificados de vida:			
a) para a cobrança de pensões do Estado, vencimentos de aposentadoria ou de refor- ma: cada certificado.....	1\$000	0. 2. 3	
b) para a cobrança de juro da divida publica brasileira ou de sommas depositadas em Caixas Economicas.....	2\$000	0. 4. 6	
c) para outros effeitos não aci- ma declarados.....	3\$000	0. 6. 9	
40. Testamento.....	20\$000	2. 5. 0	
41. Approvação de testamento....	10\$000	1. 2. 6	
42. Termo de abertura de testa- mento	10\$000	1. 2. 6	
43. Inventario de bens por falleci- mento:			
a) até 2:000\$000.....	—	—	2 %
b) de 2:000\$000 para cima....	—	—	1 %
44. Escriptura de compra e venda:			
a) até 20:000\$000.....	—	—	2 %
b) acima dessa quantia	—	—	1 %
45. Acto de sociedade:			
a) até 20:000\$000.....	—	—	2 %
b) acima dessa quantia.....	—	—	0 1/2 %
46. Modificação, continuação ou dissolução de sociedade:			
Até 50:000\$000	—	—	1 %
Acima dessa quantia.....	—	—	0 1/4 %
47. Procuração ou substabeleci- mento, lavrado nos livros do Consulado, inclusive o traslado, e sómente quan- do os outorgantes sejam cidadãos brasileiros, sal- vo, quanto á nacionalida- de, o caso previsto na se- gunda alinea do artigo 14 das Instrucções annexas.			
a) Para a cobrança de pensões do Estado, vencimentos de serviço publico, aposenta- doria ou reforma	1\$000	0. 2. 3	
b) Para a compra de títulos da divida publica brasileira ou cobrança de juros da mesma e de sommas de- positadas em Caixas Eco- nomicas	3\$000	0. 6. 9	

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
		£. s. d.	
c) Para outros efeitos não acima declarados.....	10\$000	1. 2. 6	
48. Reconhecimento de assignatura ou legalização de documentos não passados no Consulado:			
a) Quando destinado á cobrança de pensões do Estado, vencimentos de serviço publico, aposentadoria ou reforma	1\$000	0. 2. 3	
b) Quando destinado á compra de titulos da divida publica brasileira ou cobrança de juros dos mesmos e de sommas depositadas em Caixas Economicas.....	2\$000	0. 4. 6	
c) Quando destinado a outros fins não acima declarados	3\$000	0. 6. 9	
d) Quando em um mesmo documento houver mais de uma assignatura, o reconhecimento das seguintes pagará a terça parte das taxas estabelecidas neste numero.			
49. Certidão:			
Contendo cem palavras ou menos.....	2\$000	0. 4. 6	
Excedendo de cem palavras: por cada série de cem palavras, ainda que a ultima serie não alcance esse numero.....	2\$000	0. 4. 6	
50. Certificado ou attestado do Consulado para servir em qualquer estação.....	4\$000	0. 9. 0	
51. Registro de qualquer documento nos livros do Consulado, quando requerido pelo interessado:			
Por cada cem palavras ou menos.....	2\$000	0. 4. 6	
Excedendo de cem palavras, por cada serie de cem palavras, ainda que a ultima serie não alcance esse numero.....	2\$000	0. 4. 6	
52. Buscas nos livros e papeis do Consulado, quando requerida por pessoa competente e autorizada pelo Consul, depois de examinado o caso: além dos emolumentos do certifi-			

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
		£. s. d.	
cado, si o requerente in- dicar o anno.....	1\$000	0. 2.3	
Por cada anno sobre que re- caia a busca.....	1\$000	0. 2.3	
53. Traducção, requerida pelo in- teressado, de qualquer do- cumento para a lingua portugueza, além dos em- olumentos do certificado:			
Por cada cem palavras em por- tuguez ou menos.....	4\$000	0. 9.0	
Excedendo de cem palavras, por cada série de cem pala- vras em portuguez, ainda que a ultima série não al- cance esse numero.....	4\$000	0. 9.0	
54. Traducção de qualquer do- cumento, escripto em por- tuguez, para o idioma do paiz em que estiver o Con- sulado :			
Por cada cem palavras do texto original ou menos.....	10\$000	1. 2.6	
Excedendo de cem palavras, por cada série de cem pala- vras, ainda que a ultima serie não alcance esse nu- mero.....	8\$000	0.18.0	
55. Pelo trabalho de conferir com o original a traducção de um documento feito fóra do Consulado, e tambem:			
Pelo de collacionar com o ori- ginal a cópia de um do- cumento feito fóra do Con- sulado:			
a) Se a traducção fôr de lin- gua estrangeira para a por- tugueza:			
Por cada cem palavras da tra- ducção, ou menos.....	2\$000	0. 4.6	
Excedendo de cem palavras: por cada série de cem pala- vras, ainda que a ultima sé- rie não alcance esse numero.	1\$000	0. 2.3	
b) Se a traducção fôr de lingua portugueza para a do paiz, o dobro d'esses emolumentos.			
c) Se a cópia fôr de documento em portuguez:			
Contendo cem palavras ou menos.....	2\$000	0. 4.6	
Excedendo de cem palavras: por cada série de cem, ainda que a ultima série não al- cance esse numero.....	1\$000	0. 2.3	

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	Porcentagem
		£. s. d.	
d) Se a cópia fôr em lingua estrangeira, mas do paiz em que estiver o Consulado, os mesmos emolumentos da lettra c) ; e se fôr em outra lingua estrangeira, o dobro.			
56. Cópia de documentos:			
a) Se o documento fôr escripto em lingua portugueza:			
Contendo cem palavras ou menos.....	1\$500	0. 3. 4 1/2	
Excedendo de cem palavras: por cada série de cem, ainda que a ultima série não alcance esse numero.....	\$700	0. 4. 7	
b) Se o documento fôr escripto em lingua estrangeira:			
Contendo cem palavras ou menos.....	2\$000	0. 4. 6	
Excedendo de cem palavras: por cada série de cem, ainda que a ultima série não alcance esse numero.....	1\$000	0. 2. 3	
57. Legalização de facturas.....	3\$000	0. 6. 9	
58. Assistencia do Consul, quando requerida, a actos que exijam a sua ausencia do Consulado, além das despesas de transporte:			
Pela primeira hora ou fracção de hora.....	10\$000	1. 2. 6	
Pelas seguintes.....	5\$000	0. 11. 3	
59. Assistencia do Consul a uma venda ou leilão, quando essa assistencia seja requerida:			
Sobre o valor.....	—	—	2 %
60. Nomeação de peritos:			
Por cada um.....	5\$000	0. 11. 3	
61. Interrogatorio de testemunhas, quando requerido :			
Por cada testemunha interrogada.....	5\$000	0. 11. 3	
62. Por um protesto ou declaração	8\$000	0. 18. 0	
63. Passaporte de um viajante....	6\$000	0. 13. 6	
64. Visto em passaporte para viagem, expedido por autoridade brasileira.....	2\$000	0. 4. 6	
65. Idem em passaporte para viagem, expedido por autoridade estrangeira.....	3\$000	0. 6. 9	
66. Escriptura e registro de qualquer contracto :			
Até 5:000\$000.....	—	—	1 %
De mais de 5:000\$000 até 100:000\$000.....	—	—	0 1/2 %

	Moeda brasileira	Equivalente em moeda inglesa	porcentagem
		£. s. d.	
De mais de 100:000\$000.....	—	—	0 $\frac{1}{4}$ %
67. Dinheiro recebido ou depoi- tado por conta de parti- culares: uma commissão de	—	—	2 $\frac{1}{2}$ %
68. Dinheiro despendido por conta de particulares: uma com- missão de.....	—	—	5 %
69. Sentença arbitral :			
a) sendo de valor determinado:			
Até 5:000\$000.....	2\$000	0. 4. 6	
Até 10:000\$000.....	4\$000	0. 9. 0	
De mais de 10:000\$000, por cada 1:000\$000.....	1\$000	0. 2. 3	
b) sendo de valor indetermi- nado, ou sobre objecto que não o tenha.....	10\$000	1. 2. 6	
70. Legalização do manifesto de artigos destinados á impor- tação no Brazil por via terrestre, em vehiculos ou animaes de carga.....	10\$000	1. 2. 6	
71. Qualquer documento official ou instrumento não nomeado ou enumerado nesta ta- bella :			
Não excedendo de cem pa- lavras.....	4\$000	0. 9. 0	
Excedendo de cem: por cada série de cem palavras, ainda que a ultima série não alcance esse numero.	2\$000	0. 4. 6	
72. Termo de qualquer natureza, não especificado nesta ta- bella.....	5\$000	0.11.3	
73. Pela legalização do manifesto ou manifestos, e outros pa- peis de um navio, feita fóra das horas do expediente do Consulado, isto é, desde ás 6 horas da manhã até á hora da abertura do expediente ordinario, ou desde a hora do encerra- mento do expediente ordi- nario até alta noite, sendo esse despacho requerido por escripto pelo despa- chante do navio:			
Pela primeira hora de tra- balho ou fracção de hora.	18\$000	2. 0. 6	
Pelas seguintes horas: cada hora ou fracção de hora...	9\$000	1. 0. 3	

INDICE ALPHABETICO

ABREVIATURAS.— M para *modelo* e T para *tabella de emolumentos*.

A

- Abandono de navio — Art. 427.
» » posto — Art. 77.
Abertura de livros — Arts. 259 e 463.
» » testamentos — Art. 479 — T 42 — M 41.
Actos — assistencia dos Consules — T 58.
» diplomaticos — Arts. 41, 42 e 44.
» diversos — Art. 252.
» sociedade — Art. 345, § 6º — T 44.
» validade — Arts. 242 a 246.
Addidos commerciaes — Art. 35.
» » — vencimentos — Arts. 79 e 87.
Administração de bens — Arts. 488 e 489.
Agentes commerciaes — autographos — Arts. 28 e 61 a 73.
» » — confirmação — Arts. 26 e 28.
» » — deveres — Art. 46.
» » — exequatur — Art. 60.
» » — nomeação — Arts. 26, 2º e 187 — M 2.
Ajudas de custo de estabelecimento — Arts. 156 a 162.
» » » — pagamento — Arts. 163 a 165.
» » » — transporte — Arts. 156 a 162.
Ajustes — Arts. 461 e 513.
Alteração na matricula da equipagem — Arts. 353 a 397 —
T. 9.
Aposentadoria — contagem do tempo — Arts. 134, 141 a 143,
147 a 154.
Aposentadoria — tratamento — Art. 146.
» — uniforme — Art. 146.
» — vencimentos — Arts. 141 a 145, 147 e 148.
Apparelhos de navio de guerra — Art. 428.
» » » mercante — Art. 428.
Approvação de nomeação de capitão — Art. 397 — T 24 —
M 34.
Approvação de testamentos — Art. 479 — T 41 — M 40.
Apresentação de exequatur — Arts. 58 e 59.
Archivo consular — deposito — Arts. 77 e 78.
» » — entrega e recebimento — Arts. 67 a 70
e 77.

- Archivo consular — livros, moveis e papeis — Arts. 235, 238, 239 e 250.
- Armamento de guerra — Arts. 357 e 358.
- Armas nacionaes — Arts. 65 e 66.
- Arrecadação de casco e carga de navio abandonado — Art. 427.
- » » bens — Arts. 481, 482, 488 e 489.
 - » » casco e carga de navio condemnado — Art. 427.
- Arrecadação de casco e carga de navio naufragado — Arts. 424, 425 e 426 — T 26.
- Arrendamento de embarcação — Art. 441 — T 22 e 23. ,
- Arribada — Arts. 378, 419 e 420 — T 62 — M 37.
- Artigos bellicos — Arts. 356 e 357.
- » de caça — Art. 355.
 - » de producção nacional — Art. 358.
 - » venda dos pertencentes a embarcação — Art. 383.
 - » — seu emprego — Art. 213.
- Assignatura de documentos — Art. 249.
- » — reconhecimentos de — Arts. 508 a 511 — T 48 — M 43.
- Assistencia do Consul a actos exigindo ausencia do Consulado. — T 58.
- Assistencia do Consul a vendas — T 59.
- Atestado do Consulado — T 50.
- Attribuições dos Chancelleres — Arts. 8, 78 e 189.
- Ausencia dos empregados consulares — Arts. 9, 103, 118, 119 e 121.
- Autographos dos empregados consulares — remessa — Arts. 28, 61 a 63.
- Autoridades estrangeiras — correspondencia — Art. 188.
- Autoridades locaes — jurisdicção — Art. 45.
- » » — reclamações ás — Arts. 180 e 181.
 - » nacionaes — correspondencia com os Vice-Consules ou Agentes Commerciaes — Art. 182.
- Autorização de administração de bens. — Arts. 488 e 489.
- » » diario de navegação. — T 19.
- Autos — legalização. — Art. 512.
- Auxiliares remunerados — exercicio. — Art. 110.
- » nomeação. — Art. 31.
- Auxilio aos capitães de embarcação. — Arts. 350, 354, §§ 8º e 9º e 382.
- Avarias — protesto. — Arts. 419 e 420 — T 62.
- » — liquidação. — Art. 345, § 9º.
- Avisos — embarque de armamento de caça. — Art. 355.
- » — » » » » guerra. — Arts. 356 e 357.

Avisos hydrographicos.— Art. 348.

» de saque á Delegacia do Thesouro Federal em Londres.
— Art. 93.

B

Balancete de estampilhas.— Arts. 295 e 296.

» da receita e despeza.— Arts. 277 e 278.

Balisas — estabelecimento e suppressão.— Art. 348.

Bancos — depositos de dinheiros do Consulado.— Art. 272.

Bandeira nacional na chancellaria.— Arts. 65 e 66.

» » — mudança de estrangeira por compra.—
Arts. 404 a 408 e 410 — T 21.

Bandeira nacional — mudança para estrangeira e vice-versa
por arrendamento.— Art. 411 — T 22 e 23.

Bandeira nacional — mudança para estrangeira por venda.—
Arts. 398 a 403 — T 20.

Bens — administração.— Arts. 488 e 489.

» — arrecadação.— Arts. 481, 482, 488 e 489.

» — immoveis.— Art. 345, § 3º — M 24.

» — inventario por fallecimento.— Arts. 480 a 489 — T 43.

» — moveis.— Art. 345, § 3º — M 24.

» — periveis.— Art. 483.

» — venda.— Arts. 483, 488 e 489.

Boias — estabelecimento e suppressão.— Arts. 464 e 465.

Brazileiros — celebração do casamento.— Arts. 325, 462, 477
e 492.

Brazileiros — convocação.— Art. 53.

» — repatriação.— Arts. 444, 446, 447, 451, 452,
454 a 457.

Brazileiros — intimação.— Art. 52.

» — inventario de bens.— Arts. 480 a 489 — T 43.

» — matricula.— Arts. 469 a 478 — T 29.

» — passaportes.— Arts. 495 e 496 — M 42 — T 63,
64 e 65.

Brazileiros — protecção.— Arts. 436 a 441, 453, 454, 458, 459,
460, 461 e 474.

Brazileiros — registro civil.— Arts. 325, 462, 477, 491 a 493.

» — soccorros.— Arts. 281, §§ 2º e 3º, 449 e 454
a 457.

Buscas em livros do Consulado.— T 52.

C

Cabotagem — navegação.— Art. 412.

Caça — artigos de.— Art. 355.

Caga — espingardas de. — Art. 355.

» — munições de. — Art. 355.

Cadaveres. — Art. 390.

Cambio — para a cobrança de emolumentos. — Art. 255.

» — cotação mappas. — Art. 327 — M 14.

» — documento comprobatorio. — Art. 255.

» — letras de — protesto. — Art. 345, § 4º — M 25 —
T 62.

Capitão de embarcação — auxilio ao. — Arts. 350, 354, §§ 8º
e 9º, e 382.

Capitão de embarcação — declarações. — Arts. 354, §§ 4º, 5º
e 7º, 419 e 420 — T 62.

Capitão de embarcação — deveres. — Arts. 468 e 382.

» » » — nomeação. — Art. 397 — M 34 —
T 24.

Carga de embarcação abandonada. — Art. 427 — T 27.

» » » certificado de não ter recebido. — Ar-
tigos 303 e 304 — T 50.

Carga de embarcação condemnada. — Art. 427 — T 27.

» de embarcação naufragada. — Arts. 424 e 425 — T 28.

» do governo britannico. — Art. 310.

» em transitio para o estrangeiro. — Art. 306.

» » » » Porto Alegre. — Art. 370.

Cartas patentes — entrega ou remessa. — Art. 57.

» » , — Expedição. — Art. 41.

» particulares. — Art. 220.

» de saude — expedição. — Arts. 371 e 396 — M 33 —
T 5.

Cartas de saude — visto. — Arts. 371 e 396 — T 5.

Casamento civil. — Arts. 325, 462, 477 e 492.

Casco de embarcação abandonada. — Art. 427.

» » » condemnada. — Art. 427.

Certidão de documentos. — Art. 241 — T 49.

» » mercadorias vendidas em leilão. — Art. 345, § 2º
— M 22.

Certidão de vida. — T 39.

Certificados de lastro. — Art. 307 — T 14.

» » manifesto. — Art. 354, §§ 4º 5º e 7º — M 30.

» » matricula de brasileiros. — Arts. 469 a 472 —
T 29.

Certificados de matricula de equipagem. — M 32 — T 7.

» » mercadorias descarregadas em viagem. — Ar-
tigo 378.

Certificados de nacionalidade (titulo). — Arts. 469 a 472 —
T 29.

- Certificados de não ter recebido carga.—Arts. 303 e 304—
T 50.
- Certificados de origem de mercadorias.—Art. 345, § 1º — M 21.
» para qualquer estação.—T 50.
- Chancellaria — armas e bandeira nacionaes.—Arts. 65 e 66.
» —despezas de expediente.—Arts. 97, 274 e 275.
» —livros.—Art. 239.
» —praxes.—Art. 253.
» —situação.—Art. 233.
- Chancelleres — attribuições.—Arts. 8, 78 e 189.
» —exame.—Arts. 14 a 20.
» —nomeação.—Arts. 11 a 21.
» —numero.—Art. 10.
» —promoção.—Art. 22.
» —vencimentos.—Arts. 79 e 80, 83 e 86.
» —suppressão.—Art. 34.
- Cifra telegraphica.—Art. 232.
- Classificação dos Consulados Geraes e Consulados.—Arts. 4,
5 e 10.
- Cobrança de emolumentos — cambio.—Arts. 254 e 255.
» » » de Companhias subvencionadas. —
Arts. 323 e 324.
- Cobrança de emolumentos de mercadorias em transitio
—Art. 306.
- Cobrança de emolumentos por sello de verba.—Arts. 286 e 289.
» » » —tabella.—Arts. 254 a 256. An-
nexo C.
- Collaboração de varias pessoas nos manifestos.—Art. 354, § 3º.
- Companhias subvencionadas.—Arts. 323 e 324.
- Compra de embarcação.—Arts. 404 a 408 —T 21.
» » » virtualhas.—Art. 422.
- Compromisso dos empregados consulares.—Art. 54.
- Concerto de embarcação.—Arts. 422 e 423.
- Conferencia de manifestos.—Art. 354.
» » traducções.—T 55.
- Confirmação de Vice-Consules e Agentes Commerciaes.—
Arts. 26 a 28.
- Conhecimentos de carga do Governo Britannico.—Art. 310.
» » mercadorias em transitio para o estrangeiro.
- Conhecimento de mercadorias embarcadas á ultima hora.—
Art. 367.
- Conhecimentos riscados e emendados.—Art. 354, § 1º.
» —visto em.—Art. 308 —T 4.
- Consulados — estabelecimento.—Art. 5.
» —numero.—Art. 10.
» remunerados.—Arts. 4, 5 e 10.
» não remunerados.—Art. 6.

- Consules Geraes e Consules — assistencia.— T 58.
- » » » » — autographos.— Arts. 61 e 62.
- » » » » — carta-patente.— Arts. 41 e 57.
- » » » » — correspondencia com as autoridades estrangeiras.— Art. 188.
- Consules Geraes — correspondencia com a Legação.— Art. 199.
- » » — correspondencias com os outros Ministérios.— Art. 198 e 200.
- Consules Geraes e Consules.— correspondencia com a Secretaria de Estado.— Arts. 194, 196, 197 e 203 a 223.
- Consules Geraes e Consules — correspondencia com subordinados.— Arts. 182, 192, 193 e 195.
- Consules Geraes e Consules — deveres.— Arts. 1, 72 a 74 e 516
- Consules Geraes e Consules — exequatur. — Arts. 55 a 58 e 60.
- Consules Geraes e Consules — honras e prerogativas.— Artigos 37 a 45, 52 e 53.
- Consules Geraes e Consules — nomeação.— Arts. 41 a 43.
- » » » » — relações com a Legação.— Artigos 177 a 179 e 199.
- Consules Geraes e Consules — relações com subordinados.— Arts. 182, 189 a 193, 195 a 197.
- Consules Geraes e Consules — residencia.— Art. 2.
- » » » » — responsabilidade.— Arts. 72, 73, 118, 190, 250, 272 e 363.
- Consules Geraes e Consules — supressão.— Art. 34.
- » » » » — uniformes.— Arts. 32 e 33.
- » » » » — vencimentos.— Arts. 79 a 85.
- Consul — exame.— Arts. 14 a 20.
- Consules não remunerados pelo Thesouro Federal.— Art. 23.
- Consultas á Legação.— Art. 179.
- Contagem do tempo para aposentadoria.— Arts. 148 a 155.
- Contas — prestação das de emolumentos.— Arts. 265 a 280.
- » — » » » estampilhas.— Art. 293 e 294.
- Contrabando.— Arts. 379 a 381.
- Contracto de dissolução de sociedade.— Art. 345, § 6 — T 61.
- » » formação de sociedade.— Art. 345, § 6 — M 28. —T 44.
- Contracto de fretamento.— Art. 345, § 5 — M 27 — T 25.
- » » juro.— Art. 345, § 4.
- » » prorrogação de sociedade.— Art. 345, § 6 — T 44.
- » » — registro de qualquer — T 45.
- » » — rescisão do de gente de equipagem.— Art. 421.
- » » — rescisão do de officiaes. — Art. 421.

- Contribuição para o montepio.—Arts. 93, 166, 167 e 176.
Convencções, etc.—Arts. 338 e 513.
Convocação de brasileiros.—Art. 53.
Cópias authenticas de matriculas e equipagem.—Art. 372.
» de documentos do Consulado.—Arts. 64 e 248.
» dos » acompanhando officios. — Arts. 207 e 208.
Cópias — legislação das feitas fóra do Consulado.— T 55.
» — de qualquer documento em lingua estrangeira.— T 56.
Correspondencia — expedição.— Arts. 221 e 222.
» — com as autoridades e subditos estrangeiros. — Arts. 183 e 188.
Correspondencia — com a Legação.— Art. 199.
» — com os outros Ministerios.— Arts. 198 e 200.
» — » a Secretaria de Estado. — Arts. 194, 196, 197 e 203 a 223.
Correspondencia — com os Vice-Consules e Agentes Commercias.—Arts. 182, 185, 192, 193 e 196.
Cotação do cambio — mappas.— Art. 327 — M 14.
Crimes commettidos a bordo.— Arts. 429 e 432.
Criminosos — entrega.— Art. 432.

D

- Declarações dos capitães de embarcações.—Arts. 419 e 420.
» de montepio.—Arts. 170 e 171.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — avisos de saques. — Art. 93.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — demora na remessa de saldos.— Arts. 270 e 271.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — guia de pagamento.— Art. 105.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — recibo de vencimentos.— Art. 93.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — remessa de saldos.— Arts. 265 e 266.
Delegacia do Thesouro Federal em Londres — saques de vencimentos.— Arts. 91 a 95.
Demissão do Consul Geral ou Consul.— Arts. 76 e 119.
» » Vice-Consul ou Agente Commercial.— Arts. 75 e 76.
Deposito do archivo consular.— Arts. 77 e 78.
» de dinheiros do Consulado em bancos.— Art. 272.
» » » de particulares.— T 67.

Descarga de mercadorias em viagem. — Art. 377.

» » navios. — Art. 423.

Desconto ás Companhias subvencionadas. — Arts. 323 e 324.

» da contribuição para o montepio. — Arts. 93 e 173.

» de impostos. — Art. 93.

» no mappa da taxa. — Art. 327 — M 14.

» nas taxas de telegrammas. — Arts. 229 e 230.

» nos vencimentos. — Arts. 88 e 106.

Desertores da Armada. — Arts. 434 e 449.

» de embarcação mercante. — Arts. 434 e 436.

» do Exercito. — Art. 449.

Designação de via telegraphica. — Art. 226.

Despezas eventuaes. — Art. 281, §§ 2º e 3º.

» de expediente — Consulados Geraes e Consulados. — Arts. 97, 274 a 276.

Despezas de expediente — Vice-Consulados. — Arts. 274 a 276.

» » funeral. — Arts. 172 e 173.

» » repatriação de desvalidos. — Art. 281, §§ 2º e 3º.

» » telegrammas. — Art. 281, §§ 2º e 3º.

Desvalidos — documentos expedidos. — Art. 311.

» — marinheiros. — Arts. 442, 448 e 452.

» — repatriação de brasileiros. — Arts. 444, 446 e 447, 451, 452, 454 a 456.

Desvalidos — soccorros. — Arts. 281, §§ 2º e 3º, 449, 454 a 456.

Diário nautico — autorização. — T 19.

» » — visto. — T 26.

Dimensões dos mappas de estampilhas. — Art. 296.

» » » da receita e despesa. — Art. 278.

Dimensões do papel de officio. — Art. 204.

» dos traslados de procurações. — Art. 504.

Dinheiro depositado por conta de particulares. — T 67.

» despondido » » » » — T 68.

» recebido » » » » — T 67.

Direitos aduaneiros — tarifa. — Arts. 336 e 515

Dispensa de exames. — Art. 12.

Disponibilidade activa. — Arts. 129 a 139.

» — contagem de tempo. — Art. 134.

» — inactiva. — Arts. 129 a 138.

» — licença para servir no estrangeiro. — Artigo 139.

Disponibilidade — limites. — Art. 133

» — pedida. — Art. 140.

» — prazo para apresentação. — Art. 129.

» — tratamento. — Art. 138.

» — uniforme. — Art. 138.

Disponibilidade — vencimentos. — Arts. 138 a 140.

Disposições de leis estrangeiras contra esta Consolidação. —

Art. 43.

Dissolução de sociedade — escriptura. — Art. 345, § 6 — T 46.

Distribuição de estampilhas aos Vice-Consulados. — Art. 290.

Districtos consulares. — Arts. 2 e 7.

» » — representação aos governos. — Artigos
180 e 181.

Documentos — assignatura. — Art. 249.

» — certidão. — Art. 241 — T 49.

» — comprobatorios de nacionalidade. — Art. 466.

» — conferencia de traducção. — T 55.

» — cópias dos do Consulado. — Arts. 64 e 247.

» — » » escriptos em lingua estrangeira. —
T 56.

Documentos — cópias remettidas á Secretaria de Estado. —
Arts. 207 e 208.

Documentos — entrega e recebimento. — Art. 68 — M 5.

» — expedição a marinheiros moços e desvalidos.
— Art. 311.

Documentos — expedição de qualquer. — T 71.

» — expedição sem estampilha. — Art. 285.

» — legislação de Companhias subvencionadas. —
Arts. 323 e 324.

Documentos — legalisação da cópia dos passados fóra do Con-
sulado. — T 55.

Documentos — protocollo. — Art. 225.

» — qualquer legalisação. — T 48.

» — recusa de — Art. 354 §§ 8º e 9º

» — registro nos livros do Consulado. — T 50.

» — traducção. — T 53 e 54.

Dynamite. — Arts. 356 e 357.

E

Edital de heranças. — Arts. 484 e 485.

» » posse. — Art. 59.

Effectividade de serviço. — Arts. 89 e 90.

Embarcações — abandono. — Art. 427.

» — apparelho. — Art. 428.

» — arrendamento. — Art. 411 — T 22 e 23.

» — arribada. — Arts. 378, 419 e 420 — T 62

— M 37.

Embarcações — avarias. — Arts. 345, § 9º, 419 e 420 — T 62.

Embarcações — compra. — Arts. 404 a 406 — T 21.

- » — concerto. — Arts. 422 e 423.
- » — condemnada. — Art. 427.
- » — crimes a bordo. — Arts. 429 a 432.
- » — descarga. — Art. 423.
- » — deserção de marinheiros. — Arts. 434 e 435.
- » — em lastro. — Art. 307 — T 14.
- » — endosso no passaporte. — M 36 — T 12 e 13.
- » — fretamento. — Art. 345 § 5º — M 18 — T 25.
- » — inventario de carga. — Arts. 425 e 426.
- » — leilão de artigos pertencentes. — Art. 383.
- » — naufragio. — Arts. 424 e 425.
- » — passaporte. — Art. 409 — T 11.
- » — sahida. — Arts. 351 a 354.
- » — salvados. — Arts. 424 e 425.
- » — venda. — Arts. 398 a 403 — T 20.
- » — vistoria. — T 16 e 17.
- » — vitualhas. — Art. 422.

Embarque de armamentos e munições de guerra. — Arts. 356 e 357.

Embarque de artigos de caça, espingardas e munições. — Artigo 355.

Emigração — informações sobre o movimento. — Arts. 346 e 347.

Emolumentos consulares — balancete annual. — Art. 277.

- » » — cobrança. — Arts. 254 a 259, 282 a 287, 288, 297 a 325.

Emolumentos consulares — deposito em bancos. — Art. 272.

- » » — escripturação. — Arts. 258, 259, 275 e 281, §§ 2º e 3º — M 6.

Emolumentos consulares — mappas. — Arts. 260 a 262 e 278 — M 7.

Emolumentos consulares — pertencentes aos Vice-Consules sem vencimentos fixos. — Arts. 100 a 102 e 273.

Emolumentos consulares — pertencentes aos Vice-Consules encarregados de Consulados. — Arts. 100, 101, 104 e 279.

Emolumentos consulares — prestação de contas. — Arts. 260 a 266 e 280.

Emolumentos consulares — saldos. — Arts. 265 a 271, 275 a 279.

Emolumentos consulares — tabella. — Arts. 254 e 256. Anexo C.

Emprego de aspas. — Art. 213.

Empregados Consulares — ajudas de custo. — Arts. 156 a 165.

Empregados Consulares — aposentadoria.— Arts. 141 a 155.
» » — autographos.— Arts. 28 e 61 a 63.
» » — compromisso.— Art. 54.
» » — demissão.— Arts. 75, 76 e 119.
» » — desconto de vencimentos.— Artigos 88 e 106.

Empregados Consulares — em disponibilidade.— Arts. 129 a 140.

Empregados Consulares — em effectividade.— Arts. 89 e 90.
» » — em viagem.— Arts. 88 a 90.
» » — exequatur.— Arts. 56 a 58 e 60.
» » — funeral.— Arts. 172 e 173.
» » — honras.— Arts. 37 e 39.
» » — impostos sobre vencimentos.—

Art. 93.

Empregados Consulares — licenças.— Arts. 118 a 127.
» » — montepio.— Arts. 166 a 176.
» » — morte.— Art. 78.
» » — nomeação.— Arts. 11, 13 a 24 e 55.

Empregados Consulares — perda de vencimentos.— Art. 90.
» » — passaportes.— Art. 311.
» » — posse.— Art. 180.
» » — prazo para partida.— Art. 55.
» » — procurações.— Art. 506.
» » — promoções.— Arts. 22 e 88.
» » — recibos de vencimentos.— Art. 93.
» » — remoções.— Arts. 55, 68, 88, 156, 158 a 165.

Empregados Consulares — residencia.— Art. 2.
» » — saques.— Arts. 91 a 95, 98 a 104.
» » — sello de nomeação.— Art. 11.
» diplomaticos — passaportes.— Arts. 311 e 497.
» » — procurações.— Art. 507.
» publicos — passaporte.— Art. 311.

Empréstimo de estamp'ilhas.— Art. 291.

Encarregado do Consulado.— Arts. 110, 111, 103 e 104.

Encerramento de livros.— Arts. 259, 463 e 478.

Encomendas e amostras de valor inferior a £ 10-0-0.— Artigo 393.

Encomendas postaes.— Art. 396.

Endosso em passaporte de embarcação.— M 36 — T 12 e 13.

Entrega de criminosos — Art. 432.

Entrega de nomeação aos Agentes Commerciaes.— Art. 187 — M 2.

- Entrega de nomeação aos Vice-Consules. — Art. 187. — M 1.
» e recebimento do archivo. — Arts. 67, 69, 70 e 77.
» » de documentos. — Arts. 68 e 69 — M 3.
» » remessa de carta patente. — Art. 57.
- Epidemia — comunicação. — Arts. 227, 228 e 385.
- Equipagem — alteração na matricula. — Arts. 353 e 397 — T 9.
» — certificado. — Art. 371. — M 32 — T 7.
» — cópia authentica da matricula. — Art. 372.
» — matricula de. — Art. 371. — T 8.
» — rescisão do contracto. — Art. 421.
» — visto na matricula. — T 7.
- Escriptura de compra e venda. — Arts. 405 e 406. — T 44.
» » contracto de juros. — Art. 345, § 1 — M 25.
» » dissolução de sociedade. — Art. 345, § 6 — T 46.
» » formação » » . — Art. 345, § 6 — M 28.
— T 44.
- Escriptura de hypotheca. — Art. 345, § 7 — M 29.
» » prorrogação de sociedade. — Art. 345, § 6.
» publica — legalisação. — Art. 512.
» de qualquer contracto. — T 45.
- Escripturação de emolumentos. — Arts. 258, 259, 275 e 281
§§ 2º e 3º — M 6.
- Escripturação de estampilhas. — Art. 292 — M 9.
- Escudos das chancellarias. — Art. 65.
- Espingardas de caça. — Art. 355.
- Estabelecimento — ajudas de custo. — Arts. 156 e 162.
» de boias, pharões, balisas etc. — Art. 348.
» » Consulados Geraes e Consulados. —
Art. 5.
- Estabelecimento — de Consulados e Vice-Consulados não remunerados. — Art. 6.
- Estabelecimento — de isenção de direitos para os objectos importados. — Art. 40.
- Estado sanitario, — informação — Art. 385.
- Estampilhas Consulares — balancete. — Arts. 295 e 296.
» » — distribuição aos Vice-Consulados. —
Art. 290.
- Estampilhas Consulares — documentos isentos — Art. 285.
» » — emprestimo — Art. 291.
» » — escripturação — Art. 292 — M 9.
» — inutilisação — Arts. 282 e 283.
» » — mappas — Arts. 293 e 296 — M 10.
» » — prestação de contas — Art. 294.
» » — recibos — Art. 287.

- Estampilhas Consulares — requisições — Art. 287 — M 8.
» — valores — Art. 287.
Etiqueta em festas sollemnes — Art. 44.
Exame de bens moveis e immoveis — Art. 345, § 3 — M 24.
» de Chancellor e Consul — Arts. 14 a 20.
» — dispensa — Art. 12.
Exclusão de matricula a brasileiro — Art. 467.
Execução da tabella de emolumentos — Arts. 297 a 325.
Exequatur — apresentação — Arts. 58 e 60.
» — obtenção — Arts. 51, 56, 57 e 60.
Exercicio de auxiliares remunerados — Art. 109.
» » Vice-Consules remunerados pelo Thesouro Federal — Art. 109.
Expedição de carta de saude — Art. 386 — M 33 — T 5.
» de correspondencia ao Ministerio das Relações Exteriores — Arts. 221 e 222.
Expedição — documentos e desvalidos marinheiros — Art. 311.
» — passaportes a embarcações — Art. 409 — T 10 e 11.
» — » a individuos — Arts. 495 e 496 — M 42 — T 63.
Expedição — telegrammas — Arts. 226 a 232.
Expediente — despezas dos Consulados Geraes e Consulados — Arts. 97, 274 e 275.
Expediente do montepio — Arts. 168, 169 e 174.
» despezas dos Vice-Consulados — Arts. 274 e 275.
Exportação — mappas annuaes dos generos de — Arts. 329 a 339 — M 18.
Exportação — mappas trimestraes dos generos de — Arts. 328 a 339.

F

- Facturas consulares — Arts. 388 a 396.
» dispensa de emolumentos de — Art. 392.
» dispensa para encomendas postaes — Art. 396.
» para diversas partidas — Art. 395.
» de mercadorias — Art. 334 — T 57.
Fallecimento — inventario de bens — Arts. 480 e 481 a 489 — T 43.
Fazenda publica — venda de artigos. — Art. 490.
Fazendas — vistoria a bordo — T 17.
» — » em terra — T 18.
Fecho dos officios — Art. 204.
Firmas — reconhecimento — Arts. 508 a 511 — M 43 — T 48.
Formação de sociedade — Art. 345, § 6 — M 28 — T 44.

Fraude nos manifestos — Art. 354 §§ 4º 5º e 7º.

Fretamento de embarcações — carta — M 27 — T 25.

» » » — contracto — Arts. 345, § 5 —
M 27.

Funeral dos empregados consulares — Arts. 172 e 173.

G

Generos exportados — mappa annual — Arts. 329 e 339 — M 18.

» » — » trimestral — Arts. 326 e 339 —
M 13.

Generos importados — mappa annual — Arts. 329 e 339 —
M 17.

Generos importados — mappa trimestral — Arts. 326 e 339 —
M 12.

Generos vendidos em leilão — Art. 345, § 2º — M 22.

Gratificação dos empregados consulares — Arts. 103 e 106.

Guerra — armamento e munições — Arts. 356 e 357.

» — informações — Art. 384.

Guia de pagamento de vencimentos — Art. 105.

H

Hiatos de recreio — Art. 349.

Honras dos empregados consulares a bordo dos navios de
guerra. — Art. 37.

Honras dos empregados consulares a bordo dos navios mer-
cantes. — Art. 37.

Honras dos empregados consulares nos districtos. — Art. 39.

Hydrographicos — avisos, documentos, mappas. — Art. 348.

Hypothecas — escriptura. — Art. 345, § 7 — M 29

I

Immigração — movimento de — Art. 347.

Immigrantes — documentos expedidos. — Art. 341.

Immoveis — exame de bens. — Art. 345, § 3 — M 24.

Immunidades diplomaticas. — Art. 42.

Importação — mappas annuaes. — Arts. 329 e 339 — M 17.

» — » trimensaes. — Arts. 327 e 339 — M 12.

Impostos de transmissão. — Arts. 405, 406 e 411.

» — isenção. — Art. 405 e 406.

» — sobre vencimentos. — Art. 93.

Imprensa — publicações. — Art. 514.

- Incompatibilidade para agente ou delegado de sociedade commercial. — Art. 48.
- Incompatibilidade para presidente de assembléa de banco. — Art. 49.
- Indice dos officios. — Art. 223 — M 5.
- Informações commerciaes. — Arts. 326 a 340.
- » sobre immigração. — Art. 347.
- » » estado sanitario. — Art. 385.
- » » guerra e piratas. — Art. 384.
- Innavegabilidade. — Art. 427.
- Inscrição para montepio. — Art. 171.
- Instrumento — expedição de qualquer. — T 71.
- Intimação a brasileiro. — Art. 52.
- Interrogatorio de testemunhas. — T 61.
- Inutilisação de estampilhas. — Art. 282 e 283.
- Inventario de bens por fallecimento. — Arts. 480 a 489 — T 43.
- » de bens — remessa á Secretaria de Estado — Arts. 485 e 486.
- Inventario de carga de embarcação naufragada. — Arts. 425 e 426.
- Irregularidades nos manifestos. — Art. 363.
- Isenção de direitos para os objectos de 1º estabelecimento. — Art. 40.

J

- Joia de montepio. — Art. 175.
- Jornaes — remesa de retalhos. — Art. 206.
- Jurisdicção consular. — Arts. 1, 2, 7 e 184.
- » das autoridades locais. — Art. 45.
- Juros — contracto. — Art. 345, § 4º — T. 45.
- » devidos pela demora de remessa de saldos. — Arts. 270 e 271.
- Justificação de nacionalidade. — Arts. 472 e 473.

L

- Lastro — certificado de — Art. 307 — T. 14.
- » — embarcação em — Art. 307.
- Legação — consulta. — Art. 179.
- » — correspondencia dos Consules com a — Art. 199.
- » » » Vice-Consules e Agentes Commercias. — Art. 182.
- Legação — entrega e remessa de carta-patente. — Art. 57.

Legação — informação sobre nomeações de Vice-Consules e Agentes Commerciaes. — Arts. 24 a 26.

Legação — passaporte expedido. — Art. 497.

» — relações com a. — Arts. 177 a 179.

Legalisação — autos. — Art. 512.

» — carta de saúde. — Arts. 260 e 371 — T 5.

» — conhecimento de carga. — Arts. 306, 308, 310, 354, § 1º e 367 — T 4.

Legalisação de cópia de documentos feita fóra do Consulado. — T 55.

Legalisação de documentos não passados no Consulado. — T 48 — M 38.

Legalisação de escripturas publicas. — Art. 512 — T 45.

» » facturas. — Art. 354 — T. 57.

» » manifestos. — Arts. 298, 351, 354, 355 e 371 — T 4.

Legalisação de matriculas de equipagem. — Arts. 353, 371, 372 e 397 — M 39 — T 7, 8 e 9.

Legalisação de passaporte. — Arts. 495 a 497 — M 42 — T 64 e 65.

Legalisação de transacções commerciaes. — Art. 345, § 8.

Leilão de bens periveis. — Arts. 483, 488 e 489.

» » efeitos e artigos pertencentes a embarcações. — Art. 393 — T 27.

Leilão — mercadorias vendidas. — Art. 345, § 2 — M 22.

Leis estrangeiras contrarias a esta Consolidação. — Art. 43.

Letras de cambio — protesto. — Art. 345, § 4 — M 25 — T 62.

Licença — ausencia do posto sem. — Arts. 118, 119 e 121.

» — concessão aos Vice-Consules e Agentes commerciaes — Ar. 120.

Licença — para gozar no Brazil. — Arts. 110, 124 a 127.

» — » » estrangeiro. — Arts. 110, 111, 125 e 126.

» — prazo para entrar no gozo. — Art. 112.

» — prorogação. — Art. 123.

» — reforma. — Art. 123.

» — requerimentos. — Arts. 124, 126 e 128.

» — vencimentos. — Arts. 110, 122 e 127.

Lingua usada nas relações com as autoridades estrangeiras. — Art. 188.

Livros do Consulado — abertura. — Arts. 259 e 463.

» » » — busca. — T 52.

» » » — encerramento. — Arts. 259, 463 e 478.

» » » — procurações lavradas nos. — Arts. 314, 498, 503 a 505 — T 47.

Livros do Consulado — registro das procurações. — Arts. 312, 498, 502 e 505 — T 51.

Livros do Consulado — registro de qualquer documento. — T 51.

Livros do Consulado — relação. — Art. 239.

Louvados — nomeação de. — Art. 345, § 3 — M 23.

Lucros e perdas na remessa de saldos. — Art. 269.

M

Manifestos — calculo da tonelagem. — Arts. 299 a 301 — T 1.

» — certificado. — Art. 354, §§ 4º, 5º e 7º — M 30.

» — cobrança de emolumentos. — Arts. 254 a 256, 297 a 302, 307, 323 e 324 — T 1.

Manifestos — declaração dos capitães. — Art. 354, §§ 4º, 5º e 7º — M 30.

Manifestos — escriptos com tinta roxa ou violeta. — Art. 354, § 3º.

Manifestos — fraude. — Art. 354, §§ 4º, 5º e 7º.

» — irregularidades. — Art. 363.

» — legalisação. — Arts. 29, 351, 354 a 371 — M 31 — T 1.

Manifestos — mercadorias em transito para Porto Alegre. — Art. 370.

Manifestos — organizados por varios collaboradores. — Art. 354, § 3º.

Manifestos — relativos a artigos de caça e munições. — Art. 355.

» — de artigos de producção nacional. — Art. 358.

» — supplementares. — Art. 365.

» — terceiras vias. — Art. 373.

» — verificação. — Art. 354.

Mappa trimensal. — Art. 327 — M 11.

Mappas de brasileiros matriculados. — Art. 468.

» » estampilhas consulares. — Arts. 293 e 296 — M 10.

» » receita e despeza. — Arts. 260 a 262 e 278 — M 7.

» » ordens do Governo. — Arts. 192 a 198 — M 4.

» » relatorios annuaes. — Arts. 326, 329, 330, 331, 339 e 340 — M 15 a 18.

Mappas de relatorios trimensaes. — Arts. 326, 327, 328, 339 e 340 — M 11 a 14.

Margens do papel de officio. — Art. 204.

Marinheiros desertados. — Arts. 434, 435 e 449.

» desvalidos — repatriação. — Arts. 446, 447, 448, 450 a 452 e 456.

Marinheiros pertencentes á equipagem de navios vendidos. — Arts. 442 e 443.

Marinheiros — documentos expedidos. — Art. 311.

- Matricula — alteração na de equipagem. — Arts. 353 e 397 — T 9.
- Matricula — brasileiros. — Arts. 462 a 478 — T 29.
- » — certificado da de equipagem. — Art 371 — M 32 — T 7.
- Matricula — cópia authentica. — Art. 372.
- » — de equipagem de embarcações estrangeiras. — Artigos 371 e 372 — T 7.
- Matricula de equipagem de embarcações nacionaes. — Artigos 290 e 353 — T 7 a 9.
- Matricula — exclusão de brasileiros. — Art. 467.
- » — mappa da de brasileiros. — Art. 468.
- Menores — passaporte. — Arts. 495 e 496 — M 42 — T.63.
- Mercadorias avariadas. — T 27.
- » — certificado de origem. — Art. 345, § 1º — M 21.
- » — conhecimentos. — Arts. 306, 308, 310, 354 e 367. — T 4.
- Mercadorias — descarregadas em viagem. — Art. 377.
- » — embarcadas á ultima hora. — Art. 367.
- » — em transito para o estrangeiro. — Art. 306.
- » — facturas das exportadas. — Art. 476 — T 57.
- » — manifestos em geral. — Arts. 298, 351, 354 a 371 — M 30 e 31 — T 1.
- Mercadorias — manifestos das em transito para o Rio Grande do Sul. — Art. 370.
- Mercadorias — prohibidas de entrar. — Art. 354.
- » — venda publica. — M 22.
- Modelos de actos diversos. — Art. 252.
- Molestia contagiosa. — Art. 385.
- Montepio — contribuição. — Arts. 166, 167 e 176.
- » — declarações. — Art. 170 e 171.
- » — descontos. — Arts. 93, 172 e 173.
- » — despesas com funeral. — Arts. 172 e 173.
- » — expediente. — Arts. 168, 169 e 174.
- » — inscripção. — Art. 171.
- » — joia. — Art. 175.
- Morte commettida a bordo de embarcação nacional. — Artigos 429 a 432.
- Morte de empregado consular. — Arts. 9 e 78.
- Moveis — bens — exame. — Art. 345, § 3.
- » — e utensis das chancellarias. — Art. 238.
- Movimento da emigração. — Arts. 346 e 347.
- » » immigração. — Art. 347.
- » » navegação — mappas annuaes. — Arts. 329 — M 15 e 16.

Mudança de bandeira de embarcação por arrendamento.—

Art. 411 — T 22 e 23.

Mudança de bandeira de embarcação estrangeira para nacional por compra.— Arts. 404, 408 e 410 — T 21.

Mudança de bandeira de embarcação nacional para estrangeira por venda.— Arts. 398 a 403 — T 20.

Mulheres casadas — passaportes.— Arts. 495 e 496 — M 42 — T 63.

Multas por demora na remessa de saldos.— Arts. 270 e 271.

Multas por irregularidades nos manifestos.— Art. 363.

Munições de caça.— Art. 355.

» » guerra.— Arts. 356 e 357.

N

Nacionalidade — documento comprobatorio.— Art. 466.

» —justificação.— Arts. 472 e 473.

» —recusa de titulo.— Art. 472.

» —renovação de titulo.— T 29.

» —titulo de.— Arts. 469 a 472 — T 29.

» —verificação de.— Arts. 496 a 741.

Nascimento — registro de.— Arts. 462, 477 e 491.

» — em viagem.— Arts. 413 a 416, 462 e 477.

Naufragio de navio de guerra.— Art. 433.

» » » mercante.— Arts. 424 a 426.

Navegação de cabotagem.— Art. 412.

» —diario, autorização.— T 19.

» — » — visto.— T 26.

» —mappas annuaes.— Arts. 236 a 239 — M 15 e 16.

» —mappas annuaes.— Arts. 326 a 329 — M 15 e 16.

Navio de guerra — aparelhos.— Art. 428.

» » » —desertores.— Arts. 434 e 449.

» » » —deveres dos empregados consulares.— Artigos 36, 374 a 376.

Navio de guerra — honras dos empregados consulares a bordo. Art. 37.

Navio de guerra — naufragio.— Art. 433.

» » » —provimentos.— Art. 374.

» » » —salvados.— Art. 433.

» mercante — abandonado.— Art. 427.

» » » —aparelhos.— Art. 428.

» » » —arrendamento.— Art. 411 — T 22 e 23.

Navio mercante — arribada. — Arts. 378, 385 e 398 — M 37 —
T 62.

Navio mercante — avarias. — Arts. 345, § 9º, 419 e 420 — T 62.

» » — compra. — Arts. 404 a 408 — T 21.

» » — concerto. — Arts. 422 e 423.

» » — condemnado. — Art. 427.

» » — crime commettido a bordo. — Arts. 429 e
432.

Navio mercante — descarga — Art. 423.

» » — deserção de marinheiros. — Arts. 434 e
435.

Navio mercante — diario nautico. — T 19 e 26.

» » — em lastro. — Art. 307 — T 14.

» » — endosso no passaporte. — T 12 e 13

M 36.

Navio mercante — fretamento. — Art. 345, § 5º — M 27 —
T 25.

Navio mercante — inventario de carga. — Arts. 425 e 426.

» » — leilão de artigos. — Art. 383.

» » — naufragado. — Arts. 424 a 426.

» » — passaporte — Art. 409 — T 10 e 11.

» » — sahida. — Art. 351 a 354.

» » — salvados. — Arts. 424 a 426.

» » — venda. — Arts. 398 a 403 — T 20.

» » — vistorias. — T 16 e 17.

» » — vitualhas. — Art. 422.

Nomeação — approvação da de capitão de navio. — Art. 397. —
M 32 — T 24.

Nomeação de Addidos Commerciaes. — Art. 35.

» » Agentes Commerciaes. — Arts. 26, 29 e 187 —
M 2.

Nomeação de agentes ou delegados de sociedades commer-
ciaes. — Arts. 48 e 50.

Nomeação de agentes ou delegados de sociedades litterarias.
— Art. 50.

Nomeação de auxiliares remunerados — Art. 31.

» » Chancelleres. — Arts. 11, 12 e 21.

» » confirmação da dos Vice-Consules e Agentes
Commerciaes — Arts. 26 e 29.

Nomeação de Consul Geral e Consul. — Arts. 11 a 13 e 55.

» » louvados. — Art. 345, § 3º — M 23.

» » peritos. — T 60.

» de Vice-Consules remunerados pelo Thesouro Fe-
deral. — Arts. 11 e 55.

Nomeação de Vice-Consules sem remuneração fixa. — Arts. 24 a 29 e 187 — M 1.

Nomeação — sello de — Art. 11.

Numeração de officios dirigidos ao Ministerio das Relações Exteriores. — Arts. 204 e 211.

Numero de Chancelleres. — Art. 10.

» Consulados Geraes e Consulados remunerados. — Arts. 4, 5 e 10.

O

Obitos em viagem. — Arts. 417, 418, 462 e 477.

» — registro. — Arts. 462, 477 e 493.

Objectos pertencentes a navio naufragado. — T 28.

Oblenção de exequatur. — Art. 56, 57 e 59.

Officiaes — rescisão do contracto de — Art. 421.

Officios — diversos Ministerios. — Art. 198.

» — fecho. — Art. 212.

» — indice. — Art. 223 — M 5.

» — margens. — Art. 204.

» — numeração. — Arts. 204 e 211.

» — pauta do papel. — Art. 204.

» — series. — Art. 210.

Ordens honorificas. — Art. 51.

» — mappas das do Governo. — Arts. 192 a 197 — M 4.

Organização do corpo consular. — Art. 3º.

» de manifestos por varios collaboradores. — Art. 354.

Origem de mercadorias — certificados. — Art. 345, § 1 — M 21.

P

Pagamento de ajudas de custo. — Arts. 163 a 165.

» » contribuição para o montepio. — Art. 93.

» » impostos sobre vencimentos. — Art 93.

» » joia de montepio. — Art. 175.

» » sello de nomeação. — Arts. 11 e 93.

» » vencimentos. — Arts. 79 a 88, 90, 94 e 105.

» » pedido á Secretaria de Estado. — Art. 273.

Papel de officio. — dimensões. — Art. 204.

» » » — margens. — Art. 204.

» » » — pauta do. — Art. 204.

Paquetes — retirada de privilegio. — Art. 368.

Passaportes a desvalidos. — Art. 311 — M 42.

» — embarcações — Art. 409 — T 10 e 11.

» — empregados consulares. — Art. 311.

- Passaportes — empregados diplomaticos. — Arts. 311 e 497.
» — » publicos em commissão do Governo. — Arts. 311 e 497.
- Passaportes — endosso nos de embarcação. — M 36 — T 12 e 13.
- Passaportes — estrangeiros. — Arts. 495 e 496 — M 42 — T 63.
» — expedidos pela Legação. — Art. 497.
» — immigrants. — Art. 311.
» — menores. — Art. 495 e 496 — T 63.
» — mulheres casadas. — Arts. 495 e 496 — M 42 — T 63.
- Passaportes — nacionaes. — Art. 495 e 496 — M 42 — T 63.
» — visto em. — Arts. 495 e 496 — M 42 — T 64 e 65.
- Patentes — cartas do Consul Geral e Consul. — Art. 11.
- Pauta do papel de officio. — Art. 204.
- Perdas na remessa de saldo. — Art. 259.
» de vencimentos. — Art. 90 e 121.
- Peritos — nomeação. — T 60.
- Pharócs — estabelecimento ou suppressão. — Art. 348.
- Piratas. — Art. 384.
- Portarias de nomeação de Vice-Consul e Agente Commercial.
— Arts. 24 a 26 — M 1 e 2.
- Posto — abandono. — Art. 77.
» — ausencia — Arts. 118, 119 e 121.
- Posse — compromisso dos empregados consulares. — Art. 54.
» — edital » » » — Art. 59.
- Praças de armada desertoras. — Arts. 434, 449 e 451.
» do exercito » — Arts. 435 e 449.
- Praxes mantidas nas chancellarias. — Art. 253.
- Prazo para chegada dos empregados em disponibilidade. — Arts. 129 a 131.
- Prazo para entrar no gozo de licença. — Art. 112.
» » partida dos empregados consulares. — Art. 55, 107 e 108.
- Prazo para prestação de contas de emolumentos. — Arts. 260, 266 e 280.
- Prazo para prestação de contas de estampilhas. — Art. 294.
» » remessa do balancete de receita e despeza. — Art. 277.
- Prazo para remessa do balancete geral de estampilhas. — Art. 295.
- Prazo para remessa de mappas trimensaes de estampilhas. — Arts. 293 e 296.

- Prazo para rêmessa de mappas trimensaes de receita e des-
peza.— Arts. 260 e 261.
- Prazo para remessa dos relatorios annuaes.— Art. 340.
- » » » » trimensaes.— Art. 340.
- » » » » saldos.— Arts. 265, 266 e 270.
- Preços correntes dos generos exportados para o Brazil —
mappa annual.— Arts. 329 e 339 — M 18.
- Preços correntes dos generos exportados para o Brazil —
mappa trimensal.— Arts. 327 e 339 — M 13.
- Preços correntes dos generos importados para o Brazil —
mappa annual.— Arts. 329 e 339 — M 17.
- Preços correntes dos generos importados para o Brazil —
mappa trimensal.— Arts. 327 e 339 — M 12.
- Prerogativas dos empregados consulares.— Arts. 38, 41, 44,
52 e 53.
- Presidencia de assembléa de bancos.— Art. 49.
- Prestação de contas de emolumentos.— Arts. 260, 266 e
280.
- Prestação de contas de estampilhas.— Art. 294.
- Prioridade na expedição de telegrammas.— Art. 229
- Procuração dos empregados consulares.— Art. 506.
- » » » diplomaticos.— Art. 507.
- » lavrada no Consulado.— Arts. 313, 314, 498, 503 a
505 — T 47
- Procuração de proprio punho.— Art. 499 e 505.
- » — registros nos livros do Consulado.— Arts. 312,
498, 502 e 505.
- Procuração — subestabelecimento.— T 47.
- » — translados.— Arts. 504 e 505.
- Proibição de aceitar nomeação de agente de sociedade com-
mercial.— Arts. 48 e 50.
- Proibição de aceitar presidencia de assembléa de bancos.—
Art. 49.
- Proibição de emprestimo de estampilhas.— Art. 291.
- » » exercer profissão do commercio.— Art. 47.
- » » aceitar ordens honorificas.— Art. 51.
- » » » titulos nobiliarchicos.— Art. 216.
- Promoção dos empregados consulares.— Arts. 22 e 88.
- Prorogação de licença dos empregados consulares.— Art. 123.
- » » sociedade.— Art. 345, § 6 — T 44.
- Protecção a brasileiros.— Arts. 436 a 441, 453, 454, 458 a
460 e 474.
- Protestos de arribadas.— Arts. 419 e 420 — M 37 — T 62.
- » de avarias.— Arts. 419 e 420 — T 62.
- » contra demoras.— Art. 419 — M 38.

Protestos de letras de cambio. — Art. 345, § 4 — M 25.

Protocollo de documentos. — Art. 225.

Provimento a navio de guerra. — Art. 374.

Publicações pela imprensa. — Art. 514.

R

Recebimento e entrega do archivo consular. — Arts. 67 a 70 e 77.

Recebimento e entrega de documentos. — Art. 68 — M 3.

Receita e despesa — balancete. — Arts. 277 e 278.

» » » — escripturação. — Arts. 258, 259, 264, 269 e 281 — M 6.

Receita e despesa — mappas trimensaes. — Arts. 260 a 262 e 278 — M 7.

Recibos de estampilhas. — Art. 287.

» » vencimentos. — Art. 93.

Reclamações ás autoridades locaes. — Arts. 180 e 181.

Reconhecimentos de firmas. — Arts. 508 a 511 — M 43 — T 48.

Recusa de protecção a brasileiros. — Art. 354.

» » titulo de nacionalidade. — Art. 352.

» » saques pela Delegacia. — Art. 92.

Reforma de licença. — Art. 123.

Registro de contracto — T 45.

» » nascimentos. — Arts. 462, 477 e 491.

» » obitos. — Arts. 462, 477 e 493.

» » procurações nos livros do Consulado. — Arts. 312, 498, 502 e 505.

Registro de quaesquer documentos nos livros do Consulado — T 51.

Relação das embarcações despachadas. — Art. 262.

Relatorios annuaes. — Arts. 326, 329, 330, 334, 336 a 340, 342 a 344 — M 15 a 18.

Relatorios especiaes. — Art. 335.

» — numeração. — Art. 340.

» — remessa. — Art. 340.

» — trimensaes. — Arts. 326, 327, 328, 329 a 344 — M 11 a 14.

Remessa de autographos. — Arts. 28, 61 a 63.

» » balancete de estampilhas. — Art. 295.

» » » da receita e despesa. — Art. 277.

» » cartas patentes. — Art. 57.

» » copias de documentos. — Arts. 207 e 208.

» » correspondencia de outros Ministerios. — Art. 198.

» » documento comprobatorio do cambio. — Art. 255.

- Remessa de mappas de estampilhas.— Art. 293 e 296.
» » » da receita e despesa.— Arts. 260, 261 e 278.
Remessa de portarias de nomeação de Vice-Consul e Agente Commercial.— Art. 24.
Remessa de quadro de ordens.— Arts. 192 a 197 — M 3.
» » relatorios annuaes.— Art. 340.
» » » trimensaes.— Art. 340.
» » retalhos de jornaes.— Art. 206.
» » saldos de emolumentos á Delegacia em Londres.— Arts. 265, 266 e 270.
Remessa de sellos consulares.— Art. 61.
Remoção de empregados consulares.— Arts. 55, 68, 88 e 223.
Renovação de titulo de nacionalidade — T 28.
Repatriação de desvalidos.— Arts. 444, 446 e 447, 451, 452 e 454 a 457.
Repatriação de marinheiros.— Arts. 434, 435, 442, 443, 445, 448 e 450.
Repatriação de praças do exercito.— Arts. 449.
Representação aos Governos dos districtos consulares.— Arts. 180 e 181.
Requerimento de licença.— Arts. 110 e 124 a 126.
Requisição de estampilhas.— Art. 287 — M 8.
Rescisão do contracto de equipagem.— Art. 421.
» » » » officiaes.— Art. 421.
Residencia dos empregados consulares.— Arts. 2 e 65.
Responsabilidade dos Consules Geraes e Consules.— Arts. 72, 73, 118, 190, 250, 272 e 363.
Retalhos de jornaes.— Art. 206.
Retirada de privilegio de paquete.— Art. 368.

S

- Sahida de embarcação.— Arts. 351 a 354.
Saldos — lucros e perdas na remessa.— Art. 269.
» — multa pela demora na remessa.— Arts. 270 e 271.
» — prazo para a remessa.— Arts. 265, 266 e 270.
Salvados — arrecadações.— Arts. 424 e 425.
Salvamento de embarcação naufragada.— Art. 424.
Salvas a bordo de navio de guerra.— Art. 39.
Saques — aviso á Delegacia do Thesouro em Londres.— Art. 93.
» — communicação á Secreretaria de Estado.— Art. 95 e 96.
» — de despesas com repatriação de desvalidos.— Art. 281.
Saques — de despêza com telegrammas.— Art. 281.

- Saques — de despeza de expediente. — Art. 97.
» — » — eventuaes etc. — Art. 281.
» — » empregados na America. — Art. 98.
» — » — » Europa. — Art. 98.
» — » — » em transito. — Arts. 91 e 92.
» — recusa. — Art. 92.
» — vencimentos de effectividade. — Arts. 93 e 94.
Saude — cartas — expedição. — Arts. 371 e 386 — M 33 —
T 5.
Saude — cartas — visto. — Art. 386 — T 5.
» publica — informações. — Art. 385.
Secretaria de Estado — aviso de saque. — Art. 93.
» — » — » — comunicação de chegada ou partida.
— Art. 107.
Secretaria de Estado — comunicação de começo ou terminação
de exercicio de auxiliares. — Art. 109.
Secretaria de Estado — comunicação de começo ou terminação
de exercicio de Vice-Consules. — Art. 109.
Secretaria de Estado — correspondencia. — Arts. 194, 196, 197,
203 a 223.
Secretaria de Estado — pedidos de pagamento. — Art. 273.
» — » — » — remessa de autographos. — Arts. 28 e 61
a 63.
Secretaria de Estado — remessa de balancete de estampilhas.
— Art. 295.
Secretaria de Estado — remessa de balancete da receita e des-
peza. — Art. 277.
Secretaria de Estado — remessa da correspondencia de outros
Ministerios. — Art. 198.
Secretaria de Estado — remessa de mappas de estampilhas. —
Art. 293.
Secretaria de Estado — remessa de mappas da receita e des-
peza. — Arts. 260 e 261.
Secretaria de Estado — remessa de portaria de nomeação de
Vice-Consules e Agentes Commerciaes. — Art. 24.
Secretaria de Estado — remessa de quadros de ordens. —
Arts. 192 e 197 — M 4.
Secretaria de Estado — remessa de relatorios annuaes. —
Art. 340.
Secretaria de Estado — remessa de relatorios trimensaes. —
Art. 340.
Secretaria de Estado — remessa de sellos consulares. — Art. 61.
Sello de nomeação. — Art. 11.
Sello de verba. — Arts. 286 e 288

- Sellos consulares — remessa ao Ministerio das Relações Exteriores e Repartições Fiscaes. — Art. 61.
- Sellos consulares. — Arts. 236 e 237.
- Sentença arbitral. — T 69.
- Series de officios. — Art. 210.
- Situação da chancellaria. — Art. 233.
- Soccorros a brazileiros desvalidos. — Arts. 281, 449, 454 a 456.
- Sociedade — acto de. — Art. 345, § 6º — T 44.
- » — commercial — nomeação de agente. — Arts. 48 e 50.
- Sociedade — dissolução. — Art. 345, § 6º. — T 46.
- » — formação. — Art. 345, § 6º — M 28 — T 44.
- » — litteraria. — Art. 50.
- » — prorrogação. — Art. 345, § 6º.
- Sub-Secretario de Estado. — Art. 218.
- Substabelecimento de procuração. — T 47.
- Summario de informação de culpa. — Arts. 430 e 431.
- Suppressão de boias, pharões e balisas. — Art. 348.
- » » cargos de Consules, Vice-Consules e Chancelleres. — Art. 34.
- Suspensão de Vice-Consules. — Art. 75.

T

- Tabella de emolumentos. — Arts. 254 a 256. — Annexo C.
- » » » — execução. — Arts. 297 a 325.
- Tabelliães de notas — attribuições de — Art. 461.
- Tarifas aduaneiras. — Arts. 336 e 337.
- Taxa de descontos (mappa). — Art. 327 — M 14.
- Telegrammas — condições de expedição. — Art. 231.
- » cifrados. — Art. 232.
- » — desconto de 50 % na taxa. — Arts. 229 e 230.
- » — designação de via. — Art. 226.
- » — despesas com — Art. 281.
- » gratuitos. — Arts. 227 e 228.
- » particulares. — Art. 231.
- » — prioridade na expedição. — Art. 229.
- Tempo de serviço — contagem para a aposentadoria. — Arts. 134, 141 a 143, 147 a 154.
- Termos de abertura de livros. — Arts. 259 e 263.
- » » » » testamentos. — Art. 479 — M 40 — T 42.
- Termos de approvação de testamentos. — Art. 479 — M 41 — T 41.

Termos de encerramento de livros. — Arts. 260, 463 e 478.
» » protesto contra demoras. — Art. 421 — M 38.
» » » de arribadas. — Arts. 421 e 422 — M 37.
» » » » letras de cambio. — Art. 345, § 4 —
M 25 — T 62.

Termos de qualquer natureza. — T 72.

Testamento — abertura. — Art. 479 — M 41 — T 42.
» — approvação. — Art. 479 — M 40 — T 41.
» — factura. — Art. 479 — M 39 — T 40.

Testemunhas — interrogatorio de — T 61.

Tinta roxa ou violeta nos manifestos. — Art. 354.

» — sello. — Art. 236.

Titulos de nacionalidade — expedição. — Arts. 469 a 472 —
T 29.

Titulos de nacionalidade — recusar. — Art. 472.

» » » — renovação — T 29.

» » » — visto — T 30.

» nobiliarchicos. — Art. 246.

Tonelagem — calculo. — Arts. 299 a 304 — T 1.

Traducção — conferencia de. — T 55.

» de qualquer documento — T 53 e 54.

Transacção commercial — legalisação. — Art. 345, § 8.

Transito — conhecimento de mercadorias para o estrangeiro.
— Art. 306.

Transito — saques de empregados em — Arts. 91 e 92.

Transmissão de embarcações — imposto. — Arts. 405, 406,
407 e 411.

Transporte — ajuda de custo. — Arts. 156 a 162.

Traslados de procurações. — Arts. 504 e 505.

Tratados de commercio. — Arts. 335, 338 e 513.

Tratamento dos empregados aposentados. — Art. 146.

» » » em disponibilidade. — Art. 138.

U

Uniforme dos Consules aposentados. — Art. 146.

» » » em disponibilidade. — Art. 138.

» » » effectividade. — Arts. 32 e 33.

V

Validade dos actos consulares. — Arts. 242 e 246.

Valores de estampilhas. — Art. 287.

» » sentenças arbitraes. — T 69.

- Vencimentos de empregados — aposentados. — Arts. 141 a 145, 147 e 148.
- Vencimentos de empregados — desconto. — Arts. 88 e 106.
- » » » em disponibilidade. — Arts. 138 a 140.
- Vencimentos de empregados em effectividade. — Arts. 79 a 90.
- Vencimentos de empregados em viagem. — Arts. 88 a 90.
- » » » — guia de pagamento. — Art. 105.
- » » » no gozo de licença. — Arts. 110, 122 e 127.
- Vencimentos de empregados — imposto sobre. — Art. 93.
- » » » — perda. — Arts. 90 e 121.
- » » » — promovidos. — Arts. 89 e 90.
- » » » — recibos. — Art. 93.
- » » » — removidos. — Arts. 55, 62, 88 e 90.
- Vencimentos de empregados — saques. — Arts. 91 a 95.
- Venda de artigos da fazenda publica. — Art. 490.
- » — assistencia do Consul. — T 59.
- » de bens periveis. — Arts. 150, 483, 488 e 489 — T 27.
- » » embarcações. — Arts. 398 a 403.
- » — escriptura. — T 44.
- » de mercadorias em leilão. — Art. 345, § 2 — M 22.
- » publica de mercadorias avariadas. — T 27.
- Verba — sello de — Arts. 286 e 289.
- Verificação de manifestos. — Art. 476.
- » » nacionalidade. — Art. 469 a 471.
- Viagem — descarga de mercadorias. — Art. 377.
- » — nascimentos. — Arts. 413 a 416, 462 e 477.
- » — obitos. — Arts. 417, 418, 462 e 477.
- » — vencimentos dos empregados consulares. — Arts. 88 a 90.
- Vice-Consulados — correspondencia. — Art. 182.
- » » — distribuição de estampilhas. — Art. 290.
- » » — estabelecimento. — Art. 6.
- » » — mappas de estampilhas. — Arts. 293 e 296 — M 10.
- Vice-Consulados — mappas de receita e despeza. — Arts. 260 e 278 — M 7.
- Vice-Consulados — quadros das ordens. — Arts. 192 a 197 — M 4.
- Vice-Consulados remunerados pelo Thesouro Federal. — Art. 10.

- Vice-Consules — autographos. — Arts. 28, 61 a 63.
- » » — confirmação de nomeação. — Arts. 26 a 28.
- » » — correspondencia com as autoridades estrangeiras. — Art. 188.
- Vice-Consules — correspondencia com as autoridades nacionaes. — Art. 182.
- Vice-Consules — correspondencia com os Consules Geraes — Arts. 182, 192, 193, 195 e 197.
- Vice-Consules — correspondencia com a Legação. — Art. 182.
- » » — » » o Governo. — Art. 182.
- » » — demissão. — Arts. 75 e 76.
- » » — direitos e deveres. — Art. 46.
- » » — emolumentos pertencentes aos não remunerados pelo Thesouro Federal. — Arts. 99 a 102 e 273.
- Vice-Consules — encarregados de Consulado. — Arts. 100, 101, 104 e 279.
- Vice-Consules — exercicio — communicação da data. — Art. 109.
- Vice-Consules — exequatur. — Art. 60.
- » » — exoneração. — Art. 76.
- » » — licença. — Art. 120.
- » » — nomeação dos não remunerados. — Arts. 24, 25, 27 e 29 — M 1.
- Vice-Consules — remunerados pelo Thesouro Federal. — Art. 11.
- Vice-Consules — suppressão. — Art. 34.
- » » — suspensão. — Art. 75.
- » » — vencimentos. — Arts. 79, 83 e 85.
- Vida — certidão de. — T 39.
- Visto consular em carta de saude. — Arts. 371 e 386 — T 5.
- » » » conhecimento de carga. — Arts. 306, 308 e 310.
- Visto consular em diario nautico. — T 26.
- » » » escripturas publicas e autos. — Art. 512.
- » » » matricula de equipagem. — T 7.
- » » » passaporte. — Arts. 495 e 496 — M 42 — T 64 e 65.
- Visto consular em titulo de nacionalidade. — T 30.
- Vistoria de embarcação. — T 16.
- » » fazendas a bordo. — T 17.
- » » » em terra. — T 18.
- Vitualhas — compra. — Art. 422.
- Visitas officiaes a bordo de navio de guerra. — Arts. 36 e 37.
-

DECRETO N. 10.448 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1913

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1872, entre o Brasil e a Grã-Bretanha e do Protocollo da mesma data

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixaram de vigorar, a partir de 14 do corrente mez, o Tratado de Extradicação de criminosos assignado na cidade do Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1872, entre o Brasil e a Grã-Bretanha, e o Protocollo da mesma data.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.449 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1913

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1877, entre o Brasil e a Allemanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixou de vigorar, a partir de 14 do corrente mez, o Tratado de Extradicação de criminosos assignado na cidade do Rio de Janeiro em 17 de Setembro de 1877, entre o Brasil e a Allemanha.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.460 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1913

Publica a adhesão da Grã-Bretanha pela sua possessão de Terra Nova á Convenção Internacional Radiotelegraphica assignada em Berlim a 3 de Novembro de 1906, menos ao Accôrdo Adicional da mesma data que o Governo Britannico deixou de assignar

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Grã-Bretanha pela sua possessão de Terra Nova á Convenção Internacional Radiotelegraphica, assignada em Berlim a 3 de Novembro de 1906, menos ao

Accôrdo Addicional da mesma data, que o Governo Britannico deixou de assignar, conforme communicou a Legação da Alemanha ao Ministerio das Relações Exteriores nas notas ns. 389, de 11 de Março ultimo, e 1.061, de 12 de Julho proximo passado, cujas traducções officiaes a este acompanham.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

Traducção n. 389 — Imperial Legação Allemã no Brasil — Petropolis, 12 de Julho de 1913:

Sr. Ministro — De ordem do meu Governo e em additamento á nota desta Imperial Legação datada de 7 de Janeiro ultimo, — J. n. 25 — tenho a honra de communicar a V. Ex. que a Grã-Bretanha adheriu ao Convenio Internacional Radiotelegraphico de 3 de Novembro de 1906 pela Terra Nova.

Queira aceitar, Sr. Ministro, tambem por esta occasião, os protestos reiterados da minha alta consideração. — *Otto Weber.*

A S. Ex. o Ministro das Relações Exteriores — Sr. Dr. Lauro Müller. — Rio de Janeiro.

Traducção n. 1.061 — Imperial Legação Allemã no Brasil — Petropolis, 12 de julho de 1913:

Sr. Ministro — De ordem do meu Governo e em additamento á minha nota n. 389 de 11 de Março ultimo, tenho a honra de communicar a V. Ex. que a adhesão da possessão britannica de Terra Nova á Convenção Internacional Radiotelegraphica de 3 de Novembro de 1906 não se estende ao Accôrdo Addicional da mesma data, que o Governo Real da Grã-Bretanha deixou de assignar.

Em virtude do art. II do Protocollo Final da referida Convenção, o mesmo Governo reservou-se ainda o direito, no que diz respeito á Terra Neva, de eximir algumas estações radiotelegraphicas da obrigação imposta pelo art. 3° da Convenção Principal.

Tenho a honra de reiterar a V. Ex. também por esta ocasião os protestos da minha alta consideração. — *Otto Weber*.

A S. Ex. o Ministro das Relações Exteriores — Sr. Dr. Regis de Oliveira. — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 10.461 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1913

Publica a adesão da Dinamarca ao Accôrdo assignado em Roma a 9 de Dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Dinamarca ao Accôrdo assignado em Roma a 9 de Dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, conforme communicou a Legação da Italia ao Ministerio das Relações Exteriores na nota n. 273|42, de 21 de Maio ultimo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

Traducção n. 273|42 — Real Legação da Italia no Brasil — Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1913.

Sr. Ministro — Em additamento a precedentes communicações, tenho a honra de informar a V. Ex. que a Legação Dinamarqueza, em nota de 2 de Abril proximo passado notificou ao Governo Italiano a adesão, a partir de 1 de Abril, do seu Governo ao Accôrdo de Roma de 9 de Dezembro de 1907, para a creação da Repartição Internacional de Hygiene Publica, declarando que o Governo dinamarquez entende inscrever-se no 5° grupo, art. II, dos Estatutos organicos annexos ao accôrdo.

Queira acceitar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *Romano Avezana*.

A S. Ex. o Dr. Regis de Oliveira, Ministro interino das Relações Exteriores.

DECRETO N. 10.462 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1913

Crêa um consulado na ilha de Barbados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 3º da lei n. 322, de 8 de novembro de 1895, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado na ilha de Barbados.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.463 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1913

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 180:000\$, ouro, supplementar á verba 11ª, « Extraordinarias no exterior », do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 110 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro do corrente anno, e tendo observado o que dispõe o art. 2º, § 2º, n. 2, lettra c, do decreto n. 392, de 8 de outubro de 1896, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 180:000\$, ouro, supplementar á verba 11ª, « Extraordinarias no exterior », do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.520 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1913

Publica a denuncia da Convenção de extradicação de criminosos assignada no Rio de Janeiro em 21 de Dezembro de 1895, entre o Brasil e os Paizes-Baixos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixou de vigorar, a partir de 26 de Setembro ultimo, a Convenção de extradicação de criminosos assignada

na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1895, entre o Brasil e os Paizes-Baixos.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.542 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1913

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 200:000\$, ouro, á verba 10ª — «Ajudas de custos», do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 2.817, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 200:000, ouro, á verba 10ª — «Ajudas de custos», do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.590 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1913

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$ destinados á aquisição da bibliotheca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio-Branco e 150:000\$ para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo n. 2.827, desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 500:000\$, sendo 350:000\$ destinados á aquisição da bibliotheca e de todos os valiosos objectos de arte que pertenceram ao barão do Rio-Branco e

150:000\$ para satisfazer a todas as despesas feitas com os seus funeraes.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.591 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1913

Publica a adhesão da Republica Oriental do Uruguay ao Accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil faz publica a adhesão da Republica Oriental do Uruguay ao Accôrdo assignado em Roma a 9 de dezembro de 1907, estabelecendo em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, conforme communicou a Legação da Italia ao Ministerio das Relações Exteriores, na nota n. 798|86, de 25 de novembro ultimo, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

Traducção — Real Legação da Italia no Brasil,
N. 798|86. — Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1913.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar a V. Ex., de ordem do meu Governo, que a Legação do Uruguay em Roma, em nota de 6 de setembro proximo passado, communicou ao Governo de Sua Majestade que a Republica do Uruguay adheriria ao Accôrdo firmado em Roma, a 9 de dezembro de 1907, para a creação de uma Repartição Internacional de Hygiene Publica, inscrevendo-se na 5ª categoria (art. II dos «Estatutos Organicos», annexos ao Accôrdo.)

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

(Assignado.) *Romano Avezzana.*

A Sua Excellencia o Doutor Lauro Müller, Ministro das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 10.611 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1913

Promulga a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Salvador, assignada em São Salvador a 3 de Setembro de 1909

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo decreto n. 2.397, de 31 de Dezembro de 1910, a Resolução do Congresso Nacional da mesma data, que approvou a Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Salvador, assignada em São Salvador aos tres dias do mez de Setembro de mil novecentos e nove, e havendo sido trocadas as respectivas ratificações na cidade de Washington aos doze dias do mez de Novembro de mil novecentos e treze:

Decreta que a mesma Convenção seja executada e cumprida tão inteiramente como nella se contem.

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA,

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Salvador, pelos respectivos Plenipotenciarios, foi concluida e assignada na cidade de São Salvador, aos tres dias do mez de Setembro de mil novecentos e nove, a Convenção de Arbitramento do teôr seguinte:

Convenção de Arbitramento
entre os Estados Unidos do
Brasil e a Republica do
Salvador.

Convención de Arbitraje en-
tre los Estados Unidos del
Brasil y la República del
Salvador.

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica do Salvador, desejando concluir uma Convenção de Arbitramento de accordo com os principios enunciados nos Artigos de nu-

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la República del Salvador, deseando concluir una Convención de Arbitraje de acuerdo con los principios enunciados en los Artículos de

meros XV a XIX e do Artigo XXI da Convenção para o concerto pacifico dos conflictos internacionaes, assignada na Haya a 29 de Julho de 1899 e nos Artigos de numeros XXXVII a XL e Artigo XLII da Convenção assignada na mesma cidade da Haya a 18 de Outubro de 1907, nomearam para este effeito os seguintes Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil ao Senhor A. da Fontoura Xavier, Ministro Residente dos Estados Unidos do Brasil na Republica do Salvador.

O Presidente da Republica do Salvador ao Senhor Doutor Salvador Rodríguez G., Ministro das Relações Exteriores;

Os quaes, depois de haverem communicado entre si os seus plenos poderes, achados em bôa e devida fórma, convieram nos seguintes artigos:

ARTIGO I

Os desaccôrdos que possam occorrer em questões de caracter juridico ou relativos a interpretação de Tratados existentes entre as Duas Altas Partes Contractantes, e que não tenha sido possivel resolver por via diplomatica, serão submettidos ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya, ou a qualquer outro Tribunal ou Corte Internacio-

números XV á XIX y del Artículo XXI de la Convención para el arreglo pacífico de los conflictos internacionales firmada en la Haya el 29 de julio de 1899, y en los Artículos de números XXXVII a XL y Artículo XLII de la Convención firmada en la misma ciudad de la Haya el 18 de octubre de 1907, han nombrado para dicho fin los Plenipotenciarios siguientes, á saber:

El Presidente de los Estados Unidos del Brasil al Señor A. de Fontoura Xavier, Ministro Residente de los Estados Unidos del Brasil en la República del Salvador;

El Presidente de la República del Salvador al Señor Doctor Salvador Rodríguez G., Ministro de Relaciones Exteriores;

Los cuales, después de haber comunicado entre si sus plenos poderes, hallados en buena y debida forma, convinieron en los siguientes articulos:

ARTICULO I

Las diferencias de carácter legal ó relativas á la interpretación de Tratados existentes entre las Dos Altas Partes Contratantes, que puedan suscitarse entre ellas y que no haya sido posible arreglar por la vía diplomatica, serán sometidas al Tribunal Permanente de Arbitraje de La Haya, ó á cualquiera otro Tribunal ó Corte Internacional de

nal de Arbitramento actualmente estabelecido ou que se forme depois por accôrdo e nomeação de ambas as partes, contanto, porém, que não affectem os interesses vitaes, a independencia ou a honra das Duas Altas Partes Contractantes, ou ponham em causa interesses de terceiros, ficando além disso entendido que, se uma das Duas Altas Partes Contractantes o preferir, qualquer arbitramento de que trata esta Convenção terá logar perante o Chefe de um Estado amigo ou arbitros escolhidos livremente por ambas as Partes Contractantes.

ARTIGO II

Em cada caso particular, as Duas Partes Contractantes, antes de recorrerem ao Tribunal Permanente de Arbitramento da Haya ou a outro Tribunal ou Corte Internacional de Arbitramento ou arbitros ou arbitro singular, assignarão um compromisso especial que determine claramente a materia em litigio, a extensão dos poderes do Tribunal, Corte, arbitro ou arbitros a que se refere o artigo anterior, os prazos que hajam de ser estabelecidos para comparecer perante o Tribunal ou Corte, a escolha do arbitro ou arbitros e os diversos tramites do processo arbitral. Fica entendido que esse compromisso especial só poderá ser ratifi-

Arbitraje que esté actualmente estabelecido ó que en lo sucesivo se establezca si ambas Partes convienen en su nombramiento; con tal de que las dichas diferencias no afecten los intereses vitales, la independencia ó la honra de las Dos Altas Partes Contratantes ó los intereses de un tercer Estado; quedando además entendido que, en el caso de que una de las Dos Altas Partes Contratantes lo juzgue preferible, el Arbitraje de que trata esta Convención podrá someterse al Jefe de un Estado amigo ó á un Arbitro ó Arbitros escogidos libremente por ambas Partes Contratantes.

ARTICULO II

En cada caso particular, las Dos Altas Partes Contratantes, antes de apelar al Tribunal Permanente de Arbitraje de la Haya, ó á otro Tribunal ó Corte Internacional de Arbitraje ó á otros Arbitros ó Arbitro singular, firmarán un compromiso especial que determine claramente la materia del litigio, la extensión y alcance de los poderes del Tribunal, Corte, Arbitro ó Arbitros a que se refiere el Artículo anterior, los plazos que se fijen para comparecer ante el Tribunal ó Corte ó la elección del Arbitro ó Arbitros, y las distintas tramitaciones del proceso arbitral. Queda entendido que dicho compromiso especial solo po-

cado pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil com a approvação das Duas Camaras do Congresso Federal, e pelo Presidente da Republica do Salvador com approvação da Assembléa Nacional Legislativa.

drá ser ratificado por el Presidente de los Estados Unidos del Brasil con la aprobaci6n de las dos Camáras del Congreso Federal y por el Presidente de la República del Salvador con la aprobaci6n de la Asamblea Nacional Legislativa.

ARTIGO III

A presente Convenção vigorará por um periodo de cinco annos, contados do dia em que forem trocadas as ratificações, e, se não for denunciada antes da extincção do prazo acima estabelecido, ficará renovada por um outro periodo de cinco annos, e assim por deante, successivamente.

ARTICULO III

La presente Convención permanecerá en vigor por un periodo de cinco años, á contar desde el dia del canje de las ratificaciones, y á menos que sea denunciada antes de la expiraci6n de dicho plazo, quedará vigente por otro periodo de cinco años y así sucesivamente.

ARTIGO IV

A presente Convenção será ratificada pelo Presidente dos Estados Unidos do Brasil com a auctorização do Congresso Federal, e pelo Presidente da Republica do Salvador com a auctorisação da Assembléa Nacional Legislativa. As ratificações serão trocadas na cidade de Rio de Janeiro, São Salvador ou Washington no mais breve prazo possivel.

ARTICULO IV

La presente Convención será ratificada por el Presidente de los Estados Unidos del Brasil con la autorizaci6n del Congreso Federal y por el Presidente de la República del Salvador con la autorizaci6n de la Asamblea Nacional Legislativa. Las ratificaciones serán canjeadas en las ciudades de Rio de Janeiro, San Salvador ó Washington, tan pronto como sea posible.

Em fé do que, nós, os Plenipotenciarios acima nomeados, assignamos o presente instrumento em dois exemplares, nas linguas portugueza e hespanhola, appondo n'elles os nossos sellos.

En fé de lo cual, nosotros los Plenipotenciarios antes nombrados firmamos el presente instrumento en dos ejemplares en las lenguas española y portugueza, fijando en ellos nuestros sellos.

Feita na cidade de São Sal- Hecha en la ciudad de San
vador a tres de Setembro de Salvador, á tres de septiem-
mil novecentos e nove. bre de mil novecientos nueve.

A. DA FONTOURA XAVIER. (L. S.)

SALVADOR RODRIGUEZ G. (L. S.)

E tendo sido a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, approvada pelo Congresso Nacional, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos effeitos, prometendo que ella será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos dous dias do mez de Março de 1911, 90° da Independencia e 23° da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 10.617 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1913

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 650:000\$, papel, supplementar á verba 4ª — Comissões de limites — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo decreto legislativo numero 2.834 desta data, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores um credito de 650:000\$, supplementar á verba 4ª — Comissões de limites — do art. 23 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.662 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1913

Dá novo Regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 13 da Lei n. 2.356, de 31 de Dezembro de 1910 e afim de dar execução ao disposto no art. 14 da Lei n. 2.544, de 4 de Janeiro de 1912, revigorados pelo art. 24 da Lei n. 2.738, de 4 de Janeiro do corrente anno:

Resolve approvar o Regulamento que com este baixa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, assignado pelo respectivo Ministro de Estado, que o fará executar.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

Regulamento da Secretaria de Estado das Relações Exteriores,
a que se refere o decreto n. 10.662 desta data

CAPITULO I

Da organização da Secretaria e do seu pessoal

Artigo 1°

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores compõe-se:

- 1 — do Gabinete do Ministro;
- 2 — de uma Sub-Secretaria de Estado;
- 3 — de uma Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos, comprehendendo duas Secções:

a) Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America;

b) Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, Asia, Africa e Oceania;

- 4 — de uma Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares, comprehendendo duas Secções:

a) Secção dos Negocios Economicos e Consulares da America;

b) Secção dos Negocios Economicos e Consulares da Europa, Asia, Africa e Oceania;

5 — de uma Secção do Protocollo;

6 — de uma Secção da Contabilidade;

7 — de uma Secção do Archivo;

8 — de uma Bibliotheca;

9 — de um Deposito de mappas, cartas topographicas e plantas;

10 — de uma Portaria.

Artigo 2º

As Secções dos Negocios Politicos e Diplomaticos e as dos Negocios Economicos e Consulares são directamente subordinadas aos respectivos Directores Geraes; as do Protocollo, da Contabilidade e do Archivo, a Bibliotheca e o Deposito de mappas, cartas topographicas e plantas, assim como a Portaria dependem directamente do Ministro de Estado.

Artigo 3º

A Secretaria de Estado funcionará com o seguinte pessoal:

1 Sub-Secretario de Estado;

2 Directores Geraes, sendo um para os Negocios Politicos e Diplomaticos e outro para os Negocios Economicos e Consulares;

2 Consultores Juridicos;

7 Directores de Secção;

10 Primeiros Officiaes;

10 Segundos Officiaes;

12 Terceiros Officiaes;

1 Bibliothecario;

3 Auxiliares do Bibliothecario;

1 Cartographo;

1 Calligrapho;

4 Praticantes;

1 Porteiro;

1 Ajudante do Porteiro;

7 Continuos;

2 Correios.

Serão admittidos tantos serventes quantos forem necessarios para a limpeza e conservação do edificio da Secretaria, seus moveis, alfaias e archivos.

Artigo 4º

Cada Secção deverá ter pelo menos um Primeiro, um Segundo e um Terceiro Official, além do respectivo Director.

Artigo 5º

A Bibliotheca constituirá uma Secção, logo que para isso seja concedida a necessaria autorização pelo Congresso Nacional. Na vigencia do credito actual será dirigida pelo Bibliothecario, que será coadjuvado por tres Auxiliares e terá a categoria de Director de Secção, podendo, como tal, quando convier, ser designado para dirigir outra Secção.

CAPITULO II

Do Gabinete do Ministro

Artigo 6º

O Gabinete do Ministro será composto de dois Officiaes de Gabinete, dos quaes um será o Chefe, de um Introdutor Diplomatico (art. 11), de dois Consultores Juridicos, e, em circumstancias extraordinarias, de tantos Auxiliares ou Addidos quantos forem necessarios ao serviço.

Artigo 7º

Os Officiaes de Gabinete serão da livre escolha do Ministro e só poderão ser nomeados dentro do quadro da Secretaria de Estado, do Corpo Diplomatico e do Consular. Não poderá tambem ser addida ao Gabinete pessoa estranha a essa classe de funcionarios, excepto os Officiaes de mar e terra que forem postos á disposição do Ministerio.

Artigo 8º

Os funcionarios do Gabinete do Ministro não estão sujeitos ao ponto e perceberão, além dos vencimentos integraes dos cargos que occuparem, uma gratificação extraordinaria marcada em lei; os Addidos ou Auxiliares terão a gratificação que o Ministro arbitrar.

Artigo 9º

Ao Chefe do Gabinete do Ministro incumbe a direcção de todos os assumptos que por ahi passarem e distribuição do serviço pelos seus Auxiliares.

Artigo 10

Incumbe especialmente aos Officiaes e Auxiliares do Gabinete do Ministro, sob a responsabilidade e direcção do respectivo Chefe:

§ 1.º A redacção e expedição da correspondencia official e officiosa e da particular do Ministro que se relacionar com o Ministerio;

§ 2.º A abertura da correspondencia geral dirigida ao Ministerio, com excepção da pessoal, o seu lançamento no livro de protocollo de entrada e a sua apresentação ao Ministro;

§ 3.º O primeiro expediente relativo á creação e supressão de cargos, á nomeação, retirada, remoção e disponibilidade dos funcionarios do Ministerio; actos de que dará conhecimento ás Secções competentes, para ser completado o expediente;

§ 4.º A cifração e decifração de telegrammas;

§ 5.º A redacção e expedição da correspondencia urgente e da que o Ministro quizer reservar para o seu Gabinete;

§ 6.º Os pedidos de audiencias e conferencias com o Ministro;

§ 7.º O exame e resenha de jornaes e revistas diarias, para informação do Ministro;

§ 8.º A guarda e conservação de papeis, livros e colleções em uso no Gabinete;

§ 9.º O serviço que o Ministro distribuir.

Artigo 11

Servirá no Gabinete do Ministro, em commissão de Introductor Diplomatico, um dos Ministros Residentes. Para tal fim o quadro desses funcionarios será augmentado de um, se o Congresso conceder a necessaria autorização legal.

Artigo 12

No Gabinete do Ministro e a este directamente subordinados, funcionarão tambem dois Consultores Juridicos, de livre escolha do Governo.

§ 1.º O Primeiro Consultor Juridico tem funcções mais propriamente consultivas e irá á Secretaria quando o Ministro determinar ou fôr necessario.

§ 2.º O Segundo Consultor Juridico, além das funcções consultivas que lhe são proprias, trabalhará em sala especial na Secretaria de Estado e terá ao seu cargo o serviço juridico de que fôr incumbido no Ministerio e fóra d'elle.

Artigo 13

Os Consultores Juridicos corresponder-se-ão directamente com o Ministro, e os seus pareceres serão registrados em livro especial.

Artigo 14

Quando julgar necessario, o Ministro poderá ouvir tambem o Consultor Geral da Republica e qualquer outro juriseonsulto que achar conveniente.

CAPITULO III

Da Sub-Secretaria de Estado

Artigo 15

A Sub-Secretaria de Estado compõe-se de um Sub-Secretario de Estado, de livre escolha do Governo e de um Official de Gabinete, nomeado dentre os funcionarios da Secretaria ou do Corpo Diplomatico ou Consular.

Artigo 16

O Sub-Secretario de Estado é o substituto immediato do Ministro, estando-lhe hierarchicamente subordinados os funcionarios da Secretaria de Estado, do Corpo Diplomatico e do Consular.

Paragrapho unico. Poderá servir nessa qualidade, sem perder o seu logar no quadro, qualquer membro do Corpo Diplomatico da categoria dos Embaixadores ou dos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios.

Artigo 17

O Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado ficará isento do ponto e perceberá, além dos vencimentos de seu cargo effectivo, a gratificação marcada em lei.

Artigo 18

Incumbe ao Sub-Secretario de Estado:

§ 1.º Substituir o Ministro nos seus impedimentos temporarios;

§ 2.º Incumbir-se da representação diplomatica e social do Ministerio, auxiliando o Ministro ou por delegação deste;

§ 3.º Preparar as instrucções para os Agentes Diplomaticos ou Consulares brasileiros e fazer expedil-as, depois da approvação do Ministro;

§ 4.º Dar posse aos funcionarios que a tiverem de tomar;

§ 5.º Ouvir, em audiencia, os representantes diplomaticos estrangeiros, em dias para isso designados, e tambem em substituição do Ministro, na ausencia ou impedimento deste, fazendo-se auxiliar, quando preciso, pelos Directores Geraes e pelos das Secções.

§ 6.º Encerrar diariamente o ponto dos funcionarios da Secretaria de Estado ou designar quem deva fazel-o;

§ 7.º Examinar antes de ser remettida ao Thesouro Nacional, a folha mensal do ponto organizada pela Secção da Contabilidade.

Artigo 19

O Sub-Secretario de Estado só se corresponderá com o Corpo Diplomatico e Consular brasileiro ou estrangeiro, ou com quaesquer outras autoridades brasileiras ou estrangeiras, quando substituir, nos seus impedimentos temporarios, o Ministro, ou por delegação expressa deste.

CAPITULO IV

Dos Directores Geraes

Artigo 20

Aos Directores Geraes ficam immediatamente subordinadas as Secções que constituirem a sua Directoria.

Artigo 21

Para auxilio directo dos seus trabalhos, cada um dos Directores Geraes terá um Auxiliar, funcionario do quadro geral da Secretaria, com a gratificação marcada em lei.

Artigo 22

Incumbe a cada um dos Directores Geraes, na superintendencia das Secções que lhe ficarem directamente subordinadas:

§ 1.º Promover, dirigir e inspecção todos os trabalhos, mantendo com disciplina a ordem e regularidade do serviço, e propor as providencias necessarias ao seu bom andamento;

§ 2.º Executar e fazer executar os serviços que lhes forem confiados, prestando sobre elles as informações solicitadas;

§ 3.º Fazer preparar e instruir com os necessarios documentos e informações os assumptos que devem subir a exame e decisão superior, dando sobre elles, sempre que se tornar preciso, a sua opinião por escripto;

§ 4.º Conservar sob sua guarda, mediante autorização do Ministro, em cada caso, os papeis confidenciaes em andamento na sua Directoria;

§ 5.º Organizar, afim de serem em tempo opportuno aproveitadas para o Relatorio annual do Ministerio, as informações e cópias de papeis em andamento em sua Directoria;

§ 6.º Fornecer mensalmente ao Ministro a resenha dos assumptos que interessarem ao conhecimento dos Agentes Diplomaticos e Consulares do Brasil, no exterior;

§ 7.º Dirigir os funcionarios designados pelo Ministro para servirem na sua Directoria, providenciando sobre a sua assiduidade e bom desempenho dos seus deveres;

§ 8.º Rever, antes da remessa ao Ministro de Estado, os trabalhos já examinados pelos Directores de Secção;

§ 9.º Informar ao Ministro para que decida sobre a concessão de férias annuaes ao pessoal da sua Directoria.

CAPITULO V

Dos Directores de Secção

Artigo 23

Compete a cada um dos Directores de Secção:

§ 1.º Observar e fazer observar as recommendações e ceitos que os respectivos Chefes estabelecerem em bem do serviço.;

§ 2.º Levar pelos canaes competentes ao conhecimento do Ministro o procedimento dos funcionarios passiveis de penas.

§ 3.º Dirigir, examinar, fiscalizar e promover todos os trabalhos de competencia da Secção, dando sobre elles, sempre que fôr necessario, informações por escripto.

§ 4.º Prestar aos respectivos Chefes de serviço as informações que lhe forem pedidas sobre assumptos de sua competencia.

§ 5.º Fornecer todos os elementos necessarios para o Relatorio annual do Ministerio.

§ 6.º Submetter á approvação do Ministro de Estado, antes de as fazer passar a limpo, as minutas de notas e despachos a se expedirem.

§ 7.º Fazer organizar a synopse e o indice dos casos tratados pela sua Secção e que possam constituir precedentes, estabelecer principios ou firmar doutrinas novas.

§ 8.º Propor as providencias necessarias não só quanto á ordem e methodo do trabalho, como quanto á deficiencia de pessoal, sua frequencia e falta de zelo no cumprimento dos deveres.

§ 9.º Legalizar, depois de conferir, as cópias de documentos extrahidas na Secção.

§ 10.º Ter convenientemente classificados sob sua guarda os papeis relativos aos negocios da sua Secção, entregando os já findos ou prejudicados á Secção do Archivo.

§ 11. Fazer encadernar methodicamente as minutas da correspondencia annual que fôr expedida pela sua Secção.

§ 12. Enviar com a devida antecedencia e pelos tramites regulares todo o expediente que deva ser assignado pelo Ministro.

CAPITULO VI

Dos Officiaes e outros funcionarios

Artigo 24

As obrigações dos Officiaes e dos outros funcionarios da Secretaria consistem em executar com o maior zelo e discreção os serviços que lhes forem distribuidos pelos respectivos Chefes.

CAPITULO VII

Das attribuições das Secções

Artigo 25

Incumbe á Secção do Protocollo:

§ 1.º Toda a correspondencia com o Congresso Nacional, e bem assim os decretos de sancção, promulgação de leis e resoluções referentes á Secretaria; os decretos de publicidade e denuncias de Tratados e adhesões a Convenções e Uniões internacionaes; o preparo dos instrumentos e actos internacionaes e de suas Cartas de ratificação.

§ 2.º As Cartas de Gabinete e de Chancellaria, as Credenciaes, Revocatorias e Plenos Poderes.

§ 3.º A collocação do Sello Grande das Armas da Republica nesses documentos.

§ 4.º O ceremonial e os privilegios diplomaticos, inclusive as isenções aduaneiras concedidas aos representantes, tanto brasileiros como estrangeiros.

§ 5.º A organização e publicação, sempre que se tornar necessario, da lista diplomatica dos Agentes estrangeiros acreditados no Brasil.

§ 6.º O expediente relativo ás audiencias e apresentação de credenciaes dos Agentes estrangeiros ao Presidente da Republica, inclusive os projectos de resposta aos discursos de apresentação.

§ 7.º A correspondencia relativa á participação do Brasil em Congressos, Conferencias e Exposições internacionaes.

§ 8.º A expedição de convites para as solemnidades promovidas pela Secretaria e o seu preparo de accôrdo com as instrucções do Gabinete.

§ 9.º A expedição de passaportes concedidos pela Secretaria, os quaes devem ser subscriptos pelo Ministro ou por delegado seu.

§ 10.º O preparo de cópia dos actos da Secção que tiverem de figurar no Relatorio annual do Ministerio.

§ 11. O reconhecimento das firmas dos Agentes Diplomaticos brasileiros e das dos estrangeiros acreditados no Brasil.

§ 12. O fornecimento das certidões, autorizadas pelo Ministro, dos papeis em andamento na Secção.

Artigo 26

Incumbe á Secção da Contabilidade:

§ 1.º O complemento do expediente feito pelo Gabinete do Ministro, sobre criação e suppressão de cargos, nomeação, retirada, remoção e disponibilidade dos funcionarios do Ministerio.

§ 2.º A matricula de todos os funcionarios do Ministerio.

§ 3.º A distribuição dos creditos votados, o pedido dos que forem necessarios, a proposta orçamentaria do Ministerio e o balanço da receita e despesa.

§ 4.º A correspondencia sobre contabilidade com o Thezouro Nacional, com a Delegacia do mesmo Thezouro em Londres, ou quaesquer outras repartições ou autoridades, e com as Legações e Consulados; a autorização e fiscalização de todas as despesas.

§ 5.º Todo o expediente relativo ao montepio e licença dos funcionarios.

§ 6.º A escripturação e fiscalização dos emolumentos consulares, na forma das leis em vigor.

§ 7.º A organização e remessa dos processos de aposentadorias de todos os funcionarios do Ministerio.

§ 8.º A remessa de estampilhas consulares aos Consulados brasileiros e a respectiva escripturação.

§ 9.º O resumo do ponto dos funcionarios da Secretaria e a sua remessa ao Ministerio da Fazenda.

§ 10.º A expedição de ordem de pagamento das despesas que o Ministro ordenar, depois de conferidas e visadas as respectivas contas, tendo sempre em vista que nenhuma despesa poderá ser feita no Ministerio, sem prévia autorização do Ministro.

§ 11. A expedição de guias para autorização de saques de vencimentos dos membros do Corpo Diplomatico e Consular, que estiverem no Rio de Janeiro, ou quaesquer outros saques sobre a Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres. Neste ultimo caso as guias devem ser extrahidas sómente depois da assignatura pelo Ministro da ordem de pagamento.

§ 12. A remessa de elementos pedidos pelo Ministerio da Fazenda para a organização da tomada de contas, exigida pelo decreto n. 2.511, de 20 de Dezembro de 1911.

§ 13. O preparo de cópias e documentos da Secção, taes como organização do quadro do pessoal, rendimento consular e do movimento de estampilhas, necessarios ao Relatorio annual do Ministerio.

§ 14. As encomendas, depois da necessaria autorização do Ministro, de tudo que fôr necessario para o expediente da Secretaria de Estado, mesmo que essas encomendas sejam para o exterior.

§ 15. A anotação das férias annuaes dos funcionarios do Ministerio e respectivas declarações.

§ 16. A publicação, quando fôr conveniente, da lista dos mesmos funcionarios.

§ 17. O recebimento e o exame dos inventarios dos moveis e valores a cargo das Legações e Consulados.

§ 18. O fornecimento das certidões, autorizadas pelo Ministro, dos papeis em andamento na Secção.

Artigo 27

Incumbe á Secção do Archivo:

§ 1.º A classificação, arranjo, conservação e guarda de todos os papeis e documentos existentes e dos que lhe forem

remettidos e bem assim, o protocollo da entrada e sahida de todos elles.

§ 2.º A formação de um indice geral abreviado de todos os papeis e documentos nelle existentes.

§ 3.º A redacção de memorias sobre casos que interessem á historia diplomatica do paiz, á sua tradição e aos principios acceitos como doutrina.

§ 4.º A reunião em maços especiaes de toda correspondencia relativa ás questões de limites e demarcação das fronteiras do Brasil e a todos os assumptos que possam constituir precedentes, estabelecer principios ou firmar doutrinas novas.

§ 5.º A organização, sempre em dia, de um indice dos tratados, convenções e quaesquer ajustes internacionaes celebrados pelo Brasil, assim como de todas as leis, decretos e decisões que interessem ao Ministerio, e uma collecção, de facil consulta, de todos elles.

§ 6.º A pesquisa e facilitação de informações e documentos que já estiverem archivados e que forem requisitados no interesse do serviço da Secretaria de Estado.

§ 7.º O fornecimento de certidões extrahidas, mediante despacho do Ministro, dos documentos archivados.

Artigo 28

Incumbe á Bibliotheca:

§ 1.º A guarda, conservação e arranjo dos livros e impressos, a formação do respectivo catalogo e a manutenção em dia de todas as publicações peculiares aos trabalhos da Secretaria, e cuja aquisição ou assignatura haja sido autorizada.

§ 2.º A apresentação ao Ministro, dentro do primeiro trimestre de cada anno, de um relatorio do movimento geral da Bibliotheca durante o anno anterior.

§ 3.º O emprestimo de livros aos funcionarios da Secretaria, mediante requisição escripta e recibo. As obras raras, os volumes de encyclopedias, de dictionarios e de grandes collecções, assim como os jornaes, só poderão ser consultados na sala da Bibliotheca.

§ 4.º A distribuição de impressos e a respectiva correspondencia.

Artigo 29

Incumbe ao Deposito de mappas, cartas topographicas e planos, a cargo do Cartographo:

§ 1.º A conservação dos mappas, planos e plantas origi-

naes das fronteiras reconhecidas e demarcadas, com as assignaturas dos demarcadores.

§ 2.º A guarda dos exemplares de cópias ou reproduções dos originaes de que trata o parographo anterior e de outros quaesquer mappas ou cartas.

§ 3.º As cópias de cartas e mappas que forem necessarias tirar.

§ 4.º O entelamento e concerto daquelles exemplares que disso precisarem.

Artigo 30

A não ser para serviço da Secretaria, nenhum documento manuscripto poderá ser retirado do Archivo, cabendo ao Ministro autorizar ou não a extracção de cópias e certidões.

Artigo 31

Incumbe á Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America:

§ 1.º A correspondencia de character politico com os Agentes brasileiros nos paizes da America e com as missões dessas paizes acreditadas no Brasil.

§ 2.º A negociação de tratados, convenções, accordos, declarações e outros ajustes internacionaes com os Governos americanos quando não versarem especialmente sobre negocios commerciaes e consulares.

§ 3.º A intelligencia e execução de quaesquer dos mencionados actos internacionaes.

§ 4.º As questões de limites e demarcação de fronteiras do Brasil.

§ 5.º Os pedidos de extradição feitos pelo Governo brasileiro aos Governos americanos e vice-versa.

§ 6.º As reclamações do Governo do Brasil aos Governos dos paizes americanos e vice-versa.

§ 7.º O exame e estudo das reclamações, de interesse particular, de cidadãos brasileiros contra os Governos americanos e vice-versa.

§ 8.º A transmissão de cartas rogatorias civeis, commerciaes e criminaes das Justicas brasileiras ás Justicas americanas e vice-versa.

§ 9.º A transmissão directa ao Supremo Tribunal Federal das sentenças dos Tribunaes americanos que transitarem pela via diplomatica.

§ 10.º A revisão e publicação dos relatorios e outros trabalhos dos Agentes Diplomaticos brasileiros na America, sobre assumptos diplomaticos ou de direito internacional.

§ 11. O exame de todos os assumptos referentes ao Direito Politico, ao Direito Publico e Privado Internacional e ao Direito Civil, que disserem respeito aos paizes da America, exceptuadas as questões propriamente economicas.

§ 12. A resenha trimestral dos principaes factos politicos occorridos na America, segundo as informações dos Agentes brasileiros.

§ 13. A extracção de cópias dos documentos da Secção, que devem figurar no Relatorio annual do Ministerio.

§ 14. O fornecimento das certidões autorizadas pelo Ministro dos papeis em andamento na Secção.

Artigo 32

A' Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa, Asia, Africa e Oceania incumbem, com relação a estas partes do mundo e suas possessões, as mesmas attribuições da Secção referente á America, com exclusão das questões de limites.

Artigo 33

Incumbe á Secção dos Negocios Economicos e Consulares da America:

§ 1.º O estudo e o preparo para a negociação e interpretação de tratados e quaesquer ajustes internacionaes relativos aos interesses economicos ou commerciaes do Brasil na America, inclusive os assumptos referentes a correios e telegraphos;

§ 2.º A protecção da navegação e commercio brasileiro na America, a correspondencia com os agentes Diplomaticos e Consulares sobre esses assumptos e o exame das reclamações do commercio ou da industria americana no Brasil.

§ 3.º Toda a correspondencia e estudos que no Ministerio se fizerem acerca da colonização e immigração americana, excluidas as reclamações de caracter politico.

§ 4.º A vigilancia da fiel execução de todos os ajustes internacionaes de caracter economico, em que o Brasil seja parte na America, para a proposta das melhorias ou correções que, em bem do paiz, devem ter, ou da conveniencia da sua denuncia.

§ 5.º As questões ligadas a heranças de brasileiros na America ou de americanos na Republica.

§ 6.º As communicações e providencias sobre assumptos sanitarios internacionaes americanos.

§ 7.º A revisão, publicação e distribuição, pelos interessados, dos relatorios dos Agentes Diplomaticos e Consulares, sobre assumptos economicos ou consulares americanos.

§ 8.º O preparo de cópias e documentos da Secção, necesarios ao Relatorio annual do Ministerio.

§ 9.º O exame e andamento das questões relativas ás attribuições, isenções e privilegios dos Agentes Consulares americanos no Brasil e vice-versa.

§ 10. A expedição das Cartas Patentes, confirmações e beneplacitos consulares na America.

§ 11. A guarda e conservação em boa ordem dos autographos dos Agentes Consulares brasileiros na America.

§ 12. O reconhecimento das firmas dos mesmos Agentes, exaradas em quaesquer documentos officiaes.

§ 13. O exame de todas as questões de character economico e consular, que disserem respeito aos paizes da America.

§ 14. O fornecimento de certidões autorizadas pelo Ministerio, dos papeis em andamento na Secção.

Artigo 34

Incumbem á Secção dos Negocios Economicos e Consulares da Europa, Asia, Africa e Oceania as mesmas attribuições da Secção referente á America nessas partes do mundo e suas possessões.

CAPITULO VIII

Da Portaria

Artigo 35

A Portaria depende do Gabinete do Ministro e compõe-se de um Porteiro, um Ajudante de Porteiro, sete Continuos, dois Correios e os serventes e ordenanças necesarios ao serviço da Secretaria.

Artigo 36

Incumbe ao Porteiro:

§ 1.º Abrir e fechar, nas horas regulamentares, o edificio da Secretaria da Estado e, bem assim, todas as vezes que isso lhe for determinado pelo Chefe do Gabinete do Ministro.

§ 2.º Trazer sob sua guarda e inventario todos os moveis, alfaia e objectos da Secretaria, e, bem assim, de todo o material destinado ao expediente do Ministerio.

§ 3.º Promover a prompta expedição de toda correspondencia que lhe for enviada, assim como de jornaes e revistas, organizando malas especiaes para o exterior, se houver necessidade.

§ 4.º Organizar a folha dos salarios dos serventes e ordenanças, e a das despesas meudas a seu cargo, e apresental-as mensalmente ao exame da Secção de Contabilidade, que, após autorização do Ministro, providenciará para o seu pagamento.

§ 5.º Fixar em cada caso, conforme as necessidades do serviço, as horas de entrada e sahida dos serventes.

§ 6.º Cumprir e fazer cumprir immediatamente as ordens recebidas do Chefe do Gabinete do Ministro, mesmo fóra das horas do expediente ordinario.

§ 7.º Remetter promptamente para o Gabinete do Ministro toda a correspondencia official que for recebida na Portaria. As cartas particulares serão entregues directamente aos destinatarios.

Artigo 37

Fica sob a immediata direcção do Porteiro o pessoal necessario para a conservação dos trens do Ministerio, competindo-lhe fazer as despesas necessarias para isso, depois de autorizadas pelo Ministro.

Artigo 38

São attribuições do Ajudante de Porteiro:

§ 1.º Substituir o Porteiro em seus impedimentos e faltas e auxillial-o quando presente.

§ 2.º Inspeccionar pessoalmente e dirigir os trabalhos de limpeza e conservação do edificio, jardins e moveis da Secretaria de Estado, bem assim o serviço diario de automoveis, carruagens e quaesquer outros vehiculos pertencentes ao Ministerio.

§ 3.º Distribuir, de accordo com o Porteiro, o serviço ordinario e extraordinario dos serventes.

CAPITULO IX

Das nomeações e demissões

Artigo 39

Serão nomeados por Decreto o Sub-Secretario de Estado, os Directores Geraes, os Consultores Juridicos, os Directores de Secção, os Primeiros e Segundos Officiaes, o Bibliothecario e o Porteiro; por acto ou portaria do Ministro todos os demais funcçionarios.

Artigo 40

A nomeação do Sub-Secretario de Estado, Directores Geraes, Consultores Juridicos, Bibliothecario, Cartographo, Calligrapho e Porteiro será de livre escolha do Governo.

Artigo 41

A nomeação dos Directores de Secção, Primeiros e Segundos Officiaes será feita por accesso dos funcionarios de categoria immediatamente inferior na Secretaria, ou correspondente no quadro diplomatico ou consular.

Artigo 42

Essas nomeações serão feitas, para Directores de Secção, por merecimento; para Primeiros Officiaes, 2/3 por merecimento e 1/3 por antiguidade; para Segundos Officiaes metade por merecimento, metade por antiguidade.

Artigo 43

Ninguem poderá ser nomeado para os primeiros postos do Ministerio sem provar que é brasileiro e que tem capacidade physica e bom procedimento. Para os cargos de Terceiro Official, Praticante e Auxiliares do Bibliothecario, só poderá concorrer quem tiver de 18 a 25 annos de idade.

Artigo 44

As materias exigidas em concurso para o cargo de Terceiro Official, são:

Calligraphia e dactylographia;

Lingua portugueza;

Noções de lingua hespanhola e italiana;

Linguas franceza, ingleza e allemã, devendo o candidato fallar e escrever correctamente a primeira, fallar uma das outras duas e traduzir correctamente as tres;

Noções de historia e de geographia geral e especialmente do Brasil;

Arithmetica e suas applicações;

Noções de algebra e geometria;

Noções de Direito Internacional Publico e Privado e de Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Commercial e Industrial brasileiros;

Noções de Economia Politica, com applicação especial aos problemas economicos, industriaes e commerciaes do Brasil;

Noções de estatistica e demographia;

Redacção official, especialmente de notas, despachos e outros documentos diplomaticos;

Noções de etiqueta e cortezia social e diplomatica.

Artigo 45

Para alguém ser nomeado Praticante ou Auxiliar da Bibliotheca deve demonstrar em concurso:

Ser bom dactylographo;

Ter conhecimento perfeito da lingua portugueza e sua redacção e traduzir pelo menos os idiomas francez, inglez e hespanhol;

Conhecer historia geral e geographia, principalmente as do Brasil;

Saber arithmetica e suas applicações;

Ter noções geraes de bibliographia, diplomatica e cartographia.

Artigo 46

Logo que forem publicadas as novas instrucções para os concursos de que fallam os artigos precedentes, ninguem poderá, sem essa formalidade e sem ter cumprido as exigencias da legislação militar, ser nomeado Terceiro Official, Auxiliar do Bibliothecario ou Praticante.

Artigo 47

Nenhum empregado jubilado, reformado ou aposentado poderá ser nomeado para emprego da Secretaria.

Artigo 48

Os funcionarios não serão demittidos emquanto bem servirem e só serão postos em disponibilidade nos casos estabelecidos para os Corpos Diplomatico e Consular, quando por lei fôr dada essa autorização.

Depois de dez annos de serviço effectivo no Ministerio, só poderão ser demittidos, além dos casos em que a lei penal pune com a perda do emprego: a) por abandono do cargo; b) por condemnação, passada em julgado nos tribunaes competentes, a pena maior de dous annos; c) por condemnação, nas mesmas condições, em qualquer dos crimes capitulados nos artigos 115, 118, 119 121, 122, 239 a 250, 277, 278, 330 a 333 e 338 a 340 do Codigo Penal; d) por falta grave verificada em processo administrativo. Esse processo se fará, de accôrdo com as instrucções que se expedirem, perante uma commissão constituida de funcionarios do Ministerio designados pelo Ministro e presidida pelo Sub-Secretario de Estado ou por um Director Geral e com recurso para o Ministro.

Artigo 49

Serão substituidos em seus impedimentos e faltas:

1º — o Sub-Secretario de Estado pelo Director Geral que o Ministro designar;

2º — os Directores Geraes pelo Director de Secção que o Ministro designar, ou, na falta deste, pelo mais antigo da respectiva Directoria;

3º — os Directores de Secção pelos Primeiros Officiaes e, na ausencia destes, pelos Segundos das suas Secções.

4º — o Bibliothecario pelo funcionario que o Ministro designar;

5º — o Porteiro pelo seu Ajudante e, na falta deste, pelo Continuo que o Ministro designar;

6º — o Ajudante de Porteiro pelo Continuo que servir na Portaria.

Artigo 50

Os funcionarios que substituirem os licenciados perceberão apenas, além do seu ordenado, a gratificação e a representação do substituido.

Paragrapho unico. Esta disposição será observada em todos os casos de substituição, de maneira que o substituto, em hypothese alguma, venha a perceber mais do que o substituido.

Artigo 51

O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todo o vencimento deste.

CAPITULO X

Dos vencimentos e dos descontos por faltas

Artigo 52

Competem aos funcionarios da Secretaria de Estado os vencimentos e gratificações fixados nas tabellas annexas a este Regulamento e constantes dos decretos legislativos numero 2.092, de 31 de Agosto de 1910 e n. 2.544, de 4 de Janeiro de 1912 e as representações estabelecidas no decreto numero 1.343 A, de 25 de Maio de 1905.

Artigo 53

O funcionario que deixar o exercicio de seu logar na Secretaria pelo de qualquer commissão alheia ao Ministerio perderá todo o seu vencimento.

Artigo 54

O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total ou desconto em seu vencimento, conforme as regras seguintes:

1.^a O que faltar sem causa justificada e o que se retirar sem autorização do respectivo Director de Secção, antes de findar o expediente, perderá todo o vencimento;

2.^a Perderá sómente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado.

São motivos justificados:

a) molestia do empregado, mulher e filhos e tambem pae e mãe, quando residirem em sua companhia;

b) nojo até dez dias;

c) gala de casamento até quinze dias;

3.^a Serão provadas com attestados de medico as faltas por molestia de empregado e das pessoas de familia acima indicadas, quando essas faltas excederem a tres seguidamente;

4.^a Soffrerá o desconto de metade da gratificação o empregado que comparecer até uma hora depois de encerrado o ponto;

5.^a O desconto por faltas interpoladas será relativo sómente aos dias em que se derem; mas no caso de faltas successivas, se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, se comprehenderem nesse periodo.

6.^a As faltas serão computadas pelo que constar do livro do ponto da Secção da Contabilidade, no qual assignarão seus nomes todos os empregados da Secretaria, excepto o Ministro, o Sub-Secretario de Estado, os Directores Geraes, os Consultores Juridicos, o Introductor Diplomatico, os Directores de Secção, o Bibliothecario, os Officiaes e Auxiliares do Gabinete do Ministro e o Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.

7.^a O ponto será encerrado pelo Sub-Secretario de Estado ou pelo funcionario por elle designado, devendo ahi ser lançadas as necessarias notas.

8.^a A dispensa do ponto dos Directores de Secção não exclue a obrigação, que lhes cabe, de abrirem o serviço da sua Secção, na hora designada para o inicio dos trabalhos.

9.^a Compete ao Ministro de Estado o julgamento sobre a justificação das faltas dos funcionarios da Secretaria.

Artigo 55

Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar á Sêcretaria:

1.^o — por estar enfermo de molestia grave, comprovada por uma commissão medica designada pelo Ministro, dependendo o abono de ordem escripta do Ministro;

2º — por se achar encarregado pelo Ministro de qualquer trabalho ou commissão.

3º — por estar servindo algum cargo gratuito e obrigatorio, em virtude de preceito de lei.

CAPITULO XI

Das licenças

Artigo 56

As licenças concedidas aos funcionarios da Secretaria de Estado em hypothese alguma darão direito á percepção das gratificações de exercicio e assim se deverão regular: quando por molestia comprovada, com o ordenado até seis mezes e com a metade do ordenado por mais seis, em prorrogação; quando por qualquer outro motivo justo e attendivel sem vencimento algum e até um anno.

Artigo 57

Os funcionarios não poderão ter licença com as vantagens de cargos que estiverem occupando interinamente nem com as daquelles para os quaes tenham sido nomeados ou promovidos, quando não tiverem tomado a respectiva posse.

Artigo 58

Nenhum funcionario poderá gosar uma licença desde que esteja esgotado qualquer dos prazos acima, antes de decorrido um anno da ultima que lhe foi concedida.

Artigo 59

Em todas as concessões de licença será declarado o prazo dentro do qual o funcionario deverá entrar no goso della, prazo que não poderá exceder de 60 dias.

Artigo 60

Qualquer pedido de licença dirigido ao Congresso Nacional deverá ser encaminhado pelo Ministerio, mas o Ministro não lhe dará andamento sem que o requerente prove ter já obtido as licenças que elle lhe podia conceder.

Artigo 61

Só o Ministro de Estado é competente para conceder licenças autorizadas neste Regulamento.

CAPITULO XII

Das aposentadorias

Artigo 62

Os funcionarios da Secretaria de Estado só poderão ser aposentados por invalidez e de accordo com o estabelecido nas leis e disposições vigentes.

CAPITULO XIII

Do tempo e modo de serviço e das penas disciplinares

Artigo 63

O expediente ordinario da Secretaria de Estado durará cinco horas diariamente, prorogaveis, geral ou parcialmente, quando preciso, sendo a hora inicial designada pelo Ministro, conforme as estações e as conveniencias do serviço.

Paragrapho unico. Quando fôr indispensavel poderá, porém, o Ministro de Estado prorogar as horas do expediente ordinario da Secretaria, ou de qualquer das suas divisões.

Artigo 64

A distribuição do pessoal da Secretaria de Estado pelas Secções será feita pelo Ministro de Estado.

Artigo 65

Os empregados da Secretaria são sujeitos ás seguintes penas disciplinares, nos casos de negligencia, desobediencia, falta de cumprimento de deveres e falta de comparecimento, sem causa justificada, por oito dias consecutivos, ou por 15 dias interpolados, durante o mesmo mez ou em dous seguidos:

- 1.^a Simples advertencia;
- 2.^a Reprehensão;
- 3.^a Suspensão até dous mezes, com perda de todo o vencimento.

A primeira dessas penas será imposta pelos Directores de Secção, a segunda pelos Directores Geraes ou pelo Sub-Secretario de Estado e a terceira pelo Ministro.

CAPITULO XIV

*Normas e formulas relativas aos actos emanados dos Poderes
Legislativo e Executivo e aos do Ministerio*

Artigo 66

As leis e resoluções adoptadas pelo Congresso Nacional serão publicadas por decreto, assim redigido:

«O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

«Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei ou resolução, seguinte: etc.»

Artigo 67

As leis e resoluções da competencia privativa do Congresso Nacional serão igualmente publicadas sob a seguinte fórmula:

«O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

«Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei ou resolução seguinte: etc.»

Artigo 68

Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-ão as seguintes normas:

1ª, tratando-se de actos de natureza politica ou propostas do Governo Federal, a mensagem do Presidente da Republica será transmittida ao Primeiro Secretario da Camara ou do Senado, com aviso do Ministro;

2ª, no caso em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas pelo Congresso, e dependendo estas do Ministerio, serão transmittidas em aviso e em nome do mesmo Presidente;

3ª, As demais communicações e a remessa de quaesquer impressos ou documentos far-se-ão por aviso ao Primeiro Secretario de qualquer das Camaras.

Artigo 69

Serão numerados os decretos do Poder Executivo, excepto os referentes a nomeações, demissões e aposentadorias dos empregados.

Artigo 70

Os actos do Poder Executivo que devem ter a forma de decretos, numerados ou não, serão expedidos com as assignaturas do Presidente da Republica e do Ministro.

Artigo 71

Os decretos de nomeação, demissão e aposentadoria serão assim redigidos:

«O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: resolve, etc.»

Nos titulos do Ministerio a fórmula será:

«O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica, resolve, etc.»

CAPITULO XV

Disposições Geraes

Artigo 72

As attribuições concedidas neste decreto aos funcionarios da Secretaria não affectam a autoridade do Ministro com relação a quaesquer actos ou resoluções que queira examinar, superintender ou praticar, nem os isentam da obrigação de fazerem outros serviços que lhes forem distribuidos.

Artigo 73

Sempre que fôr conveniente, o Ministro fará baixar instrucções para esclarecimento e completa execução deste Regulamento.

Artigo 74

O Ministro poderá designar, quando julgar conveniente, até tres funcionarios da Secretaria para, de accordo com as instrucções expedidas em cada caso, servirem em paizes estrangeiros durante o prazo maximo de um anno, no posto correspondente ao da sua categoria, com todas as prerogativas e deveres deste. Da mesma forma, e em identicas condições, poderá o Ministro destacar para servirem na Secretaria de Estado funcionarios do Corpo Diplomatico e do Consular.

Artigo 75

O Ministro poderá tambem designar qualquer funcionario para praticar temporariamente em serviços de estatística e outros em repartições dos demais Ministerios, obtida annuencia dos respectivos Ministros.

Artigo 76

Os funcionarios diplomaticos que ficarem addidos á Secretaria, *ex-vi* do art. 9º do decreto n. 1.561 A, de 22 de

Novembro de 1906, ficarão sujeitos inteiramente ao disposto neste Regulamento, sendo-lhes distribuido serviço como aos funcionarios da Secretaria, pelo tempo e na fórma que o Ministro designar, dentro do prazo previsto no mesmo artigo.

Artigo 77

Nas solemnidades e actos officiaes, nas ceremonias, festas e recepções de grande gala no Palacio Presidencial, no Ministerio e nas Legações acreditadas no Brasil, bem como nos actos solemnnes particulares, o Ministro usará o uniforme em uso antes de 15 de Novembro de 1889, com as modificações inherentes á mudança do regimen politico, podendo os funcionarios superiores da Secretaria de Estado usar do uniforme do Corpo Diplomatico, de accôrdo com a tabella e a correspondencia do art. 80.

Os empregados inferiores continuarão a usar o uniforme actualmente estabelecido.

Artigo 78

Para o quadro da Secretaria de Estado poderão ser transferidos, independente de novas provas, funcionarios dos outros quadros do Ministerio, assim como daquelle para estes, tendo-se em vista, tanto quanto possivel, a correspondencia estabelecida no art. 80.

Artigo 79

Nenhum funcionario da Secretaria poderá desempenhar qualquer cargo, industria ou profissão, que, a juizo do Ministro, o prive do exacto cumprimento dos seus deveres, nem exercer qualquer actividade que infrinja as normas estabelecidas no Ministerio.

Artigo 80

Para o disposto nos arts. 74, 77, 78 e 81, fica assim estabelecida a correspondencia dos diversos quadros do Ministerio:

Sub-Secretario de Estado — Embaixador;

Directores Geraes — Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios;

Directores de Secção — Ministro Residente ou Consul Geral de 1ª classe;

1º Official — 1º Secretario de Legação ou Consul Geral de 2ª classe;

2º Official — 2º Secretario de Legação ou Consul;

3º Official — Addido de Legação ou Vice-Consul.

Artigo 81

Essa correspondencia de cargos será sempre observada quando os funcionarios da Secretaria de Estado forem destacados para servir nas Legações ou Consulados ou quando os empregados do Corpo Diplomatico ou Consular vierem servir na Secretaria, quer em virtude de disponibilidade activa, quer a chamado ou por determinação do Ministro.

Artigo 82

Os cargos technicos da Secretaria não terão correspondencia alguma com os cargos diplomaticos.

Artigo 83

Sem prejuizo sensivel para o serviço ordinario, o Ministro de Estado dividirá o pessoal da Secretaria em turmas para o gozo de trinta dias uteis de férias, a começar de 1º de Novembro em diante.

§ 1.º Aos funcionarios que não puderem ou que não quizerem se utilizar das férias na época propria, é permittido gosar-as no anno seguinte, mas sem accumular-as ás do novo anno, respeitados os direitos já adquiridos na data da expedição deste decreto.

§ 2.º E' tambem permittido aos mesmos funcionarios reservar as férias para compensar faltas justificadas que derem durante o anno, declarando previamente essa intenção ao Ministro de Estado para que a faça constar á Secção da Contabilidade.

Artigo 84

Ficam revogadas as disposições do decreto n. 9.363, de 7 de Fevereiro de 1912, e as dos regulamentos anteriores.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1913.

Lauro Müller.

TABELLA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS
2.º Correio.....	Idem.....	1:200\$000	
2 Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Idem.....	2:000\$000	
1 Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.....	Idem.....	1:000\$000	
2 Auxiliares dos Directores Geraes.....	Decreto n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	12:000\$000	
Para o pagamento da gratificação annual extraordinaria que deverá receber um dos Directores Geraes por ter mais de 40 annos de serviços publicos.....	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	6:000\$000	
	Decreto n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	4:800\$000	
Para gratificações additionaes aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs officiaes que tiverem mais de 8 annos de exercicio nesses cargos.....	Idem.....	3:000\$000	
Para duplicata de vencimentos por substituições.....	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	5:000\$000	
		20:000\$000	611:600\$000

TABELLA

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS
Verba 1ª (papel)			
SECRETARIA DE ESTADO			
Pessoal			
Ministro de Estado.....	Ord. Decreto n. 27 II, de 1 de dezembro de 1889.....	24:000\$000	
Sub-Secretario de Estado.....	Rep. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	24:000\$000	
	Ord. Idem.....	16:000\$000	
	Grat. Idem.....	8:000\$000	
	Rep. Idem.....	6:000\$000	
2 Directores Geraes.....	Ord. Decreto n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.....	24:000\$000	
	Grat. Idem.....	12:000\$000	
	Rep. Idem n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	6:000\$000	
1.º Consultor Juridico.....	Grat. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	16:000\$000	
2.º Consultor Juridico.....	Grat. Idem.....	12:000\$000	
7 Directores de Secção.....	Ord. Decreto n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.....	56:000\$000	
	Grat. Idem.....	28:000\$000	
	Rep. Decreto n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	12:600\$000	
0 Primeiros Officiaes.....	Ord. Idem n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.....	64:000\$000	
	Grat. Idem.....	32:000\$000	
0 Segundos Officiaes.....	Ord. Idem.....	48:000\$000	
	Grat. Idem.....	24:000\$000	
2 Terceiros Officiaes.....	Ord. Idem.....	43:200\$000	
	Grat. Idem.....	21:600\$000	
4 Praticantes.....	Ord. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	7:200\$000	
	Grat. Idem.....	3:600\$000	
4 Bibliothecario.....	Ord. Idem.....	6:800\$000	
	Grat. Idem.....	3:400\$000	
3 Auxiliares do Bibliothecario.....	Ord. Idem.....	7:200\$000	
	Grat. Idem.....	3:600\$000	
1 Cartographo.....	Grat. Idem.....	6:000\$000	
1 Calligrapho.....	Grat. Idem.....	3:000\$000	
1 Porteiro.....	Ord. Decreto n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.....	4:000\$000	
	Grat. Idem.....	2:000\$000	
1 Ajudante do Porteiro.....	Ord. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	3:200\$000	
	Grat. Idem.....	1:600\$000	
7 Continuos.....	Ord. Idem.....	16:800\$000	
	Grat. Idem.....	8:400\$000	
1.º Correio.....	Ord. Idem.....	2:400\$000	
	Grat. Idem.....	1:200\$000	
2.º Correio.....	Ord. Idem.....	2:000\$000	
	Grat. Idem.....	1:000\$000	
2 Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. Decreto n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	12:000\$000	
1 Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.....	Grat. Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	6:000\$000	
2 Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. Decreto n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905.....	4:800\$000	
Para o pagamento da gratificação annual extraordinaria que deverá receber um dos Directores Geraes por ter mais de 40 annos de serviços publicos.....	Idem.....	3:000\$000	
Para gratificações addicionaes aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs officiaes que tiverem mais de 8 annos de exercicio nesses cargos.....	Lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912.....	5:000\$000	
Para duplicata de vencimentos por substituições.....		20:000\$000	611:600\$000

DECRETO N. 10.687 — DE 14 DE JANEIRO DE 1914

Crêa um Consulado em Varsovia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Usando da autorisação concedida pelo Art. 3º, da Lei
n. 322, de 8 de Novembro de 1895,

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado em Varsovia,
com jurisdicção em toda a Polonia, no Imperio da Russia.

Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.719 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1914

Promulga as Convenções firmadas pelos Plenipotenciarios do Brasil na Segunda Conferencia da Paz em 1907 na Haya

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
Tendo sancionado pelo Decreto n. 2.395 de 31 de Dezembro de 1910 a Resolução do Congresso Nacional da mesma data, que approva as Convenções firmadas pelos Plenipotenciarios do Brasil na Segunda Conferencia Internacional da Paz na Haya aos dezoito dias do mez de Outubro de mil novecentos e sete, adiante enumeradas: Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, Convenção relativa ao rompimento das hostilidades, Convenção relativa ás leis e usos da guerra terrestre, Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre, Convenção relativa ao regimen dos navios mercantes no começo das hostilidades, Convenção relativa á transformação dos navios mercantes em navios de guerra, Convenção relativa á collocação de minas submarinas automaticas de contacto, Convenção concernente ao bombardeamento por forças navaes em tempo de guerra, Convenção para adaptação dos principios da Convenção de Genebra á guerra maritima, Convenção relativa a certas restricções ao exercicio do direito de captura nas guerras maritimas e Convenção concernente aos direitos e deveres das Potencias neutras em caso de guerra maritima, e havendo sido feito o deposito do respectivo instrumento brasileiro de ratificação na mesma cidade da Haya aos dois dias do mez de Janeiro ultimo;

Decreta que as mesmas Convenções sejam executadas e cumpridas tão inteiramente como nellas se contem.

Rio de Janeiro, 4 de Fevereiro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES RODRIGUES DA FONSECA.

Lauro Müller.

O MARECHAL HERMES RODRIGUES DA FONSECA,
Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes representados na Segunda Conferencia Internacional da Paz da Haya, pelos respectivos Delegados, foram concluidos e assignados, em 18 de Outubro de 1907, os treze ajustes do teor seguinte:

I.

Convention

POUR LE RÈGLEMENT PACIFIQUE DES CONFLITS INTERNATIONAUX.

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Sa Majesté l'Empereur de Chine; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

Animés de la ferme volonté de concourir au maintien de la paix générale;

Résolus à favoriser de tous leurs efforts le règlement amiable des conflits internationaux;

Reconnaissant la solidarité qui unit les membres de la société des nations civilisées;

Voulant étendre l'empire du droit et fortifier le sentiment de la justice internationale;

Convaincus que l'institution permanente d'une juridiction arbitrale accessible à tous, au sein des Puissances indépendantes, peut contribuer efficacement à ce résultat;

Considérant les avantages d'une organisation générale et régulière de la procédure arbitrale;

Estimant avec l'Auguste Initiateur de la Conférence internationale de la Paix qu'il importe de consacrer dans un accord international les principes d'équité et de droit sur lesquels reposent la sécurité des Etats et le bien-être des peuples;

Désireux, dans ce but, de mieux assurer le fonctionnement pratique des Commissions d'enquête et des tribunaux d'arbitrage et de faciliter le recours à la justice arbitrale lorsqu'il s'agit de litiges de nature à comporter une procédure sommaire;

Ont jugé nécessaire de reviser sur certains points et de compléter l'oeuvre de la Première Conférence de la Paix pour le règlement pacifique des conflits internationaux;

Les Hautes Parties contractantes ont résolu de conclure une nouvelle Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne,

Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople ;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire ;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire ;

- Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire ;
- Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye ;
- M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire ;
- M. Georges B. Davis, générale de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire ;
- M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine :

- Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

- Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mère, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
- Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

- Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice ;
- Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

- Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

*Le Président de la République des Etats-Unis
du Brésil:*

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Auguste Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Sa Majesté l'Empereur de Chine:

Son Excellence M. Lou-Tseng-Tsiang, Son ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Tsien-Sun, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

*Le Gouverneur Provisoire de la République de
Cuba:*

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;

Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron D'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes :

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Sattow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., G. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Henrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le Comte Joseph Tornielli Brusati Di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

*Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg,
Duc de Nassau :*

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergenda, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états généraux.

Le Président de la République du Pérou:

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Imperiale le Schah de Perse:

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadig Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

*Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves,
etc.:*

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne;

Son excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

- Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;
Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

- M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Perez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

- Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

- Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhuvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

- Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

- Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du Sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

TITRE I — DU MAINTIEN DE LA PAIX GÉNÉRALE

ARTICLE PREMIER

En vue de prévenir autant que possible le recours à la force dans les rapports entre les Etats, les Puissances contractantes conviennent d'employer tous leurs efforts pour assurer le règlement pacifique des différends internationaux.

TITRE II — DES BONS OFFICES ET DE LA MÉDIATION

ARTICLE 2.

En cas de dissentiment grave ou de conflit, avant d'appeler aux armes, les Puissances contractantes conviennent d'avoir recours, en tant que les circonstances le permettront, aux bons offices ou à la médiation d'une ou de plusieurs Puissances amies.

ARTICLE 3.

Indépendamment de ce recours, les Puissances contractantes jugent utile et désirable qu'une ou plusieurs Puissances étrangères au conflit offrent de leur propre initiative, en tant que les circonstances s'y prêtent, leurs bons offices ou leur médiation aux Etats en conflit.

Le droit d'offrir les bons offices ou la médiation appartient aux Puissances étrangères au conflit même pendant le cours des hostilités.

L'exercice de ce droit ne peut jamais être considéré par l'une ou l'autre des Parties en litige comme un acte peu amical.

ARTICLE 4.

Le rôle du médiateur consiste à concilier les prétentions opposées et à apaiser les ressentiments qui peuvent s'être produits entre les Etats en conflit.

ARTICLE 5.

Les fonctions du médiateur cessent du moment où il est constaté, soit par l'une des Parties en litige, soit par le médiateur lui-même, que les moyens de conciliation proposés par lui ne sont pas acceptés.

ARTICLE 6.

Les bons offices et la médiation, soit sur le recours des Parties en conflit, soit sur l'initiative des Puissances étrangères au conflit, ont exclusivement le caractère de conseil et n'ont jamais force obligatoire.

ARTICLE 7.

L'acceptation de la médiation ne peut avoir pour effet, sauf convention contraire, d'interrompre, de retarder ou d'entraver la mobilisation et autres mesures préparatoires à la guerre.

Si elle intervient après l'ouverture des hostilités, elle n'interrompt pas, sauf convention contraire, les opérations militaires en cours.

ARTICLE 8.

Les Puissances contractantes sont d'accord pour recommander l'application, dans les circonstances qui le permettent, d'une médiation spéciale sous la forme suivante.

En cas de différend grave compromettant la paix, les Etats en conflit choisissent respectivement une Puissance à laquelle ils confient la mission d'entrer en rapport direct avec la Puissance choisie d'autre part, à l'effet de prévenir la rupture des relations pacifiques.

Pendant la durée de ce mandat dont le terme, sauf stipulation contraire, ne peut excéder trente jours, les Etats en litige cessent tout rapport direct au sujet du conflit, lequel est considéré comme déferé exclusivement aux Puissances médiatrices. Celles-ci doivent appliquer tous leurs efforts à régler le différend.

En cas de rupture effective des relations pacifiques, ces Puissances demeurent chargées de la mission commune de profiter de toute occasion pour rétablir la paix.

TITRE III — DES COMMISSIONS INTERNATIONALES D'ENQUÊTE

ARTICLE 9.

Dans les litiges d'ordre international n'engageant ni l'honneur ni des intérêts essentiels et provenant d'une divergence d'appréciation sur des points de fait, les Puissances contractantes jugent utile et désirable que les Parties qui n'auraient pu se mettre d'accord par les voies diplomatiques instituent, en tant que les circonstances le permettront, une Commission internationale d'enquête chargée de faciliter la solution de ces litiges en éclaircissant, par un examen impartial et consciencieux, les questions de fait.

ARTICLE 10.

Les Commissions internationales d'enquête sont constituées par convention spéciale entre les Parties en litige.

La convention d'enquête précise les faits à examiner; elle détermine le mode et le délai de formation de la Commission et l'étendue des pouvoirs des Commissaires.

Elle détermine également, s'il y a lieu, le siège de la Commission et la faculté de se déplacer, la langue dont la Commission fera usage et celles dont l'emploi sera autorisé devant elle, ainsi que la date à laquelle chaque Partie devra déposer son exposé des faits, et généralement toutes les conditions dont les Parties sont convenues.

Si les Parties jugent nécessaire de nommer des assesseurs, la convention d'enquête détermine le mode de leur désignation et l'étendue de leurs pouvoirs.

ARTICLE 11.

Si la convention d'enquête n'a pas désigné le siège de la Commission, celle-ci siégera à La Haye.

Le siège une fois fixé ne peut être changé par la Commission qu'avec l'assentiment des Parties.

Si la convention d'enquête n'a pas déterminé les langues à employer, il en est décidé par la Commission.

ARTICLE 12.

Sauf stipulation contraire, les Commissions d'enquête sont formées de la manière déterminé par les articles 45 et 57 de la présente Convention.

ARTICLE 13.

En cas de décès, de démission ou d'empêchement, pour quelque cause que ce soit, de l'un des Commissaires, ou éventuellement de l'un des assesseurs, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination.

ARTICLE 14.

Les Parties ont le droit de nommer auprès de la Commission d'enquête des agents spéciaux avec la mission de Les représenter et de servir d'intermédiaires entre Elles et la Commission.

Elles sont, en outre, autorisées à charger des conseils ou avocats nommés par elles, d'exposer et de soutenir leurs intérêts devant la Commission.

ARTICLE 15.

Le Bureau international de la Cour permanente d'arbitrage sert de greffe aux Commissions qui siègent à La Haye, et mettra ses locaux et son organisation à la disposition des Puissances contractantes pour le fonctionnement de la Commission d'enquête.

ARTICLE 16

Si la Commission siège ailleurs qu'à La Haye, elle nomme un Secrétaire-Général dont le bureau lui sert de greffe.

Le greffe est chargé, sous l'autorité du Président, de l'organisation matérielle des séances de la Commission, de la rédaction des procès-verbaux et, pendant le temps de l'enquête, de la garde des archives qui seront ensuite versées au Bureau international de la Haye.

ARTICLE 17.

En vue de faciliter l'institution et le fonctionnement des Commissions d'enquête, les Puissances contractantes recommandent les règles suivantes qui seront applicables à la procédure d'enquête en tant que les Parties n'adopteront pas d'autres règles.

ARTICLE 18.

La Commission règlera les détails de procédure non prévus dans la convention spéciale d'enquête ou dans la présente Convention et procédera à toutes les formalités que comporte l'administration des preuves.

ARTICLE 19.

L'enquête a lieu contradictoirement.

Aux dates prévues, chaque Partie communique à la Commission et à l'autre Partie les exposés des faits, s'il y a lieu, et, dans tous les cas, les actes, pièces et documents qu'Elle juge utiles à la découverte de la vérité, ainsi que la liste des témoins et des experts qu'Elle désire faire entendre.

ARTICLE 20.

La Commission a la faculté, avec l'assentiment des Parties, de se transporter momentanément sur les lieux ou elle juge utile de recourir à ce moyen d'information, ou d'y déléguer un ou plusieurs de ses membres. L'autorisation de l'Etat sur le territoire duquel il doit être procédé à cette information devra être obtenue.

ARTICLE 21.

Toutes constatations matérielles, et toutes visites des lieux doivent être faites en présence des agents et conseils des Parties ou eux dûment appelés.

ARTICLE 22.

La Commission a le droit de solliciter de l'une ou l'autre Partie telles explications ou informations qu'elle juge utiles.

ARTICLE 23.

Les Parties s'engagent à fournir à la Commission d'enquête, dans la plus large mesure qu'Elles jugeront possible,

tous les moyens et toutes les facilités nécessaires pour la connaissance complète et l'appréciation exacte des faits en question.

Elles s'engagent à user des moyens dont Elles disposent d'après leur législation intérieure, pour assurer la comparution des témoins ou des experts se trouvant sur leur territoire et cités devant la Commission.

Si ceux-ci ne peuvent comparaître devant la Commission, Elles feront procéder à leur audition devant leurs autorités compétentes.

ARTICLE 24.

Pour toutes les notifications que la Commission aurait à faire sur le territoire d'une tierce Puissance contractante, la Commission s'adressera directement au Gouvernement de cette Puissance. Il en sera de même s'il s'agit de faire procéder sur place à l'établissement de tous moyens de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet seront exécutées suivant les moyens dont la Puissance requise dispose d'après sa législation intérieure. Elles ne peuvent être refusées que si cette Puissance les juge de nature à porter atteinte à Sa souveraineté ou à Sa sécurité.

La Commission aura aussi toujours la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle elle a son siège.

ARTICLE 25.

Les témoins et les experts sont appelés à la requête des Parties ou d'office par la Commission, et, dans tous les cas, par l'intermédiaire du Gouvernement de l'Etat sur le territoire duquel ils se trouvent.

Les témoins sont entendus, successivement et séparément, en présence des agents et des conseils et dans un ordre à fixer par la Commission.

ARTICLE 26.

L'interrogatoire des témoins est conduit par le Président.

Les membres de la Commission peuvent néanmoins poser à chaque témoin les questions qu'ils croient convenables pour éclaircir ou compléter sa déposition, ou pour se renseigner sur tout ce qui concerne le témoin dans les limites nécessaires à la manifestation de la vérité.

Les agents et les conseils des Parties ne peuvent interrompre le témoin dans sa déposition, ni lui faire aucune interpellation directe, mais peuvent demander au Président de poser au témoin telles questions complémentaires qu'ils jugent utiles.

ARTICLE 27.

Le témoin doit déposer sans qu'il lui soit permis de lire aucun projet écrit. Toutefois, il peut être autorisé par le Président à s'aider de notes ou documents si la nature des faits rapportés en nécessite l'emploi.

ARTICLE 28.

Procès-verbal de la déposition du témoin est dressé séance tenante et lecture en est donnée au témoin. Le témoin peut y faire tels changements et additions que bon lui semble et qui seront consignés à la suite de sa déposition.

Lecture faite au témoin de l'ensemble de sa déposition, le témoin est requis de signer.

ARTICLE 29.

Les agents sont autorisés, au cours ou à la fin de l'enquête, à présenter par écrit à la Commission et à l'autre Partie tels dires, réquisitions ou résumés de fait, qu'ils jugent utiles à la découverte de la vérité.

ARTICLE 30.

Les délibérations de la Commission ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité des membres de la Commission.

Le refus d'un membre de prendre part au vote doit être constaté dans le procès-verbal.

ARTICLE 31.

Les séances de la Commission ne sont publiques et les procès-verbaux et documents de l'enquête ne sont rendus publics qu'en vertu d'une décision de la Commission, prise avec l'assentiment des Parties.

ARTICLE 32.

Les Parties ayant présenté tous les éclaircissements et preuves, tous les témoins ayant été entendus, le Président prononce la clôture de l'enquête et la Commission s'ajourne pour délibérer et rédiger son rapport.

ARTICLE 33.

Le rapport est signé par tous les membres de la Commission.

Si un des membres refuse de signer, mention en est faite; le rapport reste néanmoins valable.

ARTICLE 34.

Le rapport de la Commission est lu en séance publique, les agents et les conseils des Parties présents ou dûment appelés.

Un exemplaire du rapport est remis à chaque Partie.

ARTICLE 35.

Le rapport de la Commission, limité à la constatation des faits, n'a nullement le caractère d'une sentence arbitrale. Il laisse aux Parties une entière liberté pour la suite à donner à cette constatation.

ARTICLE 36.

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais de la Commission.

TITRE IV — DE L'ARBITRAGE INTERNATIONAL

Chapitre I — De la Justice arbitrale

ARTICLE 37.

L'arbitrage international a pour objet le règlement de litiges entre les Etats par des juges de leur choix et sur la base du respect du droit.

Le recours à l'arbitrage implique l'engagement de se soumettre de bonne foi à la sentence.

ARTICLE 38

Dans les questions d'ordre juridique, et en premier lieu, dans les questions d'interprétation ou d'application des Conventions internationales, l'arbitrage est reconnu par les Puissances contractantes comme le moyen le plus efficace et en même temps le plus équitable de régler les litiges qui n'ont pas été résolus par les voies diplomatiques.

En conséquence, il serait désirable que, dans les litiges sur les questions susmentionnées, les Puissances contractantes eussent, le cas échéant, recours à l'arbitrage, en tant que les circonstances le permettraient.

ARTICLE 39

La convention d'arbitrage est conclue pour des contestations déjà nées ou pour des contestations éventuelles.

Elle peut concerner tout litige ou seulement les litiges d'une catégorie déterminée.

ARTICLE 40

Indépendamment des Traités généraux ou particuliers qui stipulent actuellement l'obligation du recours à l'arbitrage pour les Puissances contractantes, ces Puissances se réservent de conclure des accords nouveaux, généraux ou particuliers, en vue d'étendre l'arbitrage obligatoire à tous les cas qu'Elles jugeront possible de lui soumettre.

Chapitre II — De la Cour permanente d'arbitrage

ARTICLE 41

Dans le but de faciliter le recours immédiat à l'arbitrage pour les différends internationaux qui n'ont pu être réglés par la voie diplomatique, les Puissances contractantes s'engagent à maintenir, telle qu'elle a été établie par la Première Conférence de la Paix, la Cour permanente d'arbitrage, accessible en tout temps et fonctionnant, sauf stipulation contraire des Parties, conformément aux règles de procédure insérées dans la présente Convention.

ARTICLE 42

La Cour permanente est compétente pour tous les cas d'arbitrage, à moins qu'il n'y ait entente entre les Parties pour l'établissement d'une juridiction spéciale.

ARTICLE 43

La Cour permanente a son siège à La Haye.

Un Bureau International sert de greffe à la Cour; il est l'intermédiaire des communications relatives aux réunions de celle-ci; il a la garde des archives et la gestion de toutes les affaires administratives.

Les Puissances contractantes s'engagent à communiquer au Bureau, aussitôt que possible, une copie certifiée, conforme de toute stipulation d'arbitrage intervenue entre Elles et de toute sentence arbitrale Les concernant et rendue par des juridictions spéciales.

Elles s'engagent à communiquer de même au Bureau les lois, règlements et documents constant éventuellement l'exécution des sentences rendues par la Cour.

ARTICLE 44

Chaque Puissance contractante désigne quatre personnes au plus, d'une compétence reconnue dans les questions de droit international, jouissant de la plus haute considération morale et disposées à accepter les fonctions d'arbitre.

Les personnes ainsi désignées sont inscrites, au titre de Membres de la Cour, sur une liste qui sera notifiée à toutes les Puissances contractantes par les soins du Bureau.

Toute modification à la liste des arbitres est portée, par les soins du Bureau, à la connaissance des Puissances contractantes.

Deux ou plusieurs Puissances peuvent s'entendre pour la désignation en commun d'un ou de plusieurs Membres.

La même personne peut être désignée par des Puissances différentes.

Les Membres de la Cour sont nommés pour un terme de six ans. Leur mandat peut être renouvelé.

En cas de décès ou de retraite d'un Membre de la Cour, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination, et pour une nouvelle période de six ans.

ARTICLE 45

Lorsque les Puissances contractantes veulent s'adresser à la Cour permanente pour le règlement d'un différend survenu entre Elles, le choix des arbitres appelés à former le Tribunal compétent pour statuer sur ce différend, doit être fait dans la liste générale des Membres de la Cour.

A défaut de constitution du Tribunal arbitral par l'accord des Parties, il est procédé de la manière suivant :

Chaque Partie nomme deux arbitres, dont un seulement peut être son national ou choisi parmi ceux qui ont été désignés par Elle comme Membres de la Cour permanente. Ces arbitres choisissent ensemble un surarbitre.

En cas de partage des voix, le choix du surarbitre est confié à une Puissance tierce, désignée de commun accord par les Parties.

Si l'accord ne s'établit pas à ce sujet, chaque Partie désigne une Puissance différente et le choix du surarbitre est fait de concert par les Puissances ainsi désignées.

Si, dans un délai de deux mois, ces deux Puissances n'ont pu tomber d'accord, chacune d'Elles présente deux candidats pris sur la liste des Membres de la Cour permanente, en dehors des Membres désignés par les Parties et n'étant les nationaux d'aucune d'Elles. Le sort détermine lequel des candidats ainsi présentés sera le surarbitre.

ARTICLE 46

Dès que le Tribunal est composé, les Parties notifient au Bureau leur décision de s'adresser à la Cour, le texte de leur compromis, et les noms des arbitres.

Le Bureau communique sans délai à chaque arbitre le compromis et les noms des autres Membres du Tribunal.

Le Tribunal se réunit à la date fixée par les Parties. Le Bureau pourvoit à son installation.

Les Membres du Tribunal, dans l'exercice de leurs fonctions et en dehors de leur pays, jouissent des privilèges et immunités diplomatiques.

ARTICLE 47

Le Bureau est autorisé à mettre ses locaux et son organisation à la disposition des Puissances contractantes pour le fonctionnement de toute juridiction spéciale d'arbitrage.

La juridiction de la Cour permanent peut être étendue, dans les conditions prescrites par les règlements, aux litiges existant entre des Puissances non contractantes ou entre des Puissances contractantes et des Puissances non contractantes, si les Parties sont convenues de recourir à cette juridiction.

ARTICLE 48

Les Puissances contractantes considèrent comme un devoir, dans le cas où un conflit aigu menacerait d'éclater entre deux ou plusieurs d'entre Elles, de rappeler à celles-ci que la Cour permanent leur est ouvert.

En conséquence, Elles déclarent que le fait de rappeler aux Parties en conflit les dispositions de la présente Conven-

tion, et le conseil donné, dans l'intérêt supérieur de la paix, de s'adresser à la Cour permanente, ne peuvent être considérés que comme actes de bons offices.

En cas de conflit entre deux Puissances, l'une d'Elles pourra toujours adresser entre au Bureau International une note contenant sa déclaration qu'Elle serait disposée à soumettre le différend à un arbitrage.

Le Bureau devra porter aussitôt la déclaration à la connaissance de l'autre Puissance.

ARTICLE 49

Le Conseil administratif permanent, composé des Représentants diplomatiques des Puissances contractantes accrédités à La Haye et du Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas, qui remplit les fonctions de Président, a la direction et le contrôle du Bureau International.

Le Conseil arrête son règlement d'ordre ainsi que tous autres règlements nécessaires.

Il décide toutes les questions administratives qui pourraient surgir touchant le fonctionnement de la Cour.

Il a tout pouvoir quant à la nomination, la suspension ou la révocation des fonctionnaires et employés du Bureau.

Il fixe les traitements et salaires, et contrôle la dépense générale.

La présence de neuf membres dans les réunions dûment convoquées suffit pour permettre au Conseil de délibérer valablement. Les décisions sont prises à la majorité des voix.

Le Conseil communique sans délai aux Puissances contractantes les règlements adoptés par lui. Il leur présente chaque année un rapport sur les travaux de la Cour, sur le fonctionnement des services administratifs et sur les dépenses. Le rapport contient également un résumé du contenu essentiel des documents communiqués au Bureau par les Puissances en vertu de l'article 43 alinéas 3 et 4.

ARTICLE 50

Les frais du Bureau seront supportés par les Puissances contractantes dans la proportion établie pour le Bureau international de l'Union postale universelle.

Les frais à la charge des Puissances adhérentes seront comptés à partir du jour où leur adhésion produit ses effets.

Chapitre III — De la Procédure arbitrale

ARTICLE 51

En vue de favoriser le développement de l'arbitrage, les Puissances contractantes ont arrêté les règles suivantes qui sont applicables à la procédure arbitrale, en tant que les Parties ne sont pas convenues d'autres règles.

ARTICLE 52

Les Puissances que recourent à l'arbitrage signent un compromis dans lequel sont déterminés l'objet du litige, délai de nomination des arbitres, la forme, l'ordre et les délais dans lesquels la communication visée par l'article 63 devra être faite, et le montant de la somme que chaque Partie aura à déposer à titre d'avance pour les frais.

Le compromis détermine également, s'il y a lieu, le mode de nomination des arbitres, tous pouvoirs spéciaux éventuels du Tribunal, son siège, la langue dont il fera usage et celles dont l'emploi sera autorisé devant lui, et généralement toutes les conditions dont les Parties sont convenues.

ARTICLE 53

La Cour permanente est compétente pour l'établissement du compromis, si les Parties sont d'accord pour s'en remettre à elle.

Elle est également compétente, même si la demande est faite seulement par l'une des Parties, après qu'un accord par la voie diplomatique a été vainement essayé, quand il s'agit :

1°. d'un différend rentrant dans un Traité d'arbitrage général conclu ou renouvelé après la mise en vigueur de cette Convention et qui prévoit pour chaque différend un compromis et n'exclut pour l'établissement de ce dernier ni explicitement ni implicitement la compétence de la Cour. Toutefois le recours à la Cour n'a pas lieu si l'autre Partie déclare qu'à son avis le différend n'appartient pas à la catégorie des différends à soumettre à un arbitrage obligatoire, à moins que le Traité d'arbitrage ne confère au Tribunal arbitral le pouvoir de décider cette question préalable;

2°. d'un différend provenant de dettes contractuelles réclamées à une Puissance par une autre Puissance comme dues à ses nationaux, et pour la solution duquel l'offre d'arbitrage

a été acceptée. Cette disposition n'est pas applicable si l'acceptation a été subordonnée à la condition que le compromis soit établi selon un autre mode.

ARTICLE 54.

Dans les cas prévus par l'article précédent, le compromis sera établi par une commission composée de cinq membres désignés de la manière prévue à l'article 45 alinéas 3 à 6.

Le cinquième membre est de droit Président de la commission.

ARTICLE 55.

Les fonctions arbitrales peuvent être conférées à un arbitre unique ou à plusieurs arbitres désignés par les Parties à leur gré, ou choisis par Elles parmi les Membres de la Cour permanente d'arbitrage établie par la présente Convention.

A défaut de constitution du Tribunal par l'accord des Parties, il est procédé de la manière indiquée à l'article 45 alinéas 3 à 6.

ARTICLE 56.

Lorsqu'un Souverain ou un Chef d'Etat est choisi pour arbitre, la procédure arbitrale est réglée par Lui.

ARTICLE 57.

Le surarbitre est de droit Président du Tribunal.

Lorsque le Tribunal ne comprend pas de surarbitre, il nomme lui-même son Président.

ARTICLE 58.

En cas d'établissement du compromis par une commission, telle qu'elle est visée à l'article 54, et sauf stipulation contraire, la commission elle-même formera le Tribunal d'arbitrage.

ARTICLE 59.

En cas de décès, de démission ou d'empêchement, pour quelque cause que ce soit, de l'un des arbitres, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination.

ARTICLE 60.

A défaut de désignation par les Parties, le Tribunal siège à La Haye.

Le Tribunal ne peut siéger sur le territoire d'une tierce Puissance qu'avec l'assentiment de celle-ci.

Le siège une fois fixé ne peut être changé par le Tribunal qu'avec l'assentiment des Parties.

ARTICLE 61.

Si le compromis n'a pas déterminé les langues à employer, il en est décidé par le Tribunal.

ARTICLE 62.

Les Parties ont le droit de nommer auprès du Tribunal des agents spéciaux, avec la mission de servir d'intermédiaires entre Elles et le Tribunal.

Elles sont en outre autorisées à charger de la défense de leurs droits et intérêts devant le Tribunal des conseils ou avocats nommés par Elles à cet effet.

Les membres de la Cour permanente ne peuvent exercer les fonctions d'agents, conseils ou avocats, qu'en faveur de la Puissance qui les a nommés Membres de la Cour.

ARTICLE 63

La procédure arbitrale comprend en règle générale deux phases distinctes: l'instruction écrite et les débats.

L'instruction écrite consiste dans la communication faite par les agents respectifs, aux membres du Tribunal et à la Partie adverse, des mémoires, des contre-mémoires et, au besoin, des répliques; les Parties y joignent toutes pièces et documents invoqués dans la cause. Cette communication aura lieu, directement ou par l'intermédiaire du Bureau International, dans l'ordre et dans les délais déterminés par le compromis.

Les délais fixés par le compromis pourront être prolongés de commun accord par les Parties, ou par le Tribunal quand il le juge nécessaire pour arriver à une décision juste.

Les débats consistent dans le développement oral des moyens des Parties devant le Tribunal.

ARTICLE 64.

Toute pièce produite par l'une des Parties doit être communiquée, en copie certifiée conforme, à l'autre Partie.

ARTICLE 65

A moins de circonstances spéciales, le Tribunal ne se réunit qu'après la clôture de l'instruction.

ARTICLE 66

Les débats sont dirigés par le Président.

Ils ne sont publics qu'en vertu d'une décision du Tribunal, prise avec l'assentiment des Parties.

Ils sont consignées dans les procès-verbaux rédigés par des secrétaires que nomme le Président. Ces procès-verbaux sont signés par le Président et par un des secrétaires; ils ont seuls caractère authentique.

ARTICLE 67

L'instruction étant close, le Tribunal a le droit d'écarter du débat tous actes ou documents nouveaux qu'une des Parties voudrait lui soumettre sans le consentement de l'autre.

ARTICLE 68

Le Tribunal demeure libre de prendre en considération les actes ou documents nouveaux sur lesquels les agents ou conseils des Parties appelleraient son attention.

En ces cas, le Tribunal a le droit de requérir la production de ces actes ou documents, sauf l'obligation d'en donner connaissance à la Partie adverse.

ARTICLE 69

Le Tribunal peut, en outre, requérir des agents des Parties la production de tous actes et demander toutes explications nécessaires. En cas de refus, le Tribunal en prend acte.

ARTICLE 70

Les agents et les conseils des Parties sont autorisés à présenter oralement au Tribunal tous les moyens qu'ils jugent utiles à la défense de leur cause.

ARTICLE 71.

Ils ont le droit de soulever des exceptions et des incidents. Les décisions du Tribunal sur ces points sont définitives et ne peuvent donner lieu à aucune discussion ultérieure.

ARTICLE 72.

Les membres du Tribunal ont le droit de poser des questions aux agents et aux conseils des Parties et de leur demander des éclaircissements sur les points douteux.

Ni les questions posées, ni les observations faites par les membres du Tribunal pendant le cours des débats ne peuvent être regardées comme l'expression des opinions du Tribunal en général ou de ses membres en particulier.

ARTICLE 73.

Le Tribunal est autorisé à déterminer sa compétence en interprétant le compromis ainsi que les autres actes et documents qui peuvent être invoqués dans la matière, et en appliquant les principes du droit.

ARTICLE 74.

Le Tribunal a le droit de rendre des ordonnances de procédure pour la direction du procès, de déterminer les formes, l'ordre et les délais dans lesquels chaque Partie devra prendre ses conclusions finales, et de procéder à toutes les formalités que comporte l'administration des preuves.

ARTICLE 75.

Les Parties s'engagent à fournir au Tribunal, dans la plus large mesure qu'Elles jugeront possible, tous les moyens nécessaires pour la décision du litige.

ARTICLE 76.

Pour toutes les notifications que le Tribunal aurait à faire sur le territoire d'une tierce Puissance contractante, le Tribunal s'adressera directement au Gouvernement de cette Puissance. Il en sera de même s'il s'agit de faire procéder sur place à l'établissement de tous moyens de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet seront exécutées suivant les moyens dont la Puissance requise dispose d'après sa législation intérieure. Elles ne peuvent être refusées que si cette Puissance les juge de nature à porter atteinte à sa souveraineté ou à sa sécurité.

Le Tribunal aura aussi toujours la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle il a son siège.

ARTICLE 77.

Les agents et les conseils des Parties ayant présenté tous les éclaircissements et preuves à l'appui de leur cause, le Président prononce la clôture des débats.

ARTICLE 78.

Les délibérations du Tribunal ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité de ses membres.

ARTICLE 79.

La sentence arbitrale est motivée. Elle mentionne les noms des arbitres; elle est signée par le Président et par le greffier ou le secrétaire faisant fonctions de greffier.

ARTICLE 80.

La sentence est lue en séance publique, les agents et les conseils des Parties présents ou dûment appelés.

ARTICLE 81.

La sentence, dûment prononcée et notifiée aux agents des Parties, décide définitivement et sans appel la contestation.

ARTICLE 82.

Tout différend qui pourrait surgir entre les Parties, concernant l'interprétation et l'exécution de la sentence, sera, sauf stipulation contraire, soumis au jugement du Tribunal qui l'a rendue

ARTICLE 83.

Les Parties peuvent se réserver dans les compromis de demander la révision de la sentence arbitrale.

Dans ce cas, et sauf stipulation contraire, la demande doit être adressée au Tribunal qui a rendu la sentence. Elle ne peut être motivée par la découverte d'un fait nouveau qui eût été de nature à exercer une influence décisive sur la sentence et qui, lors de la clôture des débats, était inconnu du Tribunal lui-même et de la Partie qui a demandé la révision.

La procédure de révision ne peut être ouverte que par une décision du Tribunal constatant expressément l'existence du

fait nouveau, lui reconnaissant les caractères prévus par le paragraphe précédent et déclarant à ce titre la demande recevable.

Le compromis détermine le délai dans lequel la demande de révision doit être formée.

ARTICLE 84.

La sentence arbitrale n'est obligatoire que pour les Parties en litige.

Lorsqu'il s'agit de l'interprétation d'une Convention à laquelle ont participé d'autres Puissances que les Parties en litige, celles-ci avertissent en temps utile toutes les Puissances signataires. Chacune de ces Puissances a le droit d'intervenir au procès. Si une ou plusieurs d'entre Elles ont profité de cette faculté, l'interprétation contenue dans la sentence est également obligatoire à leur égard.

ARTICLE 85.

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais du Tribunal.

Chapitre IV — De la procédure sommaire d'arbitrage

ARTICLE 86.

En vue de faciliter le fonctionnement de la justice arbitrale, lorsqu'il s'agit de litiges de nature à comporter une procédure sommaire, les Puissances contractantes arrêtent les règles ci-après qui seront suivies en l'absence de stipulations différentes, et sous réserve, le cas échéant, de l'application des dispositions du Chapitre III qui ne seraient pas contraires.

ARTICLE 87.

Chacune des Parties en litige nomme un arbitre. Les deux arbitres ainsi désignés choisissent un surarbitre. S'ils ne tombent par d'accord à ce sujet, chacun présente deux candidats pris sur la liste générale des Membres de la Cour permanente en dehors des Membres indiqués par chacune des Parties Elles-mêmes et n'étant pas nationaux d'aucune d'Elles; le sort détermine lequel des candidats ainsi présentés sera le surarbitre.

Le surarbitre préside le Tribunal, qui rend ses décisions à la majorité des voix.

ARTICLE 88.

A défaut d'accord préalable, le Tribunal fixe, dès qu'il est constitué, le délai dans lequel les deux Parties devront lui soumettre leurs mémoires respectifs.

ARTICLE 89

Chaque Partie est représentée devant le Tribunal par un agent qui sert d'intermédiaire entre le Tribunal et le Gouvernement qui l'a désigné.

ARTICLE 90

La procédure a lieu exclusivement par écrit. Toutefois, chaque Partie a le droit de demander la comparution de témoins et d'experts. Le Tribunal a, de son côté, la faculté de demander des explications orales aux agents des deux Parties, ainsi qu'aux experts et aux témoins dont il juge la comparaison utile.

TITRE V — DISPOSITIONS FINALES

ARTICLE 91

La présente Convention dûment ratifiée remplacera, dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux du 29 juillet 1899.

ARTICLE 92

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances que y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique, aux Puissances con-

viées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 93

Les Puissances non signataires qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix pourront adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion, qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 94

Les conditions auxquelles les Puissances qui n'ont pas été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix pourront adhérer à la présente Convention formeront l'objet d'une entente ultérieure entre les Puissances contractantes.

ARTICLE 95

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 96.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 97.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 92, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 93, alinéa 2) ou de dénonciation (article 96, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cents sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies certifiées conformes seront remises par la voie diplomatique aux Puissances contractantes.

1. *Pour l'Allemagne.* { MARSCHALL.
KRIEGE.

2. *Pour les Etats Unis d'Amérique.* { JOSEPH H. CHOATE....
HORACE PORTER.....
U. M. ROSE.....
DAVID JAYNE HILL.....
C. S. SPERRY.....
WILLIAM I. BUCHANAN. } Sous réserve de la Déclaration faite dans la séance plénière de la Conférence du 16 octobre 1907.

3. *Pour l'Argentine.* { ROQUE SAENZ PEÑA.
LUIZ M. DRAGO.
C. RÚEZ LARRETA.

4. *Pour l'Autriche-Hongrie.* { MÉREY.
BON. MACCHIO.

5. *Pour la Belgique.* { A. BEERNAERT.
J. VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME.

6. *Pour la Bolivie.* CLAUDIO PINILLA.

7. *Pour le Brésil.* { RUY BARBOSA..... } Avec réserves sur l'article 53, alinéas 2, 3 et 4.

8. *Pour la Bulgarie.* } Général-Major VINAROFF.
 } IV. KARANDJOULOFF.
9. *Pour le Chili....* } DOMINGO GANA..... } Sous la réserve de la
 } AUGUSTO MATTE..... } déclaration formu-
 } CARLOS CONCHA..... } lée à propos de l'ar-
 } } ticle 39 dans la sé-
 } } tième séance du 7
 } } octobre de la pre-
 } } mière Commission.
10. *Pour la Chine....* } LOUTSENGTSIANG.
 } TSIENSUN.
11. *Pour la Colombie.* } JORGE HOLGUIN.
 } S. PEREZ TRIANA.
 } M. VARGAS.
12. *Pour la Républi-* } ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
 que de Cuba.... } GONZALA DE QUESADA.
 } MANOEL SANGUILY.
13. *Pour le Danemark* C. BRUN.
14. *Pour la Républi-* } DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
 que Dominicaine } APOLINAR TEJERA.
15. *Pour l'Equateur..* } VICTOR M. RENDON.
 } E. DORN Y DE ALSUA.
16. *Pour l'Espagne..* } W. R. DE VILLA URRUTIA.
 } JOSÉ DE LA RICA Y CALVO.
 } GABRIEL MAURA.
17. *Pour la France..* } LÉON BOURGEOIS.
 } D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
 } L. RENAULT.
 } MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-* } EDW. FRY.
 Bretagne..... } ERNEST SATOW.
 } REAY.
 } HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce...* } CLEON RIZO RANGABÉ . } Avec la réserve de
 } GEORGES STREIT..... } l'alinéa 2 de l'arti-
 } } cle 53.
20. *Pour le Guatémala* JOSÉ TIBLE MACHADO.
21. *Pour le Haïti....* } DALBÉMAR JN. JOSEPH.
 } J. N. LÉGER.
 } PIERRE HUDICOURT.
22. *Pour l'Italie.....* } POMPIJ.
 } G. FUSINATO.

- | | | |
|----------------------------------|---|---|
| 23. Pour le Japon.... | AIMARO SATO..... | } Avec réserve des ali-
néas 3 et 4 de l'ar-
ticle 48, de l'alinéa
2 de l'article 53 et
de l'article 54. |
| 24. Pour le Luxem-
bourg..... | EYSCHEN.
CTE. DE VILLERS. | |
| 25. Pour le Mexique.. | G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA. | |
| 26. Pour le Monté-
négro..... | NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW. | |
| 27. Pour la Nicaragua | | |
| 28. Pour le Noruège.. | F. HAGERUP. | |
| 29. Pour le Panama.. | B. PORRAS. | |
| 30. Pour le Paraguay | J. DU MONCEAU. | |
| 31. Pour le Pays-Bas | W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. A. LOEFF. | |
| 32. Pour le Pérou.... | C. G. CANDAMO. | |
| 33. Pour la Perse.... | MOMTAZOS-SALTANEA M. SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN. | |
| 34. Pour le Portugal. | MARQUIS DE SOVERAL.
CONDE DE SÉLIR.
ALBERTO D'OLIVEIRA. | |
| 35. Pour la Roumanie | EDG. MAVROCORDATO.. | } Avec les mêmes réserves
formulées par
les Plénipotentiaires
Roumains à la
signature de la Con-
vention pour le Rè-
glement pacifique
des conflits interna-
tionaux du 29 juil-
let 1899. |
| 36. Pour la Russie... | NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW. | |
| 37. Pour le Salvador. | P. J. MATHEU.
S. PEREZ TRIANA. | |

- | | | | |
|-------------------------------|---|----------------------------------|--|
| 38. <i>Pour le Serbie...</i> | { | S. GROÏTCH. | |
| | | M. G. MILOVANOVITCH. | |
| | | M. G. MILITCHEVITCH. | |
| 39. <i>Pour le Siam.....</i> | { | MOM ^{CH} CHATIDEJ UDOM. | |
| | | C. CORRAGONI D'ORELLI. | |
| | | LUANG BHÜVANARTH NARÜBAL. | |
| 40. <i>Pour la Suède....</i> | | JOH. HELLNER. | |
| 41. <i>Pour la Suisse...</i> | { | CARLIN..... | { Sous réserve de l'article 53, chiffre 2°. |
| | | | |
| 42. <i>Pour la Turquie.</i> | { | TURKHAN..... | { Sous réserve des déclarations portées au procès-verbal de la 9 ^e séance plénière de la Conférence du 16 octobre 1907. |
| | | | |
| 43. <i>Pour l'Uruguay..</i> | | JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ. | |
| 44. <i>Pour la Vénézuéla.</i> | | J. GIL FORTOUL. | |

III

Convention

RELATIVE À L'OUVERTURE DES HOSTILITÉS

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la Ré-

publique du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Imperiale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi le Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

Considérant que, pour la sécurité des relations pacifiques, il importe que les hostilités ne commencent pas sans un avertissement préalable;

Qu'il importe, de même, que l'état de guerre soit notifié sans retard aux Puissances neutres;

Désirant conclure une Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mére, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice ;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et ministre plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Urban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite ;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;

Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;

M. le comte Villiers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;
- Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
- Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
- M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

- Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

- Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

- Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
- Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

- Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgard Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général président du conseil d'état;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhūvanarth Narūbal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Compenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemmed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE PREMIER

Les Puissances contractantes reconnaissent que les hostilités entre elles ne doivent pas commencer sans un avertissement préalable et non équivoque, qui aura, soit la forme d'une déclaration de guerre motivée, soit celle d'un «ultimatum» avec déclaration de guerre conditionnelle.

ARTICLE 2.

L'état de guerre devra être notifié sans retard aux Puissances neutres et ne produira effet à leur égard qu'après réception d'une notification qui pourra être faite même par voie télégraphique. Toutefois les Puissances neutres ne pourraient invoquer l'absence de notification, s'il était établi d'une

manière non douteuse qu'en fait elles connaissaient l'état de guerre.

ARTICLE 3.

L'article 1 de la présente Convention produira effet en cas de guerre entre deux ou plusieurs des Puissances contractantes.

L'article 2 est obligatoire dans les rapports entre un belligérant contractant et les Puissances neutres également contractantes.

ARTICLE 4.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 5.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention. La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification, ainsi que l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 6.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 7.

S'il arrivait qu'une des Hautes Parties contractantes vint dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 8

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 4, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 5, alinéa 2) ou de dénonciation (article 7, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies certifiées conformes seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne ^{MARSCHALL.}
KRIEGE.

- | | | |
|---|---|-----------------------------|
| | { | JOSEPH H. CHOATE. |
| | { | HORACE PORTER. |
| 2. <i>Pour les Etats-Unis d'Amérique</i> | { | U. M. ROSE. |
| | { | DAVID JAYNE HILL. |
| | { | C. S. SPERRY. |
| | { | WILLIAM I. BUCHANAN. |
| 3. <i>Pour l'Argentine</i> | { | ROQUE SAENZ PEÑA. |
| | { | LUIZ M. DRAGO. |
| | { | G. RÚEZ LARRETA. |
| 4. <i>Pour l'Autriche-Hongrie.</i> | { | MÉREY. |
| | { | BON. MACCHIO. |
| | { | A. BEERNAERT. |
| 5. <i>Pour la Belgique</i> | { | J. VAN DEN HEUVEL. |
| | { | GUILLAUME. |
| 6. <i>Pour la Bolivie..</i> | { | CLAUDIO PINILLA. |
| 7. <i>Pour le Brésil..</i> | { | RUZ BARBOSA. |
| | { | E. LISBÔA. |
| 8. <i>Pour la Bulgarie</i> | { | Général-major VINAROFF. |
| | { | IV. KARANJOULOFF. |
| | { | DOMINGO GANA. |
| 9. <i>Pour le Chili....</i> | { | AUGUSTO MATTE. |
| | { | CARLOS CONCHA. |
| 10. <i>Pour la Chine...</i> | | |
| | { | JORGE HOLGUIN. |
| 11. <i>Pour la Colombie</i> | { | S. PÉREZ TRIANA. |
| | { | M. VARGAS. |
| | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE. |
| 12. <i>Pour la République de Cuba....</i> | { | GONZALO DE QUESADA. |
| | { | MANUEL SANGUILY. |
| 13. <i>Pour le Danemark</i> | | C. BRUN. |
| 14. <i>Pour la République Dominicaine</i> | { | DR. ENRIQUEZ Y CARVAJAL. |
| | { | APOLINAR TEJERA. |
| 15. <i>Pour l'Equateur..</i> | { | VICTOR M. RENDÓN. |
| | { | E. DORN Y DE ALSÚA. |
| | { | W. R. DE VILLA URRUTIA, |
| 16. <i>Pour l'Espagne..</i> | { | JOSÉ DE LA RICA Y CALVO. |
| | { | GABRIEL MAURA. |
| | { | LÉON BOURGEOIS. |
| 17. <i>Pour la France..</i> | { | D'ESTOURNELLES DE CONSTANT. |
| | { | L. RENAULT. |
| | { | MARCELLIN PELLET. |

- | | | |
|-------------------------------|--|-------------------------------|
| | | { EDW. FRY. |
| 18. <i>Pour la Grande-</i> | | { ERNEST SATOW. |
| <i>Bretagne</i> | | { REAY. |
| | | { HENRY HOWARD. |
| 19. <i>Pour la Grèce...</i> | | { CLÉON RIZO RANGABÉ. |
| | | { GEORGES STREIT. |
| 20. <i>Pour le Guatemala</i> | | JOSÉ TIBLE MACHADO. |
| 21. <i>Pour le Haïti....</i> | | { DALBÉMAR JN JOSEPH. |
| | | { J. N. LÉGER. |
| | | { PIERRE HUDICOURT. |
| 22. <i>Pour l'Italie.....</i> | | { POMPILI. |
| | | { G. FUSINATO. |
| 23. <i>Pour le Japon...</i> | | AIMARO SATO. |
| 24. <i>Pour le Luxem-</i> | | { EYSCHEN. |
| <i>bourg.</i> | | { C ^{te} DE VILLERS. |
| 25. <i>Pour le Mexique.</i> | | { G. A. ESTEVA. |
| | | { S. B. DE MIER. |
| | | { F. L. DE LA BARRA. |
| 26. <i>Pour le Monténé-</i> | | { NELIDOW. |
| <i>gro.</i> | | { MARTENS. |
| | | { N. TCHARYKOW. |
| 27. <i>Pour le Nicaragua.</i> | | |
| 28. <i>Pour la Norvège</i> | | F. HAGERUP. |
| 29. <i>Pour le Panama</i> | | B. PORRAS. |
| 30. <i>Pour le Paraguay</i> | | G. DU MONCEAU. |
| 31. <i>Pour les Pays-Bas</i> | | { W. H. DE BEAUFORT. |
| | | { T. M. C. ASSER. |
| | | { DEN BEER POORTUGAEL. |
| | | { J. A. RÖELL. |
| | | { J. A. LOEFF. |
| 32. <i>Pour le Pérou...</i> | | C. G. CANDAMO. |
| 33. <i>Pour la Perse...</i> | | { MONTAZOS-SALTANEH |
| | | { M. SAMAD KHAN. |
| | | { SADIGH UL MULK M. |
| | | { AHMED KHAN. |
| 34. <i>Pour le Portugal</i> | | ALBERTO D'OLIVEIRA |
| 35. <i>Pour la Roumanie</i> | | EDG. MAVROCORDATO. |
| 36. <i>Pour la Russie...</i> | | { NELIDOW. |
| | | { MARTENS. |
| | | { N. TCHARYKOW. |

37. *Pour le Salvador* } P. J. MATHEU.
 } S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie..* } S. GROÛTCH.
 } M. G. MILOVANOVITCH.
 } M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* } MOM CHATIDEJ UDOM.
 } C. CORRAGONI D'ORELLI.
 } LUANG BRÛVANARTH NARÛBAL.
40. *Pour la Suède...* } K. H. L. HAMMARSKJÖLD.
 } JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour le Vénézuëla* J. GIL FORTOUL.

IV

Convention

CONCERNANT LES LOIS ET COUTUMES DE LA GUERRE SUR TERRE

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amerique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté Le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté L'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de

Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuëla:

Considérant que, tout en recherchant les moyens de sauvegarder la paix et de prévenir les conflits armés entre les nations, il importe de se préoccuper également du cas où l'appel aux armes serait amené par des événements que leur sollicitude n'aurait du détourner;

Animés du désir de servir encore, dans cette hypothèse extrême, les intérêts de l'humanité et les exigences toujours progressives de la civilisation;

Estimant qu'il importe, à cette fin, de réviser les lois et coutumes générales de la guerre, soit dans le but de les définir avec plus de précision, soit afin d'y tracer certains limites destinées à en restreindre autant que possible les rigueurs;

Ont jugé nécessaire de compléter et de préciser sur certains points l'œuvre de la Première Conférence de la Paix qui, s'inspirant, à la suite de la Conférence de Bruxelles de 1874, de ces idées recommandées par une sage et généreuse prévoyance, a adopté des dispositions ayant pour objet de définir et de régler les usages de la guerre sur terre.

Selon les vues des Hautes Parties contractantes, ces dispositions, dont la rédaction a été inspirée par le désir de diminuer les maux de la guerre, autant que les nécessités militaires le permettent, sont destinées à servir de règle générale de conduite aux belligérants, dans leurs rapports entre eux et avec les populations.

Il n'a pas été possible toutefois de concerter des maintenant des stipulations s'étendant à toutes les circonstances qui se présentent dans la pratique;

D'autre part, il ne pouvait entrer dans les intentions des Hautes Parties contractantes que les cas non prévus fussent, faute de stipulation écrite, laissés à l'appréciation arbitraire de ceux qui dirigent les armées.

En attendant qu'un Code plus complet des lois de la guerre puisse être édicté, les Hautes Parties contractantes jugent opportun de constater que, dans les cas non compris dans les dispositions réglementaires adoptées par Elles, les

populations et les belligérants restent sous la sauvegarde et sous l'empire des principes du droit des gens, tels qu'ils résultent des usages établis entre nations civilisées, des lois de l'humanité et des exigences de la conscience publique.

Elles déclarent que c'est dans ce sens que doivent s'entendre notamment les articles 1 et 2 du Règlement adopté.

Les Hautes Parties contractantes, désirant conclure une nouvelle Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luiz M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Méray de Kapos-Mére, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athenes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Urban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

- Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

- M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marcelliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

- M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

- Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

- M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

*Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande
Bretagne et d'Irlande et des Territoires Bri-
tanniques au delà des Mers, Empereur des
Indes :*

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Strit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala:

- M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haiti:

- Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

- Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

- Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. Almaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

- Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

- Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire

et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou:

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage,

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:

Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mayrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur des Toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Teharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres..

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. Millovan Millovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

Mom Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhuvanarth Narūbal, capitaine..

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjold, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Johannes Hellener, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève ;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf ;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome ;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Venezuela:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE PREMIER

Les Puissances contractantes donneront à leurs forces armées de terre des instructions qui seront conformes au Règlement concernant les loi et coutumes de la guerre sur terre annexé à la présente Convention.

ARTICLE 2.

Les dispositions contenues dans le Règlement visé à l'article premier, ainsi que dans la présente Convention, ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 3.

La Partie belligérante qui violerait les dispositions du dit Règlement sera tenue à indemnité, s'il y a lieu. Elle sera responsable de tous actes commis par les personnes faisant partie de sa force armée.

ARTICLE 4.

La présente Convention dûment ratifiée remplacera, dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention du 29 juillet 1899, concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre.

La Convention de 1899 reste en vigueur dans les rapports entre les Puissances que l'ont signée et qui ne ratifieraient pas également la présente Convention.

ARTICLE 5.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le ministre des affaires étrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressé au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 6.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 7.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 8.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera no-

tifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 9.

Un registre tenu par le ministère des affaires étrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 5, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 6, alinéa 2), ou de dénonciation (article 8, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiées conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | | | | |
|---|---|----------------------|---|--|
| 1. Pour l'Allemagne. | { | MARSCHALL..... | { | Sous réserve de l'article 44 du Règlement annexé. |
| | | KRIEGE..... | | |
| 2. Pour les Etats-Unis
d'Amérique..... | { | JOSEPH H. CHOATE. | | |
| | | HORACE PORTER. | | |
| | | U. M. ROSE. | | |
| | | DAVID JAYME HILL. | | |
| | | C. S. SPERRY. | | |
| | | WILLIAM I. BUCHANAN. | | |
| 3. Pour l'Argentine. | { | ROQUE SAENZ PEÑA. | | |
| | | LUIS M. DRAGO. | | |
| | | C. RUEZ LARRETA. | | |
| 4. Pour l'Autriche-
Hongrie..... | { | MÉREY..... | { | Sous réserve de la déclaration faite dans la séance plénière de la Conférence du 17 août 1907. |
| | | BON. MACCHIO..... | | |

5. *Pour la Belgique.* { A. BEERNAERT.
J. VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME.
6. *Pour la Bolivie..* CLAUDIO PINILLA.
7. *Pour le Brésil...* { RUY BARBOSA.
E. LISBÔA.
8. *Pour la Bulgarie.* { GÉNÉRAL-MAJOR VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF.
9. *Pour le Chili....* { DOMINGO GANA.
AUGUSTO MATTE.
CARLOS CONCHA.
10. *Pour la Chine.*
11. *Pour la Colombie.* { JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS.
12. *Pour la Républi-
que de Cuba....* { ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
GONZALO DE QUESADA.
MANUEL SANGUILY.
13. *Pour le Danemark* C. BRUN.
14. *Pour la Républi-
que Dominicaine* { DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
APOLINAR TEJERA.
15. *Pour l'Equateur..* { VICTOR M. RENDON.
E. DORN Y DE ALSUA.
16. *Pour l'Espagne.*
17. *Pour la France..* { LÉON BOURGEOIS.
D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-
Bretagne.....* { EDW. FRY.
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce...* { CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour la Guaté-
mala.....* JOSÉ TIBLE MACHADO.
21. *Pour le Haïti....* { DALBÉMAR JN. JOSEPH,
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.

- | | | | |
|--|--------------------|---|--|
| 22. <i>Pour l'Italie.....</i> | { | POMPILJ.
G. FUSINATO. | |
| 23. <i>Pour le Japon...</i> | AIMARO SATO..... | } | Avec réserve de l'article 14. |
| 24. <i>Pour le Luxem-
bourg.....</i> | { | EYSCHEN.
CTE. DE VILLERS. | |
| 25. <i>Pour le Mexique..</i> | { | G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA. | |
| 26. <i>Pour le Monténé-
gro.....</i> | { | NELIDOW.....
MARTENS.....
N. TCHARYKOW..... | Sous réserves formu-
lées à l'article 44
du Règlement an-
nexé à la présente
Convention et con-
signées au procès-
verbal de la qua-
trièmeséance pléni-
ère du 17 août 1907. |
| 27. <i>Pour le Nicaragua.</i> | | | |
| 28. <i>Pour la Norvège.</i> | F. HAGERUP. | | |
| 29. <i>Pour le Panama.</i> | B. PORRAS. | | |
| 30. <i>Pour le Paraguay</i> | G. DU MONCEAU. | | |
| 31. <i>Pour les Pays-Bas</i> | { | W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. A. LOEFF. | |
| 32. <i>Pour le Pérou...</i> | C. G. CANDAMO. | | |
| 33. <i>Pour la Perse...</i> | { | MONTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN. | |
| 34. <i>Pour le Portugal.</i> | { | MARQUIS DE SOVERAL.
CONDE DE SELIR.
ALBERTO D'OLIVEIRA. | |
| 35. <i>Pour la Roumanie</i> | EDG. MAVROCORDATO. | | |
| 36. <i>Pour la Russie...</i> | { | NELIDOW.....
MARTENS.....
N. TCHARYKOW..... | Sous réserves formu-
lées à l'article 44 du
Règlement annexé
à la présente Con-
vention et consi-
gnées au procès-
verbal de la qua-
trième séance pléni-
ère du 17 août 1907. |

- | | | | |
|-----------------------|------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 37. Pour le Salvador. | { | P. J. MATHEU. | |
| | | S. PÉREZ TRIANA. | |
| | { | S. GRUTCH. | |
| 38. Pour la Serbie... | { | M. G. MILOVANOVITCH. | |
| | | M. G. MILITCHEVITCH. | |
| | { | MOM CHATIDEJ UDOM. | |
| 39. Pour le Siam.... | { | C. CORRAGONI D'ORELLI. | |
| | | LUANG BHUVANARTH NARUBAL. | |
| | { | K. H. L. HAMMARSKJÖLD. | |
| 40. Pour la Suède... | { | JOH. HELLNER. | |
| 41. Pour la Suisse... | | CARLIN. | |
| 42. Pour la Turquie. | TURKHAN..... | | { Sous réserve de l'ar
ticle 3. |
| 43. Pour l'Uruguay.. | JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ. | | |
| 44. Pour le Vénézuéla | J. GIL FORTOUL. | | |

Annexe à la Convention.

RÈGLEMENTS CONCERNANT LES LOIS ET COUTUMES DE LA GUERRE SUR TERRE

SECTION I — DES BELLIGÉRANTS

Chapitre I — De la qualité de belligérant

ARTICLE PREMIER

Les lois, les droits et les devoirs de la guerre ne s'appliquent pas seulement à l'armée, mais encore aux milices et aux corps de volontaires réunissant les conditions suivantes:

1°. d'avoir à leur tête une personne responsable pour ses subordonnés;

2°. d'avoir un signe distinctif fixe et reconnaissable à distance;

3°. de porter les armes ouvertement;

4°. de se conformer dans leurs opérations aux lois et coutumes de la guerre.

Dans les pays où les milices ou des corps de volontaires constituent l'armée ou en font partie, ils sont compris sous la dénomination *d'armée*.

ARTICLE 2.

La population d'un territoire non occupé qui, à l'approche de l'ennemi, prend spontanément les armes pour combattre les troupes d'invasion sans avoir eu le temps de s'organiser conformément à l'article premier, sera considérée comme belli-

gérante si elle porte les armes ouvertement et si elle respecte les lois et coutumes de la guerre.

ARTICLE 3.

Les forces armées des parties belligérantes peuvent se composer de combattants et de non-combattants. En cas de capture par l'ennemi, les uns et les autres ont droit au traitement des prisonniers de guerre.

Chapitre II — Des prisonniers de guerre

ARTICLE 4.

es prisonniers de guerre sont au pouvoir du Gouvernement ennemi, mais non des individus ou des corps qui les ont capturés.

Ils doivent être traités avec humanité.

Tout ce qui leur appartient personnellement, excepté les armes, les chevaux et les papiers militaires, reste leur propriété.

ARTICLE 5.

Les prisonniers de guerre peuvent être assujettis à l'internement dans une ville, forteresse, camp ou localité quelconque, avec obligation de ne pas s'en éloigner au delà de certaines limites déterminées, mais ils ne peuvent être enfermés que par mesure de sûreté indispensable, et seulement pendant la durée des circonstances qui nécessitent cette mesure.

ARTICLE 6.

L'Etat peut employer, comme travailleurs, les prisonniers de guerre, selon leur grade et leurs aptitudes, à l'exception des officiers. Ces travaux ne seront pas excessifs et n'auront aucun rapport avec les opérations de la guerre.

Les prisonniers peuvent être autorisés à travailler pour le compte d'administrations publiques ou de particuliers, ou pour leur propre compte.

Les travaux faits pour l'Etat sont payés d'après les tarifs en vigueur pour les militaires de l'armée nationale exécutant les mêmes travaux, ou, s'il n'en existe pas, d'après un tarif en rapport avec les travaux exécutés.

Lorsque les travaux ont lieu pour le compte d'autres administrations publiques ou pour des particuliers, les conditions en sont réglées d'accord avec l'autorité militaire.

Le salaire des prisonniers contribuera à adoucir leur position, et le surplus leur sera compté au moment de leur libération, sauf défalcation des frais d'entretien.

ARTICLE 7.

Le Gouvernement au pouvoir duquel se trouvent les prisonniers de guerre est chargé de leur entretien.

A défaut d'une entente spéciale entre les belligérants, les prisonniers de guerre seront traités pour la nourriture, le couchage et l'habillement, sur le même pied que les troupes du Gouvernement qui les aura capturés.

ARTICLE 8.

Les prisonniers de guerre seront soumis aux lois, règlements et ordres en vigueur dans l'armée de l'Etat au pouvoir duquel ils se trouvent. Tout acte d'insubordination autorise, à leur égard, les mesures de rigueur nécessaires.

Les prisonniers évadés, qui seraient repris avant d'avoir pu rejoindre leur armée ou avant de quitter le territoire occupé par l'armée qui les aura capturés, sont passibles de peines disciplinaires.

Les prisonniers qui, après avoir réussi à s'évader, sont de nouveau faits prisonniers, ne sont passibles d'aucune peine pour la fuite antérieure.

ARTICLE 9.

Chaque prisonnier de guerre est tenu de déclarer, s'il est interrogé à ce sujet, ses véritables noms et grade et, dans le cas où il enfreindrait cette règle, il s'exposerait à une restriction des avantages accordés aux prisonniers de guerre de sa catégorie.

ARTICLE 10.

Les prisonniers de guerre peuvent être mis en liberté sur parole, si les lois de leur pays les y autorisent, et, en pareil cas, ils sont obligés, sous la garantie de leur honneur personnel, de remplir scrupuleusement, tant vis-à-vis de leur propre Gouvernement que vis-à-vis de celui qui les a faits prisonniers, les engagements qu'ils auraient contractés.

Dans le même cas, leur propre Gouvernement est tenu de n'exiger ni accepter d'eux aucun service contraire à la parole donnée.

ARTICLE 11.

Un prisonnier de guerre ne peut être contraint d'accepter sa liberté sur parole; de même le Gouvernement ennemi n'est

pas obligé d'accéder à la demande du prisonnier réclamant sa mise en liberté sur parole.

ARTICLE 12.

Tout prisonnier de guerre, libéré sur parole et repris portant les armes contre le Gouvernement envers lequel il s'était engagé d'honneur, ou contre les alliés de celui-ci, perd le droit au traitement des prisonniers de guerre et peut être traduit devant les tribunaux.

ARTICLE 13.

Les individus qui suivent une armée sans en faire directement partie, tels que les correspondants et les reporters de journaux, les vivandiers, les fournisseurs, qui tombent au pouvoir de l'ennemi et que celui-ci juge utile de détenir, ont droit au traitement des prisonniers de guerre, à condition qu'ils soient munis d'une légitimation de l'autorité militaire de l'armée qu'ils accompagnaient.

ARTICLE 14.

est constitué, dès le début des hostilités dans chacun des Etats belligérants, et, le cas échéant, dans les pays neutres qui auront recueilli des belligérants sur leur territoire, un bureau de renseignements sur les prisonniers de guerre. Ce bureau, chargé de répondre à toutes les demandes qui les concernent, reçoit des divers services compétents toutes les indications relatives aux internements et aux mutations, aux mises en liberté sur parole, aux échanges, aux evasions, aux entrées dans les hôpitaux, aux décès, ainsi que les autres renseignements nécessaires pour établir et tenir à jour une fiche individuelle, pour chaque prisonnier de guerre. Le bureau devra porter sur cette fiche le numéro matricule, les nom et prénom, l'âge, le lieu d'origine, le grade, le corps de troupe, les blessures, la date et le lieu de la capture, de l'internement, des blessures et de la mort, ainsi que toutes les observations particulières. La fiche individuelle sera remise au Gouvernement de l'autre belligérant après la conclusion de la paix.

Le bureau de renseignements est également chargé de recueillir et de centraliser tous les objets d'un usage personnel, valeurs, lettres, etc., qui seront trouvés sur les champs de bataille, ou délaissés par des prisonniers libérés sur pa-

role, échangés, évadés ou décédés dans les hôpitaux et ambulances, et de les transmettre aux intéressés.

ARTICLE 15.

Les sociétés de secours pour les prisonniers de guerre, régulièrement constituées selon la loi de leurs pays et ayant pour objet d'être les intermédiaires de l'action charitable, recevront, de la part des belligérants, pour elles et pour leurs agents dûment accrédités, toute facilité, dans les limites tracées par les nécessités militaires et les règles administratives, pour accomplir efficacement leur tâche d'humanité. Les délégués de ces sociétés pourront être admis à distribuer des secours dans les dépôts d'internement, ainsi qu'aux lieux d'étape des prisonniers rapatriés, moyennant une permission personnelle délivrée par l'autorité militaire, et en prenant l'engagement par écrit de se soumettre à toutes les mesures d'ordre et de police que celle-ci prescrirait.

ARTICLE 16.

Les bureaux de renseignements jouissent de la franchise de port. Les lettres, mandats et articles d'argent, ainsi que les colis postaux destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, seront affranchis de toutes les taxes postales, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires.

Les dons et secours en nature destinés aux prisonniers de guerre seront admis en franchise de tout droit d'entrée et autres, ainsi que des taxes de transport sur les chemins de fer exploités par l'Etat.

ARTICLE 17.

Les officiers prisonniers recevront la solde à laquelle ont droit les officiers de même grade du pays où ils sont retenus, à charge de remboursement par leur Gouvernement.

ARTICLE 18.

Toute latitude est laissée aux prisonniers de guerre pour l'exercice de leur religion, y compris l'assistance aux offices de leur culte, à la seule condition de se conformer aux mesures d'ordre et de police prescrites par l'autorité militaire.

ARTICLE 19.

Les testaments des prisonniers de guerre sont reçus ou dressés dans les mêmes conditions que pour les militaires de l'armée nationale.

On suivra également les mêmes règles en ce qui concerne les pièces relatives à la constatation des décès, ainsi que pour l'inhumation des prisonniers de guerre, en tenant compte de leur grade et de leur rang.

ARTICLE 20.

Après la conclusion de la paix, le rapatriement des prisonniers de guerre s'effectuera dans le plus bref délai possible.

Chapitre III — Des malades et des blessés

ARTICLE 21.

Les obligations des belligérants concernant le service des malades et des blessés sont régies par la Convention de Genève.

SECTION II — DES HOSTILITÉS

Chapitre I — Des moyens de nuire à l'ennemi, des sièges et des bombardements

ARTICLE 22.

Les belligérants n'ont pas un droit illimité quant au choix des moyens de nuire à l'ennemi.

ARTICLE 23.

Outre les prohibitions établies par des conventions spéciales, il est notamment interdit:

- a. d'employer du poison ou des armes empoisonnées;
- b. de tuer ou de blesser par trahison des individus appartenant à la nation ou à l'armée ennemie;
- c. de tuer ou de blesser un ennemi qui, ayant mis bas les armes ou n'ayant plus les moyens de se défendre, s'est rendu à discrétion;
- d. de déclarer qu'il ne sera pas fait de quartier;
- e. d'employer des armes, des projectiles ou des matières propres à causer des maux superflus;

f. d'user indûment du pavillon parlementaire, du pavillon national ou des insignes militaires et de l'uniforme de l'ennemi, ainsi que des signes distinctifs de la Convention de Genève;

g. de détruire ou de saisir des propriétés ennemies, sauf les cas où ces destructions ou ces saisies seraient impérieusement commandées par les nécessités de la guerre;

h. de déclarer éteints, suspendus ou non recevables en justice, les droits et actions des nationaux de la Partie adverse.

Il est également interdit à un belligérant de forcer les nationaux de la Partie adverse à prendre part aux opérations de guerre dirigées contre leur pays, même dans le cas où ils auraient été à son service avant le commencement de la guerre.

ARTICLE 24

Les ruses de guerre et l'emploi des moyens nécessaires pour se procurer des renseignements, sur l'ennemi et sur le terrain sont considérés comme licites.

ARTICLE 25

Il est interdit d'attaquer ou de bombarder, par quelque moyen que ce soit, des villes, villages, habitations ou bâtiments qui ne sont pas défendus.

ARTICLE 26.

Le commandant des troupes assaillantes, avant d'entreprendre le bombardement, et sauf le cas d'attaque de vive force, devra faire tout ce qui dépend de lui pour en avertir les autorités.

ARTICLE 27.

Dans les sièges et bombardements, toutes les mesures nécessaires doivent être prises pour épargner, autant que possible, les édifices consacrés aux cultes, aux arts, aux sciences et à la bienfaisance, les monuments historiques, les hôpitaux et les lieux de rassemblement de malades et de blessés, à condition qu'ils ne soient pas employés en même temps à un but militaire.

Le devoir des assiégés est de désigner ces édifices ou lieux de rassemblement par des signes visibles spéciaux qui seront notifiés d'avance à l'assiégeant.

ARTICLE 28.

Il est interdit de livrer au pillage une ville ou localité même prise d'assaut.

Chapitre II — Des espions

ARTICLE 29.

Ne peut être considéré comme espion que l'individu qui, agissant clandestinement ou sous de faux prétextes, recueille ou cherche à recueillir des informations dans la zone d'opérations d'un belligérant, avec l'intention de les communiquer à la Partie adverse.

Ainsi les militaires non déguisés qui ont pénétré dans la zone d'opérations de l'armée ennemie, à l'effet de recueillir des informations, ne sont pas considérés comme espions. De même ne sont pas considérés comme espions : les militaires et les non militaires, accomplissant ouvertement leur mission, chargés de transmettre des dépêches destinées, soit à leur propre armée, soit à l'armée ennemie. A cette catégorie appartiennent également les individus envoyés en ballon pour transmettre les dépêches, et, en général, pour entretenir les communications entre les diverses parties d'une armée ou d'un territoire.

ARTICLE 30.

L'espion pris sur le fait ne pourra être puni sans jugement préalable.

ARTICLE 31.

L'espion qui, ayant rejoint l'armée à laquelle il appartient, est capturé plus tard par l'ennemi, est traité comme prisonnier de guerre et n'encourt aucune responsabilité pour ses actes d'espionnage antérieurs.

Chapitre III — Des parlementaires

ARTICLE 32.

Est considéré comme parlementaire l'individu autorisé par l'un des belligérants à entrer en pourparlers avec l'autre et se présentant avec le drapeau blanc. Il a droit à l'inviolabilité ainsi que le trompette, clairon ou tambour, le porteur de drapeau et l'interprète qui l'accompagneraient.

ARTICLE 33.

Le chef auquel un parlementaire est expédié n'est pas obligé de le recevoir en toutes circonstances.

Il peut prendre toutes les mesures nécessaires afin d'empêcher le parlementaire de profiter de sa mission pour se renseigner.

Il a le droit, en cas d'abus, de retenir temporairement le parlementaire.

ARTICLE 34.

Le parlementaire perd ses droits d'inviolabilité, s'il est prouvé, d'une manière positive et irrécusable, qu'il a profité de sa position privilégiée pour provoquer ou commettre un acte de trahison.

Chapitre IV — Des capitulations

ARTICLE 35.

Les capitulations arrêtées entre les Parties contractantes doivent tenir compte des règles de l'honneur militaire.

Une fois fixées, elles doivent être scrupuleusement observées par les deux Parties.

Chapitre V — De l'armistice

ARTICLE 36.

L'armistice suspend les opérations de guerre par un accord mutuel des Parties belligérantes. Si la durée n'en est pas déterminée, les Parties belligérantes peuvent reprendre en tout temps les opérations, pourvu toutefois que l'ennemi soit averti en temps convenu, conformément aux conditions de l'armistice.

ARTICLE 37.

L'armistice peut être général ou local. Le premier suspend partout les opérations de guerre des Etats belligérants; le second, seulement entre certaines fractions des armées belligérantes et dans un rayon déterminé.

ARTICLE 38.

L'armistice doit être notifié officiellement et en temps utile aux autorités compétentes et aux troupes. Les hostilités sont

suspendues immédiatement après la notification ou au terme fixé.

ARTICLE 39

Il dépend des Parties contractantes de fixer, dans les clauses de l'armistice, les rapports qui pourraient avoir lieu, sur le théâtre de la guerre, avec les populations et entre elles.

ARTICLE 40

Toute violation grave de l'armistice, par l'une des Parties, donne à l'autre le droit de le dénoncer et même, en cas d'urgence, de reprendre immédiatement les hostilités.

ARTICLE 41

La violation des clauses de l'armistice, par des particuliers agissant de leur propre initiative, donne droit seulement à réclamer la punition des coupables et, s'il y a lieu, une indemnité pour les pertes éprouvées.

**SECTION III — DE L'AUTORITÉ MILITAIRE SUR LE TERRITOIRE
DE L'ÉTAT ENNEMI**

ARTICLE 42

Un territoire est considéré comme occupé lorsqu'il se trouve placé de fait sous l'autorité de l'armée ennemie.

L'occupation ne s'étend qu'aux territoires où cette autorité est établie et en mesure de s'exercer.

ARTICLE 43

L'autorité du pouvoir légal ayant passé de fait entre les mains de l'occupant, celui-ci prendra toutes les mesures qui dépendent de lui en vue de rétablir et d'assurer, autant qu'il est possible, l'ordre et la vie publiques en respectant, sauf empêchement absolu, les lois en vigueur dans le pays.

ARTICLE 44

Il est interdit à un belligérant de forcer la population d'un territoire occupé à donner des renseignements sur l'armée de l'autre belligérant ou sur ses moyens de défense.

ARTICLE 45

Il est interdit de contraindre la population d'un territoire occupé à prêter serment à la Puissance ennemie.

ARTICLE 46

L'honneur et les droits de la famille, la vie des individus et la propriété privée, ainsi que les convictions religieuses et l'exercice des cultes, doivent être respectés.

La propriété privée ne peut pas être confisquée.

ARTICLE 47

Le pillage est formellement interdit.

ARTICLE 48.

Si l'occupant prélève, dans le territoire occupé, les impôts, droits et péages établis au profit de l'Etat, il le fera, autant que possible, d'après les règles de l'assiette et de la répartition en vigueur et il en résultera pour lui l'obligation de pourvoir aux frais de l'administration du territoire occupé dans la mesure où le Gouvernement légal y était tenu.

ARTICLE 49.

Si, en dehors des impôts visés à l'article précédent, l'occupant prélève d'autres contributions en argent dans le territoire occupé, ce ne pourra être que pour les besoins de l'armée ou de l'administration de ce territoire.

ARTICLE 50.

Aucune peine collective, pécuniaire ou autre, ne pourra être édictée contre les populations à raison de faits individuels dont elles ne pourraient être considérées comme solidairement responsables.

ARTICLE 51.

Aucune contribution ne sera perçue qu'en vertu d'un ordre écrit et sous la responsabilité d'un général en chef.

Il ne sera procédé, autant que possible, à cette perception que d'après les règles de l'assiette et de la répartition des impôts en vigueur.

Pour toute contribution, un reçu sera délivré aux contribuables.

ARTICLE 52.

Des réquisitions en nature et des services ne pourront être réclamés des communes ou des habitants, que pour les

besoins de l'armée d'occupation. Ils seront en rapport avec les ressources du pays et de telle nature qu'ils n'impliquent pas pour les populations l'obligation de prendre part aux opérations de la guerre contre leur patrie.

Ces réquisitions et ces services ne seront réclamés qu'avec l'autorisation du commandant dans la localité occupée.

Les prestations en nature seront, autant que possible, payées au comptant; sinon, elles seront constatées par des reçus, et le paiement des sommes dues sera effectué le plus tôt possible.

ARTICLE 53.

L'armée qui occupe un territoire ne pourra saisir que le numéraire, les fonds et les valeurs exigibles appartenant en propre à l'Etat, les dépôts d'armes, moyens de transport, magasins et approvisionnements et, en général, toute propriété mobilière de l'Etat de nature à servir aux opérations de la guerre.

Tous les moyens affectés sur terre, sur mer et dans les airs à la transmissions des nouvelles, au transport des personnes ou des choses, en dehors des cas régis par le droit maritime, les dépôts d'armes et, en général, toute espèce de munitions de guerre, peuvent être saisis, même s'ils appartiennent à des personnes privées, mais devront être restitués et les indemnités seront réglés à la paix.

ARTICLE 54.

Les câbles sous-marins reliant un territoire occupé à un territoire neutre ne seront saisis ou détruits que dans le cas d'une nécessité absolue. Ils devront également être restitués et les indemnités seront réglées à la paix.

ARTICLE 55.

L'Etat occupant ne se considérera que comme administrateur et usufruitier des édifices publics, immeubles, forêts et exploitations agricoles appartenant à l'Etat ennemi et se trouvant dans le pays occupé. Il devra sauvegarder le fonds de ces propriétés et les administrer conformément aux règles de l'usufruit.

ARTICLE 56.

Les biens des communes, ceux des établissements consacrés aux cultes, à la charité et à l'instruction, aux arts et aux

sciences, même appartenant à l'Etat seront traités comme la propriété privée.

Toute saisie, destruction ou dégradation intentionnelle de semblables établissements, de monuments historiques, d'œuvres d'art et de science, est interdite et doit être poursuivie.



Convention

CONCERNANT LES DROITS ET LES DEVOIRS DES PUISSANCES ET DES PERSONNES NEUTRES EN CAS DE GUERRE SUR TERRE

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté Le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de neur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Magesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté L'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Pré-

sident de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuëla:

En vue de mieux préciser les droits et les devoirs des Puissances neutres en cas de guerre sur terre et de régler la situation des belligérants réfugiés en territoire neutre;

Désirant également définir la qualité de neutre en attendant qu'il soit possible de régler dans son ensemble la situation des particuliers neutres dans leurs rapports avec les belligérants;

On résolut de conclure une Convention à cet effet et ont, en conséquence, nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Imperial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire.

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luiz M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodríguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Méray de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

- Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

- M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

- M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

- Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

- M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur:

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
- M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

- Son Excellence M. W. R. de Villa Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
- Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française:

- Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Louis Renault professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes:

- Son Excellence the Right Honorable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatemala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano; sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Magesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keirobu Tzudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

*Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg,
Duc de Nassau:*

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. W. H. de Beaufort, son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;
- Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence le jonkheer J. C. G. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
- Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
- M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

- Son Excellence Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

- Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadih Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

*Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves
etc. :*

- Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
- Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

- Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin.

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur des Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. Millovan Millovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhuvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Léonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etas-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

Chapitre I — Des Droits et des Devoirs des Puissances neutres.

ARTICLE PREMIER

Le territoire des Puissances neutres est inviolable.

ARTICLE 2.

Il est interdit aux belligérants de faire passer à travers le territoire d'une Puissance neutre des troupes ou des convois, soit de munitions, soit d'approvisionnements,

ARTICLE 3.

Il est également interdit aux belligérants :

- a. d'installer sur le territoire d'une Puissance neutre une station radiotélégraphique ou tout appareil destiné à servir comme moyen de communication avec des forces belligérantes sur terre ou sur mer ;
- b. d'utiliser toute installation de ce genre établie par eux avant la guerre sur le territoire de la Puissance neutre dans un but exclusivement militaire, et qui n'a pas été ouverte au service de la correspondance publique.

ARTICLE 4.

Des corps de combattants ne peuvent être formés, ni des bureaux d'enrôlement ouverts, sur le territoire d'une Puissance neutre au profit des belligérants.

ARTICLE 5.

Une Puissance neutre ne doit tolérer sur son territoire aucun des actes visés par les articles 2 à 4.

Elle n'est tenue de punir des actes contraires à la neutralité que si ces actes ont été commis sur son propre territoire.

ARTICLE 6.

La responsabilité d'une Puissance neutre n'est pas engagée par le fait que des individus passent isolément la frontière pour se mettre au service de l'un des belligérants.

ARTICLE 7.

Une Puissance neutre n'est pas tenue d'empêcher l'exportation ou le transit pour le compte de l'un ou de l'autre des belligérants, d'armes, de munitions, et, en général, de tout ce qui peut être utile à une armée ou à une flotte.

ARTICLE 8.

Une Puissance neutre n'est pas tenue d'interdire ou de restreindre l'usage, pour les belligérants, des câbles télégraphiques, ou téléphoniques, ainsi que des appareils de télé-

graphie sans fil, qui sont, soit sa propriété, soit celle de compagnies ou de particuliers.

ARTICLE 9.

Toutes mesures restrictives ou prohibitives prises par une Puissance neutre à l'égard des matières visées par les articles 7 et 8 devront être uniformément appliquées par elle aux belligérants.

La Puissance neutre veillera au respect de la même obligation par les compagnies ou particuliers propriétaires de câbles télégraphiques ou téléphoniques ou d'appareils de télégraphie sans fil.

ARTICLE 10.

Ne peut être considéré comme un acte hostile le fait, par une Puissance neutre, de repousser, même par la force, les atteintes à sa neutralité.

**Chapitre II — Des belligérants internés et des blessés
soignés chez les neutres.**

ARTICLE 11.

La Puissance neutre qui reçoit sur son territoire des troupes appartenant aux armées belligérantes, les internera, autant que possible, loin du théâtre de la guerre.

Elle pourra les garder dans des camps, et même les enfermer dans des forteresses ou dans des lieux appropriés à cet effet.

Elle décidera si les officiers peuvent être laissés libres en prenant l'engagement sur parole de ne pas quitter le territoire neutre sans autorisation.

ARTICLE 12.

A défaut de convention spéciale, la Puissance neutre fournira aux internés les vivres, les habillements et les secours commandés par l'humanité.

Bonification sera faite, à la paix, des frais occasionnés par l'internement.

ARTICLE 13.

La Puissance neutre qui reçoit des prisonniers de guerre évadés les laissera en liberté. Si elle tolère leur séjour sur son territoire, elle peut leur assigner une résidence.

La même disposition est applicable aux prisonniers de guerre amenés par des troupes se réfugiant sur le territoire de la Puissance neutre.

ARTICLE 14.

Une Puissance neutre pourra autoriser le passage sur son territoire des blessés ou malades appartenant aux armées belligérantes, sous la réserve que les trains qui les amèneront ne transporteront ni personnel, ni matériel de guerre. En pareil cas, la Puissance neutre est tenue de prendre les mesures de sûreté et de contrôle nécessaires à cet effet.

Les blessés ou malades amenés dans ces conditions sur le territoire neutre par un des belligérants, et qui appartiendraient à la partie adverse, devront être gardés par la Puissance neutre de manière qu'ils ne puissent de nouveau prendre part aux opérations de la guerre. Cette Puissance aura les mêmes devoirs quant aux blessés ou malades de l'autre armée qui lui seraient confiés.

ARTICLE 15.

La Convention de Genève s'applique aux malades et aux blessés internés sur territoire neutre.

Chapitre III — Des personnes neutres

ARTICLE 16.

Sont considérés comme neutres les nationaux d'un Etat qui ne prend pas part à la guerre.

ARTICLE 17.

Un neutre ne peut pas se prévaloir de sa neutralité:

- a. s'il commet des actes hostiles contre un belligérant;
- b. s'il commet des actes en faveur d'un belligérant, notamment s'il prend volontairement du service dans les rangs de la force armée de l'une des Parties.

En pareil cas, le neutre ne sera pas traité plus rigoureusement par le belligérant contre lequel il s'est départi de la neutralité que ne pourrait l'être, à raison du même fait, un national de l'autre Etat belligérant.

ARTICLE 18

Ne seront pas considérés comme actes commis en faveur d'un des belligérants, dans le sens de l'article 17, lettre *b* :

- a.* les fournitures faites ou les emprunts consentis à l'un des belligérants, pourvu que le fournisseur ou le prêteur n'habite ni le territoire de l'autre Partie, ni le territoire occupé par elle, et que les fournitures ne proviennent pas de ces territoires;
- b.* les services rendus en matière de police ou d'administration civile.

Chapitre IV — Du matériel des chemins de fer

ARTICLE 19.

Le matériel des chemins de fer provenant du territoire de Puissances neutres, qu'il appartienne à ces Puissances ou à des sociétés ou personnes privées, et reconnaissable comme tel, ne pourra être réquisitionné et utilisé par un belligérant que dans le cas et la mesure où l'exige une impérieuse nécessité. Il sera renvoyé aussitôt que possible dans le pays d'origine.

La Puissance neutre pourra de même, en cas de nécessité, retenir et utiliser, jusqu'à due concurrence, le matériel provenant du territoire de la Puissance belligérante.

Une indemnité sera payée de part et d'autre, en proportion du matériel utilisé et de la durée de l'utilisation.

Chapitre V — Dispositions finales.

ARTICLE 20.

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 21.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui

y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 22.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification, ainsi que de l'acte de l'adhésion en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 23.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôts de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 24.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à

toutes les autres Puissances, en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 25.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 21, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 22, alinéa 2), ou de dénonciation (article 24, alinéa 2).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | | | |
|--|---|----------------------|---|
| 1. Pour l'Allemagne. | { | MARSHALL. | |
| | { | KRIEGER. | |
| | { | JOSEPH H. CHOATE. | |
| | { | HORACE PORTER. | |
| 2. Pour les Etats Unis d'Amérique..... | { | U. M. ROSE. | |
| | { | DAVID JAYNE HILL. | |
| | { | C. S. SPERRY. | |
| | { | WILLIAM I. BUCHANAN. | |
| | { | ROQUE SAENZ PEÑA. | { La République Argentine fait réserve de l'article 19. |
| 3. Pour l'Argentine. | { | LUIZ M. DRAGO. | |
| | { | C. RUEZ LARRETA. | |
| | { | MÉREY. | |
| 4. Pour l'Autriche-Hongrie..... | { | BON. MACCHIO. | |
| | { | A. BEERNAERT. | |
| 5. Pour la Belgique. | { | J. VAN DEN HEUVEL. | |
| | { | GUILLAUME. | |

6. *Pour la Bolivie..* CLAUDIO PINILLA.
7. *Pour le Brésil...* { RUY BARBOSA.
E. LISBÔA.
8. *Pour la Bulgarie.* { GÉNÉRAL-MAJOR VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF.
9. *Pour le Chili....* { DOMINGO GANA.
AUGUSTO MATTE.
CARLOS CONCHA.
10. *Pour la Chine.*
11. *Pour la Colombie.* { JORGE HOLGUIN.
S. PEREZ TRIANA.
M. VARGAS.
12. *Pour la Républi-
que de Cuba....* { ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
GONZALO DE QUESADA.
MANUEL SANGUILY.
13. *Pour le Danemark* C. BRUN.
14. *Pour la Républi-
que Dominicaine* { DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
APOLINAR TEJERA
15. *Pour l'Equateur.* { VICTOR M. RENDON.
E. DORN Y DE ALSUA.
16. *Pour l'Espagne..* { W. R. DE VILLA URRUTIA.
JOSÉ DE LA RICA Y CALVO.
GABRIEL MAURA.
17. *Pour la France..* { LÉON BOURGEOIS.
D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-
Bretagne.....* { EDW. FRY
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD. } Sous réserve des arti-
cles 16, 17 et 18.
19. *Pour la Grèce...* { CLEON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour le Guatémala* JOSÉ TIBLE MACHADO.
21. *Pour le Haïti....* { DALBÉMAR JN JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.

22. *Pour l'Italie.....* { POMPHIL.
G. FUSINATO.
23. *Pour le Japon...* AIMARO SATO.
24. *Pour le Luxembourg.....* { EYSCHEN.
C^{TE}. DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique.* { G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monténégro.....* { NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW.
27. *Pour le Nicaragua.*
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama.* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay.* C. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas.* { W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÜELL.
J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse....* { M. SAMAD KHAN MONTAZOS SALTANEH.
M. AHMED KHAN SADIGH UL MULK.
34. *Pour le Portugal.* { MARQUIS DE SOVERAL.
CONDE DE SELIR.
ALBERTO DE OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie.....* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie...* { NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW.
37. *Pour le Salvador.* { P. J. MATHEU.
S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...* { S. GROÛTCH.
M. G. MILOVANOVITCH.
M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
C. CORRAGONI D'ORELLI.
LUANG BHÜVANARTH NARÜBAL.

40. *Pour la Suède...* } K. H. L. HAMMARSK JÖLD.
JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour le Vénézuéla.* J. GIL FORTOUL.

VI

Convention

RELATIVE AU RÉGIME DES NAVIRES DE COMMERCE EN- NEMIS AU DÉBUT DES HOSTILITÉS

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc, et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté L'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla;

Désireux de garantir la sécurité du commerce international contre les surprises de la guerre et voulant, conformément à la pratique moderne, protéger autant que possible les opérations engagées de bonne foi et en cours d'exécution avant le début des hostilités;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Imperial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

- M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

- Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

- M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de L'Equateur:

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

- Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye;
M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de la Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française:

- Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

*Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande
Bretagne et d'Irlande et des Territoires Bri-
tanniques au delà des Mers, Empereur des
Indes :*

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatemala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gomez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:

- Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
- Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
- M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

- Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;
- Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
- M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

- Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
- Son Excellence M. Aimaro Sato, son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

- Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;
- M. le comte Villiers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

- Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
- Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
- Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République du Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loef, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

*Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves,
etc. :*

Son Excellence M. le marquis de Soveral, son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris.

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état ;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

Mom Chatidej Udom, major-général ;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation ;

Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye ;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève ;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf ;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome ;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Venezuela:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenue des dispositions suivantes :

ARTICLE PREMIER

Lorsqu'un navire de commerce relevant d'une des Puissances belligérantes se trouve, au début des hostilités, dans un port ennemi, il est désirable qu'il lui soit permis de sortir librement, immédiatement ou après un délai de faveur suffisant, et de gagner directement, après avoir été muni d'un laissez-passer, son port de destination ou tel autre port qui lui sera désigné.

Il en est de même du navire ayant quitté son dernier port de départ avant le commencement de la guerre et entrant dans un port ennemi sans connaître les hostilités.

ARTICLE 2.

Le navire de commerce qui, par suite de circonstances de force majeure, n'aurait pu quitter le port ennemi pendant le délai visé à l'article précédent, ou auquel la sortie n'aurait pas été accordée, ne peut être confisqué.

Le belligérant peut seulement le saisir moyennant l'obligation de le restituer après la guerre sans indemnité, ou le réquisitionner moyennant indemnité.

ARTICLE 3.

Les navires de commerce ennemi, qui ont quitté leur dernier port de départ avant le commencement de la guerre et qui sont rencontrés en mer ignorants des hostilités, ne peuvent être confisqués. Ils sont seulement sujets à être saisis, moyennant l'obligation de les restituer après la guerre sans indemnité, ou à être réquisitionnés, ou même à être détruits, à charge d'indemnité et sous l'obligation de pourvoir à la sécurité des personnes ainsi qu'à la conservation des papiers de bord.

Après avoir touché à un port de leur pays ou à un port neutre, ces navires sont soumis aux lois et coutumes de la guerre maritime.

ARTICLE 4.

Les marchandises ennemies se trouvant à bord des navires visés aux articles 1 et 2 sont également sujettes à être saisies et restituées après la guerre sans indemnité, ou à être réquisitionnées moyennant indemnité, conjointement avec le navire ou séparément.

Il en est de même des marchandises se trouvant à bord des navires visés à l'article 3.

ARTICLE 5.

La présente Convention ne vise pas les navires de commerce dont la construction indique qu'ils sont destinés à être transformés en bâtiments de guerre.

ARTICLE 6.

Les dispositions de la présente Convention ne son applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 7.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratification se feront au moyen d'une notification écrite, adressé au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, les notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans

les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 8.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion que sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 9.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 10.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 11.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 7 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 8 alinéa 2) ou de dénonciation (article 10 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | | | |
|------------------------------------|---|---------------------------|--|
| 1. Pour l'Allemagne.. | { | MARSHALL..... | } Sous réserve de l'article 3 et de l'article 4, alinéa 2. |
| | | KRIEGE..... | |
| 2. Pour les Etats-Unis d'Amérique. | | | |
| 3. Pour l'Argentine.. | { | ROQUE SAENZ PEÑA. | |
| | | LUIZ M. DRAGO. | |
| | | C. RÚEZ LARRETA. | |
| 4. Pour l'Autriche - Hongrie | { | MÉREY. | |
| | | BON. MACCHIO. | |
| 5. Pour la Belgique.. | { | A. BEERNAERT. | |
| | | J. VAN DEN HEUVEL. | |
| | | GUILLAUME. | |
| 6. Pour la Bolivie... | | CLAUDIO PINILLA. | |
| 7. Pour le Brésil.... | { | RUY BARBOSA. | |
| | | E. LISBÔA. | |
| 8. Pour la Bulgarie.. | { | Général-major VINAROFF. | |
| | | IV. KARANDJOULOFF. | |
| 9. Pour le Chili..... | { | DOMINGO GANA. | |
| | | AUGUSTO MATTE. | |
| | | CARLOS CONCHA. | |
| 10. Pour la Chine.... | | | |
| 11. Pour la Colombie. | { | JORGE HOLGUIN. | |
| | | S. PÉREZ TRIANA. | |
| | | M. VARGAS. | |
| 12. Pour la République de Cuba | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE. | |
| | | GONZALO DE QUEZADA. | |
| | | MANUEL SANGUILY, | |
| 13. Pour le Danemark | | C. BRUM. | |
| 14. Pour la République Dominicaine | { | DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL. | |
| | | APOLINAR TEJERA. | |

15. *Pour l'Equateur.* { VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSÚA.
16. *Pour l'Espagne..* { W. R. DE VILLA URRUTIA.
JOSÉ DE LA RICA Y CALVO.
GABRIEL MAURA.
17. *Pour la France..* { LÉON BOURGEOIS.
D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-
Bretagne* { EDW. FRY.
ERNEST SÁTOW.
REAY.
HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce...* { CRÉON RIZO RANGADÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour le Guatémala* JOSÉ TIBLE MACHADO.
21. *Pour le Haïti....* { DALBÉMAR JN. JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.
22. *Pour l'Italie.....* { POMPILJ.
G. FUSINATO.
23. *Pour le Japon...* AIMARO SATO.
24. *Pour le Luxem-
bourg* { EYSCHEN.
CTE. DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique.* { G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monténé-
gro* { NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW.
27. *Pour le Nicaragua*
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panamá..* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* G. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas* { W. H. BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÜELL.
J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.

33. *Pour la Perse...* | MONTAZOS SALTANNEH M. SAMAD KHAN.
| SADIGH UL MULK M. SAMAD KHAN.
34. *Pour le Portugal.* ALBERTO DE OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie.* EDG. MAVROCORDATO.

36. *Pour la Russie...* { NELIDOW..... }
| MARTENS..... }
| N. TCHARYKOW. }
Sous réserves formulées à l'art. 3 et à l'art. 4, al.2, de la présente Convention et consignées au procès-verbal de la septième séance plénière du 27 septembre 1907.

37. *Pour le Salvador.* { P. J. MATHEU.
| S. PEREZ TRIANA.

38. *Pour la Serbie...* { S. GROUITCH.
| M. G. MILOVANOVITCH.
| M. G. MILITCHEVITCH.

39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
| C. CORRAGONI D'ORELLI.
| LUANG BHUVANARTH NARUBAL.

40. *Pour la Suède...* { K. H. L. HAMMARSKJOLD.
| JOH. HELLNER.

41. *Pour la Suisse...* CARLIN.

42. *Pour la Turquie..* TURKHAN.

43. *Pour l' Uruguay.* JOSÉ BATTLE Y ORDONEZ.

44. *Pour le Vénézuëla.* J. GIL FORTOUL.

VII

Convention

RELATIVE A LA TRANSFORMATION DES NAVIRES DE COMMERCE EN BATIMENTS DE GUERRE

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de

Grande-Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

Considérant qu'en vue de l'incorporation en temps de guerre de navires de la marine marchande dans les flottes de combat, il est désirable de définir les conditions dans lesquelles cette opération pourra être effectuée;

Que, toutefois, les Puissances contractantes n'ayant pu se mettre d'accord sur la question de savoir si la transformation d'un navire de commerce en bâtiment de guerre peut avoir lieu en pleine mer, il est entendu que la question du lieu de transformation reste hors de cause et n'est nullement visée par les règles ci-dessous;

Désirant conclure une Convention à cet effet, ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marchall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre

plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mére, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie:

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil:

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

- M. Vrbán Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;
M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili:

- Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;
Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;
Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

- M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

- M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

- Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République de L'Equateur:

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

- Son Excellence M. W. R. de Villa-Urrutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
- Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de la Moriera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

- Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

- Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
- Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

- Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala:

- M. José Tibble Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:

- Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

- Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne, délégué plénipotentiaire;
Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;
M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

- Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

- Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal;
M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

- Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

- Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

- Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

- M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

- Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loef, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence le comte de Sélir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin.

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

- M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

- Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

- Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

- Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, (Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

- Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

- Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

- M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE PREMIER

Aucun navire de commerce transformé en bâtiment de guerre ne peut avoir les droits et les obligations attachés à cette qualité, s'il n'est placé sous l'autorité directe, le contrôle immédiat et la responsabilité de la Puissance dont il porte le pavillon.

ARTICLE 2

Les navires de commerce transformés en bâtiments de guerre doivent porter les signes extérieurs distinctifs des bâtiments de guerre de leur nationalité.

ARTICLE 3

Le commandant doit être au service de l'Etat et dûment commissionné par les autorités compétentes. Son nom doit figurer sur la liste des officiers de la flotte militaire.

ARTICLE 4

L'équipage doit être soumis aux règles de la discipline militaire.

ARTICLE 5

Tout navire de commerce transformé en bâtiment de guerre est tenu d'observer dans ses opérations, les lois et coutumes de la guerre.

ARTICLE 6

Le belligérant, qui transforme un navire de commerce en bâtiment de guerre, doit, le plus tôt possible, mentionner cette transformation sur la liste des bâtiments de sa flotte militaire.

ARTICLE 7

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 8.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible. Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas, et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 9.

Les Puissances non signataires sont admises à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 10.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 11.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera

immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 12.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 8 alinéa 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 9 alinéa 2) ou de dénonciation (article 11 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas, et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | | |
|---------------------------------------|---|-------------------------|
| 1. Pour l'Allemagne. | { | MARSCHALL. |
| | | KRIEGE. |
| 2. Pour les Etats Unis
d'Amérique. | | |
| 3. Pour l'Argentine. | { | ROQUE SAENS PEÑA. |
| | | C. RUEZ LARRETA. |
| 4. Pour l'Autriche- | { | MÉREY. |
| Hongrie..... | | BON. MACCHIO. |
| 5. Pour la Belgique. | { | A. BEERNAERT. |
| | | VAN DEN HEUVEL. |
| | | GUILLAUME. |
| 6. Pour la Bolivie.. | | CLAUDIO PINILLA. |
| 7. Pour le Brésil... | { | RUY BARBOSA. |
| | | E. LISBÔA. |
| 8. Pour la Bulgarie. | { | Général-major VINAROFF. |
| | | IV. KARANDJOULOFF. |

- | | | |
|-------------------------------|--|-------------------------------|
| | | { DOMINGO GANA. |
| 9. <i>Pour le Chili....</i> | | { AUGUSTO MATTE. |
| | | { CARLOS CONCHA. |
| 10. <i>Pour la Chine.</i> | | |
| | | { JORGE HOLGUIN. |
| 11. <i>Pour la Colombie.</i> | | { S. PÉREZ TRIANA. |
| | | { M. VARGAS. |
| 12. <i>Pour la Républi-</i> | | { ANTONIO S. DE BUSTAMANTE. |
| <i>que de Cuba....</i> | | { GONZALO DE QUESADA. |
| | | { MANUEL SANGUILY. |
| 13. <i>Pour le Danemark</i> | | C. BRUN. |
| 14. <i>Pour la Républi-</i> | | |
| <i>que Dominicaine</i> | | |
| 15. <i>Pour l'Equateur.</i> | | { VICTOR M. RENDÓN. |
| | | { E. DORN Y DE ALSUA. |
| | | |
| | | { W. R. DE VILLA URRUTIA. |
| 16. <i>Pour l'Espagne..</i> | | { JOSÉ DE LA RICA Y CALVO. |
| | | { GABRIEL MAURA. |
| | | |
| | | { LÉON BOURGEOIS. |
| 17. <i>Pour la France..</i> | | { D'ESTOURNELLES DE CONSTANT. |
| | | { L. RENAULT. |
| | | { MARCELLIN PELLET. |
| | | { EDW. FRY. |
| 18. <i>Pour la Grande-</i> | | { ERNEST SATOW. |
| <i>Bretagne.....</i> | | { REAY. |
| | | { HENRY HOWARD. |
| 19. <i>Pour la Grèce...</i> | | { CLÉON RIZO RANGABÉ. |
| | | { GEORGES STREIT. |
| 20. <i>Pour le Guatemala</i> | | JOSÉ TIBLE MACHADO. |
| | | |
| | | { DALBÉMAR JN. JOSEPH. |
| 21. <i>Pour le Haïti....</i> | | { J. N. LÉGER. |
| | | { PIERRE HUDICOURT. |
| 22. <i>Pour l'Italie.....</i> | | { POMPILJ. |
| | | { G. FUSINATO. |
| 23. <i>Pour le Japon...</i> | | AIMARO SATO. |
| 24. <i>Pour le Luxem-</i> | | { EYSCHEN. |
| <i>bourg.....</i> | | { CTE. DE VILLERS. |
| | | |
| | | { G. A. ESTEVA. |
| 25. <i>Pour le Mexique.</i> | | { S. B. DE MIER. |
| | | { F. L. DE LA BARRA. |

26. *Pour le Monténé-* { NELIDOW.
gro..... { MARTENS.
 { N. TCHARYKOW.
27. *Pour le Nicaragua.*
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama.* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* J. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas* { W. H. DE BEAUFORT.
 { T. M. C. ASSER.
 { DEN BEER POORTUGAEL.
 { J. A. RÖELL.
 { J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse....* { MOMTAZOS SALTANEH M. SAMAD KHAN.
 { SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN.
34. *Pour le Portugal.* { MARQUIS DE SOVERAL.
 { CONDE DE SÈLIR.
 { ALBERTO D'OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie...* { NELIDOW.
 { MARTENS.
 { N. TCHARYKOW.
37. *Pour le Salvador.* { P. J. MATHEU.
 { S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...* { S. GROUITCH.
 { M. G. MILOVANOVITCH.
 { M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
 { C. CORRAGONI D'ORELLI.
 LUANG BHÜVANARTH NARÜBAL.
40. *Pour la Suède...* { K. H. L. HAMMARSKJÖLD.
 { JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN
43. *Pour l'Uruguay.*
44. *Pour le Vénézuéla* J. GIL FORTOUL.

Sous réserve de la déclaration faite à la 8^e séance plénière de la Conférence du 9 octobre 1907.

VIII

Convention

RELATIVE A LA POSE DE MINES SOUS-MARINES AUTOMATIQUES DE CONTACT

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatemala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

S'inspirant du principe de la liberté des voies maritimes, ouvertes à toutes les nations;

Considérant que, si dans l'état actuel des choses, on ne peut interdire l'emploi de mines sous-marines automatiques de contact, il importe d'en limiter et réglementer l'usage, afin de restreindre les rigueurs de la guerre et de donner, autant que faire se peut, à la navigation pacifique la sécurité à laquelle elle a droit de prétendre, malgré l'existence d'une guerre;

En attendant qu'il soit possible de régler la matière d'une façon qui donne aux intérêts engagés toutes les garanties désirables;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

Son Excellence M. Joseph A. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères, et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbani Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manoel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes:

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay, Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala:

M. José Tiblé Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

Son Excellence M. Eyschen, son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats Unis Mexicains:

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à la Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République du Panamá:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux ;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état ;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine ;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majeste le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état ;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Môm Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;

M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE PREMIER

Il est interdit :

1°, de placer des mines automatiques de contact non amarrées, à moins qu'elles ne soient construites de manière à devenir inoffensives une heure au maximum après que celui qui les a placées en aura perdu le contrôle;

2°, de placer des mines automatiques de contact amarrées qui ne deviennent pas inoffensives dès qu'elles auront rompu leurs amarres;

3°, d'employer des torpilles, qui ne deviennent pas inoffensives lorsqu'elles auront manqué leur but.

ARTICLE 2

Il est interdit de placer des mines automatiques de contact devant les côtes et les ports de l'adversaire, dans le seul but d'intercepter la navigation de commerce.

ARTICLE 3

Lorsque les mines automatiques de contact amarrées sont employées, toutes les précautions possibles doivent être prises pour la sécurité de la navigation pacifique.

Les belligérants s'engagent à pourvoir, dans la mesure du possible, à ce que ces mines deviennent inoffensives après un laps de temps limité, et, dans le cas où elles cesseraient d'être surveillées, à signaler les régions dangereuses, aussitôt que les exigences militaires le permettront, par un avis à la navigation, qui devra être aussi communiqué aux Gouvernements par la voie diplomatique.

ARTICLE 4

Toute Puissance neutre qui place des mines automatiques de contact devant ses côtes, doit observer les mêmes règles et prendre les mêmes précautions que celles qui sont imposées aux belligérants.

La Puissance neutre doit faire connaître à la navigation, par un avis préalable, les régions où seront mouillées des mines automatiques de contact. Cet avis devra être communiqué d'urgence aux Gouvernements par la voie diplomatique.

ARTICLE 5.

A la fin de la guerre, les Puissances contractantes s'engagent à faire tout ce qui dépend d'elles pour enlever, chacune de son côté, les mines qu'elles ont placées.

Quant aux mines automatiques de contact amarrées, que l'un des belligérants aurait posées le long des côtes de l'autre, l'emplacement en sera notifié à l'autre partie par la Puis-

sance qui les a posées et chaque Puissance devra procéder dans les plus bref délai à l'enlèvement des mines qui se trouvent dans ses eaux.

ARTICLE 6.

Les Puissances contractantes, qui ne disposent pas encore de mines perfectionnées telles qu'elles sont prévues dans la présente Convention, et qui, par conséquent ne sauraient actuellement se conformer aux règles établies dans les articles 1 et 3, s'engagent à transformer, aussitôt que possible, leur matériel de mines, afin qu'il réponde aux prescriptions susmentionnées.

ARTICLE 7.

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 8.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas, et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 9.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion que sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 10.

La présente Convention produira effet, pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 11.

La présente Convention aura une durée de sept ans à partir du soixantième jour après la date du premier dépôt de ratifications.

Sauf dénonciation, elle continuera d'être en vigueur après l'expiration de ce délai.

La dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les Puissances, en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance que l'aura notifiée et six mois après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 12.

Les Puissances contractantes s'engagent à reprendre la question de l'emploi des mines automatiques de contact six mois avant l'expiration du terme prévu par l'alinéa premier de l'article précédent, au cas où elle n'aurait pas été reprise et résolue à une date antérieure par la Troisième Conférence de la Paix.

Si les Puissances contractantes concluent une nouvelle Convention relative à l'emploi des mines, dès son entrée en vigueur, la présente Convention cessera d'être applicable.

ARTICLE 13.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 8, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 9, alinéa 2) ou de dénonciation (article 11, alinéa 3).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leur signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | |
|---------------------------------------|---|
| 1. Pour l'Allemagne. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">MARSHALL.
KRIEGE.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">}</div> </div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">Sous réserve de l'article 2.</div> |
| 2. Pour les Etats-Unis
d'Amérique. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">JOSEPH H. CHOATE.
HORACE PORTER.
U. M. ROSE.
DAVID JAYNE HILL.
C. S. SPERRY.
WILLIAM I. BUCHANAN.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">{</div> </div> |
| 3. Pour l'Argentine. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">ROQUE SAENZ PEÑA.
LUIS M. DRAGO.
C. RUEZ LARRETA.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">{</div> </div> |
| 4. Pour l'Autriche-
Hongrie. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">MÉREY.
BON. MACCHIO.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">}</div> </div> |
| 5. Pour la Belgique. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">A. BEERNAERT.
VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">{</div> </div> |
| 6. Pour la Bolivie... | CLAUDIO PINILLA. |
| 7. Pour le Brésil.... | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">RUY BARBOSA.
E. LISBÔA.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">}</div> </div> |
| 8. Pour la Bulgarie. | <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;"> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">Général-Major VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF.</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle; font-size: 3em; line-height: 1;">}</div> </div> |

- | | | | |
|---|-----------------------|---|--|
| 9. Pour le Chili..... | { | DOMINGO GANA.
AUGUSTO MATTE.
CARLOS CONCHA. | |
| 10. Pour la Chine... | | | |
| 11. Pour la Colombie. | { | JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS. | |
| 12. Pour la République
de Cuba..... | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE .
GONZALO DE QUESADA.
MANOEL SANGUILY. | |
| 13. Pour le Danemark | | A. VEDEL. | |
| 14. Pour la République
Dominicaine.... | { | DR. HENRIQUEZ Y CAR-
VAJAL.....
APOLINAR TEJERA..... | { Avec réserve sur l'ali-
néa premier de l'ar-
ticle premier. |
| 15. Pour l'Equateur.. | { | VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSÚA. | |
| 16. Pour l'Espagne... | | | |
| 17. Pour la France.. | MARCELLIN PELLET..... | | { Sous réserve de l'ar-
ticle 2. |
| 18. Pour la Grande-
Bretagne..... | { | EDW. FRY.....
ERNEST SATOW.....
REAY.....
HENRY HOWARD..... | { Sous réserve de la dé-
claration suivante :
« En apposant leurs
signatures à cette
Convention les Plé-
nipotentiaires Bri-
tanniques déclarent
que le simple fait
que la dite Conven-
tion ne défend pas
tel act ou tel pro-
cédé, ne doit pas
être considéré com-
me privant le Gou-
vernement de Sa
Majesté Britannique
du droit de contes-
ter la légalité du dit
acte ou procédé.» |
| 19. Pour la Grèce... | { | CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT. | |
| 20. Pour le Guatémala | | JOSÉ TIBLE MACHADO. | |
| 21. Pour le Haïti.... | { | DALBÉMAR JN. JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT. | |
| 22. Pour l'Italie..... | { | POMPILI.
G. FUSINATO. | |

23. *Pour le Japon...* AIMARO SATO.
24. *Pour le Luxem-
bourg.....* { EYSCHEN.
C^{TE} DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique.* { G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monténégro*
27. *Pour le Nicaragua*
28. *Pour la Norvège..* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama..* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* G. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas* { W. H. DE BAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse....* { MOMTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN.
34. *Pour le Portugal.*
35. *Pour la Roumanie* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie...*
37. *Pour le Salvador.* { P. J. MATHEU.
S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...* { S. GROUÏTCH.
M. G. MILOVANOVITCH.
M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
C. CORRAGONI D'ORELLI } Sous réserve de l'ar-
LUANG BHÜVANARTH NA- ticle 1, alinéa 1.
RÜBAL.
40. *Pour la Suède....*
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie..* TURKHAN..... } Sous réserve des dé-
clarations consig-
nées au procès-ver-
bal de la 8^a séance
plénière de la Con-
férence du 9 octo-
bre 1907.
43. *Pour l'Uruguay...* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour le Vénézuëla* J. GIL FORTOUL.

IX

Convention

CONCERNANT LE BOMBARDEMENT PAR DES FORCES
NAVALES EN TEMPS DE GUERRE

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

Animés du désir de réaliser le vœu exprimé par la Première Conférence de la Paix, concernant le bombardement, par les forces navales, de ports, villes et villages, non défendus;

Considérant qu'il importe de soumettre les bombardements par des forces navales à des dispositions générales qui garantissent les droits des habitants et assurent la conservation des principaux édifices, en étendant à cette opération de guerre, dans la mesure du possible, les principes du Règlement de 1899 sur les lois et coutumes de la guerre sur la terre;

S'inspirant ainsi du désir de servir les intérêts de l'humanité et de diminuer les rigueurs et les désastres de la guerre;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont, en conséquence, nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir :

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse :

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et juriconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Le Président des Etats-Unis d'Amérique :

Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;

Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;

M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;

M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine :

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mére, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisbôa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbhan Vinaroff, général-major, de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie:

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manoel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;

M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;

M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine:

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur:

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française:

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du

- conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes:

- Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
- Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

- Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
- M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala:

- M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Enrique Gómez Carillo, chargé des affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti:

- Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
- Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;
- M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international publique, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

- Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;
- Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;
- M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

- Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;
- Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, duc de Nassau:

- Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal ;
- M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

- Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome ;
- Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;
- Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

- Son Excellence M. Nélidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris ;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M.C.Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortagael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou:

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse:

Son Excellence Samad Klan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.:

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumaine:

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse :

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans :

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.
Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

**Chapitre I — Du bombardement des ports, villes, villages.
habitations ou batiments non défendus.**

ARTICLE 1.

Il est interdit de bombarder, par des forces navales, des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments, qui ne sont pas défendus.

Une localité ne peut pas être bombardée à raison du seul fait que, devant son port, se trouvent mouillées des mines sous-marines automatiques de contact.

ARTICLE 2.

Toutefois, ne sont pas compris dans cette interdiction les ouvrages militaires, établissements militaires ou navales, dépôts d'armes ou de matériel de guerre, ateliers et installations propres à être utilisés pour les besoins de la flotte ou de l'armée ennemie, et les navires de guerre se trouvant dans le port. Le commandant d'une force navale pourra, après sommation avec délai raisonnable, les détruire par le canon, si tout autre moyen est impossible et lorsque les autorités locales n'auront pas procédé à cette destruction dans le délai fixé.

Il n'encourt aucune responsabilité dans ce cas pour les dommages involontaires, qui pourraient être occasionnés par le bombardement.

Si des nécessités militaires, exigeant une action immédiate, ne permettent pas d'accorder de délai, il reste entendu que l'interdiction de bombarder la ville non défendue subsiste comme dans le cas énoncé dans l'alinéa 1 et que le commandant prendra toutes les dispositions voulues pour qu'il en résulte pour cette ville le moins d'inconvénients possible.

ARTICLE 3.

Il peut, après notification expresse, être procédé au bombardement des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments non défendus, si les autorités locales, mises en demeure par une sommation formelle, refusent d'obtempérer à des réquisitions de vivres ou d'approvisionnements nécessaires au besoin présent de la force navale qui se trouve devant la localité.

Ces réquisitions seront en rapport avec les ressources de la localité. Elles ne seront réclamées qu'avec l'autorisation

du commandant de la dite force navale et elles seront, autant que possible, payées au comptant; sinon elles seront constatées par des reçus.

ARTICLE 4.

Est interdit le bombardement, pour le non paiement des contributions en argent, des ports, villes, villages, habitations ou bâtiments, non défendus.

Chapitre II — Dispositions générales.

ARTICLE 5.

Dans le bombardement par des forces navales, toutes les mesures nécessaires doivent être prises par le commandant pour épargner, autant que possible, les édifices consacrés aux cultes, aux arts, aux sciences et à la bienfaisance, les monuments historiques, les hôpitaux et lieux de rassemblement de malades ou de blessés, à condition qu'ils ne soient pas employés en même temps à un but militaire.

Le devoir des habitants est de désigner ces monuments, ces édifices ou lieux de rassemblement, par des signes visibles, qui consisteront en grands panneaux rectangulaires rigides, partagés, suivant une des diagonales, en deux triangles de couleur, noire en haut et blanche en bas.

ARTICLE 6.

Sauf le cas où les exigences militaires ne le permettraient pas, le commandant de la force navale assaillante doit, avant d'entreprendre le bombardement, faire tout ce qui de lui dépend pour avertir les autorités.

ARTICLE 7.

Il est interdit de livrer au pillage une ville ou localité même prise d'assaut.

Chapitre III — Dispositions finales

ARTICLE 8.

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 9.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieures de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise, par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique, aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 10.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 11.

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

- | | | | |
|---|---|---------------------------|--|
| | { | A. BEERNAERT. | |
| 5. <i>Pour la Belgique.</i> | { | J. VAN DEN HEUVEL. | |
| | { | GUILLAUME. | |
| 6. <i>Pour la Bolivie..</i> | | CLAUDIO PINILLA. | |
| 7. <i>Pour le Brésil...</i> | { | RUY BARBOSA. | |
| | { | E. LISBÔA. | |
| 8. <i>Pour la Bulgarie.</i> | { | Général-Major VINAROFF. | |
| | { | IV. KARANDJOULOFF. | |
| 9. <i>Pour le Chili.....</i> | { | DOMINGO GANA. | } Sous la réserve de l'article 3
formulée dans la quatrième
séance plénière du 17
août. |
| | { | AUGUSTO MATTE. | |
| | { | CARLOS CONCHA. | |
| 10. <i>Pour la Chine.</i> | | | |
| | { | JORGE HOLGUIN. | |
| 11. <i>Pour la Colombie.</i> | { | S. PÉREZ TRIANA. | |
| | { | M. VARGAS. | |
| 12. <i>Pour la Républi-
que de Cuba</i> | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE. | |
| | { | GONZALO QUESADA. | |
| | { | MANUEL SANGUILY. | |
| 13. <i>Pour le Danemark</i> | | C. BRUN. | |
| 14. <i>Pour la Républi-
que Dominicaine</i> | { | DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL. | |
| | { | APOLINAR TEJERA. | |
| 15. <i>Pour l'Equateur...</i> | { | VICTOR M. RENDÓN. | |
| | { | E. DORN Y DE ALSUA. | |
| 16. <i>Pour l'Espagne.</i> | | | |
| 17. <i>Pour la France..</i> | { | MARCELLIN PELLET.... | } Sous réserve du deu-
xième alinéa de l'ar-
ticle I. |
| | { | | |
| 18. <i>Pour la Grande-
Bretagne.</i> | { | EDW. FRY..... | } Sous réserve du se-
cond alinéa de l'ar-
ticle I. |
| | { | ERNEST SATOW..... | |
| | { | REAY..... | |
| | { | HENRY HOWARD..... | |
| 19. <i>Pour la Grèce...</i> | { | CLÉON RIZO RANGABÉ. | |
| | { | GEORGES STREIT. | |
| 20. <i>Pour le Guatemala</i> | | JOSÉ TIBLÉ MACHADO. | |
| 21. <i>Pour le Haïti....</i> | { | DALBÈMAR JN. JOSEPH. | |
| | { | J. N. LÉGER. | |
| | { | PIERRE HUDICOURT. | |
| 22. <i>Pour l'Italie.....</i> | { | POMPIJ. | |
| | { | G. FUSINATO. | |

23. *Pour le Japon...* } AIMARO SATO..... } Avec réserve de l'ali-
néa 2 de l'article I.
24. *Pour le Luxem- bourg.* } EYSCHEN.
} C^{te}. DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique.* } G. A. ESTEVA.
} S. B. DE MIER.
} F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monténé- gro.* } NÉLIDOW.
} MARTENS.
} N. TCHARYKOW.
27. *Pour le Nicaragua.*
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama.* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* G. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas* } W. H. DE BEAUFORT.
} T. M. C. ASSER.
} DEN BEER POORTUGAEL.
} J. A. RÖELL.
} J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse...* } MONTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN.
} SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN.
34. *Pour le Portugal.* ALBERTO D'OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie...* } NELIDOW.
} MARTENS.
} N. TCHARYKOW.
37. *Pour le Salvador* } P. J. MATHEU.
} S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...* } S. GROUÏTCH.
} M. G. MILOVANOVITCH.
} M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* } MOM CHATIDÉJ UDOM.
} C. CORRAGONI D'ORELLI.
} LUANG BHÜVANARTH NARÜBAL.
40. *Pour la Suède...* } K. H. L. HAMMARSKJÖLD.
} JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour le Vénézuéla* J. GIL FORTOUL.



Convention

POUR L'ADAPTATION À LA GUERRE MARITIME DES PRINCIPES DE LA CONVENTION DE GENÈVE

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Sa Majesté l'Empereur de Chine; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de La République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

Egalement animés du désir de diminuer, autant qu'il dépend d'eux les maux inséparables de la guerre;

Et voulant, dans ce but, adapter à la guerre maritime les principes de la Convention de Genève du 6 juillet 1906;

Ont résolu de conclure une Convention à l'effet de réviser la Convention du 19 juillet 1899 relative à la même matière et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

- Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;
- M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

- Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
- Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
- Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
- Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
- M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
- M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
- M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine:

- Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

- Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beeřnaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. L. dos Santos Lisbôa, envoyé extraordinaire et ministre plenipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Vrbān Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Sa Majesté l'Empereur de Chine :

- Son Excellence M. Lou-Tseng-Tsiang, Son ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Tsieng-Sun, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

Le Président de la République de Colombie :

- M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

- M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;
Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

- Son Excellence M. Constantin Bruun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

- M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

- Son Excellence M. W. R. de Villa-Urritia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
- Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

- Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

- Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage ;
- Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international ;
- Son Excellence Sir Henry Howard, K. G. M. G., G. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin ;

M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à La Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbemar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris ;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington ;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne ;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères ;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire ;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, duc de Nassau :

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du Gouvernement Grand Ducal ;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

- Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;
Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro :

- Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;
Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;
Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

- Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

- Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;
Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Klan Momtazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadigh Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador:

- M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

- Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. Milovan Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

- Mom Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

- Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

- Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

- Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage ;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE PREMIER

Les bâtiments-hôpitaux militaires, c'est-à-dire, les bâtiments construits ou aménagés par les Etats spécialement et **uniquement** en vue de porter secours aux **bléssés, malades et naufragés**, et dont les noms auront été communiqués, à l'ouverture ou au cours des hostilités, en tout cas avant toute mise en usage, aux Puissances belligérantes, sont respectés et ne peuvent être capturés pendant la durée des hostilités.

Ces bâtiments ne sont pas non plus assimilés aux navires de guerre au point de vue de leur séjour dans un port neutre.

ARTICLE 2.

Les bâtiments hospitaliers, équipés en totalité ou en partie aux frais des particuliers ou des sociétés de secours officiellement reconnues, sont également respectés et exempts de capture, si la Puissance belligérante dont ils dépendent, leur a donné une commission officielle et en a notifié les noms à la Puissance adverse à l'ouverture ou au cours des hostilités, en tout cas avant toute mise en usage.

Ces navires doivent être porteurs d'un document de l'autorité compétente déclarant qu'ils ont été soumis à son contrôle pendant leur armement et à leur départ final.

ARTICLE 3.

Les bâtiments hospitaliers, équipés en totalité ou en partie aux frais des particuliers ou des sociétés officiellement reconnues de pays neutres, sont respectés et exempts de ca-

apture, à condition qu'ils se soient mis sous la direction de l'un des belligérants, avec l'assentiment préalable de leur propre Gouvernement et avec l'autorisation du belligérant lui-même et que ce dernier en ait notifié le nom à son adversaire des l'ouverture ou dans le cours des hostilités, en tout cas, avant tout emploi.

ARTICLE 4.

Les bâtiments qui sont mentionnés dans les articles 1, 2 et 3, porteront secours et assistance aux blessés, malades et naufragés des belligérants sans distinction de nationalité.

Les Gouvernements s'engagent à n'utiliser ces bâtiments pour aucun but militaire.

Ces bâtiments ne devront gêner en aucune manière les mouvements des combattants.

Pendant et après le combat, ils agiront à leurs risques et périls.

Les belligérants auront sur eux le droit de contrôle et de visite; ils pourront refuser leur concours, leur enjoindre de s'éloigner, leur imposer une direction déterminée et mettre à bord un commissaire, même les détenir, si la gravité des circonstances l'exigeait.

Autant que possible, les belligérants inscriront sur le journal de bord des bâtiments hospitaliers les ordres qu'ils leur donneront.

ARTICLE 5.

Les bâtiments-hôpitaux militaires seront distingués par une peinture extérieure blanche avec une bande horizontale verte d'un mètre et demi de largeur environ.

Les bâtiments qui son mentionnés dans les articles 2 et 3, seront distingués par une peinture extérieure blanche avec une bande horizontale rouge d'un mètre et demi de largeur environ.

Les embarcations des bâtiments qui viennent d'être mentionnés, comme les petits bâtiments qui pourront être affectés au service hospitalier, se distingueront par une peinture analogue.

Tous les bâtiments hospitaliers se feront reconnaître en hissant, avec leur pavillon national, le pavillon blanc à croix-rouge prévu par la Convention de Genève et, en outre, s'ils ressortissent à un Etat neutre, en arborant au grand mât le pavillon national du belligérant sous la direction duquel ils se sont placés.

Les bâtiments hospitaliers qui, dans les termes de l'article 4, sont détenus par l'ennemi, auront à rentrer le pavillon national du belligérant dont ils relèvent.

Les bâtiments et embarcations ci-dessus mentionnés, qui veulent s'assurer la nuit le respect auquel ils ont droit, ont, avec l'assentiment du belligérant qu'ils accompagnent, à prendre les mesures nécessaires pour que la peinture qui les caractérise soit suffisamment apparente.

ARTICLE 6

Les signes distinctifs prévus à l'article 5 ne pourront être employés, soit en temps de paix, soit en temps de guerre, que pour protéger ou désigner les bâtiments qui y sont mentionnés.

ARTICLE 7

Dans le cas d'un combat à bord d'un vaisseau de guerre, les infirmeries seront respectées et ménagées autant que faire se pourra.

Ces infirmeries et leur matériel demeurent soumis aux lois de la guerre, mais ne pourront être détournés de leur emploi, tant qu'ils seront nécessaires aux blessés et malades.

Toutefois le commandant, qui les a en son pouvoir, a la faculté d'en disposer, en cas de nécessité militaire importante, en assurant au préalable le sort des blessés et malades qui s'y trouvent.

ARTICLE 8

La protection due aux bâtiments hospitaliers et aux infirmeries des vaisseaux cesse si l'on en use pour commettre des actes nuisibles à l'ennemi.

N'est pas considéré comme étant de nature à justifier le retrait de la protection le fait que le personnel de ces bâtiments et infirmeries est armé pour le maintien de l'ordre et pour la défense des blessés ou malades, ainsi que le fait de la présence à bord d'une installation radio-télégraphique.

ARTICLE 9

Les belligérants pourront faire appel au zèle charitable des commandants de bâtiments de commerce, yachts ou embarcations neutres, pour prendre à bord et soigner des blessés ou des malades.

Les bâtiments qui auront répondu à cet appel ainsi que ceux qui spontanément auront recueilli des blessés, des ma-

lades ou des naufragés, jouiront d'une protection spéciale et de certaines immunités. En aucun cas, ils ne pourront être capturés pour le fait d'un tel transport; mais, sauf les promesses qui leur auraient été faites, ils restent exposés à la capture pour les violations de neutralité qu'ils pourraient avoir commises.

ARTICLE 10

Le personnel religieux, médical et hospitalier de tout bâtiment capturé est inviolable et ne peut être fait prisonnier de guerre. Il emporte, en quittant le navire, les objets et les instruments de chirurgie qui sont sa propriété particulière.

Ce personnel continuera à remplir ses fonctions tant que cela sera nécessaire et il pourra ensuite se retirer, lorsque le commandant en chef jugera possible.

Les belligérants doivent assurer à ce personnel tombé entre leurs mains les mêmes allocations et la même solde qu'au personnel des mêmes grades de leur propre marine.

ARTICLE 11

Les marins et les militaires embarqués, et les autres personnes officiellement attachées aux marines ou aux armées, blessés ou malades, à quelque nation qu'ils appartiennent, seront respectés et soignés par les capteurs.

ARTICLE 12

Tout vaisseau de guerre d'une Partie belligérante peut réclamer la remise des blessés, malades ou naufragés, qui sont à bord des bâtiments-hôpitaux militaires, des bâtiments hospitaliers des sociétés de secours ou de particuliers, de navires de commerce, yachts et embarcations, quelle que soit la nationalité de ces bâtiments.

ARTICLE 13

Si des blessés, malades ou naufragés sont recueillis à bord d'un vaisseau de guerre neutre, il devra être pourvu, dans la mesure du possible, à ce qu'ils ne puissent pas de nouveau prendre part aux opérations de la guerre.

ARTICLE 14

Sont prisonniers de guerre les naufragés, blessés ou malades d'un belligérant qui tombent au pouvoir de l'autre. Il appartient à celui-ci de décider, suivant les circonstances,

s'il convient de les garder, de les diriger sur un port de sa nation, sur un port neutre ou même sur un port de l'adversaire. Dans ce dernier cas, les prisonniers ainsi rendus à leur pays ne pourront servir pendant la durée de la guerre.

ARTICLE 15

Les naufragés, blessés ou malades, qui sont débarqués dans un port neutre, du consentement de l'autorité locale, devront, à moins d'un arrangement contraire de l'Etat neutre avec les Etats belligérants, être gardés par l'Etat neutre de manière qu'ils ne puissent pas de nouveau prendre part aux opérations de la guerre.

Les frais d'hospitalisation et d'internement seront supportés par l'Etat dont relèvent les naufragés, blessés ou malades.

ARTICLE 16

Après chaque combat, les deux Parties belligérantes, en tant que les intérêts militaires le comportent, prendront des mesures pour rechercher les naufragés, les blessés et les malades et pour les faire protéger, ainsi que les morts, contre le pillage et les mauvais traitements.

Elles veilleront à ce que l'inhumation, l'immersion ou l'incinération des morts soit précédée d'un examen attentif de leurs cadavres.

ARTICLE 17

Chaque belligérant enverra, dès qu'il sera possible, aux autorités de leur pays, de leur marine ou de leur armée, les marques ou pièces militaires d'identité trouvées sur les morts et l'état nominatif des blessés ou malades recueillis par lui.

Les belligérants se tiendront réciproquement au courant des internements et des mutations, ainsi que des entrées dans les hôpitaux et des décès survenus parmi les blessés et malades en leur pouvoir. Ils recueilleront tous les objets d'un usage personnel, valeurs, lettres, etc., qui seront trouvés dans les vaisseaux capturés, ou délaissés par les blessés ou malades décédés dans les hôpitaux, pour les faire transmettre aux intéressés par les autorités de leur pays.

ARTICLE 18

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 19.

Les commandants en chef des flottes des belligérants auront à pourvoir aux détails d'exécution des articles précédents, ainsi qu'aux cas non prévus, d'après les instructions de leurs Gouvernements respectifs et conformément aux principes généraux de la présente Convention.

ARTICLE 20.

Les Puissances signataires prendront les mesures nécessaires pour instruire leurs marines, et spécialement le personnel protégé, des dispositions de la présente Convention et pour les porter à la connaissance des populations.

ARTICLE 21.

Les Puissances signataires s'engagent également à prendre ou à proposer à leurs législatures, en cas d'insuffisance de leurs lois pénales, les mesures nécessaires pour réprimer en temps de guerre, les actes individuels de pillage et de mauvais traitements envers des blessés et malades des marines, ainsi que pour punir, comme usurpation d'insignes militaires, l'usage abusif des signes distinctifs désignés à l'article 5 par des bâtiments non protégés par la présente Convention.

Ils se communiqueront, par l'intermédiaire du Gouvernement des Pays-Bas, les dispositions relatives à cette répression, au plus tard dans les cinq ans de la ratification de la présente Convention.

ARTICLE 22.

En cas d'opérations de guerre entre les forces de terre et de mer des belligérants, les dispositions de la présente Convention ne seront applicables qu'aux forces embarquées.

ARTICLE 23.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part, et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, le dit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 24.

Les Puissances non signataires qui auront accepté la Convention de Genève du 6 juillet 1906, sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer, notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 25.

La présente Convention, dûment ratifiée, remplacera dans les rapports entre les Puissances contractantes, la Convention du 29 juillet 1899 pour l'adaptation à la guerre maritime des principes de la Convention de Genève.

La Convention de 1899 reste en vigueur dans les rapports entre les Puissances qui l'ont signée, et qui ne ratifieraient pas également la présente Convention.

ARTICLE 26

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratification, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt, et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 27

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée

par écrit au Gouvernement des Pays-Bas, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 28

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 23 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 24 alinéa 2) ou de dénonciation (article 27 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

- | | | |
|--|---|----------------------|
| 1. Pour l'Allemagne. | { | MARSCHALL. |
| | | KRIEGE. |
| 2. Pour le Etats Unis
d'Amérique..... | { | JOSEPH H. CHOATE. |
| | | HORACE PORTER. |
| | | U. M. ROSE. |
| | | DAVID JAYNE HILL. |
| | | C. S. SPERRY. |
| | | WILLIAM I. BUCHANAN. |
| | | ROQUE SAENZ PEÑA. |
| 3. Pour l'Argentine. | { | LUIZ M. DRAGO. |
| | | C. RÚEZ LARRETA |
| 4. Pour l'Autriche | { | MÉREY. |
| Hongrie..... | | BON. MACCHIO. |
| | | A. BEERNAERT. |
| 5. Pour la Belgique. | { | J. VAN DEN HEUVEL. |
| | | GUILLAUME. |
| 6. Pour la Bolivie.. | | CLAUDIO PINILLA. |

- | | | | | | | |
|---|---|-----------------------------|---|--|--|--|
| 7. <i>Pour le Brésil....</i> | { | RUY BARBOSA. | { | Sous réserve de l'article 21. | | |
| | | E. LISBÔA. | | | | |
| 8. <i>Pour la Bulgarie.</i> | { | Général-Major VINAROFF. | | | | |
| | | IV. KARADJOULOFF. | | | | |
| | { | DOMINGO GANA. | | | | |
| 9. <i>Pour le Chili.....</i> | | AUGUSTO MATTE. | | | | |
| | { | CARLOS CONCHA. | | | | |
| 10. <i>Pour la Chine....</i> | { | LOUTSENGTSIANG. | | | | |
| | | TSIENSUN. | | | | |
| | { | JORGE HOLGUIN. | | | | |
| 11. <i>Pour la Colombie.</i> | | S. PÉREZ TRIANA. | | | | |
| | { | M. VARGAS. | | | | |
| 12. <i>Pour la République de Cuba....</i> | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE. | | | | |
| | | GONZALO DE QUESADA. | | | | |
| | | MANOEL SAGUILY. | | | | |
| 13. <i>Pour le Danemark</i> | | G. BRUN. | | | | |
| 14. <i>Pour la République Dominicaine</i> | { | DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL. | | | | |
| | | APOLINAR TEJERA. | | | | |
| 15. <i>Pour l'Equateur..</i> | { | VICTOR M. RENDÓN. | | | | |
| | | E. DORN Y DE ALSU'A. | | | | |
| | { | W. R. DE VILLA URRUTIA. | | | | |
| 16. <i>Pour l'Espagne...</i> | | JOSÉ DE LA RICA Y CALVO. | | | | |
| | | GABRIEL MAURA. | | | | |
| | { | LÉON BOURGEOIS. | | | | |
| 17. <i>Pour la France...</i> | | D'ESTOURNELLES DE CONSTANT. | | | | |
| | | L. RENAULT. | | | | |
| | { | MARCELLIN PELLET. | | | | |
| 18. <i>Pour la Grande-Bretagne.....</i> | { | EDW. FRY. | { | Sous réserve des articles 6 et 21 et de la déclaration suivante:
«En apposant leurs signatures à cette Convention les Plénipotentiaires Britanniques déclarent que le Gouvernement de Sa Majesté entend que l'application de l'article 12 borne au seul cas des combattants recueillis pendant ou après un combat naval auquel ils auront pris part». | | |
| | | ERNEST SATOW. | | | | |
| | | REAY. | | | | |
| | | HENRY HOWARD. | | | | |
| 19. <i>Pour la Grèce...</i> | { | CLÉON RIZO RANGABÉ. | | | | |
| | | GEORGES STREIT. | | | | |
| 20. <i>Pour le Guatemala</i> | | JOSÉ TIEBLE MACHADO. | | | | |

- | | | |
|-----------------------------------|---|---|
| 21. Pour le Haïti.... | { | DALBÉMAR JN. JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT. |
| 22. Pour l'Italie..... | { | POMPIJ.
G. FUSINATO. |
| 23. Pour le Japon... | | AIMARO SATO. |
| 24. Pour le Luxem-
bourg | { | EYSCHEN.
C ^{TE} . DE VILLERS. |
| 25. Pour le Mexique. | { | G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA. |
| 26. Pour le Monténé-
gro..... | { | NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW. |
| 27. Pour le Nicara-
gua..... | | |
| 28. Pour la Norvège.. | | F. HAGERUP. |
| 29. Pour le Panama. | | B. PORRAS. |
| 30. Pour le Para-
guay | | J. DU MONCEAU. |
| 31. Pour les Pays-
Bas..... | { | W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. A. LOEFF. |
| 32. Pour le Pérou... | | C. G. CANDAMO. |
| 33. Pour la Perse.... | { | MONTAZOS-SALTANEH M.
SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M.
AHMED KHAN. |
| 34. Pour le Portugal. | { | MARQUIS DE SOVERAL.
CONDE DE SÉLIR.
ALBERTO D'OLIVEIRA. |
| 35. Pour la Roumanie. | | EDG. MAVROCORDATO. |
| 36. Pour la Russie... | { | NELIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW. |

Sous réserve du droit
reconnu par la Con-
férence de l'emploi
du Lion et du Soleil
Rouge au lieu et à
la place de la Croix
Rouge.

- | | | | |
|---|---|---------------------------|--|
| 37. <i>Pour le Salvador.</i> | } | P. J. MATHEU. | |
| | | S. PÉREZ TRIANA. | |
| 38. <i>Pour la Serbie...</i> | } | S. GROUÏTCH. | |
| | | M. G. MILCVANVICH. | |
| | | M. G. MILITCHEVICH. | |
| 39. <i>Pour le Siam....</i> | } | MON CHATIDEJ UDOM. | |
| | | C. CORRAGONI D'ORELLI. | |
| | | LUANG BHÛVANARTH NARÛBAL. | |
| 40. <i>Pour la Suède...</i> | } | K. H. L. HAMMARSKJÖLD. | |
| | | JOH. HELLNAR. | |
| 41. <i>Pour la Suisse...</i> | | CARLIN. | |
| 42. <i>Pour la Turquie..</i> | } | TURKHAN. | } Sous réserve du droit
reconnu par la Con-
férence de la Paix
de l'emploi du Crois-
sant Rouge. |
| | | | |
| 43. <i>Pour l'Uruguay..</i> | | JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ. | |
| 44. <i>Pour le Vénézu-
ela.....</i> | | J. GIL FORTOUL. | |

XI

Convention

RELATIVE À CERTAINES RESTRICTIONS À L'EXERCICE DU DROIT DE CAPTURE DANS LA GUERRE MARITIME

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni

de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Sa Majesté le Roi de Norvège; le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla;

Reconnaissant la nécessité de mieux assurer que par le passé l'application équitable du droit aux relations maritimes internationales en temps de guerre;

Estimant que, pour y parvenir, il convient, en abandonnant ou en conciliant le cas échéant dans un intérêt commun certaines pratiques divergentes anciennes, d'entreprendre de codifier dans des règles communes les garanties dues au commerce pacifique et au travail inoffensif, ainsi que la conduite des hostilités sur mer; qu'il importe de fixer dans des engagements mutuels écrits les principes demeurés jusqu'ici dans le domaine incertain de la controverse ou laissés à l'arbitraire des Gouvernements;

Que, dès à présent, un certain nombre de règles peuvent être posées, sans qu'il soit porté atteinte au droit actuellement en vigueur concernant les matières qui n'y sont pas prévues;

Ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage

Le Président des Etats-Unis d'Amérique :

- Son Excellence M. Joseph H. Choate, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Horace Porter, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. Uriah M. Rose, ambassadeur extraordinaire;
Son Excellence M. David Jayne Hill, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à La Haye;
M. Charles S. Sperry, contre-amiral, ministre plénipotentiaire;
M. Georges B. Davis, général de brigade, chef de la justice militaire de l'armée fédérale, ministre plénipotentiaire;
M. William I. Buchanan, ministre plénipotentiaire.

Le Président de la République Argentine :

- Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Roma, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

- Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime de légation, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

- Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;
Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Urban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général;

M. Santiago Pérez Triana;

Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Le Gouverneur Provisoire de la République de Cuba :

M. Antonio Sanchez de Bustamante, professeur de droit international à l'université de la Havane, sénateur de la République;

Son Excellence M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Manuel Sanguily, ancien directeur de l'institut d'enseignement secondaire de la Havane, sénateur de la République.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

- Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
- M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
- M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

- M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

- Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
- M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

- Son Excellence M. F. R. de Villa-Urutia, sénateur, ancien ministre des affaires étrangères, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres;
- Son Excellence M. José de la Rica y Calvo, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye;
- M. Gabriel Maura y Gamazo, comte de Mortera, député aux Cortès.

Le Président de la République Française :

- Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à la Haye.

*Sa Majesté le Roi du Royaume-uni de Grande
Bretagne et d'Irlande et des Territoires Bri-
tanniques au delà des Mers, Empereur des
Indes :*

- Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;
Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

Sa Majesté le roi des Hellènes :

- Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
M. Georges Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

- M. José Tible Machado, chargé d'affaires de la République à la Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

- Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémar, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;
Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;
M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

- Son Excellence le comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation italienne, délégué plénipotentiaire;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompilj, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

*Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg
Duc de Nassau :*

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. de Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, l'ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama:

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay:

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

- Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite, ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;
- Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;
- M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

- Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté Imperiale le Schah de Perse :

- Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- Son Excellence Mirza Ahmed Khan Sadig Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves. etc :

- Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;
- Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;
- Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

- Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;
- Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

- M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;
- M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie:

- Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;
Son Excellence M. M. Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;
Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam:

- Mon Chatidej Udom, major-général;
M. C. Corragioni d'Orelli, Son conseiller de légation;
Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes:

- Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld
Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans portefeuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

- Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;
M. Eugène Borel, colonel d'état major-général, professeur à l'université de Genève;
M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Majesté l'Empereur des Ottomans:

- Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;
Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;
Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

- Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla :

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

Chapitre I — De la Correspondance postale

ARTICLE PREMIER

La correspondance postale des neutres ou des belligérants, quel que soit son caractère officiel ou privé, trouvée en mer sur un navire neutre ou ennemi, est inviolable. S'il y a saisie du navire, elle est expédiée avec le moins de retard possible par le capteur.

Les dispositions de l'alinéa précédent ne s'appliquent pas, en cas de violation de blocus, à la correspondance qui est à destination ou en provenance du port bloqué.

ARTICLE 2.

L'inviolabilité de la correspondance postale ne soustrait pas les paquebots-poste neutres aux lois et coutumes de la guerre sur mer concernant les navires de commerce neutres en général. Toutefois, la visite n'en doit être effectuée qu'en cas de nécessité, avec tous les ménagements et toute la célérité possibles.

Chapitre II — De l'exemption de capture pour certains bateaux.

ARTICLE 3.

Les bateaux exclusivement affectés à la pêche côtière ou à des services de petite navigation locale sont exempts de capture, ainsi que leurs engins, agrès, appareils et chargement.

Cette exemption cesse de leur être applicable des qu'ils participent d'une façon quelconque aux hostilités.

Les Puissances contractantes s'interdisent de profiter du caractère inoffensif desdits bateaux pour les employer dans un but militaire en leur conservant leur apparence pacifique.

ARTICLE 4.

Sont également exempts de capture les navires chargés de missions religieuses, scientifiques ou philanthropiques.

Chapitre III — Du régime des équipages des navires de commerce ennemis capturés par un belligérant.

ARTICLE 5.

Lorsqu'un navire de commerce ennemi est capturé par un belligérant, les hommes de son équipage, nationaux d'un Etat neutre, ne sont pas faits prisonniers de guerre.

Il en est de même du capitaine et des officiers, également nationaux d'un Etat neutre, s'ils promettent formellement par écrit de ne pas servir sur un navire ennemi pendant la durée de la guerre.

ARTICLE 6.

Le capitaine, les officiers et les membres de l'équipage, nationaux de l'Etat ennemi, ne sont pas faits prisonniers de guerre, à condition qu'ils s'engagent, sous la foi d'une promesse formelle écrite, à ne prendre, pendant la durée des hostilités, aucun service ayant rapport avec les opérations de la guerre.

ARTICLE 7.

Les noms des individus laissés libres dans les conditions visées à l'article 5, alinéa 2, et à l'article 6, sont notifiés par le belligérant capteur à l'autre belligérant. Il est interdit à ce dernier d'employer sciemment lesdits individus.

ARTICLE 8.

Les dispositions des trois articles précédents ne s'appliquent pas aux navires qui prennent part aux hostilités.

Chapitre IV — Dispositions finales

ARTICLE 9.

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 10.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible. Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieurs de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification .

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 11.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 12.

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt de ratifications soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront, soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 13.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulut dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 14.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt des ratifications effectué en vertu de l'article 10 alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 11 alinéa 2) ou de dénonciation (article 13 alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne { MARSCHALL.
KRIEGE.

2. Pour les Etats-Unis d'Amérique { JOSEPH H. CHOATE.
HORACE PORTER.
U. M. ROSE.
DAVID JAYNE HILL.
C. S. SPERRY.
WILLIAM I. BUCHANAN.

3. Pour l'Argentine { ROQUE SAENZ PEÑA.
LUIS M. DRAGO.
C. RUEZ LARRETA.

4. Pour l'Autriche-Hongrie..... { MÉREY.
BON MACCHIO.

5. Pour la Belgique { A. BEERNAERT.
VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME.

6. Pour la Bolivie.. CLAUDIO PINILLA.

7. Pour le Brésil... { RUY BARBOSA.
E. LISBÔA.

8. Pour la Bulgarie { Général-Major VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF.

9. *Pour le Chili*.... { DOMINGO GANA.
AUGUSTO MATTE.
CARLOS CONCHA.
10. *Pour la Chine*.
11. *Pour la Colombie* { JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS.
12. *Pour la République de Cuba*.... { ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
GONZALO DE QUESADA.
MANUEL SANGUILY.
13. *Pour le Danemark*..... { C. BRUN.
14. *Pour la République Dominicaine* { DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
APOLINAR TEJERA.
15. *Pour l'Equateur*.. { VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSÚA.
16. *Pour l'Espagne*... { W. R. DE VILLA URRUTIA.
JOSÉ DE LA RICA Y CALVO.
GABRIEL MAURA.
17. *Pour la France*.. { LÉON BOURGEOIS.
D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-Bretagne*..... { EDW. FRY.
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce*.... { CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour le Guatemala*..... JOSÉ TIBLE MACHADO.
21. *Pour le Haïti*.... { DALBÉMAR JN JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.
22. *Pour l'Italie*.... { POMPIJ.
G. FUSINATO.
23. *Pour le Japon*... AIMARO SATO.
24. *Pour le Luxembourg*..... { EYSCHEN.
C^{TE}. DE VILLERS.

25. *Pour le Mexique* { G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monté-
negro.*
27. *Pour le Nicaragua.*
28. *Pour la Norvège..* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* J. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-
Bas.....* { W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. H. LOEFF.
2. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse....* { MONTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN.
34. *Pour le Portugal* { MARQUIS DE SOVERAL.
COMTE DE SELIR.
ALBERTO D'OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie.*
37. *Pour le Salvador.* { P. J. MATHEU.
S. PÉREZ TRIANA.
S. GROÛTCH.
38. *Pour la Serbie...* { M. G. MILOVANOVITCH.
M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
C. CORRAGIONI D'ORELLI.
LUANG BHUVANARTH NARÜBAL.
40. *Pour la Suède...* JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDONEZ.
44. *Pour le Vénézuëla* J. GIL FORTOUL.

XIII

Convention

CONCERNANT LES DROITS ET LES DEVOIRS DES PUISSANCES NEUTRES EN CAS DE GUERRE MARITIME

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse; Le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République de Bolivie; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie; Le Président de la République de Chili; Le Président de la République de Colombie; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République Dominicaine; Le Président de la République de l'Equateur; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Le Président de la République de Guatémala; Le Président de la République d'Haïti; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Son Altesse Royale le Prince de Monténégro; Sa Majesté le Roi de Norvège; Le Président de la République de Panama; Le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc.; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Le Président de la République du Salvador; Sa Majesté le Roi de Serbie; Sa Majesté le Roi de Siam; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Sa Majesté l'Empereur des Ottomans; Le Président de la République Orientale de l'Uruguay; Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

En vue de diminuer les divergences d'opinion qui, en cas de guerre maritime, existent encore au sujet des rapports entre les Puissances neutres et les Puissances belligérantes, et de prévenir les difficultés auxquelles ces divergences pourraient donner lieu;

Considérant que, si l'on ne peut concerter dès maintenant des stipulations s'étendant à toutes les circonstances qui

peuvent se présenter dans la pratique, il y a néanmoins une utilité incontestable à établir, dans la mesure du possible, des règles communes pour les cas où malheureusement la guerre viendrait à éclater;

Considérant que, pour les cas non prévus par la présente Convention, il y a lieu de tenir compte des principes généraux du droit des gens;

Considérant qu'il est désirable que les Puissances édictent des prescriptions précises pour régler les conséquences de l'état de neutralité qu'elles auraient adopté;

Considérant que c'est, pour les Puissances neutres, un devoir reconnu d'appliquer impartialement aux divers belligérants les règles adoptées par elles;

Considérant que, dans cet ordre d'idées, ces règles ne devraient pas, en principe, être changées, au cours de la guerre, par une Puissance neutre, sauf dans les cas où l'expérience acquise en démontrerait la nécessité pour la sauvegarde de ses droits;

Sont convenus d'observer les règles communes suivantes qui ne sauraient, d'ailleurs, porter aucune atteinte aux stipulations des traités généraux existants, et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir;

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

Son Excellence le baron Marschall de Bieberstein, Son ministre d'état, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Constantinople;

M. le dr. Johannes Kriege, Son envoyé en mission extraordinaire à la présente Conférence, Son conseiller intime de légation et jurisconsulte au ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Le Président de la République Argentine:

Son Excellence M. Roque Saenz Peña, ancien ministre des affaires étrangères, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Luis M. Drago, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, député national, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien ministre des affaires étrangères et des cultes de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Son Excellence M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Son conseiller intime, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le baron Charles de Macchio, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Athènes.

Sa Majesté le Roi des Belges :

Son Excellence M. Beernaert, Son ministre d'état, membre de la chambre des représentants, membre de l'institut de France et des académies Royales de Belgique et de Roumanie, membre d'honneur de l'institut de droit international, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. J. Van den Heuvel, Son ministre d'état, ancien ministre de la justice;

Son Excellence M. le baron Guillaume, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye, membre de l'académie Royale de Roumanie.

Le Président de la République de Bolivie :

Son Excellence M. Claudio Pinilla, ministre des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Fernando E. Guachalla, ministre plénipotentiaire à Londres.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil :

Son Excellence M. Ruy Barbosa, ambassadeur extraordinaire et ministre plénipotentiaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Eduardo F. F. dos Santos Lisboa, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie :

M. Urban Vinaroff, général-major de l'état-major, Son général à la suite;

M. Ivan Karandjouloff, procureur-général de la cour de cassation.

Le Président de la République de Chili :

Son Excellence M. Domingo Gana, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Londres;

Son Excellence M. Augusto Matte, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Berlin;

Son Excellence M. Carlos Concha, ancien ministre de la guerre, ancien président de la chambre des députés, ancien envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Buenos Aires.

Le Président de la République de Colombie :

M. Jorge Holguin, général;
M. Santiago Pérez Triana;
Son Excellence M. Marceliano Vargas, général, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris.

Sa Majesté le Roi de Danemark :

Son Excellence M. Constantin Brun, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Washington;
M. Christian Frederik Scheller, contre-amiral;
M. Axel Vedel, Son chambellan, chef de section au ministère Royal des affaires étrangères.

Le Président de la République Dominicaine :

M. Francisco Henriquez y Carvajal, ancien secrétaire d'état au ministère des affaires étrangères de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Apolinar Tejera, recteur de l'institut professionnel de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de l'Equateur :

Son Excellence M. Victor Rendón, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Madrid;
M. Enrique Dorn y de Alsúa, chargé d'affaires.

Le Président de la République Française :

Son Excellence M. Léon Bourgeois, ambassadeur extraordinaire de la République, sénateur, ancien président du conseil des ministres, ancien ministre des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. le baron d'Estournelles de Constant, sénateur, ministre plénipotentiaire de première classe, membre de la cour permanente d'arbitrage;
M. Louis Renault, professeur à la faculté de droit à l'université de Paris, ministre plénipotentiaire honoraire, jurisconsulte du ministère des affaires étrangères, membre de l'institut de France, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Marcellin Pellet, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République Française à La Haye.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

Son Excellence the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., membre du conseil privé, Son ambassadeur extraordinaire, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Sir Ernest Mason Satow, G. C. M. G., membre du conseil privé, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence the Right Honourable Donald James Mackay Baron Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., membre du conseil privé, ancien président de l'institut de droit international;

Son Excellence Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

Son Excellence M. Cléon Rizo Rangabé, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

M. George Streit, professeur de droit international à l'université d'Athènes, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Guatémala :

M. José Tiblé Machado, chargé d'affaires de la République à la Haye et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Enrique Gómez Carillo, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Le Président de la République d'Haïti :

Son Excellence M. Jean Joseph Dalbémard, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. J. N. Léger, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Washington;

M. Pierre Hudicourt, ancien professeur de droit international public, avocat au barreau de Port au Prince.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Son Excellence le comte Joseph Ternielli Brusati di Vergano, sénateur du Royaume, ambassadeur de Sa Majesté le Roi

à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage, président de la délégation Italienne;

Son Excellence M. le commandeur Guido Pompili, député au parlement, sous-secrétaire d'état au ministère Royal des affaires étrangères;

M. le commandeur Guido Fusinato, conseiller d'état, député au parlement, ancien ministre de l'instruction.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

Son Excellence M. Keiroku Tsudzuki, Son ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. Aimaro Sato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

*Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg,
Duc de Nassau:*

Son Excellence M. Eyschen, Son ministre d'état, président du gouvernement Grand Ducal;

M. le comte de Villers, chargé d'affaires du Grand-Duché à Berlin.

Le Président des Etats-Unis Mexicains:

Son Excellence M. Gonzalo A. Esteva, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Rome;

Son Excellence M. Sebastian B. Mier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

Son Excellence M. Francisco L. de la Barra, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Bruxelles et à la Haye.

Son Altesse Royale le Prince de Monténégro:

Son Excellence M. Nelidow, conseiller privé Impérial actuel, ambassadeur de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à Paris;

Son Excellence M. de Martens, conseiller privé Impérial, membre permanent du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères de Russie;

Son Excellence M. Tcharykow, conseiller d'état Impérial actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies à la Haye.

Sa Majesté le Roi de Norvège:

Son Excellence M. Francis Hagerup, ancien président du conseil, ancien professeur de droit, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye et à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président de la République de Panama :

M. Belisario Porras.

Le Président de la République du Paraguay :

Son Excellence M. Eusebio Machaïn, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris;

M. le comte G. Du Monceau de Bergendal, consul de la République à Bruxelles.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. W. H. de Beaufort, Son ancien ministre des affaires étrangères, membre de la seconde chambre des états-généraux;

Son Excellence M. T. M. C. Asser, Son ministre d'état, membre du conseil d'état, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence le jonkheer J. C. C. den Beer Poortugael, lieutenant-général en retraite; ancien ministre de la guerre, membre du conseil d'état;

Son Excellence le jonkheer J. A. Röell, Son aide de camp en service extraordinaire, vice-amiral en retraite, ancien ministre de la marine;

M. J. A. Loeff, Son ancien ministre de la justice, membre de la seconde chambre des états-généraux.

Le Président de la République du Pérou :

Son Excellence M. Carlos G. Candamo, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris et à Londres, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Sa Majesté l'Impériale le Schah de Perse :

Son Excellence Samad Khan Montazos Saltaneh, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence Mirza Ahmet Khan Sadig Ul Mulk, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc :

Son Excellence M. le marquis de Soveral, Son conseiller d'état, pair du Royaume, ancien ministre des affaires étrangères, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres, Son ambassadeurs extraordinaire et plénipotentiaire;

Son Excellence M. le comte de Selir, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye;

Son Excellence M. Alberto d'Oliveira, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

Son Excellence M. Alexandre Beldiman, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berlin;

Son Excellence M. Edgar Mavrocordato, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

Son Excellence M. Nelidow, Son conseiller privé actuel, Son ambassadeur à Paris;

Son Excellence M. de Martens, Son conseiller privé, membre permanente du conseil du ministère Impérial des affaires étrangères, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Tcharykow, Son conseiller d'état actuel, Son chambellan, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye.

Le Président de la République du Salvador :

M. Pedro I. Matheu, chargé d'affaires de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Santiago Pérez Triana, chargé d'affaires de la République à Londres.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

Son Excellence M. Sava Grouitch, général, président du conseil d'état;

Son Excellence M. M. Milovanovitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Rome, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Michel Militchevitch, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye.

Sa Majesté le Roi de Siam :

Mon Chatidej Udom, major-général;

M. C. Corraigioni d'Orelli, Son conseiller de légation;

Luang Bhüvanarth Narübal, capitaine.

Sa Majesté le Roi de Suède, des Goths et des Vendes :

Son Excellence M. Knut Hjalmar Leonard Hammar skjöld, Son ancien ministre de la justice, Son envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Copenhague, membre de la cour permanente d'arbitrage;

M. Johannes Hellner, Son ancien ministre sans porte feuille, ancien membre de la cour suprême de Suède, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Conseil Fédéral Suisse:

Son Excellence M. Gaston Carlin, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse à Londres et à La Haye;

M. Eugène Lorei, colonel d'état-major général, professeur à l'université de Genève;

M. Max Huber, professeur de droit à l'université de Zürich.

Sa Magesté l'Empereur des Ottomans:

Son Excellence Turkhan Pacha, Son ambassadeur extraordinaire, ministre de l'evkaf;

Son Excellence Rechid Bey, Son ambassadeur à Rome;

Son Excellence Mehemed Pacha, vice-amiral.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay:

Son Excellence M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, membre de la cour permanente d'arbitrage;

Son Excellence M. Juan P. Castro, ancien président du sénat, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la République à Paris, membre de la cour permanente d'arbitrage.

Le Président des Etats-Unis de Vénézuéla:

M. José Gil Fortoul, chargé d'affaires de la République à Berlin.

Lesquels, après avoir déposé leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE PREMIER.

Les belligérants sont tenus de respecter les droits souverains des Puissances neutres et de s'abstenir, dans le territoire ou les eaux neutres, de tous actes qui constitueraient de la part des Puissances qui les toléreraient un manquement à leur neutralité.

ARTICLE 2.

Tous actes d'hostilité, y compris la capture et l'exercice du droit de visite, commis par des vaisseaux de guerre belligérants dans les eaux territoriales d'une Puissance neutre, constituent une violation de la neutralité et sont strictement interdits.

ARTICLE 3.

Quand un navire a été capturé dans les eaux territoriales d'une Puissance neutre cette Puissance doit, si la prise est encore dans sa juridiction, user des moyens dont elle dispose pour que la prise soit relâchée avec ses officiers et son équipage, et pour que l'équipage mis à bord par le capteur soit interné.

Si la prise est hors de la juridiction de la Puissance neutre, le Gouvernement capteur, sur la demande de celle-ci, doit relâcher la prise avec ses officiers et son équipage.

ARTICLE 4.

Aucun tribunal des prises ne peut être constitué par un belligérant sur un territoire neutre ou sur un navire dans des eaux neutres.

ARTICLE 5.

Il est interdit aux belligérants de faire des ports et des eaux neutres la base d'opérations navales contre leurs adversaires, notamment d'y installer des stations radio-télégraphiques ou tout appareil destiné à servir comme moyen de communication avec des forces belligérantes sur terre ou sur mer.

ARTICLE 6.

La remise, à quelque titre que ce soit, faite directement ou indirectement par une Puissance neutre à une Puissance belligérante, de vaisseaux de guerre, de munitions, ou d'un matériel de guerre quelconque, est interdite.

ARTICLE 7.

Une Puissance neutre n'est pas tenue d'empêcher l'exportation ou le transit, pour le compte de l'un ou de l'autre des belligérants, d'armes, de munitions, et, en général, de tout ce qui peut être utile à une armée ou à une flotte.

ARTICLE 8.

Un Gouvernement neutre est tenu d'user des moyens dont il dispose pour empêcher dans sa juridiction l'équipement ou l'armement de tout navire, qu'il a des motifs raisonnables de croire destiné à croiser ou à concourir à des opérations hostiles contre une Puissance avec laquelle il est en paix. Il est aussi tenu d'user de la même surveillance pour empêcher le départ hors de sa juridiction de tout navire destiné à croiser ou à concourir à des opérations hostiles, et qui aurait été, dans ladite juridiction, adapté en tout ou en partie à des usages de guerre.

ARTICLE 9.

Une Puissance neutre doit appliquer également aux deux belligérants les conditions, restrictions ou interdictions, édictées par elle pour ce que concerne l'admission dans ses ports, rades ou eaux territoriales, des navires de guerre belligérants ou de leurs prises.

Toutefois, une Puissance neutre peut interdire l'accès de ses ports et de ses rades au navire belligérant qui aurait négligé de se conformer aux ordres et prescriptions édictées par elle ou qui aurait violé la neutralité.

ARTICLE 10.

La neutralité d'une Puissance n'est pas compromise par le simple passage dans ses eaux territoriales des navires de guerre et des prises des belligérants.

ARTICLE 11.

Une Puissance neutre peut laisser les navires de guerre des belligérants se servir de ses pilotes brevetés.

ARTICLE 12.

A défaut d'autres dispositions spéciales de la législation de la Puissance neutre, il est interdit aux navires de guerre des belligérants de demeurer dans les ports et rades ou dans les eaux territoriales de la dite Puissance, pendant plus de 24 heures, sauf dans les cas prévus par la présente Convention.

ARTICLE 13.

Si une Puissance avisée de l'ouverture des hostilités apprend qu'un navire de guerre d'un belligérant se trouve dans un de ses ports et rades ou dans ses eaux territoriales, elle doit notifier au dit navire qu'il devra partir dans les 24 heures ou dans le délai prescrit par la loi locale.

ARTICLE 14.

Un navire de guerre belligérant ne peut prolonger son séjour dans un port neutre au delà de la durée légale que pour cause d'avaries ou à raison de l'état de la mer. Il devra partir dès que la cause du retard aura cessé.

Les règles sur la limitation du séjour dans les ports, rades et eaux neutres ne s'appliquent pas aux navires de guerre exclusivement affectés à une mission religieuse, scientifique ou philanthropique.

ARTICLE 15.

A défaut d'autres dispositions spéciales de la législation de la Puissance neutre, le nombre maximum des navires de guerre d'un belligérant qui pourront se trouver en même temps, dans un de ses port ou rades, sera de trois.

ARTICLE 16.

Lorsque des navires de guerre des deux Parties belligérantes se trouvent simultanément dans un port ou une rade neutres, il doit s'écouler au moins 24 heures entre le départ du navire d'un belligérant et le départ du navire de l'autre.

L'ordre des départs est déterminé par l'ordre des arrivées, à moins que le navire arrivé le premier ne soit dans le cas où la prolongation de la durée légale du séjour est admise.

Un navire de guerre belligérant ne peut quitter un port ou une rade neutres moins de 24 heures après le départ d'un navire de commerce portant le pavillon de son adversaire.

ARTICLE 17.

Dans les ports et rades neutres, les navires de guerre belligérants ne peuvent réparer leurs avaries que dans la mesure indispensable à la sécurité de leur navigation et non pas accroître, d'une manière quelconque, leur force militaire. L'autorité neutre constatera la nature des réparations à effectuer qui devront être exécutés le plus rapidement possible.

ARTICLE 18.

Les navires de guerre belligérants ne peuvent pas se servir des ports, rades et eaux territoriales neutres, pour renouveler ou augmenter leurs approvisionnements militaires ou leur armement ainsi que pour compléter leurs équipages.

ARTICLE 19.

Les navires de guerre belligérants ne peuvent se ravitailler dans les ports et rades neutres que pour compléter leur approvisionnement normal du temps de paix.

Ces navires ne peuvent, de même, prendre du combustible que pour gagner le port le plus proche de leur propre pays. Ils peuvent, d'ailleurs prendre le combustible nécessaire pour compléter le plein de leurs soutes proprement dites, quand ils se trouvent dans les pays neutres qui ont adopté ce mode de détermination du combustible à fournir.

Si, d'après la loi de la Puissance neutre, les navires ne reçoivent du charbon que 24 heures après leur arrivée, la durée légale de leur séjour est prolongée de 24 heures.

ARTICLE 20.

Les navires de guerre belligérants, qui ont pris du combustible dans le port d'une Puissance neutre, ne peuvent renouveler leur approvisionnement qu'après trois mois dans un port de la même Puissance.

ARTICLE 21.

Une prise ne peut être amenée dans un port neutre que pour cause d'innavigabilité, de mauvais état de la mer, de manque de combustible ou de provisions.

Elle doit repartir aussitôt que la cause qui en a justifié l'entrée a cessé. Si elle ne le fait pas la Puissance neutre doit lui notifier l'ordre de partir immédiatement: au cas où elle ne s'y conformerait pas, la Puissance neutre doit user des moyens dont elle dispose pour la relâcher avec ses officiers et son équipage et interner l'équipage mis à bord par le capteur.

ARTICLE 22.

La Puissance neutre doit, de même, relâcher la prise qui aurait été amenée en dehors des conditions prévues par l'article 21.

ARTICLE 23.

Une Puissance neutre peut permettre l'accès de ses ports et rades aux prises escortées ou non, lorsqu'elles y sont amenées pour être laissées sous séquestre en attendant la décision du tribunal des prises. Elle peut faire conduire la prise dans un autre de ses ports.

Si la prise est escortée par un navire de guerre, les officiers et les hommes mis à bord par le capteur sont autorisés à passer sur le navire d'escorte.

Si la prise voyage seule, le personnel placé à son bord par le capteur est laissé en liberté.

ARTICLE 24.

Si, malgré la notification de l'autorité neutre, un navire de guerre belligérant ne quitte pas un port dans lequel il n'a pas le droit de rester, la Puissance neutre a le droit de prendre les mesures qu'elle pourra juger nécessaires pour rendre le navire incapable de prendre la mer pendant la durée de la guerre et le commandant du navire doit faciliter l'exécution de ces mesures.

Lorsqu'un navire belligérant est retenu par une Puissance neutre, les officiers et l'équipage sont également retenus.

Les officiers et l'équipage ainsi retenus peuvent être laissés dans le navire ou logés, soit sur un autre navire, soit à terre, et ils peuvent être assujettis aux mesures restrictives qu'il paraîtrait nécessaire de leur imposer. Toutefois, on devra toujours laisser sur le navire les hommes nécessaires à son entretien.

Les officiers peuvent être laissés libres en prenant l'engagement sur parole de ne pas quitter le territoire neutre sans autorisation.

ARTICLE 25.

Une Puissance neutre est tenue d'exercer la surveillance, que comportent les moyens dont elle dispose, pour empêcher dans ses ports ou rades et dans ses eaux toute violation des dispositions qui précèdent.

ARTICLE 26.

L'exercice par une Puissance neutre des droits définis par la présente Convention ne peut jamais être considéré comme un acte peu amical par l'un ou par l'autre belligérant qui a accepté les articles qui s'y réfèrent.

ARTICLE 27.

Les Puissances contractantes se communiqueront réciproquement, en temps utile, toutes les lois, ordonnances et autres dispositions réglant chez elles le régime des navires de guerre belligérants dans leurs ports et leurs eaux, au moyen d'une notification adressée au Gouvernement des Pays-Bas et transmise immédiatement par celui-ci aux autres Puissances contractantes.

ARTICLE 28.

Les dispositions de la présente Convention ne sont applicables qu'entre les Puissances contractantes et seulement si les belligérants sont tous parties à la Convention.

ARTICLE 29.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible. Les ratifications seront déposées à La Haye.

Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Puissances qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Etrangères des Pays-Bas.

Les dépôts ultérieures de ratifications se feront au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement des Pays-Bas et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnés à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments de ratification, sera immédiatement remise par les soins du Gouvernement des Pays-Bas et par la voie diplomatique aux Puissances conviées à la Deuxième Conférence de la Paix, ainsi qu'aux autres Puissances qui auront adhéré à la Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement leur fera connaître en même temps la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 30.

Les Puissances non signataires sont admises à adhérer à la présente Convention.

La Puissance qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement des Pays-Bas en lui transmettant l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

Ce Gouvernement transmettra immédiatement à toutes les autres Puissances copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 31.

La présente Convention produira effet pour les Puissances qui auront participé au premier dépôt des ratifications, soixante jours après la date du procès-verbal de ce dépôt et, pour les Puissances qui ratifieront ultérieurement ou qui adhéreront soixante jours après que la notification de leur ratification ou de leur adhésion aura été reçue par le Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 32.

S'il arrivait qu'une des Puissances contractantes voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement des Pays-Bas qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à toutes les autres Puissances en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement des Pays-Bas.

ARTICLE 33.

Un registre tenu par le Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas indiquera la date du dépôt de ratifications effectué en vertu de l'article 29, alinéas 3 et 4, ainsi que la date à laquelle auront été reçues les notifications d'adhésion (article 30, alinéa 2) ou de dénonciation (article 32, alinéa 1).

Chaque Puissance contractante est admise à prendre connaissance de ce registre et à en demander des extraits certifiés conformes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Convention de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances qui ont été conviées à la Deuxième Conférence de la Paix.

1. Pour l'Allemagne.	{	MARSHALL.....	{	Sous réserve des articles 11, 12, 13 et 20.
		KRIEGE.....		

2. Pour les Etats-
Unis d'Amérique.

3. Pour l'Argentine.	{	ROQUE SAENZ PENA.
		LUIS M. DRAGO.
		C. RUEZ LARRETA.

4. Pour l'Autriche- Hongrie.....	{	MÉREY.
		BON. MACCHIO.

5. Pour la Belgique.	{	A. BEERNAERT.
		VAN DEN HEUVEL.
		GUILLAUME.

6. Pour la Bolivie.. CLAUDIO PINILLA.

7. Pour le Brésil...	{	RUY BARBOSA.
		E. LISBÔA.

8. Pour la Bulgarie.	{	Général-Major VINAROFF.
		IV. KARANDJOULOFF.

9. Pour le Chili....	{	DOMINGO GANA.
		AUGUSTO MATTE.
		CARLOS CONCHA.

10. Pour la Chine:

- | | | |
|------------------------------------|--|-------------------------------------|
| 11. Pour la Colombie. | JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS. | |
| 12. Pour la République de Cuba. | | |
| 13. Pour le Danemark | A. VEDEL. | |
| 14. Pour la République Dominicaine | DR. HENRIQUEZ Y CAR-
VAJAL.....
APOLINAR TEJERA..... | Avec réserve sur l'article 12. |
| 15. Pour l'Equateur. | VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSUA. | |
| 16. Pour l'Espagne. | | |
| 17. Pour la France.. | LÉON BOURGEOIS.
D'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET. | |
| 18. Pour la Grande-Bretagne. | EDW. FRY.
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD. | Sous réserve des articles 19 et 23. |
| 19. Pour la Grèce... | CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT. | |
| 20. Pour le Guatemala | JOSÉ TIBLE MACHADO. | |
| 21. Pour le Haïti.... | DALBÉMAR JN. JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT. | |
| 22. Pour l'Italie..... | POMPILI.
G. FUSINATO. | |
| 23. Pour le Japon... | AIMARO SATO. | Avec réserve des articles 19 et 23. |
| 24. Pour le Luxembourg. | EYSCHEN.
C ^{te} DE VILLERS. | |
| 25. Pour le Mexique | G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA. | |
| 26. Pour le Monténégro. | NÉLIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW. | |
| 27. Pour le Nicaragua. | | |
| 28. Pour la Norvège.. | F. HAGERUP. | |

29. *Pour le Panama* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay* G. DU MONCEAU.
31. *Pour les Pays-Bas.* { W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÖELL.
J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse....* { MONTAZOS-SALTANEH M.
SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M.
AHMED KHAN. } Sous réserve des articles 12, 19 et 21.
34. *Pour le Portugal* ALBERTO D'OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie* EDG. MAVROCORDATO.
36. *Pour la Russie..* { NÉLIDOW.
MARTENS.
N. TCHARYKOW.
37. *Pour le Salvador* { P. J. MATHEU.
S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...* { S. GROUÏTCH.
M. G. MILOVANOVITCH.
M. G. MILITCHEVITCH.
39. *Pour le Siam....* { MOM CHATIDEJ UDOM.
C. CORRAGONI D'ORELLI.
LUANG BHÜVANARTH.
NARÜBAL. } Sous réserve des articles 12, 19 et 23.
40. *Pour la Suède...* JOH. HELLNER.
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie..* TURKHAN. } Sous réserve de la déclaration concernant l'article 10 portée au procès-verbal de la 8^e séance plénière de la Conférence du 9 octobre de 1907.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour la Vénézuéla* J. GIL FORTOUL.

XIV

Déclaration

RELATIVE À L'INTERDICTION DE LANCER DES PROJEC- TILES ET DES EXPLOSIFS DU HAUT DE BALLONS

Les soussignés, Plénipotentiaires des Puissances conviées
à la Deuxième Conférence Internationale de la Paix à La Haye,
dûment autorisés à cet effet par leurs Gouvernements,

S'inspirant des sentiments qui ont trouvé leur expression

29 novembre

dans la Déclaration de St. Pétersbourg du ———— 1868,

11 décembre

et désirant renouveler la Déclaration de La Haye du 29 juillet
1899, arrivée à expiration,

Déclarent :

Les Puissances contractantes consentent, pour une période
allant jusqu'à la fin de la Troisième Conférence de la Paix,
à l'interdiction de lancer des projectiles et des explosifs du
haut de ballons ou par d'autres modes analogues nouveaux.

La présente Déclaration n'est obligatoire que pour les
Puissances contractantes, en cas de guerre entre deux ou plu-
sieurs d'entre elles.

Elle cessera d'être obligatoire du moment où, dans une
guerre entre des Puissances contractantes, une Puissance non
contractante se joindrait à l'un des belligérants.

La présente Déclaration sera ratifiée dans le plus bref
délai possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Il sera dressé du dépôt des ratifications un procès-verbal,
dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie
diplomatique à toutes les Puissances contractantes.

Les Puissances non signataires pourront adhérer à la pré-
sente Déclaration. Elles auront, à cet effet, à faire connaître
leur adhésion aux Puissances contractantes, au moyen d'une
notification écrite, adressée au Gouvernement des Pays-Bas
et communiquée par celui-ci à toutes les autres Puissances
contractantes.

S'il arrivait qu'une des Hautes Parties Contractantes dé-
nonçât la présente Déclaration, cette dénonciation ne pro-
duirait ses effets qu'un an après la notification faite par écrit

au Gouvernement des Pays-Bas et communiquée immédiatement par celui-ci à toutes les autres Puissances contractantes.

Cette dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont revêtu la présente Déclaration de leurs signatures.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire qui restera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont des copies, certifiées conformes, seront remises par la voie diplomatique aux Puissances contractantes.

1. *Pour l'Allemagne.*

JOSEPH H. CHOATE.

HORACE PORTER.

2. *Pour les Etats-
Unis d'Amérique.*

U. M. ROSE.

DAVID JAYNE HILL.

C. S. SPERRY.

WILLIAM I. BUCHANAN.

3. *Pour l'Argentine.* LUIS M. DRAGO.

4. *Pour l'Autriche-*

Hongrie..... BON. MACCHIO.

5. *Pour la Belgique.* A. BEERNAERT.
VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME.

6. *Pour la Bolivie..* CLAUDIO PINILLA.

7. *Pour le Brésil...* RUY BARBOSA.
E. LISBÔA.

8. *Pour la Bulgarie.* Général-Major VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF.

9. *Pour le Chili.....*

10. *Pour la Chine....* LOUTSENGTSIANG.
TSIENSUN.

11. *Pour la Colombie.* JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS.

12. *Pour la Républi-
que de Cuba....* ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
GONZALO DE QUESADA.
MANUEL SANGUILY.

13. *Pour le Danemark*

14. *Pour la Républi-
que Dominicaine* DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
APOLINAR TEJERA.

15. *Pour l'Equateur..* } VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSUA.
16. *Pour l'Espagne. .*
17. *Pour la France..*
18. *Pour la Grande-
Bretagne.* } EDW. FRY.
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce...* } CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour le Guaté-
mala.....*
21. *Pour le Haïti....* } DALBÉMAR JN JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.
22. *Pour l'Italie.....*
23. *Pour le Japon...*
24. *Pour le Luxem-
bourg.....* } EYSCHEN.
C^{TE}. DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique..*
26. *Pour le Monté-
négro.....*
27. *Pour le Nicaragua*
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama.* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay*
31. *Pour les Pays-Bas* } W. H. DE BEAUFORT.
T. M. C. ASSER.
DEN BEER POORTUGAEL.
J. A. RÜELL.
J. A. LOEFF.
32. *Pour le Pérou...* C. G. CANDAMO.
33. *Pour la Perse...* } MONTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN.
SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN.
34. *Pour le Portugal.* } MARQUIS DE SOVERAL.
CONDE DE SÉLIR.
ALBERTO D'OLIVEIRA.
35. *Pour la Roumanie*
36. *Pour la Russie...*

37. *Pour le Salvador.* } P. J. MATHEU.
 } S. PÉREZ TRIANA.
38. *Pour la Serbie...*
39. *Pour le Siam....* } MOM CHATIDEJ UDOM.
 } C. CORRAGONI D'ORELLI.
 } LUANG BHÜVANARTH NARÜBAL
40. *Pour la Suède...*
41. *Pour la Suisse...* CARLIN.
42. *Pour la Turquie.* TURKHAN.
43. *Pour l'Uruguay..* JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ.
44. *Pour le Vénézuéla*

XV

Acte final

DE LA DEUXIÈME CONFÉRENCE INTERNATIONALE DE LA PAIX

La Deuxième Conférence Internationale de la Paix, proposée d'abord par Monsieur le Président des Etats-Unis d'Amérique, ayant été, sur l'invitation de Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies, convoquée par Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, s'est réunie le 15 juin 1907 à La Haye, dans la Salle des Chevaliers, avec la mission de donner un développement nouveau aux principes humanitaires qui ont servi de base à l'oeuvre de la Première Conférence de 1899.

Les Puissances, dont l'énumération suit, ont pris part à la Conférence, pour laquelle Elles avaient désigné les Délégués nommés ci-après :

L'ALLEMAGNE :

Son Exc. le Baron Marschall de Bieberstein, Ministre d'Etat, Ambassadeur Impérial à Constantinople, Premier Délégué Plénipotentiaire;

M. Kriege, Envoyé Impérial en Mission extraordinaire à la présente Conférence, Conseiller Intime de Légation et Jurisconsulte au Département des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. le Contre-Amiral Siegel, Attaché Naval à l'Ambassade Impériale à Paris, Délégué de la Marine;

M. le Major-Général de Gündell, Quartier-Maitre Supérieur du Grand Etat-major de l'Armée Royale de Prusse, Délégué Militaire;

M. Zorn, Professeur à la Faculté de Droit de l'Université de Bonn, Conseiller Intime de Justice, Membre de la Chambre des Seigneurs de Prusse et Syndic de la Couronne, Délégué scientifique;

M. Göppert, Conseiller de Légation et Conseiller adjoint au Département des Affaires Etrangères, Délégué adjoint;

M. Retzmann, Capitaine-Lieutenant de l'Etat-major général de la Marine, Délégué adjoint de la Marine.

LES ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE :

Son Exc. M. Joseph H. Choate, ancien Ambassadeur à Londres, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire;

Son Ex. M. Horace Porter, ancien Ambassadeur à Paris, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Uriah M. Rose, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. David Jayne Hill, ancien Sous-Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Contre-Amiral Charles S. Sperry, ancien Président de l'Ecole de Guerre maritime, ministre plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Général de Brigade George B. Davis, Chef de la Justice militaire de l'Armée des Etats-Unis, Ministro plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire;

M. William I. Buchanan, ancien Ministre à Buenos Aires, ancien Ministre au Panama, Ministre plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire;

M. James Brown Scott, Jurisconsulte du Département d'Etat des Affaires Etrangères, Délégué technique;

M. Charles Henry Butler, Rapporteur de la Cour Suprême, Délégué technique.

LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE

Son Exc. M. Roque Saenz Peña, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Rome, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage et Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Luis M. Drago, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Député, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Carlos Rodriguez Larreta, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Général Francisco Reynolds, Attaché militaire à Berlin, Délégué technique;

M. le Capitaine de vaisseau Juan A. Martin, ancien Ministre de la Marine, Attaché naval à Londres, Délégué technique.

L'AUTRICHE-HONGRIE:

Son Exc. M. Gaëtan Mérey de Kapos-Mérey, Conseiller intime de Sa Majesté Impériale et Royale Apostolique, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Baron Charles de Macchio, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. Henri Lammasch, Professeur à l'Université de Vienne, Conseiller aulique, Membre de la Chambre des Seigneurs du Reichsrath autrichien, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué scientifique;

M. Antoine Haus, Contre-Amiral, Délégué naval;

M. le Baron Wladimir Giesl de Gieslingen, Major-Général, Plénipotentiaire militaire à l'Ambassade Impériale et Royale à Constantinople et à la Légation Impériale et Royale à Athènes, Délégué militaire;

M. le Chevalier Othon de Weil, Conseiller aulique et ministériel au Ministère de la Maison Impériale et Royale et des Affaires Etrangères, Délégué;

M. Jules Szilassy de Sziles et Pilis, Conseiller de Légation, Délégué;

M. Emile Konek de Norwall, Lieutenant de Vaisseau de première classe, Délégué adjoint.

LA BELGIQUE:

Son Exc. M. A. Beernaert, Ministre d'Etat, Membre de la Chambre des Représentants, Membre de l'Institut de France et des Académies Royales de Belgique et de Roumanie, Membre d'honneur de l'Institut de Droit International, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. J. Van den Heuvel, Ministre d'Etat, ancien Ministre de la Justice, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Baron Guillaume, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Membre de l'Académie Royale de Roumanie, Délégué Plénipotentiaire.

LA BOLIVIE:

Son Exc. M. Claudio Pinilla, Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Fernando E. Guachalla, Ministre plénipotentiaire à Londres, Délégué Plénipotentiaire.

LE BRÉSIL:

Son Exc. M. Ruy Barbosa, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Vice-Président du Sénat, Membre de la Cour Permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire.

Son Exc. M. Eduardo F. S. dos Santos Lisboa, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Colonel Roberto Trompowsky Leitão de Alneida, Attaché militaire à La Haye, Délégué technique;

M. le Capitaine de Frégate Tancredo Burlamaqui de Moura, Délégué technique.

LA BULGARIE:

M. le Général-Major de l'Etat Major Vrbán Vinaroff, Général à la Suite, Premier Délégué Plénipotentiaire;

M. Ivan Karandjouloff, Procureur Général de la Cour de Cassation, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. le Capitaine de Frégate S. Dimitrieff, Chef de l'Etat-Major de la Flottille Bulgare, Délégué.

LE CHILI

Son Exc. M. Domingo Gana, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Augusto Matte, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Carlos Concha, ancien Ministre de la Guerre, ancien Président de la Chambre des Députés, ancien Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Buenos-Aires, Délégué Plénipotentiaire.

CHINE:

Son Exc. M. Lou Tseng-Tsiang, Ambassadeur extraordinaire, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. the Honorable John W. Foster, ancien Secrétaire d'Etat au Département des Affaires Etrangères des Etats-Unis d'Amérique, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Tsien-Sun, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Colonel W. S. Y. Tinge, Chef du Bureau de Justice militaire au Ministère de la Guerre, Délégué militaire;

M. Tehang-Tehing-Tong, Secrétaire de Légation, Délégué adjoint;

M. Tehao-Hi-Tchiou, ancien Secrétaire de la Mission et de la Légation Impériale de Chine à Paris et à Rome, Délégué adjoint.

LA COLOMBIE:

M. le Général Jorge Holguin, Délégué Plénipotentiaire;

M. Santiago Perez Triana, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Général M. Vargas, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

LA REPUBLIQUE DE CUBA:

M. Antonio Sanchez de Bustamante, Professeur de Droit International à l'Université de la Havane, Sénateur de la République, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Gonzalo de Quesada y Aróstegui, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Délégué Plénipotentiaire;

M. Manuel Sanguily, ancien Directeur de l'Institut d'enseignement secondaire de la Havane, Sénateur de la République, Délégué Plénipotentiaire.

LE DANEMARK:

Son Exc. M. C. Brun, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Premier Délégué Plénipotentiaire;

M. le Contre-Amiral C. F. Scheller, Deuxième Délégué Plénipotentiaire;

M. A. Vedel, Chambellan, Chef de Section au Ministère Royal des Affaires Etrangères, Troisième Délégué Plénipotentiaire.

LA REPUBLIQUE DOMINICAINE:

M. Francisco Henriquez Carvajal, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. Apolinar Tejera, Recteur de l'Institut professionnel de Saint Domingue, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire.

LA REPUBLIQUE DE L'ÉQUATEUR

Son Exc. M. Victor Rendón, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris et à Madrid, Délégué Plénipotentiaire;

M. Enrique Dorn y de Alsúa, Chargé d'Affaires, Délégué Plénipotentiaire.

L'ESPAGNE:

Son Exc. M. W. R. de Villa-Urrutia, Sénateur, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire à Londres, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. José de la Rica y Calvo, Envoyé Extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. Gabriel Maura y Gamazo, Comte de la Mortera, Député aux Cortés, Délégué Plénipotentiaire;

M. J. Jofre Montojo, Colonel d'Etat Major, Aide de Camp du Ministre de la Guerre, Délégué adjoint militaire;

M. le Capitaine de Vaisseau Francisco Chacon, Délégué adjoint naval.

LA FRANCE:

Son Exc. M. Léon Bourgeois, Ambassadeur extraordinaire, Sénateur, ancien Président du Conseil, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, Premier Plénipotentiaire;

M. le Baron d'Estournelles de Constant, Sénateur, Ministre plénipotentiaire de première classe, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, Deuxième Plénipotentiaire;

M. Louis Renault, Professeur à la Faculté de Droit de Paris, Ministre plénipotentiaire honoraire, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Etrangères, Membre de l'Institut, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, Troisième plénipotentiaire;

Son Exc. M. Marcellin Pellet, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué, Quatrième Plénipotentiaire;

M. le Général de Division Amourel, Délégué militaire;

M. le Contre-Amiral Arago, Délégué de la Marine.

M. Fromageot, Avocat à la Cour d'Appel de Paris, Délégué technique;

M. de Capitaine de Vaisseau Lacaze, Deuxième Délégué de la Marine;

M. le Lieutenant-Colonel Siben, Attaché militaire à Bruxelles et à La Haye, Deuxième Délégué militaire.

LA GRANDE-BRETAGNE

Son Exc. the Right Honourable Sir Edward Fry, G. C. B., Membre du Conseil privé, Ambassadeur extraordinaire, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. the Right Honourable Sir Ernest Masson Satow, G. C. M. G., Membre du Conseil privé, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. the Right Honourable Lord Reay, G. C. S. I., G. C. I. E., Membre du Conseil privé, ancien Président de l'Institut de Droit international, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc Sir Henry Howard, K. C. M. G., C. B., Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Général de Division Sir Edmond R. Elles, G. C. I. E., K. C. B., Délégué militaire;

M le Capitaine de Vaisseau C. L. Ottley, M. V. O., R. N., A. D. C., Délégué naval;

M. Eyre Crowe, Conseiller d'Ambassade, Délégué technique, premier Secrétaire de la Délégation;

M. Cecil Hurst, Conseiller d'Ambassade, Délégué technique, Conseiller légal de la Délégation;

M. le Lieutenant-Colonel the Honourable Henry Yarde-Buller, D. S. O., Attaché militaire à La Haye, Délégué technique;

M. le Capitaine de Frégate J. R. Segrave, R. N., Délégué technique;

M. le Commandant George K. Cockerill, Chef de Section à l'Etat-Major de l'Armée, Délégué technique.

LA GRÈCE

Son Exc. M. Cléon Rizo Rangabé, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, Premier Délégué Plénipotentiaire;

M. Georges Streit, Professeur de Droit International à l'Université d'Athènes, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. le Colonel d'artillerie C. Sapountzakis, Chef de l'Etat-Major Général, Délégué technique.

LE GUATEMALA

M. José Tible Machado, Chargé d'Affaires à La Haye et à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. Enrique Gómez Carrillo, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI

Son Exc. M. Jean Joseph Dalbémard, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. J. N. Léger, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Washington, Délégué Plénipotentiaire;

M. Pierre Hudicourt, ancien Professeur de Droit international public, Avocat du Barreau de Port-au-Prince, Délégué Plénipotentiaire.

L'ITALIE

Son Exc. le Comte Joseph Tornielli Brusati di Vergano, Sénateur du Royaume, Ambassadeur de Sa Majesté le Roi à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Président de la Délégation Italienne, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Guido Pompilj, Député au Parlement, Sous-Secrétaire d'Etat au Ministère Royal des Affaires Etrangères, Délégué Plénipotentiaire;

M. Guido Fusinato, Conseiller d'Etat, Député au Parlement, ancien Ministre de l'Instruction, Délégué Plénipotentiaire;

M. Marius Nicolis de Robiland, Général de Brigade, Délégué technique;

M. François Castiglia, Capitaine de Vaisseau, Délégué technique.

LE JAPON

Son Exc. M. Keiroku Tsudzuki, Ambassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Aimaro Sato, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Second Délégué Plénipotentiaire;

M. Henry Willard Denison, Jurisconsulte du Ministère Impérial des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué technique;

M. le Major-Général Yoshifuru Akiyama, Inspecteur de la Cavalerie, Délégué technique;

M. le Contre-Amiral Hayao Shimamura, Président de l'Ecole de la Marine à Etajima, Délégué technique.

LE LUXEMBOURG

Son Exc. M. Eyschen, Ministre d'Etat, Président du Gouvernement Grand-Ducal, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Comte de Villers, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

LE MEXIQUE

Son Exc. M. Gonzalo A. Esteva, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Rome, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Sebastian B. de Mier, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Francisco L. de la Barra, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Bruxelles et à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

LE MONTENEGRO

Son Exc. M. Nélidow, Conseiller Privé Actuel, Ambassadeur de Russie à Paris, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. de Martens, Conseiller Privé, Membre permanent du Conseil du Ministère Impérial des Affaires Etrangères de Russie, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Teharykow, Conseiller d'Etat Actuel, Chambellan, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Russie à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

LE NICARAGUA

Son Exc. M. Crisanto Medina, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

LA NORVÈGE :

Son Exc. M. Francis Hagerup, ancien Président du Conseil, ancien Professeur de Droit, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye et à Copenhague, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Joachim Grieg, Armateur et Député, Délégué technique ;

M. Christian Lous Lange, Secrétaire du Comité Nobel du Storthing Norvégien, Délégué technique.

LE PANAMA :

M. Belisario Porras, Délégué Plénipotentiaire.

LE PARAGUAY :

Son Exc. M. Eusebio Machaïn, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Délégué Plénipotentiaire.

LES PAYS-BAS :

M. W. H. de Beaufort, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Membre de la Seconde Chambre des Etats-Généraux, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. T. M. C. Asser, Ministre d'Etat, Membre du Conseil d'Etat, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le jonkheer J. C. C. Den Beer Poortugael, Lieutenant-Général en retraite, ancien Ministre de la Guerre, Membre du Conseil d'Etat, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le jonkheer J. A. Röell, Aide de Camp de Sa Majesté la Reine en service extraordinaire, Vice-Amiral en retraite, ancien Ministre de la Marine, Délégué Plénipotentiaire ;

M. J. A. Loeff, ancien Ministre de la Justice, Membre de la Seconde Chambre des Etats-Généraux, Délégué Plénipotentiaire ;

M. H. S. Van Oordt, Lieutenant-Colonel de l'Etat-major, Professeur à l'Ecole Supérieure Militaire, Délégué technique ;

M. le jonkheer W. J. M. Van Eysinga, Chef de la Direction Politique au Ministère des Affaires Etrangères, Délégué adjoint ;

M. le jonkheer H. A. Van Karnebeek, Gentilhomme de la Chambre, Sous-Chef de Division au Ministère des Colonies, Délégué adjoint ;

M. H. G. Surie, Lieutenant de Vaisseau de première classe, Délégué technique.

LE PÉROU:

Son Exc. M. Carlos G. Candamo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris et à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Gustavo de La Fuente, Premier Secrétaire de Légation à Paris, Délégué adjoint.

LA PERSE:

Son Exc. Samad Khan Momtazos-Saltaneh, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué, Premier Plénipotentiaire ;

Son Exc. Mirza Ahmed Khan Sadig Ul Mulk, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Hennebicq, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Etrangères à Téhéran, Délégué technique.

LE PORTUGAL:

Son Exc. le Marquis de Soveral, Conseiller d'Etat, Pair du Royaume, ancien Ministre des Affaires Etrangères, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres, Am-

bassadeur extraordinaire et plénipotentiaire, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. le Comte de Sélir, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Alberto d'Oliveira, Envoyé Extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berne, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Lieutenant-Colonel d'Etat-Major Thomaz Antonio Garcia Rosado, Délégué technique ;

M. Guilherme Ivens Ferraz, Capitaine-Lieutenant de la Marine, Délégué technique.

LA ROUMANIE:

Son Exc. M. Alexandre Beldiman, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Berlin, Premier Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Edgard Mavrocordato, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Second Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Capitaine Alexandre Sturdza, du Grand Etat-Major, Délégué technique ;

LA RUSSIE:

Son Exc. M. Nelidow, Conseiller Privé Actuel, Ambassadeur de Russie à Paris, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. de Martens, Conseiller Privé, Membre permanent du Conseil du Ministère Impérial des Affaires Etrangères, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Tcharykow, Conseiller d'Etat Actuel, Chambellan, Envoyé Extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à La Haye, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Prozor, Conseiller d'Etat Actuel, Chambellan, Ministre de Russie à Rio-Janeiro, Délégué technique ;

M. le Major-Général Yermolow, Attaché Militaire à Berlin, Délégué technique ;

M. le Colonel Michelson, Attaché Militaire à Berlin, Délégué technique ;

M. le Capitain de Vaisseau Behr, Attaché Naval à Londres, Délégué technique ;

M. le Colonel de l'Amirauté Ovtchinnikow, Professeur de droit international à l'Académie de la Marine, Délégué technique.

LE SALVADOR:

M. Pedro J. Matheu, Chargé d'Affaires à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Santiago Pérez Triana, Chargé d'Affaires à Londres, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

LA SERBIE:

Son Exc. le Général Sava Grouitch, Président du Conseil d'Etat, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Milovan Milovanovitch, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Rome, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire ;

Son Exc. M. Michel Militchevitch, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Londres et à La Haye, Délégué Plénipotentiaire.

LE SIAM:

M. le Major-Général Móm Chatidej Udom, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Corragioni d'Orelli, Conseiller de Légation à Paris, Délégué Plénipotentiaire ;

M. le Capitaine Luang Bhüvanarth Narübal, Délégué Plénipotentiaire.

LA SUÈDE:

Son Exc. M. Knut Hjalmar Leonard Hammarskjöld, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Copenhague, ancien Ministre de la Justice, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Premier Délégué Plénipotentiaire ;

M. Johannes Hellner, ancien Ministre sans Portefeuille, ancien Membre de la Cour Suprême de Suède, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Second Délégué Plénipotentiaire ;

M. le colonel David Hedengren, Chef d'un régiment d'artillerie, Délégué technique ;

M. Gustaf de Klint, Capitaine de Frégate, Chef de Section à l'Etat-Major de la Marine Royale, Délégué technique.

LA SUISSE:

Son Exc. M. Gaston Carlin, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire à Londres et à La Haye, Délégué plénipotentiaire ;

M. Eugène Borel, Colonel d'Etat-Major Général, Professeur à l'Université de Genève, Délégué Plénipotentiaire ;

M. Max Huber, Professeur de droit à l'Université de Zürich, Délégué Plénipotentiaire.

LA TURQUIE:

Son Exc. Turkhan Pacha, Ambassadeur extraordinaire, Ministre de l'Evkaf, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. Rechid Bey, Ambassadeur de Turquie à Rome, Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. le Vice-Amiral Mehemmed Pacha, Délégué Plénipotentiaire;

Raif Bey, Conseiller Légiste de la Liste Civile, Délégué adjoint;

Le Colonel d'Etat-Major Mehemmed Saïd Bey, Délégué adjoint.

L'URUGUAY:

M. José Battle y Ordoñez, ancien Président de la République, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Premier Délégué Plénipotentiaire;

Son Exc. M. Juan P. Castro, ancien Président du Sénat, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire à Paris, Membre de la Cour permanente d'Arbitrage, Délégué Plénipotentiaire;

M. le Colonel Sebastian Buquet, Premier Chef de régiment d'artillerie de campagne, Délégué technique.

LES ETATS-UNIS DU VÉNÉZUÉLA

M. José Gil Fortoul, Chargé d'Affaires à Berlin, Délégué Plénipotentiaire.

Dans une série de réunions, tenues du 15 juin au 18 octobre 1907, où les Délégués précités ont été constamment animés du désir de réaliser, dans la plus large mesure possible, les vues généreuses de l'Auguste Initiateur de la Conférence et les intentions de leurs Gouvernements, la Conférence a arrêté, pour être soumis à la signature des Plénipotentiaires, le texte des Conventions et de la Déclaration énumérées ci-après et annexées au présent Acte:

- I. Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.
- II. Convention concernant la limitation de l'emploi de la force pour le recouvrement de dettes contractuelles.
- III. Convention relative à l'ouverture des hostilités.
- IV. Convention concernant les lois et coutumes de la guerre sur terre.
- V. Convention concernant les droits et les devoirs des Puissances et des personnes neutres en cas de guerre sur terre.

- VI. Convention relative au régime des navires de commerce ennemis au début des hostilités.
- VII. Convention relative à la transformation des navires de commerce en bâtiments de guerre.
- VIII. Convention relative à la pose de mines sous-marines automatiques de contact.
- IX. Convention concernant le bombardement par des forces navales en temps de guerre.
- X. Convention pour l'adaptation à la guerre maritime des principes de la Convention de Genève.
- XI. Convention relative à certaines restrictions à l'exercice du droit de capture dans la guerre maritime.
- XII. Convention relative à l'établissement d'une Cour internationale des prises.
- XIII. Convention concernant les droits et les devoirs des Puissances neutres en cas de guerre maritime.
- XIV. Déclaration relative à l'interdiction de lancer des projectiles et des explosifs du haut de ballons.

Ces Conventions et cette Déclaration formeront autant d'actes séparés. Ces actes porteront la date de ce jour et pourront être signés jusqu'au 30 juin 1908 à La Haye par les Plénipotentiaires des Puissances représentées à la Deuxième Conférence de la Paix.

La Conférence, se conformant à l'esprit d'entente et de concessions réciproques qui est l'esprit même de ses délibérations, a arrêté la déclaration suivante qui, tout en réservant à chacune des Puissances représentées le bénéfice de ses votes, leur permet à toutes d'affirmer les principes qu'Elles considèrent comme unanimement reconnus :

Elle est unanime,

- 1.° A reconnaître le principe de l'arbitrage obligatoire;
- 2.° A déclarer que certains différends, et notamment ceux relatifs à l'interprétation et à l'application des stipulations conventionnelles internationales, sont susceptibles d'être soumis à l'arbitrage obligatoire sans aucune restriction.

Elle est unanime enfin à proclamer que, s'il n'a pas été donné de conclure dès maintenant une Convention en ce sens, les divergences d'opinion qui se sont manifestées, n'ont pas dépassé les limites d'une controverse juridique, et qu'en travaillant ici ensemble pendant quatre mois, toutes les Puissances du monde, non seulement ont appris à se comprendre et à se rapprocher davantage, mais ont su dégager, au cours de cette longue collaboration, un sentiment très élevé du bien commun de l'humanité.

En outre, la Conférence a adopté à l'unanimité la Résolution suivante :

La Deuxième Conférence de la Paix confirme la Résolution adoptée par la Conférence de 1899 à l'égard de la limitation des charges militaires; et, vu que les charges militaires se sont considérablement accrues dans presque tous les pays depuis ladite année, la Conférence déclare qu'il est hautement désirable de voir les Gouvernements reprendre l'étude sérieuse de cette question.

Elle a, de plus émis les Vœux suivants :

- 1°. La Conférence recommande aux Puissances signataires l'adoption du projet ci-annexé de Convention pour l'établissement d'une Cour de Justice arbitrale, et sa mise en vigueur dès qu'un accord sera intervenu sur le choix des juges et la constitution de la Cour.
- 2°. La Conférence émet le vœu qu'en cas de guerre, les autorités compétentes, civiles et militaires, se fassent un devoir tout spécial d'assurer et de protéger le maintien des rapports pacifiques et notamment des relations commerciales et industrielles entre les populations des Etats bel-ligérants et les pays neutres.
- 3°. La Conférence émet le vœu que les Puissances règlent, par des conventions particulières, la situation, au point de vue des charges militaires, des étrangers établis sur leurs territoires.
- 4°. La Conférence émet le vœu que l'élaboration d'un règlement relatif aux lois et coutumes de la guerre maritime figure au programme de la prochaine Conférence et que, dans tous les cas, les Puissances appliquent, autant que possible, à la guerre sur mer, les principes de la Convention relative aux lois et coutumes de la guerre sur terre.

Enfin, la Conférence recommande aux Puissances la réunion d'une troisième Conférence de la Paix qui pourrait avoir lieu, dans une période analogue à celle qui s'est écoulée depuis la précédente Conférence, à une date à fixer d'un commun accord entre les Puissances, et elle appelle leur attention sur la nécessité de préparer les travaux de cette troisième Conférence assez longtemps à l'avance pour que ses délibérations se poursuivent avec l'autorité et la rapidité indispensables.

Pour atteindre à ce but, la Conférence estime qu'il serait très désirable que, environ deux ans avant l'époque probable de la réunion, un Comité préparatoire fût chargé par les Gouvernements de recueillir les diverses propositions à soumettre à la Conférence, de rechercher les matières susceptibles d'un prochain règlement international et de préparer un programme que les Gouvernements arrêteraient assez tôt pour qu'il pût être

sérieusement étudié dans chaque pays. Ce Comité serait, en outre, chargé de proposer un mode d'organisation et de procédure pour la Conférence elle-même.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont signé le présent acte et y ont appesé leurs cachets.

Fait à La Haye, le dix-huit octobre mil neuf cent sept, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont les copies, certifiées conformes, seront délivrées à toutes les Puissances représentées à la Conférence.

- | | | |
|---|---|---|
| 1. Pour l'Allemagne. | { | FREIHERR VON MARSCHALL.
KRIEGE. |
| | | JOSEPH H. CHOATE. |
| 2. Pour les Etats-
Unis d'Amérique. | { | HORACE PORTER.
U. M. ROSE.
DAVID JAYNE HILL.
C. S. SPERRY.
WILLIAM I. BUCHANAN. |
| 3. Pour l'Argentine. | { | ROQUE SAENZ PEÑA.
LUIS M. DRAGO.
C. RUEZ LARRETA. |
| 4. Pour l'Autriche-
Hongrie..... | { | MÉREY.
BON MACCHIO. |
| 5. Pour la Belgique. | { | A. BEERNAERT.
J. VAN DEN HEUVEL.
GUILLAUME. |
| 6. Pour la Bolivie.. | | CAUDIO PINILLA. |
| 7. Pour le Brésil... | { | RUY BARBOSA.
E. LISBÔA. |
| 8. Pour la Bulgarie. | { | Général-Major VINAROFF.
IV. KARANDJOULOFF. |
| 9. Pour le Chili.... | { | DOMINGO GANA.
AUGUSTO MATTE.
CARLOS CONCHA. |
| 10. Pour la Chine.... | { | LOUTSINGTSIANG.
TSIENSUN. |
| 11. Pour la Colombie. | { | JORGE HOLGUIN.
S. PÉREZ TRIANA.
M. VARGAS. |
| 12. Pour la Républi-
que de Cuba.... | { | ANTONIO S. DE BUSTAMANTE.
GONZALO DE QUESADA.
MANUEL SANGUILLY. |

13. *Pour le Danemark* C. BRUN.
14. *Pour la République Dominicaine..* { DR. HENRIQUEZ Y CARVAJAL.
APOLINAR TEJERA.
15. *Pour l'Equateur..* { VICTOR M. RENDÓN.
E. DORN Y DE ALSUA.
16. *Pour l'Espagne..* { W. R. DE VILLA URRUTIA.
JOSÉ DE LA RICA Y CALVO.
GABRIEL MAURA.
LÉON BOURGEOIS.
17. *Pour la France..* { d'ESTOURNELLES DE CONSTANT.
L. RENAULT.
MARCELLIN PELLET.
18. *Pour la Grande-Bretagne.....* { EDW. FRY.
ERNEST SATOW.
REAY.
HENRY HOWARD.
19. *Pour la Grèce...* { CLÉON RIZO RANGABÉ.
GEORGES STREIT.
20. *Pour le Guatémala.....* { JOSÉ TIBLE MACHADO.
GÓMEZ CARILLO.
21. *Pour le Haïti....* { DALBÉMAR JN JOSEPH.
J. N. LÉGER.
PIERRE HUDICOURT.
22. *Pour l'Italie.....* { G. TORNIELLI.
G. POMPILI.
G. FUSINATO.
23. *Pour le Japon...* { KEIROKU TSUDZUKI.
AIMARO SATO.
24. *Pour le Luxembourg.....* { EYSCHEN.
C^{te}. DE VILLERS.
25. *Pour le Mexique.* { G. A. ESTEVA.
S. B. DE MIER.
F. L. DE LA BARRA.
26. *Pour le Monté-négro.....* { NELIDOW.
MARTENS.
TCHARYKOW.
27. *Pour le Nicaragua* CRISANTO MEDINA.
28. *Pour la Norvège.* F. HAGERUP.
29. *Pour le Panama.* B. PORRAS.
30. *Pour le Paraguay.*

- | | | | |
|-----|-------------------------------|----------------------------------|--|
| | | W. H. DE BEAUFORT. | |
| | | T. M. C. ASSER. | |
| 31. | <i>Pour les Pays-Bas.....</i> | DEN BEER POORTUGAEL. | |
| | | J. A. RÖELL. | |
| | | J. A. LOEFF. | |
| 32. | <i>Pour le Pérou...</i> | C. G. CANDAMO. | |
| 33. | <i>Pour la Perse...</i> | MOMTAZOS-SALTANEH M. SAMAD KHAN. | |
| | | SADIGH UL MULK M. AHMED KHAN. | |
| | | MARQUIS DE SOVERAL. | |
| 34. | <i>Pour le Portugal.</i> | CONDE DE SÉLIR. | |
| | | ALBERTO D'OLIVEIRA. | |
| 35. | <i>Pour la Roumanie</i> | A. BELDIMAN. | |
| | | EDG. MAVROCORDATO. | |
| | | NELIDOW. | |
| 36. | <i>Pour la Russie...</i> | MARTENS. | |
| | | TCHARYKOW. | |
| 37. | <i>Pour le Salvador.</i> | P. J. MATHEU. | |
| | | S. PÉREZ TRIANA. | |
| | | S. GROUÏTCH. | |
| 38. | <i>Pour la Serbie...</i> | M. G. MILOVANOVITCH. | |
| | | M. G. MILITCHEVITCH. | |
| | | MOM CHATIDEJ UDOM. | |
| 39. | <i>Pour le Siam....</i> | C. CORRAGONI D'ORELLI. | |
| | | LOANG BHÜVANARTH NARÜBAL. | |
| 40. | <i>Pour la Suède...</i> | K. H. L. HAMMARSKJÖLD. | |
| | | CARLIN. | |
| 41. | <i>Pour la Suisse...</i> | EUGÈNE BOREL. | } Sous réserve du vœu n.º 1
que le Conseil Fédéral
Suisse n'accepte pas. |
| | | MAX HUBER. | |
| 42. | <i>Pour la Turquie.</i> | TURKHAN. | |
| 43. | <i>Pour l'Uruguay..</i> | JOSÉ BATTLE Y ORDOÑEZ. | |
| 44. | <i>Pour le Vénézuëla</i> | J. GIL FORTOUL. | |

Annexe au premier Vœu émis par la Deuxième Conférence de la Paix

PROJET D'UNE CONVENTION RELATIVE À L'ÉTABLISSEMENT D'UNE COUR DE JUSTICE ARBITRALE

TITRE I.

Organisation de la Cour de justice arbitrale

ARTICLE PREMIER

Dans le but de faire progresser la cause de l'arbitrage, les Puissances contractantes conviennent d'organiser, sans porter atteinte à la Cour permanente d'arbitrage, une Cour de justice arbitrale, d'un accès libre et facile, réunissant des juges représentant les divers systèmes juridiques du monde, et capable d'assurer la continuité de la jurisprudence arbitrale.

ARTICLE 2.

La Cour de justice arbitrale se compose de juges et de juges suppléants choisis parmi les personnes jouissant de la plus haute considération morale et qui tous devront remplir les conditions requises, dans leurs pays respectifs, pour l'admission dans la haute magistrature ou être des jurisconsultes d'une compétence notoire en matière de droit international.

Les juges et les juges suppléants de la Cour sont choisis, autant que possible, parmi les membres de la Cour permanente d'arbitrage. Le choix sera fait dans les six mois qui suivront la ratification de la présente Convention.

ARTICLE 3.

Les juges et les juges suppléants sont nommés pour une période de douze ans à compter de la date où la nomination aura été notifiée au Conseil administratif institué par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux. Leur mandat peut être renouvelé.

En cas de décès ou de démission d'un juge ou d'un juge suppléant, il est pourvu à son remplacement selon le mode fixé pour sa nomination. Dans ce cas, la nomination est faite pour une nouvelle période de douze ans.

ARTICLE 4.

Les juges de la Cour de justice arbitrale sont égaux entre eux et prennent rang d'après la date de la notification de leur nomination. La préséance appartient au plus âgé, au cas où la date est la même.

Les juges suppléants sont, dans l'exercice de leurs fonctions, assimilés aux juges titulaires. Toutefois, ils prennent rang après ceux-ci.

ARTICLE 5.

Les juges jouissent des privilèges et immunités diplomatiques dans l'exercice de leurs fonctions et en dehors de leurs pays.

Avant de prendre possession de leur siège, les juges et les juges suppléants doivent, devant le Conseil administratif, prêter serment ou faire une affirmation solennelle d'exercer leurs fonctions avec impartialité et en toute conscience.

ARTICLE 6.

La Cour désigne annuellement trois juges qui forment une Délégation spéciale et trois autres destinés à les remplacer en cas d'empêchement. Ils peuvent être réélus. L'élection se fait au scrutin de liste. Sont considérés comme élus ceux qui réunissent le plus grand nombre de voix. La Délégation élit elle-même son Président, qui, à défaut d'une majorité, est désigné par le sort.

Un membre de la Délégation ne peut exercer ses fonctions quand la Puissance qui l'a nommé, ou dont il est le national, est une des Parties.

Les membres de la Délégation terminent les affaires qui leur ont été soumises, même au cas où la période pour laquelle ils sont été nommés juges serait expirée.

ARTICLE 7.

L'exercice des fonctions judiciaires est interdit au juge dans les affaires au sujet desquelles il aura, à un titre quelconque, concouru à la décision d'un Tribunal national, d'un Tribunal d'arbitrage ou d'une Commission d'enquête, ou figuré dans l'instance comme conseil ou avocat d'une Partie.

Aucun juge ne peut intervenir comme agent ou comme avocat devant la Cour de justice arbitrale ou la Cour permanente d'arbitrage, devant un Tribunal spécial d'arbitrage ou une Commission d'enquête, ni y agir pour une Partie en quelque qualité que ce soit, pendant toute la durée de son mandat.

ARTICLE 8.

La Cour élit son Président et son Vice-Président à la majorité absolue des suffrages exprimés. Après deux tours de scrutin, l'élection se fait à la majorité relative et, en cas de partage des voix, le sort décide.

ARTICLE 9.

Les juges de la Cour de justice arbitrale reçoivent une indemnité annuelle de six mille florins néerlandais. Cette indemnité est payée à l'expiration de chaque semestre à dater du jour de la première réunion de la Cour.

Pendant l'exercice de leurs fonctions au cours des sessions ou dans les cas spéciaux prévus par la présente Convention, ils touchent une somme de cent florins par jour. Il leur est alloué, en outre, une indemnité de voyage fixée d'après les règlements de leur pays. Les dispositions du présent alinéa s'appliquent aussi aux juges suppléants remplaçant les juges.

Ces allocations, comprises dans les frais généraux de la Cour, prévu par l'article 31, sont versées par l'entremise du Bureau International institué par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

ARTICLE 10.

Les juges ne peuvent recevoir de leur propre Gouvernement ou de celui d'une autre Puissance aucune rémunération pour des services rentrant dans leurs devoirs comme membres de la Cour.

ARTICLE 11.

La Cour de justice arbitrale a son siège à La Haye et ne peut, sauf les cas de force majeure, le transporter ailleurs.

La Délégation peut, avec l'assentiment des Parties, choisir un autre lieu pour ses réunions si des circonstances particulières l'exigent.

ARTICLE 12.

Le Conseil administratif remplit à l'égard de la Cour de justice arbitrale les fonctions qu'il remplit à l'égard de la Cour permanente d'arbitrage.

ARTICLE 13.

Le Bureau international sert de greffe à la Cour de justice arbitrale et doit mettre ses locaux et son organisation à la disposition de la Cour. Il a la garde des archives et la gestion des affaires administratives.

Le Secrétaire-Général du Bureau remplit les fonctions de greffier.

Les secrétaires adjoints au greffier, les traducteurs et les sténographes nécessaires son désignés et assermentés par la Cour.

ARTICLE 14.

La Cour se réunit en session une fois par an. La session commence le troisième mercredi de juin et dure tant que l'ordre du jour n'aura pas été épuisé.

La Cour ne se réunit pas en session, si la Délégation estime que cette réunion n'est pas nécessaire. Toutefois, si une Puissance est partie à un litige actuellement pendant devant la Cour et dont l'instruction est terminée ou va être terminée, elle a le droit d'exiger que la session ait lieu.

En cas de nécessité, la Délégation peut convoquer la Cour en session extraordinaire.

ARTICLE 15.

Un compte-rendu des travaux de la Cour sera dressé chaque année par la Délégation. Ce compte-rendu sera transmis aux Puissances contractantes par l'intermédiaire du Bureau international. Il sera communiqué aussi à tous les juges et juges suppléants de la Cour.

ARTICLE 16.

Les juges et les juges suppléants membres de la Cour de justice arbitrale, peuvent aussi être nommés aux fonctions de juge et de juge suppléant dans la Cour internationale des prises.

TITRE II

Compétence et procédure

ARTICLE 17.

La Cour de justice arbitrale est compétent pour tous les cas qui sont portés devant elle, en vertu d'une stipulation générale d'arbitrage ou d'un accord spécial.

ARTICLE 18.

La Délégation est compétente:

1. pour juger les cas d'arbitrages visés à l'article précédent, si les Parties sont d'accord pour réclamer l'application de la procédure sommaire, réglée au Titre IV, Chapitre 4 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.
2. pour procéder à une enquête en vertu et en conformité du Titre III de la dite Convention en tant que la Délégation en est chargée par les Parties agissant d'un commun

accord. Avec l'assentiment des Parties et par dérogation à l'article 7, alinéa 1, les membres de la Délégation ayant pris part à l'enquête peuvent siéger comme juges, si le litige est soumis à l'arbitrage de la Cour ou de la Délégation elle-même.

ARTICLE 19.

La Délégation est, en outre, compétente pour l'établissement du compromis visé par l'article 52 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, si les Parties sont d'accord pour s'en remettre à la Cour.

Elle est également compétente, même si la demande est fait seulement par l'une des Parties, après qu'un accord par la voie diplomatique a été vainement essayé, quand il s'agit :

1. d'un différend rentrant dans un traité d'arbitrage général conclu ou renouvelé après la mise en vigueur de cette Convention et qui prévoit pour chaque différend un compromis, et n'exclut pour l'établissement de ce dernier ni explicitement ni implicitement la compétence de la Délégation.

Toutefois, le recours à la Cour n'a pas lieu si l'autre Partie déclare qu'à son avis le différend n'appartient pas à la catégorie des questions à soumettre à un arbitrage obligatoire, à moins que le traité d'arbitrage ne confère au tribunal arbitral le pouvoir de décider cette question préalable.

2. d'un différend provenant de dettes contractuelles réclamées à une Puissance par une autre Puissance comme dues à ses nationaux, et pour la solution duquel l'offre d'arbitrage a été acceptée. Cette disposition n'est pas applicable si l'acceptation a été subordonnée à la condition que le compromis soit établi selon un autre mode.

ARTICLE 20.

Chacune des Parties a le droit de désigner un juge de la Cour pour prendre part, avec voix délibérative, à l'examen de l'affaire soumise à la Délégation.

Si la Délégation fonctionne en qualité de Commission d'enquête, ce mandat peut être confié à des personnes prises en dehors des juges de la Cour. Les frais de déplacement et la rétribution à allouer auxdites personnes sont fixés et supportés par les Puissances qui les ont nommées.

ARTICLE 21.

L'accès de la Cour de justice arbitrale, instituée par la présente Convention, n'est ouvert qu'aux Puissances contractantes.

ARTICLE 22.

La Cour de justice arbitrale suit les règles de procédure édictées par la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, sauf ce qui est prescrit par la présente Convention.

ARTICLE 23.

La Cour décide du choix de la langue dont elle fera usage, et des langues dont l'emploi sera autorisé devant elle.

ARTICLE 24.

Le Bureau international sert d'intermédiaire pour toutes les communications à faire aux juges au cours de l'instruction prévue à l'article 63, alinéa 2 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux.

ARTICLE 25.

Pour toutes les notifications à faire, notamment aux Parties, aux témoins et aux experts, la Cour peut s'adresser directement au Gouvernement de la Puissance sur le territoire de laquelle la notification doit être effectuée. Il en est de même s'il s'agit de faire procéder à l'établissement de tout moyen de preuve.

Les requêtes adressées à cet effet ne peuvent être refusées si la Puissance requise les juge de nature à porter atteinte à sa souveraineté ou à sa sécurité. S'il est donné suite à la requête, les frais ne comprennent que les dépenses d'exécution réellement effectuées.

La Cour a également la faculté de recourir à l'intermédiaire de la Puissance sur le territoire de laquelle elle a son siège.

Les notifications à faire aux Parties dans le lieu où siège la Cour peuvent être exécutées par le Bureau International.

ARTICLE 26.

Les débats sont dirigés par le Président ou le Vice-Président et, en cas d'absence ou d'empêchement de l'un et de l'autre, par le plus ancien des juges présents.

Le juge nommé par une des Parties ne peut siéger comme Président.

ARTICLE 27.

Les délibérations de la Cour ont lieu à huis clos et restent secrètes.

Toute décision est prise à la majorité des juges présents. Si la Cour siège en nombre pair et qu'il y ait partage

des voix, la voix du dernier des juges, dans l'ordre de préséance établi d'après l'article 4, alinéa 1, ne sera pas comptée.

ARTICLE 28.

Les arrêts de la Cour doivent être motivés. Ils mentionnent les noms des juges qui y ont participé; ils sont signés par le Président et par le greffier.

ARTICLE 29.

Chaque Partie supporte ses propres frais et une part égale des frais spéciaux de l'instance.

ARTICLE 30.

Les dispositions des articles 21 à 29 seront appliquées par analogie dans la procédure devant la Délégation.

Lorsque le droit d'adjoindre un membre à la Délégation n'a été exercé que par une seule Partie, la voix du membre adjoint n'est pas comptée, s'il y a partage de voix.

ARTICLE 31.

Les frais généraux de la Cour sont supportés par les Puissances contractantes.

Le Conseil administratif s'adresse aux Puissances pour obtenir les fonds nécessaires au fonctionnement de la Cour.

ARTICLE 32.

La Cour fait elle-même son règlement d'ordre intérieur qui doit être communiqué aux Puissances contractantes.

Après la ratification de la présente Convention, la Cour se réunira aussitôt que possible, pour élaborer ce règlement, pour élire le Président et le Vice-Président ainsi que pour désigner les membres de la Délégation.

ARTICLE 33.

La Cour peut proposer des modifications à apporter aux dispositions de la présente Convention qui concernent la procédure. Ces propositions sont communiquées par l'intermédiaire du Gouvernement des Pays-Bas aux Puissances contractantes qui se concerteront sur la suite à y donner.

TITRE III.

Dispositions finales

ARTICLE 34.

La présente Convention sera ratifiée dans le plus bref délai possible.

Les ratifications seront déposées à La Haye.

Il sera dressé du dépôt de chaque ratification un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à toutes les Puissances signataires.

ARTICLE 35.

La Convention entrera en vigueur six mois après sa ratification.

Elle aura une durée de douze ans, et sera renouvelée tacitement de douze ans en douze ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être notifiée, au moins deux ans avant l'expiration de chaque période, au Gouvernement des Pays-Bas, qui en donnera connaissance aux autres Puissances.

La dénonciation ne produira effet qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée. La Convention restera exécutoire dans les rapports entre les autres Puissances.

Certifié pour copie conforme :

Le Secrétaire-Général

du Ministère des Affaires Etrangères des Pays-Bas,

S. HANNEMA.

Note se rapportant au premier article du projet d'une Convention relative à l'établissement d'une Cour de justice arbitrale, annexé à l'Acte final de la Deuxième Conférence de la Paix

A la suite d'une erreur matérielle les mots suivants, savoir: «basée sur l'égalité juridique des Etats», figurent dans l'article premier, alinéa 1, du projet d'une Convention relative à l'établissement d'une Cour de justice arbitrale, — annexé à l'Acte final de la Deuxième Conférence de la Paix.

En effet, en vertu de la décision de la Première Commission, confirmée par la Conférence dans Sa séance plénière du 16 octobre 1907, l'article précité a été arrêté sans ces mots (voir le procès-verbal de la neuvième séance de la Première Commission, et celui de la neuvième séance plénière).

Dépositaire de l'Acte final, en vertu de la clause finale de cet Acte, le Gouvernement des Pays-Bas n'a évidemment pas qualité pour supprimer de son propre chef les mots incriminés dans l'instrument portant l'Acte même; toutefois pour éviter des erreurs, ces mots ne sont pas reproduits dans la copie imprimée ci-jointe de l'Acte final.

E tendo sido os mesmos ajustes, cujo teor fica acima transcripto, approvados pelo Congresso Nacional, os confirmo e ratifico e, pela presente, os dou por firmes e valiosos para produzirem os seus devidos effeitos, promettendo que elles serão cumpridos inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno, e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos 30 dias do mez de Julho de 1913, 92º da Independencia e 25º da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Regis de Oliveira.

DECRETO N. 10.720 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1914

Publica a adhesão dos Estados Unidos de Venezuela ao Accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil. faz publica a adhesão dos Estados Unidos de Venezuela ao Accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes, segundo communicou a Legação Suissa, em nota de 27 de dezembro de 1913, ao Ministerio das Relações Exteriores, cuja traducção official a este acompanha.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1914, 93º da Independencia e 26º da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

* . *

Traducção:

Legação Suissa. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1913.

Sr. Ministro — Por nota datada de Caracas, de 23 de setembro de 1913, o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros da Republica de Venezuela communicou ao Conselho Federal Suiso a adhesão do Governo dos Estados de Venezuela ao Accôrdo de Roma, de 26 de maio de 1906, relativo ao serviço de vales postaes.

Em obediencia ao Artigo 10 do Accôrdo citado e do artigo 24 da Constituição Postal Universal e de ordem do meu Governo, tenho a honra de notificar essa adhesão a Vossa Excellencia, pela presente nota, á qual junto cópia textual da nota do Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica de Venezuela. Cumpre-me accrescentar que, de accôrdo com os termos desta ultima nota, a adhesão parece dever ser considerada valida a partir da data de sua notificação.

Aproveito ainda esta occasião para reiterar-vos, Senhor Ministro, as seguranças da minha alta estima e mais distincta consideração.

(Assignado). — *A. Gertsch*, Encarregado de Negocios da Suissa.

A S. Ex. o Senhor Dr. Lauro Müller, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Caracas, 30 de Setembro de 1913.

Excellentissimo Senhor:

O Congresso Nacional de Venezuela, por decreto de 20 de Junho de 1913, approvou o Accôrdo sobre Vales Postaes, celebrado no Congresso Postal de Roma, em 26 de Maio de 1906, ao qual adheriu o Governo da Republica, por decreto de 19 de Dezembro de 1912.

Como o Presidente do Conselho do Governo, encarregado da Presidencia da Republica, ratificou por acto de 30 do mez corrente o mencionado Accôrdo, e foi remettido o instrumento respectivo para ser depositado em Roma, tenho a honra de fazer essas communicações a Vossa Excellencia, em obediencia ao Artigo 10 do Accôrdo de Roma, sobre vales postaes, de conformidade com o n. 2 do artigo 24 da Convenção Principal da União Postal Universal.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração.

(Assignado). — *J. L. Andara*.

A Sua Excellencia o Senhor Presidente da Confederação Suissa — Berna.

DECRETO N. 10.757 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1914

Eleva a Consulado Geral de 2ª classe o Consulado em Bremen

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo que o Congresso Nacional no n. 9 do art. 14 da Lei n. 2.842, de 3 de Janeiro de 1914, votou o augmento de verba para elevação a 2ª classe do Consulado em Bremen:

Decreta:

Art. 1.º Fica elevado a Consulado Geral de 2ª classe o Consulado em Bremen, com a dotação annual de 12:000\$, guro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1914, 93ª da Independencia e 26ª da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.758 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1914

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro em 16 de Março de 1872 entre o Brasil e a Hespanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico que deixou de vigorar, a partir de 24 de Janeiro do corrente anno, o Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro em 16 de Março de 1872 entre o Brasil e a Hespanha.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.759 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1914

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1872 entre o Brasil e Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixou de vigorar, a partir de 1° de Fevereiro do corrente anno, o Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro em 10 de Junho de 1872 entre o Brasil e Portugal.

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.773 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1914

Promulga as Convenções sobre abalroação e assistencia maritima, assignadas em Bruxellas a 23 de setembro de 1910.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo sancionado pelo decreto n. 2.799, de 30 de setembro de 1913, a Resolução do Congresso Nacional, de 22 do mesmo mez e anno, que approva as convenções sobre abalroação e assistencia maritima, assignadas em Bruxellas aos vinte e tres dias do mez de setembro de mil novecentos e dez, e havendo sido feito deposito do respectivo instrumento brasileiro de ratificação na mesma cidade de Bruxellas aos trinta e um dias do mez de dezembro de mil novecentos e treze, decreta que as mesmas convenções sejam executadas e cumpridas tão inteiramente como nellas se contem.

Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA

Lauro Müller

O Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes representados na Conferencia Internacional de Direito Maritimo em Bruxellas, pelos respectivos delegados, foram concluidas e assignadas, em 23 de setembro de 1910, as convenções sobre abalroação e assistencia maritima do teor seguinte:

Convencion pour l'Unification de Certaines Règles en Matière d'Abordage

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie: pour l'Autriche et pour la Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président des Etats-Unis du Brésil; Le Président de la République du Chili; Le Président de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Le Président de la République de Nicaragua; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Président de la République de l'Uruguay,

Ayant reconnu l'utilité de fixer de commun accord certaines règles uniformes en matière d'abordage, ont décidé de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand:

- M. Kracker de Schwartzfeldt, Chargé d'Affaires d'Allemagne à Bruxelles;
- M. le Dr. Struckmann, Conseiller Intime Supérieur de Régence, Conseiller rapporteur au Département Impérial de la Justice.

Le Président de la République Argentine:

S. Exc. M. A. Blancas, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Argentine près Sa Majesté le Roi des Belges;

*Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:
Pour l'Autriche et pour la Hongrie:*

S. Exc. M. le Comte de Clary et Aldringen, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

Pour l'Autriche:

M. le Dr. Stephen Worms, Conseiller de Section au Ministère I. R. Autrichien du Commerce;

Pour la Hongrie:

M. le Dr. François de Nagy, Secrétaire d'Etat e. r., Professeur ordinaire à l'Université Royale de Budapest, Membre de la Chambre Hongroise des Députés.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. Beernaert, Ministre d'Etat, Président du Comité Maritime International;

M. Capelle, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général du Commerce et des Consulats au Ministère des Affaires Etrangères;

M. Ch. Le Jeune, Vice-Président du Comité Maritime International;

M. Louis Franck, Membre de la Chambre des Représentants; Secrétaire Général du Comité Maritime International;

M. P. Seger3, Membre de la Chambre des Représentants.

Le Président des Etats-Unis du Brésil:

M. le Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Professeur à la Faculté libre des sciences juridiques et sociales de Rio de Janeiro, Membre de l'Académie Brésilienne;

Le Président de la République du Chili:

S. Exc. M. F. Puga-Borne, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République du Chili près Sa Majesté le Roi des Belges;

Le Président de la République de Cuba:

M. Francisco Zayas y Alfonso, Ministre Résident de la République de Cuba à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

- M. W. de Grevenkop Castenskiold, Ministre Résident de Danemark à Bruxelles.
M. Herman Barclay Halkier, Avocat à la Cour Suprême de Danemark.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

- S. Exc. M. de Baguer y Corsi, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
Don Juan Spottorno, Auditeur Général de la Marine Royale;
Don Ramon Sanchez Ocaña, Chef de division au Ministère de la Justice, Ancien Magistrat d'Audience territoriale;
Don Faustine Alvarez del Manzano, Professeur à l'Université Centrale de Madrid.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique:

- M. Walter C. Noyes, Juge à la Cour de Circuit des Etats-Unis à New-York;
M. Charles C. Burlingham, Avocat à New-York;
M. A. J. Montague, Ancien Gouverneur de l'Etat de Virginie;
M. Edwin W. Smith, Avocat à Pittsburg.

Le Président de la République Française:

- S. Exc. M. Beau, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté le Roi des Belges;
M. Lyon-Caen, Membre de l'Institut, Professeur de la Faculté de droit de Paris et de l'Ecole des Sciences politiques, Président de l'association française de droit maritime.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes:

- S. Exc. Sir Arthur Hardinge, K. C. B., K. C. M. G., Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
The Hon. Sir William Pickford, Juge à la Haute Cour de Londres;
M. Leslie Scott, Conseiller du Roi, à Londres;
The Hon. M. Hugh Godley, Avocat à Londres.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

- M. Georges Diobouniotis, Professeur agrégé à l'Université d'Athènes.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

- M. le Prince de Castagneto Caracciolo, Chargé d'Affaires d'Italie à Bruxelles;
- M. François Berlingieri, Avocat, Professeur à l'Université de Gênes;
- M. François Mirelli, Conseiller à la Cour d'Appel de Naples;
- M. César Vivante, Professeur à l'Université de Rome.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

- S. Exc. M. K. Nabeshima, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Yoshiyuki Irié, Procureur et Conseiller au Ministère de la Justice du Japon;
- M. Takeyuki Ishikawa, Chef de la Division des Affaires Maritimes à la Direction des Communications du Japon;
- M. M. Matsuda, Deuxième Secrétaire de la Légation du Japon à Bruxelles.

Le Président des Etats Unis Mexicains :

- S. Exc. M. Olarte, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire des Etats-Unis Mexicains près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Victor Manuel Castillo, Avocat, Membre du Sénat.

Le Président de la République de Nicaragua :

- M. L. Vallez, Consul Général de la République de Nicaragua à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

- S. Exc. M. le Dr. G. F. Hagerup, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Christian Théodor Boe, Armateur.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. le Jonkheer P. R. A. Melvill van Carnbee, Chargé d'Affaires des Pays-Bas à Bruxelles;
- M. W. L. P. A. Molengraaff, Docteur en droit, Professeur à l'Université d'Utrecht;
- M. B. C. J. Loder, Docteur en droit, Conseiller à la Cour de Cassation de la Haye;
- M. C. D. Asser Jr., Docteur en droit, Avocat à Amsterdam

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves :

- M. Antonio Duarte de Oliveira Soares, Chargé d'Affaires de Portugal à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

S. Exc. M. Djuvara, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:

M. C. Nabokoff, Premier Secrétaire de l'Ambassade de Russie à Washington.

Sa Majesté le Roi de Suède:

S. Exc. M. le comte J. J. A. Ehrensvard, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

M. Einar Lange, Directeur de la Société d'assurance de bateaux à vapeur de Suède.

Le Président de la République de l'Uruguay:

S. Exc. M. Luis Garabelli, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République de l'Uruguay près Sa Majesté le Roi des Belges;

Lesquels, à ce dûment autorisés, sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE PREMIER

En cas d'abordage survenu entre navires de mer ou entre navires de mer et bateaux de navigation intérieure, les indemnités dues à raison des dommages causés aux navires, aux choses ou personnes se trouvant à bord sont réglées conformément aux dispositions suivantes, sans qu'il y ait à tenir compte des eaux où l'abordage s'est produit.

ARTICLE 2

Si l'abordage est fortuit, s'il est dû à un cas de force majeure, ou s'il y a doute sur les causes de l'abordage, les dommages sont supportés par ceux qui les ont éprouvés.

Cette disposition reste applicable dans les cas où, soit les navires, soit l'un d'eux, sont au mouillage au moment de l'accident.

ARTICLE 3

Si l'abordage est causé par la faute de l'un des navires, la réparation des dommages incombe à celui qui l'a commise.

ARTICLE 4

S'il y a faute commune, la responsabilité de chacun des navires est proportionnelle à la gravité des fautes respectivement commises; toutefois si, d'après les circonstances, la proportion ne peut pas être établie ou si les fautes apparaissent comme équivalentes, la responsabilité est partagée par parts égales.

Les dommages causés soit aux navires, soit à leurs cargaisons, soit aux effets ou autres biens des équipages, des passagers ou d'autres personnes se trouvant à bord, sont supportés par les navires en faute, dans ladite proportion, sans solidarité à l'égard des tiers.

Les navires en faute sont tenus solidairement à l'égard des tiers pour les dommages causés par mort ou blessures, sauf recours de celui qui a payé une part supérieure à celle que, conformément à l'alinéa premier du présent article, il doit définitivement supporter.

Il appartient aux législations nationales de déterminer, en ce qui concerne ce recours, la portée et les effets des dispositions contractuelles ou légales qui limitent la responsabilité des propriétaires de navires à l'égard des personnes se trouvant à bord.

ARTICLE 5

La responsabilité établie par les articles précédents subsiste dans le cas où l'abordage est causé par la faute d'un pilote, même lorsque celui-ci est obligatoire.

ARTICLE 6

L'action en réparation des dommages subis par suite d'un abordage n'est subordonnée ni à un protêt, ni à aucune autre formalité spéciale.

Il n'y a point de présomptions légales de faute quant à la responsabilité de l'abordage.

ARTICLE 7

Les actions en réparation de dommages se prescrivent par deux ans à partir de l'événement.

Le délai pour intenter les actions en recours admises par l'alinéa 3 de l'article 4 est d'une année. Cette prescription ne court que du jour du paiement.

Les causes de suspension et d'interruption de ces prescriptions son déterminées par la loi du tribunal saisi de l'action.

Les Hautes Parties contractantes se réservent le droit d'admettre dans leurs législations, comme prorogeant les délais ci-dessus fixés, le fait que le navire défendeur n'a pu être saisi dans les eaux territoriales de l'Etat dans lequel le demandeur a son domicile ou son principal établissement.

ARTICLE 8

Après un abordage, le capitaine de chacun des navires entrés en collision est tenu, autant qu'il peut le faire sans danger sérieux pour son navire, son équipage et ses passa-

gers, de prêter assistance à l'autre bâtiment, à son équipage et à ses passagers.

Il est également tenu dans la mesure du possible de faire connaître à l'autre navire le nom ou le port d'attache de son bâtiment, ainsi que les lieux d'où il vient et où il va.

Le propriétaire du navire n'est pas responsable à raison de la seule contravention aux dispositions précédentes.

ARTICLE 9

Les Hautes Parties contractantes, dont la législation ne réprime pas les infractions à l'article précédent, s'engagent à prendre ou à proposer à leurs Législatures respectives les mesures nécessaires pour que ces infractions soient réprimées.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront, aussitôt que faire se pourra, les lois et les règlements qui auraient déjà été édictés, ou qui viendraient à l'être dans leur Etats pour l'exécution de la disposition précédente.

ARTICLE 10

Sous réserve de conventions ultérieures, les présentes dispositions ne portent point atteinte aux règles sur la limitation de responsabilité des propriétaires de navires, telles qu'elles sont établies dans chaque pays, non plus qu'aux obligations résultant du contrat de transport ou de tous autres contrats.

ARTICLE 11

La présente Convention est sans application aux navires de guerre et aux navires d'Etat exclusivement affectés à un service public.

ARTICLE 12

Les dispositions de la présente Convention seront appliquées à l'égard de tous les intéressés, lorsque tous les navires en cause seront ressortissants aux Etats des Hautes Parties contractantes et dans les autres cas prévus par les lois nationales.

Il est entendu toutefois:

1.° Qu'à l'égard des intéressés ressortissants d'un Etat non contractant, l'application desdites dispositions pourra être subordonnée par chacun des Etats contractants à la condition de réciprocité;

2.° Que, lorsque tous les intéressés sont ressortissants du même Etat que le tribunal saisi, c'est la loi nationale et non la Convention qui est applicable.

ARTICLE 13

La présente Convention s'étend à la réparation des dommages que, soit par exécution ou omission d'une manœuvre, soit par inobservation des règlements, un navire a causés soit à un autre navire, soit aux choses ou personnes se trouvant à leur bord, alors même qu'il n'y aurait pas eu abordage.

ARTICLE 14

Chacune des Hautes Parties contractantes aura la faculté de provoquer la réunion d'une nouvelle Conférence après trois ans à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, dans le but de rechercher les améliorations qui pourraient y être apportées, et, notamment d'en étendre, s'il est possible, la sphère d'application.

Celle des Puissances qui ferait usage de cette faculté aurait à notifier son intention aux autres Puissances, par l'intermédiaire du Gouvernement belge, qui si chargerait de convoquer la Conférence dans les six mois.

ARTICLE 15

Les Etats qui n'ont pas signé la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande. Cette adhésion sera notifiée par la voie diplomatique au Gouvernement belge et, par celui-ci, à chacun des Gouvernements des autres Parties contractantes; elle sortira ses effets un mois après l'envoi de la notification faite par le Gouvernement belge.

ARTICLE 16

La présente Convention sera ratifiée.

A l'expiration du délai d'un an au plus tard, à compter du jour de la signature de la Convention, le Gouvernement belge entrera en rapport avec les Gouvernements des Hautes Parties contractantes qui se seront déclarées prêtes à la ratifier, à l'effet de faire décider s'il y a lieu de la mettre en vigueur.

Les ratifications seront, le cas échéant, déposées immédiatement à Bruxelles et la Convention produira ses effets un mois après ce dépôt.

Le protocole restera ouvert pendant une autre année en faveur des Etats représentés à la Conférence de Bruxelles. Passé ce délai, ils ne pourraient qu'y adhérer conformément aux dispositions de l'article 15.

ARTICLE 17

Dans le cas où l'une ou l'autre des Hautes Parties contractantes dénoncerait la présente Convention, cette dénonciation ne produirait ses effets qu'un an après le jour où elle aurait été notifiée au Gouvernement belge, et la Convention demeurerait en vigueur entre les autres Parties contractantes.

ARTICLE ADDITIONNEL

Par dérogation à l'article 16 qui précède, il est entendu que la disposition de l'article 5 fixant la responsabilité dans le cas où l'abordage est causé par la faute d'un pilote obligatoirement, n'entrera de plein droit en vigueur que lorsque les Hautes Parties contractantes se seront mises d'accord sur la limitation de la responsabilité des propriétaires de navires.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Hautes Parties contractantes respectives ont signé la présente Convention et y ont apposé leur cachets.

Fait à Bruxelles, en un seul exemplaire, le 23 septembre 1910.

POUR L'ALLEMAGNE:

Signé: Kracker von Schwartzefeldt.

» Dr. G. Struckmann.

POUR LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE

Signé: Alberto Blancas.

POUR L'AUTRICHE ET POUR LA HONGRIE:

Signé: S. Clary et Aldringen.

POUR L'AUTRICHE:

Signé: Stephen Worms.

POUR LA HONGRIE:

Signé: Dr. François de Nagy.

POUR LA BELGIQUE:

Signé: A. Beernaert.

» Capelle.

» Ch. Lejeune.

» Louis Franck.

» Paul Segers.

POUR LES ETATS-UNIS DU BRÉSIL:

Signé: Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

POUR LE CHILI:

Signé: F. Puga-Borne.

POUR LA RÉPUBLIQUE DE CUBA:

Signé: Dr. F. Zayas.

POUR LE DANEMARK:

Signé: W. Grevenkop Castenskiold.

» Herman Halkier.

POUR L'ESPAGNE:

Signé: Arturo de Baguer.

» Juan Spottorno.

» Ramon Sanchez de Ocaña.

» Faustino A. del Manzano.

POUR LES ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

Signé: Walter C. Noyes.

» Charles C. Burlingham.

» A. J. Montague.

» Edwin W. Smith.

POUR LA FRANCE:

Signé: Beau.

» Ch. Lyon-Caen.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

Signé: Arthur H. Hardinge.

» W. Pickford.

» Leslie Scott.

» Hugh Godley.

POUR LA GRÈCE:

Signé: G. Diobouniotis.

POUR L'ITALIE:

Signé: Prince de Castagneto.

» Francesco Berlingieri.

» Francesco M. Mirelli.

» Prof. César Vivante.

POUR LE JAPON:

Signé: K. Nabeshima.

- » Y. Irié.
- » T. Ishikawa.
- » M. Matsuda.

POUR LES ETATS-UNTS MEXICAINS:

Signé: Enrique Olarte.

- » Victor Manuel Castillo.

POUR LE NICARAGUA:

Signé: Léon Vallez.

POUR LA NORVÈGE:

Signé: Hagerup.

- » Chr. Th. Boe.

POUR LES PAYS-BAS:

Signé: P. R. A. Melvill van Carnbee.

- » Molengraaff.
- » Loder.
- » C. D. Asser.

POUR LE PORTUGAL:

Signé: A. D. de Oliveira Soares.

POUR LA ROUMANIE:

Signé: T. G. Djuvara.

POUR LA RUSSIE:

Signé: C. Nabokoff.

POUR LA SUÈDE:

Signé: Albert Ehrensverd.

- » Einar Lange.

POUR L'URUGUAY:

Signé: Luis Garabelli.

**Convention pour l'unification de certaines règles en matière
d'assistance et de sauvetage maritimes**

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand; le Président de la République Argentine; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie: pour l'Autriche et pour la Hongrie; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président des Etats-Unis du Brésil; Le Président de la République du Chili; Le Président de la République de Cuba; Sa Majesté le Roi de Danemark; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président des Etats-Unis d'Amérique; Le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Le Président des Etats-Unis Mexicains; Le Président de la République de Nicaragua; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves; Sa Majesté le Roi de Roumanie; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Président de la République de l'Uruguay,

Ayant reconnu l'utilité de fixer de commun accord certaines règles uniformes en matière d'assistance et de sauvetage maritimes, ont décidé de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour Leurs Plénipotentiaires savoir:

*Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de
Prusse, au nom de l'Empire Allemand:*

- M. Kracker de Schwartzefeldt, Chargé d'Affaires d'Allemagne à Bruxelles;
- M. le Dr. Struckmann, Conseiller Intime Supérieur de Régence, Conseiller rapporteur au Département Impérial de la Justice.

Le Président de la République Argentine:

- S. Exc. M. A. Blancas, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Argentine près Sa Majesté de Roi des Belges;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

Pour l'Autriche et pour la Hongrie:

S. Exc. M. le comte de Clary et Aldringen, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

Pour l'Autriche:

M. le Dr. Stephen Worms, Conseiller de Section au Ministère I. R. Autrichien du Commerce.

Pour la Hongrie:

M. le Dr. François de Nagy, Secrétaire d'Etat e. r., Professeur à l'Université Royale de Budapest, Membre de la Chambre Hongroise des Députés.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. Beernaert, Ministre d'Etat, Président du Comité Maritime International;

M. Capelle, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général du Commerce et des Consulats au Ministère des Affaires Etrangères;

M. Ch. Le Jeune, Vice-Président du Comité Maritime International;

M. Louis Franck, Membre de la Chambre des Représentants, Secrétaire Général du Comité Maritime International;

M. P. Segers, Membre de la Chambre des Représentants.

Le Président des Etats-Unis du Brésil:

M. le Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Professeur à la Faculté libre des sciences juridiques et sociales de Rio de Janeiro, Membre de l'Académie brésilienne;

Le Président de la République du Chili:

S. Exc. M. F. Puga-Borne, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République du Chili près Sa Majesté le Roi des Belges;

Le Président de la République de Cuba:

M. Francesco Zayas y Alfonso, Ministre Résident de la République de Cuba à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

M. W. de Grevenkop Castenskiold, Ministre Résident de Danemark à Bruxelles;

M. Herman Barclay Halkier, Avocat à la Cour suprême de Danemark.

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

S. Exc. M. de Baguer y Corsi, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

Don Juan Spottorno, Auditeur Général de la Marine Royale;

Don Ramon Sanchez Ocaña, Chef de division au Ministère de la Justice, Ancien Magistrat d'Audience territoriale;

Don Faustino Alvarez del Manzano, Professeur à l'Université Centrale de Madrid.

Le Président des Etats-Unis d'Amérique :

M. Walter C. Noyes, Juge à la Cour de circuit des Etats-Unis à New-York;

M. Charles C. Burlingham, Avocat à New-York;

M. A. J. Montague, Ancien Gouverneur de l'Etat de Virginie;

M. Edwin W. Smith, Avocat à Pittsburg.

Le Président de la République Française :

S. Exc. M. Beau, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté le Roi des Belges;

M. Lyon-Caen, Membre de l'Institut, Professeur de la Faculté de droit de Paris et de l'Ecole des Sciences politiques, Président de l'Association française de droit maritime.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes :

S. Exc. Sir Arthur Hardinge, K. C. B., K. C. M. G., Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

The Hon. Sir William Pickford, Juge à la Haute Cour de Londres

M. Leslie Scott, Conseiller du Roi, à Londres;

The Hon. M. Hugh Godley, Avocat à Londres.

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

M. Georges Diobouniotis, Professeur agrégé à l'Université d'Athènes.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

- M. le Prince de Castagneto Caracciolo, Chargé d'Affaires d'Italie à Bruxelles;
- M. François Berlingieri, Avocat, Professeur à l'Université de Gênes;
- M. François Mirelli, Conseiller à la Cour d'Appel de Naples;
- M. César Vivante, Professeur à l'Université de Rome.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

- S. Exc. M. K. Nabeshima, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Yoshiyuki Irié, Procureur et Conseiller au Ministère de la Justice du Japon;
- M. Takeyuki Ishikawa, Chef de la Division des Affaires Maritimes à la Direction des Communications du Japon;
- M. M. Matsuda, Deuxième Secrétaire de la Légation du Japon à Bruxelles.

Le Président des Etats-Unis Mexicains :

- S. Exc. M. Olarte, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire des Etats-Unis Mexicains près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Victor Manuel Castillo, Avocat, Membre du Sénat.

Le Président de la République de Nicaragua :

- M. L. Vallez, Consul Général de la République de Nicaragua à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

- S. Exc. M. le Dr. G. F. Hagerup, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;
- M. Christian Théodor Boe, Armateur.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

- M. le Jonkheer P. R. A. Melvill van Carnbee, Chargé d'Affaires des Pays-Bas à Bruxelles;
- M. W. L. P. A. Molengraaff, Docteur en droit, Professeur à l'Université d'Utrecht;
- M. C. D. J. Loder, Docteur en droit, Conseiller à la Cour de Cassation de La Haye;
- M. C. D. Asser Jr., Docteur en droit, Avocat à Amsterdam.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves:

M. Antonio Duarte de Oliveira Soares, Chargé d'Affaires de Portugal à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

S. Ex. M. Djuvara, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies:

M. C. Nabokoff, Premier Secrétaire de l'Ambassade de Russie à Washington.

Sa Majesté le Roi de Suède:

S. Exc. M. le comte J. J. A. Ehrensward, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté le Roi des Belges;

M. Einar Lange, Directeur de la Société d'assurance de bateaux à vapeur de Suède.

Le Président de la République de l'Uruguay:

S. Exc. M. Luis Garabelli, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République de l'Uruguay près Sa Majesté le Roi des Belges;

Lesquels, à ce dûment autorisés, sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE PREMIER

L'assistance et le sauvetage des navires de mer en danger, des choses se trouvant à bord, du fret et du prix de passage, ainsi que les services de même nature rendus entre navires de mer et bateaux de navigation intérieure, sont soumis aux dispositions suivantes, sans qu'il y ait à distinguer entre ces deux sortes de services et sans qu'il y ait à tenir compte des eaux où ils ont été rendus.

ARTICLE 2

Tout fait d'assistance ou de sauvetage ayant eu un résultat utile donne lieu à une équitable rémunération.

Aucune rémunération n'est due si le secours prêté reste sans résultat utile.

En aucun cas, la somme à payer ne peut dépasser la valeur des choses sauvées.

ARTICLE 3

N'ont droit à aucune rémunération les personnes qui ont pris part aux opérations de secours, malgré la défense expresse et raisonnable du navire secouru.

ARTICLE 4

Le remorqueur n'a droit à une rémunération pour l'assistance ou le sauvetage du navire par lui remorqué ou de sa cargaison que s'il a rendu des services exceptionnels, ne pouvant être considérés comme l'accomplissement du contrat de remorquage.

ARTICLE 5

Une rémunération est due encore que l'assistance ou le sauvetage ait eu lieu entre navires appartenant au même propriétaire.

ARTICLE 6

Le montant de la rémunération est fixé par la convention des parties et, à défaut, par le juge.

Il en est même de la proportion dans laquelle cette rémunération doit être répartie entre les sauveteurs.

La répartition entre le propriétaire, le capitaine et les autres personnes au service de chacun des navires sauveteurs sera réglée par la loi nationale du navire.

ARTICLE 7

Toute convention d'assistance et de sauvetage passée au moment et sous l'influence du danger peut, à la requête de l'une des parties, être annulée ou modifiée par le juge, s'il estime que les conditions convenues ne sont pas équitables.

Dans tous les cas, lorsqu'il est prouvé que le consentement de l'une des parties a été vicié par dol ou réticence ou lorsque la rémunération est, de façon excessive dans un sens ou dans l'autre, hors de proportion avec le service rendu, la convention peut être annulée ou modifiée par le juge à la requête de la partie intéressée.

ARTICLE 8

La rémunération est fixée par le juge selon les circonstances en prenant pour base: a) en premier lieu, le succès obtenu, les efforts et le mérite de ceux qui ont prêté secours,

le danger couru par le navire assisté, par ses passagers et son équipage, par sa cargaison, par les sauveteurs et par le navire sauveteur, le temps employé, les frais et dommages subis, et les risques de responsabilité et autres courus par les sauveteurs, la valeur du matériel exposé par eux, en tenant compte, le cas échéant, de l'appropriation spéciale du navire assistant; b) en second lieu, la valeur des choses sauvées.

Les mêmes dispositions s'appliquent à la répartition prévue à l'article 6, alinéa 2.

Le juge peut réduire ou supprimer la rémunération s'il apparaît que les sauveteurs ont, par leur faute, rendu nécessaire le sauvetage ou l'assistance ou qu'ils se sont rendus coupables de vols, recels ou autres actes frauduleux.

ARTICLE 9

Il n'est dû aucune rémunération par les personnes sauvées, sans que cependant il soit porté atteinte aux prescriptions des lois nationales à cet égard.

Les sauveteurs de vies humaines qui sont intervenus à l'occasion de l'accident ayant donné lieu au sauvetage ou à l'assistance ont droit à une équitable part de la rémunération accordée aux sauveteurs du navire, de la cargaison et de leurs accessoires.

ARTICLE 10

L'action en paiement de la rémunération se prescrit par deux ans à partir du jour où les opérations d'assistance ou de sauvetage sont terminées.

Les causes de suspension et d'interruption de cette prescription sont déterminées par la loi du tribunal saisi de l'action.

Les Hautes Parties contractantes se réservent le droit d'admettre dans leurs législations, comme prorogeant le délai ci-dessus fixé, le fait que le navire assisté ou sauvé n'a pu être saisi dans les eaux territoriales de l'Etat dans lequel le demandeur a son domicile ou son principal établissement.

ARTICLE 11

Tout capitaine est tenu, autant qu'il peut le faire sans danger sérieux pour son navire, son équipage, ses passagers, de prêter assistance à toute personne, même ennemie, trouvée en mer en danger de se perdre.

Le propriétaire du navire n'est pas responsable à raison des contraventions à la disposition précédente.

ARTICLE 12

Les Hautes Parties contractantes, dont la législation ne réprime pas l'infraction à l'article précédent, s'engagent à prendre ou à proposer à leurs Législatures respectives les mesures nécessaires pour que cette infraction soit réprimée.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront, aussitôt que faire se pourra, les lois ou règlements qui auraient déjà été édictés ou qui viendraient à l'être dans leurs Etats pour l'exécution de la disposition qui précède.

ARTICLE 13

La présente Convention ne porte pas atteinte aux dispositions des législations nationales ou des traités internationaux sur l'organisation de services d'assistance et de sauvetage par les autorités publiques ou sous leur contrôle, et notamment sur le sauvetage de engins de pêche.

ARTICLE 14

La présente Convention est sans application aux navires de guerre et aux navires d'Etat exclusivement affectés à un service public.

ARTICLE 15

Les dispositions de la présente Convention seront appliquées à l'égard de tous les intéressés lorsque soit le navire assistant ou sauveteur, soit le navire assisté ou sauvé appartient à un Etat de l'une des Hautes Parties contractantes, ainsi que dans les autres cas prévus par les lois nationales.

Il est entendu toutefois:

1.° Qu'à l'égard des intéressés ressortissants d'un Etat non contractant, l'application des dites dispositions pourra être subordonnée par chacun des Etats contractants à la condition de réciprocité;

2.° Que, lorsque tous les intéressés sont ressortissants du même Etat que le tribunal saisi, c'est la loi nationale et non la Convention qui est applicable;

3.° Que, sans préjudice des dispositions plus étendues des lois nationales, l'article 11 n'est applicable qu'entre navires ressortissant aux Etats des Hautes Parties contractantes.

ARTICLE 16

Chacune des Hautes Parties contractantes aura la faculté de provoquer la réunion d'une nouvelle conférence après trois ans à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, dans le but de rechercher les améliorations qui pourraient y être apportées et, notamment, d'en étendre, s'il est possible, la sphère d'application.

Celle des Puissances qui ferait usage de cette faculté aurait à notifier son intention aux autres Puissances, par l'intermédiaire du Gouvernement belge, qui se chargerait de convoquer la Conférence dans les six mois.

ARTICLE 17

Les Etats qui n'ont pas signé la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande. Cette adhésion sera notifiée par la voie diplomatique au Gouvernement belge et, par celui-ci, à chacun des Gouvernements des autres Parties contractantes; elle sortira ses effets un mois après l'envoi de la notification faite par le Gouvernement belge.

ARTICLE 18

La présente Convention sera ratifiée.

A l'expiration du délai d'un an au plus tard, à compter du jour de la signature de la Convention, le Gouvernement belge entrera en rapport avec les Gouvernements des Hautes Parties contractantes qui se seront déclarées prêtes à la ratifier, à l'effet de faire décider s'il y a lieu de la mettre en vigueur.

Les ratifications seront, le cas échéant, déposées immédiatement à Bruxelles et la Convention produira ses effets un mois après ce dépôt.

Le protocole restera ouvert pendant une autre année en faveur des Etats représentés à la Conférence de Bruxelles. Passé ce délai, ils ne pourraient qu'y adhérer, conformément aux dispositions de l'article 17.

ARTICLE 19

Dans le cas où l'une ou l'autre des Hautes Parties contractantes dénoncerait la présente Convention, cette dénonciation ne produirait ses effets qu'un an après le jour où elle aurait été notifiée au Gouvernement belge et la Convention demeurerait en vigueur entre les autres Parties contractantes.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Hautes Parties contractantes respectives ont signé la présente Convention et y ont apposé leur cachets.

Fait à Bruxelles, en un seul exemplaire, le 23 septembre 1910.

POUR L'ALLEMAGNE:

Signé: Kracker von Schwartzefeldt.

» Dr. G. Struckmann.

POUR LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE:

Signé: Alberto Blancas.

POUR L'AUTRICHE ET POUR LA HONGRIE:

Signé: S. Clary et Aldringen.

POUR L'AUTRICHE:

Signé: Stephen Worms.

POUR LA HONGRIE:

Signé: Dr. François de Nagy.

POUR LA BELGIQUE:

Signé: A. Beernaert.

» Capelle.

» Ch. Lejeune.

» Louis Franck.

» Paul Segers.

POUR LES ETATS-UNIS DU BRÉSIL:

Signé: Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

POUR LE CHILI:

Signé: F. Puga-Borne.

POUR LA RÉPUBLIQUE DE CUBA:

Signé: Dr. F. Zayas.

POUR LE DANEMARK:

Signé: W. Grevenkop Castenskiold.

» Herman Halkier.

POUR L'ESPAGNE:

Signé: Arturo de Baguer.

» Juan Spottorno.

Signé: Ramon Sanchez de Ocaña.

» Faustino A. del Manzano.

POUR LE ETATS-UNIS D'AMÉRIQUE:

Signé: Walter C. Noyes.

» Charles C. Burlingham.

» A. J. Montague.

» Edwin W. Smith.

POUR LA FRANCE:

Signé: Beau.

» Ch. Lyon-Caen.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

Signé: Arthur H. Hardinge.

» W. Pickford.

» Leslie Scott.

» Hugh Godley.

POUR LA GRÈCE:

Signé: G. Diobouniotis.

POUR L'ITALIE:

Signé: Prince de Castagneto.

» Francesco Berlingieri.

» Francesco M. Mirelli.

» Prof. César Vivante.

POUR LE JAPON:

Signé: K. Nabeshima.

» Y. Irié.

» T. Ishikawa.

» M. Matsuda.

POUR LES ETATS-UNIS MEXICAINS:

Signé: Enrique Olarte.

» Victor Manuel Castillo.

POUR LE NICARAGUA:

Signé: Léon Vallez.

POUR LA NORVÈGE:

Signé: Hagerup.

» Chr. Th. Boe.

POUR LES PAYS-BAS:

Signé: P. R. A. Melvill van Carnbee.

» Molengraaff.

» Loder.

» C. D. Asser.

POUR LE PORTUGAL:

Signé: A. D. de Oliveira Soares.

POUR LA ROUMANIE:

Signé: T. G. Djuvara.

POUR LA RUSSIE:

Signé: C. Nabokoff.

POUR LA SUÈDE:

Signé: Albert Ehrensvar.

» Einar Lange.

POUR L'URUGUAY:

Signé: Luis Garabelli.

PROTOCOLE DE SIGNATURE

Au moment de procéder à la signature des Conventions pour l'unification de certaines règles en matière d'abordage et en matière d'assistance et de sauvetage maritimes conclues à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

Les dispositions desdites Conventions seront applicables aux colonies et possessions des Puissances contractantes, sous les réserves ci-après:

I. Le Gouvernement allemand déclare réserver ses résolutions au sujet de ses colonies. Il se réserve, pour chacune de celles-ci séparément, le droit d'adhérer aux Conventions et de les dénoncer.

II. Le Gouvernement danois déclare se réserver le droit d'adhérer auxdites Conventions et de les dénoncer pour l'Islande et les colonies ou possessions danoises séparément.

III. Le Gouvernement des Etats-Unis d'Amérique déclare se réserver le droit d'adhérer auxdites Conventions et de les dénoncer pour les Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique.

IV. Le Gouvernement de Sa Majesté Britannique déclare se réserver le droit d'adhérer auxdites Conventions et de les

dénoncer pour chacune des colonies, chacun des protectorats et territoires britanniques séparément ainsi que pour l'île de Chypre.

V. Le Gouvernement italien se réserve d'adhérer ultérieurement aux Conventions pour les dépendances et colonies italiennes.

VI. Le Gouvernement des Pays-Bas se réserve d'adhérer ultérieurement aux Conventions pour les colonies et possessions néerlandaises.

VII. Le Gouvernement portugais déclare se réserver le droit d'adhérer ultérieurement aux Conventions pour les colonies portugaises.

Ces adhésions pourront être notifiées soit par une déclaration générale comprenant toutes les colonies et possessions, soit par des déclarations spéciales. Pour les adhésions et dénonciations, on observera éventuellement la procédure indiquée dans les deux Conventions de ce jour. Il est entendu toutefois que lesdites adhésions pourront également être constatées dans le procès-verbal des ratifications.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés ont dressé le présent protocole, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des Conventions auxquelles il se rapporte.

Fait à Bruxelles, en un seul exemplaire, le 23 de septembre 1910.

POUR L'ALLEMAGNE :

Signé: Kracker von Schwartzefeldt.

» Dr. G. Struckmann.

POUR LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE :

Signé: Alberto Blancas.

POUR L'AUTRICHE ET POUR LA HONGRIE :

Signé: S. Clary et Aldringen.

POUR L'AUTRICHE :

Signé: Stephen Worms.

POUR LA HONGRIE :

Signé: Dr. François de Nagy.

POUR LA BELGIQUE:

Signé: A. Beernaert.

- » Capelle.
- » Ch. Lejeune.
- » Louis Franck.
- » Paul Segers.

POUR LES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

Signé: Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

POUR LE CHILI:

Signé: F. Puga-Borne.

POUR LA RÉPUBLIQUE DE CUBA :

Signé: Dr. F. Zayas.

POUR LE DANEMARK:

Signé: W. Grevenkop Castenskiold.

- » Herman Halkier.

POUR L'ESPAGNE:

Signé: Arturo de Baguer.

- » Juan Spottorno.
- » Ramon Sanchez de Ocaña.
- » Faustino A. del Manzano.

POUR LES ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE :

Signé: Walter C. Noyes.

- » Charles C. Burlingham.
- » A. J. Montague.
- » Edwin W. Smith.

POUR LA FRANCE:

Signé: Beau.

- » Ch. Lyon-Caen.

POUR LA GRANDE-BRETAGNE:

Signé: Arthur H. Hardinge.

- » W. Pickford.
- » Leslie Scott.
- » Hugh Godley.

POUR LA GRÈCE

Signé: G. Diobouniotis.

POUR L'ITALIE:

Signé: Prince de Castagneto.

- » Francesco Berlingieri.
- » Francesco M. Mirelli.
- » Prof. César Vivante.

POUR LE JAPON:

Signé: K. Nabeshima.

- » Y. Irié.
- » T. Ishikawa.
- » M. Matsuda.

POUR LES ÉTATS-UNIS MEXICAINS :

Signé: Enrique Olarte.

- » Victor Manuel Castillo.

POUR LE NICARAGUA:

Signé: Léon Vallez.

POUR LA NORVÈGE :

Signé: Hagerup.

- » Chr. Th. Boe.

POUR LES PAYS-BAS:

Signé: P. R. A. Melvill van Carnbee.

- » Molengraaff.
- » Loder.
- » C. D. Asser.

POUR LE PORTUGAL:

Signé: A. D. de Oliveira Soares.

POUR LA ROUMANIE:

Signé: T. G. Djuvara.

POUR LA RUSSIE:

Signé: C. Nabokoff.

POUR LA SUÈDE :

Signé: Albert Ehrensvar.

- » Einar Lange.

POUR L'URUGUAY:

Signé: Luis Garabelli.

E, tendo sido as mesmas Convenções, cujo teor fica acima transcripto, approvadas pelo Congresso Nacional, as confirmo e ratifico e, pela presente, as dou por firmes e valiosas para produzirem os seus devidos effeitos, promettendo que ellas serão cumpridas inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Cartá, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos 23 dias do mez de Outubro de 1913, 92° da Independencia e 25° da Republica.

(L. S.) HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.808 — DE 11 DE MARÇO DE 1914

Eleva á categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Portugal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
Usando da autorização concedida pelo Decreto Legislativo n. 2.843, de 7 de Janeiro ultimo,

Decreta:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de Embaixada a Legação do Brasil em Portugal.

Rio de Janeiro, 11 de Março de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.820 — DE 18 DE MARÇO DE 1914

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos, celebrado entre o Brasil e a Belgica, em 21 de Junho de 1873, do Protocollo da mesma data e do Tratado adicional de 12 de Dezembro de 1877.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixaram de vigorar, a partir de 14 do corrente, o Tratado de Extradicação de criminosos celebrado entre o Brasil e a Belgica, em 21 de Junho de 1873, o Protocollo da mesma data e o Tratado adicional de 12 de Dezembro de 1877.

Rio de Janeiro, 18 de Março de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.846 — DE 15 DE ABRIL DE 1914

Publica a denuncia do Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Italia, em 12 de novembro de 1872

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixa de vigorar, a partir de hoje, o Tratado de Extradicação de criminosos assignado no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Italia, em 12 de novembro de 1872.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

HERMES R. DA FONSECA.

Lauro Müller.

DECRETO N. 10.847 — DE 15 DE ABRIL DE 1914

Publica a denuncia da Convenção de Extradicação de criminosos assignada no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Austria-Hungria, em 21 de maio de 1883.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que deixou de vigorar, a partir de 2 do corrente, a Convenção de Extradicação de criminosos assignada no Rio de Janeiro, entre o Brasil e a Austria-Hungria, em 21 de maio de 1883.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1914, 93° da Independencia e 26° da Republica.

Lauro Müller.

HERMES R. DA FONSECA.

N. 3

CIRCULARES (*)

Circular aos Corpos Diplomatico e Consular brasileiros sobre formulas de cortezia

Secção do Protocollo. — N. 18. — Circular. — Ministerio das
Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1913.

Sr.....

Sendo conveniente a modificação de algumas das formulas de cortezia estabelecidas pela circular de 4 de Dezembro de 1902, para a correspondencia deste Ministerio, rogo a V... que, de ora em diante, remate os officios que dirigir a funcionarios publicos brasileiros e a particulares dizendo que tem a honra de lhes offerecer ou de lhes reiterar, conforme o caso, os protestos mencionados no apontamento a esta annexo.

Como já dizia aquella circular, quando forem dadas ou transmittidas ordens e instrucções, não será necessario ordenar ou recommendar sempre a sua execução : bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as tenha presentes ou que as execute, devendo este entender que o pedido do seu superior hierarchico ou de qualquer autoridade competente é necessariamente uma ordem.

No fecho das notas e cartas officiaes a autoridades estrangeiras, as Legações e Consulados Brasileiros deverão continuar a empregar as formulas de polidez uzadas no estylo official do paiz em que estiverem.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha...

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

(*) Não são publicadas as circulares de simples remessa (ns. 23, 29-30, 56-59, 48-51, 55 e 57-58), nem tão pouco as de ns. 42-47 e 54 que encerram instrucções de serviço, — Não foi expedida circular com o n. 40.

Apontamento a que se refere a Circular n. 18, de 13 de Junho
de 1913, expedida pela Secção do Protocollo

I. — O Ministro de Estado das Relações Exteriores quando se dirigir :

a) Ao Presidente da Republica :

Tenho a honra de apresentar (1ª comunicação) ou de reiterar (comunicações posteriores) a V. Ex. os protestos do meu mais profundo respeito.

b) Ao Vice-Presidente da Republica; aos Presidentes das duas Camaras do Congresso Nacional e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos do meu profundo respeito.

c) Aos Ministros de Estado; aos membros do Supremo Tribunal Federal; aos Governadores ou Presidentes dos Estados da União Brasileira; aos membros do Congresso Nacional :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

d) Ao Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores; ao Secretario da Presidencia da Republica; aos Embaixadores da Republica :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e mui distincta consideração.

e) Aos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios da Republica effectivos, em missão especial ou em commissão; aos Generaes do Exercito ou da Armada; aos Membros da Côrte de Appellação do Districto Federal e dos Tribunaes Superiores dos Estados; aos Directores Geraes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores; ao Presidente do Tribunal de Contas; ao Prefeito e ao Chefe de Policia do Districto Federal; ao Consultor Geral da Republica e aos Consultores Juridicos do Ministerio das Relações Exteriores; aos Directores do Thesouro e Directores Geraes das outras Secretarias de Estado; ao Delegado do Thesouro Brasileiro em Londres; aos Juizes de Direito Federaes; aos Ministros ou Secretarios de Estado dos Estados da União :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha perfeita estima e distincta consideração.

f) Aos Ministros Residentes; aos Directores de Secção das Secretarias de Estado; aos Directores de Repartições subordinadas aos outros Ministerios e aos Consules Geraes de Primeira Classe :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha perfeita estima e consideração.

g) Aos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, assim como a quaesquer outros funcionarios ou autoridades civis ou militares não declarados acima, federaes ou estaduais:

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

h) Aos Ministros dos Negocios Estrangeiros ou das Relações Exteriores dos outros paizes :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais alta consideração.

i) Ao Nuncio Apostolico e aos Embaixadores acreditados junto ao Governo do Brasil :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha mui alta consideração.

j) Aos Enviados Extraordinarios e Ministros Plenipotenciarios acreditados junto ao Governo Brasileiro :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração.

k) Aos Ministros Residentes Estrangeiros :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha mais distincta consideração.

l) Aos Encarregados de Negocios Estrangeiros :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha mui distincta consideração.

m) A quaesquer outros funcionarios estrangeiros não discriminados acima e com os quaes se corresponda :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. S. os protestos da minha distincta consideração.

n) Aos particulares :

Apresento ou reitero a V. S. os protestos da minha consideração.

II. — O Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, ou quem suas vezes fizer, empregará as mesmas formulas acima indicadas.

III. — Os funcionarios da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, os do Corpo Diplomatico e os do Corpo Consular só empregarão as formulas indicadas no n. I quando se dirigirem a funcionarios da sua categoria ou de categoria inferior.

Dirigindo-se a funcionarios de categoria superior á sua rematarão os seus officios dizendo :

Tenho a honra de apresentar ou de reiterar a V. Ex. (ou V. S.) os protestos da minha respeitosa consideração.

Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre aluguel de chancellarias

Secção da Contabilidade. — N. 19. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 13 de junho de 1913.

Sr.

Com o fim de satisfazer as necessidades do serviço e para se dissiparem de vez certas duvidas ultimamente suscitadas, chamo a attenção de V... para a conveniencia de residirem os Chefes das Legações que têm mais de 2:000\$ para o pagamento do aluguel da casa no mesmo edificio em que funcționarem as respectivas chancellarias, comquanto não seja condição essencial para terem direito a receber as quantias destinadas pelo orçamento ao alludido fim.

Dessa fórmula melhor se attenderá ao intuito que tem presidido á concessão daquella verba, isto é, o de facilitar o funcionamento das Legações e competentes Secretarias em edificios que disponham de accomodações apropriadas a esse fim e que tenham apparencia condigna ao bom nome da nossa representação no exterior.

Aproveito o ensejo para ter a honra de reiterar a V... os protestos da minha.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre a substituição dos Consules Geraes e Consules

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares. — 2ª Secção. — N. 20. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 14 de junho de 1913.

Sr.

Tendo succedido, não raras vezes, ficarem vagos os Consulados e Vice-Consulados, ou serem geridos por pessoas incompetentes, visto não haver na occasião substitutos legaes, resolveu este Ministerio tomar as seguintes providencias :

Determinando o art. 8º da Consolidação Consular que « cada consul geral ou consul terá no lugar da sua residencia um vice-consul que o substitua nos seus impedimentos », fica en-

tendido que sempre que o vice-consul da séde do Consulado adoecer ou ausentar-se, peça ou não licença, o consul geral ou consul deve nomear logo um vice-consul interino para ficar em seu lugar.

Do mesmo modo, desde que o vice-consul assuma as funções de consul geral ou consul, deve logo nomear um vice-consul interino para substituí-lo no exercício dessas funções nos casos de doença, ausencia ou morte.

Essas nomeações interinas ficam sujeitas ao disposto no art. 23 da Consolidação Consular.

Tenho a honra de renovar a V... os protestos da minha estima e consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Diplomático brasileiro sobre o gozo de férias

Secção da Contabilidade. — N. 24. — Circular. — Ministério das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 21 de junho de 1913.

Sr.....

Estendendo aos funcionarios do Corpo Diplomático uma vantagem de que gozam os desta Secretaria de Estado, o Governo resolveu, ampliando a regalia de que trata o art. 34, do decreto n. 3.263, de 20 de Abril de 1889, conceder-lhes a faculdade de se ausentarem annualmente, em férias, durante trinta e cinco dias uteis.

Essas férias deverão ser gozadas sempre de accôrdo com o Chefe da Missão e por ordem de precedencia, attendo-se ás conveniencias do serviço e devendo os funcionarios que dellas se servirem dar disso conhecimento a esta Secretaria de Estado.

Fica entendido que a nenhuma gratificação especial terá direito o Secretario que, durante as férias do respectivo chefe, ficar encarregado do expediente da Legação.

Fóra desses casos, porém, nenhum funcionario se poderá retirar da séde de seu posto, a não ser em virtude de licença.

Aproveito este ensejo para ter a honra de reiterar a V... os protestos da minha.....

REGIS DE OLIVEIRA.

A

Circular ao Corpo Diplomatico estrangeiro sobre isenções de direitos aduaneiros

Secção do Protocollo. — N. 22. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 16 de julho de 1913.

Sr.

Em virtude de resolução tomada pelo Ministerio da Fazenda, tenho a honra de levar ao conhecimento de V... que fica revogada a Circular deste Ministerio, n. 7, de 23 de Março de 1909, a qual estabelecia que os pedidos de isenção de direitos fossem dirigidos, não ás Alfandegas, mas á Directoria Geral desta Secretaria de Estado.

Assim sendo, V... terá a bondade, d'ora em diante, de dirigir, não a esta Secretaria de Estado, mas ás Alfandegas da Republica, as requisições de entrada livre para generos, effeitos e objectos que tiver de importar para seu uso pessoal e a que tem direito, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 2º das disposições preliminares da Tarifa Aduaneira, de que junto lhe remetto um exemplar.

Aproveito o ensejo para renovar a V... os protestos da minha.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre nomeações de Vice-Consules e Agentes Commerciaes

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares. — 2ª Secção. — N. 24. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1913.

Sr.

Tendo succedido não raras vezes ficarem vagos os consulados e vice-consulados, ou serem geridos por pessoas incompetentes, visto não haver na occasião substitutos legaes, resolveu este Ministerio tomar as seguintes providencias:

Determinando o art. 8º da Consolidação Consular que «cada consul geral ou consul terá no lugar da sua residencia um vice-consul que o substitua nos seus impedimentos», fica entendido que sempre que o vice-consul da séde do consulado adoecer ou ausentar-se, peça ou não licença, o consul geral ou consul deve nomear logo um vice-consul interino para ficar em seu lugar.

Do mesmo modo, desde que o vice-consul assuma as funções de consul geral ou consul, deve logo nomear um vice-consul interino para substituí-lo no exercício dessas funções nos casos de doença, ausência ou morte.

Essas nomeações interinas ficam sujeitas ao disposto no art. 23 da Consolidação Consular.

Tenho a honra de renovar a V... os protestos da minha estima e consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

A

**Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre isenção
de emolumentos e sellos aos vapores brasileiros**

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares. — 2ª Secção. — N. 25. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1913.

Sr.....

Communico a V. S. que o Congresso Nacional, no art. 95 da Lei da Receita para o corrente exercício, mandou que continuasse em vigor o art. 8º e paragrapho unico da Lei n. 2.240, de 28 de Dezembro de 1909, os quaes são assim redigidos :

« Art. 8.º Ficam isentos de emolumentos e sellos, nos Consulados, todos os documentos relativos a despachos de navios e vapores brasileiros que explorem o serviço de navegação entre portos estrangeiros ou entre portos estrangeiros e nacionaes.

« Paragrapho unico. Gozarão da isenção deste artigo tambem os despachos das mercadorias a transportar pelos navios e vapores a que se refere o mencionado artigo, mercadorias que, no emtanto, continuam sujeitas aos emolumentos e sellos das facturas consulares. »

A' vista desta disposição orçamentaria, fica revogada a Circular n. 2, de 21 de Fevereiro de 1911, e restabelecida a de n. 2, de 14 de Janeiro de 1908, relativa ao assumpto de que se trata.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

A

**Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre diversas
partidas de carga em uma só factura**

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares. — Circular. — N. 26. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 17 de julho de 1913.

Sr.....

Tendo alguns Consulados interpretado de differentes modos a Circular n. 20, de 22 de Agosto de 1910, sobre diversas partidas de mercadorias consignadas á mesma pessoa, communico a V. S. que o Ministerio da Fazenda, resolvendo as duvidas que lhe foram submettidas, declarou que a cada conhecimento de carga deve corresponder uma factura consular, nada importando a pluralidade de marcas contidas no conhecimento, salvo si se verificar a hypothese de um conhecimento para mais de um interessado, caso em que deverão ser expedidas tantas facturas quantos forem os interessados incluidos no conhecimento.

Pedindo a V. S. providencie para que no seu districto consular seja observada essa resolução, tenho a honra de lhe reitterar os protestos da minha estima e consideração.

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpo Diplomatico estrangeiro sobre isenção
de direitos aduaneiros**

Secção do Protocollo. — N. 28. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 28 de julho de 1913.

Sr.....

Para as formalidades de estatistica, peço a V... que nas requisições de isenção de direitos que dirigir á Alfandega do Rio de Janeiro, tenha a bondade de especificar com a maior clareza o conteudo dos volumes a serem despachados, afim de evitar a sua abertura, o que, no emtanto, a mesma Alfandega, de accôrdo com a pratica usada nos demais paizes, terá o direito de fazer todas as vezes que essa medida se tornar necessaria.

Tenho a honra de reitterar a V... os protestos da minha...

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre novos uniforme

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 1ª Secção.— N. 31.— Circular.— Ministerio das Relações
Exteriores. — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1913.

Sr.....

Communico a V. S. que, por decreto de 30 de Julho ultimo, foram adoptados novos uniformes para o Corpo Consular, em substituição dos da Marinha de guerra até então em uso.

Esses uniformes serão de panno verde escuro, bordados a prata, e deverão ser usados abotoados, com luvas de pellica branca e botinas de verniz.

V. S. encontrará os modelos respectivos annexos á *Nova Consolidação das Leis, Decretos e Decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro*, que opportunamente lhe será remettida.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha

.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre substituições dos Agentes Commerciaes

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 2ª Secção.— N. 32.— Circular.— Ministerio das Relações
Exteriores. — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1913.

Sr.....

Com referencia á Circular n. 20, de 14 de junho ultimo, a respeito de substituições de Consules e Vice-Consules, communico a V. S. que a pratica alli estabelecida se deve tambem entender com os Agentes Commerciaes, ficando assim determinado que sempre que o Agente Commercial da séde de um Vice-Consulado adoecer ou ausentar-se, peça ou não licença, o Vice-Consul deve nomear logo um Agente Commercial interino para ficar em seu lugar.

Do mesmo modo, desde que o Agente Commercial assuma as funções de Vice-Consul, deve logo nomear um Agente Commercial interino para substitui-lo no exercicio dessas funções nos casos de doença, ausencia ou morte.

Essas nomeações interinas ficam sujeitas ao disposto no art. 23 da *Consolidação Consular*.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha

.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.

Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre alugueis das chancellarias

Secção da Contabilidade. — N. 33. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1913.

Sr.

Cabe-me comunicar a V... que o Ministro da Fazenda, para resolver certas duvidas suscitadas sobre o pagamento pela Delegacia do Thesouro Nacional em Londres das verbas destinadas pelo orçamento ao aluguel das chancellarias das Legações, me deu conhecimento das seguintes instrucções que a respeito expediu áquella Repartição:

a) A despesa comprehende o aluguel da chancellaria propriamente dito, e bem assim o salario do porteiro e do creado para a limpeza, a illuminação, o aquecimento, etc. etc.

b) O pagamento de que se trata não abrange o aluguel da casa particular do respectivo Ministro.

c) No caso de serem taes despesas feitas por adiantamento, não deverá cada entrega exceder a quarta parte do credito votado para todo exercicio, e não será feito novo adiantamento sem que aquella Delegacia tome contas do anterior e seja recolhido aos seus cofres o saldo apurado.

A prestação de taes contas não poderá ultrapassar o prazo de quatro mezes.

Ao contrario portanto do que communiquei a V... na Circular n. 19, de 13 de Junho ultimo, os Chefes das Legações que têm mais de 2:000\$ annuaes para aluguel de casa da Legação só farão jus ao pagamento das suas moradias particulares se ellas forem installadas no mesmo edificio em que funcionarem as respectivas chancellarias.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha

.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.

Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre os livros que devem existir nas chancellarias das Legações

Secção do Protocollo. — N. 34. — Circular. — Ministerio
das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1913.

Sr.....

Os livros que devem existir no archivo dessa Legação, e de que tratam os arts. 92, 93 e 158 a 164 da *Consolidação das Leis, Decretos e Circulares referentes ao Corpo Diplomatico Brasileiro*, serão d'ora em diante, os seguintes:

N. 1 — Entrada; n. 2 — Sahida; n. 3 — Despachos; n. 4 — Officios; n. 5 — Ordens; n. 6 — Telegrammas; n. 7 — Notas; n. 8 — Legações; n. 9 — Consulados; n. 10 — Conferencias; n. 11 — Secreto; n. 12 — Declarações; n. 13 — Inventario; n. 14 — Contabilidade; n. 15 — Passaporte; n. 16 — Informações; n. 17 — Registro civil; n. 18 — Montepio; n. 19 — Termos; e n. 20 — Diversos.

Esses livros servirão: n. 1 — para a numeração de todos os documentos recebidos durante o anno pela Legação; n. 2 — para a numeração de todos os documentos expedidos durante o anno pela Legação; n. 3 — para os despachos que a Legação receber durante o anno deste Ministerio e que deverão ser encadernados formando o livro mencionado; n. 4 — para as minutas dos officios dirigidos a este Ministerio e que também deverão ser encadernadas; n. 5 — para o registro das ordens deste Ministerio, conforme o disposto no art. 163 da referida Consolidação; n. 6 — para a numeração e registro dos telegrammas recebidos deste Ministerio pela Legação e vice-versa; n. 7 — para communicações ao Governo junto ao qual está acreditada a Legação e vice-versa e que também deverão ser encadernadas; n. 8 — para o registro da correspondencia com o Corpo Diplomatico brasileiro; n. 9 — para o registro da correspondencia com o Corpo Consular brasileiro; n. 10 — para o registro das conferencias sobre os negocios a cargo da Legação, segundo o preceituado nos artigos 160 e 161 da mesma Consolidação; n. 11 — para as communicações secretas de que trata o art. 151; n. 12 — para o registro dos documentos a que se refere o art. 150; n. 13 — para o inventario dos objectos existentes na Legação e per-

sua numeração) e o seu assumpto, conforme o modelo seguinte:

Anno (ao alto desta columna)						
Mez						
Dia						
Ostensivo						
Reservado						
Confidencial						
Indice ou assumpto						

O livro n. 3 será formado pelos despachos recebidos pela Legação do Ministerio das Relações Exteriores; o n. 4, pelas minutas dos officios por ella dirigidos ao mesmo Ministerio; o n. 7, pelas minutas das communicações feitas pela Legação ao Governo junto ao qual estiver acreditada e pelas notas por ella recebidas do mesmo Governo; documentos todos esses que deverão ser encadernados no fim de cada anno.

O livro n. 5 servirá para o registro das ordens mencionadas no art. 163.

Esse registro terá á direita a margem sufficiente para notar-se a data de alguma nova ordem alterando ou revogando a precedente.

O livro n. 10 servirá para o registro do teor das conferencias, de accôrdo com os arts. 160 e 161.

Este registro será feito assim:

- 1.º, dia, mez e anno;
- 2.º, especificação do assumpto;
- 3.º, exposição do que se houver passado na conferencia.

Deixar-se-á ao lado direito margem sufficiente para a data da conferencia immediatamente anterior e da subsequente, relativa ao mesmo assumpto.

O livro n. 11 que, como quaesquer cifras e codigos telegraphicos, as instrucções especiaes, as informações do Primeiro Secretario sobre a capacidade dos Segundos, dos Addidos e dos empregados subalternos da Legação, deverá estar sob a guarda do proprio Ministro, é destinado ao registro de informações que lhe forem ordenadas sobre a idoneidade

2. para a numeração, segundo o modelo abaixo, de todos os documentos expedidos durante o anno pelo Consulado, numeração que deve ser especial para cada uma das secções da Secretaria e para cada uma das séries — ostensiva, reservada, confidencial — e ser encerrada dentro de cada anno civil;

Anno (ao alto desta columna)	Mez	Dia	Ostensivo	Reservado	Confidencial	Indice ou assumpto

3. dos despachos que o Consulado receber do Ministerio das Relações Exteriores, despachos que, no fim de cada anno, deverão ser encadernados com todos os documentos impressos ou manuscritos;

4. para registro das patentes dos consules e dos vice-consules de seus districtos;

5. das minutas dos officios que o Consulado dirigir ao Ministerio das Relações Exteriores, e que, no fim de cada anno, devem ser encadernadas como os despachos;

6. das correspondencias que os consules mantiverem com os ministros diplomaticos a que são subordinados, e com os vice-consules de suas dependencias;

7.º das communicações que os consules dirigirem ás autoridades locais e vice-versa;

8. das minutas das communicações a diversas autoridades e pessoas dentro e fóra do Brasil;

9. para registro das portarias de ordens de serviço e licenças, suspensões, etc., dos empregados do Consulado;

10. para registro das entradas e sahidas das embarcações, manifestos de suas cargas e cartas de saude;

11. para registro dos mappas que remetterem á Secretaria das Relações Exteriores;

12. dos contractos mercantis, protestos de arribadas e avarias;
13. para registro de passaportes e vistos;
14. para as declarações;
15. para a escripturação das multas;
16. para escripturas;
17. para termos de posse;
18. para registro de testamentos e inventarios;
19. para assentamento das quantias arrecadadas do producto das vendas das propriedades publicas e particulares;
20. para inventarios do archivo;
21. para actos de nascimento;
22. para actos de casamento;
23. para actos de obito;
24. para a matricula dos cidadãos brasileiros;
25. para registrar procurações feitas no Consulado;
26. para idem, idem feitas pelos interessados;
27. para escripturação de receita e despeza;
28. para escripturação de estampilhas;
29. para o montepio;
30. para escripturação, em conta corrente, das quantias depositadas no cofre do Consulado, pertencentes a outros Ministerios ou a particulares;
31. para registro das assignaturas de funcionarios e agentes publicos ou commerciaes, etc., etc., para effeito do respectivo conhecimento;
32. para a numeração e registro dos telegrammas que o Consulado receber do Ministerio das Relações Exteriores e vice-versa.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os protestos da minha.....

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular aos Corpos Diplomatico e Consular brasileiros regulando os pedidos de licença

Secção da Contabilidade.— N. 41.— Circular.— Ministerio das Relações Exteriores.— Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1913.

Sr.....

Remetto a V... um exemplar dos Decretos do Poder Legislativo n. 2.756 de 10 de janeiro e do Executivo n. 10.100

de 26 de fevereiro do corrente anno, regulando as concessões de licenças aos funcionarios publicos da União, civis ou militares.

De accôrdo com o § 1.º do Decreto n. 2.756 nenhuma licença, por motivo de molestia, será concedida aos funcionarios deste Ministerio, sem que venha acompanhada do respectivo attestado medico, comprovando a sua necessidade.

Todos os pedidos de licença, qualquer que seja o seu motivo, deverão ser feitos em requerimentos ou officios dirigidos ao Ministro, não sendo mais permittido os mesmos por cartas ou por telegrammas.

Sómente em caso de molestia de summa gravidade, poderão, por excepção, os funcionarios fazer o pedido pelo telegrapho, devendo nesse caso remetter immediatamente um officio ou requerimento confirmando o telegramma e acompanhando o necessario attestado medico.

Todos os pedidos de licença deverão ser remettidos por intermedio dos Chefes das Legações ou Consulados, quando se tratar de funcionarios a elles subordinados.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha

.....

REGIS DE OLIVEIRA.

A

Circular ao Corpo Diplomatico estrangeiro sobre isenção de direitos aduaneiros

Secção do Protocollo.— N. 52.— Circular.— Sub-Secretaria de Estado.— Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1913.

Sr.....

Em additamento á circular n. 22, de 16 de julho ultimo, cabe-me a honra de communicar a V... que todo e qualquer pedido de isenção de direitos aduaneiros, desde que esteja comprehendido nos §§ 5º e 6º do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa, deve ser dirigido directamente aos Inspectores das Alfandegas da Republica.

Tenho a honra de renovar a V... os protestos de minha...

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre a cobrança de manifestos em separado para Porto Alegre

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 2ª Secção. — N. 53. — Circular. — Sub-Secretaria de Estado. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1913.

Sr.....

Havendo duvidas em alguns consulados quanto á cobrança de emolumentos dos manifestos de mercadorias destinadas a Porto Alegre, com baldeação na Capital Federal, Rio Grande ou Montevidéo, declaro a V. S. que taes manifestos estão sujeitos ás taxas da Tabella approvada pelo decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, visto não haver disposição alguma que os isente dos respectivos emolumentos consulares.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha...

REGIS DE OLIVEIRA.

Ao Sr.....

Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre o reconhecimento de firma e letra nas procurações de proprio punho

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 2ª Secção. — N. 56. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1913.

Sr.....

Em additamento ás circulares ns. 17, de 27 de junho de 1906, e 18, de 19 de agosto de 1909, consolidadas nos artigos 499 e 500 da Nova Consolidação das Leis, Decretos e Decisões referentes ao Corpo Consular Brasileiro, publicada nos ns. do *Diario Official* de 13 e 14 de agosto do corrente anno, declaro a V. S. que é imprescindivel tambem o reconhecimento da letra do outorgante nas procurações de proprio punho, de accôrdo com o § 2º do art. 1º da lei n. 973, de 2 de janeiro de 1903.

Assim, peço a V. S. que providencie para que no seu districto consular sejam feitos d'ora em diante, nas procurações de proprio punho, os reconhecimentos da firma, da lettra e da identidade do outorgante e os reconhecimentos da firma e da identidade das testemunhas.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpus Diplomatico e Consular brasileiros sobre
a ausencia dos funcionarios dos respectivos postos**

Secção da Contabilidade. — N. 59. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1913.

Sr.....

Para cohibir certos usos que se teem ultimamente avolumado com grave damno para a disciplina e o serviço publico, tenho a honra de communicar a V.... que nenhum funcionario do Corpo Diplomatico ou Consular poderá, sem communicação anterior a este Ministerio, ausentar-se por mais de 48 horas da séde da Legação ou Consulado em que estiver servindo nem sahir sem prévia licença do territorio do paiz onde estiver acreditado.

E' claro que nessa prohibição está comprehendida a sahida para o uso de férias, as quaes, segundo se deprehende dos termos da circular n. 21, de 21 de junho do corrente anno, só poderão ser gozadas após annuencia deste Ministerio.

Assim, todo e qualquer funcionario diplomatico ou consular, que, sem a necessaria autorização, se retirar do seu posto por maior espaço de tempo que o acima referido, será considerado como tendo abandonado o seu cargo e incorrerá nas penalidades prescriptas para o caso pela legislação em vigor.

Aproveito o ensejo para reiterar a V.... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre a remessa
de retalhos de jornaes**

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 2ª Secção. — N. 1. — Circular. — Ministerio das Relações
Exteriores. — Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1914.

Sr.....

Para a conveniencia do serviço desta Secretaria de Estado, peço a V.... que providencie para que d'ora em diante as remessas de retalhos de jornaes estrangeiros, contendo noticias que interessem a este Ministerio, sejam sempre acompanhadas das respectivas traducções ou de um resumo do seu conteúdo.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre a remessa
de retalhos de jornaes**

Directoria Geral dos Negocios Economicos e Consulares.
— 2ª Secção. — N. 2. — Circular. — Ministerio das Relações
Exteriores. — Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1914.

Sr.....

Para a conveniencia do serviço desta Secretaria de Estado, peço a V. S. que providencie para que d'ora em diante as remessas de retalhos de jornaes estrangeiros, contendo noticias que interessem a este Ministerio, sejam sempre acompanhadas das respectivas traducções ou de um resumo do seu conteúdo.

Tenho a honra de reiterar a V. S. os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre vencimentos
de funcionarios em commissão**

Secção da Contabilidade. — N. 3. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1914.

Sr.....

Para evitar solicitações que não teem amparo na lei, queira V.... chamar a attenção dos funcionarios dessa Legação e dos membros do Corpo Consular de carreira nesse paiz para o disposto nos arts. 57 e 58 da Nova Consolidação Diplomatica e 127 da Nova Consolidação Consular.

De conformidade com essas disposições legislativas o funcionario diplomatico ou consular que vier ao Brazil ou que aqui permanecer no desempenho de qualquer commissão, seja de que natureza fôr, receberá os seus vencimentos em moeda-papel.

Os vencimentos em ouro só serão pagos áquelles que vierem em gozo de licença regulamentar a que teem direito de quatro em quatro annos, na fórmula dos arts. 40 e 110, respectivamente, das mesmas Consolidações e mediante prévia licença deste Ministerio.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular aos Corpos Diplomatico e Consular brasileiros
sobre declarações do mez em recibos de saques**

Secção da Contabilidade. — N. 4. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1914.

Sr.....

Para a boa regularidade da escripturação das despesas da verba — Extraordinarias no exterior — e afim de evitar a difficuldade em que se vê esta Secção de escripturar principalmente no começo de cada anno os recibos de saques por não saber muitas vezes a que exercicio se referem, pois que os respectivos comprovantes são apenas enviados á Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres, peço a V... queira ter a

bondade de declarar sempre em todo e qualquer recibo o nome do mez a que é relativa a despesa.

Outrosim, não é mais permittido englobarem-se despesas de mais de um exercicio num mesmo recibo, devendo sempre que forem sacadas quantias para pagamentos de despesas nessas condições, ser feito um recibo especial para cada exercicio.

Tenho a honra de reiterar a V... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

A

Circular ao Corpo Diplomatico brasileiro sobre a festa da bandeira nacional

Secção do Protocollo. — N. 5. — Circular. — Ministerio das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1914.

Sr.....

Como V.... sabe, a data de 19 de novembro é consagrada no nosso paiz para a festa da bandeira nacional. Peço, pois, a V.... que providencie no sentido de que, todos os annos, naquella data, seja hasteado, ao meio-dia, no edificio dess.... o pavilhão brasileiro.

Rogo, outrosim, a V... se sirva de procurar obter que os nossos patricios, instituições ou estabelecimentos ligados ao nosso paiz festejem por igual fórma aquella data.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V.... os protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

**Circular ao Corpo Consular brasileiro sobre a festa
da bandeira nacional**

Secção do Protocollo. — N. 6. — Circular. — Ministerio
das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de
1914.

Sr.....

Como V.... sabe, a data de 19 de novembro é consagrada
no nosso paiz para a festa da bandeira nacional. Peço pois, a
V.... que providencie no sentido de que, todos os annos, na-
quella data, seja hasteado, ao meio-dia, no edificio dess... o
pavilhão brasileiro.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V.... os
protestos da minha...

LAURO MÜLLER.

Ao Sr.....

Comissão do Congresso Brasileiro sobre a Lei
da Bandeira Nacional

Estado do Rio de Janeiro. — N. 6. — Circular. — Ministério
das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de
1914.

Senhor

Comunicação. — A Lei de 10 de Novembro é constante
no mesmo texto que a Lei da Bandeira Nacional. Para isso a
Lei de 10 de Novembro não contém as palavras "e a
quele que a esta bandeira se refere" no artigo 1.º.
A Lei de 10 de Novembro para manter a Lei de 10 de
Novembro de 1906.

Atenciosamente

Dr. João Baptista de Oliveira Figueiredo

ANNEXO D

Contabilidade

Receita e despesa dos Consolados e Vice-Consolados remunerados pelo
Thesouro Nacional, no exercicio de 1913

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Consolados			
Antuerpia	102:324\$980	5:736\$590	96:588\$390
Assumpção.	12:562\$750	6:344\$500	6:218\$250
Barcelona	21:814\$384	6:000\$892	15:810\$492
Beyruth.	—	—	—
Bordéas.	32:289\$960	5:714\$654	26:575\$306
Boulogne s/mer	9:259\$600	7:544\$800	1:714\$800
Bremen	20:993\$540	2:532\$176	18:461\$364
Buenos-Aires	67:143\$078	20:633\$612	46:514\$466
Cadiz.	5:697\$000	2:875\$700	2:821\$300
Cardiff	45:679\$100	8:094\$596	37:584\$504
Cayenna.	108\$300	\$925	107\$375
Cobija.	—	—	—
Genebra.	3:841\$700	1:054\$003	2:787\$697
Genova	67:722\$877	22:118\$120	45:604\$457
Georgetown.	—	—	—
Glasgow.	15:678\$675	3:747\$756	11:930\$919
Hamburgo	327:937\$050	19:264\$530	308:672\$520
Havre.	78:879\$823	21:169\$164	57:710\$659
Iquitos	1:603\$400	1:065\$529	537\$871
Lisboa	117:509\$680	16:080\$625	101:429\$055
Liverpool.	177:249\$111	22:129\$574	155:119\$537
Londres.	48:666\$590	13:803\$303	34:863\$287
Marselha	16:287\$020	6:442\$311	9:845\$609
Montevideo.	51:218\$925	14:723\$389	36:495\$536
Napoles.	9:822\$000	4:379\$409	5:442\$591
Nova York.	188:216\$380	28:236\$536	159:979\$844
Pariz.	97:056\$273	24:497\$159	72:559\$114
Porto.	139:511\$280	19:026\$180	120:484\$800
Rosario de Santa Fé.	7:051\$400	1:556\$353	5:495\$047
Rotterdam.	19:771\$730	9:446\$958	10:624\$772
Salto.	1:031\$000	1:031\$000	—
Southampton	67:774\$240	5:186\$140	62:587\$800
Trieste	12:774\$830	2:261\$550	10:513\$280
Valparaiso.	9:005\$620	3:659\$285	5:346\$335
Vigo	15:543\$380	4:638\$985	10:904\$395
Villa Bella.	16:047\$300	2:077\$210	13:970\$090
Yokohama.	1:502\$610	451\$070	1:051\$540
A transportar	1.809:578\$486	313:225\$484	1.496:353\$002

SÉDE	RECITA	DESPEZA	SALDO
Transporte.	1.809:578\$486	313:225\$484	1.496:353\$002
Vice-Consulados			
Alvear	1:962\$300	120\$000	1:842\$300
Artigas.	288\$000	113\$280	174\$720
Corrientes	149\$000	52\$000	97\$000
Madeira.	8:170\$750	727\$739	7:443\$011
Melo	750\$000	113\$280	636\$720
Milão.	4:001\$850	645\$200	3:356\$650
Paysandú	4:958\$810	182\$214	4:776\$596
Paso de los Libres	3:827\$600	122\$600	3:705\$000
Posadas.	5:812\$000	240\$000	5:572\$000
Rivera	3:675\$000	192\$000	3:483\$000
San Eugenio	613\$000	260\$298	352\$702
Santa Rosa.	199\$000	30\$078	168\$922
Santo Tomé.	1:196\$200	183\$130	1:013\$070
Total.	1.845:181\$996	316:207\$303	1.528:974\$693

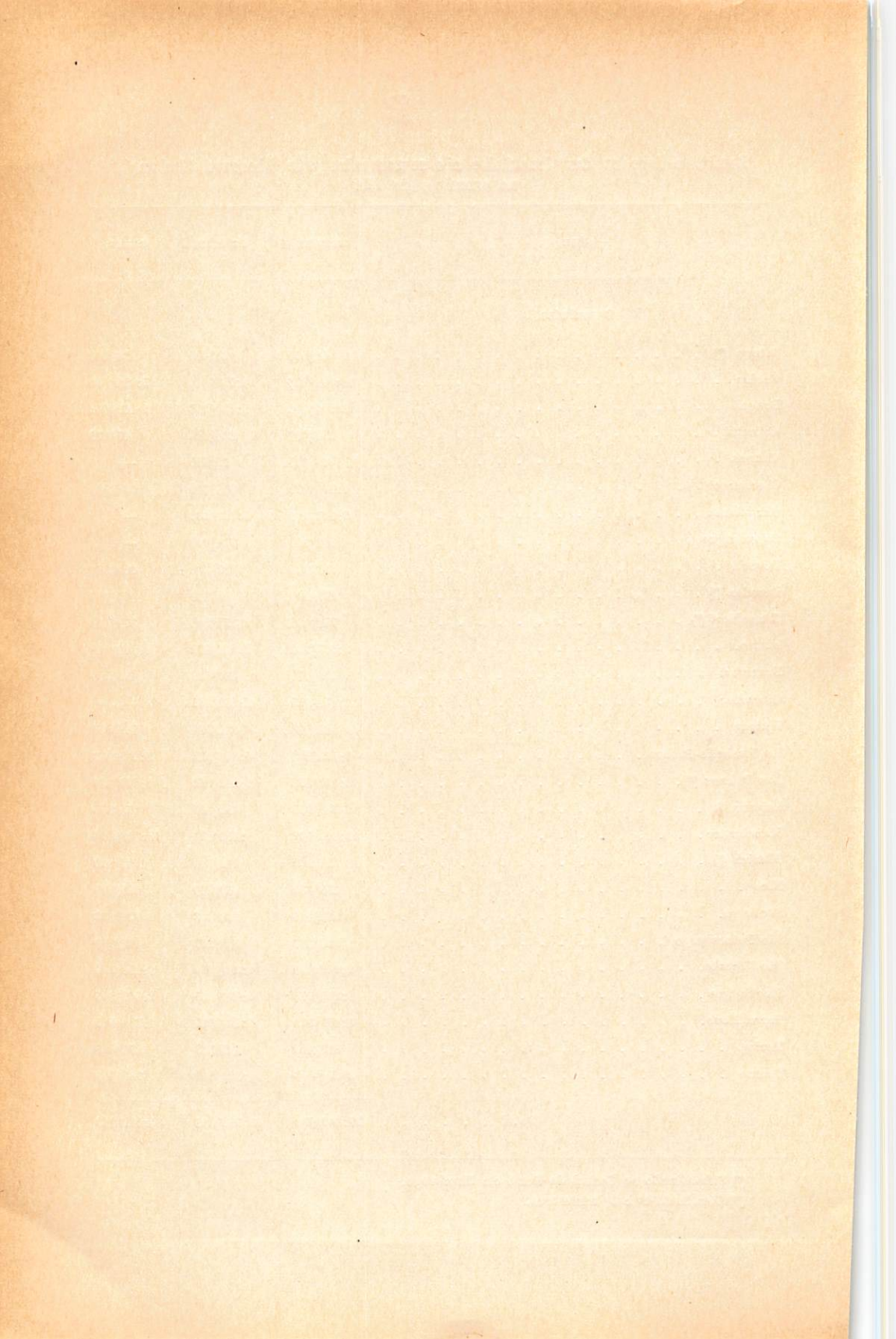
N. 2

Receita e despesa dos Consulados não remunerados pelo Thesouro Nacional, no exercício de 1913

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Consulados			
Altona (*)	46\$000	23\$000	20\$000
Berlim	10:181\$000	4:757\$000	5:424\$000
Braga	3:200\$104	2:130\$312	1:070\$062
Calcuttá	253\$667	236\$498	17\$179
Cannes	13 000	13\$000	—
Cherburgo	1:636\$000	993\$000	633\$000
Christiania	5:117\$120	5:117\$120	—
Copenhague.	394\$790	394\$790	—
Dover.	458\$000	229\$000	229\$000
Dresden (*)	178\$000	93\$000	85\$000
Dusseldorf (*)	756\$000	378\$000	378\$000
Fiume	3:927\$780	2:908\$332	1:019\$448
Francfort s/M.	975\$000	487\$500	487\$500
Gibraltar	2:250\$355	2:250\$355	—
Iquique	885\$000	442\$500	442\$500
La Rochelle-Pallice	8:113\$936	4:848\$573	3:265\$363
Las Palmas (**).	2:441\$370	1:362\$132	1:079\$238
Leipsig (*)	965\$000	489\$135	475\$565
Manchester	19:210 592	6:471\$296	12:769\$296
Munich (*)	324\$000	162\$000	162\$000
Nice	258\$300	147\$300	111\$000
Santiago.	253\$666	126\$833	126\$833
São Petersburgo	200\$360	162\$267	128\$093
São Vicente.	2:622\$000	1:369\$660	1:252\$340
Stockholmo	6:165\$770	4:096\$125	2:069\$345
Terra Nova.	3:677\$180	1:8 8\$615	1:788 565
Turim.	612\$100	335\$585	276\$515
Vienna	2 626\$000	1:838\$500	787\$500
Total	77:862\$690	43:760\$048	34:102\$642

(*) Subordinado ao Consulado Geral em Hamburgo.

(**) Renda do 1º e 3º trimestres.



N. 3

Receita e despesa dos Vice-Consulados não remunerados que deram renda superior a 500\$000 no exercício de 1913 (*)

SÉDE	RECEITA	DESPESA	SALDO
Almeria	2:853\$500	1:426\$800	1:426\$700
Amsterdam	14:154\$670	4:108\$257	10:046\$413
Ancona	1:025\$200	519\$325	505\$575
Bala Blanca	3:406\$020	1:829\$010	1:577\$010
Baltimore	643\$460	321\$730	321\$730
Barbados	2:004\$530	1:166\$857	837\$673
Berna	1:227\$000	625\$083	601\$917
Bruxellas	2:200\$000	1:133\$010	1:066\$990
Colonia	1:416\$000	708\$000	708\$000
Coronel	2:322\$000	1:161\$000	1:161\$000
Corunha	4:011\$710	2:023\$855	1:987\$855
Dunkerque	6:505\$260	3:122\$644	3:382\$616
Elberfeld	6:015\$000	3:007\$500	3:007\$500
Gothemburgo	5:881\$980	2:955\$935	2:926\$045
Gulfport	2:009\$500	1:004\$750	1:004\$750
Halifax	796\$300	579\$300	217\$000
Hull	3:015\$140	1:507\$570	1:507\$570
Kobe	968\$380	517\$310	451\$070
La Plata	2:995\$680	1:809\$340	1:096\$340
Lausanne	841\$000	428\$920	412\$080
Leith	1:004\$100	502\$005	502\$095
Livorno	7:166\$950	3:672\$359	3:494\$591
Lota	799\$000	399\$500	399\$500
Lucca	1:901\$000	968\$100	933\$900
Lyon	2:382\$000	1:222\$091	1:159\$909
Malaga	7:185\$700	3:592\$850	3:592\$850
Manôa	1:361\$000	703\$000	658\$000
Mobile	1:162\$300	581\$300	581\$300
Newcastle	3:201\$510	1:676\$656	1:524\$854
Newport	2:526\$450	1:288\$225	1:238\$225
Norfolk	5:400\$300	2:700\$200	2:700\$100
Pensacola	1:314\$900	631\$800	683\$100
Philadelphia	1:534\$200	767\$150	767\$050
Port Arthur	828\$000	411\$000	414\$000
Remscheid	2:201\$000	1:145\$500	1:145\$500
A transportar	104:354\$430	50:311\$372	54:042\$758

(*) As importancias deste quadro já se acham incluídas nos quadros ns. 1 e 2.

SÉDE	RECEITA	DESPEZA	SALDO
Transporte	104:354\$130	50:311\$372	54:042\$758
San Sebastian	901\$000	450\$500	450\$500
São Miguel	637\$000	318\$500	318\$500
Swansea	8:416\$150	3:899\$700	4:516\$450
Talcahuano	1:068\$000	534\$000	534\$000
Terceira	619\$000	288\$969	330\$031
Torre Vieja	620\$400	310\$200	310\$200
Valencia	3:334\$400	1:667\$200	1:667\$200
Vianna do Castello	1:130\$000	565\$000	565\$000
Villa Conceição	1:855\$500	1:047\$750	807\$750
» do Conde	1:687\$000	843\$500	843\$500
» Encarnação	2:835\$300	1:549\$ 50	1:285\$650
» Garcia	822\$000	423\$000	399\$000
» Real	1:576\$000	788\$000	788\$000
Wellington	1:117\$560	581\$280	536\$280
Total	130:973\$440	63:578\$321	67:394\$819

N. 4

Movimento de estampilhas, a cargo da Secção de Contabilidade, no exercício de 1913

VALORES	Existentes em 20 de Junho de 1913 (*)		Recebidas da Casa da Moeda		Devolvidas pelos Consulados		Remettidas aos Consulados		Saldo existentes em 31 de Dezembro de 1913	
	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia
10 réis	46.609	466\$090	—	—	—	—	1.170	11\$700	45.439	454\$390
20 »	47.401	948\$020	—	—	—	—	2.470	49\$400	44.931	898\$320
30 »	93.890	2:906\$70	—	—	—	—	1.970	59\$100	91.920	2:847\$600
40 »	47.333	1:893\$320	—	—	—	—	700	28\$000	46.633	1:865\$320
50 »	44.202	2:213\$100	—	—	—	—	1.900	93\$000	42.342	2:117\$100
100 »	44.009	4:400\$900	—	—	—	—	3.320	332\$000	40.689	4:068\$900
200 »	47.655	9:531\$000	—	—	—	—	2.220	444\$000	45.435	9:087\$000
300 »	42.114	12:634\$200	—	—	—	—	2.820	84\$000	39.294	11:788\$200
400 »	37.881	15:152\$400	—	—	—	—	3.720	1:488\$000	34.161	13:664\$400
1 000 »	38.16	38:468\$000	—	—	4	4\$000	22.700	22:700\$000	15.620	15:620\$000
2 000 »	63.350	126:700\$000	—	—	—	—	28.100	56:200\$000	35.250	70:500\$000
3 000 »	602.205	1:806.615\$000	—	—	—	—	253.650	760:958\$000	348.555	1:045:665\$000
5 000 »	49.849	249:245\$000	—	—	—	—	26.750	133:750\$000	23.099	115.495\$000
10 000 »	74.224	742:240\$000	—	—	3	10\$000	12.640	126:400\$000	61.587	615:870\$000
50 000 »	36.703	734:060\$000	—	—	—	—	11.410	228:200\$000	25.293	505:860\$000
20 000 »	31.364	1.568:200\$000	—	—	131	6:550\$000	9.750	487.500\$000	21.745	1.087:250\$000
	1.350.165	5.315:521\$730	—	—	138	6:581\$000	385.310	1.819:051\$200	964.993	3.503:051\$530

RESUMO

	Numero	Importancia
Existentes em 20 de junho de 1913 (*)	1.350.165	5.315:521\$730
Recebidas da Casa da Moeda	—	—
Devolvidas pelos Consulados	138	6:581\$000
Total em 1913	1.350.303	5.322:105\$730
Remettidas aos Consulados	385.310	1.819:051\$200
Existentes em 31 de dezembro de 1913.	964.993	3.503:051\$530

(*) Data em que ficaram a cargo da Secção

N. 5

Balanço da receita e despesa das verbas do Ministerio das Relações Exteriores no exercicio de 1913

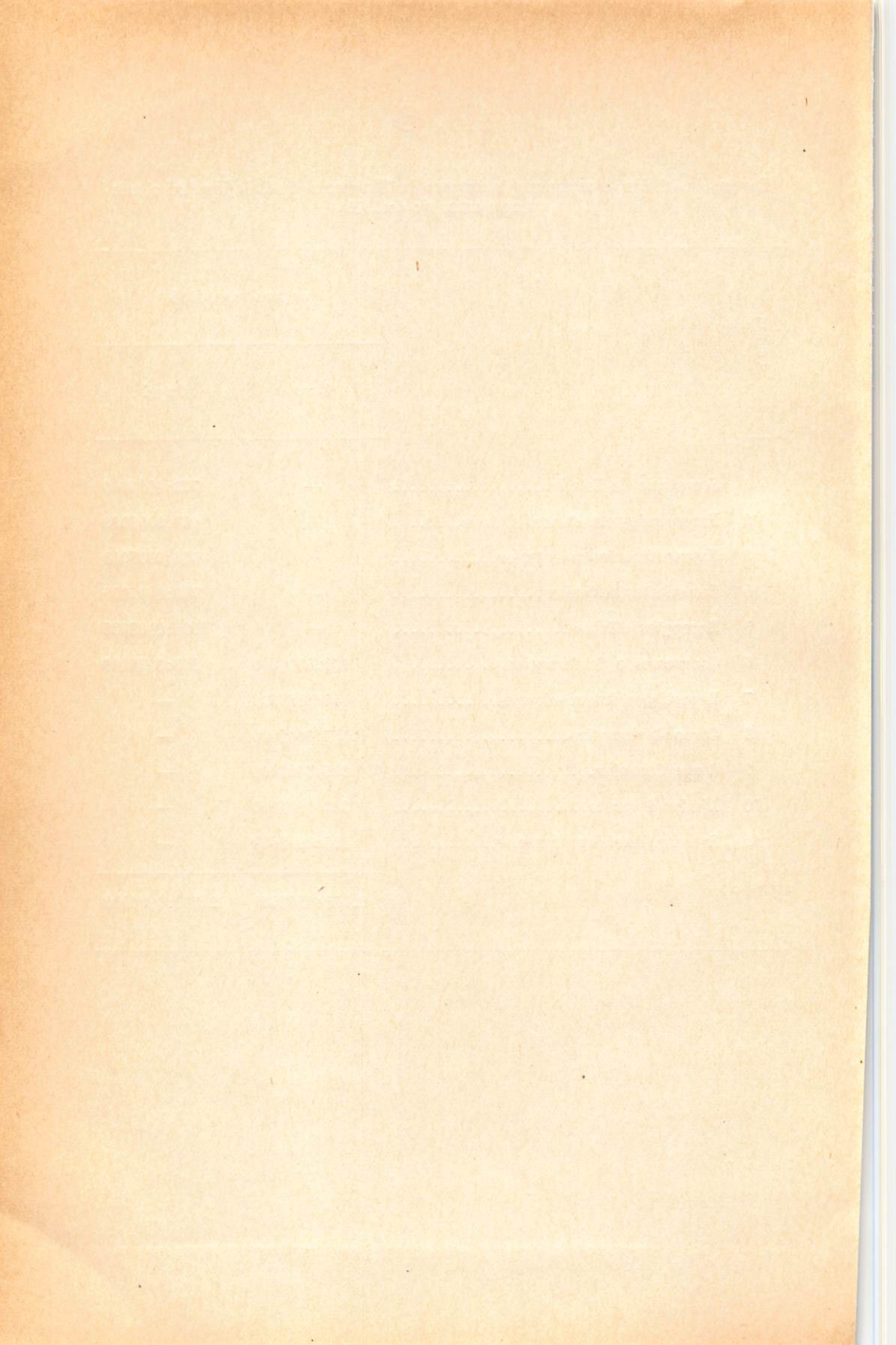
VERBAS	CREDITOS VOTADOS			DESPEZAS EFFECTUADAS			
	ORÇAMENTARIOS	SUPPLEMENTARES	TOTAES	POR DISTRIBUIÇÃO DE CREDITOS	POR ORDENS DE PAGAMENTO	TOTAES	SALDOS
VERBA 1ª (papel)							
Secretaria de Estado							
Pessoal.....	611:00\$000		611:600\$000	462:411\$350	12:467\$300	474:900\$250	135:690\$750
MATERIAL							
1ª consignação.....	50:000\$000		50:000\$000		47:103\$040	47:103\$040	2:893\$960
2ª consignação.....	60:000\$000		60:000\$000		59:975\$913	59:975\$913	23\$857
3ª consignação.....	6:000\$000		6:000\$000		28:652\$000	28:652\$000	31:345\$000
4ª consignação.....	40:000\$000		40:000\$000		39:991\$300	39:991\$300	8\$200
5ª consignação.....	10:000\$000		10:000\$000		9:959\$000	9:959\$000	41\$000
6ª consignação.....	12:000\$000		12:000\$000	12:000\$000		12:000\$000	
			843:600\$000			672:592\$003	171:007\$997
VERBA 2ª (papel)							
Empregados em disponibilidade.							
	100:000\$000		100:000\$000	29:621\$152	1:366\$366	30:987\$318	69:012\$182
VERBA 3ª (papel)							
Extraordinarias no Interior							
1ª consignação.....	130:000\$000		130:000\$000		129:995\$457	129:995\$457	4\$543
2ª consignação.....	100:000\$000		100:000\$000		92:944\$110	92:944\$110	7:055\$890
3ª consignação.....	300:000\$000		300:000\$000		293:382\$028	293:382\$028	6:617\$972
4ª consignação.....	36:000\$000		36:000\$000	36:000\$000		36:000\$000	
			566:000\$000			552:321\$595	13:678\$405

VERBA 4ª (papel)							
Commissões de limites.....	850:000\$000	650:000\$000	1.500:000\$000	1.267:983\$877	231:433\$075	1.499:416\$952	583\$048
VERBA 5ª (papel)							
Recepções officiaes.....	100:000\$000		100:000\$000		99:951\$300	99:951\$300	48\$700
VERBA 6ª							
Congressos e Conferencias							
1ª consignação (papel).....	150:000\$000		150:000\$000	21:638\$709	116:088\$930	137:727\$369	12:272\$631
2ª consignação (ouro).....	200:000\$000		200:000\$000	19:000\$000	180:000\$000	199:000\$000	1:000\$000
VERBA 7ª (ouro)							
Repartições Internacionais...	46:488\$991		46:488\$991	40:638\$544		40:638\$544	5:850\$447
VERBA 8ª (ouro)							
Corpo Diplomatico							
Pessoal.....	1.163:000\$000		1.163:000\$000	922:792\$851		992:792\$851	170:207\$149
Material.....	179:500\$000		179:500\$000	172:766\$083		172:766\$083	6:733\$937
			1.312:500\$000			1.165:558\$914	176:941\$086
VERBA 9ª (ouro)							
Corpo Consular							
Pessoal.....	668:000\$000		668:000\$000	581:988\$962		581:988\$962	83:011\$038
Material.....	13:500\$000		13:500\$000	13:500\$000		13:500\$000	
			681:500\$000			598:488\$962	83:011\$038
VERBA 10ª (ouro)							
Ajudas de custo.....	300:000\$000	200:000\$000	500:000\$000		499:175\$554	499:175\$554	824\$446
VERBA 11ª (ouro)							
Extraordinarias no exterior ..	475:000\$000	180:000\$000	675:000\$000	211:934\$104	413:065\$596	655:000\$000	

N. 6

Resumo da tabella do orçamento da despesa de Ministerio das Relações Exteriores para o exercício de 1914

VERBAS		ORÇADA PARA 1914	
		Ouro	Papel
1	Secretaria de Estado.....	—	773:600\$000
2	Empregados em disponibilidade.....	—	400:000\$000
3	Extraordinarias no interior.....	—	516:000\$000
4	Commissões de limites.....	—	700:000\$000
5	Recepções officiaes.....	—	100:000\$000
6	Congressos e Conferencias.....	150:000\$000	150:000\$000
7	Repartições internacionaes.....	46:488\$991	—
8	Corpo Diplomatico.....	1.355:000\$000	—
9	Corpo Consular.....	685:500\$000	—
10	Ajudas de custo.....	300:000\$000	—
11	Extraordinarias no exterior.....	400:000\$000	—
		2.936:988\$991	2.339:600\$000



**Tabellas explicativas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores
para o exercício de 1914**

NATUREZA DA DESPEZA	[LEGISLAÇÃO	VENCI- MENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Verba 1ª (papel)					
Secretaria do Estado					
PESSOAL					
Ministro de Estado.....	Ord. Dec. n. 27 H de 1 de dezembro de 1889	24:000\$000			
	Rep. Lei n. 2.541 de 4 de janeiro de 1912	24:000\$000			
Sub-Secretario de Estado	Ord. Idem.....	16:000\$000			
	Grat. Idem.....	8:000\$000			
	Rep. Idem.....	6:000\$000			
2 Directores Geraes....	Ord. Dec. n. 2.092 de 31 de agosto de 1909	24:000\$000			
	Grat. Idem.....	12:000\$000			
	Rep. Idem n. 1.343 A de 25 de maio de 1905	6:000 000			
1º Consultor Juridico..	Grat. Lei n. 2.541 de 4 de janeiro de 1912	16:000\$000			
2º Consultor Juridico..	Grat. Idem.....	12:000\$000			
7 Directores de Secção	Ord. Dec. n. 2.092 de 31 de agosto de 1909.	53:000\$000			
	Grat. Idem.....	28:000\$000			
	Rep. Dec. n. 1.343 A de 25 de maio de 1905	12:600\$000			
10 Primeiros Officiaes...	Ord. Idem n. 2.092 de 31 de agosto de 1909	64:000\$000			
	Grat. Idem.....	32:000\$000			
10 Segundos Officiaes...	Ord. Idem.....	48:000\$000			
	Grat. Idem.....	24:000 000			
12 Terceiros Officiaes...	Ord. Idem.....	43:200\$000			
	Grat. Idem.....	21:600\$000			
4 Praticantes.....	Ord. Lei n. 2.541 de 4 de janeiro de 1912	7:200\$000			
	Grat. Idem.....	3:600\$000			
1 Bibliothecario.....	Ord. Idem.....	6:800\$000			
	Grat. Idem.....	3:400\$000			
3 Auxiliares do Bibliothecario.....	Ord. Idem.....	7:200\$000			
	Grat. Idem.....	3:600\$000			
1 Cartographo.....	Grat. Idem.....	6:000\$000			
1 Calligrapho.....	Grat. Idem.....	3:000\$000			
1 Po. teiro.....	Ord. Dec. n. 2.092 de 31 de agosto de 1909	4:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000			
1 Ajudante do Porteiro.	Ord. Lei n. 2.541 de 4 de janeiro de 1912	3:200\$000			
	Grat. Idem.....	1:600\$000			
7 Continuos.....	Ord. Idem.....	16:800\$000			
	Grat. Idem.....	8:400\$000			
10 Correio.....	Ord. Idem.....	2:400\$000			
	Grat. Idem.....	1:200\$ 00			
20 Correio.....	Ord. Idem.....	2:000\$ 00			
	Grat. Idem.....	1:000\$000			
2 Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. Dec. n. 1.343 A de 25 de maio de 1905	12:000\$000			
1 Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado.....	Grat. Lei n. 2.541 de 4 de janeiro de 1912	6:000\$000			
2 Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. Dec. n. 1.343 A de 25 maio de 1905	4:800\$000			
Para pagamento da gratificação annual extraordinaria que deverá receber um dos Directores Geraes por ter mais de 40 annos de serviços publicos.....	Idem.....	3:000\$000			
		583:800\$000			

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte		586:600\$000			
Para gratificações addicionaes aos 1 ^{os} , 2 ^{os} e 3 ^{os} Officiaes que tiverem mais de 8 annos de exercicio nesses cargos.....	Lei n. 2.544 de 4 de janeiro de 1912	5:000\$000			
Para duplicata de vencimentos por substituições.....		20:000\$000	611:600\$000		
MATERIAL					
1 — Objectos necessarios para o expediente, compra e concerto de moveis, aquisição de livros, almanaques, colleções de leis e decisões do Governo, encardenações e assignaturas de jornaes e revistas			30:000\$000		
2 — Conservação do jardim e asseio da casa, despesas de garagem (pessoal e material), despesas de cocheira (pessoal, animaes e material), condução dos empregados em serviço, consumo de gaz e luz electrica, artigos para illuminação e agua e despesas meudas.			40:000\$000		
3 — Organização, revisão e impressão do relatório, publicação dos actos do Governo, do expediente e de quaisquer trabalhos officiaes.			40:000\$000		
4 — Diarias aos Correios na razão de 1 000, salarios dos serventes e gratificações dos ordenanças.....			30:000\$000		
5 — Fardamento do pessoal da Portaria e Correios.....			10:000\$000		
6 — Despesas de condução do Ministro.....			12:000\$000		773:000\$00 0
Verba 2^a (papel)					
Empregados em disponibilidade					
Para empregados em disponibilidade.....					100:000\$000
Verba 3^a (papel)					
Extraordinarias no interior					
1 — Para diversos serviços extraordinarios no interior e despesas eventuaes....			130:000\$000		
2 — Para a expedição de telegrammas officiaes e para a aquisição de sellos officiaes.....			150:000\$000		
3 — Para obras e reparos no edificio da Secretaria de Estado.....			200:000\$000		
4 — Para despesas de representação especial do Ministerio, na razão de 3:000\$ por mez.....			35:000\$000		516:000\$000

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCI- MENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Verba 4ª (papel)					
Commissões de limites					
Para commissões de limites.....					703:000\$000
Verba 5ª (papel)					
Recepções officiaes					
Para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de Governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....					103:000\$000
Verba 6ª					
Congressos e Conferencias					
1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)					
Para todos os Congressos e Conferencias internacionaes que se reunirem no Brasil.....					150:000\$000
2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)					
Para a representação do Brasil nos Congressos e Conferencias internacionaes que se reunirem no exterior.....				150:000\$000	
Verba 7ª (ouro)					
Repartições internacionaes					
Para o pagamento, ao cambio de 27 d. por mil réis, das contribuições com que o Brazil concorre para diversas repartições internacionaes, sendo :					
para o <i>Bureau of American Republics</i>			24:934\$000		
para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma....			14:134\$040		
para a Repartição Internacio- nal de Hygiene publica.....			5:555\$555		
para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras.....			808\$396		
para o Congresso Internacio- nal Permanente de Navega- ção.....			706\$000		
para o Escriptorio Internacio- nal das Estradas de Ferro..			353\$000	46:488\$991	
Verba 8ª (ouro)					
Corpo Diplomatico					
PESSOAL					
Allemanha					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	Ord.	Dec. n. 1.561 A de 22 nov. de 1906	6:666\$666		
	Gra.	Idem.....	3:333\$334		
	Rep.	Lei n. 1.453 de 30 de dezembro de 1905	16:000\$000	26:000\$000	
				26:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCI- MENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			26:000\$000		
Argentina					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.738 de 4 de janeiro de 1913	30:000\$000	40:000\$000		
Austria-Hun- gria					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 1.453 de 0 de dezembro de 1905	12:000\$000	22:000\$000		
Belgica e Suecia					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.738 de 4 de janeiro de 1913	12:000\$000	22:000\$000		
Bolivia					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 322 de 8 de novembro de 1895	10:000\$000	20:000\$000		
Chile					
1 Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.738 de 4 de janeiro de 1913	25:000\$000	35:000\$000		
Colombia					
1 Ministro Residente....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	4:000\$000 2:000\$000			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dezembro de 1908	12:000\$000	18:000\$000		
Cuba e America Central					
1 Ministro Residente....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	4:000\$000 2:000\$000			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dezembro de 1908	12:000\$000	18:000\$000		
Equador					
1 Ministro Residente....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	4:000\$000 2:000\$000			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dezembro de 1908	12:000\$000	18:000\$000		
			219:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	HAPHL
Transporte.....			219.000\$000		
Estados Unidos da America					
1 Embaixador.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 1.453 de 30 de dez. de 1905.....	40:000\$000	50:000\$000		
França					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 322 de 8 de nov. de 1895.....	20:000\$000	30:000\$000		
Gran - Bretanha					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rsp. Lei n. 322 de 8 de nov. de 1895.....	20:000\$000	30:000\$000		
Hespanha					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 2.738 de 4 de jan. de 1913.....	16:000\$000	26:000\$000		
Hollanda					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dez. de 1908.....	10:000\$000	20:000\$000		
Italia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 1.453 de 30 de dez. de 1908...	16:000\$000	26:000\$000		
Japão e China					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep. Lei n. 1.841 de 31 de dez. de 1907.....	16:000\$000	26:000\$000		
			427:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			427:000\$000		
Mexico					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dez. de 1908.....	10:000\$000	20:000\$000		
Noruega e Dina- marca					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.488 de 22 de nov. de 1909....	14:000\$000	24:000\$000		
Paraguay					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.738 de 4 de jan. de 1913.....	20:000\$000	30:000\$000		
Perú					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 2.050 de 31 de dez. de 1908....	12:000\$000	22:000\$000		
Portugal					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 1.453 de 30 dez. de 1905.....	16:000\$000	26:000\$000		
Russia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 322 de 8 nov. de 1895.....	10:000\$000	20:000\$000		
Santa Sé					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$566 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Rep. Lei n. 322 de 8 de nov. de 1895.....	16:000\$000	26:000\$000		
			595:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			595:000\$000		
Suissa					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906 Grat. Idem..... Rep.. Lei n. 322 de 8 de nov. de 1895.....	6:666\$666 3 333\$334 10:000\$000	20:000\$000		
Turquia					
1 Ministro Residente....	Ord.. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906 Grat. Idem..... Rep.. Lei n. 322 de 8 de nov. de 1895.....	4:000\$000 2:000\$000 12:000\$000	18:000\$000		
Uruguay					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906 Grat. Idem..... Rep.. Lei n. 1.453 de 30 de dez. de 1905...	6:666\$666 3:333\$334 16:000\$000	26 000\$000		
Venezuela					
1 Ministro Residente....	Ord.. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906 Grat. Idem..... Rep.. Lei n. 2.650 de 31 de dez. de 1908.....	4:000\$000 2:000\$000 14:000\$000	20:000\$000		
SECRETARIOS DE LEGAÇÃO					
Para 18 Primeiros Secretarios de Legação, sendo:					
2 a 12:000\$000.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A de 22 de nov. de 1906 Grat. Idem.....	16:000\$000 8:000\$000	158:000\$000		
3 a 10:000\$000.....	Ord.. Idem..... Grat. Idem.....	20:000\$000 10 000\$000			
13 a 8:000\$000.....	Ord.. Idem..... Grat. Idem.....	69:333\$333 31:666\$667			
Para 30 Segundos Secre- tarios de Legação...	Ord.. Idem..... Grat. Idem.....	120:000\$000 60:000\$000	180:000\$000		
Para o acrescimo de venci- mentos aos Primeiros Se- cretarios de Legação que atingirem a 5 e 10 annos de serviço effectivo durante o exercicio.....			26 000\$000		
GRATIFICAÇÕES DE RESI- DÊNCIA					
Para o pagamento das grati- ficações de residencia aos Chefes de Missão e Secre- tarios de Legação.....	Dec. n. 2.333 de 31 de dez. de 1910...		130:000\$000	1.173:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....				1.173:000\$000	
MATERIAL					
ALUGUEIS					
Para o aluguel da casa para a Embaixada nos Estados Unidos da America.....	Lei n. 2.050 de 31 de dez. de 1908...		22:000\$000		
Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Logações:					
na Republica Argentina....	Lei n. 2.738 de 4 de jan. de 1913.....		22:000\$000		
na Italia.....	Idem n. 2.842 de 3 de jan. de 1914...		13:000\$000		
na França.....	Idem n. 2.544 de 4 de jan. de 1912...		12:000\$000		
no Uruguay.....	Idem n. 2.054 de 31 de dez. de 1908...		9:000\$000		
na Allemanha.....	Idem n. 2.544 de 4 de jan. de 1912...		8:000\$000		
na Austria-Hungria.....	Idem.....		8:000\$000		
na Gran-Bretanha.....	Idem.....		8:000\$000		
no Perú.....	Idem n. 2.050 de 31 de dez. de 1908...		8:000\$000		
no Chile.....	Idem n. 2.544 de 4 de jan. de 1912...		6:000\$000		
na America Central.....	Idem n. 322 de 8 de nov. de 1895.....		2:000\$000		
na Belgica e Suecia.....	Idem.....		2:000\$000		
na Bolivia.....	Idem.....		2:000\$000		
na Colombia.....	Idem.....		2:000\$000		
em Cuba.....	Idem.....		2:000\$000		
na Dinamarca.....	Idem.....		2:000\$000		
no Equador.....	Idem.....		2:000\$000		
na Hespanha.....	Idem.....		2:000\$000		
na Hollanda.....	Idem.....		2:000\$000		
no Japão e China.....	Idem.....		2:000\$000		
no Mexico.....	Idem.....		2:000\$000		
na Noruega.....	Idem.....		2:000\$000		
no Paraguay.....	Idem.....		2:000\$000		
em Portugal.....	Idem.....		2:000\$000		
na Russia.....	Idem.....		2:000\$000		
junto á Santa Sé.....	Idem.....		2:000\$000		
na Suissa.....	Idem.....		2:000\$000		
na Turquia.....	Idem.....		2:000\$000		
na Venezuela.....	Idem.....		2:000\$000	154:000\$000	
EXPEDIE NTE					
Para o expediente da Embaixada nos Estados Unidos da America.....	Lei n. 1.453 de 31 de dez. de 1915.....		3:500\$000		
Para o expediente das seguintes Logações:					
na Grã-Bretanha.....	Idem n. 2.842 de 3 de jan. de 1914...		3:000\$000		
na França.....	Idem n. 590 de 31 de dez. de 1898.....		2:000\$000		
na Republica Argentina.....	Idem n. 2.221 de 30 de dez. de 1909...		2:000\$000		
no Perú.....	Idem n. 2.221 de 30 de dez. de 1909...		1:500\$000		
no Chile.....	Idem.....		1:500\$000		
			13:500\$000	1.327:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			13:500\$000	1.327:000\$000	
no Uruguay.....	Lei n. 2.221 de 30 de dez. de 1909...		1:500\$000		
no Paraguay.....	Idem.....		1:250\$000		
na Bolivia.....	Idem.....		1:250\$000		
em Portugal.....	Idem n. 560 de 31 de dez. de 1898.....		1:000\$000		
na Allemanha.....	Idem.....		500\$000		
na America Central.....	Idem.....		500\$000		
na Austria-Hungria.....	Idem.....		500\$000		
na Belgica e Suecia.....	Idem.....		500\$000		
na Colombia.....	Idem.....		500\$000		
em Cuba.....	Idem.....		500\$000		
em Dinamarca.....	Idem.....		500\$000		
no Equador.....	Idem.....		500\$000		
na Hespanha.....	Idem.....		500\$000		
na Hollanda.....	Idem.....		500\$000		
na Italia.....	Idem.....		500\$000		
no Japão e China.....	Idem.....		500\$000		
no Mexico.....	Idem.....		500\$000		
na Noruega.....	Idem.....		500\$000		
na Russia.....	Idem.....		500\$000		
junto á Santa Sé.....	Idem.....		500\$000		
na Suissa.....	Idem.....		500\$000		
na Turquia.....	Idem.....		500\$000		
na Venezuela.....	Idem.....		500\$000	23:000\$000	
				1.355:000\$000	
Verba 9ª. (ouro)					
Corpo Consular					
PESSOAL					
Allemanha					
1 Consul Geral em Ham- burgo.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Ham- burgo.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
1 Consul Geral em Bre- men.....	Ord.. Idem.....	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000	30:000\$000		
Argentina					
1 Consul Geral em Bue- nos Aires.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Buenos Aires.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Consul no Rosario de Santa Fé.....	Ord.. Idem.....	6:066\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
1 Vice-Consul em Alvear	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Corri- entes.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Paso de los Libres.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
		44:000\$000	30:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VENCI- MENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....		44:000\$000	30:000,000		
1 Vice-Consul em Posadas.....	Ord.. Idem n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	2:666\$366			
	Grat. Idem.....	1:333\$333			
1 Vice-Consul em Santo Thomé.....	Ord.. Idem n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667	53:000\$000		
Austria-Hungria					
1 Consul Geral em Trieste.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667	41:000\$000		
Belgica					
1 Consul Geral em Antuerpia.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910.	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Antuerpia.....	Ord.. Idem n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906.	2:666\$366			
	Grat. Idem.....	1:333\$334	18:000\$000		
Bolivia					
1 Consul em Villa Bella.	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Grat. supp. Idem n. 2.250 de 29 de abril de 1910...	4:000\$000			
1 Consul em Cobija . .	Ord.. Idem n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Grat. supp. Idem n. 2.250 de 29 de abril de 1910...	4:000\$000	28:000\$000		
Chile					
1 Consul Geral em Valparaiso.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667	11:000\$000		
Estados Unidos da America					
1 Consul Geral em Nova York.....	Ord.. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Nova York.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667	19:000\$000		
			176:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			176:000\$000		
França					
1 Consul Geral em Pa- ris.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333 4:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Chanceller em Paris..	Ord. Idem n. 1.561 A de 22 de nov. 1903...	2:666\$666 1:333,334			
	Grat. Idem.....				
1 Consul Geral no Ha- vre.....	Ord. Idem n. 2.364 de 31 dez. de 1910...	9:333\$333 4:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Marselha..	Ord. Idem.....	6 666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Bordéos...	Ord. Idem n. 1.561 A de 22 de nov. 1903...	5 333 333 2 666 667			
	Grat. Idem.....				
1 Consulem Cayenna...	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666 3:333\$334			
	Grat. Idem.....				
	Grat. supp. Idem n. 2.20 de 29 de abril de 1910...	4:000\$000			
1 Consul em Boulogne- sur-Mer.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 2 de nov. de 1903	5:333\$333 2:666\$667	72:000\$000		
	Grat. Idem.....				
Gran - Bretanha					
1 Consul Geral em Lon- dres.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 dez. de 1910.....	9:333\$333 4:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Chanceller em Londres	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1903	2:666\$666 1:333,334			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Liverpool..	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333 4:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Chanceller em Liver- pool.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1903	2:666\$666 1 333 334			
	Grat. Idem.....				
1 Consulem Cardiff....	Ord. Idem.....	5:333\$333 2:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Southam- pton.....	Ord. Idem.....	5:333\$333 2:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Glasgow...	Ord. Idem.....	5 333\$333 2:666\$667			
	Grat. Idem.....				
1 Consul em Georgetown	Ord. Idem.....	5:333\$333 2:666 667			
	Grat. Idem.....		68:000\$000		
Hespanha					
1 Consul Geral em Bar- celona.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	8:000\$000 4:000 000			
	Grat. Idem.....				
1 Consul Geralem Cadiz	Ord. Idem.....	8:000\$000 4:000 000			
	Grat. Idem.....				
1 Consulem Vigo.....	Ord. Idem n. 1.561 A de 22 de nov. de 1903	5:333\$333 2:666\$667	32:000\$000		
	Grat. Idem.....				
			348:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			348:000\$000		
Hollanda					
1 Consul Geral em Rot- terdam.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:0 0\$000	12:000\$000		
Italia					
1 Consul Geral em Ge- nova.....	Ord. Lei n. 2.544 de jan. de 1912.....	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chancellor em Genova	Ord. Dec. n. 2.354 de 31 de dez. de 1910...	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Consul em Napoles....	Ord. Idem n. 1.531 A de 22 de nov. de 1903	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$667			
1 Vice-Consul em Milão.	Ord. Idem.....	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334	34:000\$000		
Japão					
1 Consul Geral em Yoko- hama.....	Ord. Dec. n. 2.354 de 31 de dez. 1910.....	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000	12:000\$000		
Paraguay					
1 Consul Geral em As- umpção.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667	14:000\$000		
Perú					
1 Consul Geral em Iqui- tos.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
	Grat. supp. Idem n. 2.250 de 29 de dez. de 1910...	4:000\$000	18:000\$000		
Portugal					
1 Consul Geral em Lis- boa.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	9:233\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chancellor em Lisboa	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1903	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
1 Consul no Porto.....	Ord. Idem n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
1 Vice-Consul em Fun- chal (ilha da Ma- deira).....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1903	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334	32:000\$000		
		\$	47:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTO	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....			477:000\$000		
Suissa					
1 Consul Geral em Ge- nebra.....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	6:666\$666	10:000\$000		
	Grat. Idem.....	3:333 334			
Turquia					
1 Consul em Beyruth....	Ord. Dec. n. 1.561 A de 22 de nov. de 1906	5:333\$333	8:000\$000		
	Grat. Idem.....	2:666\$ 67			
Uruguay					
1 Consul Geral em Mon- tevidéo.....	Ord. Dec. n. 2.344 de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333	4:666\$667		
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Monte- vidéo.....	Ord. Idem.....	3 333\$333	1:666\$667		
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Consul em Salto.....	Ord. Idem.....	6:666\$666	3:333 334		
	Grat. Idem.....	3:333 334			
1 Vice-Consul em Arti- gas.....	Ord. Idem.....	3:333\$333	1:666\$667		
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Melo..	Ord. Idem.....	3:333\$ 33	1:666\$ 67		
	Grat. Idem.....	1:666\$ 67			
1 Vice-Consul em Pay- sandú.....	Ord. Idem.....	3:333\$333	1:666\$667		
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Rivera	Ord. Idem.....	3:333\$333	1:666\$667		
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em San Eugenio.....	Ord. Idem.....	3:333\$333	1:666\$6 6		
	Grat. Idem.....	1:666\$6 6			
1 Vice-Consul em Santa Rosa.....	Ord. Idem.....	3:333\$333	1:6 6\$667		
	Grat. Idem.....	1:6 6\$667		59:000\$000	
Addidos Commerciaes					
Para quatro Addidos Commerciaes.....	Ord. Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	32:000\$000	48:000\$000		
	Grat. Idem.....	16:000\$000			
Gratificações de residencia					
Para o pagamento de gratifi- cações de residencia a Con- sules Geraes, Consules, Vice Consules e Chancelleres e gratificações aos Vice-Con- sules que substituem os Con- sules Geraes e Consules....	Dec. n. 2.364 de 31 de dez. de 1910...	80:000\$000		672:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	OURO	PAPEL
Transporte.....				672:000\$000	
Material					
Aluguéis					
Para aluguel das casas para as Chancellarias dos seguintes Vice-Consulados :					
em Alvear.....	Dec. n. 2.334 de 31 de dez. de 1910.....		1:200\$000		
em Artigas.....	Idem.....		1:20 \$000		
em Corrientes.....	Idem.....		1:00\$000		
em Paso de los Libres.....	Idem.....		1:200\$000		
em Melo.....	Idem.....		1:20 \$000		
em Paysandú.....	Idem.....		1:00\$000		
em Rivera.....	Idem.....		1:20\$000		
em San Eugenio.....	Idem.....		4:200\$000		
em Santa Roza.....	Idem.....		1:200\$0 0		
em Santo Tomé.....	Idem.....		1:200\$000	12:000\$000	
Expedientes					
Para o expediente do Consulado Geral em Genebra.....	Lei n. 1.617 de 30 de dez. de 1903.....		500\$000		
Idem, idem do Consulado em Cayenna.....	Idem n. 1.316 de 31 de dez. de 1901.....		500\$0 0		
Idem, idem do Consulado em Villa Bella.....	Idem n. 1.401 de 4 de nov. de 1905.....		500\$0 0	1:500\$000	
Verba 10ª (ouro)				685:5' 0\$000	
Ajudas de custo					
Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações, retiradas e expressos.....				300:000\$000	
Verba 11ª (ouro)					
Extraordinarias no exterior					
Para soccorros a brasileiros desvalidos e naufragos em paizes estrangeiros, telegrammas e outras despesas eventuaes.....				400:000\$000	

N. 7

Resumo da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1915

VERBAS		ORÇADO PARA 1915		VOTADO PARA 1914	
		Ouro	Papel	Ouro	Papel
1	Secretaria de Estado.....	—	772:200\$000	—	773:600\$000
2	Empregados em disponibilidade.....	—	45:000\$000	—	100:000\$000
3	Extraordinarias no interior.....	—	416:000\$000	—	516:000\$000
4	Commissões de limites....	—	650:000\$000	—	700:000\$000
5	Recepções officaes.....	—	100:000\$000	—	100:000\$000
6	Congressos e Conferencias.....	70:000\$000	280:000\$000	150:000\$000	150:000\$000
7	Repartições internacionaes.....	46:488\$991	—	46:488\$991	—
8	Corpo Diplomatico.....	1.376:500\$000	—	1.355:000\$000	—
9	Corpo Consular.....	687:500\$000	—	685:500\$000	—
10	Ajudas de custo.....	300:000\$000	—	300:000\$000	—
11	Extraordinarias no exterior.....	350:000\$000	—	400:000\$000	—
		2.830:488\$991	2.263:200\$000	2.936:988\$991	2.339:600\$000

Tabellas explicativas da proposta do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercício de 1915

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 1ª (papel)					
Secretaria de Estado					
PESSOAL					
Ministro de Estado.....	Ord.. Dec. n. 27 H, de 1 de dez. de 1889	24:000\$000			
	Rep.. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912	24:000\$000			
Sub-Secretario de Estado	Ord.. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912	16:000\$000			
	Grat. Idem.....	8:000\$ 00			
	Rep.. Idem	6:000\$000			
2 Directores Geraes..	Ord.. Dec. n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.	24:000\$000			
	Grat. Idem.....	12:000\$000			
	Rep.. Idem n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	6:000\$000			
1º Consultor Juridico..	Grat. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....	16:000\$000			
2º Consultor Juridico..	Grat. Idem.....	12:000\$ 000			
7 Directores de Sec- ção.....	Ord.. Dec. n. 2.092, de 31 de agosto de 1909. .	56:000\$000			
	Grat. Idem	28:000\$000			
	Rep.. Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	12:600\$000			
10 Primeiros Officiaes..	Ord.. Idem n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.	64:000\$000			
	Grat. Idem	32:000\$000			
10 Segundos Officiaes..	Ord.. Idem.....	48:000\$000			
	Grat. Idem.....	24:000\$000			
12 Terceiros Officiaes..	Ord.. Idem.....	43:200\$000			
	Grat. Idem.....	21:600\$000			
4 Praticantes.....	Ord.. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....	7:200\$000			
	Grat. Idem.....	3:600\$000			
1 Bibliothecario.....	Ord.. Idem.....	6:800\$000			
	Grat. Idem.....	3:400\$000			
3 Auxiliares do Biblio- thecario.....	Ord.. Idem.....	7:000\$000			
	Grat. Idem.....	3:600\$000			
1 Cartographo.....	Grat. Idem.....	6:000\$000			
1 Calligrapho.....	Ord..	2:400\$000			
	Grat.	1:200\$000			
1 Porteiro.....	Ord.. Dec. n. 2.092, de 31 de agosto de 1909.	4:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000			
1 Ajudante do Por- teiro.....	Ord.. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....	3:200\$000			
	Grat. Idem.....	1:600\$000			
7 Continuos.....	Ord.. Idem.....	16:800\$000			
	Grat. Idem.....	8:400\$000			
10 Correio.....	Ord.. Idem.....	2:400\$000			
	Grat. Idem.....	1:200\$000			
20 Correio.....	Ord.. Idem.....	2:000\$000			
	Grat. Idem.....	1:000\$000			
2 Officiaes de Gabinete de Ministro.....	Grat. Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	12:000\$000			
		573:400\$000			

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....		573:400\$000			
1 Official de Gabinete do Sub-Secretario de Estado..... Grat.	Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....	6:000\$000			
2 Auxiliares dos Dire- tores Geraes..... Grat.	Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	4:800\$000			
Para o pagamento da gratifi- cação annual extraordina- ria que deverão receber os Directores Geraes por terem mais de 40 annos de ser- viços publicos.....	Dec. n. 1.343 A, de 25 de maio de 1905	6:000\$000			
Para duplicata de vencimentos por substituições.....		20:000\$000	610:200\$000		
MATERIAL					
1 — Objectos necessarios para o expediente, compra e con- certo de moveis, aquisição de livros, almanagues, col- lecções de leis e decisões do Governo, encadernações e assignaturas de jornaes e revistas.....			30:000\$000		
2 — Conservação do jardim e asseio da casa, despesas de garagem (pessoal e mate- rial), despesas de cocheira (pessoal, animais e mate- rial), condução dos empre- gados em serviço, consumo de gaz e luz electrica, ar- tigos para illuminação e agua e despesas miudas...			40:000\$000		
3 — Organização, revisão e im- pressão do relatorio, publi- cação dos actos do Go- verno, do expediente e de quaesquer trabalhos offi- ciaes.....			40:000\$000		
4 — Diarias aos Correios na razão de 1\$, salarios dos sorventes e gratificações dos ordenanças.....			30:000\$000		
5 — Fardamento do pessoal da Portaria e Correios.....			10:000\$000		
6 — Despesas de condução do Ministro.....			12:000\$000	772:200\$000	773:300\$000
Pedem-se para esta verba, na parte do Pessoal, mais 3:600\$, sendo 3:000\$ para o pagamento, em virtude de lei, da gratificação extraordinaria que devo perceber em 1915 o Director Geral dos Negocios Economicos e Consulares que completa 40 annos de serviço publico, e 600\$ para os vencimentos do calligrapho. Pedem-se menos 5:000\$ relativos ás gratificações aos 1os, 2os e 3os Officiaes que tiverem mais de oito annos de exercicio nesses cargos, por não haver nenhum com esse tempo de serviço. Assim ha, na parte do Pessoal, uma redução de.....					
1:400\$000.					

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 2ª (papel)					
Empregados em disponibilidade					
Para empregados em disponibilidade.....				45:000\$000	100:000\$000
Pedem-se para esta verba menos 55:000\$ pela redução que se fez no numero dos funcionarios em disponibilidade.					
Verba 3ª (papel)					
Extraordinarias no interior					
1 — Para diversos serviços extraordinarios no interior e despesas eventuaes.....			130:000\$000		
2 — Para a correspondencia postal e telegraphica da Secretaria de Estado.....			130:000\$000		
3 — Para obras e reparos no edificio da Secretaria de Estado.....			120:000\$000		
4 — Para despesas de representação especial do Ministerio, na razão de 3:000\$ por mez.....			36:000\$000	446:000\$000	516:000\$000
Pedem-se para esta verba menos 100.000\$, sendo 20:000\$ na 2ª consignação e 80:000\$ na 3ª.					
Verba 4ª (papel)					
Commissões de limites					
Para despesas relativas a commissões de limites.....				650:000\$000	700:000\$000
Para esta verba pedem-se menos 50:000\$, por terminarem no corrente anno os trabalhos de campo das Commissões de limites com a Bolivia e com o Uruguay, restando-lhes apenas para o proximo exercicio os trabalhos de escriptorio. Continuarão, porém, as Commissões com o Perú e com a Venezuela. Haveria até conveniencia em se demarcarem as fronteiras com outros paizes, com os quaes já as temos fixadas em virtude de tratados e laudos arbitraes. As condições financeiras presentes obrigam, porém, o Governo a não tomar a iniciativa de prover as dotações necessarias a esses trabalhos para o anno futuro. Por isso pedem-se para esta verba em 1915 a quantia que é estritamente necessaria ás despesas e que não poderá ser reduzida, sem grave prejuizo para o serviço.					

Annexo D.

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 5ª (papel)					
Recepções officiaes					
Para despesas com a recepção e hospedagem de representantes de Governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....				100:000\$000	100:000\$000
Pede-se para esta verba a mesma quantia votada para o corrente anno, apezar de augmentar annualmente o numero de estrangeiros illustres que nos visitam e a que temos obrigação de acolher com a mais franca hospitalidade.					
Verba 6ª					
Congressos e Conferencias					
1ª CONSIGNAÇÃO (PAPEL)					
Para todos os Congressos e Conferencias internacionaes que se reunirem no Brasil..				280:000\$000	150:000:000
2ª CONSIGNAÇÃO (OURO)					
Para representação do Brasil nos Congressos e Conferencias internacionaes que se reunirem no exterior.....				70:000\$000	150:000\$000
Pedem-se para esta verba mais 130:000\$, papel, para a 1ª consignação, em virtude da reunião nesta cidade, em junho de 1915, da Junta Internacional de Jurisconsultos, que se deveria reunir no corrente anno, na qual não havia dotação sufficiente para as despesas estritamente indispensaveis. A reunião foi adiada para 1-15. a pedido do Governo Brasileiro. Não se deve, portanto, mais adiar porque é uma reunião em virtude de accordos feitos com todas as nações da America. Em 1912, por occasião da primeira reunião dessa mesma Junta, foi concedida a essa consignação a dotação de..... 400:000\$000. Pedem-se agora menos 120:000\$ do que para aquella época. Em compensação pedem-se menos 80:000\$, ouro, para a 2ª consignação. Reduzida a diminuição de..... 80:000\$, ouro, a papel ou sejam 135:000\$, fica esta verba reduzida no total de 5:000\$, desaparecendo, assim, o augmento pedido para a 1ª consignação.					

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 7ª (ouro)					
Repartições Internacionais					
Para o pagamento. ao cambio de 27 d. por mil réis, das con- tribuições com que o Brasil concorre para diversas repa- rções internacionais, sendo:					
para o Bureau of American Republic.....			24:934\$000		
para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma...			14:132\$040		
para a Repartição Interna- cional de Hygiene Publica.			5:555\$555		
para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras.....			808,396		
para o Congresso Interna- cional Permanente de Na- vegação.....			706\$000		
para o Escriptorio Internacio- nal das Estradas de Ferro.			353\$000	46:488\$991	46:488\$991
Pedem-se para esta verba as mesmas quantias votadas para o corrente exercicio. São todos esses pagamentos feitos em vir- tude de pactos internacionais e não podem, portanto, soffrer reducção de especie alguma.					
Verba 8ª (ouro)					
Corpo Diplomatico					
PESSOAL					
Allemanha					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 nov. de 1906...	6:666\$336			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.453, de 30 de dez. de 1905...	16:000,000	26:000\$000		
Argentina					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$336			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.738, de 4 de jan. de 1913.....	30:000\$000	40:000\$000		
Austria-Hun- gria					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$336			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.453, de 30 de dez. de 1905...	12:000\$000	22:000\$000		
			88:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			88:000\$000		
Belgica e Suecia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.738, de 4 de jan. de 1913.....	12:000\$000	22:000\$000		
Bolivia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....	10:000\$000	20:000\$000		
Chile					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.378, de 4 de jan. de 1913.....	25:000\$000	35:000\$000		
Colombia					
1 Ministro Residente...	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 nov. de 1906...	4:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	12:000\$000	18:000\$000		
Cuba e America Central					
1 Ministro Residente...	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	4:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	12:000\$000	18:000\$000		
Equador					
1 Ministro Residente...	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	4:000\$000			
	Grat. Idem.....	2:000\$000			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	12:000\$000	18:000\$000		
Estados Unidos da America					
1 Embaixador.....	Ord.. Dec. n. 1.531 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.453, de 30 de dez de 1905....	40:000\$000	50:000\$000		
			289:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			269:000\$000		
França					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....	20:000\$000	30:000\$000		
Gran-Bretanha					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....	20:000\$000	30:000\$000		
Hespanha					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.738, de 4 de jan. de 1913.....	16:000\$000	25:000\$060		
Hollanda					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	10:000\$000	20:000\$000		
Italia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.453, de 30 de dez. de 1905...	16:000\$000	25:000\$000		
Japão e China					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.841, de 31 de dez. de 1907...	16:000\$000	25:000\$000		
Mexico					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1905	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	10:000\$000	20:000\$000		
			447:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			447:000\$000		
Noruega e Dinamarca					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.188, de 22 de nov. de 1909...	14:000\$000	24:000\$000		
Paraguay					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666 666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.738, de 4 de jan. de 1913.....	20:000\$000	30:000\$000		
Perú					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666 666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...	12:0 0 000	22:000\$000		
Portugal					
1 Embaixador.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep..	40:000\$000	50:000\$000		
Russia					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....	10:000\$000	20:000\$000		
Santa Sé					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 1.841, de 31 de dez. de 1907...	16:000\$000	26:000\$000		
Suissa					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....	10:000\$000	20:000\$000		
			630:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			639:000\$00		
Turquia					
1 Ministro Residente... Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	4:000\$000			
Grat. Idem.....		2:000\$000			
Rep.. Lei n. 322, de 8 de nov. de 1895.....		12:000\$000	18:000\$000		
Uruguay					
1 Enviado Extraordina- rio e Ministro Pleni- potenciario..... Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	6:666\$365			
Grat. Idem.....		3:333\$334			
Rep.. Lei n. 1.453, de 30 de dez. de 1905.....		16:000\$000	26:000\$000		
Venezuela					
1 Ministro Residente... Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	4:000\$000			
Grat. Idem.....		2:000\$000			
Rep.. Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...		14:000\$000	20:000\$000		
SECRETARIOS DE LEGAÇÃO					
Para 18 Primeiros Se- cretarios de Legação. Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	96:000\$000			
Grat. Idem.....		48:000\$000	144:000\$000		
Para 30 Segundos Se- cretarios de Legação. Ord..	Idem.....	126:000\$000			
Grat. Idem.....		60 000\$000	186:000\$000		
Para o acrescimo de venci- mentos aos Primeiros Secre- tarios de Legação que já atingiram o para os que atingiram a 5 e 10 annos de serviço effectivo durante o exercício.....			25:000\$000		
GRATIFICAÇÕES DE RESI- DÊNCIA					
Para o pagamento das gratifi- cações de residencia aos Che- fes de Missão e Secretarios de Legação.....	Dec. n. 2.363, de 31 de dez. de 1910...		130:000\$000	1.182:000\$000	
MATERIAL					
ALUGUEIS					
Para o aluguel da casa para a Embaixada nos estados Uni- dos da America.....	Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908...		22:000\$000		
Para o aluguel da casa para a Embaixada em Portugal.....			12:000\$000		
Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguin- tes Legações :					
na Republica Argentina.....	Lei n. 2.738, de 4 de jan. de 1913.....		22:000\$000		
			56:000\$000	1.182:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			56:0'00\$000	1.182:000\$000	
na Italia.....	Lei n. 2.842, de 4 de jan. de 1913.....		13:000\$000		
na França.....	Idem n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....		12:000\$000		
no Uruguay.....	Idem n. 2.050, de 31 de dez. de 1908.....		9:000\$000		
na Allemanha.....	Idem 2.544, de 4 de jan. de 1912.....		8:000\$000		
na Austria-Hungria.....	Idem.....		8:000\$000		
na Gran-Bretanha.....	Idem.....		8:000\$000		
no Perú.....	Lei n. 2.050, de 31 de dez. de 1908.....		8:000\$000		
no Chile.....	Idem n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....		6:000\$000		
na America Central.....	Idem n. 322, de 8 de nov. de 1895.....		2:000\$000		
na Belgica e na Suecia.....	Idem.....		2:000\$000		
na Bolívi.....	Idem.....		2:000\$000		
na Colombia.....	Idem.....		2:000\$000		
em Cuba.....	Idem.....		2:000\$000		
na Dinamarca.....	Idem.....		2:000\$000		
no Equador.....	Idem.....		2:000\$000		
na Hespanha.....	Idem.....		2:000\$000		
na Hollanda.....	Idem.....		2:000\$000		
no Japão e China.....	Idem.....		2:000\$000		
no Mexico.....	Idem.....		2:000\$000		
na Noruega.....	Idem.....		2:000\$000		
no Paraguay.....	Idem.....		2:000\$000		
na Russia.....	Idem.....		2:000\$000		
junto á Santa Sé.....	Idem.....		2:000\$000		
na Suissa.....	Idem.....		2:000\$000		
na Turquia.....	Idem.....		2:000\$000		
na Venezuela.....	Idem.....		2:000\$000	164:000\$000	
EXPEDIENTE					
Para o expediente da Embai- xada nos Estados Unidos da America.....	Lei n. 1.453, de 31 de dez. de 1905.....		3:500\$000		
Para o expediente da Embai- xada em Portugal.....			3:500\$000		
Para o expediente das seguin- tes Legações :					
na França.....	Lei n. 560, de 31 de dez. de 1893.....		2:000\$000		
na Republica Argentina.....	Idem n. 2.221, de 30 de dez. de 1909.....		2:000\$000		
na Gran-Bretanha.....	Idem n. 2.842, de 3 de jan. de 1914.....		3:000\$000		
no Perú.....	Idem n. 2.221, de 30 de dez. de 1909.....		1:500\$000		
no Chile.....	Idem.....		1:500\$000		
no Uruguay.....	Idem.....		1:500\$000		
no Paraguay.....	Idem.....		1:250\$000		
na Bolívi.....	Idem.....		1 250\$000		
na Allemanha.....	Idem.....		500\$000		
na America Central.....	Idem.....		500\$000		
na Austria-Hungria.....	Idem.....		500\$000		
na Belgica e Suecia.....	Idem.....		500\$000		
na Colombia.....	Idem.....		500\$000		
em Cuba.....	Idem.....		500\$000		
na Dinamarca.....	Idem.....		500\$000		
no Equador.....	Idem.....		500\$000		
na Hespanha.....	Idem.....		500\$000		
na Hollanda.....	Idem.....		500\$000		
na Italia.....	Idem.....		500\$000		
no Japão e China.....	Idem.....		500\$000		
no Mexico.....	Idem.....		500\$000		
na Noruega.....	Idem.....		500\$000		
na Russia.....	Idem.....		500\$000		
junto á Santa Sé.....	Idem.....		500\$000		
			29:000\$000	1.346:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte			29:000\$000	1.346:000\$000	
na Suissa.....	Idem.....		500\$ 00		
na Turquia.....	Idem.....		500\$000		
na Venezuela.....	Idem.....		500\$000	30:500\$000	
				1.376:500\$000	1.355:500\$000

Pedem-se para esta verba, na parte do Pessoal, mais 24:000\$ e o menos 15 000\$000. O augmento de 24:000\$ é para a representação do Embaixador em Portugal, em virtude da elevação da categoria do nosso representante nesse paiz, feita pelo Congresso Nacional, tendo-se tomado por base a mesma quantia concedida para a representação do nosso Embaixador em Washington. A diminuição de 15:000\$ resulta da redução de gratificações a Primeiros Secretarios de Legação comprehendidos no § 3º do art. 1º do Decreto n. 1.561 A, de 22 de novembro de 1906.

Na parte do Material pedem-se mais 12:500\$, sendo 10:000\$ para o aluguel da chancellaria e 2:500\$ para o expediente da Embaixada em Portugal, pelos motivos acima expostos. Para o expediente tomou-se por base a quantia concedida para o mesmo fim á Embaixada em Washington. Para o aluguel da casa orgaram-se apenas 12:000\$, que é quanto tem a Legação em Paris, sendo de notar que a Embaixada em Washington e a Legação em Buenos Aires têm cada uma 22:000\$ para o mesmo fim, attendendo-se á carestia das casas nessas duas cidades.

O augmento total desta verba, feita a redução de 15:000\$, fica, pois, sendo de 21:500\$000.

Verba 9ª (ouro)

Corpo Consular

PESSOAL

Allemanha

1 Consul Geral em Hamburgo.....	Ord..	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333		
	Grat.	Idem.....	4:666\$667		
1 Chanceller em Hamburgo.....	Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$666		
	Grat.	Idem.....	1:333\$334		
1 Consul Geral em Bremen.....	Ord..	Lei n. 2.842, de 3 de jan. de 1914.....	8:000\$000		
	Grat.	Idem.....	4:000\$000	30:000\$000	
				30:000\$000	

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			30:000\$000		
Argentina					
1 Consul Geral em Buenos Aires.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez de 1910....	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Buenos Aires.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Consul no Rosario de Santa Fé.....	Ord.. Idem.....	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
1 Vice-Consul em Alvear.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Corrientes.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Paso de los Libres.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
1 Vice-Consul em Posadas.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
1 Vice-Consul em Santo Tomé.....	Ord.. Idem n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$667	53:000\$000		
Austria-Hungria					
1 Consul Geral em Trieste.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667	14:000\$000		
Belgica					
1 Consul Geral em Antuerpia.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Antuerpia.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334	18:000\$000		
Bolivia					
1 Consul em Villa Bella	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910...	4:000\$000			
1 Consul em Cobija.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910...	4:000\$000	28:000\$000		
			143:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....			143:000\$000		
Chile					
Consul Geral em Val- paraíso.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333	14:000\$000		
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
Estados Unidos da America					
1 Consul Geral em Nova York.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Nova York.....	Ord.. Idem.....	3:333\$333	19:000\$000		
	Grat. Idem.....	1:666\$667			
França					
1 Consul Geral em Paris	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Paris.	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
1 Consul Geral no Ha- vre.....	Ord.. Idem n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
1 Consul em Marselha..	Ord.. Idem.....	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
1 Consul em Bordéos...	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$667			
1 Consul em Cayenna..	Ord.. Idem n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	6:666\$666			
	Grat. Idem.....	3:333\$334			
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910...	4:000\$000			
1 Consul em Boulogne- sur-Mer.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$667	72:000\$000		
Gran-Bretanha					
Consul Geral em Lon- dres.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
Chanceller em Lon- dres.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 nov. de 1906...	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
Consul Geral em Li- verpool.....	Ord.. Idem n. 2.364, de 31 de dez. de 1910..	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$667			
Chanceller em Liver- pool.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$666			
	Grat. Idem.....	1:333\$334			
Consul em Cardiff....	Ord.. Idem.....	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$667			
		44:000\$000	218:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....		44:000\$00	248:000\$00		
1 Consul em Southam- pton.....	Ord.. Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906.	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$567			
1 Consul em Glasgow..	Ord.. Idem.....	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$567			
1 Consul em George- town.....	Ord.. Idem.....	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$567	68:000\$00		
Hespanha					
1 Consul Geral em Bar- celona.....	Ord.. Dec. n. 2.334, de 31 de dez. de 1910...	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000			
1 Consul Geral em Cadiz	Ord.. Idem.....	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000			
1 Consul em Vigo.....	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$567	32:000\$00		
Hollanda					
Consul Geral em Rot- terdam.....	Ord.. Dec. n. 2.334, de 31 de dez. de 1910...	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000	12:000\$00		
Italia					
1 Consul Geral em Ge- nova.....	Ord.. Lei n. 2.544, de 4 de jan. de 1912.....	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$567			
1 Chancellor em Genova	Ord.. Dec. n. 2.334, de 31 de dez. de 1910...	3:333\$333			
	Grat. Idem.....	1:666\$567			
1 Consul em Napoles...	Ord.. Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	5:333\$333			
	Grat. Idem.....	2:666\$567			
1 Vice-Consul em Milão	Ord.. Idem.....	2:666\$567			
	Grat. Idem.....	1:333\$334	31:000\$00		
Japão					
1 Consul Geral em Yokohama.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	8:000\$000			
	Grat. Idem.....	4:000\$000	12:000\$00		
Paraguay					
1 Consul Geral em As- umpção.....	Ord.. Dec. n. 2.334, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$567	14:000\$00		
Perú					
1 Consul Geral em Iqui- tos.....	Ord.. Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat. Idem.....	4:666\$567			
	Grat. suppl. Idem n. 2.250, de 29 de abril de 1910...	4:000\$000	18:000\$00		
			1435:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA		LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte.....				435:00\$000		
Portugal						
1 Consul Geral em Lis- boa.....	Ord..	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat.	Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Lisboa.	Ord..	Idem n. 1.561 A, de de 22 de nov. 1906	2:666\$333			
	Grat.	Idem.....	1:333\$334			
1 Consul no Porto.....	Ord..	Idem n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	6:666\$366			
	Grat.	Idem.....	3:333\$334			
1 Vice-Consul em Fun- chal (Ilha da Ma- deira).....	Ord..	Idem n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	2:666\$366			
	Grat.	Idem.....	1:333\$334	32:000\$000		
Suissa						
1 Consul Geral em Ge- nebra.....	Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	8:000\$000			
	Grat.	Idem.....	4:000\$000	12:000\$000		
Turquia						
1 Consulem Beyruth....	Ord..	Dec. n. 1.561 A, de 22 de nov. de 1906	5:333\$333			
	Grat.	Idem.....	2:666\$367	8:000\$000		
Uruguay						
1 Consul Geral em Mon- tevidéo.....	Ord..	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	9:333\$333			
	Grat.	Idem.....	4:666\$667			
1 Chanceller em Mon- tevidéo.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
1 Consul no Salto.....	Ord..	Idem.....	6:666\$366			
	Grat.	Idem.....	3:333\$334			
1 Vice-Consul em Ar- tigas.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
1 Vice-Consul em Melo..	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
1 Vice-Consul em Pay- sandú.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
1 Vice-Consul em Ri- vera.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
1 Vice-Consul em San Eugenio.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367			
Vice-Consul em Santa Rosa.....	Ord..	Idem.....	3:333\$333			
	Grat.	Idem.....	1:666\$367	59:000\$000		
ADDIDOS COMMERCIAES						
Para quatro Addidos Commerciaes.....	Ord..	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...	32:000\$000			
	Grat.	Idem.....	16:000\$000	48:000\$000		
				594:000\$000		

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Transporte,.....			594:000\$000		
GRATIFICAÇÕES DE RESIDÊNCIA					
Para o pagamento de gratificações de residencia a Consules Geraes, Consules, Vice-Consules e Chancelleres e gratificações aos Vice-Consules que substituem os Consules Geraes e Consules.....	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...		80:000\$000	674:000\$000	
MATERIAL					
ALUGUEIS					
Para aluguel das casas para as Chancellarias dos seguintes Vice-Consulados:					
em Alvear.....	Dec. n. 2.364, de 31 de dez. de 1910...		1:200\$000		
em Artigas.....	Idem.....		1:200\$000		
em Corrientes.....	Idem.....		1:200\$000		
em Paso de los Libres.....	Idem.....		1:200\$000		
em Melo.....	Idem.....		1:200\$000		
em Paysandú.....	Idem.....		1:200\$000		
em Rivera.....	Idem.....		1:000\$000		
em San Eugenio.....	Idem.....		1:200\$000		
em Santa Rosa.....	Idem.....		1:200\$000		
em Santo Tomé.....	Idem.....		1:200\$000	12:000\$000	
EXPEDIENTE					
Para o expediente do Consulado Geral em Genebra.....	Lei n. 1.617, de 30 de dez. de 1906...		500\$000		
Idem idem do Consulado em Cayenna.....	Idem n. 1.316, de 31 de dez. de 1904...		500\$000		
Idem idem do Consulado em Villa Bella.....	Idem n. 1.404, de 4 de nov. de 1905...		500\$000	1:500\$000	
				687:500\$000	685:500\$000
Pedem-se para esta verba mais 2:000\$ para rectificação da dotação do Consulado Geral em Genebra que era inferior á sua categoria.					
Verba 10ª (ouro)					
Ajudas de custo					
Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações, retiradas e expressos.....				300:000\$000	300:000\$000
Pede-se para esta verba a mesma quantia votada para o actual exercicio, por não ser possivel reduzir-se a despesa occasionada pelo grande numero de vagas que se dão annualmente nos quadros do Corpo Diplomatico e do Consular, sendo, como são as ajudas de custo, calculadas sobre a base dos vencimentos integraes de cada funcionario.					

NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 11 ^a (ouro) Extraordinarias no exterior Para soccorros a brasileiros desvalidos e naufragos em paizes estrangeiros, tele- grammas e outras despesas eventuaes ostensivas e re- servadas.....					
Pedem-se para esta verba me- nos 50:000\$ do que a que foi vo- tada para o corrente exercicio, no qual fôra reduzida de..... 75:000\$00.					
					350:000\$000
					400:000\$000

Comparada a presente proposta com o orçamento votado para o corrente anno, verifica-se que ha nella uma redução de 76:400\$, papel e 103:500\$, ouro.
Reduzida a parte em ouro a papel, ao cambio de 16 d., verifica-se uma redução total de 256:118\$750 em moeda papel.

Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de abril de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS,
Director.



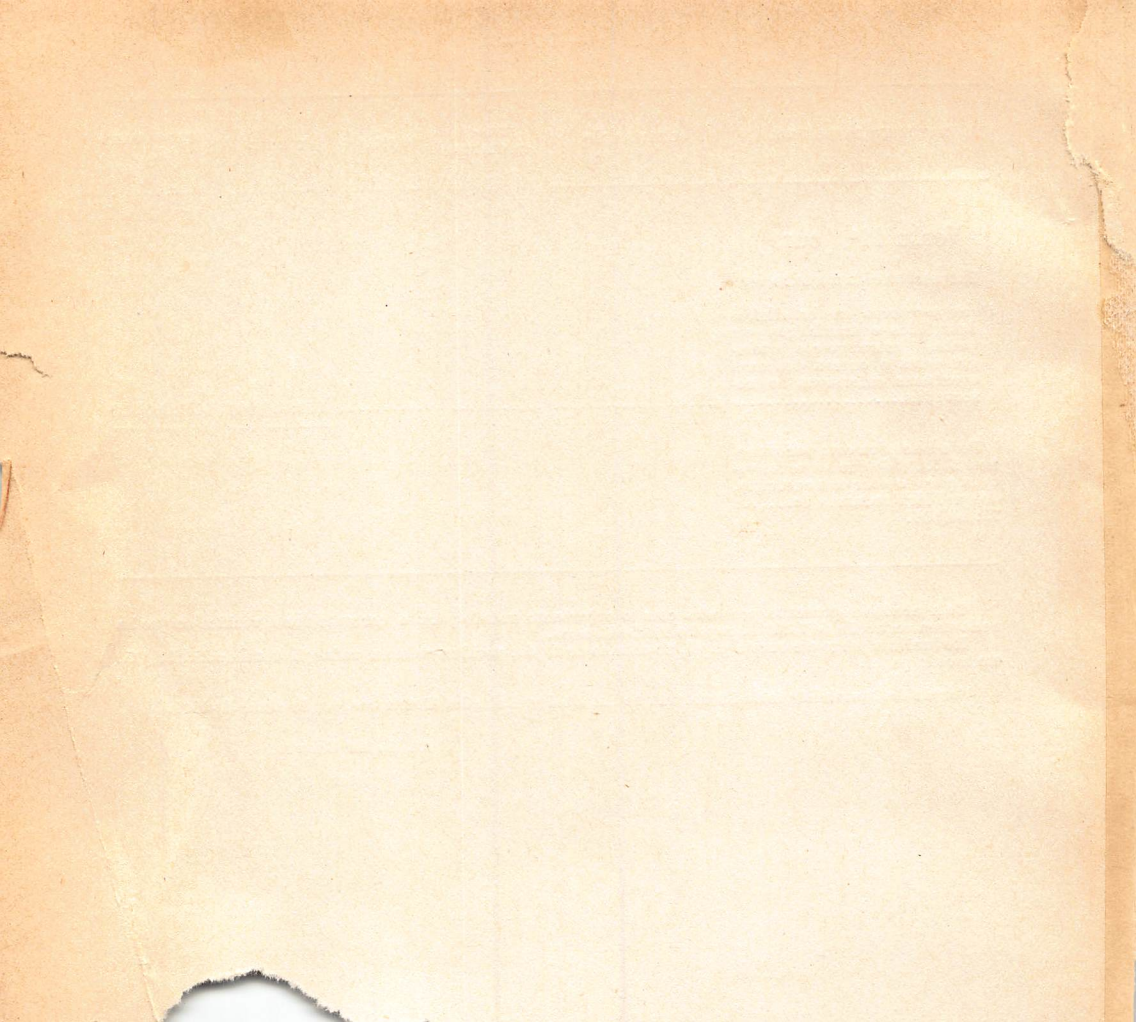
NATUREZA DA DESPEZA	LEGISLAÇÃO	VEN- CIMENTOS	SOMMAS	TOTAES	VOTADO PARA 1914
Verba 11ª (ouro)					
Extraordinarias no exterior					
Para soccorros a brasileiros desvalidos e naufragos em paizes estrangeiros, tele- grammas e outras despesas eventuaes ostensivas e re- servadas.....				350:000\$000	400:000\$000
Pedem-se para esta verba me- nos 50:000\$ do que a que foi vo- tada para o corrente exercicio, no qual fôra reduzida de..... 75:000\$000.					

Comparada a presente proposta com o orçamento votado para o corrente anno, verifica-se que ha nella uma redução de 76:400\$, papel e 106:500\$. ouro.

Reduzida a parte em ouro a papel, ao cambio de 16 d., verifica-se uma redução total de 256:148\$750 em moeda papel.

Secção de Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 30 de abril de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS,
Director.



ANNEXO E

Montepio

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, de 1890 até 31 de Março de 1914

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Gil Castello Branco.	Consul Geral de 2ª classe	6 de setembro de 1891.	200\$000	(*) Theodora de Britto Castello Branco, viuva	23 de janeiro de 1892...	750\$000
				Filhos... { (*) Francisco Gil.....	Idem.....	375\$000
					Idem.....	375\$000
José Coelho Gomes.....	2º Secretario de Legação	6 de julho de 1892.....	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.....	5 de setembro de 1892.	1:250\$000
Dr. Luiz Pires Garcia.....	Consul Geral de 1ª classe	24 de outubro de 1892 .	200\$000	(*) Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva....	23 de dezembro de 1892.	2:000\$000
Francisco Paulo de Faria.....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	16 de abril de 1893.....	200\$000	(*) Rita Maria de Farias, viuva.....	17 de abril de 1893.....	300\$000
				Filhos... { (*) Horacio.....	Idem.....	100\$000
					Idem.....	100\$000
					Idem.....	100\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	25 de março de 1893....	200\$000	Filhos ... { Georgina.....	23 de maio de 1893....	750\$000
					Idem.....	750\$000
					Idem.....	750\$000
					Idem.....	750\$000
Luiz Caetano da Silva.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893.....	200\$000	(*) Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã,	27 de julho de 1893....	1:200\$000
				Marietta Bastos Monteiro de Oliveira, sobrinha.....	Idem.....	1:200\$000
José Gurgel do Amaral Valente.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	3 de junho de 1893....	200\$000	(*) Leopoldina Gasselseder, viuva.....	24 de agosto de 1893...	3:000\$000
João Carneiro do Amaral..	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1 de outubro de 1893..	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta.....	7 de outubro de 1893..	2:400\$000
Antonio Augusto de Castilho..	Consul Geral de 1ª classe	19 de janeiro de 1891...	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva.....	17 de março de 1891....	1:000\$000
				Maria de Castilho, filha.....	Idem.....	1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Thomaz Fortunato de Brito...	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 1ª classe...	27 de fevereiro de 1894..	200\$000	(*) Maria Fortunata Hartley, irmã..... (*) Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã Carolina Saldanha da Gama, sobrinha.....	31 de março de 1891..... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianna de Lima	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe...	15 de setembro de 1894..	200\$000	Grimaneza Vianna de Lima, viuva.....	28 de dezembro de 1891..	2:700\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	1 de maio de 1895	500\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viuva	27 de maio de 1895.....	950\$000
				Filhos.... { (*) Irineu..... (*) Quirino..... Hortencia..... Laura.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Affonso de Car- valho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe...	14 de maio de 1895.....	200\$000	Manuela Affonso de Carvalho, viuva.....	19 de setembro de 1895..	1:250\$000
				Filhos.... { (*) Julia Adelaide..... (*) Henrique José Sebastião..... (*) Frederico Affonso.....	Idem..... 25 de maio de 1896..... 19 de setembro de 1895..	416\$866 416\$866 416\$866
Rita Maria de Faria.....	Viuva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paula de Faria.....	16 de janeiro de 1896		(*) Carlos Paulo de Faria, filho.....	4 de março de 1893... ..	300\$000
João Francisco Leite Nunes..	Consul.....	29 de janeiro de 1893....	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva..	25 de março de 1896.....	625\$000
				Filhos.... { Francisca..... Clelia..... (*) José..... Thereza..... Maria Estella..... Marianna..... Carlos..... (*) Plínio.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL	
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	12 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Feliciano Vandelli de Andrade Azam- buja, viuva.....	3 de julho de 1896.....	1:600\$000	
Pedro Pinheiro Guimarães....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	8 de junho de 1896.....	200\$000	(*) Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva.....	15 de outubro de 1896...	2:400\$000	
Antonio de Araujo Itajubá....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	3 de novembro de 1897..	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva.....	18 de março 1898....	3:000\$000	
Francisco Vieira Monteiro....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	28 de fevereiro de 1898..	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva.	15 de junho de 1898.....	1:500\$000	
				Filhos.... { Maria Izabel.....	Idem.....	750\$000	
					{ Joaquina Maria Anna.....	Idem.....	750\$000
Napoléão de Siqueira Lamaix.	1º Secretario Legação aposentado.....	31 de outubro de 1896...	200\$000	Frederica de Siqueira Lamaix, viuva.....	10 de outubro de 1898...	1:500\$000	
Dr. Casemiro Dias Vieira Ju- nior.....	Consul.....	30 de janeiro de 1897....	200\$000	Filhos.... { (*) Ricardo.....	23 de novembro de 1898.	208\$333	
					{ Maria Thereza.....	Idem.....	208\$333
					{ Amalia.....	Idem.....	208\$333
					{ Mercedes.....	Idem.....	208\$333
					{ Delia.....	Idem.....	208\$333
					{ Fernando.....	Idem.....	208\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2º Official desta Secreta- ria de Estado.....	21 de outubro de 1899...	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva....	8 de novembro de 1899.	750\$000	
				Filhos.... { Nestor.....	Idem.....	250\$000	
					{ Walkyria.....	Idem.....	250\$000
					{ (*) Eduardo.....	Idem.....	250\$000
Bacharel Luiz Caetano Pe- reira Guimarães.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	19 de maio de 1898.....	200\$000	Filhos.... { Iracema.....	26 de março de 1900	625\$000	
					{ Gabriela.....	Idem.....	625\$000
					{ (*) Horacio.....	Idem.....	625\$000
					{ Gabriel.....	Idem.....	625\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Theodora de Brito Castello Branco.....	Viuva do Consul Geral de 2ª classe Francisco Gil Castello Branco...	25 de março de 1899.....		Filhos.... { (*) Francisco Gil Dora Antonietta.....	Apostilla de 20 de feve- reiro de 1900.....	375\$000 375\$000
Leonardo Lessa Junior.....	Amanuense desta Secre- taria de Estado.....	15 de fevereiro de 1900..	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã.....	3 de abril de 1900.....	1:100\$000
Egas Muniz Barreto de Ara- gão	1º Secretario de Legação	8 de outubro de 1898...	200\$000			
Oscar Reydner do Amaral....	1º Secretario de Legação	29 de setembro de 1899..	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	2 de fevereiro de 1899..	200\$000	Filhos.... { (*) Josephina Hoffmann do Des- terro..... (*) Carolina Hoffmann do Des- terro.....	11 de julho de 1900 Idem.....	1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Carlos Vieira Fer- reira.....	Ex-2º Secretario de Le- gação.....	3 de junho de 1900.....	200\$000	(*) Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva.....	24 de outubro de 1900 ..	1:250\$000
João Pereira de Andrada.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciário aposentado.....	28 de agosto de 1900....	200\$000	Filhas.... { Julia de Argollo Ferrão, casada. Alexandrina Olga de Andrada e Silva, casada..... Paulina Andrada Accioli de Brito, casada	19 de janeiro de 1901... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Americo de Campos.	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1900....	200\$000	(*) Anna Amalia Peixoto de Azevedo Cam- pos, viuva..... (*) Maria Amalia de Campos, filha.....	8 de março 1901..... Idem.....	750\$000 750\$000
Joaquim Tibiriçá Pinheiro Gui- marães.....	2º Official desta Secreta- ria de Estado.....	26 de fevereiro de 1901..	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva....	8 de abril de 1901.....	750\$000
				Filhos.... { Heloisa..... Jayme..... Abelardo..... Nair.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	187\$500 187\$500 187\$500 187\$500

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Manoel de Azevedo Barroso Bastos	Consul Geral de 1ª classe	9 de abril de 1901.....	200\$000	Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva.	31 de dezembro de 1901.	2:000\$000
Antonio Joaquim Netto dos Reys.....	Consul Geral de 2ª classe	22 de agosto de 1901....	200\$000	Filhos.... { Maria Antonia..... { (*) Hugo..... { (*) Mario..... { Francisca Hilda..... { Luiz.....	23 de fevereiro de 1902.. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	300\$000 300\$000 300\$000 300\$000 300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de janeiro de 1902....	200\$000	Florencia de Castro Monte, viuva.....	13 de março de 1902....	950\$000
				Filhos.... { Dulce..... { Anna..... { (*) Rubens..... { Cordelia..... { Heloisa..... { Luiz..... { Abelardo..... { (*) Maria de Lourdes.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750
Luiz Pedro da Silva Rosa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	21 de novembro de 1903.	200\$000	(*) Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viuva..	3 de dezembro de 1903.	1:200\$000
				Filhas.... { Albertina Lisboa da Silva Rosa.. { (*) Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa.....	Idem..... Idem.....	600\$000 600\$000
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	21 de setembro de 1903..	200\$000	(*) Josepha Honorata Pereira Leitão, viuva.	11 de janeiro de 1904...	600\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	13 de janeiro de 1904....	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira	3 de fevereiro de 1904.	2:400\$000
José de Almeida e Vasconcellos	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	29 de julho de 1903.....	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viuva..	23 de fevereiro 1904....	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Domingos José da Silva Azevedo	Consul Geral de 1ª classe	21 de julho de 1903.....	200\$000	Maria Isabel de Azevedo, viuva.....	20 de fevereiro de 1901..	1:000\$000
				Filhos.... { Esther de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ Euridyce Inah de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ (*) Luiz de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
Henriques de Barros Cavalcante de Lacerda.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	24 de novembro de 1904.	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva.....	19 de dezembro de 1904.	3:000\$000
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe aposentado	18 de outubro de 1903...	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta.....	21 de março de 1905....	3:000\$000
Eduardo Octaviano.....	Consul Geral de 2ª classe	13 de novembro de 1903.	200\$000	Vera Octaviano, viuva.....	19 de março de 1906....	1:500\$000
Carlos Mauricio da Silva.....	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	15 de julho de 1904.....	200\$000	(*) Carlota Joaquina das Dores, viuva.....	29 de março de 1906....	300\$000
				(*) Marianna Mauricia da Silva, filha	Idem.....	300\$000
Carlos Fraenkel.....	Consul aposentado.....	12 de maio de 1906.....	200\$000	Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva.....	31 de agosto de 1906...	700\$000
				Filhos.... { (*) Walter	Idem.....	175\$000
				{ Edith	Idem.....	175\$000
				{ Benjamin Constant.....	Idem.....	175\$000
				{ Carlos	Idem.....	175\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1ª classe	8 de julho de 1906.....	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	26 de dezembro de 1906.	2:000\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....	Consul Geral de 1ª classe	13 de outubro de 1903...	200\$000	Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907.....	2:000\$000
José Alexandrino de Oliveira..	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	20 de novembro de 1907.	200\$000	Engenia Baptista de Oliveira, viuva.....	11 de dezembro de 1907.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	1 de abril de 1906.....	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva.....	6 de maio de 1908.....	3:000\$000
Vital do Espirito Santo Fontenelle.....	2º Official desta Secretaria de Estado.....	22 de junho de 1908.....	200\$000	(*) Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva.. Gilda, filha.....	30 de julho de 1908..... Idem.....	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	17 de julho de 1909.....	200\$000	Filhas solteiras e maiores { Amelia Mattos da Costa..... Elvira Mattos da Costa..... Maria da Gloria Mattos da Costa.....	3 de setembro de 1909.. Idem..... Idem.....	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.....	2º Secretario de Legação	23 de agosto de 1909.....	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã solteira.....	27 de setembro 1909....	2:000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	10 de janeiro de 1906....	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	7 de junho de 1910....	3:000\$000
Ernesto Augusto Ferreira....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	9 de maio de 1910....	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e solteira.....	28 de junho de 1910....	3:100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	31 de dezembro de 1908..	200\$000	Ellen do Rego Barros, viuva.....	20 de julho de 1910....	3:333\$333
José Augusto Ferreira da Costa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	1 de abril de 1910.....	200\$000	Candida Dyonisia da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Aurea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira.....	16 de fevereiro de 1911.. Idem.....	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fontenelle.....	Viuva do 2º Official desta Secretaria de Estado, Vital do Espirito Santo Fontenelle.....			Gilda, filha menor e solteira.....	23 de março de 1911....	800\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
José Antonio d'Espinheiro....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	30 de março de 1911.....	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viuva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de julho de 1910.....	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viuva..	25 de julho de 1911.. ...	3:600\$000
José Belmiro Leoni.....	Consul Geral de 1ª classe	3 de junho de 1910.....	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	25 de julho de 1911.....	1:800\$000
				Carmen Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Dr. David Moretzsohn Cam- pista.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	12 de outubro de 1911...	200\$000	Jovita Maia Campista, viuva	20 de julho de 1912.....	1:663\$666
				Olga Campista, maior e solteira.....	Idem.....	416\$666
				Filhas menores { Lucilia	Idem.....	416\$666
				{ Dora.....	Idem.....	416\$666
				{ Elsa.....	Idem.....	416\$666
Joaquim da Silva Lessa Para- nhos	Vice-Consul	9 de abril de 1912.....	200\$000	Ameilia Sabina Jacomella Paranhos, viuva..	29 de julho de 1912.....	1:333\$333
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	9 de março de 1912.....	200\$000	Henriqueta da Terra Vianna, filha casada..	5 de novembro de 1912.	3:333\$333
Paulino José Soares Pereira..	Porteiro desta Secreta- ria de Estado.....	13 de novembro de 1912	200\$000	Evangalina Pereira Franco de Sá, filha ca- sada.....	9 de janeiro de 1913....	2:000\$000
Eugenio Ferraz de Abreu.....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	22 de outubro de 1912...	200\$000	Carmen Ferraz de Oliveira, filha casada....	24 de janeiro de 1913....	3:200\$000
João Ventura Rodrigues.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	10 de novembro de 1912.	200\$000	Cecilia Ventura Rodrigues, filha maior e solteira.....	7 de março de 1913....	1:200\$000
João Vieira da Silva.....	Consul Geral de 1ª classe	18 de agosto de 1912....	200\$000	Ida Reis Vieira da Silva, viuva.....	12 de março de 1913....	3:600\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raul de Souza Carvalho.....	3º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de outubro de 1912...	200\$000	Maria Izabel Pinheiro de Souza Carvalho, viuva..... Murillo, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	900\$000 900\$000
Joaquim Ferraz Rego.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de julho de 1912.....	200\$000	Maria de Azambuja Ferraz Rego, viuva.. Gabriel, filho menor.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	1:900\$000 1:800\$000
Aluizio Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe	24 de janeiro de 1913....	200\$000	Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	26 de agosto de 1913... Idem.....	3:600\$000 3:600\$000
João Antonio Rodrigues Martins.....	Consul Geral de 1ª classe	27 de dezembro de 1912..	200\$000	Helena Tavares Rodrigues Martins, viuva.	26 de agosto de 1913...	3:600\$000
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	28 de junho de 1913.....	200\$000	Anna Gabriella de Campos Salles, viuva.... Helena de Campos Salles, filha maior e solteira..... Leonor de Campos Salles, filha maior e solteira.....	22 de dezembro de 1913. Idem..... Idem.....	1:636\$666 833\$333 833\$333
Arthur Stockler Pinto de Menezes.....	2º Secretario de Legação	29 de maio de 1913.....	200\$000	Olga Brandini Stockler Pinto de Menezes, viuva..... Filhos { Thales Alexandre..... Moema Herminia..... Archimedes..... Eloíma..... Nary.....	12 de janeiro de 1913... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	1:333\$333 266\$666 266\$666 266\$666 266\$666
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral de 1ª classe	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	Rosa Maria Nogueira Valle da Gama, viuva..... Rosa Maria Calmon da Gama, filha maior e solteira..... Anna Romana Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	23 de janeiro de 1914... Idem..... Idem.....	1:800\$000 900\$000 900\$000
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira.....	2º Secretario de Legação	15 de julho de 1913.....	200\$000	Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva..... Herculano, filho menor.....	23 de janeiro de 1914... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	17 de janeiro de 1910...	200\$000	Evelina Nabuco, viuva..... Maria Carolina Nabuco, filha maior e sol- teira.....	14 de fevereiro de 1914. Idem.....	1:666\$666 333\$333
Benjamin Borges Ribeiro da Costa.....	2º Official desta Secre- taria de Estado.....	12 de fevereiro de 1914..	200\$000	Filhos menores. { Mauricio Nabuco (*)..... Joaquim..... Maria Anna..... José Thomaz.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	333\$333 333\$333 333\$333 333,333
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	5 de junho de 1913....	200\$000	Constança do Paço Borges da Costa, mãe viuva..... Evangelina Borges Ribeiro da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Redmar de Mendonça, viuva..... Amalia Helena de Mendonça, filha maior e solteira..... Valentina de Mendonça, filha maior e sol- teira.....	10 de março de 1914... Idem..... 20 de março de 1914... Idem..... Idem.....	1:200\$000 1:200\$000 1:666\$666 833\$333 833\$333

As pensões marcadas com um asterisco (*) não estão mais em vigor.

Secção da Contabilidade da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 31 de março de 1914.

RAUL A. DE CAMPOS,
Director.